

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

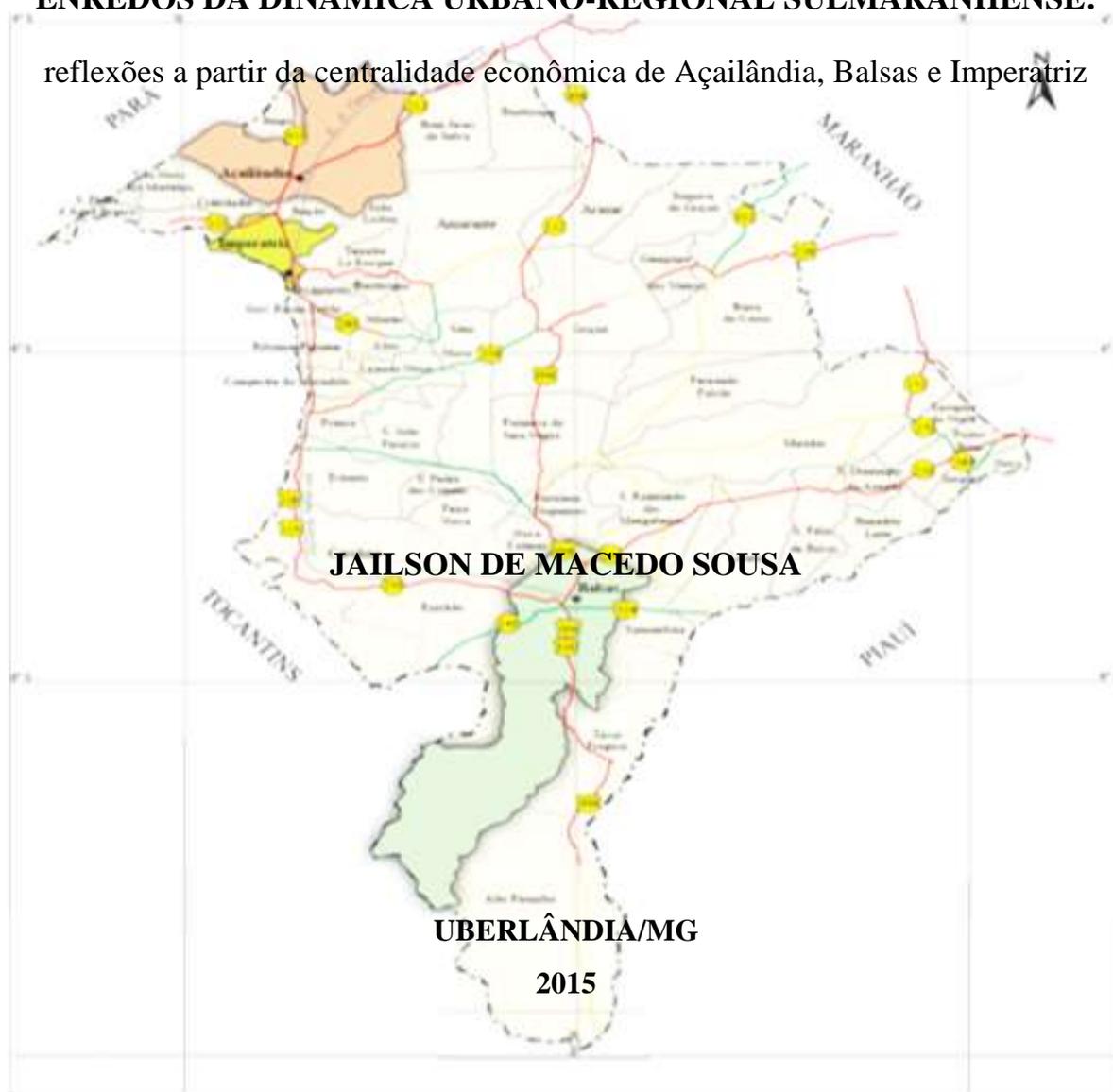
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO



ENREDOS DA DINÂMICA URBANO-REGIONAL SULMARANHENSE:

reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz



JAILSON DE MACEDO SOUSA

ENREDOS DA DINÂMICA URBANO-REGIONAL SULMARANHENSE:

reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – PPGEO/UFU, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares

UBERLÂNDIA/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S725e
2015 Sousa, Jailson de Macedo, 1975-
 Enredos da dinâmica urbano-regional sulmaranhense : reflexões a
 partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz /
 Jailson de Macedo Sousa. - 2015.
 557 f. : il.

 Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
 de Pós-Graduação em Geografia.
 Inclui bibliografia.

 1. Geografia - Teses. 2. Geografia urbana - Maranhão (MA) - Teses.
 3. Economia urbana - Maranhão (MA) - Teses. 4. Planejamento urbano -
 Teses. I. Soares, Beatriz Ribeiro. II. Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

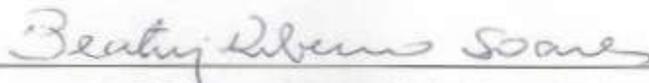
CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

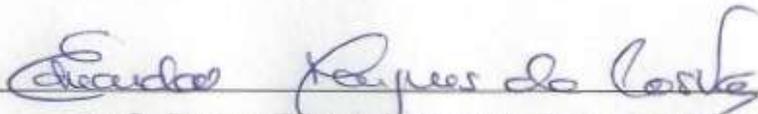
Programa de Pós-Graduação em Geografia

JAILSON DE MACEDO SOUSA

“ENREDOS DA DINÂMICA URBANO – REGIONAL
SULMARANHENSE: REFLEXÕES A PARTIR DA CENTRALIDADE
ECONÔMICA DE AÇAILÂNDIA, BALSAS E IMPERATRIZ”.



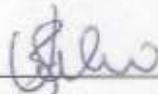
Profª. Doutora Beatriz Ribeiro Soares (Orientador) - UFU



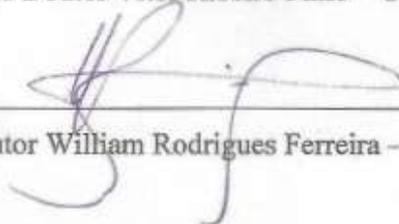
Profª. Doutora Eduarda Marques da Costa – Un. Lisboa



Professora Doutora Celene Cunha Monteiro Barreira – IESA/UFG



Professor Doutor Vítor Ribeiro Filho – UFU



Professor Doutor William Rodrigues Ferreira – UFU

Data: 15 / 04 de 2015

Resultado: Aprovado com louvor

À mãe e amiga.

À minha mãe querida **Joana de Macedo Sousa**. Através da sua simplicidade e de suas atitudes serenas aprendi que a perseverança e a humildade constituem os passaportes ideais para superar as tormentas da vida e, sobretudo, para vivenciar dias felizes. A sua presença é sempre uma motivação a mais para enxergar que os dias podem ser mais alegres e iluminados. Tudo o que eu sou... eu devo a você mãezinha.

À professora e amiga **Beatriz Ribeiro Soares**. Com você aprendi algo que é cada vez mais raro no universo envaidecido da academia. Que é necessário sempre cultivar a alegria e o desejo permanente da felicidade. Sou e serei sempre grato por você ter iluminado os meus sonhos e contribuído e para cultivá-los no decurso das jornadas do doutorado.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um dos sentimentos mais nobres, porém, rarefeita em um mundo onde as relações sociais são cada vez mais edificadas em estados líquidos. Agradecer no momento presente a todos aqueles que ofereceram as suas contribuições para que esta importante etapa da minha vida se concretizasse não constituiu uma tarefa fácil.

Sou grato a Deus criador e onipotente pela sabedoria e confiança a mim depositadas. Sem a presença de Deus eu não teria findado esta valiosa etapa da minha vida.

À minha mãe **Joana de Macedo Sousa** e ao **Guilherme Sousa (sobrinho-filho)** que nos momentos adversos mesmo não entendendo os sentidos de se produzir uma tese ofereceram o que mais necessitei para que eu seguisse firme em meus objetivos: o carinho, o afeto e a paz. A paz que inclusive resultou em mudanças radicais, até mesmo de moradia.

À minha família. Aos irmãos queridos: Jonas e Janilson. Às irmãs: Janileide, Lucileide, Ivoneide, Gardênia, Janilene (Jany). Somos uma grande família oriunda do semi-árido piauiense. As semelhanças nos nomes guardam os estreitos laços de afeição. Obrigado a todos pelos gestos de apoio e carinho manifestados no decurso de construção desta tese.

Aos meus sobrinhos agradeço pelo carinho, pelo apoio e os constantes gestos de afeto a mim oferecidos nos momentos bons e ruins de minha trajetória pessoal e profissional.

À professora e amiga Beatriz Ribeiro Soares. Sou grato a Deus por ter propiciado o nosso encontro a quase uma década atrás quando em dezembro de 2005 tive a grata satisfação de tê-la como examinadora da minha dissertação de mestrado. Naquela ocasião pude perceber a grandiosa pessoa que você é. Não apenas por ter sido uma leitora atenta às minhas ideias, mas, sobretudo, pela atenção e respeito oferecidos ao meu estudo. Através dos seus ensinamentos aprendi que a vida deve ser refletida muito além dos projetos edificados no universo acadêmico. É preciso estar atento às outras dimensões que nutrem a nossa existência, sobretudo, àquelas que nos permitem ir ao encontro da felicidade. Obrigado por tudo!

Ao Miguel Coelho. O teu apoio serviu de alento em muitos momentos adversos. Estes estímulos foram essenciais para a concretização desta importante etapa da minha vida.

À Professora Eduarda Marques da Costa e família. Agradeço pelo acolhimento aconchegante na cidade de Lisboa. Sou grato pela oportunidade de me fazer enxergar que os ensinamentos construídos nas terras do além-mar vão muito além das necessidades imediatas da academia. Obrigado também pelo acompanhamento aprazível na realização do estágio de doutoramento sanduíche em Lisboa e por ter despertado em mim o interesse de conhecer alguns instrumentos que norteiam as políticas de ordenamento do território em Portugal.

Aos amigos lisboetas, em especial, Cecília Duarte, Sandra Domingues, Marina Garcia, Inés Fontes e Nuno Camelo. Os ensinamentos que tive durante o estágio sanduíche só surtiram efeitos positivos em razão dos laços de amizade que construímos. O inverno europeu se tornou tropical pela presença agradável de todos vocês. MUITÍSSIMO obrigado!

Aos amigos brasileiros Lucir Alves, Juliety Dourado, Ana Freitas, Rosana Patane, Sarynha Freire, Marcilene Reis e Maristane Rosa. Agradeço pela acolhida e pelos gestos de carinho a mim oferecidos no inverno de 2012 na cidade de Lisboa e em Portugal. Lucir, sempre serei grato pelos ensinamentos acadêmicos e de vida. Obrigado por ter transformado alguns momentos de desespero com as estatísticas em instantes de leveza.

Agradeço também aos amigos Josimar Souza e Mayza Nunes pelos dias incríveis e inesquecíveis vivenciados em algumas cidades da Espanha, Itália e França.

Aos amigos Imperatrizenses: Dina, Lucineide, Jehan Marlio, Rejane e Raquel Azevedo. Sou grato por terem suportado os meus surtos indelicados e terem oferecido a mim a mais leal e sincera amizade. Obrigado por vocês existirem e fazerem parte da minha vida.

Ao professor e amigo Marcelo Cervo Chelotti. Uma criatura de coração imenso. Generoso, sensato, vívido e leal. Como seria bom se neste mundo tivéssemos mais seres humanos como você. Obrigado pelas acolhidas em Uberlândia e pelo seu companheirismo.

Aos professores Júlio Ramires e Vitor Ribeiro Filho. Sou grato pela oportunidade da leitura do meu estudo e pelas sugestões oferecidas no exame de qualificação. Agradeço ainda aos professores: Celene Barreira (IESA/UFG) e William Ferreira (IG/UFU) que acolheram o convite de fazer parte da banca examinadora na avaliação final da tese.

Aos amigos do doutorado, em particular, Arlete Mendes, Joycelaine Oliveira (Joyce), Lidiane Alves, Sanny Rodrigues, Paulo Irineu, João Manoel e Luiz Andrei. Agradeço pelas conversas, cafés, conhecimentos compartilhados e, principalmente, por terem oferecido a mim nessa trajetória do doutorado: a mais sincera amizade. Arlete e Andrei há laços que construímos que se transformam em pontes nos unindo por toda a nossa existência. Obrigado!

À Cláudia Adriana Bueno Fonseca. Agradeço por todos os cuidados e o profissionalismo que demonstrou na elaboração das bases cartográficas deste estudo.

Ao Antonio do Carmo. Sou grato pelas contribuições na sistematização dos dados estatísticos e pelos frutos da sua paciência que permitiu o despertar de uma amizade cordial.

Aos alunos do CESI/UEMA: Thaís Miranda, Helbaneth Macêdo e José Alencar. A presença, o auxílio e o apoio de vocês foram essenciais para que eu pudesse transpor todas as dificuldades e tormentas nas distintas fases de elaboração deste estudo. Sem as contribuições de vocês a tese não teria alcançado o formato que assumiu. Obrigado por tudo!

Agradeço ainda ao Luan Castro, Walison Reis, Isac Ferreira, Humberto Dias e Fernando Almeida pelas motivações que me deram desde a proposição inicial dos projetos de iniciação científica até a etapa de construção do objeto de estudo aqui apresentado.

Às populações residentes nos municípios investigados de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Agradeço pela oportunidade que possibilitaram de conhecer e apreender os distintos dinamismos que movimentam estes espaços. Através de vocês guardo as lições desta importante etapa da pesquisa que apresentaram efeitos não somente em razão de um produto elaborado, mas, principalmente, na necessidade de partilha deste conhecimento obtido.

Agradeço às instituições públicas e privadas: prefeituras e demais instituições dos municípios pesquisados por meio de seus representantes, sindicatos, fundações de pesquisa e às diversas empresas que forneceram os dados que foram úteis ao desenvolvimento desta tese.

À Universidade Estadual do Maranhão através do Centro de Estudos Superiores de Imperatriz – CESI/UEMA e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PPG/UEMA. Sou grato por todas as condições que foram proporcionadas para que eu pudesse me dedicar integralmente à produção desta tese. Agradeço ainda aos colegas do Departamento de História e Geografia – DHG do Centro de Estudos Superiores de Imperatriz/CESI- UEMA que assumiram todos os compromissos profissionais na minha ausência.

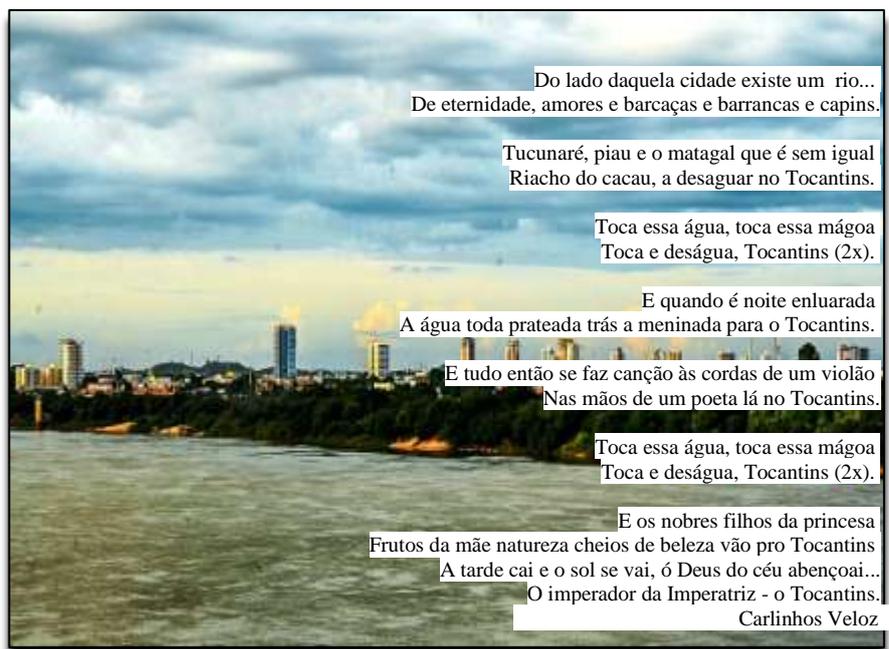
À Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do estado do Maranhão - FAPEMA pelo apoio financeiro concedido através do financiamento da bolsa de estudos que possibilitou a minha dedicação integral à construção deste estudo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal - CAPES. Agradeço também pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou a mim a realização do doutoramento sanduíche no Instituto de Geografia da Universidade de Lisboa – IGOT/UL.

À Universidade Federal de Uberlândia através do Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGeo/UFU. Também sou grato pelos momentos que foram proporcionados à minha formação acadêmica e humana em função do ingresso neste programa.

Agradeço ainda à Yara e ao João Fernandes secretários do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – PPGeo/UFU que sempre foram prestativos na resolução dos problemas relacionados à mim neste programa.

Yara... num mundo fugidio e com ínfimas expectativas para a doação você se mostrou uma exceção preciosa. Obrigado pelo apoio oferecido em todos os momentos que necessitei. Que Deus continue a orientar com muito zelo a tua vida pessoal e profissional.



Do lado daquela cidade existe um rio...
De eternidade, amores e barcaças e barrancas e capins.

Tucunaré, piau e o matagal que é sem igual
Riacho do cacau, a desaguar no Tocantins.

Toca essa água, toca essa mágoa
Toca e deságua, Tocantins (2x).

E quando é noite enluarada
A água toda prateada trás a menina para o Tocantins.

E tudo então se faz canção às cordas de um violão
Nas mãos de um poeta lá no Tocantins.

Toca essa água, toca essa mágoa
Toca e deságua, Tocantins (2x).

E os nobres filhos da princesa
Frutos da mãe natureza cheios de beleza vão pro Tocantins
A tarde cai e o sol se vai, ó Deus do céu abençoai...
O imperador da Imperatriz - o Tocantins.

Carlinhos Veloz

RESUMO

Este estudo aborda e analisa aspectos essenciais da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense, delineada a partir da década de 1950. Para tanto, foram eleitas três espacialidades que apresentam expressivas funções socioeconômicas no interior da região investigada. Trata-se das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz que se localizam nas porções sul e sudoeste do estado do Maranhão aqui adjetivada de região Sulmaranhense. Esta interpretação foi guiada a partir de uma leitura dos condicionantes (históricos, políticos, econômicos e demográficos) entendidos como essenciais à formação socioespacial e estruturação destes arranjos urbano-regionais. Os referenciais metodológicos utilizados se pautaram na adoção de conceitos-chaves compreendidos como úteis para iluminar este estudo, a saber: cidade, região, cidades médias e centralidade urbano-regional e ordenamento do território. Associado a estes instrumentos realizou-se um estudo exploratório descritivo fundamentado na abordagem qualitativa. Considerou-se também o uso de múltiplas técnicas de pesquisa, particularmente, a observação assistemática e sistemática, a análise documental e a realização de entrevistas semi-estruturadas. Os resultados obtidos por meio deste estudo permitiram a elaboração de mapas, quadros, tabelas, gráficos e ainda de relevantes informações acerca do dinamismo socioeconômico que tem mobilizado os principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense, ou seja, as cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Dito isto, entende-se que este estudo cumpre com as suas finalidades centrais, uma vez que através deste exercício analítico foi possível apreender as dinâmicas das centralidades socioeconômicas que tem dado vida e visibilidade aos núcleos urbanos investigados. Em razão das reflexões realizadas neste estudo, notou-se ainda que há fortes desequilíbrios entre estas cidades. Desse modo, apresentou-se como sugestões para corrigir estas assimetrias alguns instrumentos que norteado o ordenamento territorial português, especialmente, àqueles refletidos em cidades médias.

Palavras-chaves: Região Sulmaranhense. Cidades. Urbanização. Dinâmica econômica. Ordenamento do território.

ABSTRACT

This study discusses and analyzes essential aspects of recent urban-regional Sulmaranhense dynamics drawn from the decade of 1950. For this purpose, three spatiality were elected that present significant socioeconomic functions within the urban network investigated. These are the cities of Açailândia, Balsas and Imperatriz which are located in southern and southwestern portions of the state of Maranhão. This analysis was guided by reading the (historical, political, economic and demographic) understood as responsible for the socio-spatial formation and structure of this urban-regional arrangement. The methodological frameworks used were based on the adoption of key concepts understood as useful to illuminate this study, namely: city, region, medium-sized cities, urban network, urban-regional centrality, major projects and planning. Associated with these instruments held an exploratory descriptive study based on a qualitative approach, and as a research strategy case study which included the use of multiple techniques, particularly, observation, document analysis and semi-structured interviews. The organization of the data resulted in the preparation of maps, charts and graphs that show the connections and socioeconomic relations between the major urban centers of the region Sulmaranhense. The analysis of socioeconomic centralities Açailândia, Balsas and Imperatriz also considered demographic and economic dynamism assumed by these cities from the 1960s. Due to this reflection it was noted that there are strong imbalances between these urban centers. This way, it was presented as suggestions to correct these asymmetries few instruments that guided the Portuguese spatial planning, especially those ones reflected in medium-sized cities.

Keywords: Region. Cities. Urban network. Services. Spatial planning.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Évora, Açailândia e Balsas – Sujeitos da Pesquisa/Populações entrevistadas	54
Quadro 2: Imperatriz - Sujeitos da Pesquisa/ População entrevistada no município	57
Quadro 3: Sertão de Pastos Bons - Quantidade de rebanho bovino, 1861	121
Quadro 4: Estratégias recentes de ocupação e povoamento da Amazônia (1953-1988)	135
Quadro 5: Mudanças estruturais na Amazônia brasileira (1990...)	137
Quadro 6: Mortes em conflitos agrários na pré-amazônia maranhense (1975-1984)	154
Quadro 7:Açailândia, Balsas e Imperatriz - Indicadores de habitação (1991-2010)	196
Quadro 8: Açailândia/MA - Composição das indústrias do polo siderúrgico	215
Quadro 9: Brasil - Projetos constituintes do PRODECER por Estado, 2001	261
Quadro 10: Balsas/MA - Distribuição dos equipamentos terciários na área central	300
Quadro 11: Balsas/MA- Tipologia dos estabelecimentos terciários-Avenida Catulo, 2012	302
Quadro 12: Balsas/MA - Estabelecimentos terciários com vínculos ao setor agropecuário	303
Quadro 13: Imperatriz - Principais atividades econômicas desenvolvidas (1950-1980)	331
Quadro 14: Imperatriz - Principais atividades econômicas desenvolvidas após 1980	340
Quadro 15: Imperatriz/MA: Níveis de Hierarquia dos estabelecimentos de saúde	368
Quadro 16: Imperatriz/MA: Tipos de Estabelecimentos de Saúde, 2014	370
Quadro 17: Imperatriz/MA: Condomínios cadastrados na SEPLUMA, 2014	374
Quadro 18: Imperial Shopping - Estabelecimentos comerciais e de serviços, 2014	416
Quadro 19: Tocantins Shopping - Estabelecimentos comerciais e de serviços, 2014	417
Quadro 20: Timbira Shopping – Estabelecimentos comerciais e de serviços, 2014	418
Quadro 21: Imperatriz/MA - Principais Hospitais existentes na cidade (1960-1980)	425
Quadro 22: Imperatriz/MA - Principais hospitais e clínicas na área central, 2014	428
Quadro 23: Imperatriz/MA - IES Superior que oferecem cursos na modalidade EAD	463
Quadro 24: IESMA/IFMA - Caracterização dos cursos de graduação, 2014	464
Quadro 25: Évora – Estratégias de ordenamento e desenvolvimento territorial	492

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Açailândia/MA - crescimento da população total, urbana e rural (1991-2010)	220
Gráfico 2: Açailândia/MA-Evolução e valor adicionado do PIB por setores: (2000-2010)	229
Gráfico 3: Região de Carajás – Evolução das exportações de Ferro-Gusa (1990-2010)	235
Gráfico 4: Açailândia/MA - Evolução de estabelecimentos terciários (1985-2005)	241
Gráfico 5: Balsas/MA - crescimento da população total, urbana e rural (1970-2010)	264
Gráfico 6: Balsas/MA – Evolução e valor adicionado do PIB por setores (2000-2010)	275
Gráfico 7: Brasil, Maranhão e Balsas - Uso de máquinas em unidades produtivas rurais	285
Gráfico 8: Brasil, Maranhão e Balsas - Uso de tratores em unidades produtivas rurais	287
Gráfico 9: Balsas/MA -Evolução de estabelecimentos terciários ligados ao agronegócio	295
Gráfico 10: Imperatriz/MA - Evolução demográfica do município (1950-1980)	320
Gráfico 11: Imperatriz/MA - Evolução demográfica do município (1980-2010)	323
Gráfico 12: Imperatriz/MA - Evolução de matrículas nas IES privadas (2003-2011)	365
Gráfico 13: Imperatriz/MA - Evolução do PIB conforme setores econômicos (2000-2010)	378
Gráfico 14: Região Sulmaranhense - Composição do PIB das principais cidades, 2011	380
Gráfico 15: Região Sulmaranhense - Agências e postos bancários das principais cidades	383
Gráfico 16: Região Sulmaranhense - Nº de IES e cursos de graduação principais cidades	396
Gráfico 17: Região Sulmaranhense - Serviços de saúde das principais cidades, 2014	397
Gráfico 18: Imperatriz/MA - Fluxos do comércio atacadista tradicional, 2014	410
Gráfico 19: Imperatriz/MA - Fluxos do comércio varejista moderno, 2014	419
Gráfico 20: HMI/Imperatriz-MA – Número de profissionais da saúde, 2014	433
Gráfico 21: HMI – Evolução do número de leitos conforme procedimentos (2009-2013)	434
Gráfico 22: HMI –Evolução de internações segundo níveis de complexidade (2009-2013)	436
Gráfico 23: HMI – Evolução do nº de atendimento segundo complexidade (2009-2013)	438
Gráfico 24: Imperatriz/MA: IES com cursos regulares de graduação/pós, 2014	462
Gráfico 25: Imperatriz/MA: Nº de alunos matriculados em cursos graduação, 2014	466

Gráfico 26: Imperatriz/MA - Procedência dos estudantes das IES públicas, 2014	469
Gráfico 27: Imperatriz/MA - Procedência dos estudantes das IES privadas, 2014	471
Gráfico 28: Évora, Portugal – Evolução populacional (1991-2011)	487
Gráfico 29: Évora – População empregada conforme sectores econômicos (2001-2011)	488
Gráfico 30: Évora – Afluência turística (1997-2011)	490

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Região Sulmaranhense - Centralidades urbano-regionais, 2014	26
Mapa 2: Amazônia Legal e suas sub-regiões	70
Mapa 3: Maranhão - Mesorregiões e Microrregiões do Estado, 1991	73
Mapa 4: Região Sulmaranhense – Configuração Socioespacial, 2014	77
Mapa 5: Divisão política do território brasileiro em capitanias hereditárias, século XVI	107
Mapa 6: Maranhão - Localização das principais tribos indígenas, século XVII	110
Mapa 7: Maranhão - Evolução dos municípios da província maranhense, século XIX	112
Mapa 8: Região de Pastos Bons - Colonização do sertão maranhense (1850-1950)	114
Mapa 9: Região de Pastos Bons - Vilas e rotas comercial, século XIX	125
Mapa 10: Projeto de colonização do Alto Turi – PCAT – Localização geográfica	146
Mapa 11: Rodovia Belém-Brasília - Destaque para sistema viário maranhense, 2014	167
Mapa 12: Região Sulmaranhense - Evolução das populações rural e urbana (1960-1980)	175
Mapa 13: Açailândia-MA - Localização geográfica do município, 2014	209
Mapa 14: Estrada de Ferro Carajás – Localização geográfica da EFC	213
Mapa 15: Açailândia/MA: Principais eixos comerciais e de serviços	245
Mapa 16: Balsas/MA: Localização geográfica do município	252
Mapa 17: Maranhão: Principais municípios produtores de soja, 2014	270
Mapa 18: Balsas/MA: Principais bairros ou áreas comerciais do município	294
Mapa 19: Balsas/MA - Principais eixos comerciais e de serviços da área central	299

Mapa 20: Imperatriz/MA: Localização geográfica do município	308
Mapa 21: Imperatriz/MA: Configuração e evolução da malha urbana (1950-2010)	345
Mapa 22: Imperatriz/MA: Áreas de concentração do comércio atacadista e varejista	404
Mapa 23: Imperatriz/MA: Fluxos socioeconômicos do comércio atacadista, 2014	412
Mapa 24: Imperatriz/MA: Fluxos socioeconômicos do comércio varejista, 2014	421
Mapa 25: Imperatriz/MA: Áreas especializadas na oferta dos serviços de saúde	427
Mapa 26: Região Sulmaranhense - Plano Diretor de regionalização da saúde, 2013	431
Mapa 27: Hospital Municipal de Imperatriz - Fluxos dos serviços de saúde, 2014	451
Mapa 28: Imperatriz/MA: Localização geográfica das principais IES, 2014	460
Mapa 29: Imperatriz/MA: Fluxos dos serviços de educação superior, 2014	473
Mapa 30: Évora: Localização geográfica no território português	485

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Região Sulmaranhense - Caracterização político-administrativa	78
Tabela 2: Região Sulmaranhense – Distribuição da população segundo porte populacional	79
Tabela 3: Região Sulmaranhense – Densidade demográfica segundo porte populacional	80
Tabela 4: Sertão de Pastos Bons – Fazendas instaladas no século XIX (1815)	120
Tabela 5: Sertão de Pastos Bons - População bovina dos maiores municípios, 1870	121
Tabela 6: Maranhão - Latifúndios por dimensão com área igual/superior a 10.000 ha	151
Tabela 7: Imperatriz/MA: Migrações dirigidas para o município na década de 1970	160
Tabela 8: Região Sulmaranhense - crescimento demográfico de cidades (1960-1980)	173
Tabela 9: Região Sulmaranhense - crescimento urbano e rural das cidades (1960-1980)	174
Tabela 10: Amazônia oriental - Heterogeneidade dos núcleos urbanos (1970-2010)	184
Tabela 11: Municípios emancipados do território de Imperatriz/MA (1981-1997)	185
Tabela 12: Amazônia oriental – Heterogeneidade dos núcleos urbanos (1970-2010)	187

Tabela 13: Ranking e participação do PIB dos principais núcleos urbanos maranhenses: valores agregados por setores econômicos, 2010	202
Tabela 14: Açailândia/MA - Caracterização das indústrias do polo siderúrgico	233
Tabela 15: Açailândia/MA - Fornecedores de carvão vegetal das siderúrgicas, 2008	234
Tabela 16: Região de Carajás - Quantidade e valor do ferro-gusa exportado (2000-2008)	236
Tabela 17: Evolução de exportações de ferro-gusa/Empresas maranhenses (2007-2008)	237
Tabela 18: Açailândia/MA - Distribuição dos estabelecimentos comerciais/Bairros, 2010	243
Tabela 19: Mesorregiões Maranhenses – Evolução da produção de soja (1990-2010)	279
Tabela 20: Maranhão - Área colhida e produzida de arroz e soja (1990-2010)	281
Tabela 21: Evolução da produção de soja no estado do Maranhão e na microrregião dos Gerais de Balsas (2000-2010)	284
Tabela 22: Imperatriz/MA - Evolução demográfica do município (1950-1980)	317
Tabela 23: Imperatriz/MA - Fragmentação territorial do município (1955-1997)	326
Tabela 24: Região Sulmaranhense - Produção de arroz: área colhida, quantidade produzida e rendimento médio (1960-1970)	334
Tabela 25: Imperatriz/MA – Produção e exportação de madeira serrada (1975-1980)	337
Tabela 26: Imperatriz/MA - Principais feiras/mercados livres do município	350
Tabela 27: Imperatriz/MA - IES com cursos presenciais, 2014	362
Tabela 28: Montes Claros/MG - Instituições de Ensino Superior, 2011	363
Tabela 29: Região Sulmaranhense - Estabelecimentos formais segundo setores econômicos dos principais municípios, 2010	393
Tabela 30: Região Sulmaranhense - Empregos formais nos principais núcleos urbanos	394
Tabela 31: Brasil - Evolução dos Shopping Centers (2006-2013)	414
Tabela 32: HMI/Evolução dos procedimentos da produção hospitalar (2009-2013)	439
Tabela 33: HMI/Evolução dos procedimentos da produção ambulatorial (2009-2013)	441

Tabela 34: HMI/ Evolução do tratamento de cirurgias múltiplas (2009/2013)	442
Tabela 35: HMI/Tratamento de acidente vascular cerebral - AVC (2009-2013)	444
Tabela 36: HMI/Tratamento de traumatismo cranioencefálico (2009-2013)	445
Tabela 37: Brasil - Distribuição das IES conforme Unidades da Federação, 2011	455
Tabela 38: Imperatriz/MA - Evolução das matrículas nas principais IES (2010-2014)	467

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Balsas/MA – Sede da Empresa Algar/Agro, 2014	85
Foto 2: Região Sulmaranhense - Vista parcial da Chapada das Mesas	100
Foto 3: Região Sulmaranhense - Aspectos das paisagens rurais e urbanas	131
Foto 4: Região Sulmaranhense - Aspectos das paisagens rurais e urbanas	131
Foto 5: Região Sulmaranhense - Aspectos das paisagens rurais e urbanas	131
Foto 6: Região Sulmaranhense - Aspectos das paisagens rurais e urbanas	131
Foto 7: Região Sulmaranhense - Aspectos das paisagens rurais e urbanas	131
Foto 8: Imperatriz/MA - Vista parcial da área central da cidade, 1963	173
Foto 9: Imperatriz/MA - Vista parcial da rodovia Belém-Brasília, 2005	173
Foto 10: Araguaína/TO - Vista aérea da cidade	183
Foto 11: Marabá/PA - Vista aérea da cidade	183
Foto 12: Imperatriz/MA - Vista aérea da cidade	183
Foto 13: Açailândia/MA - Vista parcial do bairro Piquiá	192
Foto 14: Açailândia/MA - Vista parcial do bairro Piquiá	192
Foto 15: Balsas/MA - Ausência de infraestrutura no Bairro São Francisco	195
Foto 16: Açailândia/MA - Ausência de infraestrutura no Bairro Vila Ildemar	195
Foto 17: Açailândia/MA - Centralidade da produção siderúrgica	200

Foto 18: Balsas/MA - Centralidade da produção agrícola moderna	200
Foto 19: Imperatriz/MA - Centralidade da produção terciária do município	200
Foto 20: Açailândia/MA - Vista aérea do município	208
Foto 21: Açailândia/MA - condições das moradias do Bairro Jardim de Alah	222
Foto 22: Açailândia/MA - condições das moradias do Bairro Vila Ypiranga	222
Foto 23: Açailândia/MA - Centro comercial/Avenida Tácito de Caldas	231
Foto 24: Açailândia/MA - Centro comercial/Rua Duque de Caxias	231
Foto 25: Açailândia/MA – Centro comercial/Avenida Desemb. Tácito de Caldas	247
Foto 26: Açailândia/MA - Centro comercial de Açailândia/Rua Duque de Caxias	247
Foto 27: Açailândia/MA - Banco da Amazônia/Rua Bom Jesus - Centro comercial	248
Foto 28: Açailândia/MA - Banco do Brasil/Av. Dorgival – Centro comercial	248
Foto 29: Balsas/MA - Vista parcial da área central do município	251
Foto 30: Balsas/MA - Escritório da Empresa Lavronorte	265
Foto 31: Balsas/MA - Escritório da Empresa Bunge	265
Foto 32: Balsas/MA - Área periférica do município/Bairro São Félix	274
Foto 33: Balsas/MA - Área periférica do município/Bairro São Francisco	274
Foto 34: Balsas/MA - Centro comercial da cidade/Rua Padre Franco, Centro	293
Foto 35: Balsas/MA - Centro comercial da cidade/Avenida Antonio Leão	293
Foto 36: Balsas/MA - Eixos comerciais da cidade/Avenida Catulo	301
Foto 37: Balsas/MA - Eixos comerciais da cidade/Avenida Catulo	301
Foto 38: Vista aérea da cidade de Imperatriz, MA	307
Foto 39: Imperatriz/MA - Cine Fides/Avenida Getúlio Vargas - (1979)	339
Foto 40: Imperatriz/MA - Casas Pernambucanas/Rua Godofredo - (1981)	339
Foto 41: Imperatriz/MA - Setor varejista/Calçadão - Centro comercial	348
Foto 42: Imperatriz/MA - Setor varejista/Avenida Getúlio Vargas - Centro comercial	348

Foto 43: Imperatriz/MA - Feira do Bairro Bom Sucesso	349
Foto 44: Imperatriz/MA - Feira do Bairro Bacuri	349
Foto 45: Imperatriz/MA - Feira do Mercadinho – Setor alimentício	351
Foto 46: Imperatriz/MA - Feira do Mercadinho – Setor de ervas e raízes/Imperatriz	351
Foto 47: Imperatriz/MA - Bairro Entroncamento - Setor de auto-peças	354
Foto 48: : Imperatriz/MA - Bairro Entroncamento - Setor de auto-peças	354
Foto 49: Imperatriz/MA - Condomínio New Ville – Av. Pedro Neiva de Santana	373
Foto 50: Imperatriz/MA - Edifício Buriti – Bairro Três Poderes	373
Foto 51: Imperatriz/MA – Verticalização do Bairro Centro	376
Foto 52: Imperatriz/MA - Verticalização do Bairro Três Poderes	376
Foto 53: Imperatriz/MA – Hospital Municipal de Imperatriz/HMI	400
Foto 54: Imperatriz/MA – UFMA – Campi avançado do Bom Jesus	400
Foto 55: Imperatriz/MA - Vista parcial do Imperial Shopping	400
Foto 56: Imperatriz/MA – Comércio atacadista/Rua Benedito Leite/Bairro Mercadinho	405
Foto 57: Imperatriz/MA – Comércio atacadista/Rua Benedito Leite/Bairro Mercadinho	405
Foto 58: Imperatriz/MA - Vista parcial do Timbira Shopping	415
Foto 59: Imperatriz/MA - Vista parcial do Imperial Shopping	415

LISTA DE SIGLAS

ABRASCE – Associação Brasileira dos Shopping Centers

BASA – Banco da Amazônia – S/A.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

CEG – Centro de Estudos Geográficos

CESI – Centro de Estudos Superiores de Imperatriz

COLONE – Companhia de Colonização do Nordeste

COMALTA – Cooperativa Mista da Região do Alto Turi

COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização

CME – Câmara Municipal de Évora

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DGOTDU – Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DHG – Departamento de História e Geografia

DSOT – Divisão de Serviços de Ordenamento do Território da Câmara Municipal de Évora

IG – Instituto de Geografia

IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

FACIMP – Faculdade de Imperatriz

FERGUMAR – Ferro Gusa do Maranhão S/A

FEST – Faculdade de Educação Santa Terezinha

FINOR – Fundos de Investimentos do Nordeste

FINAM – Fundos de Investimentos da Amazônia

GEPLAN – Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Maranhão

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

HMI – Hospital Municipal de Imperatriz

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IESA – Instituto de Estudos Socioambientais

IESMA – Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Econômicos Sociais e Cartográficos

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

NERE – Núcleo Empresarial da Região de Évora

PCAT – Projeto de Colonização do Alto Turi

PGC – Programa Grande Carajás

PIN – Programa de Integração Nacional

POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agrominerais da Amazônia

PPG – Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual do Maranhão

PPGEO – Programa Pós-graduação em Geografia

PPM – Projeto de Povoamento do Maranhão

PNOPT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território de Portugal

PNOT – Política Nacional de Ordenamento do Território

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODIAT – Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins

SIFEMA – Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UL – Universidade de Lisboa

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNISULMA – Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	I
LISTA DE GRÁFICOS	II
LISTA DE MAPAS	III
LISTA DE TABELAS	IV
LISTA DE FOTOS	V
LISTA DE SIGLAS	VI
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	25
Inquietações, motivações e interesses pela temática urbana e regional	27
1 PERCURSOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO	40
1.1 Aportes metodológicos do estudo: abordagens e métodos científicos	42
1.2 Delineamento dos instrumentos metodológicos: os procedimentos da pesquisa	50
1.3 Os conceitos-chaves enquanto percursos analíticos do estudo: região/regionalização, centralidade urbano-regional e ordenamento do território	60
1.3.1 Região e regionalização: uma via de acesso à compreensão da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense	61
1.3.2 Centralidade urbano-regional: revisitando conceitos	82
1.3.3 O ordenamento do território: uma alternativa ao planejamento do sistema urbano-regional Sulmaranhense?	91
2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO SULMARANHENSE	100
2.1 Aspectos singulares da formação socioespacial Sulmaranhense	101
2.2 As bases iniciais da conquista do território maranhense	104
2.3 Os caminhos do gado e a conquista do sertão maranhense	111
2.3.1 Expropriação e violência na conquista e ocupação do sertão maranhense	116
2.3.2 Especificidades da formação econômica e social do sertão maranhense	119
2.3.3 Mobilização política e “integração” do sertão ao litoral maranhense	126

3 REESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL AMAZÔNICA E OS SEUS REFLEXOS NO TERRITÓRIO MARANHENSE	131
3.1 Reestruturação urbano-regional amazônica: reflexões a partir das estatégias recentes de ocupação e povoamento	132
3.1.1 Os efeitos dos projetos de colonização na pré-amazônia maranhense (1960-1980)	143
3.1.2 Fluxos migratórios e a formação de um mercado de trabalho regional na pré-amazônia maranhense (1960-1980)	156
3.1.3 A rodovia Belém-Brasília e a consolidação da ocupação da região Sulmaranhense	166
3.2 Os reflexos da urbanização amazônica na região Sulmaranhense	179
4 CENTRALIDADES URBANO-REGIONAIS NA REGIÃO SULMARANHENSE	200
4.1 Açailândia: expressões da centralidade urbano-regional através da siderurgia?	206
4.1.1 Aspectos da formação socioespacial de Açailândia e os condicionantes da instalação de um polo siderúrgico na região Sulmaranhense	208
4.1.2 Aspectos da estrutura demográfica do município de Açailândia	220
4.1.3 Elementos da estrutura econômica do município de Açailândia	228
4.2 Balsas: a centralidade urbano-regional exercida através da agricultura moderna?	250
4.2.1 A formação socioespacial do município de Balsas e a constituição de um pólo agrícola moderno na região Sulmaranhense	251
4.2.2 Aspectos da estrutura demográfica do município de Balsas	263
4.2.3 Elementos da estrutura econômica do município de Balsas	275
4.3 Imperatriz: uma cidade de múltiplas centralidades	306
4.3.1 Especificidades da formação socioespacial do município de Imperatriz	307
4.3.2 Aspectos da estrutura demográfica do município de Imperatriz (1950-2010)	320
4.3.3 Elementos da estrutura econômica do município de Imperatriz	330
4.4 Expressões da centralidade urbano-regional de Açailândia, Balsas e Imperatriz	380

5 OS REFLEXOS DA CENTRALIDADE TERCIÁRIA DE IMPERATRIZ NO CENÁRIO REGIONAL SULMARANHENSE	400
5.1 O comércio de Imperatriz e as suas expressões na região Sulmaranhense	403
5.2 A centralidade dos serviços públicos de saúde de Imperatriz e os seus reflexos na região Sulmaranhense: uma abordagem a partir do Hospital Municipal de Imperatriz	423
5.2.1 Emergência e consolidação dos serviços de saúde na cidade de Imperatriz	424
5.2.2 A influência regional dos serviços públicos de saúde difundidos através do HMI	432
5.3 A educação superior de Imperatriz e os seus reflexos na região Sulmaranhense	453
5.3.1 As bases constituintes da educação superior na cidade de Imperatriz	457
5.3.2 A consolidação da educação superior na cidade de Imperatriz e a sua influência no espaço regional Sulmaranhense	458
5.4 O ordenamento do território: uma alternativa viável ao planejamento do sistema urbano-regional Sulmaranhense?	480
5.4.1 As boas práticas e lições do ordenamento territorial português: reflexões a partir da realidade socioespacial de Évora	483
CONSIDERAÇÕES FINAIS	503
REFERÊNCIAS	510
APÊNDICES	531
ANEXOS	541

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Seja qual for o ponto de partida da atividade científica, tal actividade só pode convencer plenamente abandonando o domínio de base: se ela experimenta, terá de raciocinar, se raciocina terá de experimentar. (BACHELARD, 1996)

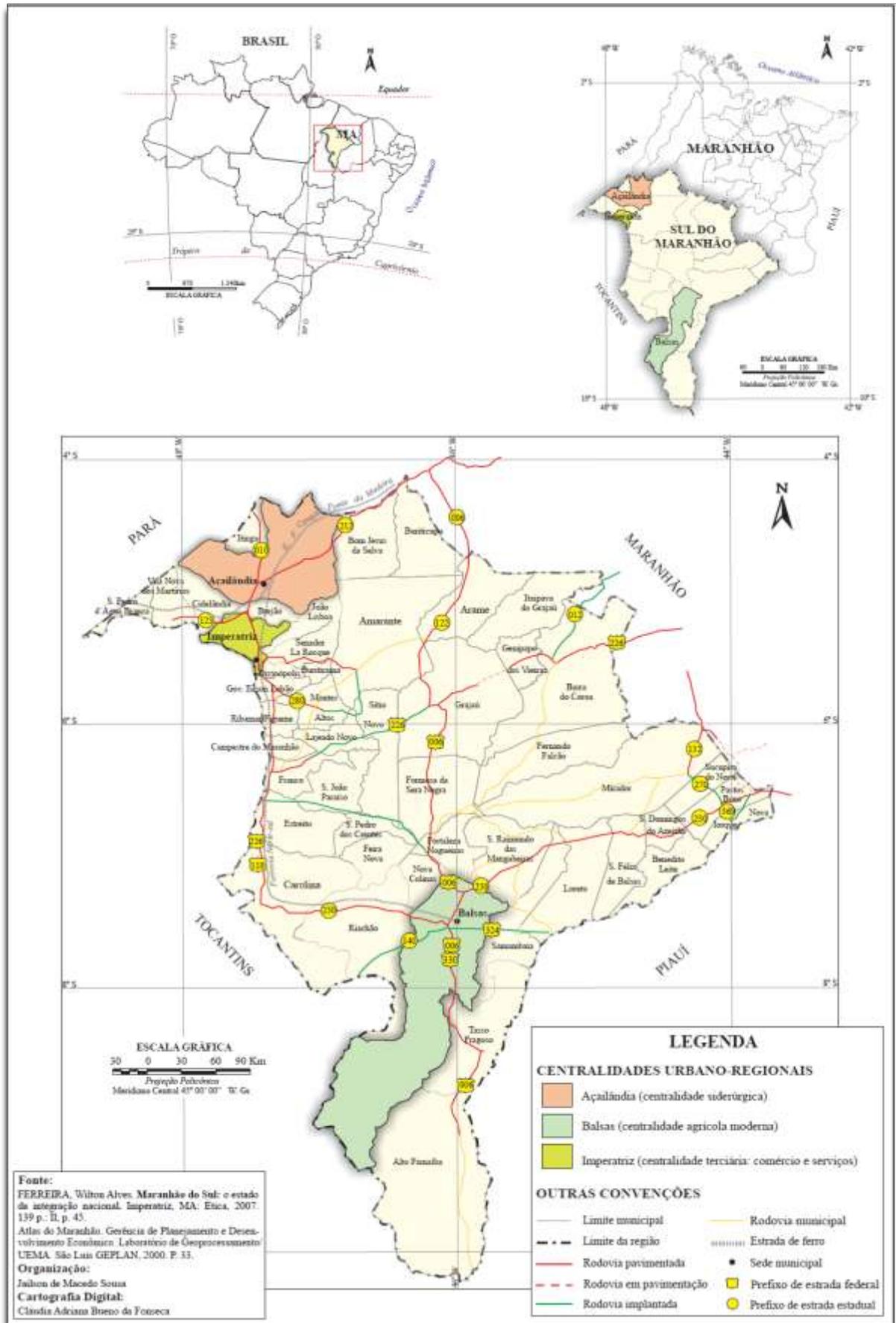
As reflexões apresentadas neste estudo objetivaram entender as transformações socioeconômicas materializadas na região Sulmaranhense a partir da década de 1950. Buscou-se compreender a configuração do atual processo de reestruturação urbano-regional amazônico e as suas implicações no âmbito da região Sulmaranhense em razão da emergência e difusão de novas centralidades econômicas, a saber: a centralidade agropecuária, siderúrgica e terciária. Nesta análise, objetivamos entender os papéis e funções desenvolvidas pelos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense¹. Trata-se das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz que estão inseridas nas porções sudoeste e sul do estado do Maranhão.

Considerou-se como recorte temporal o momento erigido a partir de 1980. Este é o período em que as mudanças econômicas, demográficas e culturais ocorreram de modo mais eficaz nesta região. Estas cidades têm acolhido desde 1980 projetos econômicos dinâmicos ligados à produção agrícola moderna, à produção siderúrgica e à consolidação do terciário. Os processos de modernização notados nestes espaços nos levou a indagar se de fato há uma nova dinâmica nesta região? Questionamos ainda, se os novos investimentos econômicos têm de fato assegurado às populações desta região condições adequadas de desenvolvimento?

O interesse em investigar a recente dinâmica urbano-regional Sulmaranhense e as suas relações com a emergência de novas centralidades socioeconômicas nesta região não é recente e se vincula à minha trajetória de estudos e ao exercício profissional desenvolvido no Centro de Estudos Superiores de Imperatriz da Universidade Estadual do Maranhão – CESI/UEMA. Assim sendo, a tarefa inicial proposta para a introdução desta tese se pautou na exposição dos interesses e motivações que nos levaram a desenvolver este estudo.

¹ Verificar mapa 1, página 26.

Mapa 1: Região Sulmaranhense - Centralidades urbano-regionais, 2014



Inquietações, motivações e interesses pela temática urbana e regional

Desde os primeiros passos dados no universo acadêmico, aprendemos que o fato de lidar com determinado objeto de estudo implica na necessidade da adoção permanente de instrumentos metodológicos condizentes com a realidade investigada. Estes instrumentos devem apresentar estreitas relações com a problemática e as finalidades propostas ao estudo.

No entanto, de nada adianta estabelecer estes nexos se deixarmos de lado as motivações e interesses que também estão atrelados ao desenvolvimento da pesquisa. Nesse percurso, o caráter objetivo da pesquisa científica deve realizar incessante diálogo com as subjetividades que permeiam o processo de construção de conhecimentos. Esta relação é enriquecedora e pode ser útil às indagações, reflexões e respostas que buscamos acerca do objeto investigado. Sobre esta perspectiva de análise, Hissa (2002) contribui ao afirmar

A imaginação é um pré-requisito da criação de qualquer construção humana. [...] Qualquer construção reflete a imaginação e a inventividade de seu criador. Em princípio, não há como admitir distância entre ciência e arte que sejam fundamentadas no critério da imaginação. Entretanto, em sua interpretação moderna, a ciência procura o caminho da distinção das demais atividades através de seus objetivos e, sobretudo, de seus procedimentos. (HISSA, 2002, p. 57).

A adoção de determinados procedimentos metodológicos deve levar em conta as relações de interdependência entre a criatividade, perspicácia e os sonhos do pesquisador. Estes ingredientes devem se associar no processo de investigação sem desprezar o caráter formal que move a ciência. Ao considerar estes critérios, ressaltamos as principais indagações que serviram de base e motivação ao desenvolvimento deste estudo. São elas: Por que estudar a recente dinâmica urbano-regional Sulmaranhense? Como se expressa esta dinâmica quando se consideram as centralidades socioeconômicas dos principais núcleos urbanos desta região?

O estudo das centralidades socioeconômicas presentes nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz se torna útil e interessante quando há uma preocupação, por parte do pesquisador, no sentido de associar ao mesmo tempo este dinamismo socioeconômico à materialidade dos fenômenos e processos sociais que se edificam nestes espaços.

Nessa direção, são úteis as contribuições fornecidas por Spósito (1999)

O debate acerca da importância da valorização da análise da dimensão econômica na pesquisa urbana pode ser estimulante, desde que nos afastemos do enfoque “economicista”, para usar um termo que nos permita fazer referência à tendência de tomar o econômico como determinante no conjunto das transformações sociais, políticas e ideológicas. (SPÓSITO, 1999, p. 53).

Trata-se de reconhecer nesta leitura os significados e as relações de interdependência entre os diferentes condicionantes (políticos, econômicos, demográficos e culturais) que dão vida e visibilidade à produção do espaço urbano e regional. Aos questionamentos destacados somaram-se vários outros que fortaleceram a nossa inquietação e, justificaram a necessidade de compreender a atual estrutura e dinâmica da rede urbana Sulmaranhense e as suas relações com a emergência de novas centralidades. São eles:

→ Que elementos socioespaciais (históricos, políticos, naturais, demográficos e econômicos) condicionaram a formação e a estruturação da região Sulmaranhense?

→ Qual é a relação da recente estrutura da região Sulmaranhense delineada a partir da década de 1980 com a emergência de novas centralidades socioeconômicas?

→ Que núcleos urbanos têm apresentado maior visibilidade e importância no interior da região pesquisada em relação aos aspectos econômicos e demográficos?

→ Por que a cidade de Imperatriz localizada no sudoeste do estado do Maranhão é reconhecida desde 1950 como a principal centralidade socioeconômica da região investigada?

→ Que tipo de relações Imperatriz tem estabelecido com os principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense? Como se materializam e se expressam as relações de centralidades socioeconômicas entre os principais núcleos urbanos desta região?

As respostas a estes questionamentos são complexas. Elas exigem do pesquisador durante o processo de investigação a adoção de uma postura interdisciplinar. Nesse sentido, há a necessidade da realização de um diálogo permanente entre as distintas áreas do conhecimento humano a fim de obter as respostas satisfatórias à problemática estudada.

É preciso levar em conta nesta interpretação às contribuições fornecidas por meio do diálogo erigido entre o conhecimento geográfico, histórico, econômico e sociológico no que tange ao processo de produção do espaço². Nesta análise, o espaço segundo Santos (2008)

Deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. (SANTOS, 2008, p. 15).

Desse modo, a interpretação aqui proposta sobre o processo de produção e estruturação do sistema urbano Sulmaranhense leva em conta estas proposições que são frutos da relação indissociável da sociedade e o espaço num dado momento histórico³.

Entende-se que a ruptura das fronteiras disciplinares que passou a orientar a ciência moderna constitui uma condição *sine qua non* à uma leitura mais coerente da realidade investigada. É preciso olhar para além dos nossos umbigos. A realidade urbano-regional é muito mais complexa do que se imagina e exige do pesquisador uma visão poliocular de modo a enxergar as distintas dimensões que a envolve. Segundo Brandão (2009)

[...] em sua verdadeira vocação, e, ao contrário do que pensam pessoas dedicadas a alguma de nossas ciências, toda a pesquisa, mesmo a de elaboração e a de realização mais solitária, pode e deve ser também um trabalho destinado a ser colocado em volta da mesa; a ser partilhado, pensado e redigido como um texto, um artigo ou o que seja, pronto a ser posto a serviço de algo mais do que um novo título, ou um novo conjunto de ideias e de achados dirigido ao círculo restrito dos que são como eu e pensam como eu. (BRANDÃO, 2009, p. 17).

A ciência contemporânea inserida no paradigma denominado por muitos estudiosos como pós-moderno é tributária e sedenta deste exercício de diálogo. O diálogo interdisciplinar além de se apresentar como condição indispensável ao entendimento da realidade social que nos envolve, constitui também numa possibilidade coerente de interpretação das formas complexas de produção do conhecimento no mundo hodierno.

² Esta postura adquire sentido quando o diálogo se estabelece entre os distintos campos do saber. Brandão (2009) a este respeito fornece valiosa colaboração quando sugere a adoção e o exercício do diálogo interdisciplinar.

³ Para Santos (2008, p. 35) “A noção de espaço é inseparável da ideia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação de diversas variáveis depende do sistema temporal”.

Nessa direção Morin (2001) afirma

De toda parte surge a necessidade de um princípio de explicação mais rico do que o princípio de simplificação que podemos denominar princípio de complexidade. Ele se esforça por desenvolver amplamente o diálogo entre ordem, desordem e organização, para conceber, na sua especificidade, os fenômenos físicos, biológicos e humanos. Esforça-se por obter uma visão poliocular ou poliscópica, em que as dimensões físicas, biológicas, espirituais, culturais, sociológicas e históricas daquilo que é humano deixem de ser incomunicáveis. (MORIN, 2001, p. 30).

Nossa preocupação neste estudo repousa justamente na necessidade da adoção desta postura interdisciplinar, de modo a reconhecer as distintas formas de apreensão da realidade urbana e regional por meio das contribuições de diferentes áreas do conhecimento.

No que tange às motivações encontradas para o desenvolvimento deste estudo, é necessário sublinhar que tais idéias encontraram sustentação ainda nas minhas primeiras incursões no universo acadêmico, por ocasião da conclusão do curso de graduação.

Na conclusão do curso de licenciatura em Geografia optei por trabalhar com a temática urbana, através do estudo das desigualdades socioespaciais presentes no espaço urbano de Imperatriz mediadas pelo processo da segregação espacial no bairro Beira-Rio⁴. Naquele momento, percebi que o objeto eleito para o estudo não se edificava apenas nos limites internos da cidade, ou seja, a segregação espacial urbana manifestada em Imperatriz passou a exigir também uma leitura do espaço regional. A cidade apresentava tais formas, funções, processos e estrutura em razão das relações estabelecidas com o espaço regional.

Diante daquelas evidências, me propus a buscar entender melhor entre os anos de 2003 a 2005 estas relações através da dinâmica socioeconômica edificada em Imperatriz e as suas projeções no espaço regional, ou seja, a sua influência socioeconômica no âmbito da região Tocantina através do meu ingresso no Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG.

⁴ Trata-se do trabalho de conclusão de curso desenvolvido no ano de 2001 no Centro de Estudos Superiores de Imperatriz da Universidade Estadual do Maranhão – CESI/UEMA, cujo título enfocou: “O estudo do cotidiano e a segregação espacial na região da Beira-rio”, sob a orientação da Profa. Dra. Rosirene Martins Lima.

Nesta instituição refleti de maneira acurada acerca da realidade urbano-regional de Imperatriz, através da dissertação de mestrado intitulada: A cidade na região e a região na cidade - a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina⁵.

Pude então compreender a influência do terciário moderno, sobretudo, em função das atividades conduzidas pela atividade comercial (comércio atacadista e varejista) que adquiriu forte expressão no cenário intra-urbano e regional no início da década de 1980. Destacou-se ainda, neste estudo, o interesse em investigar o dinamismo dos serviços públicos e privados de saúde desenvolvidos com maior vigor a partir de 1990 e a consolidação dos serviços de educação superior. A configuração socioespacial presente em Imperatriz delineada a partir da década de 1980 só encontrou explicações coerentes mediante uma leitura das relações socioeconômicas que esta cidade tem estabelecido com o contexto regional.

Destarte, este fato constituiu como o ponto de partida para a investigação a ser realizada através desta tese. Já havíamos em momento anterior demonstrado esta preocupação em estudar a realidade urbana de Imperatriz, articulando-a a escala regional. Esta ideia foi reforçada em face das reflexões propostas por Soares (2003, p. 84) que contribui ao afirmar que “as questões urbanas e regionais estão interligadas e se torna difícil na dinâmica territorial identificar o que é particular à problemática urbana e o que diz respeito à questão regional”.

O urbano e o regional encontram-se interligados e os seus nexos se revelam através do dinamismo assumido pelos núcleos urbanos no interior da rede urbana, ou seja, por meio dos fixos e fluxos materializados na rede urbana. É através destas relações entre fixos e fluxos desenvolvidas na rede urbana que a vida nas cidades e na região adquire sentido.

Assim sendo, esta tese se ocupa em captar a essência desses movimentos que dão visibilidade à rede urbana Sulmaranhense, por meio do estudo da dinâmica socioeconômica dos seus principais núcleos urbanos, em particular, Açailândia, Balsas e Imperatriz.

⁵ Diz respeito à Dissertação de mestrado produzida entre 2003 a 2005 no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG, sob a orientação da Profa. Dra. Lana de Souza Cavalcanti.

O município de Açailândia localiza-se no sudoeste do estado do Maranhão e foi desmembrado do município de Imperatriz no início da década de 1980, tendo a sua emancipação no ano de 1981, através da lei estadual nº 4.295 de junho de 1981.

Açailândia constitui um exemplo fidedigno de instalação de polo de crescimento econômico implantado no bojo da política desenvolvimentista executada pelos governos militares na Amazônia oriental. Esta cidade apresenta na atividade siderúrgica a base de sua estrutura econômica. O desenvolvimento da atividade siderúrgica está estreitamente vinculado ao polo siderúrgico da região que se insere no contexto do Programa Grande Carajás. Sua instalação no início da década de 1980 se relaciona às demandas oriundas deste programa tanto em relação à produção do carvão vegetal como ao beneficiamento do ferro-gusa.

Segundo dados oficiais do IBGE (2010), Açailândia conta com população total de 104.047 habitantes, constituindo um dos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense. Apresenta área territorial de 6.831 km² e dispõem de densidade demográfica de 17,84%. Representa no cenário estadual um dos principais núcleos urbanos do estado do Maranhão, tanto pela forte participação demográfica como também em relação aos aspectos econômicos.

A cidade de Balsas, por seu turno, localiza-se na porção sul do estado do Maranhão. Foi elevada à categoria de vila onde recebeu a denominação Santo Antônio de Balsas através da lei estadual nº 15 de 07 de outubro de 1892, tendo sido neste período desmembrada do município de Riachão. Em razão da lei estadual, nº 775 de 22 de março de 1918 alcançou à condição de cidade. O município de Balsas apresenta na atividade agrícola moderna, especialmente, em razão da produção de grãos a base de sua estrutura econômica.

Trata-se de um dos principais polos sojicultores da região nordeste e do território brasileiro, apresentando expressivos papéis e funções no cenário econômico estadual e no âmbito nacional. Conforme os dados do IBGE (2010) apresenta população total de 83.528 habitantes, sendo que 87,12% residem na área urbana e 12,88% se concentram na área rural.

Outro município que merece atenção no bojo do dinamismo socioeconômico, demográfico e cultural presente na região Sulmaranhense diz respeito à cidade Imperatriz.

Imperatriz foi elevada à categoria de vila com a denominação de Vila Nova da Imperatriz através da lei Provincial nº 398 de 27 de agosto de 1856, tendo sido desmembrada neste período do município de Chapada (atualmente Grajau). Posteriormente, foi elevada à condição de cidade em razão da lei estadual nº 1.179 de 22 de abril de 1924.

Trata-se do principal núcleo urbano da região Sulmaranhense. Segundo os dados demográficos do IBGE (2010) apresenta população total correspondente 247.505 habitantes. Representa no contexto estadual a segunda cidade mais importante quando se consideram as dimensões econômicas e demográficas, perdendo nesses aspectos, apenas para a capital São Luís. O município de Imperatriz apresenta desde o início da década de 1980 a sua base econômica vinculada ao setor terciário em razão do desenvolvimento da atividade comercial (comércio atacadista e varejista), os serviços públicos e privados de saúde, à educação superior e atualmente a expressiva participação do segmento da construção civil.

De modo geral, entende-se que a dinâmica assumida por estes núcleos urbanos tem revelado transformações significativas na estrutura e no desenvolvimento da rede urbana Sulmaranhense. Esta região que até o início da década de 1980 apresentara frágil articulação e interações espaciais, demonstra desde a década de 1980 uma maior articulação social, econômica e demográfica. Trata-se de uma região que em sua essência se tornou mais fluída.

Tais fatos nos levaram a refletir, questionar e a buscar compreender as relações socioeconômicas estabelecidas entre estes núcleos urbanos no contexto regional e também nos motivou a levantar a seguinte hipótese: observa-se que desde 1980 vem se configurando uma nova estrutura no sistema urbano Sulmaranhense. Esta tem sido marcada pela presença de novas centralidades econômicas. Assim sendo, acredita-se que a presença destas centralidades socioeconômicas tem alterado a dinâmica urbano-regional Sulmaranhense.

É importante advertir que a escolha destes núcleos urbanos não ocorreu de modo aleatório. Eles passaram a desenvolver significativas funções e papéis socioeconômicos no interior da rede urbana Sulmaranhense a partir da década de 1980.

Esta escolha também foi motivada em razão do meu exercício profissional. Desde o ano de 2009 tem sido recorrente a proposição e aprovação de projetos de iniciação científica junto à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Estadual do Maranhão – PPG/UEMA relacionados ao estudo da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense.

Entre os anos de 2009 a 2010 foi aprovado e desenvolvido o projeto de iniciação científica intitulado “Efeitos socioespaciais de grandes projetos no sudoeste maranhense: uma reflexão a partir da atividade siderúrgica no município de Açailândia/MA”. Posteriormente, ou seja, entre os anos de 2010/2011 foi proposto projeto de iniciação científica que objetivou compreender a “Centralidade dos serviços públicos de saúde de Imperatriz no contexto Sulmaranhense”. Estes projetos⁶ contemplaram diversas inquietações no sentido de buscar entender a atual dinâmica urbano-regional Sulmaranhense por meio das relações socioeconômicas tecidas entre as cidades e à emergência de novas centralidades econômicas.

Relacionadas a estas motivações é importante destacar ainda a realização de trabalhos de campo desde o ano de 2008 na região Sulmaranhense. Estes estudos empíricos foram fomentados através das disciplinas de Geografia Regional e Urbana ministradas entre os anos de 2008/2010 no CESI/UEMA. Estas pesquisas despertaram o interesse em apreender o dinamismo socioeconômico que tem mobilizado nesta fase recente a região Sulmaranhense.

É válido destacar ainda que esta leitura e análise do dinamismo socioeconômico impresso no contexto da região Sulmaranhense também encontrou estreitas vinculações com os processos de reestruturação urbano e regional materializados desde a década de 1950 na Amazônia brasileira, particularmente, em sua porção oriental.

⁶ Para um aprofundamento dos significados e efeitos dos referidos projetos econômicos difundidos na região Sulmaranhense sugere-se a consulta dos estudos desenvolvidos por Sousa e Almeida (2012); Almeida (2013); Sousa e Dias Filho (2012); Dias Filho (2013) e Sousa e Reis (2012); Reis (2013).

Dito isto, entende-se que a porção adjetivada de Sulmaranhense não tem ficado à margem no conjunto destas mudanças. As estruturas de algumas cidades e a dinâmica do espaço regional se alteraram, acarretando numa maior complexidade dos núcleos urbanos.

De um padrão dendrítico⁷, a rede urbana tem assumido maior complexidade em razão das funções, processos, estruturas e formas que alguns dos seus núcleos urbanos têm apresentado, expressando assim a inserção destes na recente divisão territorial do trabalho. Porém, vale afirmar que nem todas as cidades situadas na região Sulmaranhense apresentaram os mesmos ritmos de crescimento. Desse modo, as intervenções governamentais apresentaram papéis essenciais na escolha de determinadas áreas que passaram a acolher de modo seletivo algumas externalidades. Trata-se dos municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz.

As transformações verificadas nestas cidades impulsionaram a reestruturação do sistema urbano, revelando a importância da dimensão política neste processo. O espaço mesmo com a influência dos determinantes econômicos em face da introdução de projetos econômicos na região é entendido como reflexo direto das intervenções políticas. A sua dinamização subordina-se às injunções políticas. Lefebvre (2008) nesse sentido expõe

[...] o espaço não é um objeto científico descartado pela ideologia ou pela política. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto, puramente formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, foi objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. (LEFEBVRE, 2008, p. 61-62).

A dimensão política movimenta e dá vida às relações sociais no espaço amazônico. Tem-se através de suas intervenções um processo dinâmico de reestruturação. As centralidades que daí emergem devem ser pensadas para além das intervenções econômicas, uma vez que adquirem tais formas em face das forças e intervenções políticas que nele atuam.

⁷ Conforme Corrêa (1988a); (1989); (2006) o padrão dendrítico constitui uma expressão peculiar da rede urbana amazônica. Tem uma história colonial e resulta da manutenção de um simples e monotônico processo de criação de atividades cujos produtos destinavam-se ao mercado exterior, sendo visível na região até a década de 1960.

A centralidade econômica exercida por estes núcleos urbanos a partir da década de 1980 se concretiza mediante o exercício da centralidade política. A centralidade política constituiu condição vital para a instalação de projetos econômicos nesta região. No estado do Pará, por exemplo, Trindade Júnior (2011) entende que esta centralidade se afirma mediante

[...] a presença de grandes projetos econômicos ou de importantes atividades econômicas em expansão sob a sua área de influência e revelam uma relativização do papel de Belém, uma das metrópoles regionais, frente às cidades médias, especialmente Marabá e Santarém, que definem novos papéis no contexto da participação econômica da Amazônia oriental, e especialmente do Estado do Pará. (TRINDADE JÚNIOR, 2011, p. 147).

Desse modo, entende-se que há relações de interdependência entre a centralidade política e a econômica. Estas são mediadas pelos projetos econômicos difundidos nesta região. A centralidade econômica se efetiva mediante as ações guiadas pelo Estado. É por meio destas intervenções políticas que os empreendimentos econômicos recebem o devido aval para sua instalação nos distintos subespaços da Amazônia. É também em face das centralidades político-econômicas que a região atesta crescente processo de reestruturação.

Diante da exposição dos interesses destacados à realização deste estudo, a tarefa seguinte pautou-se na apresentação dos objetivos propostos para esta investigação. São eles:

- Compreender aspectos essenciais da atual estrutura e dinâmica da rede urbana Sulmaranhense e as suas relações com a emergência de centralidades econômicas na região;
- Refletir sobre os elementos socioespaciais (históricos, econômicos, políticos, demográficos) que condicionaram a efetiva formação da região Sulmaranhense;
- Investigar as cidades que tem apresentado maior visibilidade no interior da região investigada em relação aos aspectos econômicos e demográficos;
- Entender por que a cidade de Imperatriz, situada no sudoeste do Estado do Maranhão é apontada desde a década de 1950 como a principal centralidade da região;
- Analisar a natureza e os significados da emergência e difusão de centralidades socioeconômicas no âmbito dos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense.

Os objetivos específicos apresentados constituíram a trajetória escolhida pelo pesquisador para compreender a atual dinâmica do sistema urbano Sulmaranhense. Vale ressaltar que este constituiu um caminho, ou seja, uma forma de apreensão da realidade urbano-regional Sulmaranhense, não suprimindo outras formas de olhar esta realidade.

Estes objetivos ressaltados encontraram estreitas ligações com a problemática e com os instrumentos metodológicos adotados neste estudo. A compreensão destes objetivos expostos encontrou sustentação na adoção dos referidos instrumentos metodológicos eleitos para esta investigação. Para tanto, enfatiza-se a seguir estruturação da tese que é seguida da exposição dos aportes metodológicos que nortearam a construção deste estudo.

ESTRUTURAÇÃO DA TESE

As ideias introdutórias desta tese enfatizam os instrumentos metodológicos que serviram de suporte à construção deste estudo. Trata-se da exposição das abordagens teóricas, métodos científicos e técnicas de pesquisa que foram úteis a esta investigação. Expomos ainda os conceitos-chave que alicerçaram o debate proposto. No conjunto destes, destacaram-se: região/regionalização, centralidade urbano-regional e ordenamento do território.

O segundo capítulo desta tese aborda e analisa o processo de formação socioespacial⁸ da região Sulmaranhense. Este debate considerou os condicionantes históricos, demográficos, políticos e as estruturas produtivas desta região. Trata-se de uma interpretação fundamentada no processo evolutivo das bases históricas da formação Sulmaranhense.

Desse modo, esta leitura enfatiza aspectos essenciais da formação e evolução histórica da região de Pastos Bons, considerando a periodização delimitada a partir da primeira metade do século XVIII estendendo-se até as primeiras décadas do século XX. Esta leitura é acompanhada de um exame dos elementos econômicos, políticos e culturais responsáveis pelo processo histórico de produção do espaço regional Sulmaranhense.

⁸ Para uma compreensão mais aprofundada acerca do processo de formação socioespacial e as suas contribuições à uma leitura do espaço é conveniente considerar as ideias fornecidas por Milton Santos (1977); (2004a); (2008).

O terceiro capítulo enfatiza aspectos essenciais do processo de reestruturação urbano-regional amazônico e os seus reflexos no espaço maranhense. Este debate questiona os significados das estratégias recentes de ocupação e povoamento difundidas na Amazônia e os seus desdobramentos no território maranhense. No bojo destas estratégias teve destaque: a colonização pública e privada das terras, a indução de fluxos migratórios, a formação do mercado de trabalho regional, a construção da rodovia Belém-Brasília e o recente processo de urbanização difundido nas cidades da região Sulmaranhense. Estas estratégias tiveram implicações diretas na reestruturação da porção meridional do território maranhense, apresentando efeitos imediatos na reorganização do sistema de cidades Sulmaranhense.

A proposta delineada para o quarto capítulo deste estudo centrou as suas atenções numa possibilidade de leitura e interpretação das centralidades socioeconômicas presentes na região Sulmaranhense. Para tanto, foram eleitas três espacialidades que em nossa opinião passaram a exercer expressivas funções socioeconômicas no cenário maranhense a partir da década de 1980. Trata-se das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Estes núcleos urbanos têm desenvolvido desde a década de 1980 significativas funções, denotando dinâmicas peculiares no interior da região Sulmaranhense. Assim sendo, este estudo busca reconhecer as funções socioeconômicas desenvolvidas por estes municípios no âmbito da região Sulmaranhense em face das centralidades econômicas que eles têm desenvolvido.

A cidade de Açailândia, por exemplo, tendo sido desmembrada do município de Imperatriz no início da década de 1980 conheceu notável crescimento demográfico e econômico a partir de então em razão do desenvolvimento da atividade siderúrgica.

A cidade de Balsas, por sua vez, teve a sua dinâmica socioeconômica e demográfica transformada desde meados da década de 1970 em função do desenvolvimento da atividade agrícola moderna, comandada pela produção de soja. A difusão da produção de grãos motivou o crescimento econômico e demográfico desta cidade a partir de então.

No contexto das centralidades emergentes na região Sulmaranhense é válido destacar ainda a forte participação socioeconômica assumida pela cidade de Imperatriz em face da difusão de múltiplas centralidades. Esta cidade se apresenta desde o início da década de 1960 como o principal núcleo urbano desta região quando se consideram os aspectos demográficos e econômicos. Este fato se associa à pujança do segmento terciário, em razão do desenvolvimento da atividade comercial, os serviços de saúde e a educação superior.

O quinto capítulo deste estudo interpreta as expressões da centralidade urbano-regional exercida por Imperatriz no interior da rede urbana Sulmaranhense. Para entender os significados e a materialidade destas centralidades foi necessário inicialmente ressaltar as particularidades da dinâmica econômica desta cidade erigida a partir da década de 1980. Desse modo, buscou-se reconhecer os significados conferidos às diferentes atividades econômicas desenvolvidas em Imperatriz desde a década de 1980 até os dias atuais.

Neste período recente, ou seja, a partir da década de 1980 a interpretação deste dinamismo se voltou a uma leitura da crescente participação do terciário moderno em razão da consolidação do comércio atacadista e varejista, a intensa participação dos serviços públicos e privados de saúde e a recente consolidação da educação superior nesta cidade. Esta importância da atividade comercial e dos serviços públicos e privados de saúde e da educação superior tem se projetado inclusive para além dos limites internos desta cidade, sendo irradiados para o extremo norte do Tocantins e para o sul/sudeste do Pará.

Inicialmente serão abordados aspectos essenciais dos aspectos metodológicos que foram adotados neste estudo. Estas ideias estão dispostas no primeiro capítulo desta tese que enfatiza os elementos metodológicos que foram utilizados neste estudo. Destacamos nesse sentido, a abordagem, o método e as técnicas, ou seja, os pressupostos metodológicos que foram úteis ao desenvolvimento e à execução desta pesquisa.

1 PERCURSOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

A história da ciência, afinal de contas, não consiste simplesmente em fatos e conclusões. Também contém ideias, interpretações de fatos, problemas criados por interpretações conflitantes, erros e assim por diante. (FEYERABEND, 2007).

Estas ideias introdutórias enfatizam a trajetória metodológica de construção deste estudo. Focaliza e expõe a adoção dos instrumentos metodológicos que foram úteis a esta investigação. A metodologia adotada não suprime outras formas de apreensão das categorias eleitas para este estudo, a saber: a cidade e a região. De acordo com a assertiva destacada por Feyerabend (2007) o fato de produzir conhecimentos por meio da atividade científica implica em reconhecer que somos passíveis de erros e acertos. Os problemas que emergem da sociedade hodierna devem ser encarados como metas num processo de investigação, embora seja reconhecido que nossas respostas nem sempre caminhem na direção da verdade absoluta.

A presente tese segue uma orientação metodológica pautada na adoção de uma abordagem ou postura interdisciplinar. Não é advogado apenas à Geografia, ou seja, ao conhecimento geográfico o estatuto unívoco de interpretação da realidade urbana e regional. Entende-se que esta tarefa tem sido cada vez mais compartilhada por diferentes áreas do conhecimento humano. A este respeito cumpre ressaltar as contribuições de Santos (2004a)

[...] o princípio da interdisciplinaridade é geral a todas as ciências. Toda ciência se desenvolve nas fronteiras de outras disciplinas e com elas se integram por meio de uma filosofia. A geografia, sociologia e economia são interpretações complementares da realidade humana. [...] Uma interdisciplinaridade que não leva em conta a multiplicidade de aspectos com os quais se apresenta aos nossos olhos uma mesma realidade, poderia conduzir à construção teórica de uma totalidade cega e confusa, incapaz de permitir uma definição correta de suas partes, e isso agravaria ainda mais, o problema de sua própria definição como realidade. (SANTOS, 2004a, p. 140).

É apoiado nesta perspectiva que buscamos desenvolver esta investigação. Através do diálogo mediado por distintas áreas do conhecimento humano, especialmente, a geografia e as contribuições dadas pelo conhecimento histórico, sociológico e pela economia que será possível obter resultados satisfatórios acerca da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense.

O diálogo interdisciplinar colocou-se como condição essencial no processo de construção de conhecimentos. Desse modo, é importante reconhecer as categorias, ou seja, conceitos-chaves e demais instrumentos metodológicos que auxiliaram na identificação e compreensão do objeto aqui investigado. Carlos Rodrigues Brandão (2009) ao refletir sobre a pesquisa e as formas de produção do conhecimento no mundo contemporâneo enfatiza

[...] o horizonte mesmo da pesquisa solitária é solidário. É o trabalho vivido em/ ou dirigido à equipe, à comunidade. E a vocação da pesquisa em equipe tende a realizar-se como alguma modalidade de um trabalho partilhável, participativo e participante. Assim, podemos acreditar que o valor de uma investigação científica não está somente no envolvimento e nos compromissos acadêmicos de seus realizadores. Ele está também no sentido de serviço e de proveito dado ao processo do trabalho científico e aos seus produtos. (BRANDÃO, 2009, p. 17).

O espírito solitário e objetivo que tanto orientou os pesquisadores no decurso da produção de conhecimentos pela ciência moderna tem exigido desde 1950 a adoção de uma postura distinta pautada, sobretudo, no diálogo. Na atualidade produzir conhecimentos implica em partilhar angústias e estabelecer nexos com áreas vizinhas do conhecimento.

No entanto, há de se reconhecer que do ponto de vista prático ainda há um fosso enorme que separa os pesquisadores e os seus distintos distritos do conhecimento. Esta segmentação do trabalho acadêmico, tão peculiar à construção do conhecimento moderno, tem na atualidade transposto as fronteiras disciplinares. Nessa direção Hissa (2002) pondera

A busca da precisão e da liberdade não são excludentes, como pode ser sugerido por referências mais conservadoras. Imagina-se que o método de investigação científica seja sistemático o suficiente para a construção crítica – a leitura das coisas e dos seres -, mais suficientemente livre para estimular o espírito criativo do sujeito. Desse modo, o pensamento criativo, entendido como o jogo da liberdade, que sob novas regras tem inventado novos roteiros, mais lúdicos que melhor propiciam o desenvolvimento das potencialidades criativas -, limita-se diante dos planos de pesquisa mais rigorosos. (HISSA, 2002, p. 162).

Afirmou-se antes que a postura metodológica aqui trabalhada pauta as suas preocupações no olhar e numa práxis de construção do conhecimento de modo compartilhado. A metodologia adotada neste estudo mesmo seguindo convenções e normas objetivas não é privada do exercício do diálogo com as outras formas de edificação do saber.

Ao considerar esta postura metodológica no processo de investigação da realidade urbano-regional Sulmaranhense, enfatiza-se a necessidade de conduzir este estudo pautando estas reflexões numa abordagem interdisciplinar. Brandão (2009) nessa direção afirma

A geografia abre janelas e escancara portas, e conclama às suas vizinhas que derrubem também as suas cercas – como os homens e as mulheres do trabalho com a terra -, que abram as suas portas e que venham, baixados os seus muros acadêmicos e as suas armas científicas, dialogar em grandes praças de palavras, de ideias e de teorias (sólidas o bastante para, em algum tempo, desmancharem-se no ar). Terras de todas as ciências e de nenhuma, para poderem ser a parte original de cada uma, depois de haverem aprendido e se haverem impregnado do que sempre lhes pareceu interdito, porque não eram, justamente, “da minha área”. (BRANDÃO, 2009, p. 15).

As ideias expostas por Brandão (2009) enfatizam com propriedade a importância de se trabalhar numa perspectiva de análise interdisciplinar. Dito isto, apresentam-se a seguir os principais instrumentos metodológicos que nortearam à construção desta tese.

1.1 Aportes metodológicos do estudo: abordagens e métodos científicos

Os estudos de natureza científica devem pautar as suas preocupações na adoção de instrumentos metodológicos condizentes com a problemática e os objetivos propostos. O uso de abordagens teóricas, métodos científicos e técnicas de pesquisa devem estar em harmonia com a problemática e finalidades eleitas pelo pesquisador em sua investigação. Acerca destes cuidados no processo de construção da pesquisa, Bourdieu (2004) adverte

A pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apetecia-me dizer: É proibido proibir ou livrai-nos dos cães de guarda metodológicos. (BOURDIEU, 2004, p. 16).

O rigor e a objetividade são entendidos como elementos fundamentais nas distintas fases de construção do conhecimento. Porém, de nada adianta levar a cabo estes critérios sem o olhar sensível e criativo do pesquisador. A subjetividade deve constituir uma forte aliada da objetividade. Esta articulação é peça-chave na práxis do pesquisador.

Hissa (2002) nessa perspectiva enfatiza

A liberdade é uma das condicionantes do processo criativo e está, assim, associada à natureza e à qualidade da criação. Do mesmo modo, refere-se à autonomia e maturidade com que são manipuladas as metodologias e técnicas (elas, também, constituem um produto do método livre de investigação) disponíveis para o processo criativo, nas artes e na ciência. (HISSA, 2002, p. 139).

O rigor metodológico constitui um caminho indispensável à descoberta do novo no mundo do saber. No entanto, o paradigma da objetividade tem cedido espaço nesta fase recente de produção de conhecimentos pela ciência para a liberdade. Liberdade que é velada. A construção de conhecimentos não se faz de maneira despreziosa. Segue normas, protocolos e convenções metodológicas de acordo com cada área do conhecimento. Ao considerar estes elementos no processo de edificação desta tese, ressaltam-se inicialmente os instrumentos metodológicos que iluminaram a construção deste estudo. Segundo Gil (2008)

Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, é necessário determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento. Pode-se definir método como um caminho para se chegar a determinado fim. E o método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento. (GIL, 2008, p. 27).

Nas ciências humanas como lembra Hissa (2002, p. 159), o método diz respeito, “as concepções amplas de interpretação do mundo, de objetos e de seres, referentes às posturas filosófica, lógica, ideológica e política que fundamentam a ciência e os cientistas”. Sobre a importância do método científico numa investigação, Oliveira (1998) enfatiza

O método assinala, portanto, um percurso escolhido entre outros possíveis. [...] O método não representa tão somente um caminho qualquer entre outros, mais um caminho seguro, uma via de acesso que permite interpretar com a maior coerência e correção possíveis as questões sociais propostas num dado estudo, dentro da perspectiva abraçada pelo pesquisador. (OLIVEIRA, 1998, p. 17).

O importante para o pesquisador neste trajeto de construção da sua pesquisa é encontrar os caminhos mais seguros e confiáveis de modo que possa obter com o maior êxito possível as respostas úteis e satisfatórias aos questionamentos propostos à investigação.

Com relação ao método científico utilizado nesta investigação ressalta-se a adoção do método dialético. Neste estudo trabalha-se com aspectos de uma fração da realidade social que é dinâmica e se constrói mediante às intervenções de distintos sujeitos com interesses divergentes. A respeito do método dialético, Kosik (2010) afirma que a dialética é um

[...] método revolucionário de transformação da realidade. Para que o mundo possa ser explicado *críticamente*, cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno da *práxis* revolucionária. [...] a realidade pode ser mudada de modo *revolucionário* na medida em que nós mesmos produzimos esta realidade, e na medida em que saibamos que a realidade é produzida por nós. (KOSIK, 2010, p. 22).

A realidade urbano-regional aqui estudada é parte constituinte da realidade social, por isso, a dinâmica das cidades investigadas (Açailândia, Balsas e Imperatriz) está sujeita à constantes transformações. Este fato é explicado em razão desta realidade acompanhar de perto as mudanças operadas pela sociedade. A este respeito Santos (2008) comenta

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isto significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. [...] Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. (SANTOS, 2008, p. 12).

Desse modo, a dinâmica socioespacial eleita para esta investigação considera o caráter dialético e dinâmico que move o sistema urbano Sulmaranhense. Esta postura metodológica se concretiza mediante o uso da abordagem marxista. Sobre as influências da abordagem marxista nos estudos geográficos Mendonza; Jimenéz e Cantero (1982) afirmam

[...] Las perspectivas críticas radicales en geografía se insertan en un movimiento de conjunto que nace y se alimenta de unas situaciones políticas y sociales muy concretas, dolorosamente sentidas en ciertos medios universitarios y que unos y otros coinciden en identificar con ele revulsivo que dio al traste con su buena consciencia profesional. Obviamente, se trata en Estados Unidos, sobre todo, por una parte del largo movimiento en favor de los derechos civiles, con sus múltiples episodios trágicos y el descubrimiento por parte de muchos intelectuales de las bolsas de miseria en el país de la opulencia. [...] En Europa, se plantea el final de la etapa de bienestar característica de las dos décadas consecutivas a la Segunda Guerra Mundial, el recrudecimiento de los conflictos sociales, la gran crisis universitaria de mayo del 68, las primeras tomas de consciencia de la crisis ecológica. (MENDONZA; JIMENÉZ; CANTERO, 1982, p. 135).

Os movimentos sociais conduzidos pelas correntes radicais e influenciados pelo marxismo se expandiram a partir da década de 1960 por todos os continentes expondo a necessidade de uma análise crítica acerca das formas desiguais do processo de produção do espaço em face da intensificação das desigualdades sociais presentes no mundo.

A postura destes estudiosos estava baseada na compreensão dos distintos aspectos que envolvia ordem espacial vigente, caracterizada por intensas desigualdades. Neil Smith (1988) lembra que é através de Henri Lefebvre que se fomenta uma interpretação mais consistente sobre o processo de produção do espaço segundo a perspectiva marxista.

A ideia da produção do espaço não é nova. [...] O enfoque de Lefebvre visa menos ao processo de produção e mais à reprodução das relações sociais de produção que, constitui o processo central e oculto da sociedade capitalista. A produção das relações sociais de produção não ocorre somente na fábrica, nem tampouco numa sociedade como um todo, o espaço como um todo tornou-se o lugar em que a reprodução das relações de produção se localiza. As relações espaciais são geradas localmente, mas tornam-se dialetizadas através da atividade humana sobre o espaço. É este espaço dialetizado e de conflitos que produz a reprodução, introduzindo nele as suas múltiplas contradições. (SMITH, 1988, p. 139).

As relações sociais de produção que Lefebvre enfatiza se edificam numa base material que é construída por distintos sujeitos com interesses convergentes e divergentes. Este espaço se constrói mediante um movimento que em sua essência é dialético. Nessa direção Lefebvre (2008, p. 76) salienta, “é utilizando da dialética que os pesquisadores confrontam as opiniões, pontos de vista, diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições e tentam elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo”.

A apreensão deste movimento adquire sentido em face das ações sociais presentes no espaço. Estas ações nem sempre se manifestam a um mesmo horizonte. Este fato decorre dos interesses capitalistas se edificarem de modo divergente no espaço. Para Santos (2008)

O espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe a sua própria realidade, por isso a sociedade não pode operar fora dela. Para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos de processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos essenciais para a compreensão da produção do espaço. (SANTOS, 2008, p. 67).

Forma, função, estrutura e processo definem e redefinem o processo de produção do espaço. Estas categorias expressam um modo particular de análise do espaço geográfico. São instrumentos essenciais na interpretação das dinâmicas espaciais. Para Santos (2008)

Os conceitos de forma, função, estrutura e processo podem e devem ser usados como categorias primárias na compreensão da atual organização do espaço. Vistos em combinação, eles abrandam os efeitos da teorização de um único fator, que não leva em conta as características verdadeiras, inseparáveis e interatuantes do desenvolvimento espacial. É impossível analisar uma região ou área limitando-se a um desses conceitos. (SANTOS, 2008, p. 70).

Aqui reside a justificativa na escolha do método eleito para esta investigação. A realidade investigada é dinâmica e se constrói de modo complexo e contraditório, em função dos distintos interesses sociais (convergentes/divergentes) presentes no processo de produção desse espaço. Desse modo, entende-se que o método dialético expressa o caminho mais confiável à uma leitura coerente da realidade urbano-regional em questão.

Ao levar em conta o método geográfico enquanto caminho metodológico expresso por meio das categorias *forma, função, estrutura e processo*⁹ estamos considerando o espaço como uma instância da sociedade e também como uma totalidade que reflete as ações e intervenções desta sociedade, sendo responsável por sua permanente construção e reconstrução. Santos (2008) nesta perspectiva de análise salienta

[...] torna-se relevante insistir no conceito de estrutura espaciotemporal em uma análise do espaço geográfico. A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. [...] A compreensão da organização espacial, bem como de sua evolução, só se torna concreta mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo. (SANTOS, 2008, p. 68).

A dinâmica espacial só adquire sentido em razão do uso conjunto dos elementos constituintes do método geográfico. Destarte, as formas, estruturas, funções e processos devem ser analisados conjuntamente numa dada porção do espaço num dado momento histórico.

⁹ Armando Corrêa da Silva (1986, p. 25-38) oferece importantes contribuições acerca da leitura e interpretação destas categorias enquanto instrumentos essenciais na análise do processo de produção do espaço e na construção do conhecimento geográfico.

Com relação ao método adotado nesta investigação, ou seja, o método dialético é necessário ressaltar algumas contribuições teóricas que fornecem explicações coerentes para a sua definição e uso. Segundo observou Gil (2008)

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer outro modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. (GIL, 2008, p. 14).

A preocupação nesta investigação reside na tarefa de captar o movimento da atual configuração da rede urbana Sulmaranhense delineado a partir da década de 1980. As diferenças e desigualdades presentes nos subespaços desta região constituem um caminho útil à esta análise. É através destas diferenças e desigualdades que o sistema urbano-regional adquire vida e se edifica. Assim, o método dialético é entendido como o mais adequado à esta pesquisa uma vez que se preocupa com as contradições que movem este processo de produção do espaço. Com relação à abordagem adotada neste estudo ressalta-se a abordagem marxista que apresenta estreitas ligações com o método dialético. Para Triviños (1987) esta abordagem

Compreende três aspectos principais: o materialismo dialético, o materialismo histórico¹⁰ e a economia política. [...] O marxismo se inclui como tendência dentro do materialismo filosófico que, como sabemos, apresenta várias linhas de pensamento. [...] O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Por um lado, o materialismo tem uma longa tradição na filosofia materialista e, por outro, baseia-se numa interpretação dialética do mundo. (TRIVIÑOS, 1987, p. 49-51).

O caráter dinâmico, complexo e contraditório que alimenta e movimenta o sistema urbano-regional Sul-maranhense indicou a abordagem marxista e o método dialético como caminhos metodológicos acessíveis a uma leitura da rede urbana investigada em face desta realidade ser suscetível à mudanças que são construídas pela sociedade.

¹⁰ Augusto Nivaldo Triviños (1987, p. 51) assinala que “o materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens no desenvolvimento da humanidade”.

A adoção da abordagem marxista e do método dialético se estabeleceram em consonância com a utilização da abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa representa um instrumento valioso no conjunto dos instrumentos metodológicos ligados às ciências humanas. O exercício metodológico envolvendo esta modalidade de pesquisa tem assumido papéis relevantes desde 1980. Sobre esta modalidade de pesquisa Chizzoti (2003) comenta

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a ele. (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

As formas de produção de conhecimentos tem encontrado na adoção do diálogo interdisciplinar caminhos interessantes aos diversos problemas emanados da sociedade atual. Este diálogo erigido entre os distintos campos do conhecimento tão distante da ciência moderna tem adquirido importante sentido na atualidade, estando cada vez mais presente nas formas de se fazer ciência e produzir conhecimentos. Conforme Rocha (1997)

[...] A geografia, sobretudo, nas últimas décadas, tem reforçado a sua condição de disciplina para a qual convergem importantes temas de natureza supostamente **não-geográficos**. A disciplina, portanto, reforça a sua condição de espaço multidisciplinar do saber. Nesse contexto, o contato da Geografia com outras áreas do conhecimento é visto de maneira positiva. Evitam-se as abordagens isoladas, fragmentadas ou compartimentadas. Contudo, contraditoriamente, persiste a necessidade de se demarcar fronteiras no que se refere ao objeto de estudo geográfico. (ROCHA, 1997, p. 29-30).

A transição paradigmática anunciada desde 1950 revela com propriedade as mudanças incorporadas pela ciência no sentido de cada vez mais buscar estabelecer nexos entre os distintos campos do saber. Nessa direção Boaventura Santos (2010) enfatiza

A época em que vivemos deve ser considerada uma época de transição entre o paradigma da ciência moderna e um novo paradigma, cuja emergência se vão acumulando os sinais, e a que, à falta de uma melhor designação, chamo ciência pós-moderna. A concepção de uma ciência pós-moderna insere-se no movimento de desdogmatização da ciência que constitui um caminho alternativo à produção de conhecimentos orientando-se por uma hermenêutica crítica. (SANTOS, 2010, p. 11).

A produção de conhecimentos realizada de forma isolada não responde à dinâmica complexa que move a sociedade atual. Assim, o diálogo estabelecido entre distintas as áreas do conhecimento, ou seja, a produção de conhecimentos erigida através da postura interdisciplinar é entendida como condição essencial a uma leitura mais coerente do mundo.

Destarte, o conhecimento geográfico tem apresentado com propriedade estas preocupações quando demonstra a sua inquietude em relação à busca pelo diálogo com as demais áreas do conhecimento humano. Brandão (2009) a este respeito adverte

[...] a Geografia descobre que, na produção de seus textos, diversas vozes, em diferentes – mas não desiguais – tonalidades de fala e de densidade de sentido, podem soar juntas. O horizonte, mesmo da pesquisa solitária, é solidário. [...] podemos pensar que a pesquisa humanamente científica tem o seu sentido mais ancestral na ideia de que é sempre possível pensar que pessoas como você e eu, grupos humanos, corpus de ideias, culturas, comunidades, sociedades, nações e povos podem ir além de onde estão. [...] podemos acreditar que o valor de uma investigação científica não está somente nos compromissos acadêmicos de seus realizadores. Ele está também no sentido do serviço e de proveito dado ao processo do trabalho científico e aos seus produtos. (BRANDÃO, 2009, p. 17).

O diálogo entre os distintos campos do saber constitui uma alternativa coerente à construção de conhecimentos na atualidade. Assim, as perspectivas delineadas por meio da abordagem qualitativa contribuem de modo significativo para a construção do conhecimento. Os limites impostos à imaginação guiados pelo caráter formal que moveu a ciência moderna perderam terreno. Observa-se na atualidade constantes inquietações entre as distintas áreas do conhecimento em busca de nexos que apresentem resultados satisfatórios às indagações postas pela sociedade. É por meio deste exercício interdisciplinar que poderemos lograr êxito na análise da atual dinâmica que urbano-regional Sulmaranhense. Conforme Santos (2004b)

As dificuldades para chegar a uma interdisciplinaridade legítima fizeram pensar a muitos que o melhor caminho poderia ser encontrado pelo trabalho de pesquisa cooperativa. Especialistas de diversas áreas seriam convocados, trazendo consigo sua bagagem metodológica própria, a fim de oferecer as múltiplas contribuições necessárias a que a geografia pudesse trabalhar de forma realmente interdisciplinar. [...] Uma interdisciplinaridade que não leva em conta a multiplicidade de aspectos com os quais se apresenta aos nossos olhos uma mesma realidade, poderia conduzir à construção teórica de uma totalidade cega e confusa, incapaz de permitir uma definição de suas partes, e isso agravaria, ainda mais, o problema de sua própria definição como realidade total. (SANTOS, 2004b, p. 140-141).

Insiste-se na ideia de que os conceitos e metodologias trabalhados a partir da perspectiva geográfica não podem perder de vista os referenciais que asseguram a sua identidade. Porém, não se advoga apenas à Geografia o estatuto único da investigação de dinâmicas que envolvem a produção do espaço urbano e regional, por isso a importância do exercício permanente de uma postura interdisciplinar no estudo aqui proposto.

1.2 Delineamento dos instrumentos metodológicos: os procedimentos da pesquisa

A escolha de determinados instrumentos metodológicos numa investigação se relaciona principalmente à natureza da pesquisa eleita pelo investigador. A presente pesquisa se insere no universo da pesquisa social. Nessa direção Gil (2008, p. 26), ressalta que esta modalidade de pesquisa “permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social, devendo ser entendida em seu sentido amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais”.

Acerca dos instrumentos utilizados nesta investigação cumpre destacar que este estudo orientou-se a partir de pressupostos definidos pela pesquisa documental e bibliográfica. Com relação à pesquisa documental, Marconi e Lakatos (2006, p. 62) enfatizam que nesse caso, “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ocorre ou mesmo depois”. No caso da pesquisa documental é válido ressaltar a adoção e a utilização dos documentos abaixo mencionados:

- a) Documentos que atestam o processo da formação histórica dos municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz coletados no Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM com sede em São Luís;
- b) Documentos cartográficos e socioeconômicos obtidos por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Foram extraídos os dados relativos ao produto interno bruto - PIB dos municípios investigados: Açailândia, Balsas e Imperatriz bem como os dados demográficos (taxas de crescimento da população total, urbana, rural e índices de urbanização);

- c) Estudos estatísticos e socioeconômicos sistematizados pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos do Maranhão – IMESC com ênfase nas estruturas produtivas dos municípios investigados e suas estruturas sociais;

Esta tese contou ainda com o uso de diversas fontes bibliográficas em razão do uso de periódicos, artigos, livros, teses, dissertações e revistas especializadas na área investigada. Na utilização destas fontes destacaram-se as indicadas a seguir:

a) Estudo da caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana, organizado pelo IPEA/IBGE/NESUR/UNICAMP, 2001;

b) Estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, denominado Região de Influência das Cidades – REGIC (2007) visando entender a estrutura, organização e a posição que os núcleos urbanos de Açailândia, Balsas e Imperatriz ocupam na rede urbana;

c) Estudos dos índices de desenvolvimento municipal - IDHM sistematizados através do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), cujos dados socioeconômicos enfatizam a dinâmica demográfica, aspectos habitacionais, saúde, renda e vulnerabilidade social, extraídos por meio dos censos demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010;

d) Análise da estrutura e diversidade econômica e demográfica dos municípios estudados, com ênfase em seus aspectos econômicos (IDHM: PIB e renda per capita) e demográficos (População total, urbana e rural, índices de urbanização) sistematizados por meio do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC;

Estes instrumentos foram complementados ainda por meio das visitas in loco junto aos órgãos governamentais (INCRA, IBGE, prefeituras municipais) e sedes/filiais dos segmentos econômicos e sociais vinculados à pesquisa e demais instituições. A utilização destas ferramentas colocou-se como condição vital à compreensão do processo de formação e organização dos municípios investigados e de suas estruturas e dinâmicas. De posse destas informações pôde-se entender os papéis e funções socioeconômicas que os municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz vêm desenvolvendo no âmbito da rede urbana Sulmaranhense.

Vale destacar as dificuldades encontradas na coleta de dados nestes municípios. Não há uma base de dados socioeconômicos e demográficos sistematicamente organizados nestas cidades, nem há uma preocupação por parte do poder público: municipal e estadual em sistematizá-los. Grande parte destas informações foi solicitada às empresas e instituições que estão localizadas na capital São Luís, distante a 500 km de Imperatriz.

Com base nestas informações coletadas foi possível elaborar dados quantitativos (gráficos, quadros, mapas e tabelas) referentes à centralidade exercida pelos núcleos urbanos estudados e os fluxos socioeconômicos estabelecidos entre eles no interior da rede urbana Sulmaranhense. Os mapas foram elaborados tendo como referência o software Arc View (3.1) por meio de banco de dados com base georreferenciada.

O estudo das centralidades socioeconômicas dos municípios investigados pautou-se numa análise criteriosa das relações de dependência e complementaridade exercida entre estas cidades no contexto da rede urbana Sulmaranhense, tendo como suporte metodológico as contribuições fornecidas pelos estudos da REGIC (2007), IMESC e os índices de desenvolvimento municipal – IDHM dispostos no atlas de desenvolvimento no Brasil.

A preocupação nesta fase da pesquisa se pautou na caracterização das atividades econômicas predominantes nestas cidades. De posse destas informações buscou-se entender as centralidades socioeconômicas destas cidades e os papéis/funções que elas desempenham na região Sulmaranhense. Acerca das técnicas de pesquisa eleitas neste estudo ressalta-se a adoção da observação simples e sistemática e a realização de entrevistas padronizadas.

Sobre a observação simples, Antonio Carlos Gil (2008) pondera

Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. [...] Por observação simples entende-se aquela em que o pesquisador, permanece alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar. Embora a observação simples possa ser caracterizada como espontânea, informal, não planejada, coloca-se num plano científico, pois vai além da simples constatação dos fatos. (GIL, 2008, p. 100-101).

A adoção da observação simples foi utilizada no estágio inicial da pesquisa para se aproximar, ou seja, reconhecer o objeto investigado e posteriormente dispor de elementos suficientes à sua análise. Associada à observação simples destacou-se também a observação sistemática. Sobre esta modalidade de observação, Marconi e Lakatos (2006) enfatizam

Realiza-se em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos. As normas não devem ser padronizadas nem rígidas demais, pois tanto as situações quanto os objetos e objetivos da investigação podem ser diferentes. Na observação sistemática o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação. Deve ser objetivo e reconhecer os possíveis erros e eliminar a sua influência sobre o que vê ou recolhe. (MARCONI e LAKATOS, 2006, p. 90).

A observação representa um instrumento essencial na coleta de informações e no trabalho de investigação do geógrafo. É preciso estar atento aos pormenores que se apresentam aos nossos olhos. Este exercício metodológico deve levar em conta o caráter indissolúvel entre a objetividade e as subjetividades do pesquisador. Para Claval (2011)

A geografia é uma ciência da observação. Aquele que a pratica ama andar, olhar ao redor, cheirar os odores e sentir a atmosfera. É também um homem de contato, sempre pronto a interrogar as pessoas e escutá-las. A configuração da pesquisa geográfica apresenta um sentido triangular: o pesquisador, a realidade observável e as populações envolvidas. A ênfase deve ser colocada na imagem que estes fazem do mundo e na maneira como se apropriam do espaço. (CLAVAL, 2011, p. 62).

Nesta investigação o olhar lançado à dinâmica das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz e também à região Sulmaranhense fez-se de maneira processual, obedecendo a critérios e convenções metodológicas pautados no caráter sistemático que tem orientado o labor científico. No entanto, o pesquisador não pode perder de vista as subjetividades que alimentam os trajetos de construção da pesquisa.

É válido ressaltar que a vivência nesta região e o exercício profissional no Centro de Estudos Superiores de Imperatriz da Universidade Estadual do Maranhão – CESI/UEMA através dos trabalhos de campo realizados junto às disciplinas de geografia regional e geografia urbana desde o ano de 2008 foram essenciais ao desenvolvimento deste estudo.

Ainda relacionada à adoção das técnicas de pesquisa antes mencionadas, ou seja, a observação simples e sistemática, cumpre destacar também a realização de entrevistas padronizadas. Conforme Lakatos e Marconi (2006)

A entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema. [...] A entrevista padronizada ou estruturada é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido. As perguntas feitas aos indivíduos são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano. O motivo da padronização é obter dos entrevistados respostas às mesmas perguntas, permitindo que sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas. (LAKATOS e MARCONI, 2006, p. 198).

A realização das entrevistas se deu em três momentos distintos. A primeira etapa foi realizada no mês de fevereiro de 2013 na cidade de Évora em Portugal. A segunda etapa de execução das entrevistas ocorreu nos meses de agosto e outubro de 2013 em Açailândia e Balsas. A última etapa ocorreu nos meses de maio e agosto de 2014 na cidade de Imperatriz.

Quadro 1: Évora, Açailândia e Balsas¹¹ – Sujeitos da Pesquisa
Populações entrevistadas, 2013

MUNICÍPIOS	SUJEITOS	FINALIDADES	DATA
ÉVORA	- Entrevistas encaminhadas aos agentes políticos e econômicos (Câmara Municipal de Évora - CME; Núcleo Empresarial de Évora - NERE; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – CCDR);	- Entender a posição ocupada pela cidade de Évora na região central do Alentejo e as ações de ordenamento territorial executadas nesta cidade.	18 a 28/ 02/2013
AÇAILÂNDIA	- Agentes econômicos representados pelos comerciantes locais, totalizando 30 (trinta) entrevistados que atuam no setor comercial presentes na área central da cidade; - Representantes do poder público local, totalizando (02) entrevistados;	- Entender a posição ocupada pela cidade de Açailândia no interior da rede urbana estudada e as relações de centralidade estabelecidas com a cidade de Imperatriz.	02 a 06/ 08/2013
BALSAS	- Agentes econômicos representados pelos comerciantes locais, totalizando 30 (trinta) entrevistados que atuam no setor comercial presentes na área central da cidade; - Representantes do poder público local, totalizando (02) entrevistados;	- Entender a posição ocupada pela cidade de Açailândia no interior da rede urbana estudada e as relações de centralidade estabelecidas com a cidade de Imperatriz.	16 a 26/ 10/2013

Organização: Jailson de Macedo Sousa (2013).

¹¹ As entrevistas realizadas na cidade de Évora seguiram um modelo padronizado, sendo que estas estão dispostas no roteiro 1 que está presente nos apêndices deste estudo. As entrevistas realizadas nas cidades de Açailândia e Balsas, por sua vez, também obedeceram um caráter padronizado. Estas entrevistas estão sistematizadas nos roteiros 2 e 3 que estão dispostos nos apêndices desta tese.

Para entender como se deu a realização da coleta de dados com os distintos segmentos mencionados é importante detalhar o encaminhamento destas entrevistas. Assim sendo, apresenta-se a seguir esta sistematização.

a) Agentes econômicos e políticos da cidade de Évora, Portugal

A cidade de Évora é o principal núcleo urbano da região central Alentejana. Ela constitui uma das principais cidades médias localizadas no interior do território português. A realização do estágio de doutoramento no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa nos motivou a reconhecer e compreender por meio desta cidade:

- A posição socioeconômica ocupada pela cidade de Évora na região central Alentejana;
- Os instrumentos que têm norteado a execução de ações voltadas ao ordenamento territorial desta cidade e de sua região envolvente;

b) Agentes econômicos de Açailândia e Balsas (Segmento comercial)

Buscou-se adotar um modelo padronizado para este segmento considerando as dinâmicas de ambas as cidades a fim de entender os significados do segmento comercial destas cidades e as relações de centralidades que estas expressam na região Sulmaranhense. Para tanto, foram direcionadas trinta entrevistas em cada cidade, totalizando no conjunto sessenta entrevistas. Com base nas indagações formuladas, buscou-se entender:

- As características principais dos empreendimentos comerciais;
- A posição ocupada por Açailândia e Balsas no cenário regional Sulmaranhense;
- As relações de centralidade econômica entre estes núcleos urbanos e a cidade de Imperatriz no âmbito da região Sulmaranhense;

c) Representantes do poder público local dos municípios de Açailândia e Balsas

Estas entrevistas foram aplicadas aos representantes do poder público local, sendo dirigidas em particular a um representante do poder executivo (secretário da administração pública) e a um representante do poder legislativo dos municípios de Açailândia e Balsas.

Para compreender as dinâmicas socioeconômicas estabelecidas entre estas cidades algumas indagações foram essenciais. Nesse conjunto, preconizou-se por:

- Entender a partir da percepção dos agentes políticos as posições socioeconômicas que Açailândia e Balsas tem apresentado no cenário regional Sulmaranhense;
- Reconhecer as relações de centralidade econômicas estabelecidas entre os municípios estudados: Açailândia, Balsas e Imperatriz;
- Identificar se há preocupações por parte dos gestores públicos no sentido de promover ações que favoreçam ordenamento territorial destas cidades e da região Sulmaranhense;

O sistema urbano brasileiro é marcado por intensas desigualdades socioespaciais. As regiões e cidades do Brasil guardam entre si problemas diversificados que são ao mesmo tempo semelhantes e distintos. Como forma de dirimir e atenuar estes problemas destaca-se a importância da execução de ações voltadas ao ordenamento de território. O reconhecimento destes problemas nestes núcleos urbanos estudados ensejaram a necessidade do diálogo de modo que tais problemas possam ser compartilhados e através de ações conjuntas sejam buscadas soluções visando o equilíbrio e a coesão social destas cidades.

É válido destacar que a realização destas entrevistas primou por considerar aspectos que são inerentes à pesquisa qualitativa. Sabe-se que a pesquisa qualitativa tem ocupado no universo da pesquisa social papéis de relevo. Nesse termos, entende-se que a utilização desta modalidade não despreza o caráter formal que é peculiar à pesquisa científica em geral. Sobre a natureza da pesquisa qualitativa Minayo (2010) ressalta

Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deve ser quantificado. Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com os seus semelhantes. (MINAYO, 2010, p. 21).

São estreitas as relações entre a pesquisa qualitativa e a técnica de entrevista. Através desta técnica foi possível explorar aspectos vitais da centralidade urbano-regional das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. A respeito desta relação entre a pesquisa qualitativa e o uso das técnicas de entrevistas, Matos e Pessôa (2009) ponderam

A pesquisa qualitativa, por ser uma abordagem interpretativa que se propõe a traduzir e expressar o fenômeno estudado, também se constitui em um trabalho laborioso, visto que é necessário registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer análises. A entrevista constitui uma das técnicas mais empregadas nas ciências sociais, em virtude de dois fatores: o primeiro, porque os pesquisadores consideram que é uma técnica fácil de ser utilizada e segundo, por ser uma técnica que permite o contato direto com o informante. (MATOS e PESSÔA, 2009, p. 286).

Estas ideias destacadas por Matos e Pessôa (2009) reafirmam os laços estreitos observados entre a pesquisa qualitativa e o uso das técnicas de entrevistas. A entrevista constitui um valioso instrumento que possibilita extrair pormenores que nem sempre são reconhecidos e compreendidos através dos dados quantitativos.

A última fase da coleta dos dados ocorreu nos meses de maio e agosto do ano de 2014 na cidade de Imperatriz. Realizaram-se quarenta e quatro entrevistas com diferentes segmentos econômicos. O objetivo nesta etapa da pesquisa pautou-se na compreensão dos significados da centralidade urbana guiada a partir do setor terciário difundido nesta cidade.

Quadro 2: Imperatriz - Sujeitos da Pesquisa/ População entrevistada no município, 2014

MUNICÍPIO	SUJEITOS	FINALIDADES	DATA
IMPERATRIZ	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas com populações residentes na área urbana de Imperatriz¹², totalizando 20 entrevistas. - Representante do sindicato do setor atacadista tradicional: Sindicato do comércio atacadista (01); - Comerciantes do setor atacadista tradicional situados Mercadinho e os comerciantes do setor varejista moderno, representados pelos shopping centers, resultando num total de 50 entrevistados. - Gestor dos serviços públicos de saúde de Imperatriz - HMI, resultando em um entrevistado; - Gestores dos serviços de educação superior de Imperatriz, totalizando (02) entrevistados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a posição ocupada por Imperatriz no contexto da região Sulmaranhense e as relações de centralidade estabelecidas com as cidades de Açailândia e Balsas. 	<ul style="list-style-type: none"> 20/05 a 27/05/2014 - 04/08 a 23/08/2014

Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

¹² Trata-se do roteiro 4 que foi dirigido à população residente na área urbana de Imperatriz. O roteiro 5, por seu turno, foi dirigido ao representante do sindicato do comércio atacadista de Imperatriz. O roteiro 6, por sua vez, foi direcionado respectivamente aos comerciantes e clientes dos setores atacadista e varejista de Imperatriz. Os roteiros 7 e 8 foram dirigidos aos gestores dos serviços públicos de saúde e da educação superior de Imperatriz.

a) Entrevistas direcionadas às populações residentes na área urbana da cidade

Os fluxos migratórios direcionados à Amazônia brasileira constituíram peças-chaves no conjunto das estratégias de ocupação e povoamento delineados à esta região desde a década de 1960. Estes movimentos se mostraram visíveis em Imperatriz entre as décadas de 1960-1980, denotando importante participação no incremento populacional desta cidade.

b) Entrevistas dirigidas aos setores do comércio atacadistas/varejista de Imperatriz

Ao setor do comércio atacadista tradicional foram dirigidas trinta (51) entrevistas, sendo que (20) trinta destas se dirigiram aos comerciantes situados no bairro mercadinho e mais (30) foram direcionadas ao comércio varejista moderno (Shopping Centers). Mais uma entrevista foi direcionada ainda ao representante do sindicato do comércio atacadista afim de entender a influência e os significados deste segmento para economia local e regional.

O segmento do comércio atacadista tradicional está localizado no bairro mercadinho que é parte integrante do centro principal de Imperatriz. Este setor constitui uma área especializada nesta modalidade de comércio da cidade. Ele exerce desde a década de 1980 notável importância econômica para a Imperatriz e para a região Sulmaranhense, uma vez que abastece uma vasta rede de cidades dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins.

Desde o ano 2000 tem ocorrido mudanças significativas em relação às formas de organização do comércio atacadista em Imperatriz. Este fato se deve em função da instalação de setores modernos do comércio atacadista, representados pelos hipermercados: Mix Mateus e Atacadão que passaram a atuar na forma de redes de distribuição dos seus produtos nesta cidade e na região Sulmaranhense. Nessa direção Dias (2008) pondera

A densificação das redes – internas a uma organização ou compartilhadas entre diferentes parceiros – regionais, nacionais ou internacionais, surge como condição que se impõe à circulação crescente de tecnologia, de capitais e de matérias-primas. Em outras palavras, a rede aparece como instrumento que viabiliza exatamente essas duas estratégias: circular e comunicar. Os fluxos, de todo tipo – das mercadorias às informações, pressupõe a existência das redes. (DIAS, 2008, p. 147).

Embora a nossa preocupação não tenha se voltado à analisar as dinâmicas que têm mobilizado este segmento moderno do comércio atacadista representado pelos hipermercados, nos dispusemos a coletar algumas informações acerca da importância destes segmentos. Estas informações foram sistematizadas e estão dispostas no quinto capítulo deste estudo.

c) Entrevistas direcionadas aos gestores dos serviços públicos de saúde e da educação superior em Imperatriz

O segmento dos serviços de saúde é outro importante instrumento que tem servido de referência ao exercício da centralidade urbana que tem sido conduzido através da cidade de Imperatriz no âmbito das regiões: central, sul e sudoeste do Maranhão, do sul e sudeste do Pará e ainda do extremo norte do estado do Tocantins. A polarização destes setor tem se efetivado em razão dos serviços prestados através da rede pública e privada de saúde. A principal referência na oferta dos serviços públicos de saúde é mediada pelo Hospital Municipal de Imperatriz, conhecido popularmente como Socorrão. Já os serviços privados são oferecidos através do hospital da Unimed, Hospital São Rafael e o Hospital das Clínicas.

Ainda relacionado às entrevistas realizadas na cidade de Imperatriz cumpre ressaltar as informações obtidas através dos gestores públicos e privados das Instituições de Ensino Superior de Imperatriz. Buscamos ouvir (02) gestores no conjunto de (07) que representam as IES que oferecem cursos presenciais na cidade de Imperatriz.

Objetivamos por meio destas entrevistas confrontar as informações obtidas com os dados fornecidos pelos órgãos oficiais afim de apreender a importância e os significados deste segmento para a cidade de Imperatriz e ainda para a região Sulmaranhense.

Após indicar os principais instrumentos metodológicos que serviram de fundamentos à construção deste estudo, interessa enfatizar também os conceitos-chave que nortearam a edificação desta tese. No conjunto destes conceitos destacaram-se: região, regionalização, centralidade urbano-regional e ordenamento do território.

1.3 Os conceitos-chave enquanto percursos analíticos do estudo: região/regionalização, centralidade urbano-regional e ordenamento do território

A compreensão da estrutura e o dinamismo socioeconômico do sistema urbano-regional Sulmaranhense requer de início o entendimento do conceito de região e dos processos de regionalização a ele vinculado. São múltiplas as vias de análise deste conceito no âmbito do conhecimento geográfico. O viés aqui defendido é respaldado nas contribuições fornecidas pela vertente crítica, inspirada nos ideais marxista e na postura dialética do espaço.

A adoção desta postura metodológica constitui uma opção escolhida pelo pesquisador. No entanto, esta forma de ver e buscar apreender conceitualmente a região não desmerece outras concepções. Entende-se que o conceito de região é complexo e cabe ao pesquisador eleger os caminhos mais confiáveis à sua análise. Mesmo reconhecendo as fragilidades de se trabalhar com uma perspectiva analítica, este fato não inviabilizou o diálogo com outras vias de análise da região. Este fato se deve por saber que o conceito de região, se apresenta em ambientes cada vez mais complexos. A este respeito, Haesbaert (1999) destaca

A nível teórico podemos reconhecer, nas últimas décadas, a amplitude da questão regional: regionalismos, identidades regionais e/ou regiões que são ou foram abordados tanto pela Ciência Política (desde o legado de Gramsci e a questão meridional italiana), pela Economia Regional (como nos trabalhos de Perroux, Boudeville, Richardson e Isnard), pela Sociologia (vide trabalhos de Bourdieu e Giddens). (HAESBAERT, 1999, p. 16).

O nosso intento neste estudo não se fundamenta em realizar uma exaustiva revisão conceitual ou bibliográfica acerca do conceito de região, ou seja, o exercício a ser realizado neste estudo objetiva apresentar algumas contribuições teóricas e metodológicas fornecidas por meio da vertente crítica da geografia e iluminada pelo pensamento marxista.

Através destas contribuições acredita-se que seja possível apreender os sentidos e significados que envolvem os diferentes processos de produção do espaço urbano-regional Sulmaranhense e as dinâmicas socioeconômicas que estão materializadas em seus principais núcleos urbanos e que vem sendo produzidas no contexto desta região.

1.3.1 Região e regionalização: uma via de acesso à compreensão da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense

A região constitui um conceito eminentemente geográfico, embora não seja não seja advogado apenas à Geografia a tutela de análise das dinâmicas que se materializam no espaço regional. Mesmo antes do processo de institucionalização da Geografia nas universidades europeias no final do século XIX, a região já despertava as atenções de estudiosos de distintas áreas do conhecimento. Sobre estes aspectos, Corrêa (1990) pondera

O termo região não apenas faz parte do linguajar do homem comum, como também é dos mais tradicionais em geografia. Tanto num como noutro caso, o conceito de região está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, à aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si. A utilização do termo entre os geógrafos, no entanto, não se faz de modo harmônico: ele é muito complexo. Queremos dizer que há diferentes conceitos de região. Cada um deles tem um significado próprio e se insere dentro de uma das correntes do pensamento geográfico. (CORRÊA, 1990, p. 22).

Assim sendo, interessa refletir sobre o sentido complexo do conceito de região. Para efetuar esta tarefa consideraram-se úteis as contribuições edificadas pela vertente crítica geográfica a partir da década de 1970. Tomou-se este período por entender que se estabeleceu a partir de então, forte pluralismo conceitual ligado à noção de região. (CORRÊA, 2001).

O pluralismo conceitual que Corrêa (2001) enfatiza é entendido como sinônimo de complexidade em razão das transformações societárias materializadas no sistema-mundo. As mudanças de ordem política, econômica, simbólica, demográfica e natural apresentaram implicações diretas no processo de reorganização da sociedade e das regiões. O entedimento destas mudanças passa pela necessidade da busca de novos caminhos a fim de entender as dinâmicas regionais contemporâneas. Nessa direção, Lencioni (1999) adverte

A busca por novos caminhos de análise na Geografia, expressa pelas geografias pós-modernas, surgiu no momento em que o local, o regional e o global se recompuseram ante a recente reestruturação do capitalismo. Atualmente, com o processo de globalização, essa reestruturação traz à tona o questionamento da pertinência da escala de análise regional e, também, o esclarecimento de sua relevância como instância particular que se situa entre o local e o global. (LENCIONI, 1999, p. 188).

A respeito da definição que acredita-se e defende-se em relação ao conceito de região neste estudo, convém salientar as contribuições oferecidas por Milton Santos (1994)

A região, fora no passado, sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo, através de suas características de identidade, de exclusividade e de limites. Hoje, o número de mediações é muito grande, o que induz, frequentemente, à confusão de imaginar que a região não mais existe. [...] Desse modo, as divisões do trabalho internacional, nacional, regional e local se imbricam de maneira necessária. Não pensemos que a região haja desaparecido. [...] O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais, desafiando-nos a exercer plenamente aquela tarefa permanente dos intelectuais, isto é, a actualização dos conceitos. (SANTOS, 1994, p. 98-102).

Na interpretação das dinâmicas que dão vida e visibilidade à região Sulmaranhense é oportuno levar em conta estas ideias de Santos (1994), por entender que há processos e ações extra-regionais que se manifestam no espaço regional e contribuem para moldá-lo. Por exemplo, a presença de empreendimentos econômicos nos municípios de Açailândia, Balsas ou Imperatriz aqui estudados atesta a veracidade deste fato. O capital internacional representado por distintos agentes testemunha as novas formas de organização deste espaço regional onde se imbricam as ações de atores que atuam em distintas escalas.

Este dinamismo e a complexidade que envolvem a produção do espaço regional, têm exigido dos geógrafos e demais estudiosos o reconhecimento da redefinição da noção de escala. Para Iná de Castro (1994, p. 58) a redefinição da noção de escala expõe a necessidade de reproblematicar a região como objeto de pesquisa. Este fato requer: “a) a necessidade de superar os postulados deterministas e simplificadores; b) incorporar a complexidade dos fenômenos sociais; c) considerar a escala como problema fenomenológico e não matemático”.

A superação destes postulados simplistas/deterministas é uma condição essencial ao pesquisador para que vislumbre as complexas dimensões que envolvem a produção do espaço regional. A região deve ser entendida como organismo interdependente e complexo. Esta complexidade só pode ser desvelada através de uma análise multiescalar que enfatiza a necessidade da articulação simultânea de distintas escalas, desde as locais às globais.

É no âmbito da vertente radical ou crítica, apoiada no exame das desordens socioespaciais vigentes no sistema global, marcada por intensas desigualdades que se edificaram as contribuições à interpretação do conceito de região e das dinâmicas regionais.

Destarte, tornou-se frequente o questionamento dos significados conferidos aos progressos técnicos e científicos presentes no mundo em razão do avanço do capitalismo. Indagou-se sobre os distintos níveis de desenvolvimento da sociedade e sobre a repartição desigual dos recursos no mundo. Bezzi (2004), nessa direção enfatiza que a geografia crítica

além de censurar e condenar os paradigmas que a precederam, procura reinterpretar, com base na teoria marxista, aspectos que tinham sido abordados pela Nova Geografia. Dessa forma, reexaminam-se questões como terra urbana, habitação, transportes regionais, localização industrial, entre outros. Procurava-se explicar as regiões, mostrando não apenas as suas formas e funcionalidades, mas também as contradições sociais nelas existentes, como a miséria, a subnutrição, as favelas, enfim, os aspectos negativos de uma parcela da população que não aparecia até então nas abordagens geográficas. (BEZZI, 2004, p. 181).

São diversas as vias de interpretação das dinâmicas que envolvem o cenário regional segundo as reflexões da geografia de inspiração marxista. Está patente em suas preocupações a necessidade de captar a essência e o sentido desigual e contraditório do processo de produção do espaço por meio da sociedade capitalista. Trata-se de uma leitura que enxergou a região como uma resposta aos processos capitalistas contemporâneos.

No conjunto dos temas abordados a partir desta leitura guiada pelo marxismo, teve importante peso: a regionalização da divisão social/territorial do trabalho, os processos de acumulação capitalista que permitiram entender as formas desiguais de apropriação de recursos no mundo e os processos políticos e ideológicos presentes em distintas escalas.

Uma análise útil e dedicada ao estudo da região que se insere no bojo da vertente crítica do pensamento geográfico é ressaltada por Massey (1981, p. 74). Para esta estudiosa, “a diferenciação do espaço se deve à divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista que produz e distingue espacialmente possuidores e despossuídos. Assim, a identificação da região deve se ater à divisão socioespacial do trabalho”.

Desse modo, entende-se que a geografia crítica ao voltar os seus olhos a uma interpretação das dinâmicas espaciais manifestou forte interesse pela análise dos modos de produção e pelas formações socioeconômicas. Nessa direção, Bezzi (2004) afirma

A região passa a ser definida como a articulação concreta das relações de produção em um dado local e tempo. A preocupação central reside então em verificar como os processos de circulação do capital operam em lugares distintos, ou seja, em lugares que têm características sociais específicas. A preocupação tradicional com a relação homem/natureza amplia-se, para incluir a sociedade como agente primordial na formação da região. Portanto, a essência da Geografia Regional baseia-se nas relações triangulares entre o homem, a sociedade e a natureza, dando às relações sociais outras dimensões. (BEZZI, 2004, p. 182).

Não restam dúvidas desta importância da dimensão econômica nesta leitura das dinâmicas que potencializam e dão vida ao processo de produção do espaço regional. No entanto, se tomarmos a instância econômica como um único viés interpretativo poderemos incorrer no erro de submeter à referida análise a resultados parciais e incompletos.

A interpretação em curso deve considerar o caráter interdependente entre a dimensão econômica e as demais dimensões que são responsáveis pelo processo de produção do espaço regional. Nessa direção, convém levar em conta as contribuições fornecidas por Milton Santos (2004a, p. 184), “O espaço organizado não pode ser jamais considerado com uma estrutura social dependendo unicamente da economia. Nos dias de hoje é mais do que evidente o fato de que outras instâncias interferem nas modificações da estrutura espacial”. O dado político, por exemplo, apresenta nesse contexto papel de relevo, uma vez que também colabora para uma leitura e interpretação das dinâmicas materializadas no espaço regional.

Ainda a respeito da influência da vertente crítica nas análises das dinâmicas regionais contemporâneas, Lencioni (1999) reconhece a Geografia radical

Como propagadora de um pensamento crítico. A Geografia Radical procedeu uma revisão interna do pensamento geográfico, concebendo o espaço como um produto social e histórico. Chamou atenção para o fato de que a Geografia havia procurado observar mais os padrões espaciais e menos, a pertinência destes padrões. Questionou o fato da Geografia se preocupar em perguntar como os processos se dão e ainda, buscou investigar os interesses sociais envolvidos nos processos relacionados à produção do espaço. (LENCIONI, 1999, p. 161).

A geografia radical inspirada nos pressupostos marxista concebeu a região como parte de uma totalidade social que em sua essência tem sido produzida de forma desigual e diferente, obedecendo a processos espaciais e temporais específicos. Para Lencioni (1999)

A região foi concebida como uma totalidade social e histórica. Esta não representava uma totalidade harmônica: as injustiças e as desigualdades sociais do capitalismo eram evidentes e revelavam os limites da compreensão do mundo com um todo harmônico. As análises acerca da produção capitalista e da dinâmica de valorização do capital revelaram os limites da concepção do mundo que o postulava como harmônico e em equilíbrio. O mundo deveria ser percebido como uma totalidade não harmônica, como um conjunto disjunto, que fizesse surgir à noção de diferença, modelo que se fez central nas análises geográficas. (idem, 1999, p. 165).

Este mundo desigual e caracterizado por intensas diferenças e desigualdades constitui o interesse central da geografia radical fundada no materialismo histórico e dialético. Entre as categorias de análise dedicadas à interpretação da geografia crítica, destacou-se o desigual desenvolvimento geográfico. Conforme Gomes (1987)

Do ponto de vista da análise marxista clássica, as desigualdades são inerentes ao processo de acumulação do modo de produção capitalista. Os imperativos da acumulação capitalista, que são em verdade as condições que se fazem necessárias para a apropriação do sobretrabalho sob a forma de mais-valia, criam, por ser um processo que distingue acumuladores de expropriados, um sistema de desigualdades sociais. A categoria fundamental para a análise regional era, no momento, o desigual desenvolvimento geográfico. As interpretações acerca deste desenvolvimento desigual, suas causas e consequências, compõem o vasto quadro de tonalidades diversas que integram as visões diferentes dos fatores constituintes da região, seu papel e sua importância. (GOMES, 1987, p. 117-118),

Em um território continental, como é o caso brasileiro estas desigualdades socio-espaciais são nítidas e se expressam conforme Corrêa (1990, p. 44-45) através da:

- a) Divisão territorial do trabalho, que define o que será produzido aqui e ali;
- b) O desenvolvimento dos meios e técnicas de produção e a combinação das relações de produção originadas em momentos distintos da história;
- c) A ação do Estado e da ideologia que se espacializa desigualmente no espaço;
- d) A ampla articulação através dos mais rápidos e eficientes meios de comunicação entre as regiões criadas ou transformadas pelo e para o capital.

A divisão territorial do trabalho atua em distintas escalas, desde as locais às globais. Assim, a região se constitui a partir desta atuação desigual de forças propiciadas pela divisão territorial do trabalho. Estas forças obedecem a um caminho hierárquico e as regras impostas pelo capital, contando com o aval do Estado. Nesse sentido, Gomes (1987) enfatiza

Neste esquema orientado a partir de uma leitura das desigualdades geográficas e a produção do espaço regional há uma nítida hierarquização das regiões onde o critério é a dominância estabelecida a partir da divisão do trabalho, reforçado pelo relacionamento do tipo centro-periferia. Apesar de utilizar categorias do pensamento marxista, a análise reproduz o mesmo vício do centro-periferia neoclássico: a relação entre áreas como relações sociais de classe, onde o espaço e as classes sociais são tomados como um único segmento. (GOMES, 1987, p. 123).

Com isto, é possível notar graves problemas que afetam os estudos regionais elaborados a partir desta vertente de inspiração marxista. A dimensão espacial é colocada num segundo plano. Como lembra Markusen (1981) há um problema central nesta análise, uma vez que o espaço fica submetido a uma condição marginal. Há uma fetichização da dimensão espacial. O espaço regional passou a ser lido como sendo sinônimo de classes econômicas.

A especialização do processo produtivo conduziu à produção de regiões desiguais, marcadas por fortes desequilíbrios, apresentando-as como produtoras de conflitos diversos. Markusen (1981, p. 76) nesse sentido adverte “os marxistas que trabalham com as questões regionais deveriam tentar fazer suas análises mais rigorosas, evitando o fetichismo do espaço, isto é, o tratamento das regiões como se elas fossem apenas sinônimas de classe econômica”.

O rigor a que Markusen (1981) chama atenção na leitura dispensada à região deve levar em conta as diferentes dimensões que são responsáveis pelo processo de produção do espaço regional. Assim, tomar o econômico como única via interpretativa das dinâmicas que se processam no espaço regional poderá conduzir a uma leitura enviesada de sua produção.

É necessário superar esta visão mecânica e unívoca guiada pela economia política clássica. Um dos caminhos úteis a esta interpretação pode se dar em razão das relações de interdependência entre o econômico, o político e às demais dimensões que dão vida à região.

Ao considerar este trajeto analítico acredita-se e defende-se a ideia de que o conceito de região aqui empregado, pauta as suas preocupações no caráter indissolúvel estabelecido entre as dimensões: econômica e política. É em razão das relações de reciprocidade entre o econômico e político que a região adquire expressão e vitalidade.

Independente dos elementos que são levados a cabo numa leitura e interpretação da região e dos processos de regionalização que a ela se vinculam é importante ter em mente que a região, em sua essência, guarda fortes vínculos com as expressões manifestadas através do exercício da política. Nessa direção, Gomes (1995) pondera

De qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território. (GOMES, 1995, p. 73),

É diante desta postura que buscamos situar o conceito de região defendido neste estudo. É através do movimento dialético produzido pelas dimensões políticas e econômicas que traremos respostas efetivas à compreensão da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense. Mesmo considerando o peso das forças econômicas na reestruturação dos espaços aqui estudados, sabe-se que de início é necessário considerar as intervenções das forças políticas.

Aqui reside a importância de levar em conta as relações de interdependência entre o político e econômico nos processos de produção do espaço urbano-regional. Arrais (2007), por exemplo, considera a presença e influência da centralidade política como uma via necessária à compreensão do processo de produção do espaço regional.

A produção de uma região não ocorre por obra do acaso, fato importante para contraposição à visão substancialista e liberal de que o sucesso ou insucesso da região é de responsabilidade dela mesma, desviando o foco das relações sociais construídas por atores sociais ao longo de sua história, daí, o componente político como tradução das relações sociais no espaço regional. Na realidade, um conceito político de região pode ser uma outra forma de falar de relações de poder, de gestão e controle de um espaço coeso por uma diversidade de atores sociais. (ARRAIS, 2007, p. 32).

Após reconhecer a importância e os significados conferidos ao conceito de região com o qual se compartilha neste estudo, convém esclarecer que recortes regionais estamos levando em consideração na interpretação da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense.

Assim sendo, este fato coloca em evidência de início a necessidade de distinguir a concepção de região das operações técnicas que a ela se vincula, ou seja, dos processos de regionalização. A este respeito, Haesbaert (1999) esclarece

admitimos que a regionalização é um processo amplo, instrumento de análise para o geógrafo em busca dos recortes mais coerentes que dêem conta das diferenciações no espaço. Por outro lado, região, como conceito, envolve um rigor teórico que restringe o seu significado, mas aprofunda seu poder explicativo; para defini-la devemos considerar problemáticas como as das escalas e fenômenos sociais mais específicos (como regionalismos políticos e as identidades regionais) entre aqueles que produzem a diversidade geográfica do mundo. (HAESBAERT, 1999, p. 17).

Em via de regra os recortes regionais efetuados no espaço geralmente estão vinculados a um objetivo prático, ou seja, buscam atender aos interesses de seus mentores. Estes interesses são diversos e podem ser traduzidos através da racionalidade econômica, política, cultural e etc. Se por um lado os processos de regionalização se prestam ao serviço dos planejadores, uma prática comum presente no âmbito dos interesses políticos no Brasil, podem também contribuir para embasar determinadas concepções teóricas da região.

Nessa direção, Limonad (2004, p. 58) pondera, “uma regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender às necessidades impostas por uma política setorial ou uma política de planejamento”. No caso da região Sulmaranhense, interessa nesse trajeto analítico apreender os significados que estes recortes regionais trazem consigo, bem como os interesses sociais, políticos e econômicos que a eles se vinculam.

Destarte, são úteis as indagações de Vainer (1996, p. 18), “minha pergunta é: Quem regionaliza a região? Quem a recorta? Afinal, há região para todos os gostos: região política, funcional, homogênea, polarizada, administrativa. Se chamássemos os biólogos, trariam aqui regiões de ecossistemas. Tem regiões para todos os gostos e poderes aquisitivos”.

Ao considerar as perspectivas de análise antes indicadas a uma possível leitura e interpretação da região e dos processos de regionalização que a ela se associam, apresentam-se a seguir os recortes regionais, ou seja, as regionalizações que foram levadas em consideração no processo de reconhecimento da região Sulmaranhense.

Em primeiro lugar é necessário refletir e entender aspectos essenciais do processo de reestruturação urbana e regional manifestado na Amazônia brasileira, considerando a sua porção oriental a partir da década de 1950. A partir desse momento é que esta região foi incorporada aos interesses do sistema capitalista, despertando as atenções do capital atuante em níveis: global, nacional e regional. Bertha Becker (1982); (2005a); (2005b) e (2009) entende que a região se configurou a partir de então como uma fronteira de recursos.

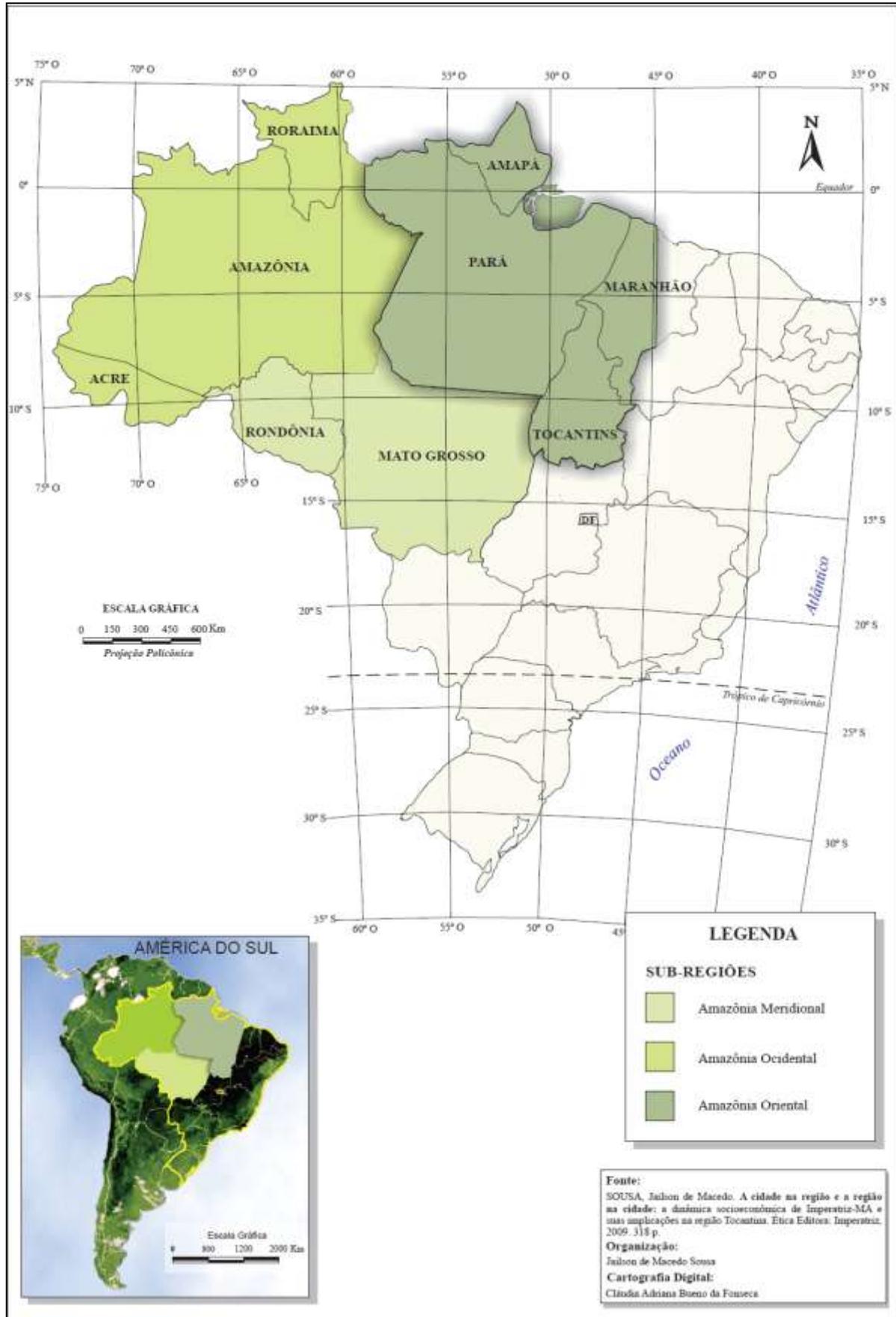
Trata-se de um espaço gerador de novas realidades. A Amazônia brasileira assumiu, nesse sentido, a condição de fronteira econômica. Para ela foram direcionados projetos e programas econômicos diversificados que se inserem no bojo do planejamento e das políticas territoriais do país sendo orientados a partir de interesses dos governos militares.

A região que até a primeira metade do século XX era entendida como uma barreira à ocupação humana, modificou a sua percepção no cenário nacional e mundial. O Estado, nessa direção, passou a comandar o processo de produção e gerenciamento do espaço regional amazônico aliando os seus interesses às intenções do capital monopolista nacional e mundial, difundindo na região vários projetos econômicos, visando à sua modernização.

Com isto, foi possível verificar significativas transformações socioeconômicas, demográficas, culturais e ambientais na Amazônia brasileira. As mudanças ocorridas no cenário macro-regional amazônico repercutiram em suas distintas regiões. Assim sendo, as porções sul e sudoeste do Maranhão¹³, enquanto partes integrantes da Amazônia oriental, acolheram de perto as inovações e externalidades advindas desta atuação do capital na região.

¹³ Verificar mapa 2, p. 70.

Mapa 2: Amazônia Legal e suas sub-regiões



Os reflexos destas mudanças acarretadas na região amazônica são nítidos e podem ser observados em face das estratégias recentes de ocupação e povoamento difundidas no território maranhense a partir da década de 1960. No conjunto destas, cumpre enfatizar:

- a) A difusão de projetos públicos e privados de colonização, expressando como experiência pioneira, o projeto de colonização do Alto Turi – PCAT, no final da década de 1960, localizado no noroeste do estado do Maranhão;
- b) A atração de fluxos migratórios, oriundos especialmente, do nordeste brasileiro. Estes fluxos nutriram as frentes de trabalho nesta fase de apropriação das terras maranhenses, em particular, entre 1960-1980;
- c) A formação de um mercado de trabalho regional móvel, que aos poucos foi se consolidando, afirmando o rápido crescimento de alguns núcleos urbanos. Este é o caso do município de Imperatriz, situado no sudoeste do Maranhão;
- d) A urbanização que emergiu como o pano de fundo, ou seja, estratégia principal no bojo da reestruturação regional amazônica, revelando-se como o principal instrumento de ocupação e povoamento regional;

A difusão destas estratégias não se deu de forma homogênea. É necessário atentar para a comunhão de interesses entre os agentes políticos e econômicos neste cenário de apropriação do espaço. A escolha de determinadas áreas se deu de modo seletivo, denotando interesses em comum entre o capital e Estado na apropriação dos recursos desta região.

A regionalização antes apresentada também encontrou fundamentos para ser utilizada neste estudo em razão da região oeste maranhense abrigar as cidades aqui estudadas. A região oeste maranhense encontra-se inserida nos marcos oficiais da Amazônia Legal brasileira. Abrange uma área equivalente a 80% da superfície do Estado maranhense, dispondo de 264.000 km² e está situada a oeste do meridiano 44°W. Nesta região estão localizados 188 municípios do Maranhão, de um total de 217. (MARANHÃO, 2011).

Outro recorte regional considerado neste estudo a fim de apreender as dinâmicas materializadas na região Sulmaranhense diz respeito à regionalização oficial adotada pelo IBGE, o qual dividiu o estado do Maranhão em 05 mesorregiões e 21 microrregiões.¹⁴

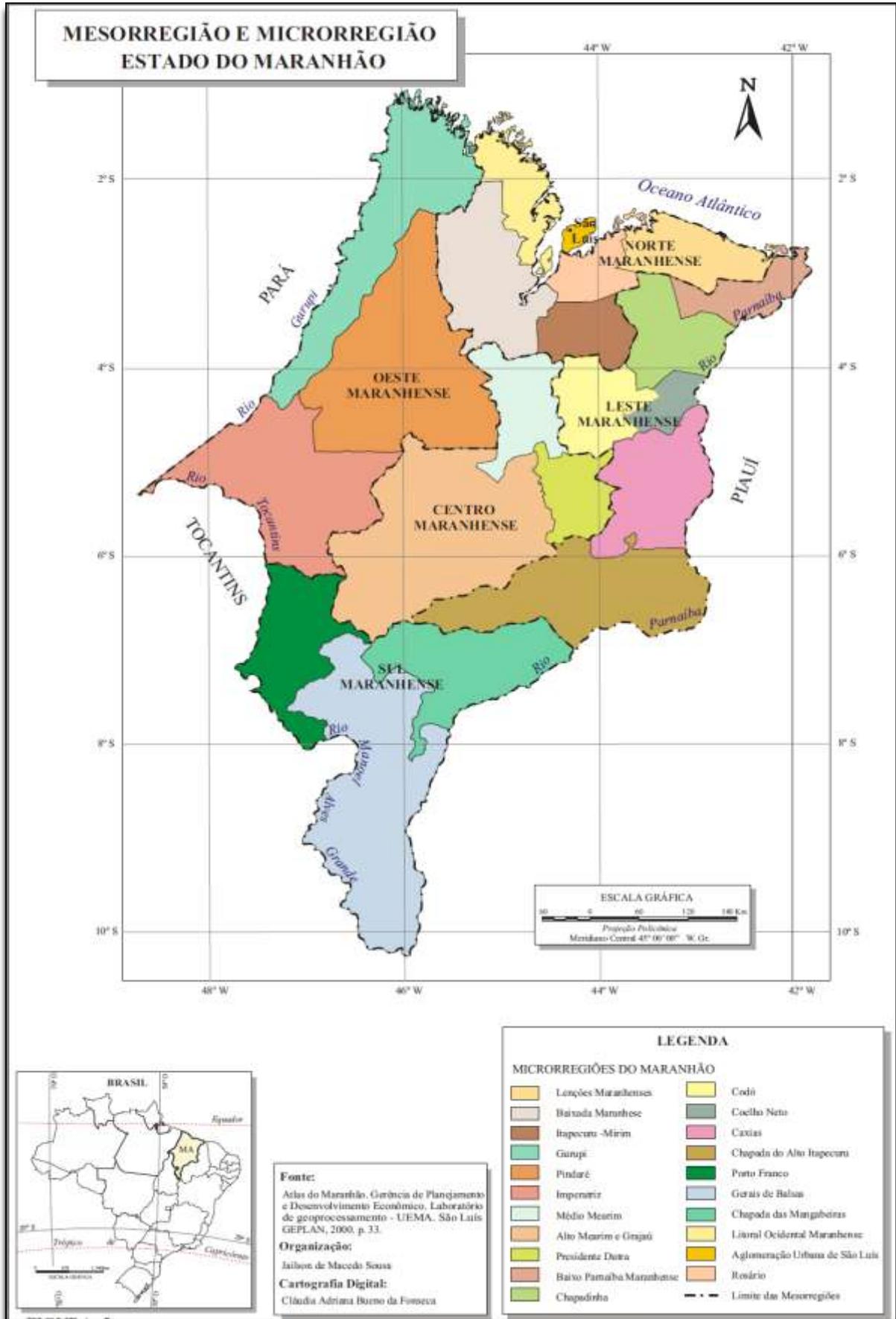
A análise do dinamismo socioeconômico presente em alguns dos seus principais núcleos urbanos, a saber: Açailândia, Balsas e Imperatriz considerou para efeitos analíticos estes limites territoriais estabelecidos pelo IBGE baseado na resolução N° 05 de 10 de outubro de 2002 que instituiu no país as meso e microrregiões brasileira. Nesta divisão, a composição das meso e microrregiões maranhenses estão classificadas da seguinte forma:

- Norte Maranhense, constituída de 60 municípios que estão agrupados em seis microrregiões, a saber: Aglomeração Urbana de São Luís, Baixada Maranhense; Itapecurú Mirim; Lençóis Maranhenses; Litoral Ocidental Maranhense e Rosário;
- Sul Maranhense, composta por 19 municípios, reunidos em três microrregiões. São elas: Chapada das Mangabeiras, Gerais de Balsas e Porto Franco;
- Leste Maranhense, constituída por 44 municípios, que estão reunidos em seis microrregiões, a saber: Baixo Parnaíba, Caxias, Chapadas do Alto Itapecuru, Chapadinha, Codó e Coelho Neto;
- Oeste Maranhense, formada por 52 municípios que estão agregados em três microrregiões, sendo elas: Gurupi, Imperatriz e Pindaré;
- Centro Maranhense, constituída por 42 municípios que estão agrupados em três microrregiões: Alto Mearim e Grajaú, Médio Mearim e Presidente Dutra.

Esta regionalização foi levada em consideração por entender que se trata de um recorte coerente e oficial que busca respeitar os limites territoriais e político-administrativos da unidade da federação e dos municípios maranhenses. Desse modo, a partir desta regionalização é que se buscou situar o recorte regional que abriga a região Sulmaranhense.

¹⁴ Verifica mapa 3, página 73.

Mapa 3: Maranhão - Mesorregiões/Microrregiões do estado, 1991



A cerca desta proposta de regionalização fundamentada em meso/microrregiões, convém esclarecer conforme as definições do IBGE (1980) que a mesorregião constitui uma, “área individualizada, em uma unidade da federação, que apresenta formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural condicionante e a rede de comunicação e os lugares como elementos de articulação”.

No caso dos municípios investigados neste estudo, conforme a classificação estabelecida pelo IBGE (1980), Açailândia e Imperatriz estão localizados na mesorregião oeste maranhense, enquanto Balsas encontra-se localizada na mesorregião sul maranhense. Ainda em conformidade com o IBGE (2002, p. 8) as microrregiões geográficas são definidas como um “conjunto de municípios contíguos e contidos na mesma unidade da federação, agrupados com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração, baseiam-se, portanto, nas especificidades das regiões em que se inserem”.

É fundamentado na regionalização oficial antes exposta, respeitando os limites territoriais dos municípios e da unidade da federação maranhense que buscou-se trabalhar com o recorte correspondente à região Sulmaranhense. Antes de apresentar a referida regionalização é importante enfatizar algumas características do estado do Maranhão.

Localizado na região Nordeste, o estado do Maranhão ocupa área territorial de 331.937,450 km². Conforme dados oficiais do IBGE (2010) apresenta população total equivalente a 6.574.189 habitantes. Destes, 4.147,149 habitantes residem em áreas urbanas, o que corresponde a uma participação relativa de 63,1%. Já as populações residentes em áreas rurais equivalem a 2.427.640, correspondendo a uma participação percentual de 36,9%.

O estado do Maranhão constitui a segunda maior unidade federativa da região Nordeste e corresponde a oitava maior do país quando se considera a dimensão da extensão territorial. A sua população encontra-se distribuída em 217 municípios, apresentando no conjunto total densidade demográfica correspondente a 19,81%. (IBGE, 2010).

A análise da formação socioespacial da região Sulmaranhense também leva em conta as propostas de lei encaminhadas ao legislativo federal que tratam da criação do estado do Maranhão do Sul. Estas propostas estão identificadas através dos projetos de Lei nº 947/2001 de autoria do deputado federal Sebastião Madeira, atual prefeito da cidade de Imperatriz e do projeto de Lei nº 2 do ano de 2007 de autoria do senador Edison Lobão¹⁵.

Não se trata de considerar nestas propostas de regionalização os interesses políticos, expressos por meio dos seus propositores. A regionalização apresentada considera a natureza histórica e sociocultural da ocupação e povoamento que mobilizou a constituição deste território como demonstra o segundo capítulo deste estudo que retrata as singularidades do processo de ocupação regional do estado Maranhão. Nesses termos, Sousa (2010) destaca

A natureza histórica de ocupação e povoamento do território maranhense legou diferenças e desigualdades que expressam as peculiaridades do Norte em relação à porção meridional deste estado. Entre os traços que permitem identificar estas diferenças estão os diversos hábitos culturais expressos através da colonização portuguesa que foi mais marcante no norte do estado e tantas outras expressões socioculturais que são peculiares às vidas destas populações. (SOUSA, 2010, p. 84).

O processo de ocupação e povoamento do território maranhense obedeceu duas linhas distintas de apropriação territorial. Enquanto a ocupação da porção setentrional foi caracterizada pela forte presença dos colonizadores europeus, especialmente, os portugueses. A colonização empreendida na porção sul foi marcada pela presença de vaqueiros e criadores de gado oriundos dos estados da Bahia e de Pernambuco, ou seja, do nordeste brasileiro.

A própria constituição histórica destas regiões é reveladora destas diferenças socioculturais que conferem particularidades às regiões norte e Sulmaranhense. Estas marcas históricas permitem reconhecer as diferenças territoriais características a estas regiões.

Por isso se faz necessário neste estudo a defesa de um recorte regional específico que considere as particularidades que são próprias à região que abriga os principais núcleos urbanos desta investigação, a saber: as cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz.

¹⁵ Uma síntese da referida proposta encontra-se em anexo a este estudo. (Anexo 1).

O intento deste estudo não se ocupa em classificar se esta regionalização proposta é correta ou errada. Interessa nesta análise reconhecer as marcas que a singularizam, ou seja, busca-se por meio das vozes dos sujeitos que habitam este espaço identificar os traços socioculturais e econômicos que caracterizam esta região. Nesse sentido, Vainer (1996) expõe

A região está aí mesmo, existe. É uma evidência. E a prova de sua existência – se é que é preciso provar algo evidente por si mesmo, são as diferenças que a constituem. Aí, cada um vai se utilizar da diferença que quiser: padrão de renda, tipo de atividades econômicas predominantes, clima, aspectos culturais e etc. A região, assim, acaba sempre se constituindo no resultado de uma operação de identificação, ou melhor, no acionamento da diferença territorial. (VAINER, 1996, p. 19).

Ao considerar estas ideias expostas por Vainer (1996), entende-se que as regiões além de engendrar padrões de desigualdades socioeconômicas também expressa particularidades socioculturais que lhe conferem uma identidade própria. Assim, a região é considerada como um foco de identificação cultural, sendo definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares. Ela se traduz por meio da apropriação simbólica de uma porção do espaço por determinado grupo. (CORRÊA, 2001).

Vale lembrar que a escolha deste recorte se deu fundamentalmente em razão das especificidades histórico-sociais que esta região apresenta e também pelo forte sentimento de identificação que está associado às populações que nela residem. O segundo capítulo deste estudo se pautou numa análise destas peculiaridades que retratam as diferenças históricas que evidenciaram o processo de constituição desta região, bem como as desigualdades socioeconômicas que traduzem as especificidades da região Sulmaranhense.

A região não se constrói apenas em razão das desigualdades socioespaciais que são reivindicadas secularmente pelas populações sertanejas residentes no sul do Maranhão. A sua edificação também se dá em razão dela ser entendida como um espaço de vivência.

Dito isto, convém ressaltar algumas particularidades que caracterizam a região Sulmaranhense. Inicialmente serão destacados os municípios que a compõe. Trata-se de uma apresentação sucinta da sua configuração político-administrativa.

Mapa 4: Região Sulmaranhense – configuração socioespacial, 2014.

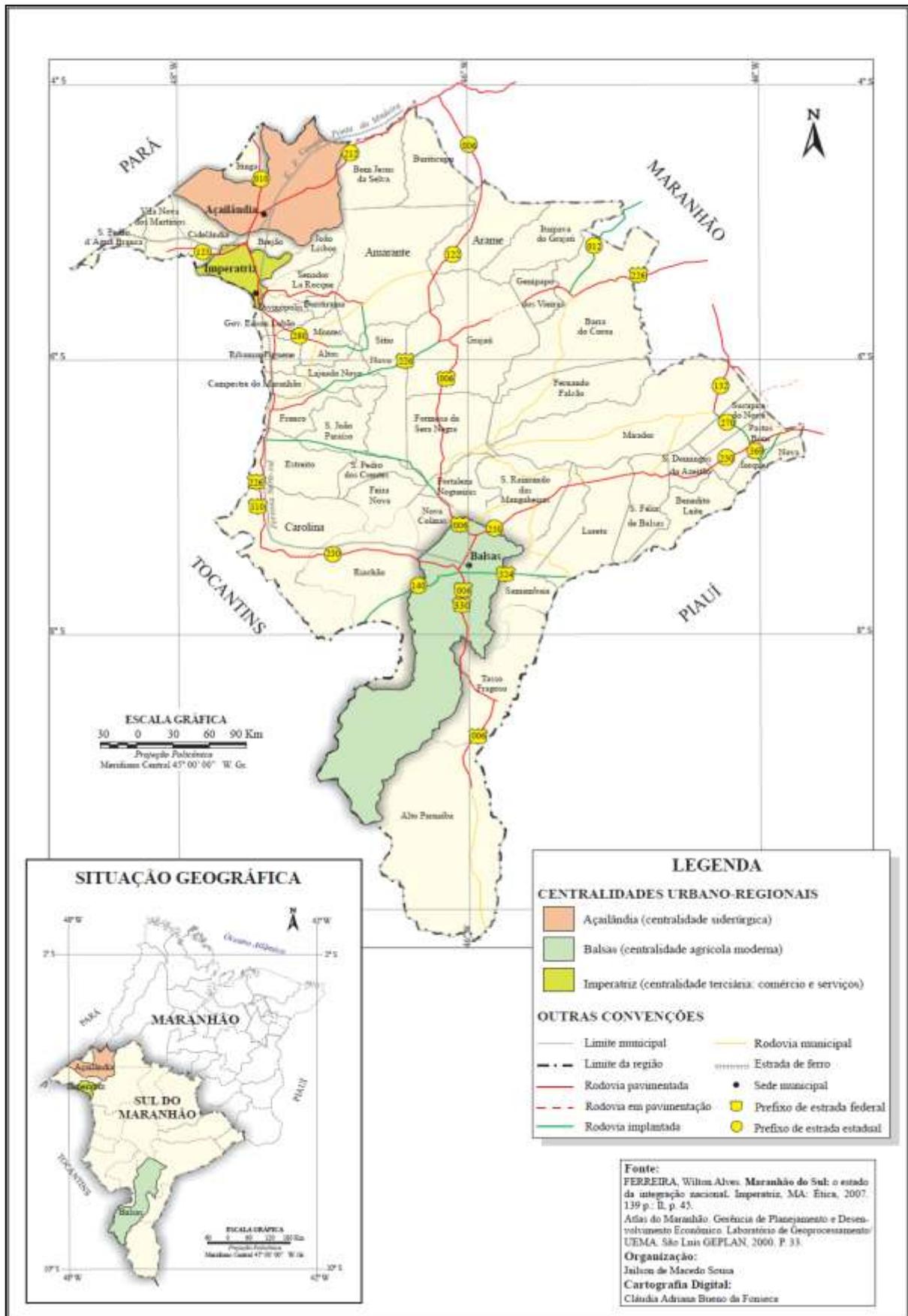


Tabela 1: Região Sulmaranhense - caracterização político-administrativa com ênfase à área total, população total, urbana e rural e densidade demográfica, 2010

MUNICÍPIOS	Instalação	Área (km ²)	População Total (2010)	Pop. Rural (2010)	Pop. Urbana (2010)	Densidade Demográfica (2010)
Açailândia	1981	5831,8	104.047	25.810	78.237	17,84
Alto Parnaíba	1948	11176,53	10.766	3.738	7.028	0,96
Amarante do Maranhão	1953	7703,29	37.932	22.928	15.004	4,92
Arame	1988	3058,53	31.702	19.151	12.551	10,32
Balsas	1892	13199,7	83.528	10.757	72.771	6,33
Barra do Corda	1854	7904,71	82.830	31.182	51.648	10,46
Benedito Leite	1935	1787,97	5.469	2.813	2.656	3,06
Bom Jesus das Selvas	1997	2690,08	28.459	15.028	13.431	10,58
Buritcupu	1997	2556,93	65.237	35.789	29.448	25,51
Buritirana	1997	822,43	14.784	10.638	4.146	17,96
Campestre do Maranhão	1997	616,85	13.369	2.748	10.621	21,67
Carolina	1831	6467,18	23.959	7.722	16.237	3,71
Cidelândia	1997	1472,09	13.681	7.645	6.036	9,23
Davinópolis	1997	338,61	12.579	2.092	10.487	37,07
Estreito	1982	2728,87	35.835	10.057	25.778	13,1
Feira Nova do Maranhão	1997	1481,07	8.126	6.199	1.927	5,48
Fernando Falcão	1997	3521,31	9.241	7.735	1.506	2,61
Formosa da Serra Negra	1997	3958,61	17.757	11.842	5.915	4,49
Fortaleza dos Nogueiras	1961	1671,99	11.646	4.627	7.019	6,96
Governador Edison Lobão	1997	617,31	15.895	8.938	6.957	25,75
Grajaú	1835	7584,44	62.093	25.052	37.041	8,16
Imperatriz	1856	1369,02	247.505	12.958	234.547	180,82
Itaipava do Grajaú	1997	1039,4	14.297	10.001	4.296	13,72
Itinga do MA	1997	3596,99	24.863	7.223	17.640	6,92
Jenipapo dos Vieiras	1997	1969,5	15.440	12.921	2.519	7,82
João Lisboa	1961	716,43	20.381	5.045	15.336	28,45
Lajeado Novo	1997	1051,4	6.923	3.729	3.194	6,58
Loreto	1873	3611,69	11.390	5.030	6.360	3,15
Mirador	1870	8648,43	20.452	11.079	9.373	2,36
Montes Altos	1958	1344,84	9.413	4.287	5.126	7,01
Nova Colinas	1997	745,26	4.885	2.675	2.210	6,55
Nova Iorque	1886	982,63	4.590	1.714	2.876	4,68
Pastos Bons	1880	1626,99	18.067	5.760	12.307	11,11
Porto Franco	1919	1423,18	21.530	4.664	16.866	15,11
Riachão	1835	6397,7	20.209	10.004	10.205	3,16
Ribamar Fiquene	1997	904,94	7.318	3.641	3.677	8,06
Sambaíba	1953	2493,66	5.487	2.651	2.836	2,2
São Domingos do Azeitão	1997	1062,72	6.983	2.022	4.961	6,57
São Félix de Balsas	1959	2041,23	4.702	3.074	1.628	2,3
São Francisco do Brejão	1997	749,89	10.261	5.425	4.836	13,64
São João do Paraíso	1997	2062,91	10.814	5.538	5.276	5,25
São Pedro dos Crentes	1997	984,62	4.425	1.988	2.437	4,5
São P. da Água Branca	1997	723,81	12.028	1.316	10.712	16,61
São Rdo das Mangabeiras	1948	3533,54	17.474	4.941	12.533	4,95
Senador La Rocque	1997	1164,88	17.998	9.259	8.739	15,46
Sítio Novo	1961	3129,01	17.002	11.863	5.139	5,44
Sucupira do Norte	1961	996,24	10.444	5.500	4.944	10,47
Tasso Fragoso	1961	4400,91	7.796	3.148	4.648	1,77
Vila Nova dos Martírios	1997	1194,83	11.258	5.070	6.188	9,42

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

Os números apresentados na tabela anterior asseveram a intensa heterogeneidade que caracteriza a região Sulmaranhense. Estas diferenças podem ser observadas segundo Wilton Alves (2007) em razão da diversidade dos seus aspectos naturais e humanos.

A sua vasta extensão territorial corresponde a uma área total de 145.293 km², contando neste território com uma população total de 1.182.442 habitantes que encontra-se distribuída em 49 municípios. Entre as potencialidades agrícolas verificadas nesta região há um destaque para a produção de grãos no Sul do estado, particularmente, a soja. Associa-se a este dinamismo o expressivo rebanho bovino que é superior a 1,7 milhões de cabeças de gados, estando concentrado principalmente na porção norte deste espaço. (FERREIRA, 2007, p. 12-20).

A fim de apreender alguns elementos que expressam o dinamismo demográfico da região Sulmaranhense, apresenta-se na tabela 2 a distribuição dos seus municípios considerando assim, as suas classes ou portes populacionais.

Tabela 2: Região Sulmaranhense – Distribuição da população segundo o porte populacional dos municípios, 2010

Classes/Porte ou Tamanho Populacional Habitantes (Mil)	Quantidade de Municípios
Até 20.000	33
De 20.000 a 50.000	10
De 50.000 a 100.000	04
De 100.000 a 300.000	02
Total	49

Fonte: IBGE (2010).

Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

Com relação aos dados expostos, observa-se que há um intenso predomínio na participação dos municípios de pequeno porte populacional no conjunto regional Sulmaranhense. Os municípios que contam com populações até 20.000 habitantes dispõem no conjunto estadual uma participação relativa de 67,34%. Já os municípios com a faixa populacional de 20.000 a 50.000 apresentaram uma participação de 20,40%.

Ainda em conformidade com os números expostos, os municípios que dispõem de populações variando entre 50.000 a 100.000 habitantes contaram como uma participação relativa no conjunto estadual de 8,16%. Já os municípios que apresentaram população superior a 100.000 apresentaram uma participação relativa no conjunto estadual de 4,08%.

Estes dados expostos estão associados principalmente ao intenso processo de fragmentação territorial ocorrido no espaço maranhense desde a década de 1960.

A exemplo do que vem ocorrendo em outras unidades da federação brasileira, o processo de fragmentação do tecido político-administrativo do estado do Maranhão constitui um dado concreto das especificidades histórico-sociais que singularizam as suas distintas regiões. Este processo de fragmentação territorial ocorrido no Maranhão apresentou forte notoriedade nas regiões sudoeste, central e sul do estado, aqui adjetivadas de Sulmaranhense.

Na região sudoeste maranhense, por exemplo, efetuou-se a partir da década de 1980 a criação de pelo menos (15) quinze novos municípios. São eles: Açailândia (1981); Estreito (1982); Buritirana (1997); Buriticupu (1997); Cidelândia (1997); Campestre do Maranhão (1997); Davinópolis (1997); Governador Edison Lobão (1997); Itinga (1997); Lajeado Novo (1997); Ribamar Fiquene (1997); São Francisco do Brejão (1997); São Pedro da Água Branca (1997); Senador La Rocque (1997); Vila Nova dos Martírios (1997);

Ainda em relação aos dados apresentados, é possível observar que parcelas significativas dos municípios que integram a região Sulmaranhense apresentam baixas taxas de densidade demográfica, conforme demonstra a tabela 3 indicada abaixo.

Tabela 3: Região Sulmaranhense – Densidade demográfica segundo o porte populacional dos municípios, 2010

Densidade Populacional	Quantidade de Municípios
Até 10 hab/km ²	30
De 10 a 20 hab/km ²	13
De 20 a 50 hab/km ²	05
Acima de 50 hab/km ²	01
Total	49

Fonte: IBGE (2010). Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

Os números expostos na tabela 3 evidenciam as baixas densidades demográficas verificadas nos municípios da região Sulmaranhense. No conjunto de 49 municípios, (30) deles apresentaram taxas de densidades populacionais equivalendo até 10 hab/km² o que corresponde em termos percentuais a uma participação de 61,22% no conjunto total.

Este fato suscita um debate acerca dos significados dos processos de fragmentação territorial e das emancipações ocorridas neste período recente, ou seja, a partir da década de 1980. É importante refletir sobre a dimensão das políticas públicas, uma vez que, esta criação de novos municípios não tem assegurado a isonomia político-administrativa e também a melhoria nos indicadores sociais que em geral estes apresentam.

Ainda em relação aos números apresentados convém salientar uma questão que se coloca como preocupante. Esta diz respeito à macrocefalia que o município de Imperatriz assume no contexto regional. A forte densidade populacional assumida por Imperatriz revela não somente a capacidade de atração em relação aos demais municípios da região.

Esta questão coloca em evidência alguns problemas que estão relacionados à polarização regional de Imperatriz, sobretudo, a sua capacidade de suporte em relação principalmente ao oferecimento de equipamentos e serviços urbanos, os quais os municípios de pequeno porte populacional não dispõem destas estruturas em suas sedes municipais.

Este fato sugere que se refletita sobre o ordenamento territorial, enquanto um instrumento que seja capaz de viabilizar ações a fim de promover o equilíbrio e a coesão social entre os municípios que compõem a região Sulmaranhense e, assim estes possam conhecer a promoção de ações efetivas que assegurem o desenvolvimento social entre eles.

Os subsídios técnicos que fomentaram uma proposta de ordenamento territorial no Brasil asseveram que esta política deve se voltar à ideia de organizar, ou seja, estruturar a ocupação do território, o uso e as transformações manifestadas no espaço territorial com o objetivo de satisfazer as demandas econômicas, sociais e ambientais. (PNOT, 2006).

Após reconhecer alguns dos elementos responsáveis pela configuração da região Sulmaranhense, interessa apresentar os demais conceitos-chave que serviram de suporte à construção deste estudo. Assim, apresenta-se a seguir o conceito de centralidade urbana, entendido como essencial à compreensão da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense.

1.3.2 Centralidade urbana: revisitando conceitos

As relações econômicas, demográficas, políticas e culturais estabelecidas pelas cidades entre si num quadro regional contribuem para a constituição de um sistema urbano. São as funções desenvolvidas por estas cidades que irão determinar a criação de um sistema hierárquico, no qual o lugar central exercerá o papel de comando em relação aos demais.

Este comando pode se manifestar a partir da reunião e concentração de atividades econômicas dominantes do lugar central, que em geral, são oferecidos em relação aos demais espaços da região. Este comando pode ser observado em razão dos serviços que este lugar central distribui e dos equipamentos culturais que ele dispõe. É através desta posição hierárquica e das relações de complementaridade e dependência que o lugar central exerce, em relação aos demais que a centralidade urbana se afirma. Conforme Iara França (2012)

Aquelas cidades que desempenham importantes funções na rede urbana em que se inserem são denominadas de lugares centrais ou localidades centrais, ou seja, são dotadas de centralidade. São espaços dinâmicos, podendo conduzir toda a rede urbana ao dinamismo. A configuração da rede mostrará a hierarquia de cidades (ou lugares centrais), conforme a posição e área de influência de cada uma delas, o que decorre de seu dinamismo e da sua especialização. [...] A centralidade resulta da capacidade de polarização de alguns centros nas redes em que se inserem. Ela se expressa por meio da diversidade e da especialização de bens e serviços do centro urbano principal. Dessa forma, quanto maior a oferta desses serviços, maior será o nível de centralidade. (FRANÇA, 2012, p. 70).

De modo geral, os centros urbanos que apresentam os maiores níveis de especialização de suas atividades produtivas e funcionais são as cidades que exercem ou apresentam maiores níveis de centralidade. Estas cidades assumem a tarefa de organizar em torno de si a vida econômica e social da região que para elas convergem. Este poder de atração se relaciona principalmente aos equipamentos comerciais e serviços que ela dispõe.

É a primeira vista, através das funções articuladas entre as cidades, expressa por meio da presença de bancos, comércio atacadista e varejista, indústrias, serviços de transportes, armazenagem, contabilidade, educação, saúde e etc que a rede urbana se constitui como uma condição à divisão social e territorial do trabalho. (CORRÊA, 1988).

A recente organização do território brasileiro, influenciada pelas forças produtivas e pelos novos papéis desempenhados pela divisão territorial do trabalho, tem apresentado implicações imediatas em sua tessitura, provocando permanentes processos de reestruturação. Com isto, o território brasileiro apresenta-se cada vez mais complexo, fluído e heterogêneo. Milton Santos (2011) entende que estas mudanças se afirmam

Graças aos progressos da ciência e da técnica e à circulação acelerada das informações, gerando as condições materiais e imateriais para aumentar a especialização do trabalho nos lugares. Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção. É uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas. (SANTOS, 2011, p. 105).

Este dinamismo que é peculiar ao território brasileiro está relacionado, em particular, a uma maior eficiência dos meios de transportes e comunicações e a difusão das técnicas, da ciência e das informações que irremediavelmente contribuíram para ampliar a divisão territorial do trabalho e, conseqüentemente, os processos de urbanização.

Destarte, ao considerar estas mudanças processadas no território brasileiro, a urbanização emergiu como uma das possibilidades efetivas de entender a sua conformação. A compreensão do território brasileiro neste período recente deve passar pelo entendimento das formas e conteúdos que são peculiares as suas cidades. No entanto, entende-se que em razão das dimensões continentais do país, as formas e conteúdos da urbanização brasileira são complexas, heterogêneas e diversificadas. A este respeito Santos (1996) comenta

A complexa organização territorial e urbana do Brasil guarda profundas diferenças entre suas regiões. Em 1980, por exemplo, é a região sudeste a mais urbanizada, com um índice de 82,79%. A menos urbanizada é a região nordeste com 50,44% de urbanos, quando a taxa de urbanização do Brasil era de 65,57%. Essas disparidades são antigas e reforçam a atuação desigual da divisão territorial do trabalho nas regiões brasileiras. (SANTOS, 1996, p. 57).

Interessa neste estudo entender as implicações destas transformações territoriais considerando as particularidades socioeconômicas assumidas pelos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense, ou seja, as cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz.

Sabe-se que as cidades brasileiras têm ocupado papéis relevantes no interior da organização territorial do país, não apenas pela capacidade de abrigar uma gama diversificada de atividades econômicas, mas também, pelas possibilidades de atrair e concentrar pessoas, serviços, mercadorias, informações, capitais e etc. Estas ideias podem ser confirmadas através das informações contidas no estudo das regiões de influência das cidades - REGIC (2007) que atesta a crescente complexidade envolvendo a atual dinâmica das cidades brasileiras.

O avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e as transformações decorrentes de novas formas de comunicação ampliaram a organização em redes de produção e distribuição, de prestação de serviços, de gestão política e econômica – cujos nós das interações espaciais são constituídos pelas cidades. [...] Assim, na conformação da rede urbana brasileira, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas. A gestão pública e empresarial mantém relações de controle e comando entre os centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos. As cidades mantêm relações horizontais de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades, e pela oferta diferencial de serviços. (REGIC, 2007, p. 9-10).

É diante deste quadro que busca-se entender o dinamismo econômico promovido pelos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense. Esta análise é orientada a partir do reconhecimento das principais atividades econômicas presentes nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz e do exercício da centralidade urbana que são peculiares a elas.

Estes núcleos urbanos passaram a exercer desde a década de 1980 notáveis funções, denotando articulações mais intensas e demandando dessa forma, maiores fluxos de pessoas, mercadorias, serviços e capitais. Com isto, tem se observado na porção meridional maranhense interações espaciais mais intensas. Estas interações testemunham segundo Corrêa (1997) a existência de uma nova divisão territorial do trabalho que é marcada pela

Internacionalização do capital produtivo, sendo responsável, entre outros aspectos, pela formação de poderosas redes constituídas de dezenas, senão centenas de unidades – sedes sociais, centros de P & D, minas, fazendas, fábricas, depósitos, escritórios administrativos e de vendas, portos de uso privativo, lojas, company-towns, etc – localizadas em numerosos lugares distribuídos mundialmente. A economia torna-se globalizada, constituída de partes interdependentes e na qual parcela crescente do comércio internacional passa a ser feita entre unidades – filiais e subsidiárias – da mesma corporação. (CORRÊA, 1997, p. 284).

Os avanços promovidos pela divisão técnica e social do trabalho têm apresentado implicações imediatas nos distintos subespaços do território brasileiro, não sendo diferente na realidade maranhense, como atesta a presença de multinacionais no município de Balsas.

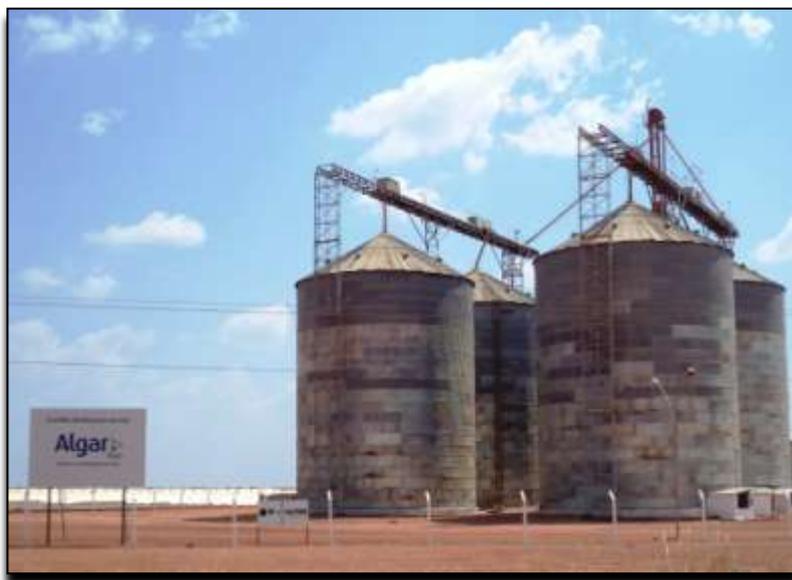


Foto 1: Balsas/MA – Sede da Empresa Algar/Agro, 2014
Autor: SOUSA, Jailson de Macedo. (2014).

Desse modo, ao considerar estas mudanças processadas no interior do sistema urbano brasileiro e, particularmente, no âmbito da região Sulmaranhense é que ressalta-se a necessidade de realização de um estudo voltado à captar a essência e o dinamismo econômico assumido pelos seus principais núcleos urbanos, a saber: Açailândia, Balsas e Imperatriz.

Nesta leitura e interpretação a centralidade urbana se apresenta como conceito-chave, uma vez que permite compreender as relações e as interações socioespaciais que estas cidades estabelecem entre si no quadro regional. A partir de então será possível entender a posição que estas cidades ocupam no âmbito da região Sulmaranhense.

Neste período recente, marcado por intensos processos de concentração e centralização de capitais que são inerentes à esta fase do processo de globalização, as interações espaciais constituem um caminho útil para explicar o dinamismo socioeconômico assumido pelos núcleos urbanos no interior de uma rede de cidades. Estas interações possibilitam apreender os movimentos de fluxos e fixos estabelecidos entre estas cidades.

Nesse sentido, Corrêa (2006) destaca

A articulação crescente entre centros e regiões deriva da crescente complexidade funcional dos centros urbanos. As interações tornam-se mais intensas e complexas e muitos centros passam, em menor ou maior grau, a combinar interações que se realizam em escala local e regional com aquelas que se fazem a longa distância, interações de âmbito nacional e internacional. (CORRÊA, 2006, p. 325).

A compreensão da constituição da centralidade urbana requer o entendimento das interações espaciais entre os núcleos urbanos. O entendimento destas interações passa pelos significados conferidos aos fluxos materiais e imateriais estabelecidos entre eles. No caso da cidade de Açaíândia, esses fluxos têm encontrado explicações em razão das interações espaciais estabelecidas a partir da atividade siderúrgica e do terciário.

No caso da cidade de Balsas, a materialização desses fluxos se explica em razão da pujança das atividades econômicas ligadas à agricultura moderna, sobretudo, a produção de soja e o terciário. Ao considerar o dinamismo desses fluxos em Imperatriz, as interações espaciais encontram fortes explicações em razão da pujança conferida ao terciário, sobretudo, à força socioeconômica comandada pela atividade comercial e a prestação de serviços.

Vale lembrar que o conceito de centralidade urbana apresenta estreitos vínculos com o conceito de lugar central elaborado por Walter Christaller na década de 1930, tendo importantes implicações para os estudos urbanos no Brasil, podendo assim constituir um caminho favorável à análise e apreensão da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense. Nesta análise tem tido destaque as referências oferecidas às relações socioeconômicas assumidas por determinados núcleos urbanos numa escala regional, ou seja, consideram-se as relações socioeconômicas exercidas pelas cidades numa escala interurbana. Assim, o lugar central

[...] pode ser entendido como o conjunto de centros de uma região ou país – cidades, vilas, povoados e estabelecimentos comerciais isolados na zona rural – em seu papel de distribuição varejista e de prestação de serviços para uma população nele residente. Estes centros são denominados de localidades centrais e a centralidade de que dispõem é derivada de seu papel como centros distribuidores de bens e serviços, ou seja, de funções centrais que desempenham. (REGIC, 1987, p. 11).

Os lugares centrais, em via de regra, dispõem de funções e atividades econômicas dinâmicas. São capazes de atrair uma vasta rede de cidades em razão dos produtos e serviços que oferecem às cidades da região em que se inserem, por isso, manifestam esta centralidade. A centralidade urbana deve ser compreendida não somente pelo aspecto da localização, ou seja, pela força que determinados fixos estabelecem num dado espaço, ou seja, nas cidades.

Embora este fator seja reconhecido como essencial ao exercício da centralidade cumpre levar em conta ainda outros aspectos, particularmente, os papéis conferidos aos fluxos, uma vez que a centralidade também se afirma em razão destes fluxos que são dirigidos para as áreas centrais da cidade. A este respeito, Iara França (2012) pondera

As cidades que possuem as atividades econômicas e/ou funções urbanas mais desenvolvidas e modernas desempenham funções estratégicas na organização do território, exercendo papel central na rede urbana em que se inserem. Com isto, sua localização é relevante, mas deve estar associada ao seu papel econômico central, concentrando investimentos, atraindo capitais externos e locais e equipamentos urbanos, além da população. A concentração desses elementos (fixos) culminará no desenvolvimento dos fluxos diversos e, com isso, numa afirmação da centralidade urbana. (FRANÇA, 2012, p. 73-74).

Associados aos conceitos de fixos e fluxos é fundamental considerar na leitura e interpretação das dinâmicas que mobilizam um determinado sistema urbano a noção de redes. Nessa direção, entender o dinamismo socioeconômico, as funções e o exercício da centralidade urbana conduzida por determinada cidade implica em considerar as relações que esta estabelece com o seu mundo exterior. Estas relações apresentam mediações que obedecem a distintas escalas: da local à global, por isso a necessidade de considerar esta noção de rede. A este respeito Leila Dias (2008) comenta

A questão das redes reapareceu de outra forma, renovada pelas grandes mudanças deste final de século, renovada pelas descobertas e avanços em outros campos disciplinares e na própria Geografia. Neste novo contexto teórico, a análise das redes implica numa abordagem que, no lugar de tratá-la isolada, procure suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu entre as cidades. (DIAS, 2008, p. 149).

A leitura das centralidades socioeconômicas exercidas pelas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz leva em consideração estes elementos indicados por Leila Dias (2008). Acredita-se que através das relações materiais e imateriais que são tecidas entre estas cidades e são peculiares a estes núcleos urbanos, poderemos lograr êxito numa análise dos papéis e funções assumidos por elas no interior do sistema urbano Sulmaranhense.

Dito isto, entende-se que cada cidade carrega consigo de acordo com as relações que estabelecem espacial e temporalmente, traços que a particularizam. Por isso, é importante considerar também as rugosidades que estes núcleos urbanos trazem consigo e ainda as marcas que trazem do presente. Nessa direção, Iara França (2012) afirma

Cada cidade é singular, é diferente, histórica, econômica e socialmente, portanto, as trocas entre elas são espacialmente desiguais, dada a oferta de bens e serviços que as dotam, ou não, de centralidade. Se há graus diferentes de especialização das cidades no território, a sua atuação na rede é diferente. Há aquelas que possuem maior importância na rede urbana e há aquelas que interagem e se comunicam com os centros mais dinâmicos da rede, buscando bens e serviços necessários à reprodução da vida. (FRANÇA, 2012, p. 72).

Entende-se que o exercício da centralidade urbana emanado pelas cidades aqui investigadas são distintos. Enquanto a centralidade de Açailândia pode ser referenciada em razão da pujança das atividades: siderúrgica e terciária, o mesmo não pode ser dito à centralidade exercida por Balsas que é orientada prioritariamente pela produção agrícola moderna. Esta diferenciação também pode ser notada em relação à cidade de Imperatriz que apresenta nas atividades terciárias, sobretudo, no comércio atacadista e varejista, nos serviços públicos e privados de saúde e na educação superior, fortes expressões da centralidade urbana.

Desse modo, pode-se inferir que os papéis e funções que estas cidades assumem no interior da rede urbana Sulmaranhense são distintos. Estas diferenças podem ser explicadas em face do grau de especialização que elas apresentam, ou seja, precisa-se considerar a maneira como elas se inserem na divisão regional, nacional e internacional do trabalho e de que forma respondem às demandas das demais cidades da região que delas necessitam.

Outro elemento fundamental na interpretação relacionada à centralidade urbana diz respeito aos fixos e fluxos que os lugares centrais originam e sustentam. Spósito (2001) entende que a afirmação da centralidade urbana na cidade capitalista contemporânea deve levar em conta a materialização dos fluxos estabelecidos entre os núcleos urbanos.

As áreas centrais estão se multiplicando e a observação dessa tendência pode ser reconhecida como resultado de uma lógica que passou a orientar a constante dinâmica de reestruturação das cidades brasileiras. Essa redefinição não pode ser analisada apenas no plano da localização das atividades comerciais e de serviços, como já tem sido destacado por vários autores, mas deve ser estudada a partir das relações entre essa localização e os fluxos que ela gera e que a sustentam. Os fluxos permitem a apreensão da centralidade, por que é através dos nódulos de articulação da circulação intra e interurbana que ela se revela. (SPÓSITO, 2001, p. 238).

As localizações das atividades econômicas dispostas na cidade constituem em elementos essenciais que permitem entender o exercício de comando de determinadas cidades no espaço regional. No entanto, estas localizações por si só são entendidas como formas estáticas e inertes. Elas só adquirem visibilidade quando associadas aos fluxos que lhes dão vida e movimento. Interpretar o exercício de comando de determinadas cidades no espaço regional e reconhecer a centralidade que estas exercem implica na necessidade de considerar os fluxos que estas originam e mobilizam. Nessa direção Araújo e Soares (2013) enfatizam

Os fixos, constituídos pelos instrumentos de trabalho, são responsáveis pela configuração espacial de determinado espaço, ou seja, compreendem as formas físicas, enquanto os fluxos são compreendidos pelas ações instaladas ou perpassadas nos fixos. Os fixos e fluxos estabelecem interações mútuas entre si, uma vez que o espaço geográfico é constituído não apenas por objetos técnicos em si, mas também por objetos sociais, (ARAÚJO e SOARES, 2013, p. 342).

A organização dos fixos e fluxos no interior das cidades, sobretudo, nos núcleos urbanos que desenvolvem funções centrais, ou seja, os espaços que exercem papéis de comando da vida socioeconômica regional constituem em importantes instrumentos que permite apreender o exercício da centralidade urbana. As interações mútuas entre os fixos e fluxos é essencial uma vez que possibilita apreender as dinâmicas socioeconômicas que mobilizam e sustentam a centralidade urbana de determinadas cidades no espaço regional.

Whitacker (2007) preocupado em entender os significados que são determinantes à uma definição da centralidade urbana ressalta

A centralidade não se define apenas pela localização, mas pelas articulações entre as localizações, uma vez que expressa relações espaciais. A centralidade, assim compreendida, é cambiante. Essa centralidade também não se define apenas no nível intra-urbano, mas na articulação de diferentes escalas, sobretudo, quando não se restringe a elaboração do modelo teórico à concepção de hierarquia urbana tradicional, mais sim se compreende a constituição de redes e que possui articulações definidas por fluxos. (WHITACKER, 2007, p. 2),

É perceptível a importância dos fixos na leitura da centralidade urbana. No entanto, estes elementos sozinhos nos levam a uma análise incompleta e parcial das dinâmicas que mobilizam os lugares centrais. É por meio da condição cambiante e, sobretudo, em razão dos fluxos materializados nas cidades que a centralidade urbana se revela. Os fixos revelam o sentido imóvel, ou seja, as localizações da centralidade. Os fluxos, por sua vez, permitem apreender os significados da centralidade urbana.

Outro conceito-chave essencial a ser utilizado neste estudo é o ordenamento do território. Trata-se de uma noção que tem adquirido forte visibilidade nos debates fomentados pelas ciências humanas, em particular, a Geografia. No caso brasileiro, esses debates se associam principalmente às assimetrias socioespaciais que são peculiares a este país.

Estas desigualdades são ainda mais notórias quando nos deparamos com as dinâmicas que mobilizam as cidades brasileiras. Sabe-se que o sistema urbano brasileiro é marcado por intensas desigualdades que se expressam tanto pela natureza diversificada das suas cidades, como também em razão das assimetrias econômicas que estas apresentam.

Dito isto, entende-se que esta configuração heterogênea e desigual também se projeta para o cenário urbano-regional Sulmaranhense, não sendo diferente nas realidades urbanas investigadas neste estudo, ou seja, nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Assim sendo, utiliza-se os pressupostos defendidos pelas políticas de ordenamento territorial como um caminho necessário à superação das desigualdades que são inerentes à estas cidades.

1.3.3 O ordenamento do território: uma via alternativa ao planejamento do sistema urbano-regional Sulmaranhense?

A compreensão da recente configuração urbano-regional Sulmaranhense, particularmente, o dinamismo socioeconômico que se faz presente nos principais núcleos investigados neste estudo, ou seja, nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz têm demonstrado que secularmente há diferenças socioculturais e desigualdades socioeconômicas que conferem certas particularidades a estes espaços.

Trata-se de um sistema urbano-regional marcado por intensa heterogeneidade e caracterizado por fortes desigualdades socioespaciais. Estes fatos, conforme assinalamos antes, podem ser percebidos tanto em relação à natureza demográfica dos municípios que compõem o quadro regional, como também em relação à diversidade natural e socioeconômica que estão materializadas nos diversos municípios da região Sulmaranhense.

Estas diferenças e desigualdades que dão vida e visibilidade à região Sulmaranhense são frutos das ações sociais, econômicas, políticas e culturais construídas ao longo do tempo por diferentes sujeitos com interesses divergentes e convergentes. Desse modo, no caso desta região entende-se que a sua estrutura socioespacial se efetivou em bases desiguais. Estas diferenças e desigualdades são observadas desde as fases germinares de apropriação do território maranhense que legou traços particulares às suas populações.

Enquanto a colonização empreendida no norte maranhense se deu no início do século XVI, os processos de apropriação da porção meridional ocorreram com relativo atraso, ou seja, somente dois séculos depois. Este fato legou mudanças tanto nos hábitos culturais como também marcas desiguais no desenvolvimento da economia destes espaços. A fim de apreender melhor as marcas destas desigualdades socioeconômicas e diferenças socioculturais é que buscamos utilizar a noção de ordenamento do território. O ordenamento territorial é entendido nesse contexto como um instrumento que possibilitará corrigir estas assimetrias.

De modo geral, observa-se que a constituição dos municípios maranhenses, a exemplo da realidade das cidades brasileiras tem sido marcada por fortes desequilíbrios.

Esta ausência do equilíbrio territorial entre os municípios Sulmaranhenses tem exigido a adoção de políticas públicas voltadas ao ordenamento deste território. Antes de indicar ou sugerir alguns instrumentos a fim de dirimir estes desequilíbrios que se fazem presentes na realidade da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense é necessário atentar para os pressupostos que têm buscado legitimar a política de ordenamento territorial no Brasil. Os marcos balizadores de constituição de uma política de ordenamento territorial no Brasil foram elaborados neste período recente, ou seja, no ano de 2003 através do ministério da integração nacional. Nesse sentido, a política de ordenamento do território no Brasil

É uma questão política associada à mudança de natureza do Estado e do território e da relação do Estado com os seus territórios. Do ponto de vista dos agentes, podem-se considerar como principais sujeitos territoriais, o Estado, a sociedade civil e os agentes privados. Compreender como estes atores e as intensidades das suas ações impactam o território é fundamental para alcançar os objetivos de ordenação deste território. (PNOT, 2006, p. 12).

As bases de constituição de uma política de ordenamento do território no Brasil são recentes. Conforme Ruckert (2005a) elas estão associadas principalmente

A crise do nacional-desenvolvimentismo e do planejamento centralizado. A tendência às economias flexíveis e à flexibilização dos lugares, pela alta mobilização do capital e a inserção subordinada dos territórios nacionais periféricos no processo de globalização financeira e de mercados e a emergência dos processos políticos descentralizantes na face do processo de redemocratização que tem conduzido os Estados do Sul, como um todo e especialmente aos latino-americanos como o Brasil, a reatualizar suas políticas externas e internas e a requalificar suas opções e necessidades de ordenação territorial. (RUCKERT, 2005a, p. 35).

É diante desse cenário apresentado que se fixam as bases iniciais de elaboração de uma proposta de cunho político assentada no ordenamento do território brasileiro. Os processos políticos atrelados à necessidade de uma reforma do Estado, representaram o ponto de partida para que os agentes estatais e as forças socioeconômicas vislumbrassem uma nova forma de gestão do território, assentada nos princípios da coesão social e equilíbrio territorial.

Mas como operacionalizar estes princípios que visam assegurar a coesão social de territórios e (regiões) tão desequilibrados e distintos como no caso brasileiro?

Algumas experiências presentes no sistema-mundo permitem identificar as boas práticas envolvendo as políticas de ordenamento territorial. No caso português, atreladas às iniciativas conduzidas pela União Europeia é importante ressaltar que as políticas de ordenamento territorial apresentaram as suas bases fundadas em ações de bases locais.

As experiências desenvolvidas no território português e ancoradas nos pressupostos definidos pela União Europeia, apresentaram as cidades como os principais laboratórios ao exercício destas políticas, sendo essenciais ao desenvolvimento de ações voltadas à uma ordenação do território. Nesses termos, Marques da Costa (2002) pondera

As cidades têm desde sempre desempenhado um papel importante na definição e implementação de políticas de ordenamento e desenvolvimento regional e urbano. Conseguir um sistema urbano equilibrado e policêntrico e uma nova relação cidade-campo é um objetivo fundamental no processo de ordenamento do território europeu. Por um lado, trata-se de identificar e promover o desenvolvimento de novas áreas urbanas, equilibrando a distribuição de recursos e população. Por outro, trata-se de definir um novo quadro de relações territoriais que contrarie a tendência de marginalização a que ficaram sujeitos alguns territórios, criando novas áreas centrais. (MARQUES DA COSTA, 2002, p. 99-111).

No caso português, é possível notar que as políticas de ordenamento do território apresentaram as suas bases de intervenções no âmbito dos seus municípios. Há uma nítida preocupação do estado em desenvolver estas ações respeitando os interesses das bases locais.

O caso brasileiro, ao contrário, denota particularidades que são inerentes aos processos de organização da dinâmica territorial e regional do país. As regiões e municípios brasileiros são compreendidos como territórios de desigualdades e trazem consigo estas marcas ao longo do processo de suas formações socioespaciais. Diferentemente das práticas desenvolvidas na realidade europeia, na realidade brasileira o ordenamento do território é pautado em primeira instância numa leitura das desigualdades regionais, por isso, as ações voltadas ao ordenamento se fixam também numa leitura das desigualdades regionais.

Assim sendo, a gestão de um território continental de forma coesa e que respeite as diferenças e desigualdades que são peculiares à realidade brasileira, só apresentará efeitos positivos na medida em que ocorra uma articulação das políticas de ordenamento territorial às políticas de desenvolvimento regional. A este respeito, Ruckert (2005a) comenta

A particularidade brasileira de exigir da política de ordenamento territorial uma vinculação com as políticas de planejamento regional reside em seu gigantismo territorial e na necessidade de desconcentração de riqueza e população, portanto, submetida não aos interesses regionais fragmentados e particularistas, mas num contexto de uma visão estratégica de Estado e de modelo de organização territorial. Contudo, a política de gestão do território dialoga não apenas com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, mas também com todas aquelas políticas setoriais e macroeconômicas capazes de produzir efeitos territoriais importantes. (RUCKERT, 2005a, p. 16).

A gestão do território brasileiro mediada pelas políticas de ordenamento territorial busca considerar a trajetória histórica de constituição das assimetrias entre as suas distintas regiões. Suas preocupações se voltam ao dinamismo do território e também às dinâmicas desiguais que movem as regiões brasileiras. Nesta leitura, conforme observou Becker (1991)

Na atualidade estão em jogo não apenas o território e o poder centralizado, mas as suas expressões na escala local. A gestão do território, portanto, atua em diferentes níveis e dimensões. Ao nível nacional a gestão se refere à definição de critérios de seleção, regulação e estímulo de atividades e espaços, segundo a filosofia e a estratégia de desenvolvimento definida pelo conjunto da sociedade nacional. Ao nível regional e local é prioritária para a gestão e a participação da população e do saber local na formulação e na execução de estratégias, táticas e técnicas a serem utilizadas. (BECKER, 1991, p. 179).

O exercício da gestão territorial deve estar condicionado a uma pactuação de interesses de maneira a atender as diferentes necessidades da sociedade que se manifestam em distintas escalas, desde a escala local até mesmo às ações que exigem intervenções de ordenamento no âmbito nacional e internacional. Dito isto, acredita-se que no caso brasileiro, as gestões territoriais (escalas municipal, estadual e federal) devem balizar as suas ações pautadas no ordenamento do território, a fim de assegurar às suas populações a promoção de ações voltadas à coesão e justiça social destes territórios.

Ainda a respeito dos significados expressos por meio da política de nacional de ordenamento do território – PNOT, desenvolvida no Brasil, cumpre destacar que estas levam em consideração ao mesmo tempo o planejamento de ações a serem desenvolvidas no território e as políticas de desenvolvimento regional. Segundo a PNOT (2006)

As políticas de desenvolvimento regional são definidas como um conjunto de ações para promover processos socioeconômicos em áreas definidas do território, com uma visão integradora e sustentável, que induzam o bem estar social e à redução de desigualdades. Já o planejamento territorial representa um conjunto de diretrizes, políticas e ações programadas com vistas a alcançar um ordenamento e uma dinâmica espacial desejados. Além da necessidade técnica e instrumental, um aspecto essencial destas três modalidades (gestão territorial, política de desenvolvimento regional e planejamento territorial) é a necessidade de concertação destas políticas. (PNOT, 2006, p. 15).

Desse modo, entende-se que a execução de ações envolvendo as políticas pautadas no ordenamento do território deverão se basear na conjugação de intenções das políticas de desenvolvimento regional, a gestão territorial e as políticas de planejamento territorial. É mediante a comunhão de interesses entre estas políticas que as ações envolvendo a gestão territorial fundadas no ordenamento territorial poderão se efetivar no território.

Há várias acepções ou abordagens acerca do ordenamento do território. No presente estudo, comunga-se com a noção referenciada por meio da Carta Europeia de Ordenação do Território (CEOT/CEMAT, 1983) que define o ordenamento do território como a “expressão espacial da harmonização de políticas econômica, social, cultural e ambiental, micro e macrorregionais, ora ciência, ora técnica administrativa, ora política concebidas por meio de enfoque interdisciplinar e global, cujo objetivo é o desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço”.

Mas como efetivar na prática estas ações de ordenamento territorial considerando os distintos e desiguais padrões espaciais do Brasil? Como orquestrar ações que vislumbrem e promovam a coesão e o equilíbrio territorial num espaço continental como o brasileiro que carrega marcas intensas de desigualdades e fortes assimetrias socioeconômicas?

É fato notório que os processos sociais e econômicos que envolvem a produção do espaço regional no Brasil são marcados por intensas desigualdades e diferenças. As atividades produtivas ou econômicas foram disseminadas de forma pulverizada nas regiões brasileiras, resultando na presença de espaços luminosos e espaços de opacidades. (SANTOS, 2001).

Estas desigualdades e diferenças tão peculiares à realidade brasileira podem ser observadas na região Sulmaranhense em face do dinamismo socioeconômico e demográfico assumido por alguns núcleos urbanos desta região, particularmente, as cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Este fato pode ser evidenciado também em razão da presença marcante das pequenas cidades neste arranjo regional. De um total de 49 municípios que integram a referida região, apenas (06) seis apresentaram populações superiores a 50.000 habitantes.

Estes números revelam um intenso descompasso no crescimento populacional e urbano que se associa ao mesmo tempo à concentração de riquezas em alguns dos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense. Trata-se das cidades já mencionadas que experimentaram desde a década de 1980 inovações socioeconômicas, ou seja, passaram a acolher externalidades advindas de interesses do capital monopolista nacional e mundial.

Vale ressaltar que o dinamismo socioeconômico notado nestes espaços não ocorreu por obra do acaso. Manifestou-se mediante as alianças estabelecidas entre o capital representado por atores atuantes desde as esferas locais à internacional e o Estado. Assim sendo, entende-se que as forças guiadas pelos agentes políticos atuaram no sentido de favorecer a instalação de projetos econômicos voltados ao aproveitamento dos recursos existentes nesta região. Dito isto, assevera-se que o processo de produção do espaço conjuga, ao mesmo tempo, interesses econômicos aos políticos. Nesse sentido, Lefebvre (2008) expõe

[...] Esse espaço que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social. A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. [...] Existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Essa se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. (LEFEBVRE, 2008, p. 62).

A conjugação destes interesses (econômicos e políticos) é notória nos municípios investigados neste estudo, ou seja, nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz que conheceram desde a década de 1980 intenso dinamismo socioeconômico e demográfico, revelando fortes assimetrias em relação aos demais municípios da região Sulmaranhense.

O dinamismo socioeconômico assumido por estes municípios nos levou a refletir sobre estas assimetrias materializadas no espaço regional. Diante destes descompassos é que buscamos orientar uma análise pautada nas boas práticas que envolvem o ordenamento do território. As inquietações com o equilíbrio territorial e a coesão social dos municípios que compõem o quadro regional Sulmaranhense enfatizam o ordenamento do território como uma via necessária no bojo das políticas públicas a serem executadas nesta região. Conforme os objetivos expressos por meio da política nacional de ordenamento do território (2006)

a política de ordenamento do território representa preocupação com a retomada do território como um quadro ativo de integração do arcabouço produtivo, social e ambiental. Ao mesmo tempo em que as possibilidades de ação governamental passam por um redirecionamento, grandes desigualdades entre ramos produtivos, grupos sociais e entre diferentes regiões do país, associadas a um nível crescente de degradação ambiental, exercem pressões conflitantes. Políticas voltadas para essas dimensões podem contribuir não apenas para equilibrar as pressões diferenciadas, mas possibilitam integrar e promover objetivos nacionais. (PNOT, 2006, p. 23).

São diversas as experiências envolvendo as ações de ordenamento territorial no mundo. Neste estudo, ressaltam-se as experiências refletidas em cidades médias portuguesas, particularmente, consideram-se os efeitos das políticas de ordenamento difundidas em Évora, principal núcleo urbano situado na região central do Alentejo. A escolha desta espacialidade não ocorreu aleatoriamente. Deu-se em razão da realização do estágio de doutoramento sanduíche no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa – IGOT/UL que ocorreu entre os meses de novembro de 2012 a março de 2013.

Por meio desta experiência buscou-se estudar e entender algumas das diretrizes que têm norteado as políticas de ordenamento territorial refletidas em cidades médias, considerando nesse caso, a dinâmica socioespacial materializada na cidade de Évora.

A cidade de Évora tem ocupado funções de destaque no cenário urbano-regional português. O exercício de comando da centralidade econômica orientado por esta cidade se associa principalmente à pujança das atividades vinculadas ao segmento terciário. Ao considerar estes aspectos, Domingas Simplício (1999) comenta

Évora ocupa actualmente um lugar destacado na hierarquia urbana do Alentejo e mesmo de toda a porção sul do país, sendo essencialmente um centro de serviços, pois 75% da sua população está empregada no sector terciário. [...] o valor histórico-cultural e o bom estado de conservação justificaram a classificação, pela UNESCO, do centro histórico de Évora como património mundial, o que tem contribuído para uma crescente preocupação em preservar o património e renovar as áreas urbanas mais degradadas. Esta classificação traduziu-se no aumento do turismo, o que aliado à expansão dos serviços da universidade, induziu um crescimento do comércio e, conseqüentemente, um crescimento urbano. (SIMPLÍCIO, 1999, p. 230).

Mesmo considerando o papel de comando e a centralidade econômica exercida pela cidade de Évora no cenário regional Alentejano, foi possível observar diversos problemas que se situam na escala intra-urbana e regional. No conjunto destes problemas diagnosticados, Domingas Simplício (1999) enfatiza a necessidade de se buscar soluções para:

- a) **Problemas relativos à circulação ou mobilidade** – De modo geral a estrutura urbana de Évora, é marcada por ruas estreitas e sinuosas, dificultando a circulação e o estacionamento de veículos, sobretudo, na cidade intramuros;
- b) **A existência de edifícios em mau estado de conservação** que constitui um problema inerente à maior parte dos núcleos históricos, sendo reconhecido desde 1996 como um grave problema pela Câmara Municipal de Évora;
- c) **Fatores de debilidade econômica** – um dos factores de maior influência negativa sobre o desenvolvimento da cidade é a debilidade da base econômica, marcada pela fragilidade empresarial com fraca tradição do sector industrial.

A fim de dirimir estes problemas elencados, o governo português, em suas distintas esferas tem se esforçado para executar ações de ordenamento destes territórios. Estas ações encontra fundamentos na aplicação do planeamento estratégico e ainda na valorização do papel estruturante que é peculiar às cidades médias. Tais instrumentos são entendidos como peça-chave no bojo das políticas de ordenamento reflectidas no território português.

A intenção deste estudo não tem implicado em buscar transplantar este modelo de ordenamento territorial tão distante e distinto da dinâmica socioespacial brasileira, que em si, é caracterizada por intensas desigualdades econômicas e socioespaciais em razão do quadro regional brasileiro apresentar-se como sendo heterogêneo, complexo e diversificado.

Assim sendo, objetivou-se por meio deste diagnóstico apresentar os efeitos positivos, ou seja, as boas práticas que têm orientado as políticas e ações de ordenamento territorial português, considerando em particular, a dinâmica socioespacial de Évora. O ordenamento territorial presente na cidade de Évora se coloca como um modelo distinto das cidades aqui investigadas. No entanto, representa um exemplo que pode ser estudado a fim de contribuir ao exercício efetivo da execução de políticas públicas que vislubrem o equilíbrio social e territorial dos núcleos urbanos que integram a região Sulmaranhense.

Com base nesse percurso analítico é que levantamos algumas proposições e sugestões acerca da necessidade de incorporar as lições, ou seja, as boas práticas que envolvem o ordenamento do território português particularizando esta experiência difundida em Évora. Dito isto, entende-se que o ordenamento territorial pode ser entendido como um valioso instrumento que poderá conduzir os investimentos, empreendimentos e às populações residentes no principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense a experimentarem uma nova forma de gestão do território pautada na coesão social e no equilíbrio territorial.

Após indicar os principais conceitos-chave que serviram de fundamentos à construção deste estudo, interessa enfatizar aspectos essenciais do processo de formação socioespacial da região Sulmaranhense. Destarte, o objetivo delineado ao segundo capítulo desta tese se pauta numa reflexão e interpretação dos condicionantes históricos, políticos, naturais e econômicos que são entendidos como responsáveis pelo processo de formação histórica e de estruturação da região Sulmaranhense no período compreendido a partir do final do século XVIII, estendendo até as primeiras décadas do século XX.

2 FORMAÇÃO SÓCIOESPACIAL DA REGIÃO SULMARANHENSE

Uma região é na verdade, o lócus de determinadas funções da sociedade total em um dado momento. (SANTOS, 2008).



Foto 2: Região Sulmaranhense – Vista parcial da Chapada das Mesas

Fonte: COSTA, 2014.

Extasiados diante da imensidade verde dos campos gerais, que avançando da zona ribeirinha do Parnaíba, desdobravam-se a perder de vista, na direção do ocidente, os pioneiros, refeitos da monotonia das caatingas do nordeste sáfaro, que haviam atravessado, deram à região o nome de **Pastos Bons** e aí se fixaram, para a labuta tranquila da vida pastoril. Em 1740, cêrca de cento e vinte fazendas de gado, disseminadas por uma larga zona de exuberantes pastagens, constituíam ali, outros tantos núcleos de colonização do território meridional maranhense. (CARDOSO, 1947, p. 2).

2.1 Aspectos singulares da formação socioespacial Sulmaranhense

O objetivo central deste capítulo se ocupa em abordar os aspectos fundamentais que condicionaram o processo de formação socioespacial da região de Pastos Bons, aqui também adjetivada de região Sulmaranhense. Estas ideias são acompanhadas de alguns conceitos entendidos como fundamentais à análise da formação histórica desta região.

Esta interpretação se fundamenta, particularmente, nos condicionantes históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e naturais que contribuíram decisivamente para a configuração pretérita desta região e acenam para o entendimento das suas marcas atuais. Nesta análise, a categoria formação socioespacial constitui o viés analítico que visa entender o processo de formação da região estudada. Milton Santos (1977) a este respeito enfatiza

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Seu domínio não era o das dinâmicas que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede apreender a realidade se não se faz intervir na História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 1977, p. 81-82).

As transformações edificadas no sistema-mundo após 1950 implicaram numa reorganização societária dos países. Estas mudanças manifestadas nos distintos campos da organização social também se projetaram para a produção do conhecimento científico, em particular, a construção do conhecimento geográfico que assumiu desde a década de 1970 posturas teóricas e práticas alicerçadas em aspectos inerentes à dinâmica da sociedade.

A Geografia assumiu o propósito de analisar as dinâmicas espaciais voltando os seus olhos para as ações guiadas pela sociedade. Ao geógrafo não basta apenas observar o espaço, mas entender o sentido da sua produção. Para Santos (2004a, p. 55), “O espaço social, como toda realidade social, é definido metodologicamente por três conceitos gerais: a forma, a estrutura e a função. O espaço se modifica para atender às transformações sociais”.

A análise da formação socioespacial da região de Pastos Bons, ou seja, a região Sulmaranhense implica na necessidade de considerar as contribuições fornecidas pelo método geográfico, uma vez que este método possibilita uma interpretação dos distintos elementos que são responsáveis pelo processo de produção da região estudada. Segundo Santos (2008)

O espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe a sua própria realidade, por isso a sociedade não pode operar fora dele. Para estudar o espaço, cumpre apreender a sua relação com a sociedade, pois é esta que dita à compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço. (SANTOS, 2008, p. 67).

O método geográfico, expressa nesse sentido, um importante caminho metodológico que possibilita registrar as mudanças edificadas no processo de produção do espaço regional em questão. Neste estudo, este instrumento é reconhecido como uma via de acesso à apreensão da realidade regional Sulmaranhense. Segundo Santos (2004a)

A interpretação de um espaço ou de sua evolução só é possível através de uma análise global que possa combinar simultaneamente estas três categorias analíticas – forma, estrutura, função – por que a relação é não só funcional como estrutural. Os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram os processos, incitam a novas funções. Do mesmo modo, as formas geográficas se alteram ou mudam de valor e o espaço se modifica para atender às transformações e necessidades da sociedade. (SANTOS, 2004a, p. 55).

Concorda-se com as ideias destacadas por Santos (2004a) por entender que uma interpretação coerente da dinâmica espacial em questão, ou seja, da realidade urbano-regional Sulmaranhense deve levar em conta a indissociabilidade e o caráter interdependente que alimenta e movimenta o método geográfico através de suas diferentes categorias.

Cada categoria cumpre um papel essencial no interior das dinâmicas espaciais, por isso devem ser trabalhadas associadas. A forma, ou seja, o visível não é entendido sem uma dada estrutura e vice-versa. As funções, por seu turno, dependem dos distintos processos materializados no espaço. Forma, função, estrutura e processo são elementos indissociáveis e conjuntamente permitem uma melhor apreensão das dinâmicas materializadas no espaço.

Nas reflexões e interpretações envolvendo a atual dinâmica e os processos responsáveis pela produção do espaço urbano-regional Sulmaranhense é necessário aliar ao uso do método geográfico uma adequada periodização.

O uso das periodizações nos estudos geográficos constitui um instrumento vital à análise das dinâmicas espaciais, pois possibilita apreender o movimento da sociedade num dado espaço em determinado momento da história. O espaço carrega consigo as rugosidades construídas pela sociedade em determinados períodos. Elas permitem apreender num dado momento da história a construção das ações sociais no espaço. Conforme Santos (2004b)

Tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo, um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes. Para compreender qualquer situação necessitamos de um enfoque espaço-temporal. A noção de espaço é inseparável da idéia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, nacional ou mundial, a ação das variáveis presente depende estritamente das condições gerais dos sistemas em que se situam. (SANTOS, 2004b, p. 253-254).

O intento deste estudo se pauta na análise da recente dinâmica urbano-regional materializada na região Sulmaranhense. Porém, para apreender a essência desta dinâmica é necessário entender as rugosidades desta região. A adoção de uma periodização é útil uma vez que possibilita apreender com maior eficácia a trajetória histórica de edificação desta região. A periodização utilizada neste capítulo enfatiza dois momentos distintos que são entendidos como essenciais à compreensão do processo de formação da região Sulmaranhense. São eles:

- a) A conquista inicial do território maranhense a partir do século XVI;
- b) A ocupação e o povoamento orientados pela atividade ganadeira que conferiu características singulares à região Sulmaranhense a partir do século XVIII, estendendo-se até as primeiras décadas do século XX.

Nesses termos, aborda-se neste capítulo aspectos fundamentais do processo de formação regional Sulmaranhense, considerando as rugosidades edificadas nesta região a partir do século XVI, sendo estendidas até as primeiras décadas do século XX.

2.2 As bases iniciais da conquista do território maranhense

O processo inicial de ocupação e povoamento do território maranhense ocorreu de modo desigual, obedecendo duas linhas distintas de apropriação territorial. O movimento colonizador empreendido pelos europeus, particularmente, pelos portugueses, processou-se através da atuação de duas frentes: a primeira concentrada no litoral e a segunda no interior.

Este movimento teve como ponto de partida a colonização oficial do litoral ocorrida no início do século XVI, sendo motivado pela presença dos portugueses que buscaram difundir a atividade agroexportadora pautada na produção de açúcar. Já a colonização da porção meridional do território maranhense ocorreu com relativo atraso. Manifestou-se em meados do século XVIII, após a conquista empreendida pelos portugueses nas encostas litorâneas e nos vales fluviais dos rios Itapecuru, Mearim, Munim e Pindaré.

O início do século XVI testemunha as bases iniciais do processo de conquista e povoamento do território maranhense. A colonização inicial restringiu-se às áreas litorâneas e aos vales fluviais dos rios supracitados. Trata-se do reconhecimento das primeiras incursões dos colonizadores europeus que objetivaram a conquista do território. Para Meireles (2001)

Se verdadeira a viagem de João Coelho, possivelmente ele, em 1493, se até aqui não tivessem trazidos, no arrastão das correntes marítimas, Diego de Teive, em 1452, ou Gonçalo Fernandes Távira e João Vogado, em 1453. Se não, Alonso de Ojeda, com Juan de la Cosa e Américo Vespúcio, em 1497, quando alcançaram o estuário do Amazonas, ou ele com Juan de Vergara e García de Ocampo, em 1499, quando chegou até o Rio Grande do Norte. Em qualquer hipótese, o Maranhão já era conhecido antes do pretendido descobrimento casual do Brasil por Pedro Álvares Cabral, a 22 de abril de 1500, pois em janeiro desse ano, o espanhol Vicente Yañez Pinzón descia a costa até Pernambuco. O Maranhão passou ainda todo o século XVI fora da história política da colonização portuguesa. (MEIRELES, 2001, p. 20-21).

No século XVI, os donatários da capitania do Maranhão organizaram várias frotas com o intuito de iniciar a ocupação das terras maranhenses. Os franceses desde 1524, incursionavam pelo litoral maranhense e, precisamente em 1612, iniciaram a fundação de uma colônia francesa – a França Equinocial, na ilha de São Luís. Iniciou-se assim, efetivamente, pelos conquistadores franceses, a ocupação do território maranhense. (CARVALHO, 2000).

Mesmo considerando o relativo atraso do processo de colonização do território maranhense em relação às demais do território brasileiro, cabe ressaltar que esta ocupação inicial deu-se, especialmente, por dois motivos distintos: as ameaças externas e à nascente indústria açucareira que floresceu no Nordeste. Nessa direção Cabral (1992) comenta

O Estado português, diante das ameaças externas, que punham em perigo seu vasto patrimônio no norte do Brasil, deu imediato avanço à sua marcha colonizadora em direção à região norte. Assim, em 1556, realizou a conquista da Paraíba e, em 1596, a do Rio Grande do Norte. Dando continuidade à empresa expansionista, saiu de Pernambuco, em 1614, com destino ao Maranhão, uma expedição sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, com o objetivo de expulsar os franceses e iniciar o povoamento da região. (CABRAL, 1992, p. 61).

A partir de 1614, esta expedição comandada por Jerônimo de Albuquerque, representante da coroa portuguesa passou a legitimar os interesses plenos de defesa, posse e conquista efetiva do território maranhense. O êxito destas investidas foi possível graças à expulsão dos franceses do território maranhense pelas tropas portuguesas na batalha de Guaxenduba, que marcou o domínio definitivo dos colonizadores portugueses no Maranhão por meio da ocupação efetuada pelas frentes litorâneas. (MEIRELES, 2001).

É importante reconhecer nesse trajeto inicial de conquista e ocupação do território maranhense, os vários conflitos ocorridos e as ações violentas manifestadas entre os colonizadores e as populações autóctones. A este respeito Sousa (2010) pondera

A expulsão dos franceses do Maranhão passou a ser compreendida como um marco para a historiografia oficial quanto ao início da colonização do Norte do país pelos portugueses, incluindo aí o espaço maranhense. Os entraves durante este estágio inicial da colonização foram variados, entre os quais se destacam: a resistência dos indígenas, as dificuldades de navegabilidade, a inexistência de estradas e os escassos recursos disponibilizados ao empreendimento colonizador. [...] As adversidades vivenciadas pelos portugueses no início da colonização os limitaram às terras das encostas litorâneas, pois, estas áreas apresentavam as melhores condições de acesso e maior segurança em relação ao interior desconhecido. (SOUSA, 2010, p. 27).

Diversos episódios retratam esta versão verossímil a que foram submetidas às populações autóctones no estágio inicial de conquista e colonização maranhense. A expansão e conquista do território foi legitimada em face do devassamento destas populações.

Outro elemento fundamental nesse estágio inicial da colonização do território maranhense diz respeito ao controle social e religioso exercido através de ações diversas que constituíram em instrumentos de dominação das populações nativas. Segundo Cabral (1992)

No caminho da expansão territorial, devassamento e conquista, o primeiro passo foi quebrar a resistência oferecida pelos índios. Para tal, os instrumentos utilizados foram diversos: é o caso das expedições punitivas, as guerras justas, as tropas de resgate, ação de sertanistas e a catequese. Estas ações contribuíram, de modo decisivo, para a conformação do índio aos padrões estabelecidos pelos colonizadores. (CABRAL, 1992, p. 62).

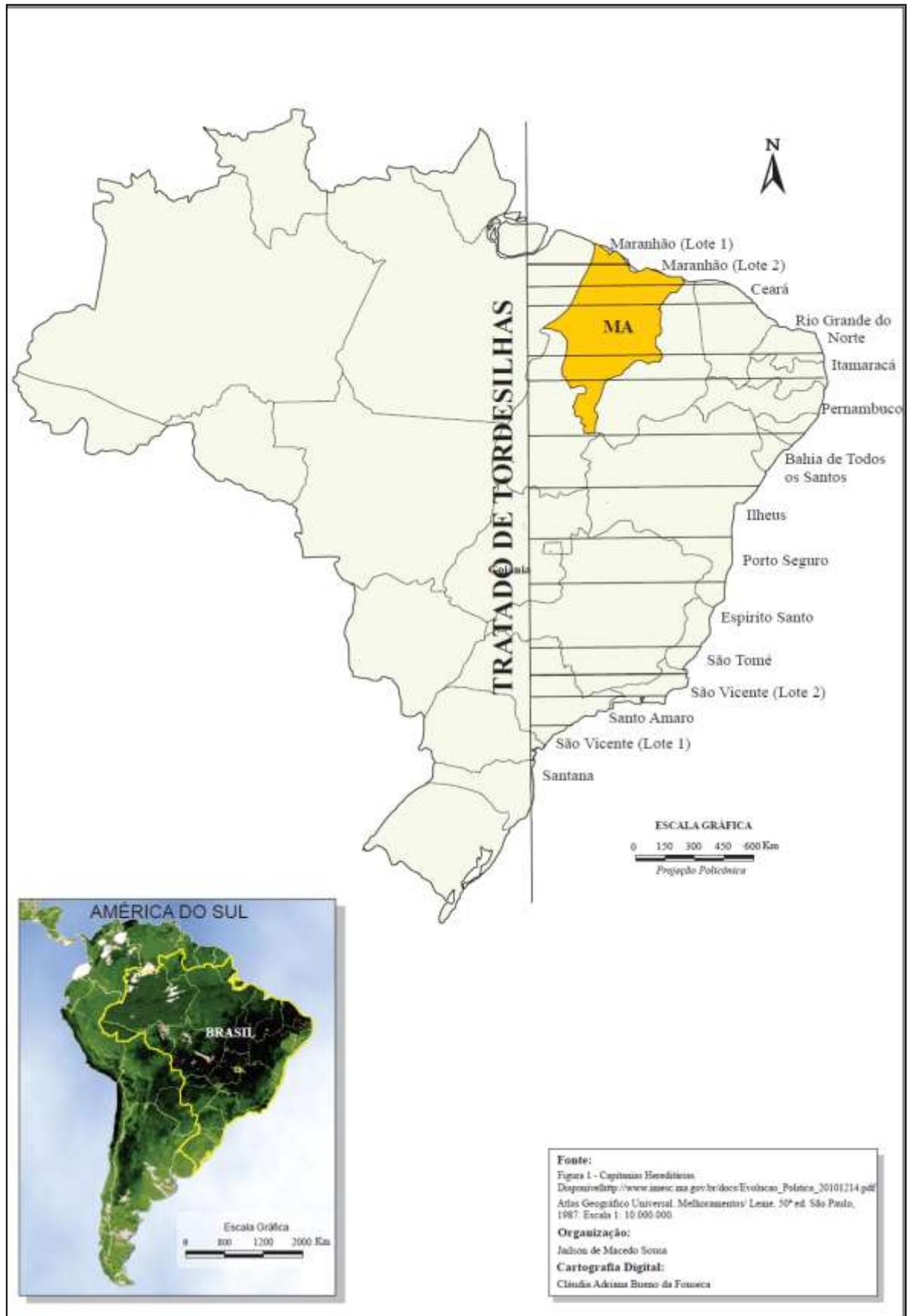
A atuação da coroa portuguesa foi essencial para legitimar as ações empreendidas pelos colonizadores. O Estado português incumbiu este processo de colonização à iniciativa privada que tomou posse do território nas áreas litorâneas, através das capitânicas hereditárias, traduzindo o sistema de distribuição de terras às pessoas ligadas à corte portuguesa.

Esta concessão das terras foi legitimada por meio das cartas de doação que asseguravam a posse das propriedades aos donatários. O documento que regia os direitos e obrigações das capitânicas era a carta foral. Através dela eram estabelecidos os limites geográficos das capitânicas, as questões tributárias e criminal e a proibição da comercialização das terras doadas. A capitania maranhense, segundo Meireles (2001)

Foi dividida em quatro lotes de terras que foram doados a três donatários. O primeiro foi doado a João de Barros que possuía 40 léguas de extensão. O segundo lote foi doado a Antonio Cardo de Barros que possuía 40 léguas de extensão. O terceiro, por sua vez, foi doado a Fernando Álvares de Andrade que dispunha de 75 léguas de extensão. O quarto lote por fim também ficou sob a responsabilidade de João de Barros que possuía 50 léguas de extensão. (MEIRELES, 2001, p. 24).

Este trajeto inicial de apropriação do território maranhense firmou as suas bases na porção litorânea. A ocupação do território foi marcada pela presença de sociedades distintas, apresentando traços identitários e específicos. Para Cândido Mendes (1852, p. 140), “há uma notável diferença entre a população oriunda da colonização que entrou pelo litoral e a outra (a do interior): a primeira é de costumes amenos; a segunda é menos civilizada. Daí provém chamar no interior da província do Maranhão aos sertanejos também de baianos”.

Mapa 5: Divisão política e administrativa do território brasileiro em capitâncias hereditárias com ênfase ao espaço maranhense, século XVI



Foram diversas as adversidades encontradas neste estágio inicial da colonização maranhense. Nas regiões litorâneas observou-se a resistência das populações autóctones. Os estudos realizados por Cabral (1992) confirmam este sentido conflituoso e violento presente nesta etapa inicial de apropriação do território maranhense nas frentes litorâneas.

O confronto com os Tupinambás que viviam na ilha de São Luís e no litoral ocidental deu-se de imediato, logo após a chegada dos conquistadores portugueses. Entre os anos de 1616 a 1619, o Capitão de Entradas Bento Maciel Parente, nomeado chefe da guerra aos Tupinambás e Matias de Albuquerque, filho de Jerônimo de Albuquerque, realizaram violentos combates, causando-lhes grande dizimação. Pelo litoral oriental, as comunicações com o Ceará e Pernambuco eram dificultadas pela presença dos Tremembés, que viviam na região do delta do Parnaíba ou rio Paraguaçu, como chamavam os índios. (CABRAL, 1992, p. 65).

Alguns elementos são entendidos como essenciais à conquista inicial do território maranhense pelos portugueses. A importação de colonos estrangeiros entre os anos de 1615 a 1626 constituiu um instrumento eficaz nesse estágio da ocupação do território maranhense.

Associado a este aspecto, vale destacar ainda o avanço no cultivo da cana-de-açúcar que favoreceu a radicação de colonos nas terras maranhenses. Esses colonos tinham a missão de instalar engenhos, a exemplo do que ocorria em outras áreas do litoral brasileiro, especialmente, nos estados da Bahia e Pernambuco. Os primeiros núcleos de povoamento se processaram a partir da importação de famílias açorianas para o litoral maranhense que passaram a se dedicar ao cultivo da cana-de-açúcar. A este respeito, Meireles (2001) comenta

Na gestão do capitão-mor, Bento Maciel Parente trouxe ao Maranhão duas levas, no ano de 1620 e 1621, de famílias açorianas para a melhor e mais pronta colonização da terra. A primeira trazida por Manoel Correa de Melo, às custas de Jorge de Lemos Bittencourt, a quem prometera 400\$000 pela imigração de 200 casais. A segunda por Antonio Ferreira Bittencourt. Era plano do governo da metrópole com eles instalar engenhos de açúcar conforme a condição imposta a Antonio Muniz Barreiros, então nomeado provedor-mor do Brasil. (MEIRELES, 2001, p. 63).

Relacionados aos aspectos supracitados é importante ressaltar ainda, a influência das ações catequéticas nesta etapa inicial da colonização maranhense. A ação catequética difundida em 1722 pelo jesuíta João Tavares, denominado apóstolo dos Tremembés, contribuiu fortemente para a subjulgação das populações autóctones.

A colonização do território maranhense nesse estágio de apropriação foi marcada por atos de violência. A expansão do território e a conquista das áreas litorâneas resultou num violento devassamento das populações autóctones. Segundo Cabral (1992)

A resistência oferecida pelas populações autóctones situadas ao longo do litoral e nos vales fluviais do Itapecuru, Mearim, Munim e Pindaré dificultou o processo de conquista e povoamento, mas não evitou que a empresa oficial alcançasse o seu intento. Para isso foram utilizadas como estratégias: o envio de entradas e sertanistas, a construção de fortalezas, abertura de estradas e a realização de guerras justas. No último quartel do século XVII, o desempenho dos colonizadores fez-se ainda mais firme e enérgico. No governo de Gomes de Andrade (1685-1687), o sertanista João Velho do Vale, a mando deste Governador, fez o reconhecimento dos rios Itapecuru, Mearim e Munim, mantendo duradouros contatos com os Caicazes, Guanarés, Guanazes e Barbados. Posteriormente, investidas foram realizadas a fim de combater e subjugar estas tribos indígenas. (CABRAL, 1992, p. 67).

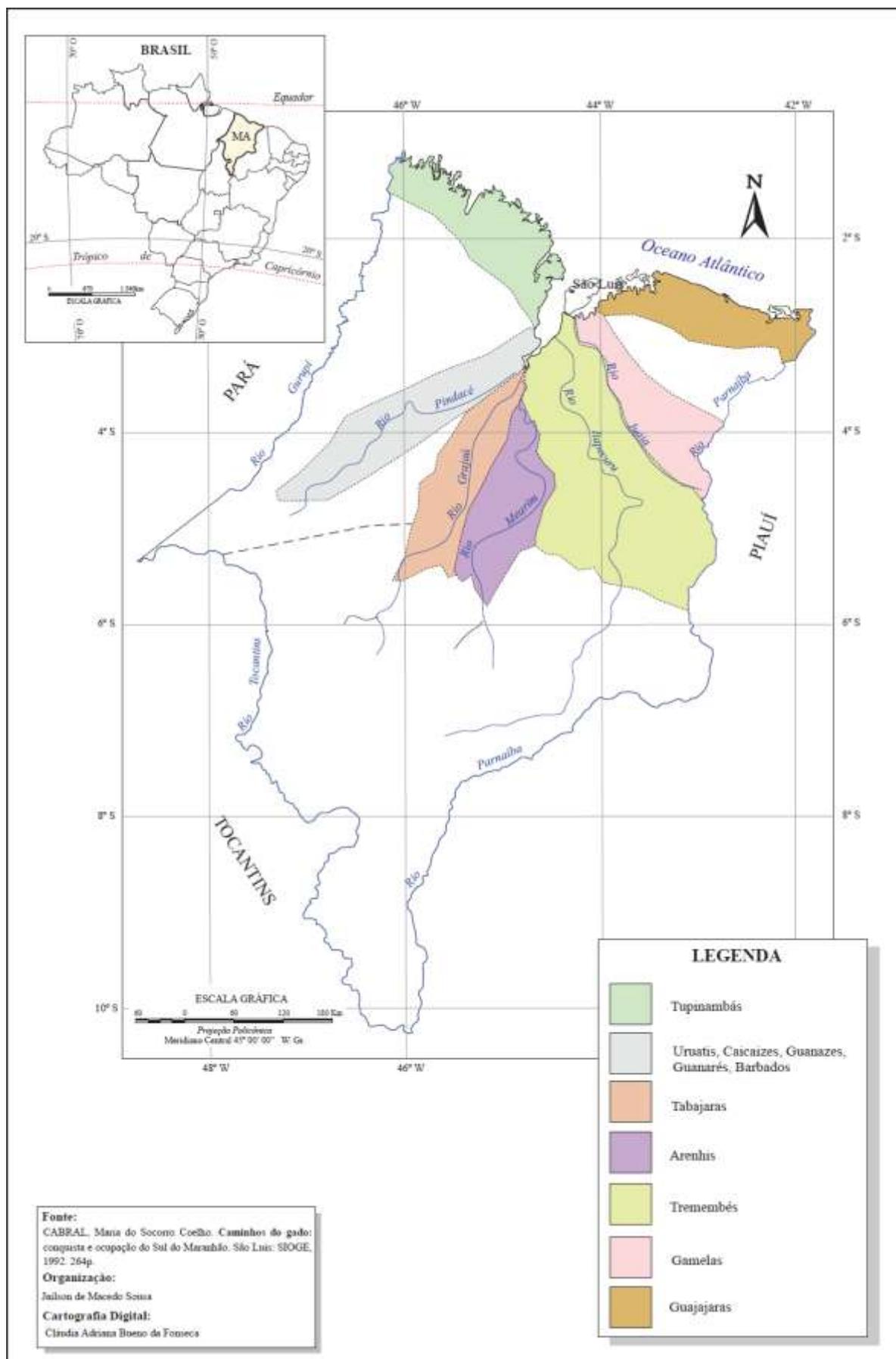
Outro instrumento de grande importância utilizado nessa etapa inicial de colonização do território maranhense guiado pelas frentes litorâneas fundamentou-se na ação catequética. As ações conduzidas pelos jesuítas contribuíram para a subjulgação dos índios conforme os desígnios impostos pelos colonizadores. A este respeito, Cabral (1992) pondera

A igreja, teve participação decisiva no processo de colonização. Mas não foi uma atuação isolada e desafinada da ação oficial. Ao contrário, estava inserida no contexto da estratégia concebida pela coroa portuguesa: missionários, colonos, militares e autoridades civis, embora com algumas desavenças, aqui e acolá, atuaram conjuntamente, de forma firme e segura, na tarefa de empreender a empresa conquistadora. Ao lado da ação expansionista, o Estado procurava estruturar a vida econômica e criar os serviços administrativos, como forma de organizar a vida da Capitania e de consolidação da conquista. (CABRAL, 1992, p. 63).

Desse modo, observaram-se estreitos vínculos entre os atores responsáveis pela colonização orientados a partir das frentes litorâneas. A atuação da coroa portuguesa aliada ao exercício da fé propagada pelos jesuítas, por meio da catequização, constituiu em alianças essenciais à esta fase inicial de apropriação do território maranhense.

No entanto, o início do século XVIII atesta significativas mudanças no processo de apropriação do território maranhense. Esta trajetória de ocupação deste território que até então se restringiu ao litoral se modificou a partir de 1730 em razão da presença de frentes interioranas orientadas, principalmente, pela presença da atividade ganadeira.

Mapa 6: Maranhão - Localização das principais tribos indígenas, séc. XVII



2.3 Os caminhos do gado e a conquista do sertão maranhense

Em meados do século XVIII é possível testemunhar a presença de correntes povoadoras no interior do Maranhão fundamentadas na criação de gado. Estas frentes denominadas de sertanejas ou pastoris penetraram a porção meridional do Maranhão oriundas dos estados da Bahia e de Pernambuco. Nesse sentido Cabral (1992) enfatiza

Ao recuperar o movimento de ocupação do sul do Maranhão, surpreendemo-nos por encontrar um processo com uma nítida diferenciação entre duas formas de ocupação. As duas linhas que dirigiram o povoamento maranhense, ocupando áreas geograficamente específicas, estruturaram duas bases econômicas diferenciadas, fundamentadas uma na agroexportação e outra na pecuária. [...] Definiram assim, relações sociais e padrões de comportamento bastante característicos. O tipo de colonização verificado teve influências nas tensões e conflitos que marcaram o longo processo de integração destas duas regiões. (CABRAL, 1992, p. 59).

Até o início do século XVIII, com exceção das populações autóctones, a presença humana no território maranhense se restringiu às áreas litorâneas e às escassas vilas situadas às margens dos rios Pindaré, Mearim, Munim e Itapecurú nas proximidades do litoral. Segundo Franklin (2005, p. 58), “apesar de o litoral ter recebido a presença de exploradores europeus desde o início do século XVI, a parte sul do Maranhão foi colonizada somente no século XVIII, quase duzentos anos após a fundação de São Luís pelos franceses”.

Desde a primeira metade do século XVIII, quando os primeiros criadores atravessaram o Parnaíba e depararam-se com abundantes pastagens e caudalosos rios perenes, a porção meridional do território do Maranhão experimentou a transformação de sua paisagem natural através da ocupação da frente colonizadora que, por quase dois séculos, avançava pelos sertões nordestinos, desde a Bahia até o Piauí. (FRANKLIN e SOUSA, 2013).

A colonização empreendida por este movimento se associa também os descasos dos governantes da província maranhense, que desde os estágios iniciais da colonização relegaram a um segundo plano esta porção do território. As atenções da coroa portuguesa se voltaram exclusivamente à produção açucareira concentrada no litoral. Este fato, explica em certa medida, a pouca ou quase inexistente atenção dispensada ao sertão maranhense.

O mapa antes exposto retrata que foi somente a partir de meados do século XIX que se registrou a inquietação da coroa portuguesa no sentido de buscar estabelecer os limites políticos e administrativos ao estado do Maranhão e de povoar a porção sul deste território.

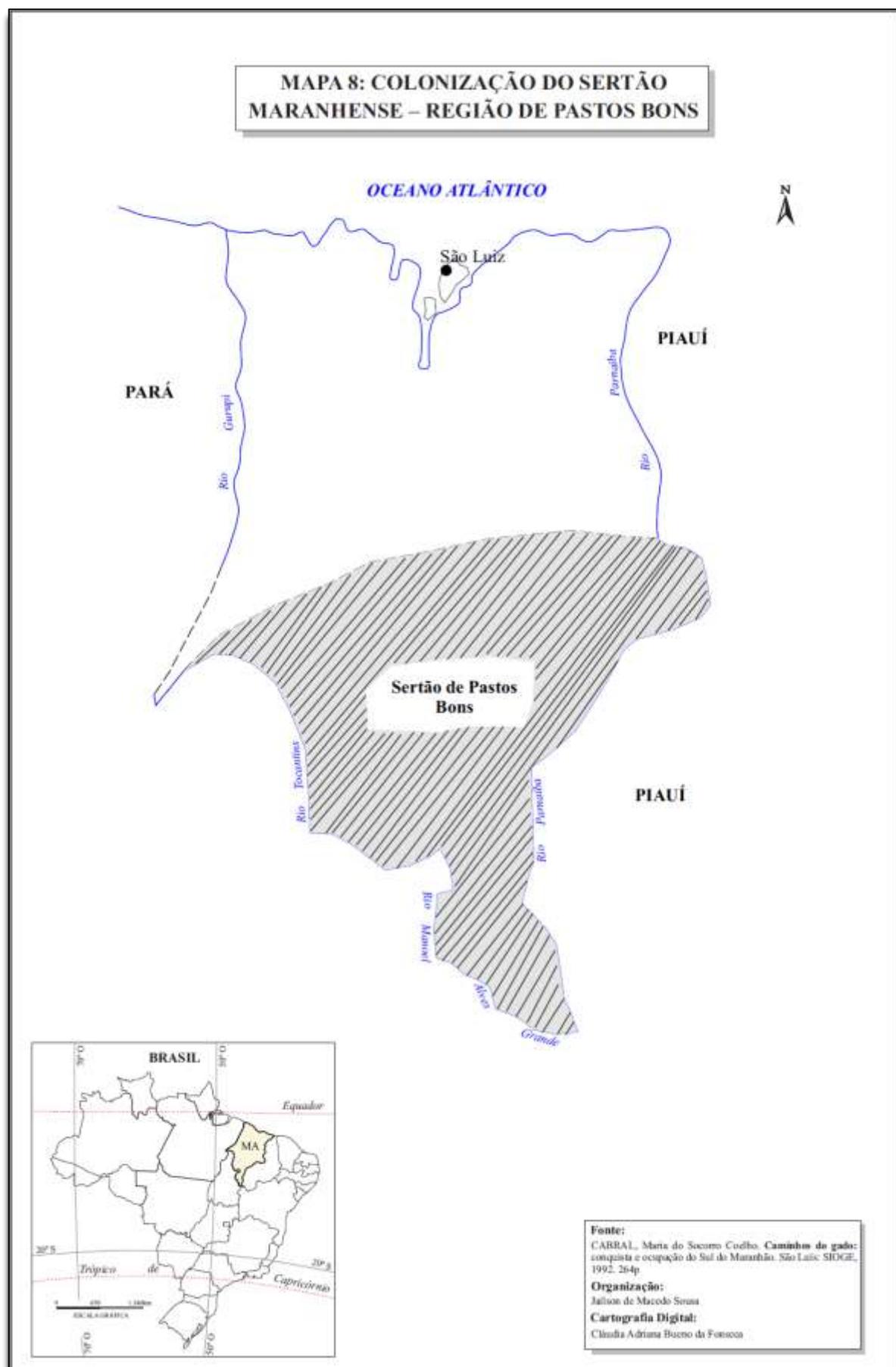
Até então, a porção meridional do território maranhense não estava presente nos interesses da coroa portuguesa. Foi a partir desse período que a ocupação e o povoamento deste território passou a ser efetivamente estabelecida. Segundo Franklin (2005)

Começava nesse período, no médio Parnaíba, um movimento colonizador oriundo da Bahia e de Pernambuco, patrocinado pela Casa da Torre, que atravessou o sertão nordestino, instalou-se no Piauí e entrou no Maranhão nos denominados **Pastos Bons**¹⁶. [...] Essas entradas tinham como intuito maior afugentar e aprisionar os índios e ocupar as suas terras com a instalação de novas fazendas. [...] A maioria dos governantes do Maranhão, absortos com os problemas da capital da província e mais voltados para a Corte, pouca importância deram a esta ocupação. Diversas fazendas e povoações se estabeleceram ao sul da província sem que ao menos tivessem conhecimento. (FRANKLIN, 2005, p. 57).

Os criadores de gado lançaram-se à conquista do sertão desconhecido. Instalaram-se às ribeiras do Parnaíba, no contato direto com os rios Manoel Alves Grande e do Tocantins e estabeleceram nesta região diversas fazendas. Esses vaqueiros dedicaram-se, especialmente, à criação de gado. Trata-se da emergência de uma sociedade marcada por valores socioculturais distintos do litoral. Com isto, observou-se a instalação de vilas e núcleos de povoamento dispersos pelo Maranhão meridional. Este movimento orientou-se da região sul em direção ao oeste do estado, obedecendo aos caminhos guiados pelo gado. Segundo Cardoso (1947)

De meados do século XVIII aos albores do século XIX, a pecuária, quer como elemento de expansão geográfica, quer como fator de desenvolvimento, contribuiu, de modo decisivo, para a colonização do Sul do Estado do Maranhão. À semelhança dos bandeirantes paulistas que, à procura de ouro, fizeram as fronteiras da então colônia recuarem para além da linha de Tordesilhas, os criadores de gado, atiraram-se à conquista do sertão, deixando em cada pousada a semente de uma cidade. [...] Porém, foi no início do século XVIII, quando a colonização do Maranhão, em pleno ciclo e influência da cana de açúcar, não se tinha ainda afastado das proximidades dos engenhos, na zona litorânea, mal se estendendo às Aldeias Altas, hoje Caxias, que os vaqueiros procedentes do vale de São Francisco e da Serra Ibiapaba, em Pernambuco, iniciaram o devassamento dos sertões maranhenses. Em 1740, cerca de cento e vinte fazendas de gado, disseminadas por uma larga zona de pastagens, constituíam, ali, outros tantos núcleos de colonização. (CARDOSO, 1947, p. 1-2).

¹⁶ Verificar mapa 8, página 114.



A criação de gado era de suma importância, uma vez que este apresentava múltiplas finalidades. Servia o boi como meio de transporte, força motriz e como fonte alimentícia. O couro era ainda utilizado na fabricação de diversos objetos domésticos.

Pernambuco e Bahia são entendidos como os principais focos de irradiação da atividade ganadeira. Daí partiram os principais rebanhos de gado, sob o impulso da iniciativa privada, conduzidas pela Casa da Torre, constituindo assim, um dos traços marcantes do povoamento dos altos sertões, alcançando o Piauí e Maranhão. (CABRAL, 1992).

O movimento colonizador presente no território maranhense além de levar em conta a presença das frentes litorâneas também resultou de forte influência de outras frentes, particularmente, as frentes pastoris. No entanto, é preciso registrar ainda a presença das frentes de expansão goiana e paraense que também tiveram importante papel na colonização da região Sulmaranhense. A respeito da frente de expansão goiana, Sousa (2010) pondera

A frente de expansão goiana coincidiu com a descoberta das minas de ouro nas regiões de Natividade e Pontal, naquela época pertencente à região norte de Goiás. A exploração aurífera no princípio do século XVIII estimulou o desenvolvimento da navegação do rio Tocantins, cujo objetivo principal era estabelecer o comércio com a capitania paraense. A partir dessa iniciativa diversas áreas foram surgindo e sendo povoadas no trajeto percorrido pelos goianos no sentido Belém-Pará, margeando os seus rios, entre eles Cunha de Mattos de Carolina em 1823, mais tarde – o município de Carolina, no Sul estado do Maranhão. (SOUSA, 2010, p. 40).

Outra corrente povoadora que apresentou importante participação no cenário pretérito de ocupação e povoamento da região Sulmaranhense foi a paraense. Esta frente percorreu o sentido inverso da goiana. Subiu o Tocantins desde a sua foz com a confluência com o Araguaia, alcançando a porção sudoeste do território maranhense. (FRANKLIN, 2008).

Das distintas correntes de povoamento inegavelmente àquelas guiadas pelo gado, ou seja, as frentes pastoris exerceram papéis fundamentais e predominantes na colonização da região Sulmaranhense. A utilização do gado nas atividades rotineiras de engenho colocava-se como condição básica para a vitalidade e consolidação da produção açucareira do nordeste, entendida como a principal atividade econômica da região entre os séculos XVII/XVIII.

2.3.1 Expropriação e violência na conquista e ocupação do sertão maranhense

As distintas frentes conduzidas pelo gado presentes na região Sulmaranhense contribuíram significativamente para a efetiva ocupação e povoamento deste território. Segundo observou Sousa (2010, p. 44), “a medida que os rebanhos cresciam, eram necessárias mais terras disponíveis para mantê-los, fato que justificou o avanço das correntes pastoris pelo interior do nordeste”. Nesse sentido, Caio Prado Júnior (1990) pondera

A base econômica de ocupação do interior nordestino foi a pecuária, tendo como principais focos de irradiação os estados da Bahia e Pernambuco. A disposição das fazendas tomou daí por diante duas direções, a que nos interessa é a que partiu para o Norte, em fins do século XVII, tendo se expandido e ocupado o interior do estado do Piauí. A progressão das fazendas transpuseram o rio Parnaíba e foram confluír no Maranhão com aquelas do litoral que subiram pelo rio Itapecuru. Completava-se assim a ocupação de todo o interior do nordeste. [...] Em meados do século XVIII, o sertão do nordeste alcançou o apogeu do seu desenvolvimento. O gado nele produzido abasteceu, sem concorrência, todos os centros populosos do litoral, desde o Maranhão até a Bahia. (PRADO JÚNIOR, 1990, p. 68).

A difusão da atividade ganadeira a partir do século XVIII na porção meridional do território maranhense promoveu notável articulação desta região com o norte da província de Goiás (atualmente estado do Tocantins), com a província paraense e o litoral maranhense. No entanto, a ocupação e o povoamento deste território não se deu de forma harmoniosa.

A instalação de fazendas fez-se às custas de ações violentas contra as populações autóctones. A combinação de alguns fatores foi essencial aos interesses de colonizadores e criadores de gado instalados no sertão maranhense. Exemplo deste fato pode ser observado através de acordos firmados entre colonizadores portugueses e a família D'Ávilla a fim de combater nativos através das guerras justas¹⁷”. Para Cabral (1992, p. 68), “a famosa Casa da Torre, um dos maiores empreendimentos latifundiários do Brasil, foi autorizada a participar das guerras justas no Maranhão. Em 1691, Francisco Dias D'Ávilla foi incumbido de dirigir a caça aos bárbaros confederados, situados às margens dos rios Itapecurú e Mearim”.

¹⁷ Assim eram denominadas as guerras contra os índios. Eram autorizadas ou comandadas pelo governo português ou por seus representantes. Ocorriam quando os indígenas se recusavam a se converter à fé cristã imposta pelos colonizadores ou quando impediam a divulgação do ofício religioso. (CABRAL, 1992).

A partir desse acordo estabelecido entre a coroa portuguesa e Francisco D'Ávilla ocorreu de maneira sistemática a ocupação do Maranhão meridional, antes não alcançado pelas frentes povoadoras presentes na porção litorânea do território maranhense.

Nesse trajeto de colonização da região Sulmaranhense os rios eram entendidos como instrumentos ou caminhos essenciais. O Itapecuru, Mearim, Munim e o Pindaré constituíram as grandes bússolas. Foram os caminhos que permitiram guiar os colonizadores neste estágio de conquista e apropriação da região. A este respeito, Cabral (1992) ressalta

Na marcha conquistadora, os rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munim desempenharam papéis relevantes, como vias naturais de penetração. É que todos eles nascem nos distantes sertões, cortam grande parte do território da Capitania e desembocam no Golfão Maranhense que, juntamente com São Luís, foram os pontos de partida da frente colonizadora litorânea. [...] A expansão pela costa e vales desses rios provocou o afugentamento e redução de inúmeras tribos indígenas, como os Tupinambás, Tremembés, Guajajaras, Uruatis, Guanares, Guanazes, Barbados, Gamelas, Anharis que habitavam essas áreas. (CABRAL, 1992, p. 65).

Neste estágio de conquista da região Sulmaranhense é necessário refletir sobre o caráter conflitivo que marcou o processo de colonização. Expropriação e a violência são entendidos como elementos-chave nesta apropriação da região. Vários episódios atestam o cenário sangrento e violento a que foram submetidas as populações autóctones.

Diversos obstáculos estavam presentes nesta conjuntura de colonização da região Sulmaranhense, especialmente, a resistência indígena. Sousa (2010, p. 42) nessa direção pondera “esta ocupação e povoamento das terras meridionais do Maranhão resultou em sangrentos e violentos conflitos contra as populações autóctones”. Carlota Carvalho (2000), reforça estas ideias ao enfatizar o real sentido da colonização.

Horrorosa é essa conquista. Para limpar aquela terra de homens aos quais negavam identidade humana, por não terem recebido água de batismo, nem ser possível que descendessem dos míticos Adão e Noé, o comandante Manoel José de Assumpção e seus auxiliares, Elias de Barros e outros, fizeram horrorosas matanças no mamecrans, poremeocrans, xavantes e caracatagês. [...] Nesse extermínio, degolavam e sangravam sem dó, sem piedade, sem consideração a sexo e idade. A insídia e a perfídia foram sempre os meios suaves para conseguirem o aniquilamento dos autóctones. Tripudiavam sobre as leis da natureza como sobre todos os sentimentos de dignidade e lealdade. (CARVALHO, 2000, p. 75-76).

A penetração dos colonizadores na região Sulmaranhense não se manifestou de modo pacífico. Ao contrário, desde a sua gênese, expressou o controle e domínio manifestados através de ações violentas praticadas pelos colonizadores contra os nativos.

A violência e dizimação praticadas contra os povos indígenas retratam de modo eficaz esta versão inicial da colonização no Sul do Maranhão. Sobre este caráter conflitivo que moveu a conquista e ocupação da região Sulmaranhense, Cabral (1992) pondera

A expansão da pecuária pelo alto sertão maranhense foi um movimento caracterizado pela violência. As verdes campinas cobiçadas pelos criadores eram o habitat de numerosas tribos indígenas que opuseram toda a resistência possível à conquista e ocupação. Os relatos de Francisco de Paula Ribeiro¹⁸ atestam os mais variados confrontos entre brancos e índios desde meados do século XVIII [...] As agressões ininterruptas e inevitáveis permearam o processo de espoliação dos índios e a conseqüente proliferação de fazendas. A violência praticada de ambos os lados foi a tônica principal na luta empreendida pelo colono para quebrar a resistência do habitante autóctone. As tribos foram submetidas à vontade e aos desígnios dos invasores que queriam a posse e o controle da terra. [...] O principal meio utilizado pelos criadores para dominar o indígena, foram as bandeiras, que constituíram verdadeiros grupos de guerra, compostos de 100 a 200 homens aliciados entre os sertanejos, sob o comando de um chefe local. (CABRAL, 1992, p. 120-121).

O início do século XIX atesta, segundo Paula Ribeiro, a presença nesses sertões, de uma população superior a oitenta mil índios. Desse contingente, poucos sobreviveram em razão dos constantes conflitos entre colonizadores e gentios. Para Franklin & Carvalho (2005)

Guerras intertribais, conflitos armados entre fazendeiros de gado e nações indígenas eram frequentes no Maranhão do século XIX. Os proprietários rurais, em grande maioria, estavam sempre prontos a financiar expedições de paisanos bem armados e sem escrúpulos com o fim exclusivo de exterminar ou escravizar os índios. [...] Usava-se com frequência uma velha tática dos dois primeiros séculos da colonização portuguesa no Maranhão, ou seja, insuflamento de ódios adormecidos entre as tribos inimigas. A traição dos brancos constituía um fato constante. Acordos de paz não se efetivavam e o que se observava era a matança a sangue frio das populações autóctones. (FRANKLIN & CARVALHO, 2005, p. 193).

O relato descrito pelo Major Paula Ribeiro, expressa um dos episódios desse processo violento de conquista e povoamento da região Sulmaranhense. A expropriação e violência traduzem os artifícios usados pelos colonizadores nesta etapa da colonização.

¹⁸ Tratam-se de relatos que testemunham as bases geográfica e humana da formação regional Sulmaranhense descritos pelo Major Francisco de Paula Ribeiro. As missões que lhes foram confiadas desde 1815 se assentavam no conhecimento sistemático deste território, visando a sua apropriação.

Os conflitos arrolados entre brancos e índios revelam muito mais que as constantes disputas pelo território. Retratam as ações eficazes dos colonizadores na conquista da região Sulmaranhense. Através deste cenário sangrento é que se ergueu a sociedade pastoril. Após indicar alguns elementos que marcaram o estágio inicial da colonização Sulmaranhense, importa apresentar algumas de suas características socioeconômicas.

2.3.2 Especificidades da formação econômica e social do sertão maranhense

A pecuária despontou desde meados do século XVIII como atividade econômica proeminente no interior da região Sulmaranhense. A instalação das fazendas seguiu os cursos da rica rede hidrográfica desta região, onde foi possível registrar a implantação de diversas fazendas e a expansão da atividade ganadeira. Nessa direção, Cabral (1992) comenta

A conquista das campinas Sul-maranhenses teve como fim a multiplicação dos rebanhos e a consequente instalação de fazendas. Estas, em grande número, distribuíram-se ao longo dos numerosos rios. Já em 1751, fase inicial da ocupação, existiam, na região, cerca de 44 fazendas, o que correspondia a quase ¼ das propriedades ganadeiras existentes em todo o Maranhão. [...] Em 1815, período final do devassamento, o número de fazendas, somente nas ribeiras do Balsas, Grajau, Farinha, Neves e Serena, atingiu mais de 120. (CABRAL, 1992, p. 141).

A produção de gado na porção meridional do território maranhense se expandiu significativamente a partir da segunda metade do século XVIII, denotando expressiva participação nos cenários econômicos estadual e regional. Esta expansão foi possível graças às condições naturais favoráveis desta região. Nesse sentido, Ribeiro (1990) afirma,

A atividade criatória encontrou nos sertões do Maranhão as condições ideais para a sua expansão. A natureza de uns e de outros terrenos pródiga na sua vegetação exuberante é que talvez adquiriu para todo este território o nome de **Pastos Bons**. Seguindo o curso dos rios do nordeste, trazidos da Bahia, através do São Francisco por Domingos Affonso Sertão e seus companheiros, logo difundiram o gado vacum por toda a zona sertaneja, a partir de Pastos Bons”. (RIBEIRO, 1990, p. 110).

Como exemplo desta expansão é possível observar que em 1815, período final do devassamento, o número de fazendas instaladas às margens e proximidades dos rios Balsas, Grajaú, Farinha, Neves e Sereno já eram superiores a 120 propriedades.

A pecuária prosperou no sertão maranhense. A atividade ganadeira se expandiu por toda a porção meridional deste território. Esta importância perdurou desde meados do século XVIII até as primeiras décadas do século XX, denotando ser esta atividade econômica a mais importante na organização social e econômica da região Sulmaranhense.

O *modus vivendi* da civilização orientada pelo gado contribuiu significativamente para a efetiva ocupação e povoamento dos altos sertões do Maranhão. O gado *vacum* era entendido nesse trajeto como a grande referência da civilização sertaneja à ocupação e povoamento desta região. Na porção meridional do Maranhão ergueu-se a civilização do couro. A imponência da pecuária como atividade econômica dominante pode ser observada através do número de fazendas instaladas conforme demonstra a tabela que segue.

Tabela 4: Sertão de Pastos Bons – Fazendas instaladas no século XIX (1815)

RIBEIRAS/RIOS	NÚMERO DE FAZENDAS
SERENO (LAPA)	25
FARINHA	14
GRAJAÚ	20
NEVES	20
BALSAS	47
TOTAL	126

Fonte: Cabral, 1992.

Os dados expostos na tabela 4 atestam a importância conferida à pecuária que foi difundida por todo o sertão maranhense. Esses números se elevaram nas décadas posteriores, denotando o avanço da atividade ganadeira na região Sulmaranhense. Segundo Cabral (1992)

Em 1836, o total de fazendas dispostas em toda a região foi estimado em mais de 300. [...] Em 1861, havia, nas fazendas do sertão de Pastos Bons, cerca de 131.200 cabeças de gado, com uma produção anual de 32.800 bezerros. Em 1870, somente nos cinco maiores municípios: Carolina, Passagem Franca, Riachão, Chapada e Barra do Corda, existiam já cerca de 183.000 cabeças de gado, com uma produção anual de 45.000 bezerros. [...] Aproximadamente, nessa época, a produção total de gado *vacum* em toda a província do Maranhão era de 234.000 cabeças, com uma produção anual de bezerros que girava em torno de 70.000. Se compararmos esses dados, verificamos que as fazendas dos cinco maiores municípios sertanejos detinham 78,2% da totalidade do gado *vacum* e 64,2% da produção anual de bezerros de toda a província maranhense. (CABRAL, 1992, p. 142).

Os números apresentados reafirmam a significativa participação e importância da atividade ganadeira na formação histórica e no povoamento da região Sulmaranhense. Esta notoriedade pode ser observada ainda através da expansão do rebanho bovino. Os dados apresentados no quadro 3 explicitam esta expansão.

Quadro 3: Sertão de Pastos Bons – Quantidade de Rebanho Bovino, 1861

COMARCAS	FREGUESIAS	POPULAÇÃO BOVINA	
		GADO VACUM	BEZERROS
PASTOS BONS	Pastos Bons	2.400	600
	Balsas	4.000	1.000
	Passagem Franca	26.800	6.700
CAROLINA	Carolina	60.000	15.000
	Riachão	16.000	4.000
CHAPADA	Chapada	18.000	4.500
	Barra do Corda	4.000	1.000
TOTAL DA REGIÃO		131.200	32.800
TOTAL DA PROVÍNCIA MARANHENSE		294.700	74.675

Fonte: Cabral, 1992.

Conforme os dados enfatizados é possível observar o avanço da pecuária no território maranhense, em particular, na sua porção meridional. Entre os municípios que tiveram destaque nesse cenário, destacam-se principalmente, Carolina, Riachão e Chapada.

Tabela 5: Sertão de Pastos Bons -População bovina dos maiores municípios, 1870

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO BOVINA	
	GADO VACUM	BEZERROS
CAROLINA	60.000	15.000
RIACHÃO	40.000	8.000
CHAPADA	19.000	5.000
BARRA DO CORDA	4.000	1.000
PASSAGEM FRANCA	60.000	16.000
TOTAL DA REGIÃO	183.000	45.000
TOTAL DA PROVÍNCIA	234.000	70.000

Fonte: Cabral, 1992.

No conjunto dos municípios antes apresentados, entende-se que Carolina, Riachão e Chapada responderam conjuntamente por mais de 70% da produção de gado desta região. As fazendas de gado constituíam, desse modo, as unidades fundamentais responsáveis pela ocupação e o povoamento da região. Elas eram, de fato, as unidades econômicas e sociais básicas responsáveis pela organização territorial das populações na região Sulmaranhense.

No que tange às relações de trabalho verificadas no sertão maranhense, especialmente, os cuidados manifestados com o gado por parte dos vaqueiros cabe destacar que esta atividade apresentou-se distinta daquela praticada nas áreas litorâneas do Maranhão. Esta distinção afirma a condição do trabalho livre exercida pelos vaqueiros. Já a agricultura praticada no litoral, dispunha de mão-de-obra escrava. Nessa direção, Abreu (1963) comenta

Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente. Depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. Após quatro ou cinco anos de serviços, começava o vaqueiro a ser pago. De quatro crias cabia-lhe uma e logo este poderia fundar uma nova fazenda por sua conta. No sul e sudoeste do Maranhão, o ofício do vaqueiro cabia, principalmente, a mestiços, caboclos e negros. Esta constituía a composição étnica presente na lida com o gado nos sertões maranhenses. (ABREU, 1963, p. 148).

Ainda em relação às características inerentes à sociedade erigida a partir da influência da atividade ganadeira no Sul do Maranhão, convém ressaltar as contribuições de Franklin (2008, p. 37), “na composição étnica dos vaqueiros desbravadores dos sertões nordestinos, em particular no Sul do Maranhão, prevaleceu o homem pardo, mestiçado de poucos brancos, negros e indígenas”. Esta amálgama foi fruto do encontro de diferentes povos que desbravaram e ocuparam os altos sertões da porção meridional maranhense.

A colonização difundida na região de Pastos Bons teve como base fundadora a pecuária extensiva sem o uso de técnicas arrojadas, advinda dos sertões de Pernambuco e da Bahia. Os vínculos comerciais entre estas regiões, ou seja, o nordeste e Pastos Bons foram mais estreitos do que àqueles tecidos com o litoral. Nesse sentido, Cabral (1992) comenta

Até 1769 o gado de Pastos Bons era vendido somente para a Bahia, demandando esse mercado através de uma via de quase trezentas léguas. A partir de 1770, com a instalação das charqueadas¹⁹ às margens do Parnaíba, uma nova rota foi explorada, vinculando esses sertões à vila de São João do Parnaíba. [...] A carne seca do gado era preparada nas charqueadas e chegava a essa vila, de onde era escoada para a Bahia, Rio de Janeiro e Pará. Assim, o gado expressava o único produto de destaque comercializado para além das fronteiras da província maranhense, representando a principal atividade econômica do sertão maranhense. (CABRAL, 1992, p. 157).

¹⁹ Charqueada é a denominação utilizada no Rio Grande do Sul e, em outras regiões brasileiras, às áreas de uma dada propriedade rural em que o charque é produzido. Tratam-se de galpões cobertos onde a carne salgada é exposta para ser desidratada. <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues> (Acesso 27/01/2014).

A expressiva participação da atividade ganadeira e, sobretudo, a intensa produção do couro inseriu decisivamente Pastos Bons e toda a porção meridional do sertão maranhense no cenário econômico nacional. Esta importância se projetou para além das fronteiras internas maranhenses e do Nordeste. A este respeito Francisco de Paula Ribeiro (2002) pondera

É geralmente sabido que em outro tempo a Capitania do Maranhão tinha a vantagem de atrair a si pelos copiosos rebanhos de gados de Pastos Bons por meio dos lucros obtidos com a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Pará. [...] Já na década de 1770, certa quantidade de couro produzida na região era exportada para as fábricas de atanados de São Luís, por intermédio de Caxias. O transporte até essa vila era feito por via terrestre e daí a São Luís, pelo Itapecuru. (RIBEIRO, 2002, p. 136).

A pujança conferida à pecuária na região Sulmaranhense foi responsável por gerar expressivo crescimento econômico e demográfico desta região. Com isto, foi possível notar os olhares cuidadosos do governo português a uma possível integração do litoral ao sertão maranhense. Cabral (1992, p. 159) entende que “este distanciamento histórico presente desde a gênese da colonização entre o litoral e o sertão se alterou em razão da inserção, desde meados do século XVIII, da economia ganadeira no mercado nacional e internacional”.

Durante o império, ampliaram-se os vínculos comerciais do sertão com o litoral. As exportações de couro ganharam vulto e a região tornou-se distribuidora de gado para a capital e para todos os centros algodoeiros e açucareiros em expansão no nordeste. Estes fatos explicam que o distanciamento político que apresentara raízes históricas entre as regiões norte e Sulmaranhense foi aos poucos perdendo terreno e sendo superado.

O sertão era entendido pelos governantes da província maranhense como lócus do atraso. Tratava-se de uma região de populações rudes e iletradas. No entanto, a expansão da pecuária foi aos poucos modificando esta visão da sociedade litorânea e, de certo modo, contribuiu para articular esta região ao litoral, promovendo assim uma integração regional.

Vale lembrar que a ponte inicial que promoveu a articulação desses espaços foi a cidade de Caxias, que serviu durante muito tempo como entreposto comercial e rota de escoamento da produção de carne e do couro oriundos dos altos sertões maranhense.

Novas rotas comerciais surgiram a partir da segunda década do século XIX, partindo da porção meridional e integrando desta feita todo o território maranhense.

Estavam estabelecidos os vínculos comerciais entre as porções sul e sudoeste antes não alcançada pelo movimento colonizador difundido a partir do litoral. Teve destaque nesse cenário, a rota delineada através do rio Tocantins. Nessa direção Cabral (1992) afirma

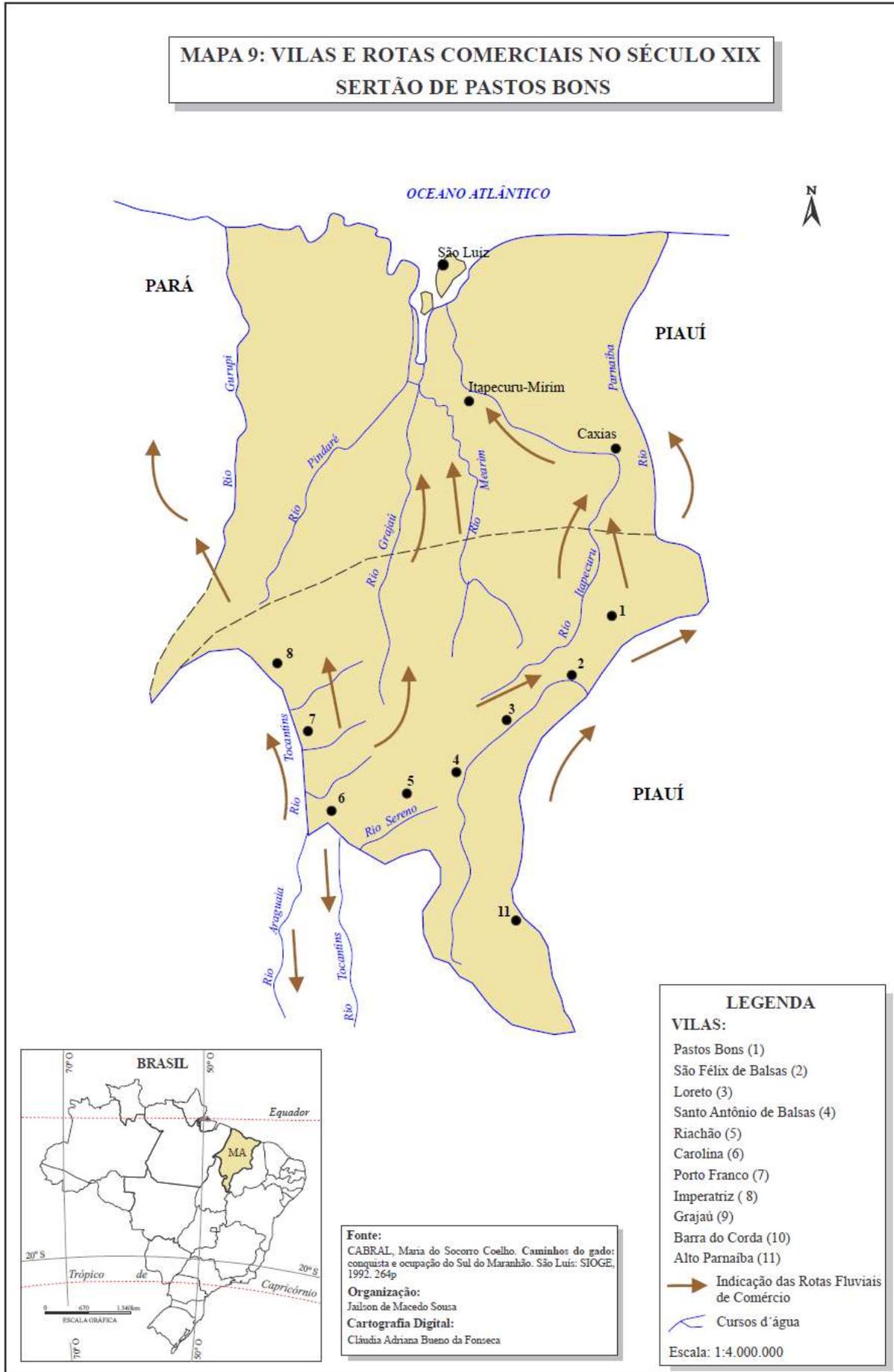
Com a expansão da pecuária até o extremo sul e sudoeste maranhense, surgiram assim novas rotas comerciais, deslocando em grande parte, o comércio via Caxias. As rotas comerciais emergentes do Tocantins, do Grajaú, do Mearim e, mais tarde, do Balsas representaram papel preponderante na vida econômica e social da região, imprimindo-lhe certa particularidade. [...] A rota do Tocantins integrou o sertão ao mercado de Belém, o que fez crescer em população e importância a região, em especial a zona tocantina e suas proximidades. (CABRAL, 1992, p. 161).

Os últimos anos do século XIX e o primeiro quartel do século XX testemunham o avanço da pecuária em direção ao sudoeste do Maranhão. Esta constituía a única região ainda não alcançada e ocupada plenamente neste território. A pecuária contribuiu assim, para articular os distintos subespaços do território maranhense. Nesse contexto, alguns núcleos urbanos se afirmaram enquanto importantes centros comerciais. Este é o caso de Carolina, antiga povoação, denominada São Pedro de Alcântara. Conforme Franklin & Sousa (2013)

O sudoeste maranhense, inicialmente não alcançado pela frente colonizadora sertaneja, foi o último rincão a ser efetivamente ocupado da parte meridional maranhense. Carolina, Porto Franco e Imperatriz eram então as únicas povoações maranhenses localizadas nas margens do rio Tocantins. Estavam e ficaram isoladas até a metade do século XX da capital maranhense, acessada somente por via fluvial e em animais por meio de longas e difíceis viagens. Até esse período, mantinham relações econômicas e culturais ligadas ao Goiás e Pará, onde era possível transitar pelo caudaloso Tocantins. (FRANKLIN & SOUSA, 2013, p. 34).

Pôde-se observar que a atividade ganadeira enquanto elemento econômico, ou seja, como atividade econômica dominante no sul do Maranhão desde meados do século XVIII, ou ainda, como forma de ocupação e povoamento do território foi responsável pela efetiva organização das populações na porção meridional do território maranhense. A pecuária representou também a atividade econômica responsável por promover a articulação e integração do sertão maranhense às demais áreas da província e à porção norte do Maranhão.

**MAPA 9: VILAS E ROTAS COMERCIAIS NO SÉCULO XIX
SERTÃO DE PASTOS BONS**



LEGENDA

VILAS:

- Pastos Bons (1)
- São Félix de Balsas (2)
- Loreto (3)
- Santo Antônio de Balsas (4)
- Riachão (5)
- Carolina (6)
- Porto Franco (7)
- Imperatriz (8)
- Grajaú (9)
- Barra do Corda (10)
- Alto Parnaíba (11)

➔ Indicação das Rotas Fluviais de Comércio

— Cursos d'água

Escala: 1:4.000.000

Fonte:
CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luis: SIOGE, 1992. 264p

Organização:
Jailson de Macedo Sousa

Cartografia Digital:
Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

2.3.3 Mobilização política e “integração” do sertão ao litoral maranhense

Outro fato que merece destaque nesse cenário que envolve a colonização da região Sulmaranhense diz respeito às constantes reivindicações da população sertaneja em relação aos descasos cometidos pelo poder central sediado na capital da província.

Esta presença e expansão da pecuária foi responsável pela integração do sertão ao litoral maranhense. No entanto, esta não ocorreu harmoniosamente. Manifestou-se em razão de diversos conflitos. Os corriqueiros descasos político-administrativos cometidos pelo poder central em relação à região Sulmaranhense provocou o descontentamento de sua população. Abranches (1959) relata os significados da política conduzida a partir da capital da província.

Os nossos próprios conterrâneos e, com eles as figuras em evidência dos círculos políticos e sociais do Maranhão nos desconhecem. Para eles, os que vivem nestas esquecidas paragens não são criaturas humanas, são animais menos tratáveis e mais ferozes do que os índios que vegetam mais ou menos domesticados por estas bandas. Ignoram inteiramente as nossas origens e tradições. Para eles, a Barra do Corda foi uma povoação fundada por um troço de retirantes cearenses, fustigados da terra natal pela miséria e pela fome. Da mesma forma, a Chapada (Grajau) e todos os povoados do alto sertão tiveram os seus habitantes, constituídos por assassinos, ladrões e bandidos de toda a sorte, fugidos das cadeias de Caxias, do Piauí, dos Estados do Ceará, Pernambuco e da Bahia. (ABRANCHES, 1959. p. 101-102).

Este testemunho de Abranches (1959) expressa o real tratamento dispensado às populações sertanejas pelos governantes da capital da província. Descasos e ingerências eram traços peculiares da política conduzida a partir de São Luís. Esta política promoveu por mais de dois séculos o distanciamento político-administrativo do litoral em relação ao sertão.

A expansão e os domínios territoriais estabelecidos durante os dois primeiros séculos da colonização maranhense se firmaram em áreas litorâneas. Este fato contribuiu para que a coroa portuguesa preterisse o vasto sertão que era entendido como uma região pouco atrativa à reprodução do capital. Foi, sobretudo, nas encostas litorâneas do Maranhão que se difundiu a produção do açúcar nos moldes do sistema de plantations em face da valorização econômica desse produto no cenário nacional e posteriormente o algodão. Este fato explica o atraso da colonização e a pouca atenção dada pela coroa portuguesa à região Sulmaranhense.

No entanto, a expressiva participação da pecuária enquanto atividade econômica dominante foi responsável por alterar esta configuração no século XVIII.

A atividade ganadeira mobilizou politicamente a população sertaneja. Os fazendeiros eram entendidos como os principais mediadores das reivindicações da população Sulmaranhense, ou seja, agiam como seus representantes imediatos. Segundo Cabral (1992, p. 183) “os interesses da população sertaneja foram favorecidos, através da mediação dos fazendeiros, detentores do poder local”. No entanto, cumpre considerar que muitas das ações conduzidas por estes agentes se voltaram para atender os seus próprios interesses.

Cabe ressaltar ainda nesse cenário de mobilização política os descontentamentos da população sertaneja relativos aos descasos cometidos pelo poder central. Tratava-se de um movimento que defendia o deflagramento da República de Pastos Bons. Para Silva (1972)

A República de Pastos Bons foi um movimento sedicioso eclodido em 1827, na vila de Pastos Bons, e inspirado, como o próprio nome indica, em ideais republicanos. Surgiram, em locais públicos da vila, proclamações bem redigidas, o que denotava o bom nível cultural dos seus líderes, concitando o povo a proclamar a República de Pastos Bons. Infelizmente, a extrema escassez de informações sobre a República de Pastos Bons impede a obtenção de conhecimentos mais abrangentes dessa revolta que, sem nenhuma dúvida, expressou os anseios e as insatisfações dos diversos segmentos sociais do sertão maranhense. (SILVA, 1972, p. 351).

Os levantes estabelecidos a partir do movimento republicano conduzido pelos sertanejos Sulmaranhenses denunciaram o descaso secular cometido pelos governantes sediados na capital. O flamejamento revolucionário expresso pelo movimento da República de Pastos Bons ilustra com propriedade os descontentamentos da população sertaneja com relação ao distanciamento político da capital. Nessa direção, Carvalho (2000) comenta

O sertão dos Pastos Bons foi um campo de ação e ebulição nativista. Militão Bandeira de Barros, filho abastado do capitão-mor Antônio Bandeira, que lhe legou grande riqueza em dinheiro, escravos e fazendas de gado, situadas no distrito da Chapada, chefiou nessa parte o partido dos independentes e levou sua ação ao longo do Tocantins até alcançar o Riachão, acordando o nativismo nessa Terra, onde só eram ouvidos os aboios dos vaqueiros e o mugido das vacas. Entusiasmados patrióticos quebraram o sossego bucólico dos campos e o nativismo dominou as consciências e inspirou um movimento comum a todas as classes sociais, ricos e pobres, e até escravos participavam desse sentimento. (CARVALHO, 2000, p. 108).

Todos os descasos político-administrativos praticados pelo poder central contra as populações do sertão maranhense acarretaram em diversas reivindicações.

Nessa direção, Eloy Coelho Neto (1979, p. 48) pondera, “ali em plagas sertanejas, não tardou muito para que circulasse em Pastos Bons, os ideais de liberdade e separação de Portugal. O nativismo de sua gente havia despertado junto com os ideais republicanos que concitava a levantar-se contra a monarquia e tornar-se independente do resto do Império”.

Outro movimento nativista de intensa participação e repercussão no território maranhense que contou com o apoio direto da população sertaneja foi conduzido pelos balaios. Nesse sentido, o movimento da Balaiada (1839-1841) representou outro episódio que retrata as insatisfações das populações sertaneja em relação aos desmandos cometidos pelo poder central da província. A este respeito, Abranches (1959) enfatiza

A Balaiada (1839-1841) foi uma rebelião de grande repercussão no Maranhão oriental, partindo do sertão de Pastos Bons e do Piauí. A revolta, que teve início como uma reação às medidas fortalecedoras do poder regional, parece ter tido, nos sertões de Pastos Bons, conotações distintas. Em Pastos Bons, a participação de ricos fazendeiros e dependentes ao lado dos balaios, foi relevante. Dentre eles, destacou-se Militão de Barros que tinha, sob as suas ordens, um grande número de homens, na maioria seus dependentes: vaqueiros, agregados, afilhados e parentes. Estes formaram a vanguarda dos sertanejos que estenderam vitoriosamente a insurreição para além das margens do Araguaia. (ABRANCHES, 1959, p. 125).

Os constantes conflitos entre as populações sertanejas e as elites governamentais revelaram o distanciamento secular estabelecido entre o litoral e o sertão maranhense. Esse distanciamento pôde ser observado tanto na formação humana como na organização política e socioeconômica presentes no processo de ocupação e povoamento do território maranhense.

No entanto, é possível notar que este distanciamento entre o litoral e o sertão foi superado graças às reivindicações realizadas pela população sertaneja. Insatisfeitos com os descasos históricos cometidos pelo poder central, a população sertaneja guiada pela pujança da atividade ganadeira lutou para uma possível integração destas regiões. Sem sombra de dúvidas, a expressiva participação da pecuária foi essencial a esta articulação.

Desse modo, pôde-se notar que o processo histórico de ocupação e povoamento do território maranhense ocorreu de modo desigual, denotando aspectos peculiares e distintos.

As bases iniciais da colonização firmadas a partir do século XVI nas áreas litorâneas e às margens dos vales dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munim se alicerçaram por meio da presença dos colonizadores europeus, em particular, os portugueses que se apoiaram na produção de monocultura, especialmente, a cana de açúcar nos moldes das plantations. Esta produção da cana-açúcar entrou em declínio no final do século XVII e exigiu o reforço de outras atividades econômicas a serem desenvolvidas no Maranhão.

Somente na metade do século XVIII é que foi possível registrar as primeiras incursões no interior do território maranhense motivadas pela pecuária. Com isto, através da presença de vaqueiros e criadores de gado oriundos da Bahia e de Pernambuco iniciou-se a efetiva ocupação e o povoamento da porção meridional do território maranhense.

A partir desse novo cenário, em meados do século XVIII, registrou-se um forte movimento oriundo do nordeste, especialmente dos estados de Pernambuco e da Bahia, que foi orientado pela atividade ganadeira. A pecuária ergueu-se a partir desse período como atividade econômica predominante em toda a porção meridional do território maranhense, sendo responsável por organizar socialmente a região Sulmaranhense.

Os vaqueiros seguindo o curso dos vales fluviais do nordeste, em particular, o São Francisco alcançaram o território piauiense e posteriormente alcançaram o sertão maranhense. Registrou-se a partir de então a instalação de diversas fazendas na porção meridional do território maranhense e, conseqüentemente, a expansão da atividade ganadeira.

Decorridas pouco mais que quatro décadas de difusão da pecuária nesta região, foi possível observar a força e pujança desta atividade no cenário econômico estadual e nacional através da disseminação de fazendas e do gado em toda a região Sulmaranhense, passando a denotar expressiva importância econômica e social no conjunto do território maranhense.

Desse modo, pode-se inferir que a pecuária emergiu a partir de 1750 como a principal atividade econômica desta região, sendo responsável inclusive por promover a integração da porção meridional ao litoral maranhense. Esta articulação deu-se em razão da importância desta atividade e dos constantes ocorridos entre a população sertaneja e do litoral.

Os propósitos estabelecidos para este capítulo se voltaram à compreensão do processo de formação socioespacial da região Sulmaranhense. Desse modo, esta leitura e interpretação foram orientadas a partir da organização econômica e social materializada nesta porção do território maranhense. Cumpre destacar que a dinâmica territorial da região Sulmaranhense permaneceu praticamente inalterada até a primeira metade do século XX. As suas bases econômicas continuaram voltadas à agricultura praticada de forma extensiva e ao importante papel desempenhado pela pecuária também desenvolvida nos moldes tradicionais.

Após reconhecer esta importância da atividade ganadeira no processo inicial de conquista, ocupação e povoamento do território maranhense, particularmente, na sua porção meridional, interessa apresentar o debate que envolve algumas das suas características recentes. Assim sendo, para entender a configuração da região Sulmaranhense delineada a partir da segunda metade do século XX faz-se é necessário reconhecer e refletir sobre as estratégias recentes de ocupação da Amazônia brasileira, particularizando esta leitura, através das transformações socioeconômicas materializadas no âmbito da Amazônia oriental.

Sabe-se que a região Sulmaranhense onde se inserem as porções: central, sudoeste e sul do Estado do Maranhão são partes constituintes da porção oriental da Amazônia brasileira. Desse modo, estes subespaços não ficaram imunes ao conjunto de transformações sociais, econômicas, demográficas e culturais materializadas no território amazônico.

É sobre estas transformações que se pauta o debate que segue. Ele está alimentado numa análise das estratégias de ocupação e povoamento difundidas na Amazônia brasileira a partir de 1950 e que apresentaram repercussões imediatas na região Sulmaranhense.

3 REESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL AMAZÔNICA E OS SEUS REFLEXOS NO TERRITÓRIO MARANHENSE

É importante reconhecer as regiões porque elas são meios indispensáveis para explicar os padrões de organização espacial e para planejar as atividades que visam intervir nesses padrões. (BECKER, 2003).



Fotos: 3, 4, 5, 6 e 7 - Aspectos das paisagens rurais e urbanas impactadas por grandes projetos na região Sulmaranhense. Fonte: Disponível: www.forumcarajas.org.br/ Acesso 20/03/2014.

O propósito central deste capítulo objetiva entender o processo de reestruturação urbano-regional amazônico e os seus reflexos no território maranhense. A porção oeste do Maranhão enquanto parte integrante da Amazônia brasileira tem conhecido de perto mudanças significativas em sua estrutura socioeconômica, demográfica, natural e cultural desde 1950 em razão das estratégias de ocupação e povoamento difundidas nesta região.

Estas estratégias se pautaram na instalação progressiva de projetos econômicos vinculados à produção agropecuária moderna, exploração siderúrgica e energética. Este fato trouxe a inquietação de refletir sobre os efeitos destas mudanças na região Sulmaranhense.

3.1 Reestruturação urbano-regional amazônica: reflexões a partir das estratégias recentes de ocupação e povoamento

A Amazônia brasileira conheceu desde a década de 1950 intensas transformações sociospaciais. Estas mudanças podem ser compreendidas em face de diversas ações socioeconômicas, ou seja, das estratégias recentes de ocupação e povoamento que foram disseminadas nesta região a partir desse período. Nessa direção, Becker (1982) comenta

Diante das tensões persistentes no Nordeste e da necessidade de se estender a soberania nacional aos limites do território, a incorporação da Amazônia ao sistema nacional configura-se para o governo com um imperativo, capaz de oferecer uma solução conjunta para as duas regiões-problema (norte/nordeste), solução essa que deverá também beneficiar o crescimento do centro. A periferia da fronteira assume, assim, na década de 1970, prioridade para a ação governamental nos setores econômico, social e de segurança. (BECKER, 1982, p. 29).

Este constituiu o momento em que a Amazônia brasileira assumiu segundo os órgãos estatais e o capital a condição de fronteira de recursos²⁰, ou seja, trata-se uma região de excelentes oportunidades à reprodução do capital. A este respeito, Becker (1982) pondera

As fronteiras de recursos são definidas como zonas de povoamento novo, em que o território virgem é ocupado e tornado produtivo. [...] Em virtude do alto valor de seus recursos naturais e do seu despovoamento, esta região é capaz de absorver inovações e atrair efeitos de difusão do crescimento. Constitui-se, assim, como uma fronteira de recursos, ou seja, uma região de novas oportunidades. [...] Por seu valor estratégico e pelo alto valor de seus recursos naturais, a região é capaz de atrair inovações e efeitos difusores do desenvolvimento, tais como capital, tecnologia, população, tanto de centros nacionais como mundiais, tornando-se verdadeiro campo de atração de força externas. (BECKER, 1982, p. 65).

Esta concepção de região foi difundida pelo Estado brasileiro e pelo capital com a finalidade de inseri-la no cenário produtivo nacional e mundial. Esta ideia, logo se converteu em ideologia, sendo tratada como meta prioritária no bojo das políticas territoriais orientadas pelos governos militares a partir de 1950. Tais políticas se expressaram por meio de discursos e ações visando à integração desta região aos espaços produtivos do país e do mundo.

²⁰ O debate que envolve o atual processo de apropriação da Amazônia brasileira tem exigido dos estudiosos o entendimento do conceito de fronteira. Para uma compreensão coerente acerca deste conceito é importante levar em conta as contribuições de Martins (1993); (1996); (1997) e Vainer & Araújo (1992);

A este respeito, Miguel Ângelo Ribeiro (1998) enfatiza

As iniciativas para o desenvolvimento e integração da Amazônia à economia nacional e mundial delinear-se mais acentuadamente a partir de 1964, com a primeira fase dos governos do ciclo militar cuja meta básica era uma política de integração e ocupação para a Amazônia, fundamentada na filosofia **Integrar para não Entregar**. Para viabilizar esta integração e ocupação em 1966 é criada, com sede em Belém, a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) em substituição à SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) que tinha sido criada em 1953. (RIBEIRO, 1998, p. 70-71).

Nesse sentido, o Estado viabilizou a atração de investimentos diversos, inclusive estrangeiros, objetivando a conexão desta região aos contextos econômicos: nacional e mundial. Para tanto, utilizou de estratégias indutoras do crescimento econômico, visando à ocupação e o povoamento regional. Desse modo, Becker (1982, p. 66) ressalta, “frente às suas prioridades políticas, é o próprio governo que promove a atração de forças para a integração da região, cuja análise deve ser feita a partir da intensidade com que essas forças atuam”. Teve destaque nesse cenário, a atuação das forças políticas e econômicas. Com relação à atuação de forças políticas, Becker (1982, p. 70) enfatiza as seguintes estratégias:

- a) Integração física ou espacial da região que foi concretizada graças à instalação de ampla rede rodoviária, elemento entendido como essencial à redução das distâncias, permitindo acessibilidade à Amazônia brasileira e a sua articulação ao país e ao mundo;
- b) Integração psicossocial que foi mediada em razão da intensa participação dos meios de comunicação social que difundiram a ideologia da integração espacial e da revalorização regional, entendidos como fundamentais à modernização regional;
- c) A captação direta de recursos através de instituições financeiras. Recursos financeiros diversos foram mobilizados por meio de empréstimos junto a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, amparados no Banco da Amazônia – BASA/SA.

No que tange às redes de integração espacial, entende-se que estas denotaram os caminhos modernos edificados nesta região. Não basta apenas considerar a importância destes eixos. A eles é necessário associar também as redes de comunicação e as redes urbanas.

As veredas do passado antes orientadas pelos eixos fluviais foram, a partir de 1950, substituídas pelas redes rodoviárias, pela difusão das telecomunicações apoiadas em sistemas técnicos modernos e pelos papéis estratégicos conferidos a alguns núcleos urbanos da região. Com isto, ocorreram mudanças significativas no cenário regional amazônico.

As ações orientadas pelos agentes econômicos e políticos presentes na região, sobretudo, o capital monopolista nacional/mundial e o Estado produziram efeitos nefastos nos distintos subespaços da Amazônia brasileira. Nessa direção, Becker (1990) enfatiza

Trata-se da implantação de todos os tipos de rede, destacando-se quatro quanto aos investimentos públicos. Primeiro, as redes rodoviárias, ampliadas com a implantação de grandes eixos transversais como a Transamazônica e a Perimetral Norte, e intraregionais, como a Cuiabá-Santarém e a Porto Velho-Manaus. [...] Redes de telecomunicações comandadas por satélites, que difundem os valores modernos pela TV e estreita os contatos por redes telefônicas eficientes. Cerca de 12.000 km de estradas foram construídos em menos de cinco anos. Terceiro, é preciso considerar a importância das redes urbanas, sede das instituições estatais e organizações privadas. [...] Por fim, a rede hidroelétrica, que se estende fornecendo energia e insumos à nova fase industrial. (BECKER, 1990, p. 14).

Associadas às redes de integração espacial, ou seja, aos grandes eixos rodoviários, cabe ressaltar também a presença das redes psicossociais que disseminaram a propagação de valores modernos entendidos como vitais à modernização regional. Estes valores foram difundidos por meio das redes de telecomunicações. A este respeito, Becker (1982) destaca

A força política atua intensamente visando incorporar a Amazônia ao restante do país através de fluxos de informações do centro para a periferia. Age através da Embratel que implanta uma rede de tropodifusão e permite ligações telefônicas em minutos, e do Mobral, cuja atuação tem tido grande penetração, quer nos meios rurais ou urbanos, não só na alfabetização de adultos, mas também na transmissão dos valores do centro. [...] O Projeto Rondon é um terceiro agente da integração psicossocial, sintetizando um movimento espontâneo que difunde informações através de populações juvenis com caráter profissional. (BECKER, 1982, p. 70).

Convém destacar ainda no bojo das estratégias voltadas à ocupação da Amazônia brasileira a partir de 1950, a captação direta de recursos por meio de instituições financeiras amparadas no Estado. Recursos financeiros foram disponibilizados através de incentivos fiscais coordenados pela Sudam com o apoio de instituições financeiras. É o caso do BASA.

O quadro 4, destacado a seguir ressalta as principais estratégias de ocupação e povoamento difundidas na Amazônia brasileira entre às décadas de 1950/1980.

Quadro 4: Estratégias recentes de ocupação e povoamento da Amazônia (1953-1988)

ANO	PROGRAMAS/PROJETOS	OBJETIVOS
1953	SPVEA – Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia	Elaborar planejamentos quinquenais visando a valorização econômica da região.
1958	Rodovia Belém-Brasília (BR-010)	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia oriental ao resto do país.
1960	Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364)	Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia ao resto do país.
1966	SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia	Coordenar e supervisionar planos e programas industriais no contexto regional da Amazônia.
1967	SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus	Integrar a Amazônia ocidental mediante criação de um centro industrial com a isenção de impostos.
1968	Comitê de Estudos Energéticos da Amazônia – Ministério do Interior	Supervisionar os estudos referentes ao aproveitamento energético da região.
1970	PIN – Programa de Integração Nacional	Expandir a rede rodoviária e implantar projetos de colonização em áreas prioritárias da Sudam/Sudene.
1970	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Executar estratégias de distribuição controlada e dirigida de terras no país.
1974	POLOAMAZÔNIA – Programa de Pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia	Concentrar recursos visando o estímulo de fluxos migratórios em áreas selecionadas na Amazônia.
1980	PGC – Programa Grande Carajás	Explorar de forma integrada e em grande escala, os recursos minerais e agroflorestais na Amazônia.
1985	PCN – Projeto Calha Norte	Assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação de pessoas, produtos e serviços e assistir os índios.
1987	PROJETO 2010 – Ministério de Minas e Energia	Implantar vastas redes hidrelétricas para incentivar o desenvolvimento industrial da região.
1988	Programa Nossa Natureza	Rever a legislação ambiental para a região e estabelecer o zoneamento agroecológico.

Fonte: BECKER, (1990).

Organização: SOUSA, Jailson de Macedo, (2011).

Segundo Becker (1982) no conjunto das estratégias de ocupação e povoamento mencionadas tem merecido atenção particular no caso da Amazônia oriental:

- a) A apropriação pública e privada das terras através dos projetos de colonização;
- b) A indução de fluxos migratórios e, conseqüentemente, a formação de um mercado de trabalho regional móvel;
- c) A construção dos eixos de integração espacial, particularmente, a rodovia Belém-Brasília que conectou a região norte às demais regiões do país.
- d) A urbanização que constitui o principal instrumento no processo de ocupação e povoamento regional delineado a partir da década de 1950.

As estratégias enfatizadas constituem elementos significativos no contexto da dinâmica socioespacial amazônica. Elas são apontadas como os principais instrumentos responsáveis pela recente reestruturação urbana e regional materializada nesta região.

Estas estratégias denotam expressões concretas da força de comando do Estado na apropriação dos recursos existentes nesta região. As ações guiadas pelos agentes econômicos, ou seja, pelos interesses de grupos capitalistas hegemônicos contaram com a participação direta e a mediação do Estado. A este respeito Trindade Júnior (2003) pondera

A partir da década de 1960, espacializou-se no território amazônico um novo padrão de ocupação territorial, comandado pelo Estado e pelos grandes projetos. Buscava-se a inserção do espaço regional à nova lógica de produção através de novas oportunidades de investimentos pautadas na política dos pólos de desenvolvimento, sendo necessário, para isso, a estruturação de um ambiente geograficamente atrativo, inclusive com a implantação de novas franjas urbanas avançadas. (TRINDADE JÚNIOR, 2003, p. 136-137).

Assim, entende-se que o Estado assumiu as rédeas do planejamento regional, pautando as suas ações na adoção de projetos modernizadores, ou seja, em empreendimentos econômicos vinculados à produção agropecuária, à mineração e à produção energética. A articulação dos distintos subespaços da Amazônia brasileira contou com esta mediação do Estado. Exemplos concretos destas ações podem ser notados na Amazônia oriental, região em que se insere o estado do Maranhão que é foco central deste estudo. Conforme Becker (1982)

Dada a sua posição estratégica no contato da fronteira de recursos com a bacia de mão-de-obra nordestina e conectando o Centro-Sul com Belém, a Amazônia oriental – que inclui o Centro-Leste e Centro-Sul do estado do Pará e o Norte de Goiás e o extremo Sudoeste do estado maranhense – é a primeira porção do espaço amazônica a ser integrado. Inicialmente, na década de 1960, trata-se da conquista da região vista como um todo. O Estado privilegia a preparação da infra-estrutura básica rodoviária e urbana para atrair uma migração espontânea. Implantada na borda da zona povoada, a rodovia Belém-Brasília é o marco inicial dessa fase de integração física e da captação de recursos humanos. (BECKER, 1982, p. 218).

Ao Estado coube nesse percurso à tarefa de constituir regiões atreladas à ideologia da modernização e integração desta região aos cenários produtivos: nacional e mundial. Porém, estas ações não asseguraram condições de desenvolvimento à região.

De um lado tem sido notória a propagação de discursos desenvolvimentistas, visando o crescimento econômico regional. Do outro, estes discursos entraram em choque com os interesses das populações locais, gerando conflitos diversos em razão das ações planejadas não se tornarem exequíveis. A este respeito, Becker (2005) pondera

No caso da Amazônia, a sua ocupação se fez em surtos devassadores desencadeados pela valorização momentânea de seus produtos no mercado externo. Em meados da década de 1960, o Estado brasileiro toma a si o comando de um novo ciclo do povoamento regional no contexto de um projeto geopolítico voltado à modernização acelerada da sociedade e do território brasileiro. (BECKER, 2005, p. 401).

Conforme os discursos oficiais produzidos nesta fase de planejamento da região e guiados pelo Estado e pelo capital, somente através da adoção de elementos modernos, apoiados em instrumentos técnico-produtivos, ou seja, pautados na instalação de projetos econômicos modernos é que a região poderia se integrar às demais áreas produtivas do país.

Teve destaque nesse cenário as estratégias de ocupação e povoamento antes mencionadas. Nesta fase atual, ou seja, a partir de 1980 assiste-se uma consolidação destas ações que se materializam através das mudanças estruturais erigidas nesta região. O quadro exposto a seguir atesta as principais mudanças estruturais erigidas na Amazônia brasileira.

Quadro 5: Mudanças estruturais na Amazônia brasileira (1990...)

MUDANÇAS ESTRUTURAIS	IMPACTOS NEGATIVOS	CONSTRUÇÕES
CONNECTIVIDADE	Migrações e mobilidade do trabalho; Desflorestamento; Desrepeito à diversidade regional e às populações.	Acréscimo e diversificação da população; Mobilidade ascendente; Urbanização e acesso à informação.
INDUSTRIALIZAÇÃO	Grandes projetos = Economia de Enclaves; Subsídios aos grandes empreendimentos; Desterritorialização e meio ambiente.	Urbanização e industrialização: Manaus, Belém, São Luís e Marabá; 2ª maior produção mineral do país.
URBANIZAÇÃO	Inchaço e problemas ambientais diversos; Rede rural-urbana; Ausência de infraestrutura urbana = Favelização.	Desconcentração urbana; Nós de redes de circulação, serviços e informações; Iniciativas de políticas públicas.
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	Conflitos ambientais e sociais; Conectividade + Mobilidade = Urbanização intensa.	Diversificação social; Formação de novas sociedades locais; Consciência coletiva e organização social – ONGs.
MALHA SOCIOAMBIENTAL	Conflitos de terra e de territorialidades; Conflitos sociais/ambientais.	Formação de VTE; Demarcação de terras indígenas; Multiplicação das Ucs.
NOVA ESCALA	Conflitos/construções territoriais/ regionais.	Amazônia: nova região do Brasil.

Fonte: BECKER, Bertha. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. In: GONÇALVES, M. F.; GALVÃO, A. C. F. (Orgs). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.

As mudanças estruturais apresentadas constituem o pano de fundo no bojo das estratégias de ocupação e povoamento delineadas para a Amazônia brasileira desde a década de 1950. Elas expressam os instrumentos essenciais utilizados pelo Estado e o capital enquanto meios e condições de promoverem a apropriação do espaço regional.

Cumprе ressaltar que estas mudanças têm apresentado efeitos nefastos no cenário regional amazônico, denotando traços peculiares nos distintos subespaços desta região, sendo necessário nesta análise identificar e apreender os reflexos destas mudanças na porção oriental da Amazônia brasileira, particularmente, no âmbito da Amazônia maranhense.

No caso da Amazônia oriental e, particularmente, na porção oeste maranhense as mudanças estruturais vinculadas à conectividade se materializaram principalmente em razão da construção de eixos estruturadores da articulação entre as diferentes regiões do país. Teve destaque nesse cenário a construção de ferrovias e rodovias. No caso particular da Amazônia oriental é importante mencionar os papéis conferidos à rodovia Belém-Brasília (BR-010) que promoveu significativas ligações do norte às regiões situadas no centro-sul do país.

Esta articulação favoreceu sobremaneira alguns núcleos urbanos localizados ao longo deste eixo rodoviário. Mas é preciso advertir que nem todas as cidades se beneficiaram na mesma proporção desta presença da rodovia. Nesses termos, é indispensável refletir sobre a dimensão e o caráter político impressos no espaço regional. Entende-se que apenas algumas cidades eleitas pelo capital e pelo Estado é que passaram a ser entendidas como áreas estratégicas nos processos de reprodução do capital. O Estado e o capital agiram no sentido de selecionar espaços estratégicos a fim de promover nestes a difusão de atividades econômicas dinâmicas pautadas no aproveitamento dos recursos naturais existentes na região.

No caso da Amazônia maranhense, estes fatos contribuíram para a difusão de atividades econômicas ligadas ao aproveitamento racional da terra. Desde a década de 1980 é notória a difusão de projetos agrícolas, minero-metalúrgicos e energéticos nesta região.

O desenvolvimento da atividade industrial é outro fato a ser observado no bojo das dinâmicas que se vinculam à materialidade das mudanças estruturais processadas na Amazônia brasileira. Ao considerar este dinamismo presente no território maranhense enfatiza-se de modo particular a constituição de um polo siderúrgico formado por cinco usinas siderúrgicas localizadas no sudoeste do Maranhão, ou seja, no município de Açailândia.

A presença de empreendimentos econômicos voltados à exploração dos recursos naturais nesta região sintetiza, em certa medida, as intervenções do Estado e do capital neste processo de apropriação dos recursos regionais delineado nesta região após 1950. Nesse sentido, a constituição de um polo siderúrgico na cidade de Açailândia representa um exemplo fidedigno da presença de grandes projetos nesta porção do território maranhense.

A instalação de grandes empreendimentos econômicos na Amazônia brasileira constitui um traço característico do processo de apropriação deste espaço difundido a partir de 1950 nesta região. Algumas localidades e regiões foram eleitas pelo capital e pelo Estado a fim de se constituírem polos de crescimento econômico. Trata-se de uma estratégia pensada a partir dos interesses e propósitos do capital monopolista (nacional/mundial) que contou com o apoio direto do estado. Desse modo, a partir destas alianças firmadas entre estes entes é que se efetivaram as estratégias e mudanças estruturais presentes no espaço regional amazônico.

A difusão da atividade siderúrgica no município de Açailândia se insere na perspectiva da constituição de enclaves econômicos, ou seja, constitui um produto das mudanças estruturais materializadas na Amazônia brasileira. Trata-se da constituição de uma região que emergiu como suporte à crescente produção mineral situada na região de Carajás.

Nesse sentido, a exploração da atividade siderúrgica em Açailândia e os produtos a ela vinculados, sobretudo, o carvão vegetal aproveitado de forma racional no oeste maranhense contibuem para explicar o sentido e os significados da instalação de grandes projetos econômicos e da industrialização que se materializa na Amazônia brasileira.

O cenário que envolve a presença destes enclaves econômicos, ou seja, dos grandes empreendimentos econômicos na Amazônia oriental e, particularmente, no sudoeste do Maranhão coloca em relevo a necessidade de indagar sobre os reais significados da modernidade e dos processos modernizadores que foram impostos a esta região.

Desse modo, os estudos orientados por mais de quatro décadas pelo sociólogo José de Souza Martins²¹ (2008) indicam caminhos favoráveis a uma interpretação coerente acerca dos efeitos destes grandes projetos no espaço regional amazônico e os sentidos que são conferidos à natureza das mudanças estruturais que a eles se vinculam.

O estudo da modernidade nos países latino-americanos, como o Brasil passa pelo reconhecimento de sua anomalia e inconclusividade, embora tenha se tornado entre nós um cacoete de país subdesenvolvido na era da globalização: mais se fala da modernidade do que ela efetivamente é. A modernidade não se confunde com objetos e signos do moderno, porque a eles não se restringe, nem se separa da racionalidade que criou a ética da multiplicação do capital, que introduziu na vida social e na moralidade, até mesmo do homem comum, o cálculo, a ação social calculada na relação de meios e fins, a reconstituição cotidiana do sentido da ação e de sua compreensão como mediação da sociabilidade. (MARTINS, 2008, p. 17-18).

As sucessivas modernizações materializadas nesta região só podem ser entendidas em face dos conflitos estabelecidos entre os seus diferentes sujeitos. É preciso indagar sobre os reais significados que estas modernizações expressam, sobretudo, para as populações locais. As formas e conteúdos desta modernidade se revelam diante dos diversos conflitos sociais estabelecidos entre o velho e o novo. De um lado há as resistências de sujeitos que vivenciam historicamente a região. Do outro, há as mudanças estruturais impressas na região mediante a adoção de signos modernos edificados pelos agentes econômicos hegemônicos.

A análise realizada neste estudo pauta as suas atenções no movimento dialético que mobiliza as ações e interesses dos distintos sujeitos presentes nesta região. É necessário entender os interesses destes sujeitos bem como as ações sociais e econômicas que a eles estão atreladas e que são responsáveis pelo processo de produção do espaço urbano-regional.

²¹ Vale ressaltar nesse contexto as reflexões desenvolvidas por Martins (1993); (1997); (1998); (2008) e Vainer & Araújo (1992) para explicar os significados da suposta modernidade implantada no espaço regional amazônico e os seus efeitos para as populações que vivenciam historicamente estas mudanças nesta região.

Outra mudança estrutural fundamental difundida na Amazônia brasileira a partir da década de 1960, que tem apresentado repercussões imediatas no processo de produção e reestruturação do espaço maranhense diz respeito ao avanço e consolidação do processo de urbanização. Nessa direção, a geógrafa Bertha Becker (2013) enfatiza

Embora 70% da população amazônica vivam em núcleos urbanos, a urbanização é negligenciada nos estudos sobre a região. Os núcleos urbanos foram o lugar da mobilização e residência de mão de obra induzida a migrar de todos os rincões do país. Constituíram o nó de articulação das redes implantadas para promover a conectividade da região e desta com o país. Concentraram os serviços básicos necessários à mobilização dos recursos e ao uso da população. Múltiplas formas de urbanização emergiram na Amazônia, desde o crescimento explosivo de antigas cidades localizadas à beira de estradas até a geração de inúmeros povoados fortemente instáveis. (BECKER, 2013, p. 13-33).

A partir da década de sessenta ocorreu um avanço progressivo dos processos de urbanização na Amazônia brasileira. As políticas territoriais pautadas na ideologia da integração nacional conduzidas pelos governos militares proporcionaram intensa celeridade ao fenômeno urbano na Amazônia, sendo que este se dispersou por todo o território. No entanto, é necessário advertir que a dinâmica que envolve os processos de urbanização tem se manifestado de modo seletivo. Dito isto, observa-se a escolha de espaços estratégicos eleitos pelo capital e pelo Estado visando promover a dinamização de atividades econômicas pautadas principalmente no aproveitamento dos recursos existentes nesta região.

Estas ações coordenadas e comandaas pelo Estado se afirmaram mediante as alianças estabelecidas com o capital monopolista em razão da difusão de grandes projetos econômicos na região. Estes fatos corroboraram em certa medida para a intensificação e dinamização dos fluxos de mercadorias, pessoas, capitais e informações, afirmando a urbanização como um dos elementos peculiares neste estágio do povoamento regional.

Nesses termos, é notória a emergência e consolidação de alguns núcleos urbanos entre os quais destacamos neste estudo a urbanização materializada nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz que são áreas constituintes da porção oriental da Amazônia brasileira.

É preciso registrar que nem todas as cidades se beneficiaram do mesmo modo das externalidades e inovações difundidas na região Amazônica. Nessa direção, cumpre ressaltar o peso e os papéis conferidos à dimensão política enquanto fator decisivo à dinamização de alguns núcleos urbanos. A este respeito são úteis as ideias de Becker (2013)

O Estado cria e mantém inúmeros lugares centrais na Amazônia, certamente não só para atender os habitantes regionais e de modo insuficiente, mas também para expressar a sua presença no controle do território, uma preocupação dominante desde o início da colonização. Essa preocupação levou à omissão de ações iniciais de justiça social e de desenvolvimento que, estas sim, poderiam ter garantido com muito mais segurança e soberania do Brasil sobre a região. (BECKER, 2013, p. 44),

Diante desse cenário é que se ergueu uma civilização urbana na Amazônia. Daí advém a defesa realizada por Becker (2013) da presença de uma **floresta urbanizada** na Amazônia. Este fenômeno pode ser evidenciado em face do avanço e intensidade da urbanização. Como resultado desse dinamismo as taxas de crescimento urbano presentes nesta região têm sido superiores às médias nacionais. Em 1970, a população residente nas sedes municipais representara 35% no conjunto da população total. No ano de 2000 esta população quase dobrou, alcançando 69% residentes em cidades. Estes números avançaram no ano de 2007, atingindo 72% da população residentes em áreas urbanas. (BECKER, 2005).

Estes fatos confirmam a forte tendência da urbanização na região amazônica. Assim sendo, entende-se que as cidades constituem nesse cenário como a base de suporte à ocupação e povoamento regional. Vale ressaltar que urbanização não age sozinha. Para esta se efetivar é necessário associá-la às demais estratégias de ocupação e povoamento difundidas nesta região a partir da década de 1960. Estas estratégias são entendidas como molas propulsoras do atual processo de ocupação e povoamento regional amazônico.

No bojo destas estratégias enfatiza-se inicialmente uma experiência pioneira de colonização desenvolvida no noroeste do estado do Maranhão. Trata-se da implantação do projeto de colonização edificado na região do Alto Turi – PCAT. Este projeto foi desenvolvido no final da década de 1960 nesta porção do território maranhense.

3.1.1 Os efeitos dos projetos de colonização na pré-amazônia maranhense (1960-1980)

Os projetos de colonização emergiram com bastante vigor na Amazônia brasileira desde a década de 1950 enquanto importantes instrumentos no conjunto das estratégias de ocupação e povoamento regional. A ocupação racional das terras orientada através dos projetos públicos e privados de colonização retrata a atual versão de apropriação desta região.

A colonização difundida na Amazônia brasileira apresentou características distintas considerando a dinâmica materializada em seus diferentes subespaços, sendo destacados nesse contexto: os projetos de colonização dirigidos, planejados e espontâneos. Entende-se que a colonização dirigida tem se caracterizado fundamentalmente pelas intervenções conjuntas do Estado e do capital no processo de apropriação das terras. A colonização espontânea, por seu turno, é também controlada pelos órgãos oficiais, ou seja, é comandada a partir da atuação do governo no âmbito das esferas estadual e federal.

Os projetos de colonização planejados conforme notou Arcangeli (1987, p. 14), “contariam com uma planificação oficial comandada pelo Estado na escolha das áreas, na seleção dos grupos sociais e na adoção das atividades econômicas”. Cabe enfatizar nesse contexto as singularidades dos projetos de colonização materializados na Amazônia brasileira e as suas implicações na ocupação e povoamento da pré-amazônia maranhense.

Os projetos de colonização implantados na Amazônia brasileira obedeceram à racionalidade imposta pelo ideário da integração nacional. Para afirmar e consolidar este processo de ocupação territorial, o governo federal instituiu no início da década de 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e associado a este, o Programa de Integração Nacional – PIN. A respeito deste programa, Becker (1982) comenta

[...] O Programa de Integração Nacional – PIN, elaborado em 1970, cristaliza a política de integração nacional e cria elementos para a integração continental. Concebido em função de duas regiões-problemas, o programa prevê na sua primeira etapa (1971-1974) a construção de grandes rodovias na Amazônia, acompanhadas de planos de colonização em faixas de 10 quilômetros às suas margens, bem como um vasto plano de irrigação para o Nordeste. (BECKER, 1982, p. 29).

O programa de integração nacional concebeu os projetos de colonização enquanto instrumentos essenciais à atração de fluxos migratórios oriundos das regiões deprimidas do país, particularmente, do nordeste. Assim sendo, a colonização das terras foi pensada de modo articulado à atração de populações, denotando elementos de uma mesma dinâmica.

A ocupação das terras através dos projetos públicos e privados de colonização resultou de uma ação orientada pelo Estado. O governo em suas diferentes esferas mobilizou populações de distintas regiões do país e, especialmente, do nordeste com a finalidade de ocupar e povoar as terras úmidas da Amazônia. Nesse sentido, Bertha Becker (1990) enfatiza

O Estado cria condições para a apropriação privada das terras devolutas por meio de segmentos da sociedade que detêm o capital e a capacidade de organização. A partir da década de 1960, incentivos fiscais e créditos especiais a baixos juros são entendidos como mecanismos seletivos que subsidiaram a instalação dominante da empresa agropecuária vinculada a firmas nacionais e multinacionais. O Estado desenvolve também programas de distribuição de terras em locais estratégicos, de modo a atender os interesses dos grupos sociais diversos e a cooptar as massas de população rural. (BECKER, 1990, p. 22-23).

O Estado se encarregou de coordenar este processo de colonização das terras na Amazônia brasileira tendo como suporte o aval do capital monopolista cujo objetivo se pautou em assegurar lucros vultuosos através da apropriação desmedida dos recursos existentes na região. Exemplos destas ações podem ser observados em razão do desenvolvimento da colonização oficial difundida pelo Estado em todo o território amazônico. Nesse sentido, Mariana Miranda (1990, p. 33) ressalta que “a colonização tal como aparece configurada não apresenta um padrão uniforme, estando implantada em espaços selecionados e estratégicos, onde os projetos diferem com relação à área ocupada e a natureza da iniciativa”.

Os projetos de colonização implantados na Amazônia brasileira apresentaram um duplo caráter. Aqueles coordenados diretamente pelo Estado, ou seja, os de iniciativa governamental se concentraram de forma dispersa na porção oriental da Amazônia brasileira. Já os de natureza privada, ou seja, os particulares tiveram maior penetração na porção ocidental da Amazônia brasileira, especialmente, nos estados de Rondônia e Mato Grosso.

Segundo Miranda (1990, p. 35), “os projetos de colonização oficial ocuparam área de 7.104.285,3 hectares, representando 73,5% das terras apropriadas para esta finalidade. Enquanto os particulares apropriaram 2.572.485,5 hectares, expressando 26,5% das terras”.

Na Amazônia oriental destacaram-se os projetos de colonização oficial situados ao longo dos eixos rodoviários, difusos ao longo das margens das rodovias Transamazônica (Projetos Integrados de Colonização) e da Belém-Brasília. Na Pré-Amazônia maranhense²², a referência destes projetos é apresentada através da implantação de um projeto pioneiro, ou seja, o projeto de colonização do Alto Turi – PCAT, localizado no noroeste deste estado²³.

Trata-se de uma experiência pioneira que contou com a mediação e gerenciamento do Estado. As ações coordenadas pelo governo federal e estadual estimularam a presença de fluxos migratórios para esta região o que acarretou na formação de um mercado de trabalho inicialmente vinculado ao campo. No entanto, muitos dos compromissos assumidos pelo governo federal não foram cumpridos na execução deste projeto. A colonização, nesse sentido, incitou a luta pela posse e uso da terra, resultando em conflitos diversificados.

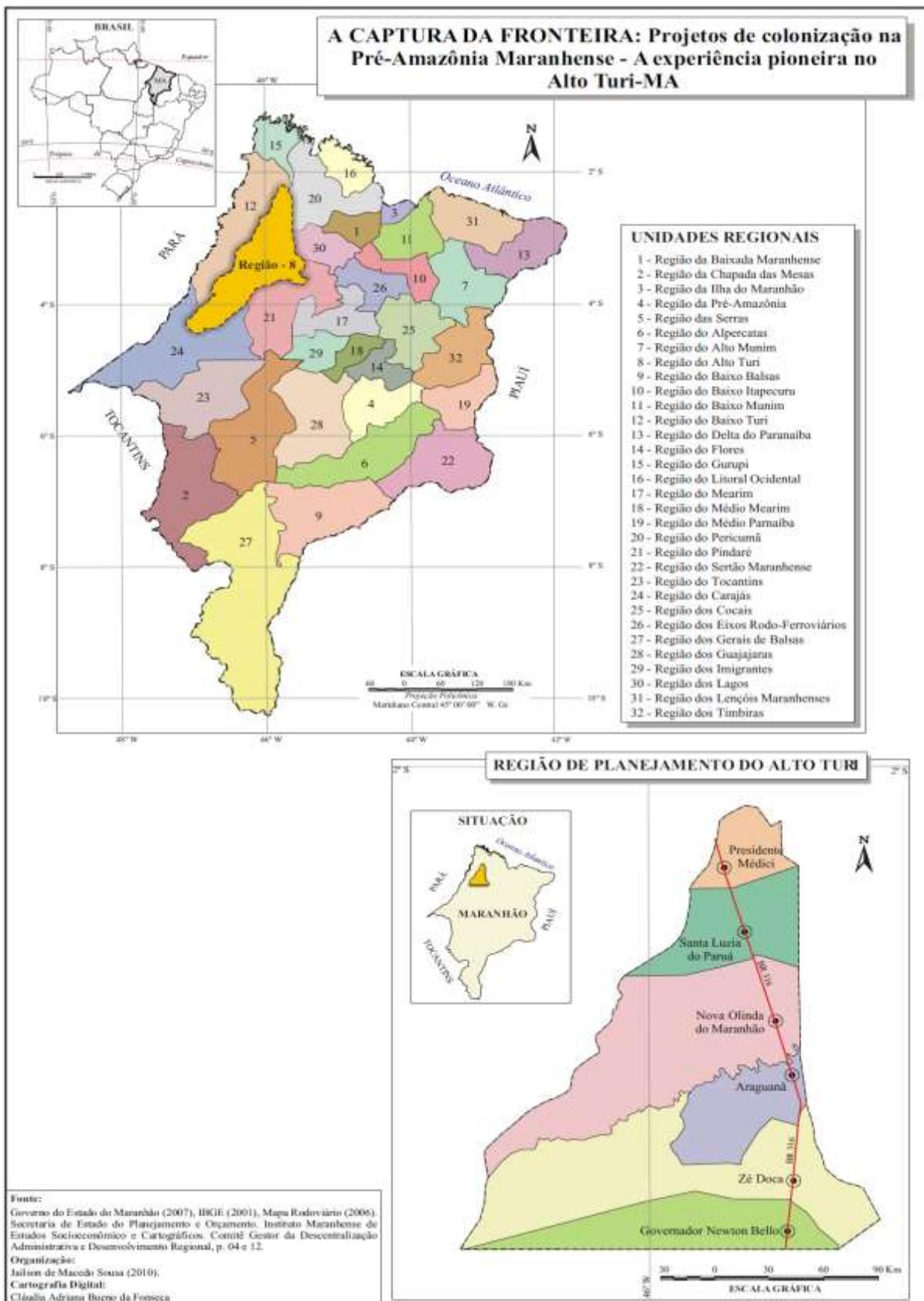
Destarte, entende-se que os projetos de colonização apresentaram papel essencial no atual processo de ocupação e povoamento da pré-amazônia maranhense, resultando na produção de efeitos imediatos na reestruturação do espaço regional. A distribuição de terras, sob o controle do Estado e orientada por meio dos projetos de colonização estimulou os fluxos migratórios, contribuindo para a formação de um mercado de trabalho regional que inicialmente se vinculou ao campo e depois foi transferido para os núcleos urbanos.

Esta experiência da colonização difundida no noroeste do Estado do Maranhão através do projeto de colonização do Alto Turi - PCAT foi marcada por intensos conflitos. A expropriação e a violência emergiram nesse trajeto como marcas singulares desta ocupação.

²² Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (1970), a pré-amazônia maranhense corresponde a “porção norte-ocidental do Maranhão, até a fronteira com o Pará. Representa uma área de totais pluviométricos elevados, de pequeno período sem chuvas. Sua cobertura vegetal é formada pela floresta tropical ou campos inundáveis”. É também uma região de transição entre o nordeste brasileiro e a região amazônica.

²³ Verificar mapa 10, página 146.

Mapa 10: Projeto de colonização do Alto Turi – PCAT – Localização geográfica



Fonte: SOUSA, Jailson de Macedo. Os efeitos de grandes projetos na pré-amazônia maranhense: uma reflexão através da colonização dirigida. In: XV ENANPUR – Encontro Nacional de Planejamento urbano e Regional – 2013. Recife-PE. *Anais ... ANPUR*, 2013. CD/ROM. 287 p.

A porção oeste do território maranhense por apresentar características físicas e humanas semelhantes à região amazônica e sendo parte integrante da Amazônia oriental teve papel essencial nesse estágio de apropriação das terras através da colonização.

Os recursos naturais e humanos existentes na Amazônia brasileira deveriam ter um aproveitamento racional nesse cenário de revalorização regional. Assim, as terras situadas no Maranhão, particularmente na pré-amazônia maranhense, se transformaram em objeto de cobiça das grandes empresas agropecuárias e do capital especulativo nacional e mundial.

Diante desses interesses é que se edificou uma experiência pioneira de colonização no noroeste do estado do Maranhão. Trata-se da implantação do projeto de colonização do Alto Turi – PCAT. Heitor Lima Júnior (1987) em sua tese de doutorado ao observar a implantação deste projeto, o destaca como uma experiência pioneira no recente processo de colonização das terras maranhenses. Para este estudioso,

Esta região maranhense, como a Amazônia em geral, é um grande atrativo à reprodução do capital, podendo ser considerada como uma fronteira agrícola e industrial, já que é um espaço para investimentos no setor urbano-industrial. Para ela não são atraídas somente populações, porém atividades que a inovam em ritmo crescente, com o apoio das forças de incentivo público, determinando sempre mais a expansão da fronteira. O objetivo prioritário do projeto é absorver a população como produtora de mercadorias para o abastecimento do mercado urbano-industrial, configurando assim, a sua submissão ao capital. (LIMA JÚNIOR, 1987, p. 53-54).

O Projeto de Colonização no Alto Turi – PCAT, correspondeu a uma área de 939.000 hectares, situada no noroeste do estado do Maranhão. As suas origens estão vinculadas aos objetivos propostos pela Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste, elaborada pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN.

A finalidade expressa por meio desta política se pautou no aproveitamento racional das terras úmidas da Amazônia brasileira. O noroeste do Maranhão passou a integrar as ações colonizadoras orientadas a partir dos pressupostos defendidos pelo GTDN. Vale lembrar que esta política também encontrou estreita vinculação com o projeto de povoamento do Maranhão – PPM, instituído no início da década de 1960. (ARCANGELI, 1987).

A política de colonização de terras desenvolvida no estado do Maranhão contou com participação do governo federal alicerçando suas ações através da atuação da SUDENE.

Na condução destas políticas teve destaque a expressiva participação da Companhia de Colonização do Nordeste – COLONE associada às estratégias desenvolvidas pelo GTDN. As ações conduzidas por estes órgãos estimularam os fluxos migratórios das áreas com baixos níveis de desenvolvimento do nordeste a fim de ocupar e povoar as terras do noroeste do Maranhão. Sobre as características do PCAT, Arcangeli (1987) comenta

É a partir de 1967 que se inicia oficialmente o planejamento físico da colonização dirigida no Alto Turi, com a demarcação dos núcleos circulares, cada um composto de cinquenta lotes com cinquenta hectares, reproduzindo os modelos de colonização de Israel. O número de famílias que se instalaram nesses lotes foi da ordem de 875 até o ano de 1972. As atividades econômicas desenvolvidas nesta área destinaram-se quase que exclusivamente à produção de arroz. Estes primeiros assentamentos localizaram-se na sub-área I do projeto, nas proximidades do povoado de Zé Doca²⁴, sede de coordenação do PCAT. (ARCANGELI, 1987, p. 170).

Mesmo antes da colonização oficial estabelecida nesta região a população atraída espontaneamente para o noroeste do Maranhão foi superior a 40.000 colonos. O intenso fluxo de migrantes das regiões semi-áridas do nordeste ocorreu graças à difusão da propaganda governamental que atraiu esta população, sobretudo, dos estados vizinhos do Piauí e Ceará.

Estes fluxos migratórios espontâneos contribuíram significativamente para a efetiva colonização desta porção do território maranhense. Alberto Arcangeli (1987, p. 169) a esse respeito destaca, “Em 1962, ou seja, cinco anos antes da colonização oficial, a população presente nos 30.000 km² da pré-amazônia maranhense, já era da ordem de 45.181 habitantes”.

Vale ressaltar que a grande maioria desses posseiros ou colonos estavam diretamente relacionados aos fluxos migratórios espontâneos que haviam se antecipado aos projetos de colonização oficiais desenvolvidos nesta porção do território maranhense.

²⁴ O povoado de Zé Doca deu origem ao município de Zé Doca. Encontra-se localizado na mesorregião oeste maranhense e na microrregião do Pindaré. Apresentou segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas IBGE (2010) população total de 50.173 habitantes, sendo que 30.864 residem na área urbana o que corresponde a 61,52% do total. A população rural, por seu turno, representou um total de 19.309 habitantes, correspondendo a 38,48% da população total deste município. (IBGE, 2010).

Os fluxos populacionais espontâneos se intensificaram nos anos seguintes. A partir de então diversos problemas foram diagnosticados pelos técnicos que executaram o Projeto de Colonização do Alto Turi – PCAT, sendo destacados principalmente:

- a) A inexistência de ligações terrestres com a área de implantação do PCAT, ou seja, a ausência de acesso rodoviário e mesmo de estradas vicinais;
- b) O total desconhecimento dos técnicos em relação à área global de implantação do PCAT e também os problemas desencadeados pelos fluxos espontâneos;
- c) Arrefecimento da política de apoio financeiro e de logística conduzida pela SUDENE às populações ligadas ao PCAT e aos fluxos espontâneos gerados.

Mesmo sendo reconhecidos estes empecilhos, a companhia de colonização do nordeste – COLONE passou a atuar de forma marcante nesta região nos primeiros anos de funcionamento do projeto. Além da distribuição de lotes, primou-se pelo planejamento estratégico da área com vistas de se criar infra-estruturas adequadas. Para Arcangeli (1987)

No período que vai de 1967 a 1970, a SUDENE desenvolveu intenso trabalho de pesquisa e criação de infra-estruturas e serviços que envolveu a construção de escolas, um hospital de emergência, a ampliação dos serviços de extensão rural e de ação comunitária, a criação da Cooperativa Mista do Alto Turi – COMALTA, o estabelecimento de um sistema de comunicação com São Luís, a abertura das primeiras estradas vicinais entre os núcleos, a aquisição de veículos e máquinas agrícolas pesadas, a implantação de serrarias e unidades de beneficiamento de arroz, a construção de um núcleo habitacional para os técnicos, a perfuração de poços e a elaboração de estudos agro-industriais e de pecuária. (ARCANGELI, 1987, p. 170).

Estas ações manifestaram-se concomitantemente às facilidades concedidas pelo governo federal às empresas agropecuárias instaladas na região. A colonização efetuada na região apresentou esse duplo caráter: ao mesmo tempo que pôde atrair as populações pobres do nordeste, também conclamou a presença de empresários rurais do centro-sul do país.

Mesmo reconhecendo os avanços deste projeto em razão das infra-estruturas implantadas é preciso destacar as falhas, discontinuidades e os colapsos gerados em face da intensa participação dos fluxos espontâneos que foram gerados e das ingerências do Estado.

Os problemas fundiários, a expropriação e a violência emergiram como um dos principais gargalos nefasto desta experiência da colonização verificada na região do Alto Turi.

Convém lembrar que ações desenvolvidas no âmbito do PCAT só tiveram efetiva participação do governo, através das atuação da SUDENE nos primeiros anos de execução do projeto. Este fato emergiu como um grave entrave para seu desenvolvimento. Alfredo Wagner Almeida (1995, p. 261) ao refletir sobre os problemas relacionados ao PCAT destaca que eles são atribuídos principalmente “ao imperfeito conhecimento das condições da área, à natureza pioneira do empreendimento, à política de controle da inflação, motivadora do corte de recursos por parte do governo e a deficiência de capacitação das populações migrantes”.

Relacionados a estes obstáculos é importante destacar também os empecilhos de natureza fundiária. Mesmo considerando as intervenções promovidas pela Companhia de Colonização do Nordeste – COLONE, os problemas ocasionados em face da ocupação espontânea das terras no Ato Turi se intensificaram. O atraso nos processos de regularização fundiária associado às ocupações espontâneas explicitam, em certa medida, os insucessos do PCAT. Em relação a estes problemas, Heitor Lima Júnior (1987) ressalta

O problema fundiário apresenta-se, portanto, como um dos mais graves entraves que o PCAT enfrenta há vários anos. [...] O atraso registrado ao longo dos anos na implantação da colonização dirigida deu margem à ocupação espontânea e desordenada de vastas áreas por parte de pequenos posseiros e por aspirantes a latifundiários. Estes últimos, de presença mais recente e expressiva, foram atraídos especialmente pela riqueza madeireira existente na região, pelas perspectivas especulativas que a terra oferece ou para implantação de médias e grandes fazendas de gado ou ainda para o criatório extensivo. (LIMA JÚNIOR, 1987, p. 212).

Estes problemas indicados por Lima Júnior (1987) são reforçados pela ausência do Estado na gestão do território. A ação colonizadora guiada pelo Estado demonstrou sinais de cansaço. Pôde-se perceber então a transferência de responsabilidades do estado à iniciativa privada, representada por grandes proprietários de terras. Decorreu desta dinâmica graves conflitos pela posse da terra na região. As conseqüências desta ocupação, têm explicitado a real versão da colonização cujos efeitos são principalmente a expropriação e a violência.

O Estado é entendido nesse cenário como o principal agente responsável pela colonização difundida na região. Para Miranda (1990, p. 75) pela “política de colonização, dado o componente político-ideológico nela presente, o Estado detinha os instrumentos de apropriação e distribuição das terras e manipulação das populações rurais, veiculando a idéia de transformações sociais para o campo”. No entanto, estas mudanças não se concretizaram.

No bojo da colonização materializada na pré-amazônia maranhense entre as décadas de 1960-1980 são várias as conseqüências negativas. Nesse ínterim, vale destacar o avanço progressivo do latifúndio na região patrocinado pelo Estado, as disputas pela posse da terra e a violência sendo entendidos como elementos centrais deste processo expropriatório.

A tabela que segue ilustra aspectos vitais do processo de colonização efetuado nas terras na pré-amazônia maranhense, com destaque para os imóveis rurais de área superior a 10.000 hectares. Trata-se do registro de 14 imóveis, em nove municípios desta região.

Tabela 6: Maranhão - Latifúndios por dimensão - Imóveis rurais com área igual ou superior a 10.000 hectares (1960-1980)

Nº DE ORDEM	MUNICÍPIO	CÓDIGO DO IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	DENOMINAÇÃO	ÁREA (Km²)
01	Açailândia	110.060.103.888	Colonizadora Império	Fazenda Estrela do Norte	50.278
02	Bom Jardim	106.020.014.184	Urbano Neiva Martins	Fazenda Juracy	50.000
03	Carutapera	101.028.004.758	COLONE	Área III - COLONE	448.00
04	Grajau	111.023.019.933	José Bezerra Lopes	Fazenda Sibéria	67.700
05	Imperatriz	110.027.062.260	José Mendes Neto	Fazenda São José	159.720
06	Imperatriz	110.027.062.111	Pedro Trabbold Jr.	Fazenda Frades	50.280
07	Lago da Pedra	106.038.251.488	Petrônio de A. Pereira	Fazenda Cunha	87.530
08	Lago da Pedra	106.038.251.500	Petrônio de A. Pereira	Fazenda Pedra Preta	108.00
09	Lago da Pedra	106.038.013.395	Benedito Lago	Fazenda Aldeias	200.000
10	Presidente Vargas	109.053.001.090	João Gomes da Silva	Fazenda Bomfim	65.334
11	Santa Luzia	106.070.020.710	Antonio A. de Freitas	Fazenda Jurema	84.000
12	Santa Luzia	106.070.020.508	Benedita de Freitas	Fazenda Aracituba	83.200
13	Santa Luzia	106.070.020.290	Teresinha J. B. Nobre	Fazenda Dacy	48.600
14	São Benedito Rio Preto	109.061.001.376	Cidão – S/A.	Glebas 2 a 12	171.000
TOTAL					1.674.362

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (1992).
Organização: Jailson de Macedo Sousa (2005).

Os dados apresentados na tabela anterior retratam os efeitos perversos, ou seja, as consequências imediatas dos projetos de colonização difundidos no Maranhão. Teve destaque nesse cenário de concentração fundiária nas regiões noroeste, sudoeste e central do estado.

De acordo com os dados expostos, destacaram-se os imóveis rurais classificados como latifúndios por dimensão entre as décadas de 1960-1980. É nítida a presença de grandes empresas agropecuárias instaladas na região durante o período supracitado. Este aspecto reforça a tese das facilidades de aquisição de terras na região por parte de grupos capitalistas.

As regiões de Lago da Pedra, Imperatriz e São Benedito do Rio Preto, são entendidas como os alvos prioritários no contexto desta colonização. Estas regiões atestam segundo o INCRA (1992), o maior registro da concentração fundiária neste período. Todo este processo de concentração das terras foi mediado pelas ações do governo federal e estadual que atraíram populações de distintas regiões do país a fim de colonizar a região.

No âmbito estadual teve grande influência a incorporação das terras devolutas que foram legitimadas por meio da Lei de Terras (Nº 2.949) de 17 de junho de 1969, estabelecida pelo governador do estado, José Sarney. Segundo Vitor Asselin (1982, p. 29) a Lei de Terras Sarney apresentou como objetivo principal “disciplinar a ocupação das terras e titular as áreas, transferindo o domínio público para o privado. Seu propósito foi entregar o território maranhense às empresas e fazendeiros de fora, mediante a criação de sociedades anônimas”.

Nesse cenário da colonização maranhense, Almeida (1995, p. 258) enfatiza que “os imóveis classificados como latifúndios por dimensão ocuparam área total de 1.674.362 hectares, estando concentrados na pré-Amazônia maranhense, em particular, nos municípios de Santa Luzia, Lago da Pedra, Imperatriz, Açailândia, Bom Jardim e Grajaú”.

Os números expostos apesar de serem passíveis de constatação, principalmente por terem sido sistematizados pelo INCRA duas décadas após o registro cartorário constituem em importantes registros que qualificam este processo concentração fundiária no Maranhão.

Mesmo reconhecendo os limites diante dos dados apresentados percebe-se que eles foram de vital importância para este estudo, uma vez que foi possível entender as marcas peculiares da concentração fundiária estabelecida nesta fase de colonização do Maranhão.

Os conflitos agrários emergiram como consequências imediatas da colonização. A expropriação e a violência traduzem os resultados visíveis deste processo expropriatório e expressam o real significado da colonização difundida no território maranhense. O Estado do Maranhão aparece nesse cenário como palco de sangrentos conflitos pela posse da terra. Este processo expropriatório marcado por ações violentas foi denunciado por Vitor Asselin (2009) que registrou entre as décadas de 1960-1980 a grilagem, a expropriação e a violência como principais instrumentos da colonização materializada na pré-amazônia maranhense.

Os pretensos proprietários, na sua maioria, mineiros, paulistas, goianos, paranaenses e capixabas, além de outros, em menor proporção, chegaram à região no final da década de 50 e, de posse de **títulos frios**, adquiridos nos seus Estados de origem trazidos ao Maranhão apenas para o registro no cartório de imóveis, iniciaram o serviço de limpeza das áreas adquiridas. Tudo se conseguia com a ajuda preciosa de policiais sem escrúpulos que agiam por determinação de superiores e com a proteção de políticos, tanto da região quanto de fora dela. Possesores, muito deles, tendo sua família radicada ali, há mais de cem anos, antes mesmo de se pensar nas rodovias Belém-Brasília ou Açailândia-Santa Luzia, foram forçados por jagunços armados a abandonarem tudo. Quando procuravam proteger o que lhes pertenciam por direito, eram impiedosamente abatidos em verdadeiras chacinas. (ASSELIN, 2009, p. 121).

Este processo expropriatório denunciado por Vitor Asselin (2009) trouxe como consequências: a expropriação e violência cometidas contra os lavradores. O registro de óbitos sistematizados pela comissão pastoral da terra a partir da década de 1970 expressa a versão verossímil da escalada de ações truculentas cometidas contra os pequenos proprietários de terras na pré-amazônia maranhense. As ações violentas praticadas contra estes sujeitos no campo maranhense letigimaram os reais significados da colonização estabelecida nesta região.

No período correspondente aos anos de 1975-1984, são reconhecidos mais de 130 assassinatos cometidos contra pequenos produtores rurais nesta região. O quadro que segue exhibe em parte estes números da violência registrada no campo na pré-amazônia maranhense.

Quadro 6: Mortes em conflitos agrários na região da pré-amazônia maranhense (1975-1984)

REGIÕES-ALVOS	MUNICÍPIOS-ALVOS	OBSERVAÇÕES	Nº DE MORTES REGISTRADAS
Noroeste do Maranhão	Bom Jardim, Santa Luzia e Buriticupú	No conjunto destes (23) assassinatos, (17) corresponderam a posseiros. Registrou-se o assassinato de (03) trabalhadores rurais, (02) Delegados Sindicais e (01) Pistoleiro.	23
Sudoeste do Maranhão	Imperatriz, Açailândia e João Lisboa	Destes (33) assassinatos, (25) equivaleram a posseiros. Identificou-se o registro de mortes de (06) trabalhadores rurais, (01) Delegado Sindical e (01) esposa de trabalhador rural.	33
Região Central do Maranhão	Grajau	No registro de mortes em conflitos agrários na região central do Maranhão, verificou-se a morte de (04) posseiros, (01) vaqueiro e (01) trabalhador rural.	06
Extremo Norte do Maranhão	Carutapera e Turiçu	No extremo norte do Maranhão foram registradas respectivamente a morte de (02) posseiros e de (01) trabalhador rural.	03
TOTAL			65

Fonte: Assassinatos no campo maranhense: crime e impunidade (1970-1984). Comissão Pastoral da Terra, 1986. CPT. Organização: Jailson de Macedo Sousa (2013).

Os dados expostos no quadro 6 explicitam os reais significados da colonização difundida nas terras maranhenses, particularmente na porção oeste do Maranhão, abrangendo o extremo norte do estado, a região noroeste e as regiões central e sudoeste. Entre os anos de 1975-1984 foram registrados oficialmente segundo informações da comissão pastoral da terra - CPT nestes territórios 65 assassinatos, envolvendo nesse sentido, posseiros, pequenos e médios proprietários de terras, delegados sindicais, pistoleiros e trabalhadores rurais.

Teve destaque nesse cenário sangrento e violento como palcos que registraram os maiores números conflitos e mortes as regiões noroeste e sudoeste do estado, em especial, os municípios de Santa Luzia e Imperatriz que foram entendidos como alvos prioritários dos projetos de colonização. No conjunto de 65 assassinatos arrolados oficialmente no estado do Maranhão, ou seja, na pré-amazônia maranhense nesse período, teve destaque os assassinatos praticados contra os posseiros que responderam conjuntamente em toda esta região por mais de 73% destas ações violentas praticadas no campo maranhense.

Vale destacar ainda nesse cenário de violência no campo que as regiões-alvos que registraram maior número de assassinatos foram respectivamente as regiões que envolvem os municípios de Imperatriz e Santa Luzia. Entende-se assim que o modelo agrário difundido através dos projetos de colonização na pré-amazônia maranhense seguiu os mesmos destinos daquele desenvolvido na Amazônia brasileira onde os lavradores são alijados de seus direitos.

Os projetos de colonização estimulados e desenvolvidos pelo governo contaram com a participação do capital e foram precursores da concentração fundiária e da violência registradas nas terras maranhenses. As ações orientadas pelo Estado incentivaram a ocupação desordenada e motivaram os conflitos pela posse de terras, favorecendo grandes proprietários.

Associada à concentração fundiária e à violência praticada no campo cumpre destacar o papel da grilagem. Segundo Asselin (1982, p. 15), “o desejo da cobiça pelo norte capaz de incorporar as terras livres no Maranhão ao modelo de propriedade da sociedade capitalista se tornou tarefa prioritária a ser executada pelo governo, a partir de 1960”.

A grilagem, expropriação e violência traduzem esta versão atual da colonização difundida no estado do Maranhão. Resultou desse modelo uma estrutura fundiária concentrada, revelando o caráter conflitivo pelo uso e posse das terras. As formas de distribuição das propriedades e os assassinatos indicados revelam o modo desigual e violento da colonização.

A colonização não agiu sozinha. Para concretizar esse processo expropriatório, o capital necessitou ainda recrutar fluxos migratórios que, conseqüentemente, alimentaram a formação de um mercado de trabalho na região. Estes elementos são responsáveis, em certa medida, pela dinâmica de ocupação e povoamento que vem se processando desde 1950 na Amazônia maranhense, sendo responsável também pela urbanização presente nesta região.

Os fluxos migratórios registrados nesta região a partir da década de 1960 constituem em expressões concretas desta dinâmica e representam uma importante estratégia que fomentou a ocupação e o povoamento regional amazônico e da região Sulmaranhense.

3.1.2 Fluxos migratórios e a formação de um mercado de trabalho regional na pré-amazônia maranhense (1960-1980)

A indução de fluxos migratórios e a formação de um mercado de trabalho regional constituíram em importantes estratégias difundidas na Amazônia brasileira desde 1950 que objetivaram a sua efetiva ocupação. Refletir sobre a colonização ou mesmo sobre o atual processo de urbanização erigidos nesta região implica na necessidade de dar visibilidade às demais estratégias pois elas também representam instrumentos eficazes desta dinâmica.

Os projetos de colonização difundidos na região amazônica foram alimentados por fluxos migratórios espontâneos e induzidos de várias regiões do país, especialmente, da região nordeste. Conseqüentemente, a indução desses fluxos resultou na formação de um mercado de trabalho regional que entre as décadas de 1960-1980 esteve vinculado ao campo e posteriormente foi transferido para as cidades. A este respeito Becker (1991) comenta

É o trabalho de milhares de migrantes que sustenta a expansão da fronteira. Mas, do mesmo modo que a fronteira amazônica não é o espaço de expansão agrícola como as fronteiras de outrora, tampouco é um espaço vazio, absorvedor de população e muito menos a de um destino rural. E, embora a decisão de migrar seja individual, em conjunto ela é fortemente induzida pela ação governamental e não constitui um fenômeno predominantemente espontâneo. (BECKER, 1991, p. 44).

A transferência de populações de diversas regiões do país para a Amazônia tem se efetivado graças a atração desses fluxos que foram alimentados pela mobilidade do trabalho. Entre as décadas de 1950-1960 esses fluxos eram necessariamente espontâneos. No entanto, esta dinâmica se modificou a partir da década de 1960 alicerçada na ideologia da integração nacional e às diversas estratégias a ela associada. Becker (1991) ao analisar este fenômeno migratório recente norteia a sua reflexão em três aspectos principais. São eles:

- a) Os movimentos migratórios presentes na Amazônia brasileira neste final de século XX não são aleatórios, mas em grande parte, induzidos pela ação governamental;
- b) Na sociedade contemporânea, não se efetua uma simples reprodução de apenas duas classes sociais, mas um fracionamento complexo das estruturas de classes;

- c) As relações entre as determinações do capital e a mobilidade espacial de populações não ocorrem diretamente e sim através de mediações orientadas pelo Estado.

As migrações presentes na Amazônia brasileira a partir do início da década de 1960 apresentaram como característica singular, o fato de serem induzidas. O Estado e o capital agindo conjuntamente promoveram através de suas estratégias uma ocupação racional deste espaço. Cumpre destacar alguns aspectos desses fluxos migratórios difundidos na pré-amazônia maranhense. As migrações materializadas nesta região estão diretamente associadas à intensa mobilidade do trabalho. Nesse sentido Becker (1991) enfatiza

Na fronteira Amazônica oriental a mobilidade do trabalho é a solução encontrada para compatibilizar as necessidades da força de trabalho e a produção de alimentos para sustentá-la. No correr do processo migratório, parte relevante do campesinato transformou-se em força de trabalho assalariada e uma parte ínfima permanece como camponesa proletária, conseguindo-se com isso compatibilizar as necessidades sem conceder legalmente a terra com baixos custos, uma vez que esta última pressiona os salários para baixo e assegura a sua própria reprodução. (BECKER, 1991, p. 94).

Em relação aos movimentos migratórios verificados na Amazônia oriental são nítidas as formas de intervenção do Estado na atração e organização desses fluxos. A mobilidade do trabalho emergiu nesse cenário como estratégia principal visando assegurar a presença de trabalhadores em distintas frentes na região. Sobre estas intervenções do Estado, Becker (1990, p. 94) destaca “ele promove a atração de migrantes, seja pela propaganda, seja acenando com o emprego em grandes obras viárias e hidráulicas ou com a perspectiva de acesso à terra por meio da colonização, condicionando a organização dos fluxos”.

É através do trabalho dos migrantes efetuado em diferentes frentes (agrícola, urbana, etc) que se legitima o processo de reprodução do capital na fronteira amazônica. Este debate envolvendo os fluxos migratórios contemporâneos na Amazônia brasileira tem colocado em pauta a necessidade de se examinar com maior profundidade as noções frente pioneira e frente de expansão. A este respeito é útil salientar as contribuições fornecidas através dos estudos de Martins (1996); (1997) e Monbeig (1957).

Os trabalhadores no campo ou nas cidades buscaram acompanhar de perto as trajetórias do emprego que se distribuíram de forma pulverizada na região, uma vez que os investimentos desenvolvidos pelo capital ocorreram de modo seletivo no espaço.

A mobilidade do trabalho se efetivou mediante a difusão destas frentes que se distribuíram na região visando assegurar os interesses do capital. Para entender o sentido desta mobilidade cabe enfatizar os sentidos destas frentes na fronteira. Para Martins (1997)

Os estudiosos do tema da fronteira no Brasil quando examinam a literatura pertinente, se deparam com duas acepções de referência, através das quais os pesquisadores têm procurado dar um nome específico a essa realidade singular que é objeto de sua investigação. Os geógrafos, desde os anos quarenta, importaram a designação de zona pioneira para nomeá-la outras vezes referindo-se a ela como frente pioneira. Os antropólogos, por seu lado, sobretudo a partir dos anos cinquenta, definiram essas frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado, como frentes de expansão. (MARTINS, 1997, p. 151-152).

Os geógrafos desconsideraram em suas análises iniciais a presença de populações pobres, ribeirinhos, indígenas, mestiços, garimpeiros, vaqueiros, seringueiros, castanheiros e lavradores, ou seja, as populações tradicionais. Nesse sentido, sobrevalorizaram as novas sociabilidades erigidas a partir do caráter moderno que foi imposto à esta região.

A designação frentes de expansão, por seu turno, expressa a noção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações tradicionais. Trata-se de uma concepção defendida pelos antropólogos, sociólogos e historiadores. Não há a primeira vista um conflito metodológico diante das duas noções. O que importa nesta interpretação não é adjetivar uma noção em detrimento da outra. No entanto, é necessário identificar estas diferenças pois elas expressam distintas formas de ver e apreender este movimento de ocupação da fronteira.

Conforme observou Martins (1996, p. 28) “o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. Esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm buscado conceituá-la. Nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”.

Sem sombra de dúvidas o caráter moderno imposto à região amazônica tem tido intensa visibilidade no processo de reconhecimento das suas marcas atuais.

No entanto, é necessário levar em conta os demais aspectos que singularizam esta dinâmica em face dos conflitos sociais estabelecidos na região por meio de movimentos divergentes entre o velho e o novo. É preciso reconhecer as distintas ações materializadas no espaço regional entre as populações tradicionais e os sujeitos modernos.

Através destas orientações é possível entender os reais significados das estratégias de ocupação e povoamento dirigidas para a pré-amazônia maranhense após 1960, sobretudo, os projetos de colonização, os fluxos migratórios induzidos e espontâneos e a própria urbanização que constitui o pano de fundo no conjunto destas estratégias. Ainda a respeito das relações verificadas entre as migrações e a formação de um mercado de trabalho regional desenvolvidos entre 1960-1980 na Amazônia brasileira, Becker (1997) salienta

A formação do mercado de trabalho regional para a constituição da fronteira não se faz segundo o modelo clássico de proletarização total. A fronteira se organiza com trabalho móvel, isto é, com trabalhadores assalariados: temporários e permanentes – e com pequenos produtores que vendem a sua força de trabalho empregando-se em atividades rurais e urbanas diversas, mesmo a custo de grandes deslocamentos que alcançam, em média, mais de cem quilômetros de seu local de moradia. Essa força de trabalho móvel reside em grande parte nos núcleos urbanos. [...] A mobilidade do trabalho atende às condições de produção nas empresas e fazendas, que, interessadas em se apropriar da terra com o menor investimento possível, só demandam força de trabalho para executar as tarefas determinadas em espaços e períodos de tempo limitados. (BECKER, 1997, p. 47-48).

A mobilidade das populações das distintas regiões do país, especialmente do nordeste se manifestou de forma dinâmica, executando tarefas diversas. Esta mobilidade buscou acompanhar de perto as diversas trajetórias das diferentes frentes de trabalho. Este é o cenário que envolve as migrações induzidas pela atuação governamental na Amazônia.

No bojo das migrações presentes na pré-amazônia maranhense entre as décadas de 1960-1980 teve destaque a intensa participação de populações pobres do nordeste, sobretudo, dos estados do Piauí e Ceará. Os dados expostos a seguir asseveram esta afirmação.

Tabela 7: Imperatriz/MA - Migrações dirigidas para o município durante a década de 1970, segundo as condições de naturalidade e sexo

NATURALIDADE UF ²⁵	HOMEM	MULHER	TOTAL
Maranhão	78.012	79.580	157.592
Piauí	7.819	7.111	14.930
Ceará	7.615	6.549	14.164
Goiás	3.089	3.590	6.679
Bahia	3.412	3.169	6.581
Minas Gerais	3.173	2.813	5.986
Pernambuco	1.832	1.569	3.401
Paraíba	1.314	983	2.297
Pará	1.034	999	2.033
Espírito Santo	857	823	1.680
Rio Grande do Norte	676	559	1.235
São Paulo	497	388	885
Paraná	230	215	445
Alagoas	179	154	333
Mato Grosso	107	120	227
Rio de Janeiro	117	91	208
Rio Grande do Sul	104	79	183
Sergipe	80	91	171
Distrito Federal	77	77	154
Rondônia	78	70	148
Santa Catarina	43	58	101
Acre	35	52	87
Amapá	31	37	68
Amazonas	32	35	67
Mato Grosso do Sul	20	25	45
Roraima	13	30	43
Estrangeiros	69	30	99
Naturalizados Brasileiros	39	-	39
Total	110.558	109.383	219.941

Fonte: FIGBE. Censo Demográfico: Dados gerais: migração, instrução, fecundidade e mortalidade. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – FIBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Organização: Jailson de Macedo Sousa (2005).

²⁵ Unidade da Federação.

Os dados expostos na tabela 7 enfatizam os fluxos migratórios dirigidos para o município de Imperatriz durante a década de 1970, considerando as condições de naturalidade e sexo. Tomou-se como referência este município, por entender que ele representa a principal área receptora de imigrantes da pré-amazônia maranhense no período citado e, por reconhecer que o crescimento demográfico neste município ocorreu de modo mais intenso em relação aos demais municípios do interior do estado do Maranhão neste mesmo período.

A exemplo do que se observa em outros subespaços da região amazônica, os fluxos migratórios registrados na pré-amazônia maranhense, particularmente entre as décadas de 1960-1980, contaram com uma intensa participação das populações pobres oriundas da região nordeste, especialmente, dos estados do Ceará e Piauí. Este fato está associado principalmente às propagandas e incentivos governamentais difundidos por meio da ideologia da integração nacional cuja finalidade maior se pautou na atração destas populações das áreas estagnadas econômica e socialmente da região nordeste.

Conforme os números apresentados na tabela anterior entende-se que há um certo equilíbrio na distribuição destas populações quando se consideram as condições de gênero. Pôde-se observar, por exemplo, que as populações migrantes do gênero masculino dos estados mais representativos, ou seja, dos estados do Piauí e Ceará participaram nesse processo migratório com 7.819 e 7.615 homens. As populações femininas destes estados representaram 7.111 e 6.549 mulheres. Embora seja percebida uma maior participação da população masculina é inteligível compreender que a trajetórias destes migrantes fora acompanhada de perto da participação da população feminina, em geral, companheiras destes trabalhadores.

Esta participação mais expressiva da população masculina está relacionada à necessidade de execução de tarefas vinculadas à abertura das frentes de trabalho que se dinamizaram nos distintos subespaços da Amazônia maranhense, tendo destaque nesse cenário as frentes agrícolas pautadas na produção de arroz e as frentes extrativistas.

Ainda relacionados aos dados dispostos na tabela 7, teve destaque nesse cenário migratório a influência de fluxos advindos dos estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais.

Estes últimos estão associados principalmente à presença de empresários vinculados ao campo, que antes residiam no centro-sul do país e passaram a se dedicar ao desenvolvimento da agropecuária nesta região, em razão de encontrarem várias facilidades à aquisição de terras, por exemplo, os preços mais baixos das terras em relação aos seus lugares de origem, mão-de-obra em abundância e a presença de recursos naturais abundantes.

Conforme os discursos oficiais orientados pelo Estado, a ocupação efetiva das terras úmidas da Amazônia brasileira constituía uma tarefa prioritária para o governo, uma vez que possibilitaria resolver os problemas de estagnação econômica e social do nordeste e promoveria ao mesmo tempo o povoamento da hiléia amazônica e sua articulação aos sistemas produtivos da nação. Nesse contexto, é válido reafirmar a importância da dimensão política em razão da forte atuação governamental neste processo. Estas ações contribuíram para a indução dos fluxos migratórios destacados. Nessa direção, Becker (1982) afirma

Diante das tensões persistentes no Nordeste e da necessidade de se estender a soberania nacional aos limites do território, a incorporação da Amazônia ao sistema nacional configura-se para o governo como um imperativo, capaz de oferecer uma solução conjunta para as duas regiões-problema, solução essa que deverá também beneficiar o crescimento do centro. [...] É para a Amazônia que deverão ser redistribuídos os excedentes demográficos nordestinos, permitindo simultaneamente aliviar as tensões da periferia deprimida e conter a migração para o centro que já mostra indícios de saturação, criando condições para novos investimentos do centro e garantindo a soberania nacional desta área. (BECKER, 1982, p. 29).

Para entender melhor os significados, a materialização e a dinâmica de organização desses fluxos migratórios dirigidos para a Amazônia maranhense buscou-se ouvir uma pequena parcela da população residente no município de Imperatriz.

A preocupação nesta fase da pesquisa pautou-se na necessidade de reconhecer o período de ingresso destes migrantes e entender as principais motivações que os levaram a escolher esta cidade e também às razões que os levaram a se instalarem nesta região.

Estas indagações expostas integraram a segunda fase de realização do trabalho de campo que ocorreu no mês de maio de 2014. Para tanto, foram ouvidas vinte famílias no município de Imperatriz em distintos bairros desta cidade. Elegeu-se esta cidade por entender que ela constituiu a principal área de recepção de migrantes no estado do Maranhão entre as décadas de 1960-1980 conforme demonstram os dados demográficos antes expostos.

Optou-se por dispor apenas algumas das falas²⁶ das populações inquiridas em razão do presente estudo ter primado por trabalhar com a modalidade da pesquisa qualitativa. O processo de investigação que fundamentou a realização destas entrevistas objetivou qualificar as vozes dos sujeitos em relação aos significados que estes conferem ao processo migratório delineado no período supracitado. Nesse sentido, entende-se que a pesquisa qualitativa emergiu como instrumento essencial à apreensão dos sentidos e motivações dos movimentos migratórios dirigidos para a cidade de Imperatriz. Sobre a dimensão qualitativa neste processo de investigação é válido considerar as contribuições de Chizzotti (2003)

[...] O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. Após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. Os pesquisadores qualitativos contestam a neutralidade científica do discurso positivista e afirmam a vinculação da investigação com os problemas ético-políticos e sociais, declaram-se comprometidos com a prática, com a emancipação humana e a transformação social, adensam-se as críticas aos postulados e exigências das pesquisas unicamente mensurativas, ou seja, fundadas apenas na quantificação. (CHIZZOTTI, 2006, p. 52-53).

Através da adoção desta postura metodológica buscou-se qualificar o conteúdo das informações obtidas por meio das falas das populações entrevistadas na área urbana de Imperatriz relativas aos processos migratórios. Assim sendo, entende-se que a pesquisa qualitativa emergiu como técnica válida na coleta dos dados relativos aos fluxos populacionais dirigidos para a cidade de Imperatriz entre as décadas de 1960-1980.

²⁶ Mesmo tendo a autorização das populações entrevistadas para publicar as suas identidades, optou-se neste estudo por preservá-las. Desse modo, as entrevistas aqui dispostas foram sistematizadas de modo a manter oculta a identidade dos sujeitos entrevistados. Estas entrevistas integraram o roteiro 4 que está disposto nos apêndices.

Através das falas destas populações residentes na área urbana do município de Imperatriz, foi possível entender as motivações e os reais significados destas migrações direcionadas para esta cidade. A seguir são destacadas as falas dos entrevistados.

Quando eu tomei a posição de vim pra Imperatriz eu tive a informação que a cidade era muito boa. Um tio meu que disse isso pro nosso pai que vivia no interior do Ceará. Quer dizer, perto de Sobral. Ah! se você vai pra Imperatriz, você vai ver o que é uma cidade boa e que tá crescendo muito. A sua vida vai melhorar muito. Então eu saí do interior do Ceará e foi em 1968. Primeiro eu vim sozinho. Como eu sempre buli com alguma coisa principalmente com o comércio e com vendas de várias coisas, então eu decidi de vim pra cá. Depois que eu vi o comércio da cidade eu me animei muito. Então eu trouxe a minha família. Aqui era tudo sem movimento, mas a cidade já mostrava os sinais que ia crescer. Esse crescimento chegou com toda força depois de 1980 e hoje o que vemos é que Imperatriz nunca parou de crescer. (Entrevistado 1, Comerciante, 63 anos. Residente no bairro Bacuri).

Nós viemos do interior do Piauí em 1973. Foi a nossa família toda e mais alguns parentes. Viemos de pau-de-arara e demoramos quase três dias pra chegar aqui. Lá no Piauí as coisas era muito difícil. A gente não tinha condições de sobrevivência. A gente não tinha terra para plantar e nem condições boas pra viver. Eu e meu marido viemos com os oito filhos. Um ainda era de colo. Junto com a nossa família veio também mais duas famílias. Eram todos parentes e conhecidos. Eram mais de 20 pessoas. Acho que era isso, eu não me lembro muito bem. Passamos três dias viajando naqueles caminhões conhecidos como pau-de-arara. Foi muito sacrifício pra chegar aqui. Mas valeu a pena, pois o Maranhão e essa região aqui eram vistos como ricos e de muita prosperidade para os que vinham pra cá. Tinha condições da gente trabalhar e sobreviver. (Entrevistada 2. Dona de casa. Residente no bairro Nova Imperatriz, 67 anos).

Nós viemos do interior do Maranhão. De perto da cidade de Igarapé Grande. Saímos de lá no dia 24 setembro de 1967. Passamos 08 dias viajando. Chegamos aqui no dia 01 de outubro de 1967. Nós éramos 08 irmãos. Nosso meio de transporte eram burros e jumentos. Mais nem todos vinham montados, somente as crianças. Eu tinha 16 anos de idade. Vim montada numa mula trazendo meu irmão mais novo, que tinha uns três anos. O motivo dessa viagem é por que as terras perto do nosso sítio no Igarapé Grande foram demarcadas e ficaram pertencendo a outros donos. E lá não tinha mais condição da gente ficar, pois cada posseiro já tinha os seus lotes e meu pai não tinha mais. Então não tinha como a gente ficar mais lá. Aí a nossa família veio pra Lagoa Verde que fica aqui pertim de Imperatriz. Ficamos nove meses na Lagoa Verde até colher o arroz e em julho de 1968 nós mudamos para o povoado de Açaizal dos pernambucanos, distante oito quilômetros de lá da Lagoa Verde, pois lá ainda tinha terras livres. Então o meu pai comprou uma casa de pau-a-pique. Foi nesse local que conseguimos nossa morada. Meu pai logo fez as lavouras de arroz, milho e mandioca e assim a gente foi prosperando. (Entrevistada 3. Professora, residente no bairro Mercadinho, 63 anos).

A nossa família veio de Goiás em 1973. Os nossos pais moravam depois de Itaguatins que fica há uns 30 quilômetros daqui de Imperatriz. Hoje tudo isso aí já pertence ao estado do Tocantins. Lá meu pai tinha terra. Era uma fazenda até grande que tinha mais de vinte alqueiros. A gente sempre ouvia falar que Imperatriz era uma cidade grande. Quer dizer... uma cidade maior. E como todo mundo já tava crescendo era bom vim pra cá estudar, por que em Imperatriz tinha mais condições. A Belém-Brasília ajudou muito no nosso negócio. Meu pai sempre tinha mexido com comércio. Mais também sabia mexer com vendas e conhecia bem o setor de vendas de autopeças. Aí ele resolveu mexer com isso mesmo. Só que de um certo tempo pra cá, nós vemos que já não é mais a mesma coisa daqueles tempos atrás, porque aumentou muito a concorrência. Mais graças a Deus a população aqui da cidade e de outras cidades mesmo mais longe como João Lisboa, Açailândia, Estreito e até mesmo do Pará ainda procuram muito o nosso comércio. (Entrevistado 4. Comerciante residente no bairro Entroncamento, 58 anos).

As informações destacadas através das entrevistas reforçam a tese de que os fluxos migratórios, direcionados para a cidade de Imperatriz e região apresentaram forte contribuição da população nordestina, principalmente, dos estados do Piauí e Ceará.

No entanto, esses fluxos migratórios também contaram com forte participação de populações dos estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais, sobretudo, fazendeiros e produtores rurais que atraídos pelos baixos preços das terras e pela situação fundiária irregular, encontraram nesta região as condições propícias para o desenvolvimento da agropecuária.

No conjunto dos elementos destacados nas falas dos entrevistados podemos sintetizar a pujança socioeconômica de Imperatriz, que se ergueu entre 1960-1980 como uma das mais importantes áreas de atração de migrantes da região nordeste. Entre as atividades econômicas destacadas nas falas dos entrevistados entendidas como motivadoras à atração destes migrantes, ressalta-se a imponente dos ciclos agrícolas, sobretudo, o cultivo do arroz e associada a esta atividade a emergência do extrativismo vegetal e mineral.

Este dinamismo socioeconômico e demográfico notado na cidade de Imperatriz a partir de 1960, também tem encontrado explicações coerentes em face da construção da rodovia Belém-Brasília que se apresenta como um dos principais instrumentos no bojo das estratégias recentes de ocupação difundidas nesta cidade e na região Sulmaranhense.

3.1.3 A rodovia Belém-Brasília e a consolidação da ocupação da região Sulmaranhense

Em substituição às redes hidroviárias e às frentes oriundas do litoral e interior, os caminhos modernos de ocupação e povoamento da região Sulmaranhense foram inaugurados em razão da construção das redes rodoviárias, particularmente, a rodovia Belém-Brasília.

A implantação desta rodovia ocorreu no final da década de 1950 associada às macro-políticas desenvolvidas pelos governos militares que objetivaram a articulação e integração da porção setentrional do país às demais áreas do território. A rodovia Belém-Brasília promoveu a inauguração dos caminhos modernos, ou seja, a articulação do norte ao centro-sul do país. A este respeito convém considerar as contribuições de Becker (1982)

A construção da Belém-Brasília simboliza a ânsia de integração de uma nação que, secularmente concentrada na faixa costeira, voltava os olhos para o imenso interior despovoado que se valoriza diante da nova conjuntura econômica e social. A nova capital, situada em posição estratégica, no contato com todos os tipos de periferias, representa uma verdadeira ponta de lança do centro. Ponto de convergência das grandes rodovias de penetração que se dirigem para o Norte e para Oeste, estimula o avanço das frentes pioneiras e o estreitamento das relações com São Paulo. [...] Os impactos desse eixo de penetração sobre a região é violento. Não só porque ele abre a região a novas ideias, pessoas, mercadorias e cidades, mas pela rapidez com que se manifestam as inovações. (BECKER, 1982, p. 28).

A expansão da fronteira amazônica constituiu um imperativo imposto pelo capital nacional e mundial que associaram esta expansão à necessidade de escoamento da produção para os distintos mercados do país. Este fato constituiu um elemento essencial à construção de caminhos modernos no norte do país. A Belém-Brasília emergiu como demanda prioritária no bojo da política de integração nacional difundida pelos governos militares a partir de 1960.

Tal política buscou articular e integrar às áreas isoladas do país, sobretudo, o norte aos cenários produtivos nacional e mundial. Foi o próprio Estado que viabilizou esta articulação em razão da implantação de distintas estratégias já destacadas neste estudo. Este processo de integração da Amazônia às demais regiões do país se deu através da instalação de extensas redes e da conexão dos fluxos e estoques econômicos, engendrando produtos específicos de clivagem público-privada expressos no espaço global e fragmentado do país.

A expansão da fronteira amazônica constituiu uma tarefa prioritária estabelecida pelo Estado que buscava à reprodução ampliada de capitais nesta região. O Estado é entendido como o ente social que favorece a realização desta reprodução. Para Becker (1990)

O Estado capitalista coordena a nova divisão inter-regional do trabalho. Ele reorganiza o caos das relações sociais impondo-lhes uma racionalidade – a sua – tendo como instrumento privilegiado o espaço: o econômico se reconsidera em termos espaciais – fluxos e estoques – e o Estado tende a controlá-lo e assegurar a sua coordenação, integrando e rompendo o espaço anterior e produzindo o seu próprio espaço. Impõe-se uma ordem espacial, vinculada a uma prática e concepção de espaço global, de interesses estratégicos e diversos. (BECKER, 1990, p. 16).

Nesta fase de reestruturação regional delineada a partir da década de 1960 e, estendendo-se por volta da primeira metade da década de 1980, o governo federal assumiu as rédeas do planejamento regional. A região passou a produzida conforme os seus desígnios. É diante deste cenário que se desenvolvem as estratégias mencionadas nestes estudo. No conjunto destas, destaca-se a importância conferida à construção da rodovia Belém-Brasília. Trata-se de um importante caminho de articulação do norte ao centro-sul do país.

As vilas e cidades antes orientadas pelos eixos fluviais, ou seja, que tinham como principais caminhos de penetração os rios, foram então substituídas a partir da década de 1960 pelas rodovias. Alguns núcleos urbanos situados ao longo desses eixos experimentaram a partir desse período surpreendentes surtos de crescimento demográfico e econômico.

Este é o caso da cidade de Imperatriz, situada na Amazônia oriental, que registrou a partir da década de 1960 significativas mudanças em sua estrutura socioeconômica, e demográfica em face da implantação da rodovia Belém-Brasília. Conforme os estudos do programa de desenvolvimento integrado bacia do Araguaia-Tocantins – PRODIAT (1985)

A implantação dos grandes eixos rodoviários, como é o caso da rodovia Belém-Brasília, a partir de Brasília, fortaleceu grandemente a cidade de Goiânia como pólo de atração e difusão, com alcance a toda porção goiana e mato-grossense da Bacia. Por outro lado, a ligação com Belém fortaleceu também os processos de polarização desta cidade em relação às porções paraense e maranhense da Bacia. Importante, também, foi o desenvolvimento de Imperatriz como um centro urbano situado em posição estratégica, em termos de relacionamento com as áreas subordinadas aos dois pólos mais expressivos (Goiânia e Belém). (PRODIAT, 1985, p. 14).

Diversas cidades situadas às margens da Belém-Brasília conheceram expressivo crescimento econômico e demográfico a partir de 1960 em razão da construção desta rodovia.

Como exemplos destacaram-se as cidades de Araguaina localizada no mesorregião ocidental do estado do Tocantins, Imperatriz que está situada no Sudoeste do Maranhão e Marabá que se localiza no Sudeste paraense. Tratam-se de alguns dos principais núcleos urbanos da Amazônia oriental. Estas cidades foram beneficiadas pela instalação da Belém-Brasília em função das externalidades que passaram a acolher no referido período.

No caso da cidade de Imperatriz, as diversas frentes de trabalho associadas à construção da própria rodovia e os ciclos econômicos desenvolvidos entre as décadas de 1960-1980, são entendidos como elementos essenciais à uma leitura do dinamismo assumido por este núcleo urbano a partir de então. A rodovia Belém-Brasília exerceu nesse contexto papel primordial, uma vez que incitou a mobilidade do trabalho e de fluxos migratórios à esta cidade e região. A este respeito são úteis as contribuições de Jan Bitoun (1980)

Une intégration progressive par une amélioration des axes conditions existants aurait mis en contact la vallée du Tocantins avec le marché de consommation du Maranhão, de faible importance. Or, par le jeu de la politique nationale, ce qui était la Sibéria d'un des états les plus pauvres du Brésil se trouve, grâce à la Belém-Brasília, brusquement relié aux puls grands centres économiques du pays. Par le jeu de la politique nationale encore, qui à partir de 1970, entame une véritable opérations de promotion de l' Amazonie auprès des migrants, la région du Tocantins, qui est le portail de la Transamazonienne, voit s'accélérer les flux migratoires devenant un pôle d'attraction majeur pour les populations pauvres du Nordeste. La rupture de l'isolemente transforme donc la nature de la région. Jusqu'alors on ne pouvait qu'y survive, brusquement on y vient pour s'enrichir. (BITOUN, 1980, p. 62).

As ideias de Jan Bitou (1980) reforçam a importância e os significados conferidos à rodovia Belém-Brasília no processo de apropriação das terras e na urbanização notada no território amazônico e maranhense. Esta rodovia representa o caminho moderno que articulou o norte às demais regiões do país. Trata-se do principal eixo de articulação que integrou a porção setentrional brasileira aos demais espaços produtivos da nação e, possibilitou ao mesmo tempo, o avanço do processo de ocupação e povoamento da hielia brasileira.

Vale lembrar que nem todos os núcleos urbanos se beneficiaram desta presença da rodovia Belém-Brasília. Relacionada à sua presença é útil destacar os outros condicionantes, sobretudo, os de natureza política que são entendidos como responsáveis por promover a dinamização de alguns núcleos urbanos localizados no contato próximo à esta rodovia.

Desse modo, a implantação da rodovia Belém-Brasília deve ser pensada de modo articulada às demais estratégias enfatizadas neste estudo. Trata-se de reconhecer nesta análise os nexos estabelecidos entre estas distintas estratégias e a dimensão política que movimenta a dinâmica do espaço regional amazônico. A este respeito Arrais (2007) comenta

Não é tarefa muito difícil encontrar uma justificativa para afirmar um conceito político de região. Primeiro, porque a própria origem do termo guarda muita relação com a política, implicando em um processo de repartição e administração do território, uma espécie de instrumento de ordenação territorial. Segundo, por que diversos autores já fizeram esta correlação. [...] Visualizamos pelo menos duas fortes razões no estudo regional para que o adjetivo político esteja muito presente. A primeira refere-se à gestão do território e à política governamental. A segunda razão é o regionalismo que aparece na literatura vinculado à questão política, tanto interna quanto externa à região. (ARRAIS, 2007, p. 74).

A concepção de região erigida a partir de 1950 na Amazônia brasileira guarda estreitos vínculos com o exercício da política. Trata-se de uma concepção edificada pelos laços que são construídos com a política de Estado em face da atuação governamental. A ideologia da integração nacional e as ações promovidas pelo Estado na região amazônica nos governos do ciclo militar retratam com clareza estas ligações. As ações políticas orientaram o planejamento regional. Assim sendo, a dimensão política é entendida como força motivadora aos processos de ordenamento do território. Como lembra Becker (1995)

O valor estratégico do espaço não se resume somente aos recursos e à sua posição geográfica. Ele se torna uma condição da reprodução generalizada e, como tal, é um espaço de poder. A partir de então, o Estado se torna necessário para assegurar as condições de reprodução das relações de dominação que se estabelecem neste espaço. [...] O Estado transforma as suas próprias condições históricas anteriores engendrando novas relações e produzindo o seu próprio espaço, complexo, regulador e ordenador do território nacional. Associa-se a este elemento a nova tecnologia espacial do poder estatal. O espaço produzido e gerido pelo Estado é um espaço racional no sentido de que é um espaço de redes, circuitos e fluxos diversos. É também um espaço político com características próprias e metas específicas. (BECKER, 2005b, p. 71-86).

A região é entendida nesse cenário exposto por Becker (2005b) como expressão efetiva das distintas formas de atuação do Estado no espaço. Na Amazônia, estas ações foram guiadas pelos governos militares através do planejamento regional difundido entre 1950-1980.

Arrais (1984, p. 74), nesse sentido, enfatiza que “a região passa a ser uma inquietação da política de governo, pelo menos em dois sentidos: no centralismo administrativo expresso nas primeiras regionalizações do país e no planejamento regional, utilizando-a como escala de intervenção a partir de 1950”. Para Becker (1984, p. 11) esta “política regional é entendida como um poderoso instrumento do Estado para integração dos territórios nacionais e para a formação da corporação transnacional e para a mundialização”.

Foi diante destas preocupações que o Estado passou a conduzir as suas ações e desenvolveu diversas estratégias, a fim de promover a ocupação efetiva da hieléia. Os diversos projetos e programas governamentais instituídos desde 1950 registraram com propriedade as distintas formas de apropriação do espaço pelo Estado. Além de atuar diretamente no processo de produção do espaço regional, o Estado também agiu como ente avalista no processo de reprodução ampliada de capitais materializado na Amazônia brasileira. Suas ações se firmaram mediante os vínculos estabelecidos com o capital nacional e mundial, cuja finalidade maior pautou-se na apropriação desmedida dos recursos existentes na região.

Ainda a respeito dos efeitos socioespaciais e as implicações acarretadas em Imperatriz e na região Sulmaranhense em razão da construção da Belém-Brasília, a estudiosa Benedita Ferreira em sua tese de doutorado (1995) destaca

A construção da rodovia Belém-Brasília trouxe notáveis repercussões na região do vale do Tocantins, tanto na transformação de grandes espaços vazios em áreas povoadas, como na integração entre grandes áreas das regiões norte e centro-oeste. Esta estrada se transformou em importante artéria do país, coletora e indutora de significativos fluxos de produção e de populações. [...] No Estado do Maranhão a Belém-Brasília atravessa no sentido sul/norte quase toda a região de Imperatriz, acompanhando na maior parte de seu percurso no vale do rio Tocantins. Ao penetrar o território maranhense, a Belém-Brasília atinge o município de Estreito, daí segue a direção norte, tangenciando as cidades de Porto Franco, Montes Altos, Imperatriz e Açailândia, de onde segue para Belém, capital do Pará. (FERREIRA, 1995, p. 91).

A construção da rodovia Belém-Brasília constituiu um caminho singular para o crescimento demográfico e econômico de Imperatriz e de outras cidades deste estado. Imperatriz viu a sua estrutura interna e as suas relações com o mundo exterior se modificarem abruptamente em razão da presença desta rodovia. Segundo Becker (1982)

A Belém-Brasília foi a primeira artéria estabelecida para ligar a Amazônia ao centro do sistema espacial nacional. Sua construção, em 1960 vinculando-se ao mecanismo de acumulação primitiva permitiu a expansão agropastoril extensiva, atraiu de imediato a frente pioneira baseada na produção de arroz, milho e gado. As cidades que mais cresceram são as que possuem laços mais diretos com São Paulo, graças a sua função redistributiva. [...] Imperatriz, uma pequena vila **explodiu** graças a sua posição. Distante de Belém e Brasília, localiza-se no contato entre a área deprimida do Nordeste e a fronteira de recursos amazônicos. Distribui mão-de-obra nordestina e mercadorias de São Paulo, e coleta arroz, milho, babaçu e madeira exportados para Anápolis e São Paulo, em brutos ou beneficiados. (BECKER, 1982, p. 112-115).

A rodovia Belém-Brasília exerceu papel preponderante em relação à atração dos fluxos migratórios para a cidade de Imperatriz e para toda a porção meridional do estado do Maranhão. Esses fluxos, que antes eram conduzidos através do rio Tocantins, tiveram como principais protagonistas os nordestinos. Com a construção desta rodovia no final da década de 1950, percebe-se também a presença de outros segmentos de migrantes. Trata-se de um lado da expressiva participação de lavradores oriundos do nordeste. Do outro, registra-se a presença de empresários vinculados ao campo oriundos do centro-sul do país.

Associada à esta importância atribuída aos caminhos modernos inaugurados em face da construção da Belém-Brasília no final da década de 1950, é necessário reafirmar os papéis conferidos à dimensão política nesse cenário recente de ocupação e povoamento da região Sulmaranhense. A este respeito, Orlando Valverde (1972) destaca

A rodovia Belém-Brasília, construída de 1958 a 1960, foi o resultado do plano de ligação da nova capital a todas as regiões brasileiras. Ela foi, assim, o primeiro vínculo entre o grande vale e o Brasil extra-amazônico, em estímulo moderno, com importante significado econômico. Sua abertura teve que vencer ódios políticos e oposições doutrinárias. Ao longo da Belém-Brasília, uma cidade como Imperatriz, velha e estagnada que se compunha de três principais ruelas logo se modificou. Em pouco mais de 10 anos viu a sua população quintuplicar e o seu comércio floresceu extraordinariamente. (VALVERDE, 1972, p. 185-186).



Foto 8: Imperatriz/MA - Vista parcial da área central da cidade, 1963

Fonte: Acervo Albé Ambrógio, 1963



Foto 9: Imperatriz/MA - Vista parcial da rodovia Belém Brasília, 2005

Fonte: Sousa (2005).

A construção da rodovia Belém-Brasília no final da década de 1950 trouxe notável crescimento demográfico e econômico para muitos núcleos urbanos situados no seu contato direto. No entanto, é necessário reafirmar que nem todas as cidades se beneficiaram proporcionalmente da sua presença. Os condicionantes políticos associados à sua construção responderam em certa medida pelo dinamismo socioeconômico e demográfico materializado em alguns dos núcleos urbanos que estão sob a sua influência. A tabela indicada a seguir expõe os ritmos desiguais do crescimento demográfico registrado em alguns dos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense entre as décadas de 1960-1980.

Tabela 8: Região Sulmaranhense - crescimento demográfico dos principais núcleos urbanos (1960-1980)

MUNICÍPIOS	População Total (1960-1980)			População urbana (1960-1980)			População rural (1960-1980)		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Balsas	16.645	16.280	23.780	4.572	5.959	13.566	12.073	10.321	10.214
Carolina	27.169	28.815	34.953	9.792	10.869	15.070	17377	17.946	19.883
Grajau	26.330	33.130	57.940	3.340	3.987	11.062	22.990	29.143	46.878
Imperatriz	36.169	80.722	220.469	8.987	34.709	111.818	30.182	46.013	108.651
Riachão	22.064	17.831	24.223	2.144	2.352	4.108	19.950	15.479	20.115

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1960; 1970; 1980).

Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

A década de 1960 é entendida como um marco central no conjunto das mudanças demográficas e socioeconômicas registradas na região Sulmaranhense. A construção da Belém-Brasília produziu efeitos diversos na estrutura de alguns núcleos urbanos da região²⁷.

No conjunto destas mudanças cumpre ressaltar o elevado crescimento demográfico e econômico registrados em alguns municípios desta região, particularmente, na cidade de Imperatriz que assumiu a partir de então o comando sócioeconômico e demográfico regional. Ao considerar os dados apresentados na tabela 8, que se referem ao crescimento da população total dos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense, pode-se inferir que o município de Imperatriz se destacou no conjunto dos demais municípios da região Sulmaranhense por apresentar respectivamente em termos de crescimento da população total 36.169 habitantes (1960), 80.722 habitantes (1970) e 220.469 habitantes na década de (1980).

De acordo com os dados apresentados na tabela abaixo infere-se que o município de Imperatriz se destacou em relação aos demais quando se consideram os índices de crescimento da sua população urbana. O crescimento urbano registrado entre as décadas de 1960-1970 e de 1970-1980 foi respectivamente da ordem de 286,21% e 222,16%. Ao considerar o intervalo das duas décadas, ou seja, no intervalo correspondente às décadas de 1960 a 1980 este crescimento foi ainda mais surpreendente, alcançando 1.144,22%.

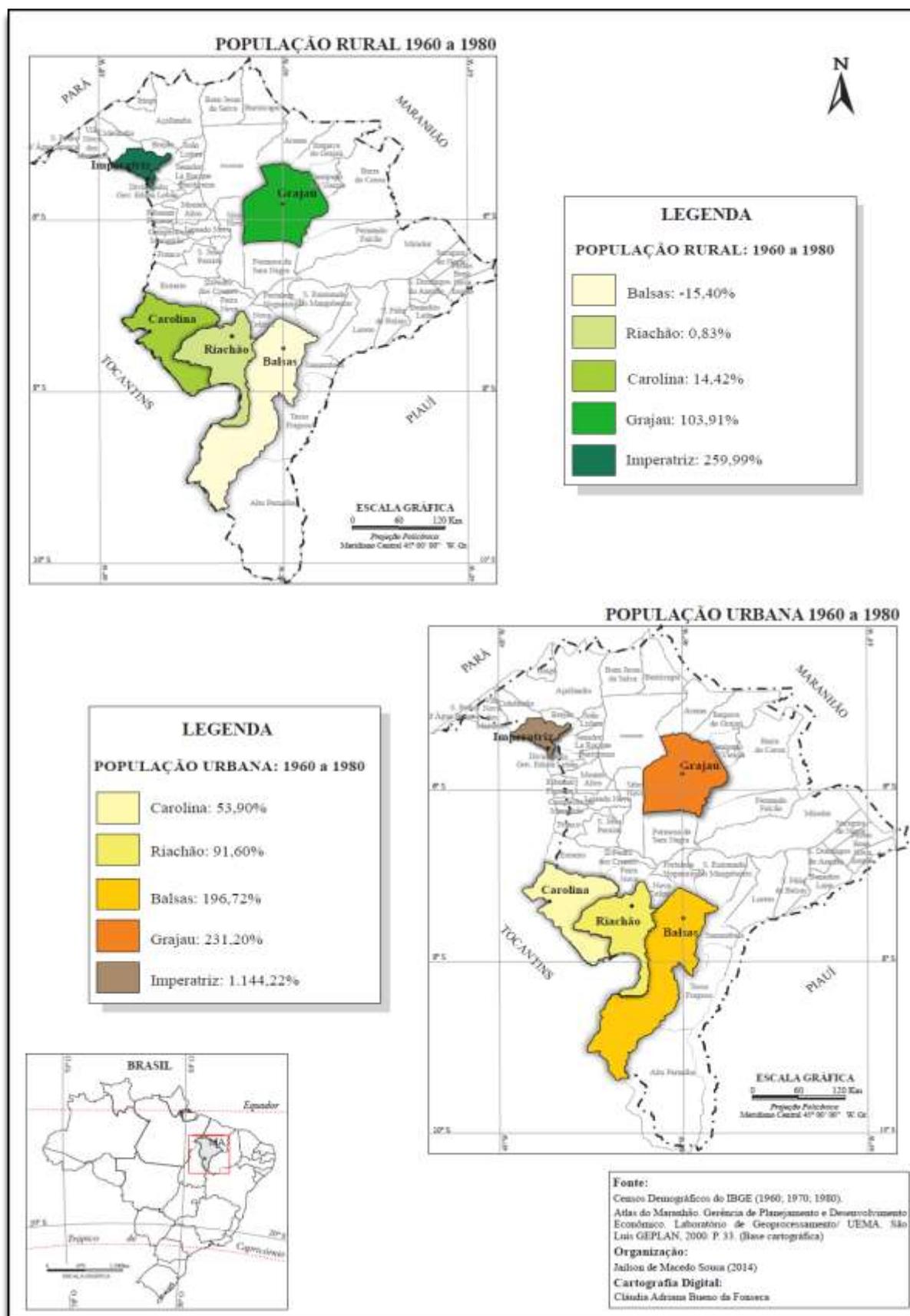
Tabela 9: Região Sulmaranhense - crescimento urbano e rural dos principais núcleos urbanos (1960-1980) – (%)

NÚCLEOS URBANOS	População Urbana			População Rural		
	1960 a 1970	1970 a 1980	1960 a 1980	1960 a 1970	1970 a 1980	1960 a 1980
Balsas	30,34%	127,66%	196,72%	-14,51%	-1,04%	-15,40%
Carolina	11,00%	38,65%	53,90%	3,27%	10,79%	14,42%
Grajau	19,37%	177,45%	231,20%	26,76%	60,86%	103,91%
Imperatriz	286,21%	222,16%	1144,22%	52,45%	136,13%	259,99%
Riachão	9,70%	74,66%	91,60%	-22,41%	29,95%	0,83%

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1960; 1970; 1980).
Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

²⁷ Verificar mapa 12, página 175.

Mapa 12: Região Sulmaranhense – Evolução das populações rural e urbana dos principais municípios (1960-1980)



Este dinamismo notado em face do crescimento da população urbana de Imperatriz, foi acompanhado da participação dos municípios de Balsas e Grajaú que registraram entre as décadas de 1960-1970 taxas de crescimento de 30,35% e 19,37%.

Entre as décadas de 1970-1980 o crescimento urbano registrado nos dois municípios foi ainda superior, apresentando respectivamente taxas de participação de (127,06%) Balsas e (177,45%) Grajaú. No intervalo de duas décadas, ou seja, de 1960-1980 o crescimento urbano verificado nas duas cidades foi da ordem de Balsas (196,72%) e Grajaú (231,20%). O célere crescimento urbano notado nestes municípios confirmam a tese mencionada neste estudo acerca da heterogeneidade que move a urbanização amazônica e que apresenta reflexos imediatos na região Sulmaranhense.

Os diferentes ritmos de crescimento da população urbana destes municípios se relacionam, sobretudo, ao dinamismo econômico e social que eles conheceram a partir de então. No caso dos municípios de Balsas, Carolina, Grajaú e Riachão as bases de suas economias estiveram voltadas ao cultivo de produtos ligados à agricultura tradicional, em particular, a produção de arroz, milho, mandioca e feijão e à pecuária extensiva.

No entanto, é possível afirmar algumas mudanças que se notabilizaram no município de Balsas a partir da década de 1970 em face da introdução ainda em pequena escala da agricultura modernizada em razão da chegada de sulistas. A organização das atividades econômicas difundidas a partir de então em Balsas e no sul do Maranhão se pautou, principalmente, na produção de soja. Nessa direção, Luciene Mota (2013) enfatiza

A monocultura da soja, a exemplo do que ocorreu no Sul do país, legitimou a concentração fundiária no Sul do Maranhão, do qual o município de Balsas faz parte. Essa reorientação econômica do país, abrange todas as áreas de cerrados, incluindo nesse caso, o Sul do Maranhão que despontou desde meados da década de 1970 como uma nova fronteira agrícola em expansão no país. Muitos fatores como terras baratas, incentivos fiscais proporcionados pelas autoridades locais e regionais e as condições naturais foram elementos essenciais à atração das migrações inter-regionais direcionadas para esta porção do território maranhense, ou seja, para a região de Balsas. (MOTA, 2013, p. 192).

Ainda em relação aos dados expostos na tabela 8, pode-se deduzir que no conjunto dos principais municípios da região Sulmaranhense, Balsas e Imperatriz são entendidos como os que se destacaram com relação ao crescimento da população rural.

Em termos relativos o crescimento deste segmento foi respectivamente de 26,76% (Balsas) e 52,45% (Imperatriz) entre 1960 a 1970. Entre as décadas de 1970 a 1980 o crescimento da população rural nestes municípios foi da ordem de 60,86% e 136,13%. Ao considerar este dinamismo assumido pela população rural entre 1960 a 1980, observou-se que a participação de Balsas foi da ordem de 103,91%. Já a participação do crescimento da população rural de Imperatriz foi superior, apresentando neste período 259,99%.

Dito isto, entende-se que os incrementos demográficos associados à participação das populações rurais, apesar de apresentarem números inferiores à participação do segmento da população urbana, também são importantes e confirmam uma das especificidades do processo de urbanização em curso na Amazônia que diz respeito à íntima relação da cidade ao campo. Diante do exposto é inegável reconhecer os papéis exercidos pela rodovia Belém-Brasília neste cenário atual de ocupação da região Sulmaranhense. Esta rodovia contribuiu sobremaneira para o incremento demográfico tanto das populações situadas nas sedes municipais, como também para o acréscimo das populações situadas em alguns dos municípios, entre os quais destacamos este crescimento em relação às cidades mencionadas.

Milson Coutinho (1994, p. 27) a respeito desta influência e importância da rodovia Belém-Brasília, enfatiza, “Se não fosse a estrada – Belém-Brasília, Imperatriz ainda seria uma vilazinha acanhada de poucos anos passados, à falta de medidas governamentais que deslanchassem a vila para a explosão de progresso que, hoje, com justiça, experimenta”.

Os efeitos gerados pela construção da Belém-Brasília se deram logo no início da década de 1960. Porém, relacionado a este fato cumpre considerar ainda a adoção de políticas de desenvolvimento regional que foram difundidas de modo seletivo no espaço maranhense.

Não restam dúvidas desta importância assumida pela rodovia Belém-Brasília para o crescimento econômico, demográfico e cultural de Imperatriz e da região Sulmaranhense. No entanto, a ela é válido associar diversos outros elementos como é o caso das políticas de desenvolvimento regional que impulsionaram o crescimento de algumas cidades desta região.

A cidade de Imperatriz, na década posterior à construção da Belém-Brasília, logo se ergueu como o mais imponente núcleo urbano do interior do estado do Maranhão, perdendo em termos populacionais e em prestígio econômico apenas para a capital, São Luís. No entanto, é importante lembrar que este fato não deve ser abordado de forma isolada, é preciso relacionar a esta pujança promovida pela Belém-Brasília à centralidade econômica e política que este núcleo urbano passou a exercer a partir da década de 1960.

Associado a este dinamismo gerado pela presença rodovia da Belém-Brasília que atraiu migrantes de distintas áreas do país é necessário destacar a difusão do ciclo agrícola do arroz que teve expressiva participação enquanto principal produto da economia de Imperatriz e região entre as décadas de 1950 a 1960. Vale destacar ainda a intensa participação do ciclo madeireiro que teve expressiva participação entre as décadas de 1960 a 1970.

Ainda nesse cenário teve destaque a importante produção de ouro nos garimpos do sul do estado do Pará. Imperatriz por dispor da melhor infra-estrutura terciária da região, cumpriu papel essencial uma vez que supriu às demandas das populações residentes nas cidades influenciadas pela mineração paraense. Estas atividades econômicas conjugadas às estratégias políticas desenvolvidas em Imperatriz e região pelas esferas governamentais, são entendidas como vitais à consolidação desta cidade como o principal núcleo urbano da região.

Após reconhecer esta importância da rodovia Belém-Brasília para a consolidação da ocupação e povoamento da região Sulmaranhense, interessa ressaltar alguns aspectos do atual processo de urbanização materializado nesta cidade e região. Esta análise far-se-á considerando os reflexos da urbanização amazônica no interior da região Sulmaranhense.

3.2 Os reflexos da urbanização amazônica na região Sulmaranhense

A década de 1960 sinaliza para importantes mudanças no cenário urbano-regional amazônico que implicaram em efeitos imediatos na região Sulmaranhense, resultando desse modo, numa reestruturação dos seus núcleos urbanos e do espaço regional.

Mencionou-se antes acerca da influência das estratégias recentes de ocupação e povoamento difundidas na Amazônia brasileira, a saber: a colonização de terras, a indução de fluxos migratórios e a formação de um mercado de trabalho que geraram processos contínuos de reestruturação desta região. Estas estratégias são entendidas como instrumentos essenciais à uma leitura coerente da atual configuração do espaço regional Sulmaranhense.

Relacionados a estes artifícios cabe destacar ainda os reflexos da urbanização presente na Amazônia brasileira que é entendida desde a década de 1970, como a principal estratégia de ocupação e povoamento deste espaço. Por ser parte integrante da Amazônia oriental, a região oeste do Maranhão onde se inserem as regiões sudoeste e sul deste estado conheceram de perto os efeitos dinâmicos da urbanização desenvolvida na Amazônia.

Sobre as particularidades que tem mobilizado a urbanização amazônica Bertha Becker (1990, p. 52) salienta “a urbanização é uma estratégia básica do Estado para promover a ocupação regional. Sustenta a mobilidade permitindo atrair migrantes sem dar acesso à terra e inicia a articulação de antigos e novos núcleos urbanos entre si e com o mundo exterior”.

A urbanização constitui o pano de fundo no conjunto das estratégias de ocupação e povoamento presentes na região amazônica. A partir de década 1960 este processo avançou, expressando a intensa participação da população urbana no cenário regional amazônico.

Os núcleos urbanos foram as pontas de lança para a rápida ocupação do território. [...] Logo ficou patente o papel das cidades na real meta do planejamento regional, qual fora finalmente promover a ocupação e o povoamento definitivos e também o de explorar as riquezas existentes na região. As cidades constituíram o lugar de mobilização e residência da mão-de-obra induzida a imigrar de todos os rincões do país. [...] Constituíram o nó de articulação das redes implantadas para promover a conectividade desta região com o país, concentraram os serviços básicos necessários à mobilização de recursos e ao uso da população. (BECKER, 2013, p. 11-12).

Acerca dos significados do processo de urbanização delineado a partir da década de sessenta, ou seja, nesse período atual na Amazônia a geógrafa Bertha Becker (1990) expõe

A importância da urbanização como instrumento de ocupação se relaciona assim a três papéis fundamentais exercidos pelos núcleos urbanos: a atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho regional e o controle social, o que atribui à urbanização um novo significado. A urbanização não é simplesmente o aumento do número e tamanho das cidades. Ela se manifesta em duas dimensões: (a) a do espaço social, referente a um modo de integração econômica, capaz de mobilizar e extrair quantidades significativas de excedentes e de uma integração ideológica e cultural, capaz de difundir os valores e comportamentos da vida moderna. (b) a segunda dimensão é a do espaço territorial, correspondendo ao crescimento, multiplicação e arranjo dos núcleos urbanos. (BECKER, 1990, p. 52).

Estas duas dimensões devem ser pensadas de modo articulado uma vez que juntas contribuíram para promover a rápida ocupação e o povoamento regional, traduzindo num avanço crescente e célere do processo de urbanização desta região. Em pouco mais de três décadas os ritmos de crescimento urbano na Amazônia foram surpreendentes, registrando inclusive um aumento superior às médias nacionais. Nessa direção Becker (2003) comenta

A urbanização gerou uma incrível mudança na estrutura do povoamento regional. No que se refere ao povoamento, o traço marcante na região é sem dúvidas a urbanização. [...] Tenho denominado a Amazônia de uma **floresta urbanizada**, por várias características e indicações. [...] Primeiro o que chama atenção na urbanização é o ritmo galopante do crescimento da população urbana a partir da década de 1960. Em 1970, a população urbana representava 35,5% da população total. Em 1980, 44,6%; em 1990, 61%; e em 2000, só na região norte, a população urbana correspondia a 69,07%. [...] A urbanização é complexa e heterogênea e inclui o aparecimento de novas cidades e o crescimento das antigas e a influência dos valores urbanos na população rural. (BECKER, 2003, p. 653-654).

O crescimento urbano notado na região amazônica, a exemplo daquele difundido no território brasileiro não ocorreu de forma homogênea. Entre as décadas de 1960-1980 este crescimento foi mais intenso nas áreas metropolitanas de Belém e Manaus. No entanto, a partir da década de 1980 esta dinâmica se alterou, sendo mais expressiva nas cidades pequenas e médias. Os diferentes ritmos do crescimento urbano revelam distintos padrões e modelos de urbanização. Desse modo, é útil considerar nesta análise as particularidades assumidas pelos diferentes núcleos urbanos presentes nesta região a partir desse período.

A respeito das particularidades que têm movido o processo de urbanização amazônico a partir da década de 1960, Becker (2005) salienta

Até a década de 1960, portanto, configurava-se um quadro de crescimento do tipo cidade primaz – isto é, a configuração da população e das atividades econômicas nas grandes capitais da região era muitas vezes maior do que a dos núcleos seguintes -, comandando uma dendrítica de núcleos, em fora de árvore, seguindo a geometria da rede fluvial. É a partir de 1960 que se inicia o processo de urbanização regional, a princípio com a construção da rodovia Belém-Brasília e, a seguir, com a política territorial do Estado, a política de integração nacional, que intensificou os fluxos de mercadorias (bens e serviços), energia (trabalho, imigração e dinheiro) e informação (inovações e comunicações) e envolveu uma política urbana e imigratória. (BECKER, 2005, p. 495).

Estas mudanças manifestadas na estrutura urbana e no povoamento regional amazônico se relacionam, sobretudo, à presença de investimentos econômicos que foram disseminados de forma pulverizada nesta região. Trata-se da implantação de grandes empreendimentos econômicos que estão ligados à agricultura moderna e ao aproveitamento de recursos energéticos e minerais. Parcelas significativas destes investimentos tiveram como alvos iniciais entre as décadas de 1960-1980 as regiões metropolitanas de Belém e Manaus.

No entanto, a partir da década de 1980, assiste-se cada vez mais uma reorientação destas atividades econômicas para o interior do território amazônico, especialmente, para as cidades médias. Alguns núcleos urbanos passaram a acolher, de modo seletivo, investimentos diversos relacionados ao aproveitamento dos recursos naturais existentes nesta região. Com isto, são observadas mudanças significativas na reestruturação destas cidades, implicando também numa reestruturação do espaço regional. A este respeito, Becker (2003) comenta

Uma das características mais importantes da urbanização amazônica é a mudança na estrutura urbana e no povoamento, inclusive com a desconcentração dessa urbanização. A partir da década de 1970, apesar do crescimento das cidades ter sido muito forte nas grandes aglomerações urbanas, a sua participação relativa se reduziu, devido ao aumento da participação relativa também nas cidades médias e pequenas. [...] Entre 1970 e 1980, foram principalmente a imigração e a mobilidade do trabalho os fatores fundamentais do crescimento urbano. [...] Uma quarta característica da urbanização, que é talvez uma das especificidades maiores da urbanização na Amazônia é a íntima relação cidade-campo. [...] Outra especificidade da urbanização na região é a grande variedade de situações quanto ao crescimento, tamanho e à estrutura das cidades. (BECKER, 2003, p. 655).

As cidades médias e pequenas são entendidas nesse contexto como alvos centrais que passaram a acolher e desenvolver atividades econômicas pautadas na exploração de recursos minerais, na produção agrícola moderna, na pecuária intensiva e no aproveitamento dos recursos energéticos. Esta nova racionalidade imposta à região tem sido conduzida pelo capital monopolista nacional e mundial que encontrou estreitos vínculos com a nova geografia edificada nesta região. Nessa direção Bertha Becker (2009) pondera

A Amazônia adquiriu uma nova escala como região efetiva do país. Nesse processo de conflitos e mudanças, foram elaboradas geopolíticas de distintos grupos sociais e, fato novo na região, resistências à sua livre apropriação por forças externas, tanto em nível da construção material quanto da organização social. O conhecimento dessa nova geografia torna-se fator essencial à definição de políticas de desenvolvimento adequadas às diferentes realidades regionais. (BECKER, 2009, p. 31).

Interessa nesse cenário indicado investigar esta nova configuração que é marcada pela presença do urbano e pela intensa vitalidade do processo de urbanização. A urbanização difundida na Amazônia brasileira apresenta como traço singular o fato de ser heterogênea. Estas diferenças se explicam em razão de distintos padrões, diferentes ritmos do crescimento urbano e das atividades econômicas que se distribuem de forma diversa nesta região.

Um exemplo concreto desta heterogeneidade que move a urbanização amazônica, pode ser notado através de algumas das principais cidades médias que estão localizadas na sua porção oriental, ou seja, através dos diferentes ritmos de crescimento urbano verificados nas cidades de Araguaína situada na mesorregião ocidental do estado do Tocantins, Imperatriz que está localizada no sudoeste do Maranhão e Marabá que se localiza no sudeste do Pará.

Estes núcleos urbanos conheceram desde o início da década de 1960 notáveis transformações sociais, econômicas, demográficas e culturais em suas estruturas internas e em suas relações com o mundo exterior em face das externalidades adquiridas, ou seja, em razão do desenvolvimento de diferentes atividades econômicas e das intervenções políticas que para elas foram dirigidas neste período. Vale lembrar que esta dinâmica assumiu características distintas em todo o território amazônico. Conforme observou Becker (2013)

Múltiplas formas de urbanização emergiram na Amazônia, desde o crescimento explosivo de antigas cidades localizadas à beira das estradas até a geração de novas e de inúmeros povoados instáveis. [...] Eram processos de urbanização espontâneos e, nos anos 1970 dirigidos por meio do urbanismo rural, que criaram ou fortaleceram os projetos de colonização ao longo dos eixos de circulação. Como resultado, a Amazônia foi a região que registrou as maiores taxas de crescimento urbano do país que aumentou de 35% em 1970, alcançando 72% em 2007. Esses núcleos urbanos constituíram a base logística de expansão da fronteira. Por esse intenso processo, a região foi denominada de **floresta urbanizada**. (BECKER, 2013, p. 33).

Resultou desse processo a produção de estruturas urbanas heterogêneas que atestam distintos padrões/modelos de urbanização. Esta heterogeneidade é explicada em face de diferentes ritmos do crescimento dos seus núcleos urbanos e também se vincula à natureza complexa da dinâmica social e econômica que elas passaram a desenvolver desde 1960.



Foto 10: Araguaína/TO – Vista aérea da cidade
Disponível em www.atn.to.gov.br. Acesso: 25/04/2014



Foto 11: Marabá/PA - Vista aérea da cidade
Autor: Fernando Cunha, 2008.



Foto 12: Imperatriz/MA - Vista aérea da cidade
Fonte: Disponível: www.terramaranhao.blogspot.com.br. Acesso: 25/04/2014

Entende-se que o processo de urbanização materializado desde a década de 1960 nas cidades de Araguaína, Imperatriz e Marabá foi motivado inicialmente pela construção da rodovia Belém-Brasília que conectou estas cidades aos demais espaços produtivos do país. No entanto, é importante associar este aspecto às macro-políticas que foram direcionadas dirigidas à região amazônica neste período. Nesse sentido Vasconcelos Filho (2013) enfatiza

No que diz respeito ao processo de urbanização, mesmo que ele seja entendido como incompleto, o momento mais significativo do crescimento urbano destas cidades ocorreu com a instalação da BR-153 - a rodovia Belém-Brasília. Araguaína é um importante pólo econômico, onde se destacam os serviços de saúde, educação e finanças, que atendem grande parte dos municípios limítrofes, bem como algumas cidades do sudeste do Pará e do sul do Maranhão. Araguaína concorre, por exemplo, com Marabá que é um importante pólo siderúrgico do estado do Pará e com a cidade de Imperatriz, localizada no Maranhão que se destaca como importante centro atacadista e varejista de ampla região. (VASCONCELOS FILHO, 2013, p. 125).

Mesmo reconhecendo os nexos que unem estas cidades, este é o caso da rodovia Belém-Brasília, é necessário entender as diferenças que as mobilizam. A heterogeneidade materializada nestes núcleos urbanos se associa a vários fatores, principalmente, aos distintos ritmos de crescimento das populações (urbano/rural) e ao desenvolvimento de diferentes atividades econômicas nelas presentes. As tabelas que seguem confirmam esta assertiva.

Tabela 10: Amazônia Oriental - Heterogeneidade dos núcleos urbanos: ano de instalação e crescimento da população de Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA (1970-2010)

NÚCLEOS URBANOS	Instalação	População total (1970-2010)					Taxa de crescimento da população total (1970-2010) - %			
		1970	1980	1991	2000	2010	1970/80	1980/91	1991/00	2000/10
Araguaína	1989	37.780	72.063	89.750	113.143	150.484	90,74%	24,54%	26,06%	33,00%
Imperatriz	1856	80.722	220.469	225.005	230.566	247.505	173,12%	2,06%	2,47%	7,35%
Marabá	1913	24.474	47.499	123.668	168.020	233.669	94,08%	160,36%	35,86%	39,07%

Fonte: Censos demográficos do IBGE: 1970; 1980; 1991; 2000.

Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

No cenário apresentado por meio da tabela 10, destacaram-se as taxas de crescimento da população total dos municípios de Imperatriz e Marabá. Imperatriz obteve entre às décadas de 1970/80 crescimento de 173,12%. A cidade de Marabá registrou entre as décadas de 1980 a 1991, taxas de crescimento de sua população total de 160,36%.

O elevado crescimento demográfico registrado nestes períodos está associado principalmente à difusão de distintas atividades econômicas nestes municípios.

No caso de Imperatriz, o desenvolvimento da indústria madeireira na década de 1970 é apontado como um dos principais elementos responsáveis por este dinamismo. Associado a este fato estão ainda as frentes de trabalhos agrícolas materializados nesta região neste período. A cidade de Marabá, por seu turno, registrou entre as décadas de 1980 a 1991 expressiva participação da indústria siderúrgica que integrou as políticas de desenvolvimento regional difundidas nesta região a partir de então. Atrelada ao desenvolvimento desta atividade econômica é importante mencionar a pujança conferida ao extrativismo vegetal fundado na extração madeireira que passou a alimentar as indústrias siderúrgicas instaladas em Marabá, resultando num acelerado crescimento demográfico de sua população.

Ainda em conformidade com os dados apresentados na tabela 10 foi possível notar que a partir da década de 1980 o município de Imperatriz passou a registrar um declínio considerável no seu comportamento demográfico. Este fato se associa aos processos de fragmentação territorial ocorrido a partir de então. Os dados expostos na tabela 11 confirmam este declínio do crescimento demográfico registrado em Imperatriz.

Tabela 11: Municípios emancipados do território de Imperatriz (1981 a 1997): ano de instalação, área total, população total, população urbana e rural, 2010

Municípios Emancipados	Ano de Instalação	Área Km ²	População Total (2010)	População Urbana (2010)	População Rural (2010)
Açailândia	1981	5.838,8	104.047	78.237	25.810
Cidelândia	1997	1.464,42	13.681	6.036	7.645
Davinópolis	1997	338,61	12.579	10.487	2.092
Governador Edison Lobão	1997	617,31	15.895	6.657	8.938
São Francisco do Brejão	1997	749,82	10.261	4.836	5.425
São Pedro da Água Branca	1997	723,81	12.028	10.712	1.316
Vila Nova dos Martírios	1997	1194,93	11.258	6.188	5.070

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.
Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

De acordo com os números expostos na tabela 11 pode-se deduzir que entre as décadas de 1980 a 1990, o município de Imperatriz perdeu em termos de área territorial o equivalente a 10.926,98km². Esta área corresponde aos (07) sete municípios emancipados a partir de Imperatriz, ou seja, Açailândia (1981), Cidelândia (1997), Davinópolis (1997), Governador Edison Lobão (1997), São Francisco do Brejão (1997), São Pedro da Água Branca (1997) e Vila Nova dos Martírios (1997). Em termos populacionais entende-se que estes municípios em sua totalidade apresentaram população conjunta de 179.749 habitantes.

Quando somados estes 179.749 aos 247.505 habitantes da população total materializada em Imperatriz, logo se percebe a pujança demográfica ou populacional desta região. Os processos de fragmentação territorial traduzem um aspecto peculiar que se processa no interior da dinâmica territorial brasileira. Esta não é uma condição exclusiva à porção sudoeste do Maranhão. No entanto, é válido reconhecer o vigor e intensidade de manifestação deste processo nesta porção do território maranhense. Trata-se de uma das áreas do estado do Maranhão em que este processo se manifestou com maior intensidade.

Outro aspecto que merece atenção em relação à fragmentação territorial ocorrida nesta região diz respeito às relações de dependência socioeconômica exercida entre os núcleos urbanos. Os processos de fragmentação territorial se intensificaram no país a partir de 1980 e grande parte dos municípios emancipados já nasceram fragilizados econômica e socialmente.

Este fato fica evidenciado a partir da observação da fragmentação territorial ocorrida no sudoeste do Maranhão. Dos sete municípios emancipados, nenhum apresenta população total superior a 20.000 habitantes e apresentam suas bases econômicas frágeis e dependentes principalmente dos principais serviços e equipamentos urbanos que são oferecidos nos núcleos urbanos de porte populacional e econômico superiores, a saber: Açailândia e Imperatriz. Este fato coloca em relevo a necessidade de se refletir sobre o papel das políticas públicas nos processos de ordenamento territorial envolvendo estas cidades.

Ainda relacionada à heterogeneidade que têm caracterizado o processo de urbanização na Amazônia oriental desencadeado a partir de 1970, as quais a porção oeste do Maranhão é uma fração integrante, apresenta-se na tabela 12 alguns elementos que evidenciam o dinamismo do crescimento das populações residentes nas áreas urbanas dos municípios de Araguaína, Imperatriz e Marabá entre as décadas de 1970 a 2010.

A apresentação destas informações revela a celeridade, o caráter complexo e as formas desiguais dos processos de urbanização que estes núcleos urbanos conheceram a partir de então. Por meio destes números é possível observar os ritmos desiguais do crescimento urbano e as motivações que determinaram o crescimento nestas cidades.

Tabela 12: Amazônia oriental - Heterogeneidade dos núcleos urbanos: crescimento da população urbana de Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA (1970-2010) - %

NÚCLEOS URBANOS	População urbana (1970-2010)					Taxa de crescimento da população urbana (1970-2010) - %			
	1970	1980	1991	2000	2010	1970/80	1980/91	1991/00	2000/10
Araguaína	17.372	47.956	65.683	105.874	142.925	176,05%	36,97%	61,19%	35,00%
Imperatriz	34.709	111.818	210.051	218.673	234.547	222,16%	87,85%	4,10%	7,26%
Marabá	14.569	29.370	102.435	134.373	186.270	101,59%	248,77%	31,18%	38,62%

Fonte: Censos demográficos do IBGE: 1970; 1980; 1991; 2000; 2010.

Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

Os dados expostos na tabela 12 atestam os elevados ritmos de crescimento urbano das populações residentes nos principais núcleos urbanos da Amazônia oriental, quais sejam: Araguaína, Imperatriz e Marabá, sendo inclusive superiores às médias nacionais. Nesse conjunto, Imperatriz teve maior destaque, registrando entre 1970-1980 crescimento urbano de 222,16%. Estes números são seguidos de Araguaína que registrou neste mesmo período crescimento urbano de 176,05% e, por fim, Marabá que apresentou crescimento de 101,59%.

Estas informações validam em certa medida a tese destacada pela geógrafa Bertha Becker (2013) que enfatiza o crescimento urbano como um dos aspectos peculiares que tem caracterizado a organização do espaço regional amazônico a partir da década de 1970.

Entre as décadas de 1980 a 1991 observam-se mudanças significativas relativas ao crescimento destes três núcleos urbanos. No caso da cidade de Marabá, os efeitos acarretados pelo desenvolvimento de grandes projetos econômicos pautados na difusão da siderurgia, são entendidos como molas propulsoras que alavancou o crescimento urbano desta cidade²⁸.

No caso específico da cidade de Marabá, tem ocorrido uma mudança em sua estrutura econômica e espacial, ou seja, a passagem de uma **economia extrativa** para uma **economia da produção**. Sua dinâmica socioespacial deve ser entendida a partir do processo de transformação seletiva das economias regionais, estaduais e locais, permeadas, no caso da Amazônia oriental, pelo forte papel exercido pelos empreendimentos mineradores e siderúrgicos. (COELHO, 2007, p. 271).

As mudanças socioeconômicas presentes na cidade de Marabá sinalizam desde a década de 1970 para um aumento progressivo da sua urbanização. Entre 1970-1980 conforme os dados expostos na tabela 12, a população residente na sede municipal correspondeu respectivamente a 14.569 e 29.370 habitantes. O crescimento urbano registrado neste período foi da ordem de 101,59%. Entre as décadas de 1980 a 1991 o ritmo de crescimento da população urbana de Marabá foi ainda superior, registrando aumento de 248,77%.

Este fato nos leva a deduzir que os investimentos ligados à indústria siderúrgica encontraram estreitas ligações com o crescimento urbano materializado nesta cidade. No entanto, cumpre atentar para um aspecto marcante que se apresenta como um traço peculiar na urbanização verificada nestas cidades. Nessa direção Rovaine Ribeiro (2010) enfatiza

Podemos dizer que Marabá apresenta uma modernização que se manifesta muito mais por fluxos do que por fixos, pois, não obstante apresenta alto grau de complexidade, no entanto, a sua estrutura urbana permanece precária. Devemos ressaltar que o fato de Marabá exercer importantes papéis de centralidade econômica na dinâmica regional não nos leva a afirmar que este fato possa ser refletido em sua estrutura intra-urbana, ou seja, no tecido social desta cidade. A cidade de Marabá está mais voltada para uma lógica exterior a ela, do que para responder as demandas internas de sua população. (RIBEIRO, 2010, p. 102).

²⁸ Rovaine Ribeiro (2010, p. 107) reconhece que a constituição do parque industrial de Marabá é formada por 11 indústrias ligadas ao segmento da atividade siderúrgica, são elas: “Companhia siderúrgica do Pará, D’Terra siderúrgica Ltda, Ferrogusa Carajás, Ibérica siderúrgica do Pará S/A, Marabá Gusa siderúrgica Ltda – MARAGUSA, Sidenorte siderurgia Ltda, Siderúrgica do Pará S/A – SIDEPAR, Siderúrgica Norte Brasil S/A, Terra Norte metais Ltda, Usimar Ltda, Mineração Buritirana”.

Este constitui um dado efetivo das marcas, ou seja, das características que são peculiares ao atual processo de urbanização regional amazônico. A instalação de grandes empreendimentos econômicos traduz um aspecto particular das dinâmicas produtivas presentes no interior da Amazônia brasileira, especialmente, nas cidades médias.

No entanto, a presença destes investimentos não tem assegurado uma melhoria efetiva nas condições e qualidade de vida de suas populações. A precariedade e débil oferta de equipamentos e serviços urbanos nestes principais municípios destacados, ou seja, em Araguaína, Imperatriz e Marabá exemplificam com propriedade a configuração da dinâmica da urbanização manifestada na Amazônia brasileira a partir da década de 1970.

Ainda em conformidade com os números apresentados na tabela 12, relativos ao crescimento da população urbana verificados nos principais núcleos urbanos da Amazônia oriental, cumpre explicar as especificidades deste fenômeno na cidade de Araguaína. Observou-se que em termos absolutos a população residente na sede municipal da cidade Araguaína correspondeu respectivamente nas décadas de 1970 e 1980 a 17.373 e 47.956 habitantes. Em termos percentuais o crescimento urbano verificado neste município durante este período foi surpreendente, ou seja, equivaleu a 176,05%, ficando atrás apenas da cidade de Imperatriz que registrou neste mesmo período taxa de crescimento de 222,16%.

O acelerado crescimento urbano registrado nesta década em Araguaína, está associado principalmente, aos efeitos gerados pelas políticas de modernização do território amazônico, particularmente, os reflexos da construção da Belém-Brasília e o dinamismo socioeconômico assegurado à esta cidade em função do desenvolvimento da agropecuária.

Estes índices de crescimento da população urbana apresentaram relativo declínio entre 1980 a 1991. Este fato se deveu à instalação da nova unidade da federação, ou seja, o Estado do Tocantins. Com isto, o município de Araguaína registrou a partir desse período processos de fragmentação territorial com perda razoável de território e populações.

Acerca da pujança econômica assumida pela cidade de Araguaína a partir de 1970 e as suas implicações no seu crescimento urbano, Vasconcelos Filho (2012) assevera

O crescimento urbano mais acelerado de Araguaína ocorreu logo após a inauguração da BR-153, também denominada rodovia de Belém-Brasília. O fato de Araguaína ser cortada por esta rodovia estimulou o processo de expansão urbana, por aqui se criou, em função dessa localização um entroncamento, ou seja, uma espécie de ponto de apoio, para aqueles que se direcionavam para o norte do país, rumo a Belém, ou para aqueles que se destinavam mais ao sul, em direção à Brasília. O urbano em Araguaína é ainda, intensamente influenciado pelos valores rurais. Mesmo os serviços urbanos em Araguaína têm sido fortemente influenciados, a partir do capital gerado no campo. (VASCONCELOS FILHO, 2012, p. 125-136).

A cidade de Araguaína testemunha a exemplo das demais cidades situadas na Amazônia brasileira elevado crescimento demográfico e urbano, que é resultante de uma rápida transição da sua condição rural à urbana. Esta transição é notória quando se observam os dados relativos à participação da sua população urbana no conjunto total. A partir de 1970 este movimento se intensificou a exemplo daquele notado nas cidades de Imperatriz e Marabá, registrando elevados índices, sobretudo, entre as décadas de 1970-1990. A tendência destes números é regredir para as décadas posteriores em função de diversos fatores.

A partir de 1991 é possível notar uma redução nas taxas de crescimento urbano das cidades de Araguaína, Imperatriz e Marabá. Alguns elementos contribuem para explicar esta dinâmica materializada nestes municípios. No conjunto destes, cumpre enfatizar:

- a) Os processos de fragmentação territorial já mencionados que tiveram intensa participação na redução das áreas destes municípios e na redistribuição da população;
- b) A reorientação das atividades econômicas que passaram a contar no caso específico de Marabá com a presença da atividade industrial siderúrgica.
- c) No caso de Araguaína, é importante notar os investimentos vinculados tanto ao segmento terciário (serviços de educação superior e saúde) como à agropecuária;
- d) Na cidade de Imperatriz, ocorreu a partir da década de 1980, uma reorientação de suas atividades econômicas que antes eram fundadas em ciclos agrícolas. A partir de 1990 estas atividades se afirmaram em face da expansão da atividade comercial e da crescente consolidação do segmento de serviços;

Estas transformações de natureza social e econômica apesar de influenciarem diretamente na afirmação da centralidade econômica destes núcleos urbanos não foram capazes de dinamizar as suas estruturas sociais. Mesmo sendo observado o forte dinamismo econômico que estes núcleos urbanos conheceram a partir de 1970 entende-se que este fato não repercutiu positivamente na melhoria da qualidade de vida de suas populações.

O crescimento urbano e demográfico acelerado tem se apresentado como um dos elementos característicos no interior da urbanização amazônica, denotando na maioria das vezes uma maior participação das cidades médias, sobretudo, àquelas que apresentam ligações com os grandes empreendimentos econômicos. Este crescimento célere no meio urbano tem revelado inúmeros problemas sociais e ambientais nestes núcleos urbanos, exigindo das gestões públicas e das populações o compromisso e o zelo com estas cidades.

Ao considerar estes aspectos, logo se entende o papel do componente político na (re) organização, ou seja, em processos de ordenamentos destes espaços. A este respeito, Becker (2005, p. 419) destaca, “a iniciativa política tem um papel central na indução, no crescimento e na diferenciação da urbanização, sendo um dos fatores de sua sustentabilidade neste período recente”. É através do exercício de uma política de ordenamento territorial, orquestrada a partir das ações dos distintos sujeitos que integram estas cidade que os problemas relacionados à ausência da infra-estrutura e a precariedade urbana poderão ser sanados. A participação da sociedade civil é fundamental neste quadro, uma vez que possibilitará construir ações voltadas ao equilíbrio territorial e à coesão social destas cidades.

A participação de segmentos da sociedade civil poderá se traduzir como uma experiência positiva nesse cenário. As intervenções de grupos sociais através de iniciativas políticas, como as denúncias de lideranças locais constituem importantes instrumentos de diálogo e negociações junto às estruturas governamentais a fim de buscar dirimir os problemas problemas sociais, econômicos e ambientais que se manifestam nestas cidades.

Outro elemento primordial que se faz presente no interior da urbanização amazônica e que apresenta reflexos diretos no processo de urbanização presente na região Sulmaranhense diz respeito à íntima relação estabelecida entre o campo e a cidade.

O processo de transição do rural ao urbano na Amazônia ocorreu de modo abrupto após a década de 1970, implicando numa relação de proximidade entre os valores do campo e os valores socioculturais que são inerentes às cidades. Assim, estes valores socioculturais edificados no campo e transferidos para as cidades não se extinguíram, constituindo em aspectos peculiares da dinâmica urbana amazônica. Nesse sentido, Becker (2003) destaca

Uma característica da urbanização, que é talvez uma das especificidades maiores na Amazônia, é a íntima relação cidade-campo, decorrente, justamente da forte mobilidade da população, que era atraída para a região, em busca de emprego e, não sendo absorvida, gira como **peão**, dentro da região buscando a abertura de novas frentes de trabalho, trabalhando na maioria das vezes no campo e residindo em núcleos urbanos. Essa relação cidade-campo forma uma rede rural-urbana com núcleos que se assemelham a grandes favelões, precários, mas que participam da rede de circulação de mercadorias e informações. (BECKER, 2003, p. 655).

Este fato é notório nas cidades amazônicas, especialmente, naquelas que são afetadas por grandes empreendimentos econômicos. O bairro piquiá, situado na área rural do município de Açailândia que integra este estudo revela com propriedade esta face do urbano.



Foto 13: Açailândia/MA - Vista parcial do bairro Piquiá



Foto 14: Açailândia/MA – Vista parcial do bairro Piquiá

Fonte: www.justicanostrilhos.org.br. Acesso em 24/05/2014.

Para entender melhor estas particularidades que envolvem as articulações rurais-urbanas no interior da região Sulmaranhense, buscou-se ouvir através da realização de entrevistas²⁹ as populações residentes nas área urbana do município de Imperatriz.

O objetivo nesta fase da pesquisa pautou-se na necessidade de identificar e entender os vínculos entre campo e cidade que se traduzem como elementos vitais da urbanização amazônica refletida na região Sulmaranhense. Seguem as falas dos entrevistados.

Eu moro aqui há 29 anos, a gente morava antes num interiorzim aqui mesmo do Maranhão, no meu registro tá citado Andirobal dos Crentes, mas o nome do povoado eu não me lembro. Olha eu gosto muito de morar aqui. Eu tanto gosto como vejo a maioria das pessoas que tem casa própria e que moram aqui perto dizer que jamais iam morar em outro lugar da cidade, por que nós estamos perto de tudo. Só pra te dar um exemplo, nós moramos tão perto aí do centro que se a gente quiser ir bem ai no armazém Paraíba, a gente pode até deixar um arroz enxugando e quando a gente volta aqui pra casa o arroz já tá no ponto. Por isso eu acho bom e gosto mesmo de morar aqui nessa parte da cidade. (Entrevistado 5. Dona de casa. Residente no bairro Beira Rio no município de Imperatriz).

Eu gosto de morar aqui por que nossa cidade tem todas as condições que a gente precisa pra nossa sobrevivência. Se a gente quer uma abóbora é só ir aí no cercado que tem. Nós chegamos aqui tem mais de 20 anos. Nossa família veio aí de lá do Axixá que era antes Goiás. Fica lá na região do Bico do Papagaio. A gente vive das hortazinha que pranta e dos pés de quiabo que tem no nosso cercado. Pranta alface, tomate e tudo que a gente precisa pro nosso sustento. Então por isso que aqui é lugar bom pra gente morar. (Entrevistado 6. Feirante residente na Vila Lobão no município de Imperatriz).

A nossa família veio aqui mesmo do Maranhão. Acho que já tem uns 18 anos. A gente morava perto do Estreito. Na região do Lajeado Novo. Meu pai tinha terra por lá. Sempre trabalhou com a roça. Plantava arroz, mandioca e milho e criava gado. E quando a gente veio pra cá pra Imperatriz meu pai comprou uma terra e começou a bulir com leite. Vendia leite aqui mesmo na cidade e mexia também com plantação de arroz e milho na nossa terra que fica aqui perto da cidade. Mais meu pai morreu tem uns quatro anos aí aquele apego que a gente tinha pela terra foi perdendo. Não tem mais aquele zelo. A gente gosta aqui de Imperatriz. Gosta muito, mais tem muitos problemas, principalmente por que a cidade cresceu e a violência aumentou muito. Ainda é bom viver aqui por que a gente garante o sustento com aquilo que já tem. A terra. Mais a paz que a gente tinha antes não tem mais aqui. (Entrevistado 7. Comerciante residente no bairro Bacuri na área urbana da cidade de Imperatriz).

²⁹ Foram realizadas vinte entrevistas na área urbana do município Imperatriz. Destas foram dispostas apenas algumas falas cujo objetivo se pautou na importância de reconhecer os vínculos que são estabelecidos entre o campo e a cidade. Estas entrevistas também seguiram as orientações metodológicas dispostas no roteiro 4 que encontra-se nos apêndices deste estudo, pautando-se numa abordagem qualitativa.

Como se vê, os elementos apresentados através das entrevistas realizadas com as populações residentes nas áreas urbanas do município Imperatriz, evidenciam com clareza a íntima relação da população urbana residente em Imperatriz com os valores construídos no campo. Embora estando na cidade e associados às atividades sociais desenvolvidas no meio urbano esta população ainda cultiva os valores culturais edificados no campo.

A íntima relação desta população com o campo é percebida em razão da manutenção dos hábitos socioculturais que foram edificados antes no campo. Estes fatos são evidenciados em razão do desenvolvimento de determinadas atividades econômicas. Os quintais das casas são entendidos nesse contexto como uma extensão da vida que outrora fôra desenvolvida no campo. O cultivo de hortaliças e mesmo o desenvolvimento de atividades econômicas típicas do campo, como o transporte e venda de leite expressam a materialização de valorização que são inerentes à vida no campo, ou seja, são hábitos culturais do meio rural.

Afirmou-se antes que este processo de transição do rural ao urbano se deu num espaço de tempo muito curto e mesmo assim os referenciais identitários destas populações não foram extintos. Estas relações, apesar de se modificarem com o processo de expansão da cidade e com a intensificação do processo de urbanização não pulverizaram o modo de vida destas populações. A manutenção destes valores está presente nos hábitos cotidianos das populações como puderam ser notados através das entrevistas destacadas neste estudo.

Mesmo cultivando os valores socioculturais próprios do meio rural esta população procura se adaptar à intensidade da vida urbana. E os problemas sociais típicos da vida urbana são apresentados como uma das condições de necessidade de adaptação destas populações residentes nas cidades aqui estudadas. Vale destacar ainda que esta proximidade, ou seja, a íntima relação cidade-campo que constitui um dado concreto da urbanização amazônica, também é reveladora de um problema crônico de natureza social no meio urbano. Trata-se de um padrão de urbanização que é marcado pela ausência do planejamento urbano.

Outra particularidade essencial notada no interior da urbanização amazônica que apresenta repercussões e efeitos diretos na urbanização processada na região Sulmaranhense diz respeito às carências generalizadas de equipamentos e serviços urbanos. Nessa perspectiva são úteis as contribuições fornecidas pela geógrafa Bertha Becker (2005)

A especificidade da urbanização regional não se esgota nos seus padrões de crescimento e na distribuição heterogênea das populações. Diz respeito também à carência de condições que permitam aos cidadãos condições de vida digna. [...] A ausência de infra-estrutura e de serviços urbanos nas cidades certamente não é uma especificidade apenas da Amazônia, na medida em que é comum a grande parte das cidades brasileiras. A especificidade regional advém da generalização e do grau de carência, decorrentes da rapidez da urbanização e da imigração, que tornam as cidades incapazes de atender a massa de população urbana. Indicadores de oferta de infra-estrutura urbana, condições de habitabilidade urbana e atendimento à saúde expressam tal generalização e carência, apresentando um padrão convergente. As condições mais satisfatórias são encontradas nas capitais estaduais e nas cidades ligadas a grandes projetos econômicos. (BECKER, 2005, p. 409).

Estas carências em infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos traduzem um problema inerente à realidade urbana brasileira. No entanto, é importante atentar para a sua generalização no contexto das regiões amazônica e Sulmaranhense. Este problema resulta das ingerências e ineficaz atuação do poder público na gestão destes espaços. A imagem abaixo ilustra as carências generalizadas de infra-estrutura urbana notadas nos municípios de Açailândia e Balsas, que são alguns dos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense.



Foto 15: Balsas - Ausência de infraestrutura no Bairro São Francisco



Foto 16: Açailândia - Ausência de infraestrutura no Bairro Vila Ildemar

Autor: SOUSA, Jailson de Macedo. (2013).

A fim de identificar e entender estes problemas que são inerentes à realidade urbana amazônica e também se projetam à realidade urbana Sulmaranhense, buscou-se levantar algumas informações relativas aos indicadores de qualidade de vida que estão presentes no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) organizados por meio dos estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, a Fundação João Pinheiro que está sediada no Estado de Minas Gerais e o Programa das Nações Unidas – PNUD.

Estas informações levaram em consideração os indicadores básicos de habitação que se fazem presentes no meio urbano. Nesse sentido, considerou-se nesta interpretação a oferta de serviços urbanos básicos³⁰ às populações dos núcleos urbanos estudados, ou seja, a oferta de serviços de água encanada, energia elétrica e coleta de lixo e ainda os domicílios que dispõem de rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário que são subsidiados às cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz.

Quadro 7: Açailândia, Balsas e Imperatriz – Indicadores de Habitação (1991-2010)

MUNICÍPIOS	INDICADORES DE HABITAÇÃO	1991	2000	2010
Açailândia	% da população em domicílios com água encanada	27,62	38,47	89,57
	% da população em domicílios com energia elétrica	80,57	94,58	99,34
	% da população em domicílios com coleta de lixo	26,84	74,52	93,33
	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	30,21	39,35	17,03
Balsas	% da população em domicílios com água encanada	25,18	46,29	93,01
	% da população em domicílios com energia elétrica	65,00	85,83	93,67
	% da população em domicílios com coleta de lixo	20,27	61,70	93,16
	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	29,54	33,97	15,06
Imperatriz	% da população em domicílios com água encanada	48,95	72,52	96,58
	% da população em domicílios com energia elétrica	96,01	99,25	99,90
	% da população em domicílios com coleta de lixo	42,89	89,35	95,34
	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	7,57	14,28	5,49

Fonte: PNUD, IPEA, FJP (2013). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).
Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

³⁰ Os indicadores de habitação apresentados levaram em conta somente as populações residentes nas sedes municipais, ou seja, nas áreas urbanas dos municípios investigados: Açailândia, Balsas e Imperatriz.

Os dados expostos no quadro 8 asseveram que os municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz têm registrado melhorias significativas com relação à oferta de alguns equipamentos e serviços urbanos básicos em suas respectivas sedes municipais.

Estes fatos podem ser evidenciados em razão dos percentuais das populações atendidas com água encanada. Nesse sentido, as populações dos municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz servidas por esta modalidade de serviços representaram no ano de 1991 respectivamente, 27,62%, 25,18% e 48,95%. Duas décadas após, ou seja, no ano de 2010 estes municípios apresentaram significativas melhorias na oferta dos serviços de água encanada, sendo que as populações atendidas por estes serviços urbanos representaram neste mesmo período, respectivamente 89,57%, 93,01% e 96,58%.

Outro elemento a ser considerado em relação aos dados apresentados diz respeito à oferta das populações servidas pela coleta regular de lixo, considerando nesse dinamismo a coleta ao menos duas vezes na semana. Nesses termos, observou-se que as populações atendidas por esta modalidade de serviços no ano de 1991 nestes municípios foram respectivamente de 26,84%, 20,27% e 42,89%. Ao considerar a oferta destes serviços duas décadas após, ou seja, no ano de 2010, as populações atendidas pela coleta regular de lixo nos respectivos municípios registraram um aumento substancial, representando desse modo, 93,33%, 93,16% e 95,34%. Em alguns casos observa-se que a população atendida pela coleta de lixo praticamente quintuplicou no intervalo de duas décadas.

Embora estas informações confirmem um quadro de melhoria na oferta de equipamentos e serviços urbanos nos municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz é reconhecido que nem todas as áreas destes núcleos urbanos e de outras cidades da região Sulmaranhense têm recebido proporcionalmente estes serviços. Este quadro se agrava, principalmente, para a realidade que envolve os pequenos núcleos urbanos, ou seja, as cidades que dispõem de menos de 20.000 habitantes, revelando assim graves problemas sociais.

Se por um lado estes dados revelam importantes elementos no conjunto dos conteúdos e características que singularizam a atual urbanização amazônica e Sulmaranhense. Por outro, eles também nos levam a indagar sobre a veracidade destas informações.

Mesmo reconhecendo as melhorias na oferta de equipamentos e serviços urbanos nestas cidades, sabe-se que estas benesses não têm sido compartilhadas proporcionalmente à todas as populações destas cidades. Este fato sinaliza para a importância de se repensar a dimensão política enquanto instrumento vital ao ordenamento destes núcleos urbanos.

A dinâmica processada nas cidades da Amazônia brasileira testemunha fatos que em sua essência são contraditórios. Os surtos de crescimento econômico e demográfico verificados em seus núcleos urbanos seja em razão dos projetos de colonização ou em função da construção de eixos rodoviários e das frentes de trabalho dispersas no campo e nas cidades constituíram traços peculiares de sua dinâmica delineada entre as décadas de 1950-1980.

Mas por que estes surtos de crescimento econômico e demográfico não têm sido capazes de gerar processos de desenvolvimento às cidades e populações da região Sulmaranhense? Que estratégias ou instrumentos devem ser implantados e executados a fim de dirimir os problemas econômicos, sociais e ambientais que tanto afetam as cidades amazônicas, em particular, as cidades aqui investigadas? Estas indagações expressam os questionamentos norteadores que nos motivaram a compreender o exercício da centralidade urbana e regional difundida a partir das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz.

Entende-se que os processos de urbanização emergiram no cenário recente da região amazônica como elemento basilar à organização do espaço regional, constituindo na estratégia principal conduzida pelo Estado a partir da década de 1960 a fim de promover o efetivo povoamento desta região. Com isto, observou-se que esta estratégia tem se efetivado, no entanto, tem acarretado em diversos problemas às populações residentes nas cidades e no espaço regional em razão da celeridade em que ele se manifesta.

Nesses termos, cumpre questionar e entender os verdadeiros significados dos padrões distintos e desiguais da urbanização que se projeta na região amazônica e, particularmente, no interior da região Sulmaranhense.

Tem-se observado de modo geral que o dinamismo econômico impresso em alguns núcleos urbanos desta região, especialmente nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz não tem se revertido em melhorias efetivas ao tecido urbano destas cidades. Este fato sugere que se reflita sobre os papéis das políticas públicas e do ordenamento territorial enquanto instrumentos que possam corrigir as assimetrias que se fazem presentes nestas cidades e assim, se executem ações visando o equilíbrio e a coesão social destas cidades.

O intento maior deste terceiro capítulo se pautou numa exposição dos principais elementos responsáveis pela reestruturação do espaço regional amazônico e os seus efeitos no cenário urbano-regional Sulmaranhense. A leitura que conduziu esta análise foi mediada através das estratégias recentes de ocupação e povoamento destes territórios. Nesse sentido, tiveram papéis preponderantes: os projetos de colonização, os fluxos migratórios, a constituição de um mercado de trabalho regional e a própria urbanização. No bojo destas estratégias, observou-se que a urbanização tem se apresentado como elemento central.

Afim de apreender de modo particular este dinamismo promovido por meio dos processos de urbanização difundidos na Amazônia brasileira e, de modo particular, na região Sulmaranhense, o capítulo que segue enfatiza aspectos essenciais deste fenômeno materializado nos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense.

Desse modo, reforça-se o objetivo central exposto ao quarto capítulo deste estudo que visa reconhecer e compreender os distintos condicionantes (demográficos, econômicos e políticos) que determinaram os processos de reestruturação da região Sulmaranhense em face das centralidades socioeconômicas assumidas e desenvolvidas pelos principais municípios desta região, a saber: Açailândia, Balsas e Imperatriz a partir de 1980.

4 CENTRALIDADES URBANO-REGIONAIS NA REGIÃO SULMARANHENSE

Movimentos múltiplos, centrífugos ou centrípetos concorrem para as cidades, em particular, para as áreas centrais das cidades. Num vai e vêm quase incessante esses movimentos se densificam: transportes de mercadorias, deslocamentos de populações, fluxos invisíveis de capitais ou trocas de informações.

Esses lugares particulares são as cidades, e estas desempenham a evidência um papel privilegiado na estruturação do espaço. (FRÉMONT, 1980, p. 61).



Foto 17: Açailândia/MA - Centralidade da produção siderúrgica



Foto 18: Balsas/MA – Centralidade da produção agrícola moderna

Fonte: <http://www.vienairon.com.br/> Acesso: 24/05/2014

Fonte: www.diariodebalsas.com.br/ Acesso: 24/05/2014



Foto 19: Imperatriz/MA - Centralidade da produção terciária

Fonte: Disponível em: <http://www.encontraimperatriz.com.br/> Acesso em 24/05/2014.

A finalidade deste capítulo se pauta num exercício reflexivo acerca da emergência e as expressões que caracterizam e definem as centralidades urbano-regionais nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Estes são os principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense quando se consideram as dimensões econômicas, demográficas e culturais.

Do ponto de vista da localização geográfica ambos estão situados respectivamente nas mesorregiões oeste (Açailândia e Imperatriz) e Sul (Balsas) do estado do Maranhão. A importância que estas cidades têm assumido no cenário estadual desde a década de 1980 está associada à difusão de diferentes atividades econômicas. Assim sendo, entender o exercício da centralidade urbano-regional emanado por estes núcleos urbanos implica na necessidade de identificar as singularidades socioeconômicas e demográficas que estes apresentam.

Para efetuar esta tarefa, inicialmente serão apresentados aspectos fundamentais da formação socioespacial destes municípios. Posteriormente serão destacados traços particulares de suas dinâmicas demográfica e econômica. A apreensão da centralidade socioeconômica destes núcleos urbanos não se funda apenas na identificação de suas principais atividades econômicas, mas, principalmente, nas relações materiais e imateriais estabelecidas entre estas cidades no interior da região Sulmaranhense. Conforme notou Castells (1988)

O conceito de centralidade refere-se à combinação de vários processos sociais no espaço. Estes processos redefinem continuamente a centralidade e correspondem a diferentes modalidades de hierarquização urbana (definidas por relações de proximidade e distância) ao papel das trocas realizadas no interior das cidades (definidas pela natureza e grau de mobilidade e acessibilidade) e da capacidade de inovação e criatividade, como elemento importante para a interação em um espaço social. (CASTELLS, 1998, p. 29).

A centralidade expressa em sua essência esta condição cambiante, acompanhando de perto as inovações operadas pela sociedade em cada lugar. A presença de novas atividades econômicas no espaço e as relações de fluxos que a partir dela e para ela são dirigidos geram novas centralidades. Como notou Labasse (1970, p. 11), “a centralidade não é outra coisa que a aptidão da cidade para impulsionar os fluxos de mercadorias, serviços e de ideias”.

É apoiado nestes pressupostos que objetivamos reconhecer e compreender as centralidades urbano-regionais difundidas através de Açailândia, Balsas e Imperatriz.

Inicialmente, para orientar este debate, é oportuno enfatizar a participação socioeconômica destes municípios considerando o dinamismo por eles assumido em razão de seus produtos internos brutos – PIB no cenário estadual maranhense. Desse modo, apresenta-se na tabela 11 a distribuição do PIB destes municípios considerando a atuação dos distintos setores da economia: primário, secundário e terciário no ano de 2010.

Tabela 13: Ranking e participação do PIB dos principais núcleos urbanos maranhenses valores agregados por setores econômicos, 2010.

MUNICÍPIOS	POSIÇÃO	PIB mil R\$	% do PIB	VA Agro mil R\$	VA Indústria mil R\$	VA Comércio mil R\$
São Luís	1º	17.915.048	39,59	17.039	3.232.336	11.319.596
Imperatriz	2º	2.119.619	4,68	59.384	570.549	1.555.137
Açailândia	3º	1.307.215	2,89	155.319	306.660	685.903
Balsas	4º	1.102.443	2,44	224.344	106.308	661.143
Timon	5º	817.932	1,81	22.909	127.323	529.146
Caxias	6º	785.688	1,74	51.297	113.042	542.839
Codó	7º	551.354	1,22	55.755	121.401	317.621
São José de Ribamar	8º	538.180	1,19	19.665	80.205	392.872
Bacabal	9º	521.932	1,15	63.117	52.102	368.741
Barra do Corda	10º	493.849	1,09	226.096	33.284	222.927
Maranhão	-	45.255.942	100	6.969.107	6.350.799	27.133.723

Fonte: IMESC, 2012. IBGE, 2012.

Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

Conforme os números apresentados na tabela 13 observa-se que há fortes desequilíbrios nos processos produtivos dos municípios maranhenses, especialmente quando se considera a distribuição do PIB dos seus municípios. Esta assertiva se confirma em razão da intensa concentração das atividades econômicas e das divisas geradas por estas na capital estadual, expressas por meio do PIB da capital que contou com uma participação no conjunto do PIB total equivalendo 39,59%. Este é um traço peculiar que remonta o processo histórico de formação do espaço maranhense já apresentado e refletido no segundo capítulo desta tese.

Mesmo considerando este padrão desigual de concentração das riquezas na capital estadual, ou seja, em São Luís é importante atentar para o dinamismo econômico que passa a ser registrado também no interior do Estado, a partir de 1980 por alguns núcleos urbanos.

Destarte, os números expostos na tabela 13 asseveram a importante participação socioeconômica dos municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz no contexto estadual. Este fato pode ser explicado em parte por meio do PIB destes municípios. Eles se apresentaram no ano de 2010, conforme demonstrado no ranking apresentado como as principais economias do estado do Maranhão, ficando atrás apenas da participação econômica da capital.

Observou-se que os municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz registraram conjuntamente no ano de 2010 uma participação total equivalendo a 10,01% do PIB total do estado. Ao considerar esta participação de forma individualizada, ou seja, no âmbito de cada município, a participação de Imperatriz foi da ordem de 4,68%. O município de Açailândia, por sua vez, registrou uma participação de 2,89%. Já o município de Balsas expressou por neste mesmo período, por meio do seu PIB, uma participação equivalendo a 2,44%.

Ao considerar este dinamismo socioeconômico assumido por estes municípios na realidade maranhense logo se observa que estes números traduzem significativa importância, merecendo uma análise sistemática de modo a apreender as dinâmicas que a eles se vinculam. No caso do município de Imperatriz, a segunda economia do estado, esta importância se expressa em função dos segmentos econômicos vinculados ao setor terciário moderno, principalmente, à força de comando da atividade comercial e dos serviços.

Destaca-se nesse cenário econômico assumido pela cidade de Imperatriz desde a década de 1980, a pujança do comércio varejista e também a relevante participação do comércio atacadista que é referência para uma extensa rede de cidades que se dispersa para além das regiões sudoeste, central e sul do território maranhense, sendo irradiada ainda para o extremo norte do estado do Tocantins e para o sul e sudeste do estado do Pará.

Esta importância da atividade comercial adquire sentido ainda maior quando é associada aos serviços públicos e privados de saúde, principalmente, os de média e alta complexidade que são ofertados por meio dos hospitais de referência regional em Imperatriz. Trata-se do Hospital Regional Materno Infantil – HRMI que atua no atendimento materno infantil e também o Hospital Municipal de Imperatriz - HMI, denominado de Socorrão.

Associa-se a este dinamismo das atividades econômicas ligadas ao comércio e aos serviços públicos e privados de saúde, a imponente participação do segmento da educação superior. Nesse sentido, a cidade de Imperatriz é entendida como o maior e mais importante polo regional que se destaca no interior do estado do Maranhão na oferta destes serviços. Esta força dos serviços orientados pela educação superior extrapola, inclusive, os limites internos do estado do Maranhão, sendo projetados para o extremo norte do estado do Tocantins e para as porções sul e sudeste do estado do Pará. A relevância destes serviços passou a ser observada desde o início da década de 1980, quando estas atividades denotaram importantes projeções no cenário estadual, tendo se consolidado nas décadas posteriores.

Conforme os números apresentados antes que referenciam a participação do PIB estadual (2010) pôde-se constatar que o município de Açailândia ocupa neste ranking a 3ª posição, expressando uma participação absoluta de R\$ 1.307.215. Em termos percentuais, o PIB de Açailândia equivaleu no ano de 2010 a 2,89% no universo total do PIB maranhense. Esta pujança econômica conferida ao município de Açailândia se relaciona principalmente às atividades ligadas ao terciário e à produção industrial. Neste estudo, optou-se por trabalhar com o exercício da centralidade urbano-regional manifestada por Açailândia considerando o dinamismo da siderurgia e das atividades ligadas ao terciário (comércio e serviços).

Açailândia é um dos principais polos industriais do estado do Maranhão e abriga cinco usinas siderúrgicas que são responsáveis pela elevada produção do ferro-gusa no nordeste brasileiro. Apresenta-se como um dos principais parques industriais do Maranhão.

Em conformidade com os números expostos na tabela 13 que se referem à organização das estruturas produtivas presentes no estado do Maranhão, ou seja, à composição do produto interno bruto – PIB verificado nos seus principais núcleos urbanos é importante ressaltar a participação socioeconômica do município de Balsas.

No contexto estadual o município de Balsas apresentou no ano de (2010), produto interno bruto total equivalendo a R\$ 1.102.443, representando no cenário estadual a uma participação de 2,44%. Este fato lhe permitiu ocupar no ranking estadual a 4ª posição.

Estes números do PIB de Balsas podem ser explicados em função do dinamismo socioeconômico assumido por este município no cenário estadual desde a década de 1980 que se vincula à pujante participação das atividades terciárias e à expressiva participação do agronegócio, especialmente, a produção de grãos com destaque para a sojicultura. Diversos estudos realizados sobre Balsas, entre os quais se destacam os de Mota (2007); (2013); Ferreira (2008); Rocha (2009) e Mota (2011); (2013) enfatizam a relevância do agronegócio, em particular, a produção de soja para explicar o dinamismo econômico presente nesta cidade bem como os efeitos socioespaciais acarretados por esta atividade no espaço Sulmaranhense.

É diante deste contexto complexo e considerando os papéis e funções exercidos por estes núcleos urbanos no cenário estadual que esta seção objetiva reconhecer e entender a centralidade urbano-regional emanada a partir das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Para empreender esta tarefa cumpre considerar alguns elementos que são tomados como úteis ao exercício desta reflexão. Desse modo, é válido levar em conta nesta interpretação:

- a) Elementos essenciais dos processos de formação socioespaciais dos municípios estudados: Açailândia, Balsas e Imperatriz;
- b) A estrutura demográfica e econômica que estes núcleos urbanos apresentam no cenário regional Sulmaranhense;
- c) As expressões de centralidades sociais e econômicas manifestadas e exercidas por estes núcleos urbanos no âmbito regional Sulmaranhense.

4.1 Açailândia: expressões da centralidade urbano-regional através da siderurgia?

Os diversos estudos que se reportam ao atual processo de urbanização no Brasil reconhecem as dimensões complexas em que este está envolto. Mesmo que sejam levantadas críticas³¹ à natureza e aos conteúdos da urbanização este constitui um dado concreto que contribui para explicar o dinamismo da produção da diversidade territorial deste país.

Os estudos relacionados à urbanização do/no território brasileiro atestam o avanço crescente dos meios de produção, das técnicas e dos ampliados níveis de especialização das cidades no país, implicando na presença de um país cada vez mais urbanizado. Sobre esta complexidade que move à urbanização brasileira, Roberto Monte-Mór (2005) enfatiza

A centralidade do fenômeno urbano, referido duplamente à organização do território imediato e à articulação do espaço econômico em territórios ampliados, gera e amplia permanentemente novas regiões e redes de localidades em seus espaços de influência, redefinindo novos centros urbanos que comandam cada vez mais amplos espaços de produção e consumo. No mundo contemporâneo, a integração espacial e econômica multiescalar de economias urbano-regionais domina o cenário mundial e redefine as articulações dos territórios nacionais em escalas que variam de regiões continentais a espaços locais. (MONTE-MÓR, 2005, p. 429).

Esta complexidade que movimenta a urbanização brasileira pode ser observada em razão da atuação da divisão social e territorial do trabalho em distintas escalas. Desse modo, algumas regiões e cidades conheceram de modo mais intenso desde a década de 1950 processos contínuos de reestruturação, assinalando uma celeridade e complexidade do fenômeno urbano em virtude das externalidades que passaram a acolher.

Como parte destas mudanças cumpre mencionar e entender os processos econômicos e sociais que foram incorporados à Amazônia brasileira desde a década de 1960. Verificou-se a partir de então, sucessivos processos de reestruturação do espaço urbano e regional. As cidades médias passaram a exercer papéis primordiais no interior desta nova dinâmica territorial processada na Amazônia brasileira.

³¹ Veiga (2002) apud Pereira (2007, p. 132), por exemplo, apresenta diversas críticas a respeito das definições e da presença de um Brasil urbano, uma vez que o critério político-administrativo é levado a cabo como o principal instrumento para a definição das cidades. Segundo este estudioso, “este critério induz a uma superestimação da urbanização brasileira, pois as sedes dos municípios pequenos são consideradas cidades”.

A este respeito, Trindade Jr e Pereira (2007) enfatizam

a urbanização na Amazônia guarda profunda relação com a intervenção estatal, principalmente a partir da década de 1960, superando o índice de urbanização de todas as regiões do Brasil. O controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo Estado e o incentivo a grandes empreendimentos asseguraram o desenvolvimento da fronteira urbana, funcionando como um recurso estratégico para a rápida ocupação da região. (TRINDADE JR e PEREIRA, 2007. p. 313).

Estes elementos apontados puderam ser observados na porção ocidental do território maranhense. Eles constituíram um caminho explicativo para dar conta dos processos responsáveis pela apropriação desta região a partir da década de 1960, repercutindo assim no território maranhense. Nesta leitura, adjetivamos no terceiro capítulo deste estudo os desdobramentos dos projetos de colonização no noroeste do Maranhão, enquanto parte integrante das ações difundidas na Amazônia oriental. Associado a este instrumento destacou-se ainda: a indução de fluxos migratórios, a formação de um mercado de trabalho regional e a própria urbanização que sintetiza o pano de fundo no bojo dos processos de apropriação do espaço regional amazônico e maranhense desde a década de 1960.

Estes fatos contribuíram para a redefinição dos papéis e funções de alguns núcleos urbanos da Amazônia brasileira. Este é o caso das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Elas não ficaram imunes a estes processos de reestruturação da região. Alguns destes núcleos urbanos conheceram frequentes processos de reestruturação urbana e regional. Outros se consolidaram em face da difusão de grandes projetos econômicos que lhes deram sustentação.

Desse modo, entende-se que a centralidade econômico-política assumida por alguns destes núcleos urbanos coloca-se condição essencial à compreensão das mudanças socioespaciais materializadas nestes espaços estudados. É com base nesses pressupostos que orientamos a leitura e interpretação das centralidades urbano-regionais Sulmaranhenses.

Dito isto, apresenta-se inicialmente nesta seção as particularidades que envolvem os processos de produção da centralidade urbana conduzida a partir da cidade de Açailândia. Esta leitura é guiada de início pelos condicionantes da formação socioespacial desta cidade.

4.1.1 Aspectos da formação socioespacial de Açailândia e os condicionantes da instalação de um polo siderúrgico na região Sulmaranhense

O município de Açailândia se localiza na mesorregião oeste maranhense e na microrregião de Imperatriz. A sua área territorial corresponde a 5.806,371km², dispendo de um universo populacional total de 104.047 habitantes, sendo que destes, 78.237 estão concentrados na sede municipal. Isto corresponde em termos relativos a 75,19% da população total. A população residente em áreas rurais equivale 25.810 habitantes, correspondendo a 24,81% da população total. A sua densidade demográfica é de 17,85 hab/km². (IBGE, 2010).

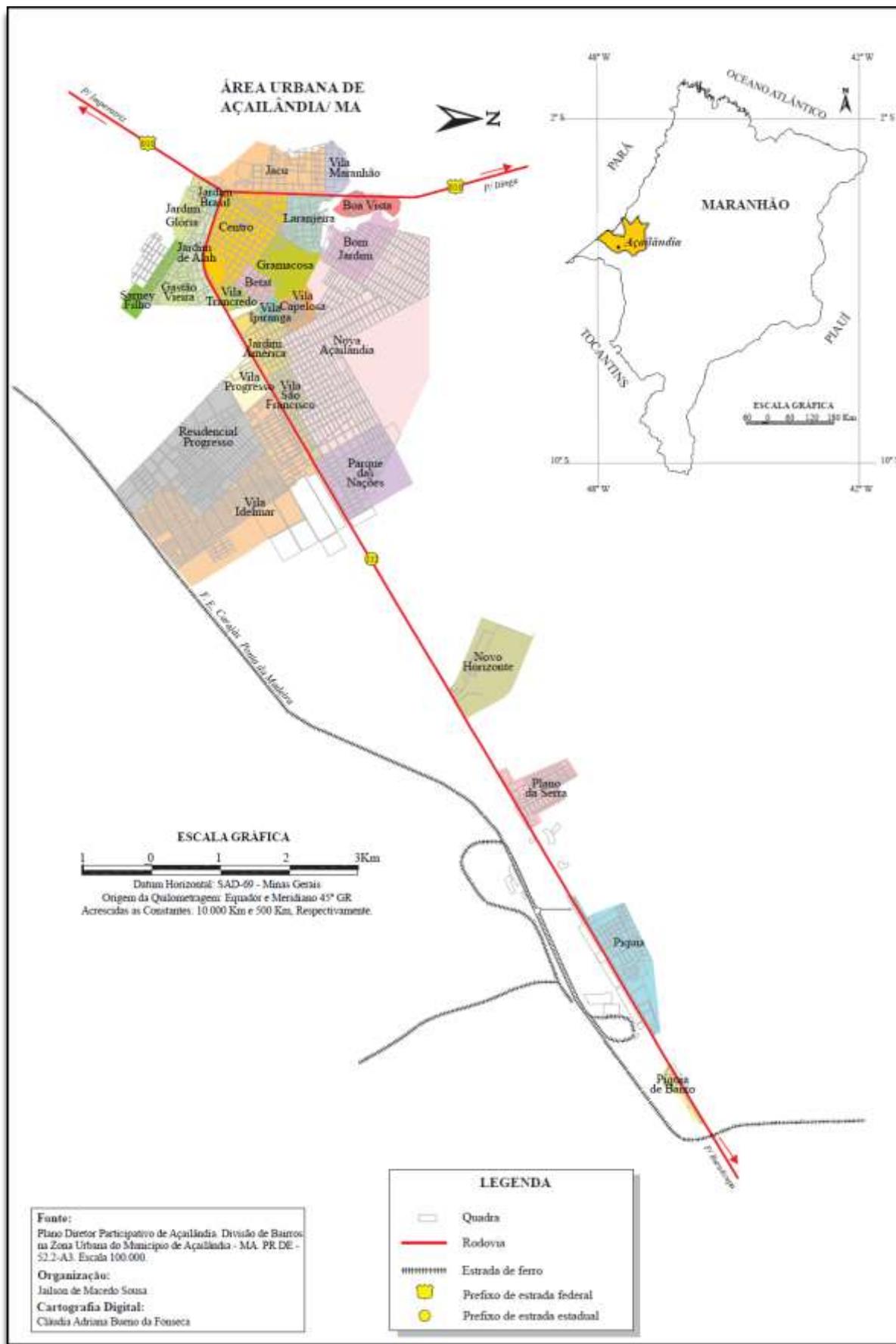


Foto 20: Açailândia/MA - Vista aérea do município

Fonte: www.acailandia.gov.br/ Acesso: 22/05/2014.

O município de Açailândia teve a sua instalação no dia 6 de junho de 1981, fruto do processo de fragmentação territorial ocorrido em Imperatriz, ou seja, o município que lhe deu origem. A sua criação se associa, em particular, à criação de um polo industrial no sul do Maranhão a fim de atender os interesses da emergente indústria siderúrgica maranhense. No contexto estadual, o município de Açailândia se apresenta como um dos mais importantes núcleos urbanos do estado quando se considera a produção do segmento industrial.

Mapa 13: Açailândia/MA - Localização geográfica do município, 2014



A constituição do município de Açailândia está diretamente associada à presença de polos agroindustriais que foram implantados na Amazônia brasileira desde 1960.

O macrocenário apresentado no conjunto das dinâmicas materializadas na Amazônia brasileira a partir da década de 1960, amparou-se desígnios estabelecidos por meio dos interesses dos governos militares que vislumbraram a difusão de atividades produtivas fundadas na produção industrial como um caminho necessário ao desenvolvimento regional. Preocupado em entender esta dinâmica imposta à região sudoeste maranhense, em particular, o processo de instalação da siderurgia no município de Açailândia, Loiola (2010) enfatiza

Um conjunto de diretrizes políticas baseadas em estratégias de industrialização nacional motivou a instalação de empreendimentos minerais e sidero-industriais na Amazônia brasileira, como alternativa econômica viável para o desenvolvimento regional, principalmente nas localidades mais atrasadas, para que se pudesse integrar a Amazônia à economia nacional. Estas ações foram desenvolvidas para que a região se integrasse de forma funcional às dinâmicas de crescimento da economia nacional estando vinculadas a um planejamento coordenado pelo Estado nacional autoritário que se orientou conforme a lógica da geopolítica e da doutrina da segurança militar, com o propósito de atrair capitais para a região e, desta forma, promover processos de modernização regional. (LOIOLA, 2007, p. 22).

Nesses termos, foi essencial a implantação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA, instituído em 1974. Este programa previa a criação de 15 polos de desenvolvimento especializados em atividades produtivas específicas. Buscava-se a exploração racional dos recursos naturais existentes na região. Assim, a criação do município de Açailândia se associa à instalação de uma área de suporte à exploração mineral situada na Amazônia oriental, particularmente, no sudeste do Pará. A implantação deste programa encontrou estreitos vínculos com a constituição do Programa Grande Carajás – PGC, estabelecido através do Decreto Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980.

Em linhas gerais, o Polamazônia previa a criação de quinze polos de desenvolvimento especializados em atividades produtivas específicas. É nesse contexto que se insere a cidade de Açailândia, localizada no sudoeste do estado do Maranhão. Este município passou a integrar os objetivos propostos pelo PGC e pelo Poloamazônia.

No bojo destes polos de crescimento econômico, Sousa (2009) enfatiza

Conforme o Decreto n 74.607/1974 seriam os seguintes centros ou polos de crescimento econômico instituídos na Amazônia brasileira a partir de então: Xingú-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá, Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Jurema, Ariapuanã e Marajó. Com esses polos o governo militar iria canalizar incentivos fiscais e em extensão implantar infraestruturas adequadas que pudessem atrair investimentos de natureza privada. O Poloamazônia preconizou em sua essência o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais e florestais em áreas prioritárias da Amazônia. Estes projetos aceleraram os processos de ocupação e o povoamento no âmbito regional, desencadeando impactos socioambientais diversificados na região amazônica. (SOUSA, 2009, p. 100).

A instalação de empreendimentos econômicos ligados à transformação industrial, ou seja, à produção siderúrgica foi incorporada ao discurso estatal como uma alternativa cabal ao crescimento econômico e desenvolvimento regional. A este respeito, Loiola (2005, p. 20) enfatiza “os discursos oficiais da época defendiam que a formação de polos ligados ao setor industrial contribuiriam para o crescimento e o desenvolvimento dessas regiões, pois seriam capazes de gerar empregos com aumento da renda e a dinamização da economia regional”.

A lógica de criação destes polos emergiu como uma alternativa economicamente capaz de estabelecer as condições efetivas ao desenvolvimento regional no Maranhão. Sendo que o município de Açailândia em razão de sua posição estratégica, ou seja, por situar-se no contato próximo ao sudeste do Pará, grande área produtora de minério de ferro do país e também em razão da forte disponibilidade de recursos vegetais, especialmente, a madeira constituiu um ponto de apoio fundamental à emergente produção siderúrgica maranhense.

Este modelo desenvolvimentista conduzido pelos governos militares entendia que os padrões de desenvolvimento regional antecedentes eram tidos como incapazes e insuficientes de promover condições efetivas de desenvolvimento. Os governos militares enxergavam as estruturas sociais existentes como atrasadas, sendo incapazes de gerar processos de desenvolvimento local e regional. Somente através da intervenção estatal é que a região amazônica e o sudoeste do Maranhão puderiam superar estas condições de atraso.

Desse modo, a Pré-amazônia maranhense, região onde se insere o município de Açailândia foi estabelecida como uma área prioritária para a instalação de um destes polos.

Os planejadores ou representantes de órgãos estatais e os agentes econômicos se recusaram a reconhecer as forças econômicas locais da região no tocante de serem pensadas como molas propulsoras dos processos de desenvolvimento regional. O extrativismo tradicional dominante na região era traduzido como sinônimo de atraso ao capital nacional e mundial. A racionalidade dos agentes estatais se fundou no estabelecimento de alianças com o capital monopolista nacional e mundial, representados pelos grandes empreendimentos a fim de difundir nestes espaços atividades econômicas voltadas à produção do ferro-gusa como condição necessária ao desenvolvimento regional. Conforme observou Loiola (2010)

A implantação durante as décadas de 1970 a 1980, de indústrias como as siderúrgicas em Açailândia, e noutras áreas da Amazônia brasileira, cumpriu, além de um objetivo geopolítico, com um papel econômico fundamental, diretamente relacionado com os objetivos de manter elevadas as taxas de crescimento econômico. Mas, neste caso, a modernização da região contribuiria diretamente com o projeto nacional na medida em que poderia gerar divisas para sustentar a política implementada pelo governo central. (LOIOLA, 2010, p. 53).

Os empreendimentos econômicos guiados por meio das indústrias siderúrgicas, voltadas à produção de ferro-gusa passaram a partir da década de 1980 a ter papel de destaque na Amazônia oriental e na pré-amazônia maranhense. Uma das variáveis mais importantes para a instalação destes projetos na Amazônia brasileira e, de modo particular, no município de Açailândia/MA foi a construção da Estrada de Ferro Carajás - EFC.

Os 890 quilômetros de extensão de estrada de ferro que interligam a Serra dos Carajás no sudeste paraense ao terminal marítimo da Ponta da Madeira, situado na capital do Estado do Maranhão começou a operar em 1985, passando desse modo por Açailândia, constituindo assim um instrumento essencial ao transporte de riquezas desta região. Desse modo, entende-se que a constituição deste caminho moderno representado pela Estrada de Ferro Carajás - EFC colocou-se como condição vital à dinamização de fluxos nestes espaços.

Ao considerar esta dinâmica, entende-se Açailândia passou a ocupar papel de relevo no cenário maranhense em razão de servir de suporte a crescente produção de ferro gusa. Sobre as atuais características da Estrada de Ferro Carajás, Vieira (2010) destaca

Atualmente esta estrada está em processo de duplicação. Dispõe de 892 quilômetros de extensão; 56 pátios de cruzamento; dois terminais, um na cidade de Carajás e outro em São Luís. São ao todo 214 locomotivas, correspondendo a 13 mil vagões e um moderno centro de controle operacional localizado no município de São Luís. Transporta em média em seus trilhos cerca de 100 milhões de toneladas de ferro (manganês, hematita, sinter feed, cobre e NPCJ); Associa-se a estes produtos, o transporte de 10 milhões de carga (combustível, brita, areia, soja, farelo de soja, ferro-gusa, sucata de gusa entre outros). Cerca de 1.500 pessoas circulam diariamente no trem de passageiros, que liga a capital do Maranhão, São Luís à cidade de Parauapebas no sudeste do Pará. (VIEIRA, 2010, p. 56-57).

Desse modo, entende-se que em razão da localização privilegiada e em face dos determinantes políticos e econômicos é que o município de Açailândia foi escolhido como uma área prioritária para os processos de produção e transformação do ferro-gusa, com vistas também a integrar o complexo industrial siderúrgico do sudeste do estado do Pará.

Vale lembrar que o município de Açailândia no início da década de 1980 era reconhecido com alguns municípios adjacentes como áreas de forte disponibilidade de matéria-prima, especialmente, o carvão vegetal e a lenha, servindo de apoio à expressiva produção mineral da região de Carajás. Todos estes elementos mencionados contribuíram para a instalação na década de 1980 de um polo siderúrgico no município de Açailândia.

A instalação das indústrias de ferro-gusa no município de Açailândia no final da década de 1980 foi induzida por uma favorável dotação de recursos naturais, incluindo nesse cenário o minério de ferro, principal insumo na produção do ferro-gusa, proveniente da província mineral de Carajás, através da recém-construída Estrada de Ferro Carajás - EFC. Associado a este elemento, destaca-se ainda a grande quantidade de carvão vegetal, produzido com baixo custo em relação a Minas Gerais, a disponibilidade de energia advinda da estação da Eletronorte, localizada no município de Imperatriz, a abundância de mão-de-obra existente na região e as boas condições oferecidas através da infraestrutura de transportes. (VIEIRA, 2010, p. 62).

Foi diante deste cenário apresentado que se estabeleceu no início da década de 1980 a constituição do polo siderúrgico no município de Açailândia, formado pela presença de cinco indústrias que atuam diretamente na produção da atividade siderúrgica.

O quadro exposto a seguir enfatiza a caracterização das indústrias que compõem o parque siderúrgico do município de Açailândia. Esta composição levou em conta o ano de instalação dos empreendimentos, a quantidade de fornos, a capacidade anual de produção em toneladas e os empregos previstos no estágio inicial de funcionamento destas empresas.

Quadro 8: Açailândia/MA - Composição das indústrias do polo siderúrgico

Denominação	Ano de Instalação	Quantidade de fornos	Capacidade anual de produção (ton)	Empregos previstos	
				Direto	Indireto
Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré	1988	02	240.000	150	1350
Viena Siderúrgica S.A	1988	05	500.000	192	1500
Siderúrgica do Maranhão S.A	1993	02	200.000	170	1400
Gusa Nordeste S.A	1993	03	225.000	155	1455
Fergumar	1997	02	217.000	188	1500
Totais no polo siderúrgico		14	1.382.000	855	5750

Fonte: Asica, 2005.

Organização: Evangelista, 2008.

A constituição deste polo siderúrgico no município de Açailândia encontrou estreitos vínculos com o financiamento estatal estabelecido por meio de recursos financeiros concedidos pelos governos militares à Amazônia. Açailândia em razão das condições geográficas, recursos naturais disponíveis e da mão-de-obra barata e abundante representou um espaço estratégico para o desenvolvimento da siderurgia. Conforme Evangelista (2008)

As empresas de ferro gusa, únicas no segmento industrial listado no planejamento governamental que vieram se estabelecer nesta região maranhense, contaram para a sua implantação com o forte apoio de financiamentos públicos oriundos do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR e do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM. Uma vez aprovados estes projetos, seus signatários recebiam até 75% do valor total indicado como necessário ao desenvolvimento dos projetos de manejo florestal e de produção siderúrgica. (EVANGELISTA, 2008, p. 45).

Segundo as informações dispostas no quadro 8 pôde-se observar que os primeiros empreendimentos siderúrgicos implantados em Açailândia corresponderam à Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré e a Viena Siderúrgica S/A. Estas empresas foram constituídas no final da década de 1980, ou seja, no ano de 1988 e apresentaram respectivamente a capacidade anual de produção 240.000 e 500.000 toneladas de ferro gusa.

A capacidade inicial de empregos previstos e gerados por meio da Viena Siderúrgica foi de 192 empregos diretos e 1500 indiretos. Para a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré foram estimados em torno de 150 empregos diretos e 1350 indiretos.

Na década seguinte, ou seja, nos anos noventa a presença destas empresas siderúrgicas se consolidou no município de Açailândia em razão da instalação de mais três empreendimentos: Simasa (1993); Gusa Nordeste (1993) e Fergumar (1997). Conforme os dados apresentados no quadro 9 entende-se que o volume total de empregos diretos gerados por estes empreendimentos foram estimados em quase mil. Já os empregos indiretos estimados para as décadas de 1980 a 1990 giraram em torno de quase seis mil. A capacidade de produção estimada pelos cinco empreendimentos siderúrgicos nesta fase inicial de funcionamento, ou seja, entre as décadas de 1980-1990 foi de 1.382.000 toneladas/ano.

Estes fatos sinalizaram para o impulso e dinamismo econômico e demográfico no sudoeste do Maranhão. Esta região conheceu a partir de 1980 notáveis processos de crescimento econômico e demográfico em face da difusão da siderurgia. No entanto, é válido afirmar que os discursos promovidos pelos atores envolvidos com a indústria siderúrgica não confirmaram na prática as condições de desenvolvimento local e regional às populações residentes no entorno ou próximos destes projetos. Este fato confirma os reais significados dos grandes empreendimentos, ou seja, dos enclaves econômicos difundidos na Amazônia brasileira e, de modo particular, no sudoeste do Maranhão. Sobre a natureza e os significados que são inerentes a estes projetos, Vainer e Araújo (1992) enfatizam

Os grandes projetos econômicos, mais do que nada, são geradores das novas regiões. Aí temos, por exemplo, a constituição da região de Carajás, a região de Sobradinho, a região de Itaipú, a região da Aracruz Celulose. [...] O planejamento e a gestão desses espaços passam inevitavelmente à esfera das competências, atribuições e processos de gestão comandados por estes grandes empreendimentos ou mesmo pelas agências setoriais responsáveis pela promoção destes investimentos. [...] Na maioria dos casos estas ações se dão de modo informal e não explícita. Como exemplo, pode-se mencionar o espaço produzido e gerido a partir dos interesses da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD. (VAINER e ARAÚJO, 1992, p. 30).

Logo é percebido que o espaço passou a ser produzido e reproduzido conforme os desígnios impostos pelos agentes hegemônicos presentes na região. Desse modo, entende-se que há relações estreitas entre os interesses dos atores políticos e os agentes econômicos.

Os processos de mediação políticos orientados a partir das intervenções do Estado consistem em elementos fundamentais na apropriação dos recursos existentes nesta região. Estas intervenções guiadas pelos atores políticos (Estado) e econômicos apresentaram papéis essenciais na reestruturação regional, uma vez que, corroboraram para a instalação destes empreendimentos na região. Assim sendo, o espaço passou a ser produzido e reproduzido conforme os interesses destes atores. Dito isto, faz-se necessário uma análise criteriosa a fim de entender os nexos que unem os interesses econômicos aos políticos. Tadeu Arrais (2007) ao refletir sobre a dimensão política impressa no espaço regional enfatiza a necessidade de

Superação do conceito clássico de região, especialmente, aquele ligado à administração pública que propõe uma regionalização do espaço seja a partir da homogeneidade ou mesmo da funcionalidade seguindo os limites administrativos, negando a dimensão conflituosa dos atores que se projeta no espaço regional. A construção de um conceito político de região não deve estar preso à institucionalidade e deve considerar, ao mesmo tempo, a região como palco de lutas dos atores sociais (especialmente dos atores governamentais e empresariais) e na afirmação de seus projetos regionais. (ARRAIS, 2007, p. 73).

O reconhecimento destes conflitos existentes no espaço regional, sobretudo, em razão daqueles atores que não se inserem nas novas racionalidades impostas pelo capital constitui um aspecto fundamental a ser considerado nos processos de reestruturação das regiões e lugares que sofrem com as intervenções dos grandes projetos econômicos.

A implantação destes enclaves econômicos em determinadas regiões e cidades tem implicado numa dinamização econômica destes espaços. Este fato pôde ser notado em Açailândia em função do crescimento do seu produto interno bruto. No entanto, cumpre reconhecer os processos de exclusão social que são inerentes a esta dinâmica. Para além do crescimento econômico neles verificados cabe indagar sobre as efetivas condições de desenvolvimento das populações locais e da região que nem sempre se confirmam.

Estes fatos evidenciam com clareza os reais significados dos grandes projetos de investimentos que se materializam no território maranhense. Nessa direção, Vainer e Araújo (1992) destacam os verdadeiros significados destes empreendimentos econômicos

Ao invés da modernização, prometida pelos discursos (apologéticos ou com pretensões teórico-conceituais) acerca dos polos de desenvolvimento, o resultado tem sido as chamadas catedrais no deserto, enclaves que canalizam para o exterior (da região e do país) os impulsos econômicos dinâmicos. Ao invés da redução das disparidades regionais e da desconcentração industrial tem-se a captura das periferias (recursos minerais, energéticos, etc) pelos centros hegemônicos nacionais e/ou internacionais. As regiões de implantação destes projetos, de modo geral, têm restado à desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social, e, quase sempre, a degradação ambiental. (VAINER e ARAÚJO, 1992, p. 33).

Estes são os efeitos socioespaciais concretos resultantes da presença dos grandes empreendimentos econômicos instalados na Amazônia brasileira, não sendo diferente esta dinâmica na realidade do distrito industrial de Piquiá, localizado no município de Açailândia.

De modo geral o que se observa nestes espaços é a desestruturação das atividades econômicas antecedentes ligadas ao extrativismo e à agricultura tradicional. Com isto é válido afirmar que estas formas de intervenção do capital e do Estado nos processos de produção e gestão destes espaços têm cada vez mais conduzido às populações locais e regionais a condições de depauperamento. Desse modo, o espaço tem sido produzido conforme os interesses destes agentes hegemônicos. A este respeito, Lefebvre (2008) contribui ao afirmar

Existe uma ideologia do espaço. [...] Esse espaço que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social. A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Esta se vincula à presença de grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo e para explorá-lo. (LEFEBVRE, 2008, p. 62).

A dimensão política enfatizada por Lefebvre (2008) contribui significativamente à nossa análise acerca das relações entre os grandes projetos e processo de produção do espaço regional, particularmente, no município de Açailândia que passou a ser produzido e reproduzido levando em conta as ações e interesses do Estado e do capital monopolista.

É mediante esta comunhão de interesses entre os agentes econômicos e políticos que o processo de reestruturação regional tem se efetivado. É por meio dos laços constituídos através destas alianças que os processos de reprodução do espaço se afirmam e com isto se concretiza a exploração dos recursos e populações no município de Açailândia e região.

Ainda relacionada à constituição dos empreendimentos siderúrgicos no município de Açailândia, o quadro 9 atesta que foi na década de 1990 que se consolidou a presença dos empreendimentos siderúrgicos neste município em razão da instalação no ano de 1993 da Siderúrgica do Maranhão S/A – SIMASA e da Gusa Nordeste. Soma-se à presença destas empresas, a instalação da Ferro Gusa do Maranhão S/A – FERGUMAR no ano de 1997.

A instalação destes empreendimentos econômicos no município Açailândia revela assim, como tem ocorrido em outras regiões da Amazônia brasileira que é preciso estar atento aos discursos desenvolvimentistas que passaram a defender a ideologia do desenvolvimento regional como condição necessária à superação do atraso econômico dominante nestes espaços. Nessa direção, são válidas as contribuições de Marcelo Carneiro (1992)

A instalação desse conjunto de empresas cria uma nova situação para o município de Açailândia, logo se assistiu à constituição de um distrito industrial, ou seja, de um dos mais importantes parques industriais do Maranhão, com a criação de cerca de mil empregos diretos. [...] Associada à atividade siderúrgica expandiu-se também a produção de carvão vegetal, que é o processo produtivo de maior impacto para a região, considerando o número de empregos gerados. (CARNEIRO, 1992, p. 56).

A produção vinculada à atividade siderúrgica em Açailândia despontou como uma das atividades econômicas proeminentes no estado do Maranhão na década de 1980, sendo entendida como pioneira no sudoeste maranhense. No entanto, cumpre reconhecer os efeitos positivos e negativos gerados por estas atividades, uma vez que o propalado desenvolvimento e os benefícios gerados às populações locais e desta região nem sempre se confirmaram. Este fato coloca em relevo a necessidade de uma análise criteriosa a fim de entender os prós e contras que envolvem a presença destes empreendimentos no Maranhão. É preciso indagar sobre os efeitos socioespaciais acarretados em função da presença destas atividades.

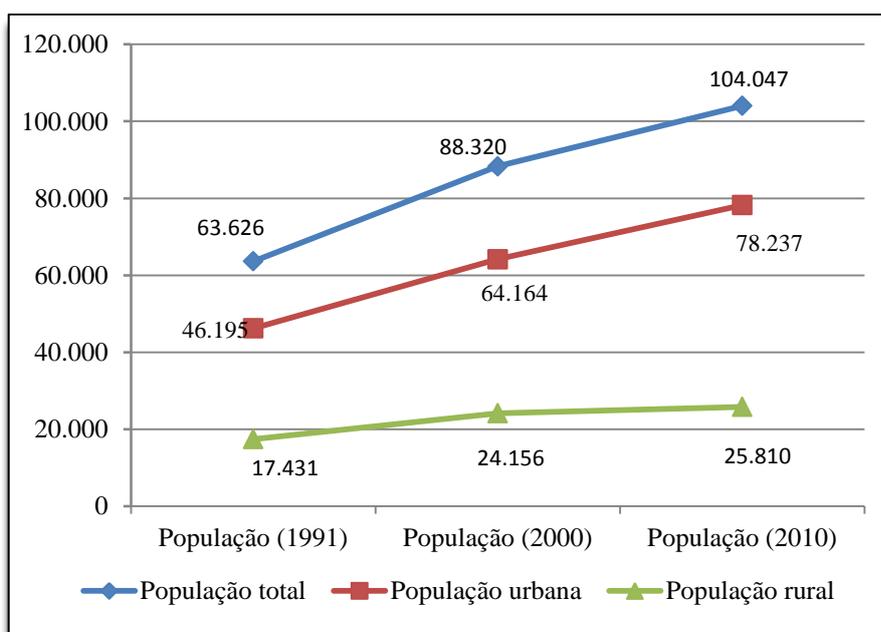
A fim de compreender a materialidade destes efeitos socioespaciais (positivos e negativos) gerados pela produção siderúrgicas em Açailândia inicialmente são destacadas as mudanças de ordem demográfica. Posteriormente estaremos enfatizando as transformações econômicas e sociais desencadeadas neste município a partir da década de 1980.

4.1.2 Aspectos da estrutura demográfica do município de Açailândia

Nesta seção destacamos as informações relacionadas à evolução da estrutura demográfica e econômica do município de Açailândia. Nesta análise considerou-se a dinâmica assumida por este município entre as décadas de 1991 a 2010 em face do estudo da evolução da população total, urbana e rural residente neste município no referido período.

Inicialmente serão destacados os dados relativos ao dinamismo demográfico impresso no município de Açailândia tendo como ponto de partida a década de 1990. Tomou-se este período como referência por entender que foi a partir de 1981 que a cidade de Açailândia conheceu a sua emancipação político-administrativa no cenário maranhense.

Gráfico 1: Açailândia - crescimento da população total, urbana e rural (1991-2010)



Fonte: IBGE, 2010.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

O município de Açailândia conheceu a sua emancipação no ano de 1981, tendo sido desmembrado neste período do município de Imperatriz. Por este motivo, o levantamento das informações referentes ao dinamismo demográfico desta cidade leva em conta os dados estabelecidos a partir do censo demográfico sistematizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE na década de 1990 estendendo-se até o ano de 2010.

Conforme as informações dispostas no gráfico 1 entende-se que a população total do município de Açailândia representou na década de 1990 em termos absolutos 63.626 habitantes. No ano de 2000, esta participação da população total foi da ordem de 88.320 habitantes. Já no ano de 2010, a população total equivaleu a 104.047 habitantes.

Desse modo, ao considerar o dinamismo demográfico deste município entre as décadas de 1991 a 2010 infere-se que o ritmo de crescimento da população total notado neste período foi da ordem de 63,53%. A distribuição deste crescimento deu-se da seguinte forma. Entre as décadas de 1991 a 2000 o crescimento relativo foi da ordem de 38,81%. Entre as décadas 2000 a 2010 o crescimento percentual registrado da população total foi de 17,81%.

Estes números apresentados confirmam a teoria já enfatizada neste estudo por Becker (2013), que ressalta o célere crescimento da população como um dos aspectos peculiares na organização do espaço amazônico. A exemplo do que ocorre em outros núcleos urbanos da região, sobretudo, àqueles que ligados aos grandes projetos, Açailândia registrou neste período elevado crescimento demográfico, sendo inclusive superior às médias do país.

Este elevado incremento populacional verificado no município de Açailândia a partir da década de 1980 e expresso por meio do crescimento de sua população total, urbana e rural se associam aos surtos econômicos gerados pela presença das empresas siderúrgicas. No entanto, é preciso destacar ainda os estreitos laços destes empreendimentos com os processos de intervenção política manifestados na região amazônica, particularmente, neste município que foram vitais à instalação e funcionamento destas atividades econômicas.

Ao considerar este dinamismo demográfico observado em alguns núcleos urbanos da Amazônia oriental, sendo também compartilhado em Açailândia é importante atentar para uma questão que se coloca como crucial nesse cenário.

Esta diz respeito à ausência de sustentabilidade econômica, política e ambiental. Os surtos de crescimento populacional e econômico são notórios nestas cidades. No entanto, eles não têm se convertido numa melhoria da qualidade de vida das populações, denotando o elevado grau de carências urbanas generalizadas. Nessa direção, Becker (2005) pondera

Indicadores de oferta de infraestrutura urbana, condições de habitabilidade urbana e atendimento à saúde expressam tal generalização e carência, apresentando um padrão convergente. As condições mais satisfatórias são encontradas nas capitais estaduais, nas cidades ligadas aos grandes projetos e em lugares onde se registra a atuação da grande empresa agroindustrial, apesar da presença concomitante de grandes bolsões de pobreza. Com relação à educação, a região apresenta um padrão homogêneo com níveis muito baixos de instrução. (BECKER, 2005, p. 409).

Os indicadores sociais dos núcleos urbanos da Amazônia brasileira são baixos e expressam o sentido caótico e precário da célere urbanização desta região. Já ressaltamos esta especificidade na realidade urbano-regional impactada por grandes projetos econômicos no território maranhense. As ilustrações expostas a seguir asseveram esta condição da precariedade da estrutura urbana, sendo visível e concreta no município de Açailândia.



Foto 21: Açailândia/MA - condições das moradias – Bairro Jardim de Alah

Autor: SOUSA, Jailson de Macedo. (2014).



Foto 22: Açailândia/MA – condições das moradias Bairro Vila Ypiranga

As ilustrações antes expostas revelam alguns dos reais conteúdos do processo de urbanização materializado na Amazônia brasileira e, particularmente, em Açaílândia.

A urbanização é caracterizada pela ausência do poder público nos processos de planejamento e gestão do espaço urbano. As cidades amazônicas que têm acolhido os grandes projetos econômicos revelam por meio dos seus conteúdos a ausência de infra-estrutura e equipamentos urbanos como um dos seus aspectos peculiares. No caso do município de Açaílândia, este traço é evidente e expõem a fragilidade da urbanização uma vez que são nítidos os problemas sociais decorrentes do acelerado crescimento urbano, notadamente, o acesso à coleta de lixo, rede coletora de água e esgotos e o saneamento ambiental em geral.

Os surtos de crescimento econômico e demográfico verificados no município de Açaílândia a partir de 1980, em razão da instalação das empresas siderúrgicas não foram capazes de assegurar às populações locais condições de desenvolvimento. Este fato pode ser explicado tanto em relação à expansão e reprodução de áreas periféricas nesta cidade como também em função da ausência de políticas públicas adequadas à sua população.

O que se observa principalmente nas áreas de influência, ou seja, no contato imediato das empresas siderúrgicas são condições inadequadas de habitação. O bairro industrial de Piquiá constitui neste cenário um retrato concreto destas desigualdades intra-urbanas e da segregação socioespacial que se materializa no município de Açaílândia.

Estes fatos apresentados colocam em evidência a importância de se refletir sobre as perspectivas de desenvolvimento destas cidades. A dimensão política se impõe nesse cenário como condição fundamental ao planejamento e execução de políticas públicas que vislumbrem superar os problemas socioambientais e as disparidades sociais que são tão característicos a esta cidade. A dimensão política é entendida nesse contexto como elemento-chave, uma vez que permitirá às gestões locais a repensarem os trajetos céleres e degradantes que envolvem social e ambientalmente os processos de produção do espaço urbano.

Ainda relacionado ao dinamismo demográfico que se faz presente no município de Açailândia entre as décadas de 1991 a 2010, observou-se que há uma intensa participação da população na sede deste município, ou seja, o crescimento foi mais intenso na área urbana.

Entre às décadas de 1991 a 2010 esta participação da população concentrada na sede municipal correspondeu em termos percentuais a 69,36%. Ao considerar a distribuição desta participação da população urbana no conjunto total, observou-se que entre as décadas de 1991 a 2000, o crescimento deste segmento populacional foi da ordem de 38,90%. Já entre as décadas de 2000 a 2010 o crescimento da população urbana equivaleu a 21,93%.

Diante destes números apresentados é possível deduzir que o período mais intenso de crescimento da população urbana no conjunto da população total de Açailândia foi entre as décadas de 1991 a 2000. Este é entendido como o período em que os investimentos ligados à produção da atividade siderúrgica passaram a atuar com mais vigor no município de Açailândia, denotando assim, uma maior atração de fluxos migratórios oriundos de distintas regiões do país, especialmente, das regiões pobres do nordeste e do estado do Maranhão. O Estado, associado aos interesses de grupos capitalistas se ocupou em promover discursos “desenvolvimentistas” a fim de atrair as populações que foram cooptadas a oferecer a mão de obra barata aos empreendimentos siderúrgicos instalados nesta região.

Em pouco mais de duas décadas o que se observou no caso particular do município de Açailândia foi um crescimento urbano exarcebado, confirmando as tendências já mencionadas neste estudo. É evidente que as relações entre os grandes prônimos econômicos e o crescimento demográfico, sobretudo, urbano irão confirmar esta tendência, não podendo desse modo ser refletido de modo igual em todas as áreas urbanas do estado do Maranhão.

Este intenso crescimento em áreas urbanas tem revelado vários problemas sociais e ambientais no município de Açailândia. Este fato tem colocado em relevo a necessidade de se refletir sobre as políticas públicas como caminho viável ao ordenamento desta cidade.

Ao observar este dinamismo populacional em outras cidades amazônicas, ou seja, no estado do Pará e relacioná-lo aos grandes projetos, Coelho et al (2003) enfatizam

A trajetória populacional analisada no estado do Pará tomando como base a história recente de industrialização na Amazônia oriental correspondente às três últimas décadas do século XX permite identificar os cenários expressivos do crescimento de populações vinculadas aos grandes empreendimentos econômicos. [...] No primeiro período, de 1970 a 1980, os municípios-sede dos projetos produtivos e de infra-estruturas de grande porte, apresentaram taxas de crescimento populacional elevadas. Estes foram os casos de Tucuruí 19,04%, Almeirim 10,78% e Oriximiná 4,73%. No segundo período, de 1980 a 1991, Barcarena com uma taxa de 7,84%, foi o município que mais cresceu. Neste município as obras de instalação da Albrás e da Alunorte iniciaram em 1980. No terceiro período, ou seja, de 1991 a 2000, o ritmo de crescimento da população dos municípios-sede dos grandes projetos haviam caído. Todavia, Barcarena, Marabá e Parauapebas ainda apresentaram taxas consideradas elevadas, 3,62%, 3,46% e 3,32%. (COELHO et, all, 2003, p. 657-694).

Estas informações destacadas por Coelho et al (2003) confirmam os estreitos vínculos que são estabelecidos entre o crescimento populacional dos municípios-sede e a presença de grandes projetos neles instalados. Esta dinâmica não tem se manifestado de modo distinto no município de Açailândia. O que se observou logo após a instalação das empresas siderúrgicas nesta cidade foi o intenso crescimento das populações residentes na área urbana.

Não obstante, é necessário indagar acerca dos efeitos socioespaciais acarretados por este crescimento célere que se faz presente tanto nas áreas rurais, mas principalmente, nas áreas urbanas. Entende-se que os instrumentos de planejamento e as gestões públicas municipais não têm operado com eficiência nestes núcleos urbanos. O caso de Açailândia é revelado com propriedade esta ausência da participação do poder público na gestão municipal.

Outro dado preocupante diz respeito à falta de compromisso dos grandes empreendimentos diante dos graves e intensos problemas socioambientais ocasionados nas áreas urbanas e no espaço rural destes municípios. Houve desde o início da década de 1980 uma transformação abrupta e violenta dos espaços rurais em áreas urbanas, sem uma preocupação adequada por parte do poder público e dos grandes empreendimentos em dotar as novas áreas de infraestrutura urbana adequada. Este dinamismo propagado a partir da instalação de grandes projetos provocou ainda um esvaziamento das populações do campo.

Estes fatos têm apresentado implicações diversas e efeitos socioespaciais nefastos no município de Açailândia, particularmente, em razão dos graves problemas socioambientais acarretados à sua população que antes tinham os seus vínculos estabelecidos com o campo.

O processo de transição do rural ao urbano em Açailândia manifestou-se de forma célere e violenta. A chegada dos empreendimentos siderúrgicos transformou em um espaço de tempo muito curto as áreas rurais antes destinadas ao cultivo de produtos tradicionais da agricultura familiar (arroz, milho e mandioca) em áreas industriais. Com isto, estas relações econômicas que antes eram pautadas na produção da agricultura tradicional foram forçosamente alteradas pela presença da atividade siderúrgica. Este fato é evidenciado em face do dinamismo populacional já mencionado no gráfico 1 que também destaca o declínio das populações residentes no campo, ou seja, em áreas rurais do município de Açailândia no período correspondente às décadas de 1991 a 2010.

Ao considerar o dinamismo demográfico e a participação das populações residentes no campo, ou seja, no espaço rural do município de Açailândia, observa-se que o crescimento da população rural durante todo este período (1991 a 2010) foi de 48,07%. A distribuição do crescimento deste segmento populacional entre as décadas de 1991 a 2000 correspondeu a uma participação de 38,58%. Já entre as décadas de 2000 a 2010 foi registrado um crescimento deste segmento populacional na ordem de 6,85%.

Diante destes dados apresentados notou-se que o crescimento da população rural foi mais intenso entre as décadas de 1991 a 2000. Entre os elementos que explicam a célere participação deste segmento populacional estão às migrações oriundas do estado do Maranhão e de demais regiões do nordeste, que foram atraídas para esta região antes mesmo da década de 1980 em razão do deslocamento das fronteiras agrícolas e do desenvolvimento de políticas públicas que foram implantadas pelos governos militares na região amazônica cuja função central se fundamentou em ocupar os imensos “espaços vazios” destes territórios.

A presença dos empreendimentos em Açailândia também explicita os verdadeiros significados dos conteúdos atuais da urbanização difundida na Amazônia brasileira, não sendo diferente nesta cidade. Estes conteúdos são caracterizados pela intensa presença de áreas destituídas de infraestrutura urbana e de vários problemas socioambientais.

Como exemplo desta problemática é nítida a poluição atmosférica manifestada em níveis alarmantes no bairro Piquiá. Os ruídos gerados pelas máquinas das empresas e a fuligem dispersa no ar são ingredientes comuns destes processos poluidores ocorridos no município de Açailândia. Desse modo, entende-se que a centralidade econômica gerada pelos empreendimentos siderúrgicos caracteriza-se como sendo **exógena e espúria** uma vez que não tem possibilitado aos sujeitos locais se beneficiarem de suas benesses.

Associados a estes problemas cumpre destacar ainda os problemas relativos à empregabilidade que nem sempre se confirmaram. A quantidade de empregos propalados pelas empresas na maioria das vezes não passam de engodo, ou seja, discursos vazios sendo caracterizados pela terceirização. Em Açailândia esta traduz uma das alternativas mais eficazes adotadas pelos empregadores. Estas relações de trabalho são inerentes à atual fase de organização da economia pós-fordista. David Harvey (1989) nessa direção enfatiza que

Considero igualmente perigoso fingir que nada mudou nas relações de trabalho, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica das indústrias de áreas centrais para os novos países industrializados se acentuaram, encetando novas práticas nas formas de organização do trabalho, marcadas pela flexibilização. [...] A flexibilidade dos processos de organização do mercado de trabalho pautados na automação e inovação tecnológica se transformou em um dado evidente no mercado de trabalho mundial e tem se projetado como uma racionalidade que conduz os trabalhadores em geral no mundo. (HARVEY, 1989, p. 179).

As informações apresentadas nesta seção objetivaram levantar alguns aspectos que tem movido à dinâmica demográfica no município de Açailândia. Desse modo, observou-se que o processo de transição das populações rurais à condição urbana deu-se num estágio de tempo célere. Este fato está diretamente associado à presença de novas estruturas econômicas no município de Açailândia, notadamente, a instalação de indústrias siderúrgicas.

Observou-se ainda que esta transição das populações rurais à condição urbana tem sido dolorosa e nefasta, uma vez que carrega consigo todas as chagas sociais e ambientais que são inerentes ao crescimento urbano vertiginoso e concentrado, constituindo um traço peculiar às cidades que passaram a acolher os grandes empreendimentos econômicos na Amazônia.

Após indicar alguns elementos que são entendidos como primordiais à compreensão do dinamismo demográfico presente no município de Açailândia, interessa refletir e entender alguns aspectos que têm caracterizado a estrutura produtiva desta cidade que é marcada pela expressiva participação do segmento industrial em razão da presença das empresas siderúrgicas e também a pujante participação da atividade comercial.

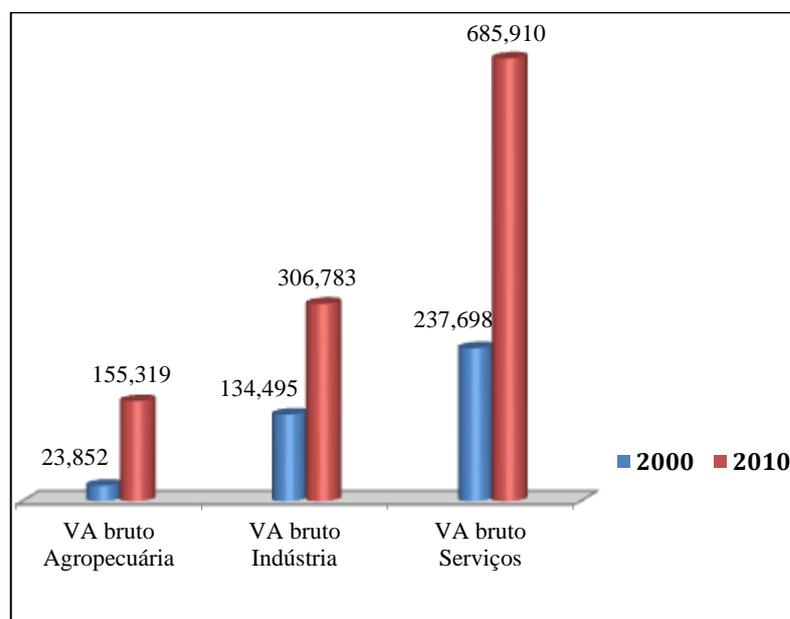
4.1.3 Elementos da estrutura econômica do município de Açailândia

As ideias apresentadas nesta seção se fundamentam numa breve exposição acerca da organização das estruturas produtivas, ou seja, das principais atividades econômicas que se fazem presentes no município de Açailândia. Nesta leitura, ressaltam-se alguns elementos característicos da dinâmica socioeconômica de Açailândia, sobretudo, o dinamismo econômico gerado pela difusão da atividade siderúrgica e também o dinamismo econômico propagado em função do desenvolvimento das atividades terciárias.

A organização do produto interno bruto – PIB notabilizado no município de Açailândia no período correspondente aos anos de 2000 e 2010, atesta com propriedade que a dinâmica econômica deste município tem sido mobilizada em razão do desenvolvimento da atividade industrial com intensa participação do setor siderúrgico e da forte presença do segmento terciário em face da expressiva participação da atividade comercial e dos serviços.

Estes segmentos econômicos apresentados constituem conforme o produto interno bruto – PIB indicado a seguir como os elementos mais dinâmicos, ou seja, as molas propulsoras que se materializam no interior da economia do município de Açailândia.

Gráfico 2: Açailândia/MA - Evolução e valor adicionado do PIB por setores da economia (2000 e 2010)



Fonte: IBGE/IMESC, 2012.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os números destacados no gráfico 2 revelam a composição do produto interno bruto – PIB materializado no município de Açailândia nos anos de 2000 e 2010. Por meio destas informações buscou-se entender a evolução das atividades econômicas que se materializam neste município, representadas por meio dos seus distintos segmentos.

Desse modo, observou-se que em termos absolutos a soma dos três setores econômicos representou no ano de 2000 uma participação de R\$ 396.045,00. Em termos absolutos o valor adicionado relativo à participação do setor primário, ou seja, da agropecuária no ano de 2000 equivaliu a R\$ 23.852. No ano de 2010, esta participação do PIB primário contou com valoroso crescimento, denotando participação de R\$ 155.319.

Em termos percentuais o aumento do PIB vinculado ao setor primário (agricultura e pecuária) entre os anos 2000 a 2010 correspondeu a 551,18%. Logo se percebe a importância deste segmento para a economia do município de Açailândia e região que é representada, especialmente, pela intensa participação da pecuária de corte e de leite.

O sudoeste do Maranhão onde se insere o município de Açailândia representa no cenário estadual uma das principais bacias leiteiras do estado do Maranhão que é responsável também por significativa produção de bovinos de corte. Este fato justifica, em certa medida, este crescimento do PIB primário registrado no referido período.

Ao considerar o dinamismo econômico expresso por meio do valor agregado junto à atividade industrial de Açailândia, notou-se que em termos absolutos a participação do PIB deste segmento no ano de 2000 equivaleu a R\$ 134.495. Já no ano de 2010 esta participação correspondeu a R\$ 306.783. Em termos percentuais, o crescimento do valor agregado do PIB industrial verificado entre os anos de 2000 a 2010 equivaleu a 128,01%.

Diante do exposto, observa-se que nesse intervalo, ou seja, entre os anos de 2000 a 2010 foi bastante significativa a participação do setor industrial no município de Açailândia. Esta elevada participação do segmento industrial está encontra respostas e estreitos vínculos em função da presença e difusão dos empreendimentos siderúrgicos nesta cidade.

Ainda em conformidade com as informações apresentadas no gráfico 2 que se relacionam à organização do produto interno bruto do município de Açailândia, observou-se que o segmento terciário apresentou no conjunto do PIB total deste município papel de destaque. Esta notoriedade é explicada, particularmente, pela intensa participação deste segmento no período compreendido entre os anos de 2000 e 2010.

No ano de 2000 a participação do segmento terciário equivaleu em termos absolutos a R\$ 237.698. No ano de 2010, por sua vez, a participação do valor agregado do PIB terciário correspondeu a R\$ 685.910. O aumento percentual deste segmento econômico neste intervalo, ou seja, entre os anos de 2000 a 2010 foi da ordem de 188,56%.

Com isto, se deduz a importância crescente da atividade comercial e dos serviços no município de Açailândia que é notada em função da instalação de estabelecimentos comerciais e de serviços e na ampliação destas atividades nesta cidade.



Fotos 23: Açailândia/MA – Centro comercial Avenida Tácito de Caldas **Foto 24: Açailândia/MA – Centro comercial Rua Duque de Caxias**

Autor: SOUSA, Jailson de Macedo. (2014).

No que concerne à distribuição do produto interno bruto - PIB de cada segmento, ou seja, levando-se em conta a participação de cada setor econômico do município de Açailândia, observou-se que no ano de 2000, a participação relativa do setor agropecuário foi da ordem de 6,02% no universo total do PIB deste município. Já a participação do PIB industrial, por seu turno, foi da ordem de 33,96% neste mesmo período. A participação do PIB vinculado ao segmento terciário correspondeu durante o período destacado a 60,02%.

No entanto, é possível notar que no ano de 2010 ocorreram algumas mudanças nesta composição e distribuição do produto interno bruto do município de Açailândia. Nesses termos, o percentual do PIB ligado ao segmento primário equivaleu neste período a 13,53%. Já a participação do PIB vinculado ao setor secundário correspondeu neste mesmo período a 26,72%. Ao levar em conta a participação do PIB ligado ao segmento terciário no ano de 2010, observou-se que este foi da ordem de 59,75%.

Diante destes dados apresentados pode-se inferir que os segmentos mais representativos da economia Açailandense no ano de 2000 foram respectivamente o setor terciário e secundário. Este mesmo dinamismo também se manteve para o ano de 2010, sendo que houve relativa mudança com maior participação neste intervalo do setor primário.

Vale destacar que no ano de 2000 a participação conjunta dos segmentos secundário e terciário corresponderam a 93,98% no universo total do PIB do município de Açailândia. No ano de 2010, esta importância se reduziu um pouco, ou seja, somando-se a participação destes dois segmentos, suas participações foram de 86,43% no conjunto total.

Destarte, é notória a importância dos segmentos secundário e terciário no interior da economia açailandense. Esta pujança do segmento industrial está vinculada, principalmente, ao desenvolvimento da atividade siderúrgica que desde a década de 1980 tem se apresentado como um dos componentes mais importantes da economia maranhense, equivalendo desse modo, a um dos principais polos industriais do estado do Maranhão.

É importante associar ao dinamismo econômico promovido pela indústria siderúrgica a presença e o desenvolvimento das atividades terciárias que apresentam expressiva participação nesta cidade. Os dados expostos por meio do PIB atestam esta relevância deste segmento que respondeu no ano de 2010 por mais de 51% das atividades produtivas de Açailândia. A fim de apreender os significados destas dinâmicas materializadas no município de Açailândia inicialmente serão destacados aspectos peculiares dos efeitos gerados pela produção da atividade siderúrgica. Posteriormente, serão enfatizados alguns elementos inerentes ao dinamismo da atividade comercial que se faz presente nesta cidade.

No que tange à obtenção de dados relativos à produção da atividade siderúrgica em Açailândia é importante registrar as dificuldades encontradas na coleta destes. Este fato se associa às constantes denúncias e aos graves problemas socioambientais acarretados às populações que residem no entorno destas empresas e em áreas mais afastadas do município.

O município de Açailândia se localiza a 78 km do município de Imperatriz, principal núcleo urbano investigado neste estudo. Tivemos a oportunidade de nos dirigir pelo menos quatro vezes a esta cidade entre os meses de agosto e setembro de 2013 e de maio e agosto de 2014 a fim de obtê-los, recorrendo às siderúrgicas situadas no distrito de Piquiá.

Na maioria das vezes, mesmo sendo justificada a importância destes dados ao estudo aqui proposto o acesso a eles nos foi negado. Mesmo tendo encaminhado previamente email com carta de apresentação do pesquisador estas informações foram negadas.

Após um ano dos primeiros contatos com as empresas siderúrgicas, somente em agosto de 2014 é que conseguimos alguns dados junto à secretaria de indústria e comércio do município de Açailândia. Mesmo reconhecendo que estes dados necessitam de atualização, entende-se que eles foram vitais para apreender o dinamismo econômico impresso em Açailândia. A tabela que segue enfatiza aspectos essenciais do processo de organização e da produção siderúrgica verificada no polo industrial do município de Açailândia.

Tabela 14: Açailândia/MA - Caracterização das indústrias do polo siderúrgico

Siderúrgica	Nº de Alto-fornos	Nº de funcionários próprios (formais)	Produção média anual de ferro gusa (tonelada)
COSIMA	02	350	264.000
FERGUMAR	02	234	216.000
GUSA NORDESTE	02	218	216.000
MARGUSA	05	170	180.000
SIMASA/PINDARÉ	05	650	564.000
VIENA	05	560	480.000
TOTAL	21	2.182	1.920.000

Fonte: Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão – SIFEMA, 2008.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados dispostos na tabela 14 reforçam a significativa produção siderúrgica desenvolvida desde a década de 1980 no município de Açailândia. De acordo com o cenário apresentado as empresas representadas por meio da Simasa/Pindaré e Viena exercem no conjunto total do polo o comando deste segmento. Este exercício de comando da siderurgia concentra-se em Açailândia, podendo ser notado pela expressiva produção das empresas destacadas. Neste caso, a Simasa/Pindaré contando com 05 altos-fornos apresentou no ano de 2008 uma produção de 564.000 toneladas de ferro gusa. A Viena siderúrgica, dispondo da mesma quantidade de fornos produziu neste mesmo período 480.000 toneladas de ferro gusa.

Neste cenário relacionado à produção do ferro gusa no Maranhão apenas as empresas Margusa e Usimar estão localizadas fora do polo siderúrgico de Açailândia. A empresa Margusa está situada no município de Bacabeiras nas proximidades da capital, São Luís. Já a Cosima se localiza no município de Santa Inês no noroeste do estado do Maranhão.

É importante reconhecer também o número de empregos gerados por estes empreendimentos que, no quadro geral vinculado ao segmento da siderurgia no estado do Maranhão apresentaram conjuntamente 2.182 vínculos diretos gerados em todo o estado no ano de 2008. Destes empregos, 1.662 se concentraram no polo siderúrgico de Açailândia.

Outro elemento que se insere na cadeia econômica vinculada ao processo de produção do ferro gusa diz respeito ao carvão vegetal que alimenta os alto-fornos dos empreendimentos siderúrgicos que estão presentes no território maranhense. Nesse sentido, apresenta-se na tabela 15 a quantidade total de fornecedores de carvão vegetal que estão ligados diretamente ao polo siderúrgico do município de Açailândia e maranhense.

Tabela 15: Açailândia/MA – Fornecedores de carvão vegetal das siderúrgicas, 2008

Siderúrgicas	Nº médio de fornecedores
COSIMA	200
FERGUMAR	75
GUSA NORDESTE	35
MARGUSA	28
SIMASA/PINDARÉ	262
USIMAR	40
VIENA	130
TOTAL	770

Fonte: SIFEMA, 2008.

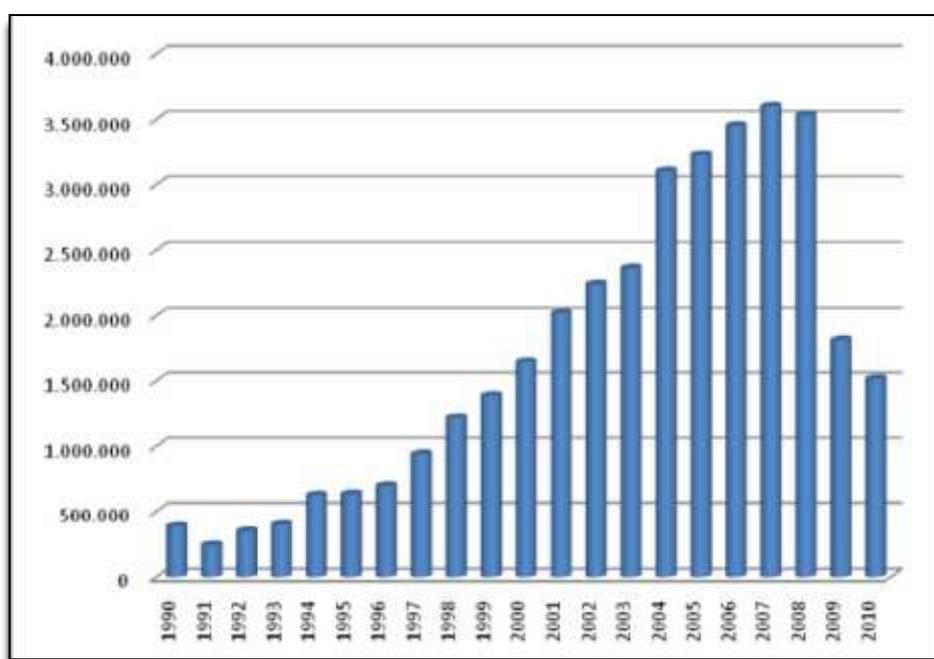
Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados expostos na tabela 15 registram a elevada participação do carvão vegetal na cadeia da produção siderúrgica maranhense. De acordo o Sindicato das indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão (2008), entre os municípios maranhenses que aparecem em destaque nesse cenário produtivo estão às unidades localizadas nos municípios de Açailândia, Buriticupu, Santa Inês, Grajau, Passagem Franca e Bom Jesus das Selvas.

Somente as empresas Vale do Pindaré, Simasa e Cosima dispuseram no ano de 2011 vínculos diretos com 42 unidades produtoras de carvão vegetal situadas nestes municípios. As áreas de florestas plantadas e destinadas a alimentar os alto-fornos destas empresas siderúrgicas representaram, respectivamente, no ano de 2011 Vale do Pindaré (21.744 hectares); Simasa (10.476 hectares) e Cosima (9.778 hectares). Com isto, observa-se que são vastas as áreas de florestas requeridas pelos empreendimentos siderúrgicos.

Outro elemento essencial que está relacionado à dinâmica produtiva vinculada à atividade siderúrgica no município de Açailândia diz respeito às exportações de ferro gusa. Nesse sentido, apresenta-se no gráfico 3 o processo evolutivo de exportações de ferro gusa na região do Carajás. Esta região é a segunda mais representativa do território brasileiro, sendo constituída pelos empreendimentos siderúrgicos dos estados do Pará e do Maranhão.

Gráfico 3: Região de Carajás - Exportações de Ferro Gusa (1990-2010)



Fonte: Carneiro e Assis, 2011.

Mesmo considerando que o dinamismo da produção de ferro gusa na região de Carajás se elevou somente a partir do ano 2000, observa-se conforme o gráfico 3 que as exportações deste produto já se mostrava bastante significativa desde a década de 1990 tanto no estado do Maranhão como também nas unidades produtoras do estado do Pará.

Entre os motivos que atestam esta ascensão da produção de ferro gusa nesta região e no país está o salto do preço médio do produto exportado, que passou de US\$ 99,6/tonelada para US\$ 456,6/tonelada a partir do ano 2000. (CARNEIRO e RAMALHO, 2010).

A respeito deste aumento no volume das exportações de ferro gusa registrado entre os anos de 2000-2008 na região de Carajás, envolvendo nesses aspectos as regiões produtoras do sudeste paraense e do sudoeste do Maranhão, Carneiro (2008) pondera

A evolução do preço do ferro gusa acompanhou o movimento verificado nos preços das commodities minerais em nível mundial, motivados pelo crescimento das demandas chinesa e indiana sobre o mercado mundial de produtos siderúrgicos. Isto permitiu às empresas produtoras de ferro gusa localizadas nos estados do Pará e Maranhão, a obtenção de resultados excepcionais, permitindo que a maioria delas realizassem investimentos em aquisição de terras e na modernização das relações de trabalho ao suprimento de carvão vegetal. (CARNEIRO, 2008, p. 331).

É notório o avanço do setor siderúrgico na região de Carajás. Este crescimento se explica pela participação dos segmentos já existentes e também em relação à instalação de novos empreendimentos siderúrgicos (Maranhão Gusa – MARGUSA) e a (Companhia Siderúrgica) instaladas fora da órbita do polo de Açailândia. As exportações ligadas a este setor é outro elemento elucidativo do avanço deste segmento econômico maranhense.

Tabela 16: Região de Carajás³² - Quantidade e valor do ferro-gusa exportado (2000-2008)

Anos	Quantidade (toneladas)	Valor em US\$ FOB
2000	1.652.000	164.543.418
2001	2.021.500	190.680.693
2002	2.245.000	223.839.114
2003	2.364.500	244.511.241
2004	3.102.750	537.171.450
2005	3.228.287	782.242.250
2006	3.452.400	921.974.700
2007	3.599.315	1.082.670.247
2008	3.532.259	1.581.027.710

Fonte: Carneiro e Ramalho, 2008.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

³² Corresponde à quantidade em valores e preços médios do ferro gusa exportados produzido nos estados do Maranhão e Pará, ou seja, no âmbito da região produtora denominada de Carajás entre os anos de 2000 a 2008.

Os dados apresentados na tabela 16 confirmam a expressiva produção e exportação do ferro gusa nas regiões sudeste paraense e sudoeste do Maranhão, ou seja, no âmbito da região ferrífera do Carajás. No caso das empresas maranhenses tiveram notáveis participações nestas exportações: a Viena Siderúrgica e a Companhia Vale do Pindaré. Vale destacar que as exportações comandadas por meio da Companhia Vale do Pindaré agregaram ao mesmo tempo os processos produtivos das empresas Cosima e Fergumar. Estes empreendimentos são partes integrantes do grupo Queiroz Galvão.

A tabela indicada a seguir assevera esta assertiva em razão do aumento no valor das exportações do segmento do ferro gusa no polo siderúrgico de Açailândia.

Tabela 17: Evolução das exportações de ferro gusa por empresas maranhenses (2007-2008) em US\$ - FOB

Empresas	2007	2008	Variação - %
Viena Siderúrgica	145.419.000	217.931.190	49,87%
Gusa Nordeste	92.905.660	133.237.400	43,42%
Companhia Vale do Pindaré	78.871.330	129.900.950	64,71%
Companhia Siderúrgica do Maranhão	72.601.610	116.458.920	60,50
Maranhão Gusa – MARGUSA	49.457.630	85.145.980	72,16
Ferro Gusa do Maranhão S/A	63.191.660	70.678.310	11,85
Siderúrgica do Maranhão - SIMASA	29.840.880	2.847.530	-90,50
TOTAL	532.287.770	756.200.028	42,07%

Fonte: Carneiro e Ramalho, 2008.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os números expostos na tabela 17 atestam a elevada participação do segmento industrial expresso por meio das exportações de ferro gusa no conjunto das empresas situadas nos polos siderúrgicos do Maranhão entre os anos de 2007 a 2008. Mesmo considerando que o ano de 2008 é indicativo de uma grave crise econômica mundial que afetou os países importadores de ferro gusa, particularmente, os países asiáticos, os EUA e países europeus esta crise não se traduziu em abalo à atividade siderúrgica desenvolvida em Açailândia.

Embora seja reconhecido que estes empreendimentos tenham assegurado a geração de emprego e renda no contexto do município de Açailândia e região, é necessário questionar o sentido a centralidade econômica que tem sido gerada por meio da siderurgia.

Ao indagar sobre este processo produtivo ligado aos grandes projetos econômicos, sobretudo, às atividades ligadas aos grandes projetos, Vainer e Araújo (1992) advertem

Os grandes projetos de investimentos buscam atender simultaneamente a duas exigências fundamentais: a da produção e reprodução das condições gerais de acumulação capitalista. Estes enclaves econômicos são implantados na região, mas não nascem de seus processos de desenvolvimento, não expressam as forças sociais, políticas e econômicas de base local, ou seja, endógenas. [...] Estes empreendimentos são portadores de uma oposição irreduzível: a extraterritorialidade dos processos de acumulação de um lado e do outro, a territorialidade que os ancoram e que não se beneficiam de suas benesses. (VAINER e ARAÚJO, 1992, p. 34).

No município de Açailândia é nítida a elevação do PIB vinculado à participação do segmento industrial (siderúrgico). No entanto, é reconhecido que a centralidade gerada por estes empreendimentos se caracteriza como sendo **exógena e espúria**. Mais importante do que verificar os níveis de crescimento econômico que são estampados e propagados por meio do PIB gerado pela difusão da atividade siderúrgica em Açailândia, é necessário questionar o modo como este crescimento se expressa para as populações, especialmente, para aqueles que não têm se beneficiado das benesses da produção siderúrgica nesta cidade.

Indagar o sentido **espúrio e exógeno** da centralidade econômica orientada pela siderurgia implica em reconhecer os padrões sociais degradantes materializados no município de Açailândia. Para além do econômico estão às relações sociais dilaceradas que revelam a intensa degradação socioambiental que tem afetados as populações desta cidade e da região.

Ao examinar os significados da centralidade econômica difundida a partir da siderurgia em Açailândia compete a nós associarmos a esta análise os níveis de desenvolvimento presentes neste município. Esta tarefa será efetuada a seguir quando estaremos detalhando as expressões das centralidades socioeconômicas materializadas nos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense, a saber: Açailândia, Balsas e Imperatriz.

Após identificar e expor alguns elementos essenciais da estrutura econômica vinculada à produção da siderúrgica difundida no município de Açailândia, interessa ressaltar alguns aspectos que retratam a organização das atividades terciárias (comércio e serviços) que vem sendo desenvolvidas nesta cidade desde a década de 1980.

As atividades terciárias, em particular, aquelas conduzidas por meio da atividade comercial e dos serviços constituem elementos significativos no interior das dinâmicas que têm mobilizado as cidades. Estas atividades têm revelado ao longo da história da humanidade os estreitos laços entre a presença do comércio e o dinamismo econômico que dele deriva no meio urbano em face das trocas comerciais. Conforme Salgueiro e Cachinho (2013)

As relações entre o comércio e a cidade perdem-se no tempo. Se nem todas as cidades são **filhas do comércio** como propôs o historiador Henri Pirenne, em nenhuma civilização a vida urbana floresceu sem a presença das trocas comerciais. O comércio faz parte da razão de ser da cidade. Viabiliza a sua existência, explica a sua organização e justifica muito do movimento e da animação que nesta acontece. Por meio do comércio e dos lugares onde este se exerce, as pessoas satisfazem necessidades, realizam desejos, veiculam-se informações, difundem-se inovações, criam-se laços de sociabilidade. [...] Em suma, no comércio reside o verdadeiro embrião da vida urbana naquilo que esta pressupõe de interação, troca em sentido lato e de produção de inovações. (SALGUEIRO e CACHINHO, 2013, p. 9-10).

Desse modo, entende-se que as atividades relacionadas à atividade comercial, considerando os seus distintos segmentos (atacadista/varejista) tem exercido papéis essenciais na dinamização de fluxos socioeconômicos, nas inovações operadas no sistema urbano, nas interações espaciais e no exercício concreto da centralidade urbana que se materializa interior das cidades. Acerca desta importância e os significados conferidos à atividade comercial desenvolvidos na cidade capitalista contemporânea, Silvana Pintaudi (2013) enfatiza

A partir dos anos 70 do século XX, a perspectiva analítica, cujos resultados mostravam o setor terciário da economia (comércio incluído) apenas como uma função urbana e entendia o espaço como receptáculo, tornou-se insuficiente para demonstrar a complexidade que se constatava no espaço vivido. Nesse momento emergiram as análises que consideram o espaço como produto e condição da reprodução da sociedade. [...] Um conceito que deve ser levado em consideração na compreensão do espaço comercial é o de centralidade. A centralidade é mutável no tempo, embora o centro guarde as marcas históricas e a memória inscrita nos domínios internos da cidade. (PINTAUDI, 2013, p. 57).

Interessa neste estudo apreender a essência dos movimentos que têm norteado e mobilizado as centralidades econômicas dos municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz.

Dito isto e ainda em conformidade com os dados expostos no gráfico 2 relativos à composição do PIB do município de Açailândia verificado nos anos de 2000 e 2010, pôde-se notar a expressiva participação do segmento terciário no conjunto da economia desta cidade.

No ano de 2000, por exemplo, esta participação do terciário foi da ordem de 60,02% no conjunto do PIB total. Uma década após, ou seja, no ano de 2010 ocorreu uma queda relativa nesta participação do PIB terciário que apresentou no conjunto total uma participação de 59,75%. Estes números destacados evidenciam a influência e importância da atividade comercial e dos serviços no contexto da economia Açailandense.

É válido ressaltar que esta significativa participação do segmento terciário no município de Açailândia adquiriu impulso e forte notoriedade ainda em meados da década de 1990, sendo motivada principalmente, pelo desenvolvimento da atividade siderúrgica. Ao estudar este dinamismo econômico motivado pela difusão da siderurgia no município de Açailândia a partir da década de 1990, Marcelo Carneiro (1995) pondera

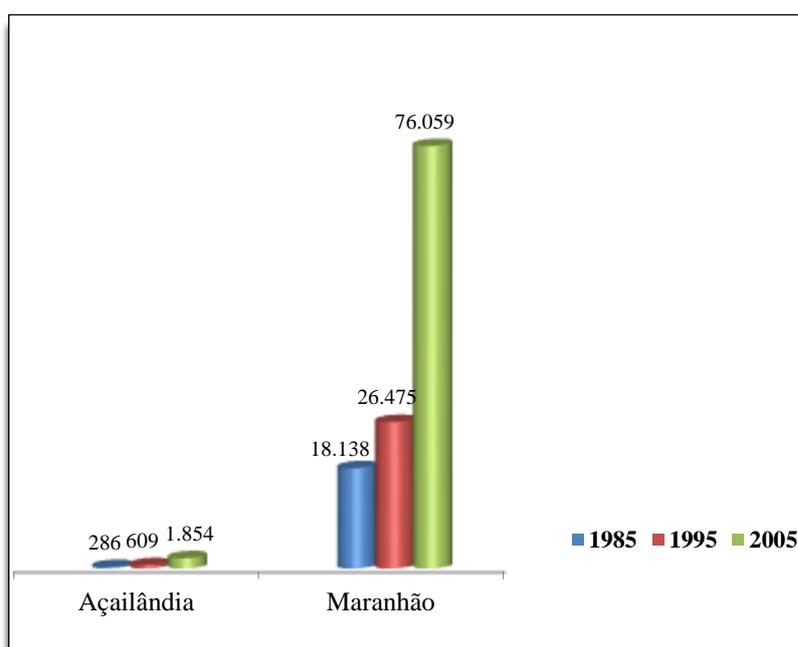
Com o aumento da produção e das exportações de produtos ligados à siderurgia, logo se observou uma ampliação das relações econômicas e comerciais na cidade de Açailândia. [...] Esta evolução é, em grande parte, decorrente do forte envolvimento dos grupos sidero-industriais com madeireiras e pecuaristas locais e da região, em busca da aquisição do carvão vegetal, relação esta que se tornou fundamental à expansão do segmento comercial nesta cidade. (CARNEIRO, 1995, p. 167-188).

É perceptível a indução e o desenvolvimento de estabelecimentos comerciais e de serviços na cidade de Açailândia que foram motivados e impulsionados por esta presença dos empreendimentos siderúrgicos na cidade. As atividades econômicas inicialmente ligadas ao fornecimento de bens e serviços intermediários e finais à atividade siderúrgica atraíram diversas outras atividades pautadas fundamentalmente nas necessidades constituídas pelas demandas da atividade sidero-metalúrgica. (LOIOLA, 2005).

Com isto afirmaram-se os vínculos entre os empreendimentos siderúrgicos e a expansão de atividades terciárias no município de Açailândia. Estes laços são visíveis e podem ser notados por meio da expansão do comércio e dos serviços nesta cidade.

O gráfico 4 apresentado a seguir assevera esta assertiva anterior acerca da expansão das atividades ligadas ao segmento terciário, particularmente, a atividade comercial no município de Açailândia no período correspondente às décadas de 1985 a 2005.

Gráfico 4: Açailândia/MA - Evolução de estabelecimentos terciários (1985-2005)



Fonte: Sebrae (2010).

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados apresentados no gráfico 4 demonstram a materialização do processo de expansão das atividades terciárias no município de Açailândia entre os anos de 1985 a 2005. Nesse sentido, no ano de 1985 observou-se a presença de 286 estabelecimentos comerciais nesta cidade, sendo que nas décadas seguintes, ou seja, nos anos de 1995 e 2005 esta cidade contou respectivamente com 609 e 1.854 estabelecimentos comerciais.

Desse modo, infere-se que o crescimento relativo dos estabelecimentos comerciais nesta cidade foi de 112,94% na primeira década (1985 a 1995) e na década seguinte (1995 a 2005) este crescimento do segmento terciário em Açailândia foi de 204,43%.

Já em relação à participação do segmento terciário no cenário estadual pôde-se constatar que no ano de 1985 havia pelo menos 18.138 estabelecimentos.

Nas décadas seguintes, ou seja, de 1995 a 2005 registrou-se respectivamente uma participação de 26.475 e 76.059 de estabelecimentos comerciais no cenário estadual. Dito isto, entende-se que o crescimento percentual destes estabelecimentos entre as décadas de (1985-1995) foi de 45,96%, tendo se elevado na década seguinte (1995-2005) para 187,29%.

No caso de Açailândia, segundo afirmamos antes esta evolução das atividades terciárias tem sido acompanhada da expansão da siderurgia. A presença da siderurgia é apontada nesse cenário como elemento essencial à indução das atividades terciárias. Esta traduz uma dinâmica que é peculiar às cidades que se relacionam com os grandes projetos na Amazônia brasileira. Este fenômeno ganhou forte impulso a partir da década de 1980 no Brasil, tendo se projetado também para o interior da região amazônica que assiste cada vez mais a intensificação da urbanização das cidades médias. Spósito et all (2007) ao refletirem sobre elementos vitais à análise dos conteúdos que são peculiares à estas cidades, enfatizam

A concentração econômica no terciário, observada em alguns ramos deste setor, desde a década de 1980, promoveu a expansão territorial e a multiplicação das redes de estabelecimentos comerciais e de serviços, gerando, nesse caso, descentralização espacial de capitais comerciais e de serviços de grande porte, que passaram a abranger maior parte do território brasileiro. Em muitos casos, essas empresas tinham a sua atuação restrita às metrópoles e capitais das unidades da federação e a ampliação de seus serviços teve como um de seus focos as cidades menores, capazes de polarizar mercados consumidores regionais. (SPÓSITO et all, 2007, p. 55).

Os processos de desconcentração das atividades econômicas desde a década de 1980 têm encontrado a sua materialização nas cidades médias brasileiras em razão das forças econômicas que estas assumiram e que estão vinculadas, em particular, ao terciário.

Dito isto, é necessário que sejam consideradas as dinâmicas socioeconômicas que têm mobilizado estes espaços, notadamente, as atividades terciárias que são entendidas como forças de comando nas cidades médias. Este fato é notório nas cidades estudadas, ou seja, Açailândia, Balsas e Imperatriz, embora cada cidade revele dinâmicas que são particulares.

No que se refere à organização da estrutura comercial no município de Açailândia, observa-se uma forte concentração dos estabelecimentos no centro principal desta cidade, embora seja notado relativo processo de desconcentração que se insinua desde o ano de 2005, sendo direcionado para o bairro Piquiá, localidade que concentra as empresas siderúrgicas.

Tabela 18: Açailândia/MA - Distribuição dos estabelecimentos comerciais/Bairros, 2010

Bairros	Quantidade de Estabelecimentos	%
Centro	336	71,3
Piquiá	40	8,4
Parque das Nações	26	5,5
Vila Ildemar	17	3,6
Jacú	15	3,1
Larajeiras	02	0,4
Vila Capelosa	05	1,2
Jardim de Alah	13	2,7
Vila Tancredo Neves	05	1,1
Vila Maranhão	01	0,2
Vila Bom Jardim	02	0,4
Vila Sarney Filho	01	0,2
Jardim América	04	0,8
Vila Ypiranga	03	0,7
Vila São Francisco	02	0,4
Total	472	100,00

Fonte: Sebrae – Açailândia, 2010.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Outras áreas que merecem atenção neste estudo em termos de concentração das atividades terciárias são os bairros: Vila Ildemar e o Parque das Nações.

A instalação da prefeitura municipal e mais recentemente a presença de uma agência do banco do Brasil no bairro Parque das Nações, por exemplo, redirecionou os fluxos que antes se concentravam prioritariamente no centro principal da cidade. Desse modo, é possível perceber que desde o ano de 2005 tem ocorrido um maior fluxo de pessoas, mercadorias, serviços e do comércio para esta área da cidade de Açailândia.

Este dinamismo assumido pelo Parque das Nações também se projeta ao bairro Vila Ildemar que se apresenta no cenário interno da cidade de Açailândia como outra importante área para onde convergem importantes fluxos comerciais, de serviços e pessoas.

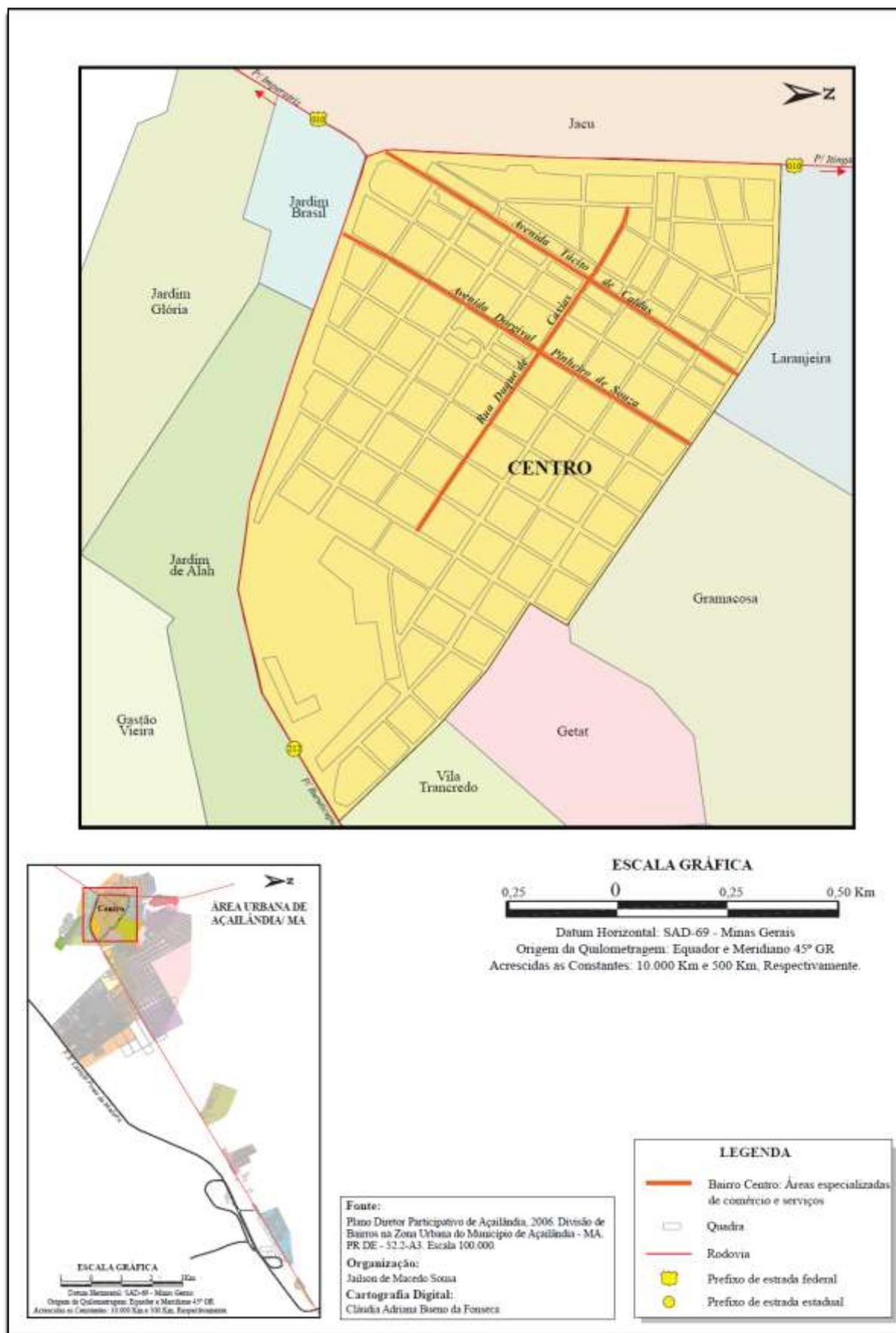
Convém enfatizar que a nossa preocupação neste estudo não residiu no fato de classificar se estas áreas constituem ou não em novas centralidades no cenário intra-urbano de Açailândia. A nossa intenção se pautou na identificação destas novas áreas de comércio e serviços que têm apresentado fortes expressões no interior economia urbana da cidade de Açailândia. Dito isto, entende-se que estas áreas passaram a desenvolver desde o ano de 2005, importantes fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e serviços. Estes processos tem se efetivado graças à instalação de equipamentos comerciais e de serviços nestas áreas da cidade.

Este fato pôde ser constatado em razão da pesquisa realizada pelo Sebrae (2010) que apontou para a presença de 40 estabelecimentos comerciais de médio e grande porte no bairro Piquiá, denotando em termos relativos uma participação de 8,4%. Já os bairros Parque das Nações e Vila Ildemar contaram respectivamente neste mesmo período, ou seja, no ano de 2010 com 26 e 17 estabelecimentos comerciais de grande e médio porte, o que equivale em termos percentuais a uma participação de 5,5% e 3,6% no conjunto total de estabelecimentos.

Estes dados sistematizados e fornecidos pelo Sebrae (2010) reforçam a relevância da atividade comercial desenvolvida no município de Açailândia. Pôde-se observar que no conjunto das áreas mais representativas deste segmento econômico na cidade destacaram-se os bairros: Centro, Piquiá, Parque das Nações e Vila Ildemar. Teve maior destaque nesse contexto o centro principal da cidade que contou com 336 estabelecimentos, registrando assim, uma participação em termos percentuais no conjunto total de 71,3%.

Estes dados expostos na tabela 18 reforçam a tese acerca da intensa concentração das atividades comerciais no centro principal da cidade de Açailândia, demonstrando o forte exercício de comando da centralidade comercial e de serviços nesta área da cidade.

Mapa 15: Açailândia/MA - Principais eixos comerciais e de serviços



Ao observar esta dinâmica envolvendo a organização da estrutura comercial na cidade de Açailândia entende-se que a centralidade orientada através das atividades comerciais e de serviços apresenta este caráter que em sua essência é cambiante e mutável.

Esta leitura da centralidade urbana, ou seja, das centralidades socioeconômicas que se materializam no espaço intraurbano de Açailândia têm exigido dos estudiosos em geral a compreensão dos processos de estruturação e reestruturação urbana. A cada geração de novas atividades econômicas no interior das cidades têm-se a constituição de novas centralidades. Nessa perspectiva analítica, são válidas as contribuições de Spósito (2001)

A ocorrência de áreas centrais nas cidades resulta, via de regra, de um processo histórico de localização das atividades comerciais e de serviços no interior delas. Esse processo é dinâmico e para ele concorrem determinantes de diferentes naturezas, tais como: mudanças nos papéis urbanos de cada cidade numa divisão territorial do trabalho que se estabelece entre as cidades de uma rede urbana; ritmo de crescimento econômico e demográfico das cidades; formas de expansão dos tecidos urbanos relacionados com os seus sítios urbanos; instalação de novas infra-estruturas para a circulação e emergência de novas formas de transportes; ampliação de gradientes de preços fundiários e imobiliários; investimentos privados e públicos em meios de consumo coletivo; dinâmicas de diferenciação socioespacial dos usos de solo residencial, comercial e de serviços, etc. (SPÓSITO, 2001, p. 237).

Esses determinantes se manifestam de modo distinto no interior das cidades brasileiras, denotando dinâmicas que são peculiares. No caso da cidade de Açailândia, observa-se mesmo que de forma tímida uma expansão do tecido urbano e um progressivo aumento das áreas comerciais nesta cidade. No conjunto dos principais eixos comerciais que apresentam importante participação no cenário intra-urbano de Açailândia destacam-se: a Avenida Desembargador Tácito de Caldas, a Avenida Dorgival Pinheiro de Souza e a Rua Duque de Caxias. Estes eixos comerciais se localizam no centro principal da cidade e abrigam mais de 70% dos estabelecimentos comerciais e de serviços dispostos nesta cidade.

Com isto, pode-se afirmar que o centro principal desta cidade concentra de forma incontestável as parcelas mais significativas dos equipamentos e estabelecimentos comerciais e de serviços que se fazem presentes na estrutura interna da cidade de Açailândia.

A fim de apreender este dinamismo materializado no centro principal da cidade de Açailândia, vinculado ao segmento terciário, optamos por estudar esta dinâmica levando em conta estes os três principais eixos comerciais da cidade, a saber: a Avenida Desembargador Tácito de Caldas, a Avenida Dorgival Pinheiro de Souza e a rua Duque de Caixas.

Dos 336 estabelecimentos comerciais identificados pelo Sebrae (2010) no centro principal de Açailândia, 128 estão situados ao longo do eixo comercial da Avenida Tácito de Caldas. Na Avenida Dorgival Pinheiro de Souza foram identificados 76 estabelecimentos comerciais e de serviços. A rua Duque de Caxias, por sua vez, contou com 54 estabelecimentos. Outros 56 estabelecimentos terciários estão situados em outras vias de menor importância que também se localizam no centro principal de Açailândia. Este é o caso das ruas: Fortaleza, Castelo Branco, Santos Dumont e São Paulo.

Os três eixos comerciais destacados concentram de modo relevante as principais atividades terciárias na cidade de Açailândia. A avenida Tácito de Caldas, por exemplo, concentra nesse cenário 38% dos estabelecimentos que estão presentes neste município. Já a avenida Dorgival Pinheiro de Souza dispõe de 2,26% destes equipamentos. Estes dados expostos reforçam a importância das atividades terciárias no centro principal desta cidade.



Foto 25: Açailândia/MA – Centro comercial Avenida Desembargador Tácito de Caldas

Foto 26: Açailândia/MA - Centro comercial Rua Duque de Caxias

Autor: SOUSA, Jailson de Macedo. (2014).

Associada à centralidade econômica exercida pelas atividades terciárias, cumpre considerar também o dinamismo promovido pelos serviços bancários que também se concentram no centro principal desta cidade e constituem em expressões concretas da centralidade urbana de Açailândia no cenário regional Sulmaranhense.

No município de Açailândia, os eixos ou vias especializadas que oferecem os serviços bancários estão concentrados principalmente na avenida Dorgival Pinheiro de Souza onde estão localizados os bancos: Itaú, Bradesco e Banco do Brasil e também a rua Bom Jesus onde se localizam os bancos da Amazônia e HSBC. No entanto, é possível observar de forma muito tímida uma desconcentração desta modalidade de serviços para fora da orbita do centro principal da cidade. Com a instalação da prefeitura municipal no bairro Parque das Nações, observou-se também a presença de uma agência do Banco do Brasil nesta localidade.



Foto 27: Açailândia/MA - Banco da Amazônia

Rua Bom Jesus – Centro comercial

Autor: SOUSA, Jailson de Macedo. (2014).

Foto 28: Açailândia – Banco do Brasil

Av. Dorgival Pinheiro de Souza - Centro

As demandas sociais que são atraídas e que necessitam dos serviços bancários não são somente da cidade de Açailândia, mas também, de cidades circunvizinhas. Este é o caso das populações residentes nos municípios de Cidelândia, São Francisco do Brejão, Itinga do Maranhão, Vila Nova dos Martírios todos são municípios que estão localizados no sudoeste do estado do Maranhão e também algumas cidades do sudeste do estado do Pará.

Cumprido destacar que esta análise da centralidade urbana e regional adquire relevante sentido quando indagamos sobre as diferentes formas e usos das atividades econômicas e de serviços que se inscrevem no tecido interno da cidade.

Spósito (1998, p. 28) enfatiza que “a análise da centralidade urbana no interior das cidades ganha relevância em função de diversas dinâmicas que marcam as transformações em curso na cidade. As novas localizações de equipamentos comerciais e serviços concentrados e de grande porte determinam mudanças de impacto no papel e estrutura do centro principal”.

No caso do município de Açailândia este processo de desconcentração das atividades comerciais e de serviços ainda se apresenta de forma tímida, sendo percebido a partir do ano de 2005, demonstrando assim, algumas mudanças nas formas de ocupação e uso do solo urbano desta cidade. A reorientação, ou seja, o redirecionamento de alguns equipamentos públicos para fora da órbita do centro principal desta cidade tem demonstrado este dinamismo. Este é o caso da prefeitura municipal e de algumas secretarias que se dirigiram para outras áreas da cidade. Dito isto, entende-se que a instalação de equipamentos públicos e privados de educação e saúde, para fora da órbita do centro principal evidenciam também uma realocação das atividades terciárias para outras localidades da cidade.

Este fato pôde ser evidenciado em razão da presença das atividades terciárias, particularmente, a instalação de equipamentos comerciais nos bairros Piquiá, Parque das Nações e do bairro Vila Ildemar, expressando assim, uma maior fragmentação do tecido urbano e também uma expansão das atividades de comércio e de serviços que traduz um dos traços característicos que tem singularizado as dinâmicas socioeconômicas que são inerentes às cidades médias brasileiras neste período recente.

Após expor alguns elementos característicos da dinâmica socioeconômica de Açailândia interessa destacar aspectos vitais da formação socioespacial e socioeconômica da cidade de Balsas que constitui uma das principais centralidades da região Sulmaranhense.

4.2 Balsas: a centralidade urbano-regional exercida através da agricultura moderna?

Esta seção apresenta como propósito central questionar, refletir e compreender o exercício da centralidade urbano-regional desenvolvida pelo município de Balsas a partir da década de 1970. Para empreender esta tarefa analítica inicialmente serão destacados aspectos fundamentais do processo de formação socioespacial desta cidade.

A compreensão deste exercício da centralidade urbana de Balsas requer de início o entendimento de alguns aspectos de sua formação histórica. Cabe esclarecer que a nossa tarefa não se centrou numa análise detalhada destes aspectos, mas tivemos sim, a preocupação de indicar alguns elementos entendidos como responsáveis pela formação histórica desta cidade a fim de entender suas feições atuais. Este exercício é essencial no bojo dos estudos conduzidos pelo conhecimento geográfico uma vez que possibilita, segundo Santos (2008)

Identificar e apreender a estrutura espaciotemporal em uma dada análise do espaço geográfico. A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da sua produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos que são impostos ao espaço pela sociedade. (SANTOS, 2008, p. 89).

Esta articulação entre as dimensões espaciais e temporais é essencial nos estudos geográficos uma vez que possibilita apreender as complexas dinâmicas que se desenvolvem no espaço. A empiricização do espaço por meio das ações construídas pela sociedade em dados momentos da história nos autoriza a reconhecer as formas, processos, estruturas e dinâmicas que lhes dão vida. É em função desta articulação entre as marcas históricas construídas numa dada região pela sociedade que se pode lograr êxito numa interpretação de suas feições atuais. Nessa direção, são válidas as contribuições fornecidas por Santos (1999)

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas que devem ser analisados mutuamente. Se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora, em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em marcha, em processo, isto é realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e o seu uso; o tempo e seu uso. A materialidade e suas várias formas. As ações sociais e suas feições. Assim, empiricizamos o tempo, tornando-o material, com isto, assimilamos que o espaço que não existe sem esta materialidade. (SANTOS, 1999, p. 44).

4.2.1 A Formação socioespacial do município de Balsas e a constituição de um pólo agrícola moderno na região Sulmaranhense

O município de Balsas encontra-se localizado na mesorregião Sulmaranhense e na microrregião dos Gerais de Balsas, tendo sido instalado no final do século XIX, ou seja, no ano de 1892. Este município apresenta uma área territorial de 13.141,733 km². Representa no cenário estadual um dos maiores municípios em extensão territorial deste território.



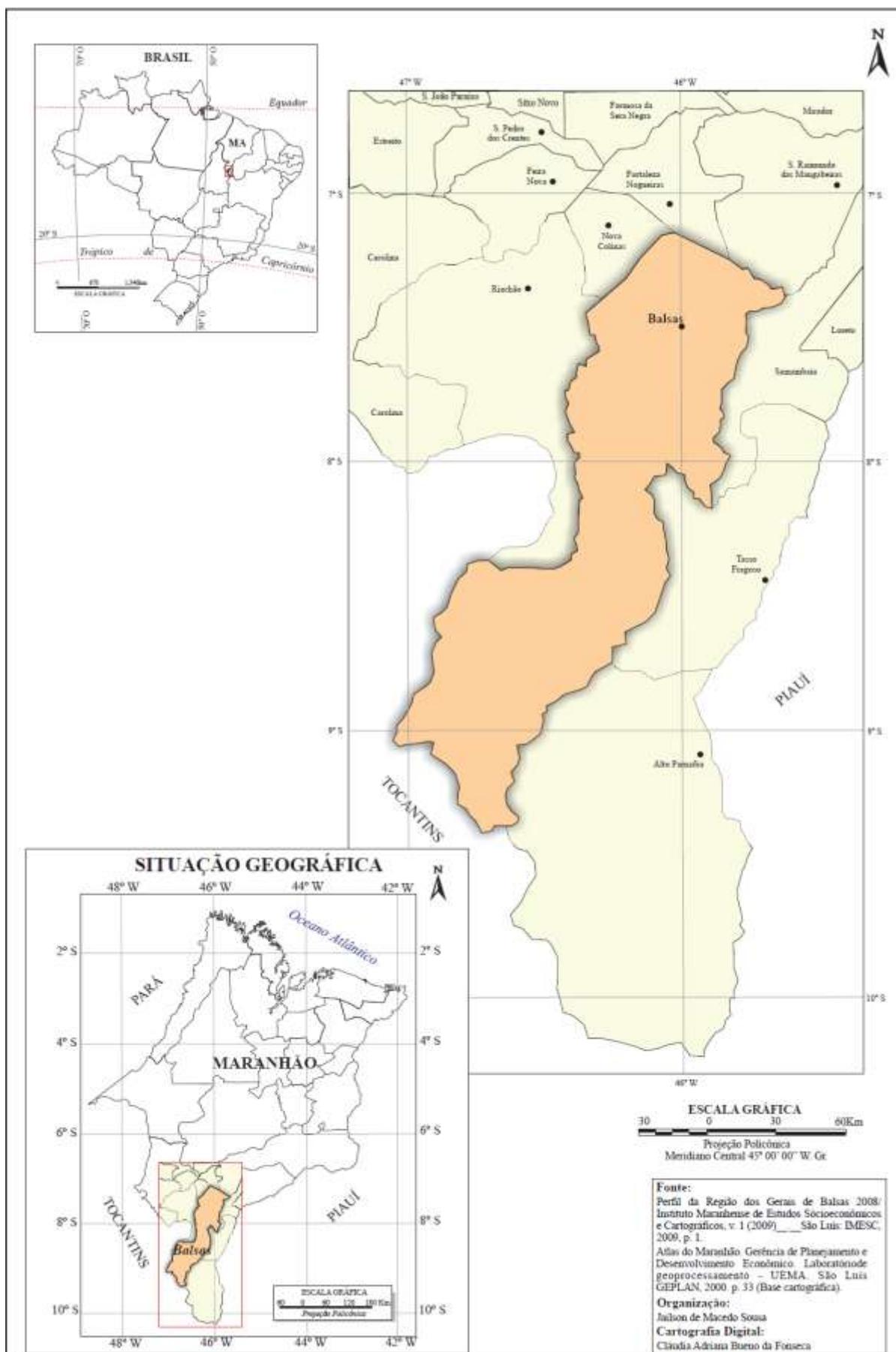
Foto 29: Balsas/MA - Vista parcial da área central do município

Fonte: Disponível em: <http://www.balsas.ma.gov.br/> Acesso em 25/04/2014.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) a população total residente no município de Balsas neste período foi da ordem de 83.528 habitantes. Deste total, 72.771 habitantes concentraram-se na área urbana o que equivaleu a uma participação percentual de 87,12% da população total. A população residente em áreas rurais, por sua vez, correspondeu neste mesmo período a uma participação de 10.757 habitantes, equivalendo em termos relativos a 12,88% da população total deste município.

O município de Balsas apresentou conforme as informações que estão dispostas no Atlas de Desenvolvimento no Humano do Brasil - índice de desenvolvimento humano (IDH) considerado médio, registrando no ano de 2010 – IDHM de 0,687.

Mapa 16: Balsas/MA - Localização geográfica do município, 2014



O município de Balsas registrou no ano de 2010 uma taxa de densidade demográfica de 6,33 habitantes/km², denotando assim um traço que é peculiar ao território maranhense que em geral expressa à primazia de cidades com baixa densidade demográfica.

Tal fato reflete as condições desiguais que marcaram os processos que de ocupação deste território. Trata-se de uma característica singular ao espaço maranhense como um todo que guarda profundas desigualdades nos seus processos de ocupação e povoamento. O processo histórico de ocupação do Maranhão legou marcas extremamente desiguais. Um dos exemplos concretos desta ocupação desigual pôde ser notado no segundo capítulo deste estudo que apontou para uma desigual apropriação das porções setentrional e meridional deste espaço. Enquanto a ocupação da região norte ocorreu no início do século XVI, a ocupação da região Sulmaranhense manifestou-se tardiamente, ou seja, somente dois séculos após.

Desse modo, a formação socioespacial de Balsas esteve condicionada em sua gênese às influências da agropecuária de bases tradicionais. No conjunto das atividades econômicas exercidas por este município destacaram-se o cultivo de arroz, milho, feijão e mandioca cuja finalidade era abastecer as populações locais e do Sul do Maranhão.

Conforme mencionado no segundo capítulo deste estudo a pecuária também forneceu as bases para a expansão da cidade de Balsas e região Sulmaranhense, sendo a atividade econômica dominante no cenário regional desde o século XVIII. Esta importância da atividade ganadeira perdurou até a primeira metade do século XX. As primeiras investidas deste processo de ocupação e povoamento da região Sulmaranhense se deram no início do século XVIII sendo motivadas principalmente pela criação de gado. Conforme Cabral (1992)

Foi somente nas primeiras décadas do século XVIII que chegaram ao rio Parnaíba grandes levas de rebanhos de gado com os seus vaqueiros oriundos do Nordeste. A conquista do Parnaíba, pela pecuária, foi o passo inicial para a penetração pelos amplos campos Sul-maranhenses que representavam um convite à expansão da pecuária extensiva e itinerante. Vaqueiros e os seus rebanhos o atravessaram e, a partir das primeiras décadas do século XVIII, se adentraram por esses vastos pastos naturais, atingindo no limiar do século XIX, o rio Tocantins, limite natural do Maranhão e Goiás, àquela época. (CABRAL, 1992, p. 78).

Após alcançarem os vales do rio Parnaíba, vaqueiros e tropeiros iniciaram a instalação de diversas fazendas no Sul do Maranhão, difundindo desta feita, a atividade ganadeira na porção meridional maranhense. Conforme observou Ferreira (2008)

Após a penetração da corrente pecuarista no interior da área conquistada ao Sul do Maranhão o objetivo exposto foi o de implantar nas proximidades do rio Parnaíba as primeiras fazendas de gado, sendo aí fundado o povoado que recebeu a denominação de **Pastos Bons ou Sertão dos Pastos Bons**. Com o avanço progressivo da pecuária sobre o solo Sul-maranhense, foram ocupados os vales fluviais dos rios Balsas, Macapá e Neves, dando origem a inúmeros povoados que se transformariam, mais tarde, nos municípios de Pastos Bons, Imperatriz, Barra do Corda, Grajau, Carolina, Balsas, Loreto, Riachão, São Félix de Balsas e Alto Parnaíba. Trata-se da área de abrangência da região de Pastos Bons. (FERREIRA, 2008, p. 60).

Assim sendo, a difusão da pecuária constituiu um dos elementos primordiais que contribuiu efetivamente para a ocupação e povoamento da região de Pastos Bons e para a dinamização econômica e social da região Sulmaranhense. A atividade econômica pautada na produção do leite, no aproveitamento da carne e de todos os seus derivados impulsionou definitivamente os processos de ocupação e povoamento da região Sulmaranhense.

A esta presença e desenvolvimento das atividades guiadas pela pecuária cumpre ressaltar também as revoltas e descontentamentos das populações sertanejas relativas aos desmandos e à negligência político-administrativa conduzida pelo governo central, situado na capital da província maranhense. Estes fatos corroboraram para o distanciamento nas relações sociais e econômicas entre as populações residentes na porção litorânea, ou seja, no norte do estado e as populações residentes no sertão maranhense. Com isto, são perceptíveis as diferenças socioculturais e as desigualdades socioeconômicas erigidas ao longo do tempo que assinalaram traços peculiares às porções norte e sul do território maranhense.

A vida socioeconômica no sertão maranhense, ou seja, na porção meridional do Maranhão alicerçou-se com base nas atividades econômicas orientadas pela pecuária e na agricultura de caráter extensivo, sendo que esta dinâmica só foi alterada significativamente após a década de 1970 com a introdução de técnicas modernas e arrojadas nesta região.

As terras ocupadas em função da influência das correntes fundadas na pecuária tradicional e oriundas dos sertões da Bahia e de Pernambuco tiveram inicialmente no povoado de Pastos Bons as suas bases de edificação. Nesse sentido, Eloy Coelho Neto (1979) enfatiza

A instalação das primeiras fazendas de gado em 1819 na região de Pastos Bons serviu de apoio para o avanço da conquista e expansão da ocupação do Sul do Maranhão. Foi à região de Pastos Bons que deu origem às vilas e povoados que mais tarde se transformaram nos principais núcleos urbanos do Sul do Maranhão: São Félix de Balsas, Riachão, Carolina, Santo Antonio de Balsas (hoje Balsas) e algumas outras, não só em território maranhense, mas também goiano. Neste caminho que se ergueu a colonização, descobriu-se a terra e também é a partir destes que se fixa o homem que guiando-se pelos passos sertanejos do gado conduziram a uma ocupação efetiva da porção meridional maranhense. (COELHO NETO, 1979, p. 20-22).

Dito isto, entende-se que a formação histórica, social e econômica do município de Balsas encontrou-se forte motivação em razão desta presença e difusão da pecuária. Como lembra Rosimary Rocha (2009, p. 13), a criação do município de Balsas se insere nesse contexto, “pois resultou principalmente da expansão pastoril oriunda da Bahia sobre o sertão maranhense. Surgiu desse modo no final do século XIX devido à instalação do comércio para atender a população moradora nas fazendas do sertão do sertão maranhense”.

Ainda sobre este estágio inicial que concorreu efetivamente para a formação formação socioespacial do município de Balsas, Eloy Coelho Neto (1979) enfatiza

Os comerciantes chegavam ao Porto de Caraíbas (primeira denominação do lugar que hoje é a cidade de Balsas) através do rio, em embarcações denominadas balsas, feitas de talos de buritis, amarradas por varas e travessas de embiras e, assim deram o nome ao rio, à região e mais tarde ao lugar. Assim, as balsas desciam, levando os produtos para os povoados e lugarejos distantes. O lugarejo conhecido como Porto de Caraíbas passaria então a se chamar depois de Vila Nova e era onde se juntavam os povoadores de Riachão, gente que ficava bem perto das fazendas. Depois receberia a denominação de Santo Antonio de Balsas em homenagem a Antônio Ferreira Jacobina que fundou na localidade o porto que seria mais tarde o mais importante centro da navegação fluvial e o empório fornecedor de sal para todo o Norte do estado de Goiás (atual Tocantins). (COELHO NETO, 1979, p. 103-105).

Destarte, verificou-se que Santo Antônio de Balsas passou a ocupar papel de destaque nesse cenário e logo se converteu em um distrito do município de Riachão ainda no final do século XIX, sendo que esta povoação alcançou a condição de Vila no ano de 1892.

O dinamismo econômico notado em Balsas em razão da pecuária perdurou até as primeiras décadas do século XX, sendo favorecido ainda pela importante produção de sal, essencial aos rebanhos bovinos da região. A este respeito, Rosimary Rocha (2009) destaca

O comércio de sal, principalmente, contribuiu para que Balsas vivesse em ritmo de crescimento significativo por um bom tempo, especialmente entre o final do século XVIII e quase todo o século XIX. Soma-se a isso, a boa vontade dos moradores em relação aos valores socioculturais, o que fez surgir à presença de uma sociedade letrada e hordeira e com ideais emancipacionistas, assegurando o progresso e desenvolvimento econômico e social ao Sul do Maranhão. (ROCHA, 2009, p. 15).

O comércio de Balsas tornou-se vigoroso atraindo grandes levas de pessoas dos estados do Piauí, Ceará e de outras regiões do estado do Maranhão. Nesse sentido, Barbosa (2009, p. 27) comenta, “a chegada do primeiro barco a vapor em Santo Antônio de Balsas rasgou novos e promissores horizontes àquela zona. Dia a dia, num movimento contínuo, chegavam várias famílias, para fixarem residência na então considerada *Terra da Promissão*”.

Esta configuração socioespacial conduzida pela pecuária e associada à agricultura tradicional que era realizada nos moldes de caráter extensivo predominou em Balsas e na região Sulmaranhense até as primeiras décadas do século XX. No entanto, a partir da década de 1940 ocorreu um declínio considerável destas atividades econômicas desenvolvidas. Nessa direção, são úteis as considerações oferecidas por Eloy Coelho Neto (1979)

A década findada em 1940 era o prenúncio de uma fase de estagnação econômica, não oferecendo melhores perspectivas para Balsas. Este fato se confirma com a expansão da atividade comercial no município de Carolina que assumiu desde então a importância socioeconômica que antes fora conduzida por Balsas. Acrescenta-se à esta força do comércio de Carolina a descoberta de jazidas de diamantes em Mato Grosso e Goiás que atraiu os sertanejos a se deslocarem por meio do rio Tocantins, deixando o estado do Maranhão para trás. (COELHO NETO, 1979, p. 140).

Este cenário que configura o Maranhão pretérito, em particular, a região Sulmaranhense conheceu profundas mudanças socioeconômicas a partir da década de 1970, motivadas pela modernização do território maranhense. No caso de Balsas, esta modernização se deu em face das transformações agrícolas materializadas nas áreas de cerrado do país.

Dito isto, cumpre registrar que mesmo antes da década de 1970 algumas áreas do território maranhense passaram a contar com as intervenções do estado, conhecendo de perto processos modernizadores caracterizados por intensas contradições sociais e econômicas.

É diante desse cenário que a partir de 1950 manifesta-se o avanço das fronteiras agrícolas projetadas para o espaço maranhense cujo objetivo central se pautou em ocupar racionalmente as terras úmidas deste território. A finalidade neste processo de apropriação das terras maranhenses se voltou à necessidade de desenvolver nestas áreas a agricultura intensiva a fim de atender interesses extra-locais. Esta questão foi destacada no segundo capítulo deste estudo em razão da apropriação das terras maranhense em face dos projetos de colonização.

A experiência inicial orientada a partir das políticas territoriais difundidas na região do Alto Turi no noroeste do Maranhão demonstraram com eficácia este processo de apropriação destas terras que culminou com forte concentração fundiária e diversos conflitos sociais no campo, expondo a expropriação e a violência como marcas centrais deste cenário.

As áreas prioritárias neste estágio de ocupação e povoamento, ou seja, de difusão da colonização foram respectivamente: o noroeste e sudoeste que entre as décadas de 1950-1960 registraram a atração de diversos fluxos populacionais oriundos dos estados vizinhos do nordeste, principalmente, dos estados vizinhos do Piauí e Ceará. No caso particular da cidade de Imperatriz, situada no sudoeste do Maranhão, os fluxos migratórios dirigidos para esta cidade foram orientados principalmente destes estados. A respeito desta dinâmica verificada a partir de 1950 no estado do Maranhão, Ferreira (2008) destaca

Esse movimento de camponeses oriundos dos estados e regiões mais pobres do nordeste, denominado na literatura oficial de **frentes agrícolas nordestinas, ou seja, as correntes migratórias da seca** estabeleceram várias rotas de penetração, tomando os sentidos do noroeste, sudoeste, sul e oeste do Maranhão. Este último, porém se diferencia dos demais, que normalmente tinham na agricultura a sua fonte maior de subsistência. No entanto, este último voltou-se para a prática da pecuária. A falência da borracha e as secas que atingiram os estados do Ceará e do Piauí contribuíram, sobremaneira, para o avanço destas frentes no território maranhense a partir de 1950. (FERREIRA, 2008, p. 67).

O deslocamento destas frentes agrícolas a partir das regiões pobres do nordeste entre 1950-1970 denotaram pouca repercussão no quadro regional Sulmaranhense. As regiões que conheceram transformações mais relevantes neste cenário como o acréscimo populacional e alterações econômicas e sociais foram respectivamente: o noroeste e sudoeste maranhense.

No entanto, a partir da década de 1970 esta dinâmica se alterou abruptamente, alcançando desta feita, a região Sulmaranhense em razão da introdução de técnicas arrojadas no campo, pautadas na produção de caráter intensivo e amparadas em instrumentos modernos. Ao considerar este contexto de mudanças socioeconômicas é que devemos situar os processos de modernização agrícola difundidos na cidade de Balsas e na região Sulmaranhense. Nessa direção, são úteis as contribuições enfatizadas por Luciene Mota (2013)

A monocultura da soja, a exemplo do que ocorreu no Sul do país, legitimou a concentração fundiária no Sul do Maranhão, do qual o município de Balsas faz parte. A modernização da agricultura está aliada à internacionalização da economia brasileira nos últimos anos, indicando a emergência do agronegócio nos cerrados do país. Esta reorientação econômica do país se abre a todas as áreas de cerrado, em particular, o Sul do Maranhão que despontou desde a década de 1970 como uma nova fronteira agrícola em expansão do país. (MOTA, 2013, p. 191).

Diversos elementos são indicados como indutores deste processo de ocupação das áreas das áreas de cerrado do país pela produção de grãos, em particular a soja, entre os quais se destacam: o esgotamento das terras nas regiões sul e sudeste do país, o deslocamento das fronteiras agrícolas pautadas no caráter intensivo, o preço das terras no nordeste, as condições geográficas favoráveis encontradas e os incentivos promovidos pelo governo brasileiro.

A reestruturação produtiva materializada no campo brasileiro encontrou estreitos vínculos com a inserção da economia brasileira no contexto globalizado. Desse modo, a ampliação da produção de grãos no Brasil e a circulação destes produtos no mercado mundial se traduziram em exigências à inserção do país neste cenário produtivo mundial. Os novos padrões impostos à agricultura brasileira passaram a ser orientados pelo caráter intensivo fundado na presença de novas tecnologias, na ciência e nos meios informacionais.

Diante deste cenário algumas regiões do território brasileiro foram escolhidas a fim de difundir uma agricultura de caráter científico. Elias (2006) a este respeito enfatiza é

A partir da década de 1980 a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira intensificou-se, privilegiando novas áreas, produtos e segmentos sociais. Isto acarretou em profundos impactos sociais, territoriais e ambientais que culminaram na elevação da histórica concentração fundiária da propriedade da terra, num processo de oligopolização do setor agropecuário e em transformações das relações sociais de produção, contribuindo para a fragmentação do espaço agrícola e no incremento da urbanização. (ELIAS, 2006, p. 220).

Estas transformações no campo brasileiro decorrentes da inserção dos processos técnicos e científicos peculiares à modernização verificada nos distintos segmentos ligados à agricultura apresentaram implicações diversas no Brasil, sendo necessário atentar para os aspectos peculiares que se fazem presentes nas áreas de cerrado do país, ressaltando assim, as suas particularidades no contexto da região Sulmaranhense, em particular, município de Balsas. Dito isto, interessa entender a materialidade destas transformações no interior do município de Balsas. Nessa direção, Rosimary Rocha (2009) por meio do seu estudo, afirma

A par do desenvolvimento de novas atividades econômicas no final da década de 1960 e início da década de 1970 no município de Balsas e na região Sulmaranhense está um novo segmento: **a agricultura moderna**. Novas técnicas, como a correção de solos, realizadas através de moderníssimas máquinas, permitiram a transformação das chapadas e dos cerrados do Maranhão. O Estado sempre esteve presente nos processos de ocupação do território maranhense, embora este aspecto não esteja presente na fase inicial (quando ali foram estabelecidas as primeiras fazendas de gado). (ROCHA, 2009, p. 27).

As intervenções orientadas a partir de ações do Estado tornaram-se perceptíveis nesta região partir de 1970. No caso da região Sulmaranhense que abriga ao mesmo tempo as condições naturais que são peculiares às regiões de cerrado e do bioma amazônico observa-se que estas ações se deram em razão de financiamentos que foram fomentados e gerenciados pelo banco do nordeste do Brasil – BNB, o Banco do Brasil e o banco da Amazônia - BASA.

Estas instituições estimularam investimentos diversos por meio de empréstimos financeiros aos produtores rurais, a fim de difundir na região Sulmaranhense a produção de grãos marcada pelo caráter intensivo com o uso de técnicas arrojadas e voltadas à exportação.

Desse modo, é notória a participação do Estado brasileiro que logo se preocupou em fornecer infra-estrutura e condições adequadas ao desenvolvimento da agricultura moderna nas regiões de cerrado do país, não sendo diferente na região Sulmaranhense.

Assim sendo, constata-se que a região Sulmaranhense mostrou-se receptiva a acolher estas externalidades. A agricultura praticada desde meados da década de 1970 nesta região tem sido marcada pelo uso intensivo de técnicas arrojadas e fundadas em elevado grau de tecnificação. A evolução de técnicas no campo brasileiro e o elevado grau de produção têm apresentado implicações diretas na reorganização destes espaços. Para Denise Elias (2011, p. 155), “Estas transformações ocorridas na atividade agropecuária no Brasil, nas últimas cinco décadas, têm profundos impactos sobre a (re) organização do território brasileiro, resultando em novos arranjos territoriais, ou seja, Regiões Produtivas Agrícolas – RPAs”.

No caso da região Sulmaranhense, ao considerar este cenário apresentado, cumpre enfatizar as principais ações, ou seja, as principais intervenções executadas pelo Estado, levando-se em conta a atuação deste ente em distintas esferas: municipal, estadual e federal. As informações apresentadas a seguir atestam com peculiaridade a força destas ações.

- A construção da rodovia Transamazônica (BR-230) durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médice (1960-1974), constituindo no contexto nacional a terceira maior rodovia do país em extensão com 4.223km, conectando assim, a cidade de Cabedelo no estado da Paraíba à cidade de Lábrea, situada no estado do Amazonas.
- A construção da rodovia Belém-Brasília no final da década de 1950 pelos governos militares que acelerou, sobremaneira, as articulações do norte às regiões: central e sul do território brasileiro, apresentando efeitos imediatos no território maranhense;
- A construção da estrada de ferro Carajás – EFC, mencionada antes, servindo de estímulos à produção sidero-metalúrgica no sudeste paraense e sudoeste maranhense. A partir de 1970 esta ferrovia também é tida como vital ao transporte de grãos no Sul do Maranhão.

Rosimary Rocha (2009) associa a estas ações governamentais que intentaram a modernização das áreas de cerrados Sulmaranhenses, as seguintes intervenções:

Os incentivos fiscais e creditícios que constituíram em estímulos diretos ao setor privado, sendo mediados através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Houve também significativa redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS para a exportação da soja pelo governo do Estado do Maranhão. Destacou-se ainda a implantação do Corredor de Exportação Norte que tem se colocado como uma das principais vias de escoamento de grãos do Brasil por um custo reduzido em relação aos demais portos do país e também pela maior proximidade ao mercado internacional. (ROCHA, 2009, p. 46).

Todas estas ações foram orientadas a partir dos interesses de grupos capitalistas, representados tanto pelos produtores rurais nacionais como também por agentes econômicos que atuam em escalas mundializadas. É diante deste quadro que se configura a constituição de um polo agrícola moderno na região Sulmaranhense. Desse modo, a cidade de Balsas tem exercido neste cenário a condição de principal núcleo urbano que tem acolhido desde a década de 1970 atividades econômicas inovadoras no campo. Cumpre destacar ainda no bojo destas ações conduzidas pelo Estado visando à modernização agrícola na Sulmaranhense a implantação dos projetos de desenvolvimento das áreas de Cerrado – PRODECER.

Quadro 9: Brasil - Projetos constituintes do PRODECER por Estado, 2001

Estado	Projetos	Área total (hectares)	Investimentos (US\$ milhões)	Observações
Minas Gerais	11	151.250	239	P – I; P – II / P; P – II / E.
Mato Grosso do Sul	1	22.000	26	P – II / E
Mato Grosso	2	35.320	50	P – II / P
Goiás	3	30.000	50	P – II / E
Bahia	2	31.430	67	P – II / P
Tocantins	1	40.000	69	P – III / P
Maranhão	1	40.000	69	P – III / P
TOTAL	21	350.000	570	-

Obs: P – I = Prodecer – I; P – II = Prodecer II Piloto; P – II / E = Prodecer II – Expansão; P – III / P = Prodecer III – Piloto. Fonte: Inocêncio, 2002.

No conjunto dos projetos de desenvolvimento nas áreas e/ou regiões de Cerrado o Estado do Maranhão foi contemplado inicialmente com um projeto, sendo que a área total de deste projeto piloto foi de 40.000 hectares e os investimentos estatais estimados foram de US\$ 69.000.000. Trata-se de um projeto pioneiro desenvolvido na região dos Gerais de Balsas.

Acerca destas intervenções conduzidas pelo governo brasileiro por meio do PRODECER III na região dos Gerais de Balsas são úteis as contribuições de Inocêncio (2002)

Os investimentos originários do PRODECER são destinados à produção de grãos como: soja, milho e sorgo. O PRODECER também dispõe de projetos pilotos e de expansão que se diferenciam pela origem, ou seja, a procedência dos investimentos. No caso do estado do Maranhão os projetos do PRODECER III receberam a denominação de Projetos de Colonização **Gerais de Balsas**, sendo executados através da Cooperativa da Batavo – Nordeste, tendo a sua sede localizada no município de Balsas. Contou com quase US\$ 70.000,000 e com uma área superior a 40.000 hectares em seu estágio inicial de implantação. (INOCÊNCIO, 2002, p. 52).

Diante do exposto observa-se que o município de Balsas e algumas áreas situadas na porção meridional do território maranhense, passaram a ocupar desde a década de 1970 papéis de destaque no cenário vinculado à produção de grãos nesta unidade da federação. Com isto é perceptível a posição ocupada pela cidade de Balsas neste contexto, embora seja possível reconhecer que a partir deste período também tem se verificado uma expansão da produção da soja para outras áreas do estado do Maranhão, em particular, a região Leste.

Estas ações guiadas pelo Estado e pelo capital se manifestaram em distintas escalas territoriais do país, não sendo diferente na região Sulmaranhense. Elas se associam à adoção de diversas estratégias no campo, das quais o Prodecer constitui apenas uma no interior das dinâmicas que têm mobilizado a produção agrícola moderna. Elas favoreceram a instalação e consolidação de um polo agrícola moderno no Sul do Maranhão, em particular, na região comandada pelo município de Balsas. Conforme notou Mota (2011)

Trata-se de um novo padrão que se manifesta no município de Balsas e que é orientado pelo novo padrão agrário brasileiro. Suas expressões encontram-se alicerçadas na aplicação das conquistas promovidas pela ciência e pela técnica no campo brasileiro e das novas formas de organização da produção rural, caracterizado pelo uso intensivo da terra. A partir dos anos 1970, as relações entre a agricultura e a indústria apresentaram um elevado grau de integração e articulação. Com isto, tem-se a constituição dos complexos agroindustriais – CAIs que se expandiram por todo o território brasileiro, alcançando Balsas e região. (MOTA, 2011, p. 70).

Este novo padrão de organização das atividades produtivas no campo brasileiro tem revelado os conteúdos de um Brasil agrícola ao invés de rural.

Este novo cenário é marcado pela intensificação nas relações de produção no campo que incorporou em suas bases produtivas os elementos inerentes ao caráter técnico, científico e informacional como condições vitais à sua modernização. Os reflexos deste novo padrão são notados em face da presença do Brasil agrícola. Segundo Santos (1996)

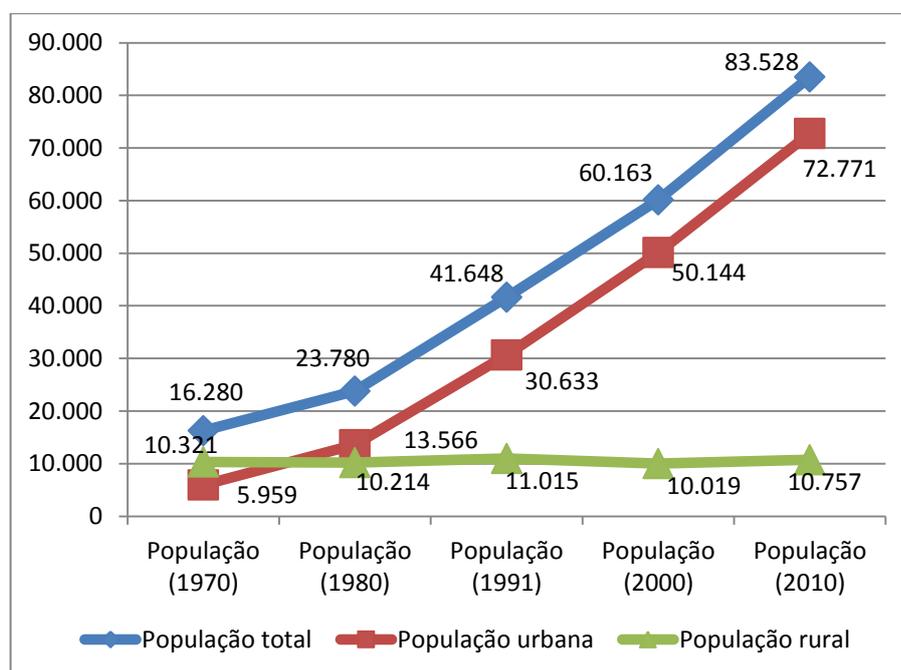
Graças à evolução contemporânea da economia e da sociedade e como resultado do recente movimento de urbanização e da expansão capitalista no campo, podemos admitir, de modo geral, que o território brasileiro se encontra, hoje, grosseiramente repartido em dois grandes subtipos que agora vamos denominar de espaços agrícolas e espaços urbanos. Simplesmente, não se trataria apenas de **regiões rurais** e de **idades**. Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm as cidades e as regiões urbanas contêm as atividades rurais. (SANTOS, 1996, p. 46).

É esta realidade heterogênea e mista que interessa em nossa análise. Desse modo, entende-se que o município de Balsas e, particularmente, a cidade de Balsas é portadora desse caráter diverso e complexo que une ao mesmo tempo as dinâmicas agrícolas e urbanas. Estas relações tornaram-se próximas revelando o contexto de uma urbanização que é marcada pela presença de aspectos que são peculiares à vida agrícola moderna. Este fato só se tornou viável graças à comunhão estabelecida entre a indústria e agricultura por meio da agroindústria.

A fim de apreender a materialidade destas mudanças na realidade Sulmaranhense é que de início serão enfatizadas as transformações de natureza demográfica no município de Balsas. O nosso intento repousa numa leitura das transformações demográficas ocorridas nesta cidade em função da difusão da agricultura moderna a partir da década de 1970.

4.2.2 Aspectos da estrutura demográfica do município de Balsas

Nesta seção expomos elementos essenciais da dinâmica demográfica presente no município de Balsas no período compreendido entre às décadas de 1970-2010. Considerou-se este período por entender que é a partir de então que são verificadas as principais mudanças demográficas e socioeconômicas neste município, sendo motivadas principalmente pela difusão da agricultura moderna e pelo desenvolvimento da atividade comercial. Esta análise em tela enfatiza as taxas de crescimento da população total, rural e urbana deste município.

Gráfico 5: Balsas - Crescimento da população total, urbana e rural (1970-2010)

Fonte: IBGE, 2010.

Organização: Sousa, Jailson de Macedo (2014).

As informações dispostas no gráfico 5 asseveram os expressivos ritmos de crescimento populacional notabilizados no município de Balsas a partir da década 1970. Este crescimento tem se expressado tanto no cenário interno da cidade como também nos espaços rurais. São diversos os argumentos utilizados para a sua explicação. Entre estes, cumpre destacar a forte influência das atividades agrícolas modernas, caracterizadas pelo elevado grau de tecnificação dos solos, sendo orientadas, sobretudo, para a produção de grãos.

Diversos estudos realizados acerca deste dinamismo impresso na cidade de Balsas e na região Sulmaranhense, desde a década de 1970, têm enfatizado os estreitos laços entre a difusão da agricultura moderna e o crescimento populacional presente nesta cidade. No bojo destes, cumpre ressaltar os realizados por Mota (2007); (2013); Rocha (2009); Mota (2011); (2012); Ferreira (2008) e Botelho (2012) que confirmam a pujante participação da agricultura moderna, sendo entendida como elemento vital que tem contribuído, sobremaneira, para explicar o dinamismo demográfico e socioeconômico presentes nesta cidade desde então.

A este respeito, Mota (2011) pondera

A presença da soja tem mostrado o grande potencial de modernização no campo no Sul do Maranhão. A soja tem proporcionado à presença de novos espaços agrícolas no nordeste brasileiro. Nesse contexto, a soja se insere no quadro de grandes transformações dos arranjos produtivos tendo como resultados a modernização agrícola. Evidenciamos que esses processos modernizantes estão presentes na agricultura Balsense e no Sul do Maranhão. Esta produção da soja têm inserido estes espaços numa escala de produção nacional e internacional. (MOTA, 2011, p. 70-72).

Os novos arranjos produtivos estabelecidos a partir da presença da agricultura moderna na região Sulmaranhense, fundados na produção de grãos tiveram como finalidade maior a exportação destes produtos aos mercados da Europa, Estados Unidos e Ásia. Estes fatos alteraram o uso do solo na região Sulmaranhense, favorecendo a presença de uma agricultura intensiva e marcada por elevado grau de tecnificização. Como lembra Denise Elias (2007, p. 113), “este modelo é conduzido por uma reestruturação produtiva da agropecuária que atinge tanto a base técnica quanto às bases econômica e social deste setor”.

Os significados desta modernização agrícola são diversos e têm afetado tanto a organização das estruturas agrárias pretéritas da região Sulmaranhense, como também a sua configuração atual. Neste caso, as cidades eleitas para acolher o agronegócio são entendidas como o palco central destas mudanças. Este é o caso da cidade de Balsas que conheceu desde a década de 1970 expressivas mudanças em função da difusão da atividade agrícola moderna.



Foto 30: Balsas/MA - Empresa Lavronorte
Autor: SOUSA, Jailson de Macedo. (2014).



Foto 31: Balsas/MA – Empresa Bunge

Ao observar a estrutura urbana de Balsas é perceptível desde a entrada da cidade a presença de vários estabelecimentos que denotam vínculos diretos com a agricultura moderna. Este fato ilustra a constituição de um espaço que foi pensado para abrigar a lógica moderna do campo. As estreitas ligações entre o campo modernizado e a cidade se expressam em razão da instalação de empreendimentos voltados ao agronegócio. Nessa direção, Elias (2007) afirma

Nas áreas onde se expande a agricultura científica e o agronegócio globalizado, o meio natural e o meio técnico são rapidamente substituídos pelo meio-técnico científico e informacional. Isto significa que os espaços agrícolas também se mecanizam e passam a compor as redes agroindustriais. [...] É visível também o incremento da urbanização, do número de cidades e do tamanho destas cidades. (ELIAS, 2007, p. 114).

Estes fatos são perceptíveis na paisagem urbana da cidade de Balsas que atesta com propriedade as estreitas relações que são tecidas entre o campo modernizado e a cidade que se edifica em face desta modernização que vem sendo comandada pelo agronegócio.

O crescimento demográfico registrado tanto na área urbana da cidade de Balsas como também nas áreas rurais deste município, asseveram com propriedade este avanço do crescimento populacional como uma das respostas efetivas desta presença das atividades econômicas modernas praticadas no campo. Trata-se de uma região que acolheu desde a década de 1970 inovações que são inerentes a esta fase de difusão do meio-técnico, científico e informacional que se propagam no território brasileiro, não sendo diferente em Balsas.

Com relação ao incremento demográfico verificado no município de Balsas, observa-se que o crescimento da população total em termos absolutos saltou de 16.280 para 83.528 habitantes no intervalo de quatro décadas, ou seja, entre as décadas de 1970 a 2010. Isto representou em termos percentuais um crescimento da população total de 413,07%.

Este crescimento populacional encontra-se distribuído da seguinte forma. Na década de 1970 a população total apresentou em termos absolutos uma participação de 16.280 habitantes, elevando-se na década seguinte para 23.780 habitantes. Neste intervalo, ou seja, entre as décadas de 1970-1980 o crescimento relativo da população total foi de 46,07%.

Na década de 1980, por sua vez, a população total contou com uma participação de 23.780 habitantes, elevando-se na década seguinte, ou seja, no ano de 1991 para 41.648 habitantes. O crescimento registrado nesse período equivaleu a 75,41%. No ano 2000, por seu turno, esta participação da população total equivaleu 60.163 habitantes. Nesses termos, o crescimento populacional registrado em termos relativos entre as décadas de 1991 a 2000 foi da ordem de 44,46%. O ano de 2010, por sua vez, registrou uma participação em termos absolutos da população total na ordem de 83.528 habitantes. Assim sendo, o crescimento populacional verificado entre 2000 a 2010 representou 38,84%.

Diante destes números apresentados entende-se que o crescimento populacional mais expressivo do município de Balsas foi registrado entre as décadas de 1970 a 1991. É durante este período que se verificam maiores incrementos populacionais do município de Balsas. Cumpre ressaltar ainda que o crescimento demográfico mais expressivo foi registrado entre 1991 a 2000. Trata-se do período que se intensificaram as migrações intra-regionais e inter-regionais para a região Sulmaranhense. Estas populações oriundas de distintas regiões do país e, sobretudo, do Sul foram atraídas, principalmente, pelos seguintes condicionantes:

- As condições naturais da região Sulmaranhense. A topografia dos terrenos plana aliadas aos aspectos fisiográficos colocaram-se como condições essenciais ao uso de máquinas e ao desenvolvimento da atividade agrícola moderna;
- Atrelados a estes aspectos cumpre ressaltar ainda a localização geográfica privilegiada. Esta é uma região que se insere num cenário produtivo de maior alcance, estando ligada às regiões produtoras do oeste baiano e de áreas de cerrado do Piauí e do Tocantins;
- Os preços das propriedades rurais, em geral são inferiores aos encontrados nas regiões centro-oeste, sudeste e sul. Este fato é entendido como forte motivo indutor das migrações de sulistas e demais produtores rurais de outras regiões do país;

- As intervenções do estado, mediando e favorecendo a vinda de produtores do Centro-Sul do país em razão dos incentivos creditícios e fiscais. Um exemplo concreto destas ações pôde ser notado através do Prodecer III, que abrange as áreas do cerrado maranhense;

Associados a estes instrumentos que favoreceram a difusão da agricultura moderna na região Sulmaranhense e em Balsas, Luciene Mota (2013) destaca a forte atuação dos grandes empreendimentos que têm vínculos com o agronegócio nacional e mundial.

Trata-se dos financiamentos provenientes das multinacionais instaladas na cidade de Balsas. Este é o caso das empresas: **Bunge, Multigrain, Cargill e Ceagro** entre outras. Elas fomentaram a difusão e consolidação do agronegócio na região de Balsas em função da compra direta das lavouras e também por prestarem serviços aos produtores rurais. Este fato tem colocado definitivamente a cidade de Balsas no cenário produtivo do agronegócio nacional e internacional. Estes financiamentos, no entanto, atingiram exclusivamente os agricultores empresariais, ou seja, os grandes produtores rurais instalados nesta cidade e região. (MOTA, 2013, p. 195).

Ainda concernentes aos dados apresentados no gráfico 5 que enfatizam o dinamismo demográfico presente no município de Balsas a partir da década de 1970, observa-se que a participação da população residente na sede municipal desta cidade tem sido crescente. Ao considerar o crescimento populacional registrado na área urbana de Balsas notou-se que na década de 1970 a população urbana equivaleu a 5.959 habitantes. Na década de 1980, este segmento registrou uma participação de 13.556 habitantes. Desse modo, entende-se que o crescimento urbano registrado entre 1970 a 1980 foi de 127,67%.

A década de 1980, por sua vez, registrou em termos absolutos uma participação de 13.566 habitantes residentes na sede municipal. Na década seguinte este segmento populacional se elevou para 30.633 habitantes. Dito isto, infere-se que o crescimento urbano verificado neste período foi da ordem de 125,82%. Estes elevados índices de crescimento da população urbana têm encontrado estreitos vínculos com a difusão do agronegócio.

Spósito et. all (2007) ressaltam que no contexto das dinâmicas materializadas nas cidades médias brasileiras é possível identificar a difusão de distintas atividades econômicas que são responsáveis pelos seus dinamismos, entre os quais se destacam:

- a) **Concentração e centralização econômica** decorrentes da atual fase da divisão (internacional, nacional e regional) social e territorial do trabalho;
- b) **Melhoria e diversificação dos sistemas de transportes e telecomunicações**, acompanhados da diminuição dos custos de circulação de mercadorias, pessoas e informações, no decorrer do último século, com destaque nos últimos 20 anos;
- c) Formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao **comércio de bens e serviços** como parte de um processo de concentração econômica que se acompanha de desconcentração espacial;
- d) É no campo de bens e serviços especializados ligados à **modernização do setor agropecuário** que se tem visto um avanço significativo do papel comercial e de serviços das cidades de porte médio.

A cidade de Balsas, localizada na região Sulmaranhense, se enquadra no interior das dinâmicas assinaladas por último. Trata-se de um espaço que se reveste das forças e da vitalidade comandada pelo campo, sobretudo, as atividades econômicas que se modernizam em razão da presença e do dinamismo promovido pelo agronegócio no campo brasileiro. Com isto, tem se manifestado desde a década de 1970 uma refuncionalização das cidades que se adaptam neste período recente à racionalidade orientada pelas atividades modernas que são praticadas no campo, em particular, a modernização agrícola.

Ainda relacionados aos dados expostos no gráfico 5 que tratam da dinâmica demográfica de Balsas notou-se que o ritmo de crescimento da população urbana se elevou bastante entre as décadas de 1991 a 2000. A população residente na sede municipal equivaleu em 1991 a 30.633 habitantes, tendo ascendido na década seguinte para 50.144 habitantes. Com isto, observa-se que o crescimento urbano neste período foi de 63,70%. Este crescimento é considerado elevado e denota os efeitos gerados pelas migrações que foram dirigidas para esta região agrícola em face dos processos modernizadores que ela conheceu a partir de então.

O célere crescimento materializado nesta cidade têm acarretado em diversos problemas sociais e evocam o debate a cerca da necessidade do planejamento e ordenamento territorial urbano da cidade de Balsas.

Este crescimento demográfico célere verificado tanto em áreas urbanas como rurais do município de Balsas, só foi possível graças às alianças estabelecidas entre o Estado e o capital que retratam com clareza a constituição e consolidação de uma região agrícola no Sul do Maranhão. A respeito destes vínculos estabelecidos entre o Estado e o capital e as suas relações com a difusão da agricultura moderna no Sul do Maranhão, Oliveira (2011) comenta

A produção de soja nos estados do Maranhão e Tocantins foi alavancada a partir dos investimentos provenientes do PRODECER III em meados da década de 1990 e da infraestrutura disponibilizada pela criação do Programa de Corredor de Exportação Norte, sendo que as atividades agrícolas praticadas até então, fundadas na cultura do arroz, deixaram de ser o foco dos produtores rurais, reduzindo-se sobremaneira, em razão desta presença da soja. No município de Balsas, tal programa foi implantado entre os anos de 1994 a 1996, tendo como órgãos responsáveis a Cooperativa Batavo – Batavo Nordeste, a Campo, assim como os diversos agentes financeiros como a Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA e os bancos do Nordeste – BNB e o Banco da Amazônia – BASA. (OLIVEIRA, 2011, p. 82).

Nesses termos, a presença de um polo agrícola moderno no território maranhense, em particular, na região Sulmaranhense se associa desde as condições geográficas favoráveis até à forte intervenção do capital e do Estado nesta região. O Estado é entendido nesse cenário como o agente que visou articular investimentos, capitais e populações a fim de difundir nesta região a atividade agrícola moderna pautada na produção de grão, em particular, a soja.

Outro aspecto primordial que deve ser levado em consideração nos estudos que envolvem o dinamismo demográfico verificado no município de Balsas a partir de 1970 diz respeito ao declínio da participação das populações rurais. Com relação a esta dinâmica das populações residentes no campo observou-se que na década de 1970 a participação da população rural foi de 5.959 habitantes, sendo que na década seguinte, a participação deste segmento equivaleu a 10.214 habitantes. Assim sendo, entende-se que o crescimento percentual da população rural registrado neste período foi de 71,40 %.

A década de 1980 denota crescimento tímido das populações residentes em áreas rurais no município de Balsas, sendo que neste ano este segmento populacional equivaleu a 10.214 habitantes. Na década seguinte as populações rurais equivaleram a 11.015 habitantes.

Com isto, infere-se que o crescimento relativo das populações residentes no espaço rural de Balsas neste intervalo, ou seja, entre os anos de 1980-1991 equivaleu a 7,84%.

No ano de 2000 este ritmo da participação das populações residentes em áreas rurais no município de Balsas se reduziu ainda mais, sendo que a participação deste segmento populacional registrada neste período foi de 10.019 habitantes. Com isto é perceptível a queda na participação da população rural no dinamismo demográfico do município de Balsas uma vez que o crescimento registrado entre os anos de 1991 a 2000 foi de - 9,04%.

O ano de 2010 registrou uma pequena elevação nesta participação das populações residentes em áreas rurais no município de Balsas. Desse modo, a participação que nos anos de 2000 representou 10.019 habitantes se elevou no ano de 2010 para 10.757 habitantes. Dito isto, infere-se que o crescimento relativo da população rural entre 2000 a 2010 foi de 7,36%.

Vários argumentos são destacados para explicar o baixo dinamismo demográfico notado nas áreas rurais do município de Balsas após a década de 1990. No bojo destes, cumpre ressaltar o forte poder de atração dos núcleos urbanos. As cidades, de modo geral, abrigam os melhores equipamentos e infra-estrutura quando comparadas ao campo, podendo oferecer às populações os serviços de educação, saúde, equipamentos culturais, lazer e etc.

Desse modo, entende-se que estes serviços e equipamentos são entendidos como capazes de atrair e fixar parcelas significativas de populações que outrora tinham as suas vidas vinculadas ao campo. Nessa direção, Denise Elias (2007, p. 117) pondera, “paralelamente à intensificação do capitalismo no campo com a difusão da agricultura científica e do agronegócio, processou-se um crescimento de áreas urbanizadas, porquanto, a gestão da agropecuária moderna necessita da sociabilidade e de espaços urbanos”.

Dito isto, entende-se que as relações mediadas e determinadas pelo agronegócio foram essenciais ao dinamismo demográfico verificado no município de Balsas, em particular, o acelerado crescimento materializado na área urbana deste município desde 1970.

No entanto, cumpre advertir que associado a este crescimento célere na sede municipal de Balsas é válido atentar para os graves problemas sociais que afetam a cidade.

Se por um lado este crescimento foi mais intenso nas áreas urbanas deste município, por outro lado, ele tem implicado num esvaziamento de populações residentes no campo. Este fato deve ser analisado com cautela uma vez que parcelas significativas das populações vinculadas ao campo foram transferidas de forma abrupta para a sede municipal de Balsas sem que houvesse uma preocupação governamental com o planejamento urbano.

Os governos em suas distintas esferas (federal, estadual e municipal) incitaram a ocupação dos espaços rurais no Maranhão em face da difusão da agricultura moderna. Isto trouxe como consequências o uso racional do espaço rural, gerando mudanças nas formas de uso deste espaço que culminaram com o êxodo rural e um crescimento exacerbado das áreas urbanas de alguns municípios. Este processo tem revelado diversas chagas sociais no meio urbano, como por exemplo, a expansão do tecido urbano e os processos de periferização.

A ausência de infraestrutura urbana (rede coletora de esgoto, água encanada, pavimentação, drenagem urbana, acúmulo de lixo e a crescente expansão da periferia urbana) traduz alguns dos conteúdos da dinâmica urbana materializada na cidade de Balsas, denotando assim, uma urbanização desigual e segmentada. Nessa direção, Ferreira (2008) comenta

Esse crescimento urbano protagonizado pela agricultura capitalista no município de Balsas apresenta o fortalecimento de diversas desigualdades referentes ao acesso desigual e ínfimo dos serviços e equipamentos urbanos, aproximando esses locais de habitação a um quadro de carências acentuadas que são vivenciadas pelas comunidades residentes em favelas nos médios e grandes centros urbanos do país e que se traduzem em péssimas condições de habitabilidade, sendo marcadas e caracterizadas por elevados graus de exclusão social. (FERREIRA, 2008, p. 204).

As imagens retratadas a seguir evidenciam os reais conteúdos da urbanização que vem se processando na cidade de Balsas. Esta tem sido marcada por intensa segmentação social e graves problemas na estrutura interna da cidade, denotando assim, a segregação do tecido urbano e os graves problemas sociais associados à ausência de infraestrutura urbana.

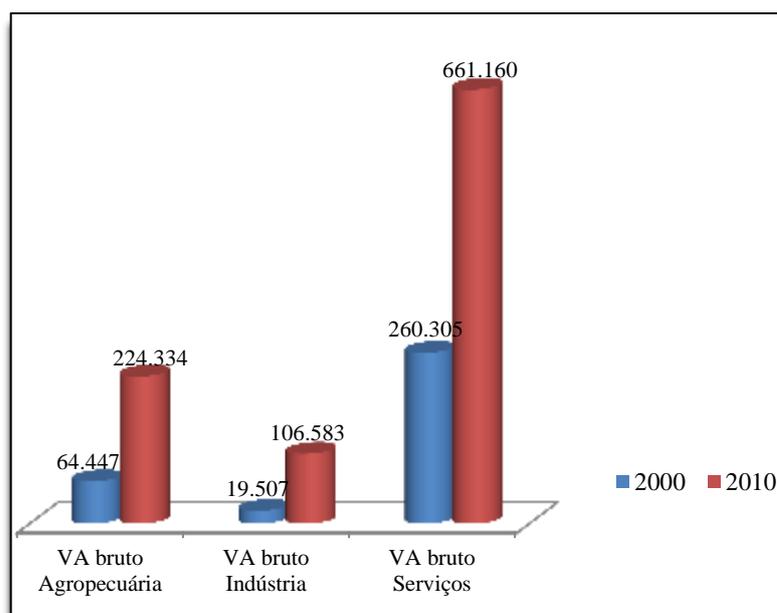
Após apresentar elementos essenciais da estrutura demográfica do município de Balsas interessa enfatizar alguns aspectos que consideramos vitais a uma leitura da estrutura econômica deste município. Desse modo, esta análise enfatiza alguns elementos responsáveis pelo dinamismo econômico materializado na cidade de Balsas desde a década de 1970.

4.2.3 Elementos da estrutura econômica do município de Balsas

Esta seção se propôs a refletir e entender aspectos essenciais da dinâmica econômica que se faz presente no município de Balsas e que vem sendo delineada a partir da década de 1970. Este representa o momento em que as transformações de ordem econômica, política, e demográfica e natural se impuseram com maior intensidade nesta cidade.

A análise em tela se pauta numa leitura dos elementos econômicos predominantes neste município. Para tanto, apresenta-se aspectos vitais da composição do produto interno bruto – PIB do município de Balsas, que é marcado pela expressiva participação dos segmentos vinculados ao setor primário, em particular, a agricultura moderna e o terciário que é representado por meio da atividade comercial e dos serviços.

Gráfico 6: Balsas/MA – Evolução e valor adicionado do PIB por setores (2000-2010)



Fonte: IBGE (2010); IMESC, 2012.
Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

As informações destacadas no gráfico 6 enfatizam a composição e estrutura do produto interno bruto – PIB do município de Balsas considerando a sua evolução entre os anos de 2000 e 2010. Buscou-se por meio destes dados entender a estruturação do produto interno bruto deste município e o seu processo evolutivo entre as décadas de 2000 a 2010.

A exemplo do que se observou no município de Açailândia, a cidade de Balsas apresenta no terciário, ou seja, nas atividades vinculadas ao comércio e serviços a base de estrutura econômica. Este fato encontra explicações em razão do PIB terciário responder no ano de 2010 por 66,65% no universo do PIB total deste município. Já os setores: primário (agricultura e pecuária) e o secundário (indústria) responderam respectivamente neste mesmo período, ou seja, no ano de 2010 por 22,60% e 10,75% da economia local. Com isto é perceptível a importância conferida tanto à participação do segmento terciário como também do setor primário na composição e estruturação do PIB municipal de Balsas.

A fim de esclarecer melhor como tem se processado este dinamismo do PIB em Balsas é comum ouvirmos nos noticiários televisivos e mesmo em jornais impressos de circulação regional e nacional a veiculação de notícias ressaltando à pujante participação do setor primário guiado pelo agronegócio desde a década de 1970 nesta cidade.

A veiculação pela mídia do país da constituição de um novo polo agrícola na região Sulmaranhense reforça os elementos econômicos como também sendo sinônimos do dinamismo social impresso nesta cidade desde 1970. No entanto, é preciso fazer uma leitura crítica deste dinamismo uma vez que os números que atestam o avanço da soja no Sul do Maranhão nem sempre expressam melhorias efetivas nas condições de vida das populações.

A lógica capitalista de produção e reprodução deixa no espaço marcas expressas da sua atuação, denotando uma crise que se evidencia pelo modo contraditório de sua reprodução ampliada manifestada no campo e na cidade de Balsas. Crise esta que ocorre tanto na esfera política, quanto econômica, social e ainda na esfera ambiental. (ROCHA, 2009).

Com relação aos dados expostos no gráfico 6 observou-se que a composição do PIB de Balsas entre os anos de 2000 a 2010 estava distribuída da seguinte forma.

No ano de 2000, o dinamismo do PIB ligado ao segmento terciário contou com uma participação de R\$ 260,305. Isto implica em reconhecer que em termos relativos a participação deste segmento respondeu neste período por 75,61% da produção do PIB total deste município. Contudo, notou-se que no ano de 2010, o PIB ligado ao terciário se elevou para R\$ 661,160. Desse modo, entende-se que a variação percentual registrada pelo setor terciário no intervalo de uma década, ou seja, entre 2000 a 2010 equivaleu a 154,0%.

No que tange aos dados relacionados à participação do PIB primário constatou-se que este representa o segundo principal setor da economia balsense, ficando atrás apenas do segmento terciário. Nesses termos, conforme os dados dispostos no gráfico 6, notou-se que a participação absoluta do setor primário no ano de 2000 equivaleu a R\$ 64,447. No ano de 2010, por sua vez, esta participação se elevou para R\$ 224,344. Dito isto, compreende-se que no ano de 2000 este segmento respondeu por 18,72% no conjunto do PIB total de Balsas. No ano de 2010, por sua vez, a participação deste segmento se elevou para 22,61%. Assim sendo, entende-se que o crescimento do segmento agropecuário neste período, ou seja, de 2000 a 2010 apresentou-se bastante dinâmico, demonstrando uma variação percentual de 248,11%.

O segmento industrial mesmo não dispendo da mesma importância que os setores primário e terciário também denotou relevante crescimento entre os anos de 2000 a 2010. No ano de 2000, este segmento foi responsável por uma produção de R\$ 19.507, equivalendo em termos percentuais a uma participação de 5,67% no conjunto do PIB total de Balsas. Já no ano de 2010, esta participação se elevou em termos absolutos para R\$ 106,583, respondendo em termos percentuais a uma participação de 10,74%. Com isto verificou-se neste período (2000 a 2010) um aumento percentual deste segmento de 446,38%. Trata-se de um valor expressivo que denota as mudanças econômicas presentes em Balsas em face da modernização agrícola.

Não restam dúvidas de que a constituição de um polo agrícola moderno na região Sulmaranhense tenha favorecido o crescimento econômico desta região e, particularmente, das cidades que estão sob o seu comando, principalmente, a cidade de Balsas.

No entanto, é preciso que se faça uma leitura crítica e cautelosa sobre este dinamismo econômico a fim de entender como esta dinâmica tem se efetivado socialmente, ou seja, como ela tem respondido às diversas demandas geradas pela sociedade. É preciso entender a maneira como a gestão pública e os atores econômicos ligados ao agronegócio têm refletido sobre este crescimento, considerando a dinâmica social impesa nesta cidade.

As informações destacadas no gráfico 6 que ressaltam a composição e estrutura do produto interno bruto do município de Balsas demonstram, de forma incontestável, a importante participação do segmento primário, particularmente, a produção agrícola moderna orientada a partir da produção de grãos. A fim de apreender melhor este dinamismo enfatizamos nas tabelas que seguem a evolução da produção de soja no município de Balsas que constitui um dos carro-chefe no interior da dinâmica econômica maranhense deste período recente.

Esta expressiva produção de soja no território maranhense não tem ocorrido à mercê dos interesses capitalistas e das finalidades estabelecidas pelo Estado. As intervenções guiadas por estes atores através do prodecir III conforme mencionado antes contribuíram, sobremaneira, para a intensificação da produção de soja no estado do Maranhão. A partir da década de 1990 esta produção foi motivada conforme Vieira e Carneiro (2009, p. 3) pelos “incentivos do Estado, como *Programa do Corredor de Exportação Norte* que foi lançado no início dos anos noventa, tendo como autarquia a CVRD, cuja finalidade se voltou ao desenvolvimento das regiões do sul do Maranhão, sudoeste do Piauí e nordeste do Tocantins”.

Os dados apresentados nas tabelas que seguem asseveram este avanço produtivo e a relevante participação da soja nas distintas mesorregiões do estado do Maranhão. Neste contexto enfatizado é notória a significativa produção no âmbito da região Sulmaranhense.

Tabela 19: Mesorregiões Maranhenses – Evolução da produção de soja (1990-2010)

Anos	MESORREGIÕES					ESTADO
	Sul	Leste	Centro	Norte	Oeste	Maranhão
1990	4.176	-	-	-	-	4.176
1991	8.037	-	-	-	-	8.037
1992	24.029	-	-	-	-	24.029
1993	86.389	768	-	213	-	87.370
1994	140.116	41	480	-	-	140.637
1995	162.303	72	-	-	-	162.375
1996	137.283	-	-	-	-	137.283
1997	221.289	246	-	-	-	221.535
1998	290.189	249	-	-	-	290.438
1999	405.248	2.324	1.440	-	-	409.012
2000	448.359	4.958	1.464	-	-	454.781
2001	482.274	6.889	1.920	-	-	491.083
2002	552.344	9.350	24	-	-	561.718
2003	637.289	19.183	3.606	-	-	660.078
2004	863.793	30.632	9.222	-	351	903.998
2005	943.904	46.799	6.206	-	-	996.909
2006	824.759	92.386	13.997	-	-	931.142
2007	1.032.516	78.080	14.498	-	-	1.125.094
2008	1.094.843	153.170	14.652	-	-	1.262.665
2009	1.064.379	132.434	14.272	-	-	1.211.085
2010	1.198.624	109.214	14.525	-	-	1.322.363

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE (1990-2010).

Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

Os dados apresentados na tabela 19 confirmam a expansão do cultivo e produção da soja no estado do Maranhão desde o início da década de 1990. Cumpre sublinhar que este processo produtivo teve maior dinamismo a partir do ano 2000. As regiões que apresentaram maior destaque neste cenário produtivo foram respectivamente: a sul e a leste.

Com relação aos números expostos, percebe-se que a produção de soja registrada no ano de 1990 representou em termos absolutos 4.176 toneladas, sendo que esta apresentou intensa elevação na década posterior, ou seja, no ano 2000, alcançando 448.359 toneladas. Assim, o aumento percentual da soja no Maranhão neste período equivaleu a **10.650,93%**.

O processo de expansão da soja no cerrado maranhense manteve-se latente nas décadas posteriores. Desse modo, a produção verificada no ano de 2000 correspondeu em termos absolutos a 448.359 toneladas, sendo elevada no ano de 2010 para 1.322.363 toneladas. Diante destas informações cumpre afirmar que o crescimento percentual da produção de soja no estado do Maranhão entre as décadas de 2000 a 2010 foi de 194,93%.

Este aumento da produção da soja está relacionado conforme afirmamos antes aos incentivos governamentais que privilegiaram a difusão de monoculturas destinadas à exportação no estado do Maranhão. Estas intervenções foram viabilizadas pelo Estado e pelo capital através de alianças e financiamentos diversificados. O corredor de exportação norte traduz nesse cenário uma das intervenções governamentais que motivaram este processo de expansão da soja no território maranhense. Carneiro (2008) nessa direção pondera

Além dos incentivos relacionados ao desenvolvimento do Programa do Corredor de Exportação Norte é necessário mencionar também a importância do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER III que foi firmado através de um convênio entre o governo brasileiro e a Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA que previu em sua fase inicial o desembolso de US\$ 138 bilhões para o período correspondente aos anos de 1993-1998. (CARNEIRO, 2008, p. 87).

Estes incentivos foram essenciais à difusão da agricultura moderna no Maranhão. Se por um lado eles incitaram a difusão da monocultura da soja, por outro, sinalizaram para uma expressiva redução no cultivo de produtos tradicionais, como é o caso da produção de arroz que se apresentara antes como um dos principais produtos da agricultura maranhense.

Os dados dispostos na tabela que segue, confirmam esta assertiva que enfatiza o avanço do processo de expansão da soja no território maranhense em detrimento do cultivo e da produção de arroz que se apresentara antes deste período como um dos principais produtos que compunha as lavouras temporárias presentes no espaço maranhense. Vale ressaltar que esta expansão da produção de soja no território maranhense, em particular, na região Sulmaranhense ocorreu de modo mais relevante a partir da década de 1990.

Tabela 20: Maranhão – Área colhida e quantidade produzida de arroz e soja (1990-2010)

Anos	Área Colhida (Hectares)		Quantidade Produzida (Toneladas)	
	Arroz (casca)	Soja (grãos)	Arroz (casca)	Soja (grãos)
1990	679.087	15.230	464.796	4.176
1991	758.952	4.585	970.250	8.037
1992	760.890	21.122	400.883	24.029
1993	737.788	43.223	632.264	87.370
1994	760.165	62.896	1.035.622	140.637
1995	777.960	87.690	951.579	162.375
1996	409.747	63.652	555.006	137.283
1997	414.760	109.725	559.177	221.535
1998	425.736	146.345	380.953	290.438
1999	449.615	166.916	646.134	409.012
2000	478.639	178.716	727.442	454.781
2001	458.574	213.436	623.684	491.083
2002	478.171	238.173	628.672	561.718
2003	496.233	275.252	689.051	660.078
2004	516.740	340.403	733.484	903.998
2005	527.013	372.074	673.291	996.909
2006	503.226	382.886	702.224	931.142
2007	505.518	384.474	684.949	1.125.094
2008	467.405	421.520	685.618	1.262.665
2009	459.345	409.402	609.290	1.211.085
2010	476.255	494.236	589.945	1.322.363
Total	11.541,819	44.319,560	13.944,314	11.405,808

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE (1990- 2010).
Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

As informações apresentadas na tabela 20 atestam a notável evolução da produção de soja no território maranhense entre os anos de 1990 a 2010. Neste intervalo de tempo, ou seja, no decorrer de duas décadas é significativa esta expansão da produção de soja em detrimento da produção de arroz que também é entendido como um dos produtos tradicionais e de destaque no interior das lavouras temporárias desenvolvidas no estado do Maranhão.

A expansão da soja nas terras maranhenses se materializou a partir dos anos 1990, embora seja possível notar o desenvolvimento de experiências anteriores que asseveram inquietações dos produtores com o seu cultivo nos solos maranhenses. Para Mota (2012)

O processo de transformação econômica do Estado do Maranhão, apoiado nas atividades primárias, agora alicerçadas em alguns pilares da globalização, vem promovendo profundas transformações nas suas estruturas não só econômicas, mas também políticas, sociais e territoriais. Nesse cenário destaca-se a produção agrícola moderna no município de Balsas. Balsas sempre teve uma vinculação com as atividades agrícolas, ocupando um lugar de destaque no estado. Esta cidade teve como primeiro ciclo econômico produtivo o arroz e, no final do século XX, a soja que despontou como a principal atividade econômica local. (MOTA, 2012, p. 288).

Embora seja reconhecida esta importância da produção de soja no cenário regional maranhense, em particular, na região Sulmaranhense convém levar em conta a significativa produção do arroz nesta porção do território maranhense. Esta relevância é perceptível quando se observam os dados expostos na tabela anterior. Desse modo, enquanto a área de soja colhida no estado no ano de 1990 equivaliu a 15.230 hectares, a área colhida de arroz neste mesmo período no estado do Maranhão correspondeu a 679.087 hectares.

Dito isto, não se pode negar este processo que adjetiva a relevante presença do cultivo e produção de soja no Maranhão. No entanto, é preciso destacar que a produção de arroz também se apresentara de forma expressiva no Maranhão, embora seja perceptível a sua oscilação e declínio em relação à progressiva produção da soja no espaço maranhense. No ano de 2010, por exemplo, enquanto a área colhida de arroz representou 476.255 hectares, as áreas colhidas de soja corresponderam neste mesmo período a 494.236 hectares.

Com base nestes dados apresentados é notória a expansão das áreas destinadas ao cultivo e produção da soja no território maranhense em detrimento das áreas destinadas ao cultivo e produção do arroz. Destarte, enquanto a variação do crescimento percentual das áreas colhidas de arroz declinou entre 1990 a 2010, apresentando neste período uma participação de -29,86%, as áreas destinadas ao cultivo e produção da soja se expandiram consideravelmente, apresentando nesse mesmo período crescimento relativo de 3.145,14%.

Trata-se de um crescimento bastante expressivo que denota de fato a constituição de um vigoroso e importante polo agrícola moderno no interior da região Sulmaranhense. Conforme observaram Lima; Locatel e Silva (2012) esta expressiva produção da soja

Tem desencadeado uma reestruturação territorial, sobretudo na região em que se insere o município de Balsas, de modo a concentrar importantes atividades produtivas, comerciais e industriais, além de um grande número de trabalhadores. [...] As novas técnicas produtivas, em consonância com as políticas públicas implantadas – de incentivos fiscais, crédito subsidiado e criação de infraestruturas, possibilitaram a realização de grandes projetos e o desenvolvimento do agronegócio maranhense. (LIMA; LOCATEL; SILVA, 2012, p. 5).

Ao comparar o processo produtivo de arroz com a produção de soja território maranhense, observou-se a exemplo das áreas colhidas destes produtos que houve um crescimento notável na produtividade da soja em detrimento da produção de arroz.

No ano de 1990, por exemplo, as áreas produzidas de arroz equivaleram a 464.796 toneladas. Já a produção da soja, equivaleu neste período a 4.176 toneladas. No entanto, esta dinâmica se alterou profundamente duas décadas depois, ou seja, no ano de 2010. Nesses termos, enquanto a produção de arroz equivaleu neste período a 589.945 toneladas. A produção de soja avançou bastante, apresentando neste período 1.322,363 toneladas. Assim, infere-se que enquanto o crescimento relativo da produção de arroz equivaleu entre 1990 a 2010 a 26,92 %. A produção da soja, por sua vez, equivaleu neste período 10.650,93%.

Com isto, é evidente o avanço da produção da soja no território maranhense. Esta expansão se associa à difusão de novas técnicas no campo maranhense, aos incentivos creditícios e fiscais financiados pelo Estado, às condições naturais propícias destas regiões, especialmente, a região Sulmaranhense e a logística que foi fornecida pelo Estado.

Para esclarecer este dinamismo de expansão da soja no Maranhão é útil considerar também as principais áreas produtoras do estado e estabelecer os nexos deste processo produtivo entre estas regiões com a produção total no estado do Maranhão. Estes dados estão dispostos na tabela 21 que enfatiza a produção da soja na microrregião dos Gerais de Balsas.

Tabela 21: Evolução da produção de soja no estado do Maranhão e na Microrregião dos Gerais de Balsas (2000-2010) - Toneladas

Anos	Quantidade Produzida (Toneladas)	
	Maranhão	Microrregião dos Gerais de Balsas
2000	454.781	319.968
2001	491.083	347.598
2002	561.718	396.956
2003	660.078	447.393
2004	903.998	283.387
2005	996.909	642.103
2006	931.142	565.194
2007	1.125.094	717.140
2008	1.262.665	751.564
2009	1.211.085	733.055
2010	1.322.363	814.585
Total	9.920,916	6.018,943

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE (2014)
Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

As informações destacadas na tabela 21 demonstram a expressiva produção de soja no estado do Maranhão, sendo a região Sulmaranhense e, em particular, a microrregião dos gerais de Balsas a área de maior destaque neste cenário produtivo. Esta significativa produção da soja na microrregião de Balsas pode ser explicada quando comparada à produção total deste produto agrícola no estado do Maranhão. A produção registrada no estado do Maranhão no ano de 2000, por exemplo, equivaleu a 454.781 toneladas, tendo se elevado no ano de 2010 para 1.322.363 toneladas. Já a produção verificada nos mesmos períodos na microrregião dos Gerais de Balsas equivaleu respectivamente a 319.968 e 814.585 toneladas.

Conforme os dados expostos entende-se que o crescimento relativo verificado no estado do Maranhão neste período equivaleu a 182,73%. Já o crescimento na microrregião dos Gerais de Balsas no mesmo período equivaleu a 154,58%. Com isto, infere-se que a participação de Balsas no crescimento da produção de soja maranhense foi de 57,01%.

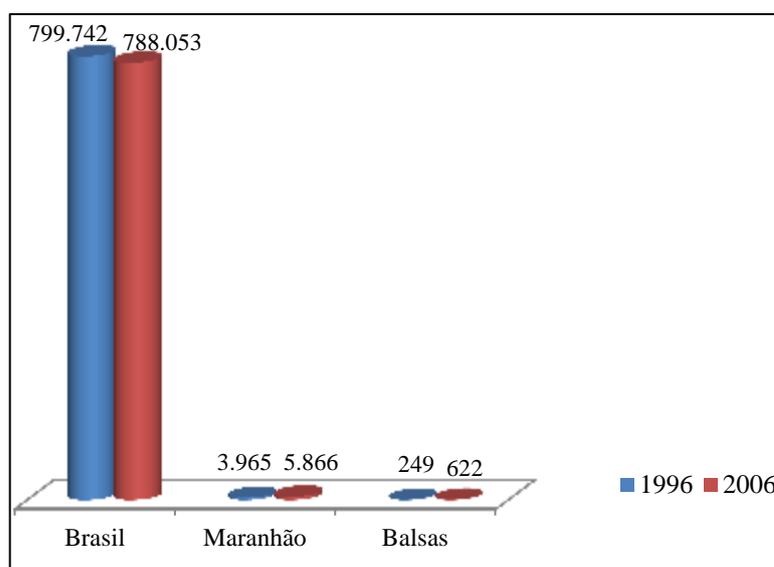
Destarte, entende-se que a produção de soja além de estar concentrada na porção Sulmaranhense, também demonstra a expressiva produtividade situada nos Gerais de Balsas.

Esta ascensão da produção agrícola moderna assevera a presença marcante dos instrumentos técnicos e científicos que se materializam no campo. Nesses termos, a região Sulmaranhense testemunha com propriedade as novas formas de uso do solo agrícola que conta cada vez com a adoção de técnicas arrojadas. Para Santos e Silveira (2011)

Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, são dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando os solos, criando sementes e até mesmo buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. [...] Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional. (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 118).

Esta nova dinâmica impressa no campo brasileiro revela novas formas de uso do solo, sendo amparadas no apoio da ciência e dos meios informacionais. Este dinamismo pode ser notado na região Sulmaranhense que presencia a intensa utilização de máquinas e implementos agrícolas. Tais informações podem ser confirmadas no gráfico que segue.

Gráfico 7: Brasil, Maranhão e Balsas – Uso de máquinas em unidades produtivas rurais: Censos Agropecuários (1996 - 2006)



Fonte: IBGE, 2006.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

As informações dispostas no gráfico 7 atestam o aumento significativo no uso de máquinas agrícolas no campo brasileiro, tendo destaque nesse cenário a região Sulmaranhense, particularmente, o município de Balsas que é entendido como a área-sede do polo agrícola deste estudo. Esta importância é notada em face da crescente participação de maquinários ligados à produção agrícola nas unidades produtivas rurais deste espaço.

Ao considerar este dinamismo notou-se que no censo agropecuário de 1996 o uso de máquinas agrícolas em unidades rurais no estado do Maranhão equivaleu em termos absolutos a 3.965, tendo aumentado no ano de 2006 para 5.866. Com base nesses números, observou-se que o crescimento relativo registrado neste período neste estado foi de 47,94%.

Cumprir enfatizar que no caso do território brasileiro ocorreu um decréscimo nesta participação do uso de máquinas em áreas de produção rural. Conforme os dados expostos no gráfico 7, notou-se que no ano de 1996 a utilização destes maquinários equivaleu a 799.742 tendo declinado no ano de 2006 para 788.053. Com isto, depreende-se que houve um decréscimo na utilização de máquinas no campo brasileiro na ordem de -1,46%.

Ao levar em consideração este dinamismo do uso de máquinas nas unidades produtivas rurais no município de Balsas é possível deduzir que ocorreu aumento relevante no período destacado, ou seja, entre os anos de 1996 a 2006. No ano de 1996, por exemplo, foi registrado o uso de 249 máquinas nos espaços rurais de Balsas. No entanto, no ano de 2006, o uso de máquinas agrícolas neste espaço se elevou para 622 unidades. Diante destes dados apresentados é possível inferir que o crescimento relativo no uso de máquinas em unidades produtivas rurais no município de Balsas no referido período equivaleu a 149,80%.

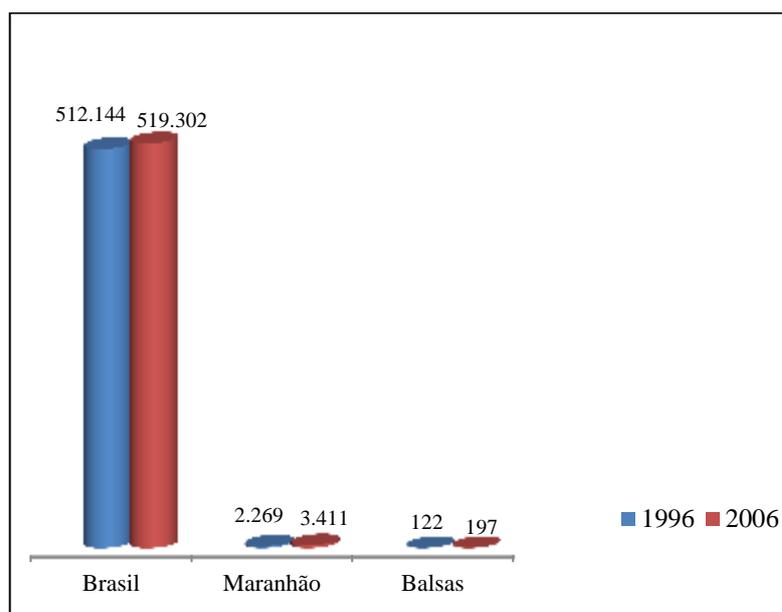
Estes dados expostos asseveram o significativo avanço da produção de soja no território maranhense, em particular, na porção meridional deste estado. Esta elevada produção da soja na região Sulmaranhense tem conduzido segundo Denise Elias (2011) à constituição de uma *Região Produtiva Agrícola – RPA* no Sul do Maranhão.

A reestruturação produtiva da agropecuária é entendida como processo promotor de transformações nos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária (especialmente alterando a base técnica da produção, as relações sociais de produção e a estrutura fundiária), atingindo tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, tendo profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos. Estes passam, então, por um processo acelerado de reorganização, com incremento da urbanização e de processos de (re) estruturação urbana e regional, com a formação ou consolidação de *Regiões Produtivas Agrícolas*, por todo o Brasil. (ELIAS, 2011, p. 153-155).

Conforme as ideias destacadas por Elias (2011), o município de Balsas encontra-se inserido no contexto de uma *Região Produtiva Agrícola – RPA* que é constituída pelas microrregiões do Alto Parnaíba Piauiense (PI), Barreiras (BA) e Gerais de Balsas (MA). Trata-se de uma das mais importantes regiões produtoras de soja do país - MAPITIBA.

Outro exemplo concreto deste avanço da produção de grãos e, principalmente, da soja no território maranhense pode ser lido e analisado em função do aumento significativo de maquinários, peças e implementos que estão vinculados à esta agricultura científica praticada no espaço maranhense. Os dados destacados a seguir confirmam esta tendência e expressam com particularidade os efeitos da difusão do agronegócio na região Sulmaranhense.

**Gráfico 8: Brasil, Maranhão e Balsas – Uso de tratores em unidades produtivas rurais
Censos Agropecuários (1996 - 2006)**



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (1996; 2006).
Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

As informações apresentadas no gráfico 8 denotam o aumento da utilização de tratores nas unidades produtivas rurais do país, enfatizando a realidade Sulmaranhense. De acordo com estas informações havia no campo brasileiro no ano de 1996, 512.144 tratores, tendo se elevado no ano de 2006 para 519.302. Com isto, deduz-se que o crescimento relativo de tratores registrado nesse período, ou seja, entre 1996 a 2006 foi de 1,4%.

Ao observar este dinamismo no cenário estadual maranhense notou-se que o número de tratores presentes nas propriedades rurais entre os anos de 1996 a 2006 foi respectivamente de 2.269 e 3.411 máquinas. Dito isto, infere-se então que o crescimento percentual destas máquinas no estado do Maranhão neste intervalo alcançou 50,33%.

Com relação a este dinamismo que envolve a presença de tratores no campo, particularmente, no município de Balsas, observou-se que no ano de 1996 esta cidade contava com 122 unidades, sendo que na década seguinte foi registrada uma participação de 197 máquinas neste município. Nesses termos, entende-se que o aumento percentual registrado neste período relativo à presença de tratores em Balsas foi de 61,47%.

Estes dados expostos no gráfico 8 confirmam a célere evolução do maquinário que tem servido de suporte à exponencial produção grãos, em particular, a soja no território maranhense. Vale associar à esta presença de máquinas e implementos agrícolas as intervenções e facilidades oferecidas pelo Estado que tem subsidiado essa produção.

É válido reconhecer estas novas feições que se projetam no espaço regional Sulmaranhense em face da elevada produção da soja. No entanto, cumpre indagar sobre os efeitos que esta atividade tem gerado às populações da região e demais regiões do Maranhão. A consolidação de um polo agrícola no Sul do Maranhão, expressa sem sombra de dúvidas, avanços das/nas condições econômicas dos seus municípios, principalmente, na cidade de Balsas que está à frente deste comando. Esta consolidação da soja na região Sulmaranhense é notória e se expressa segundo os órgãos oficiais e a mídia por meio da elevação do PIB.

Os discursos orientados pelos agentes econômicos e governamentais enfatizam a elevação do PIB como um traço peculiar ao crescimento econômico que tem se projetado no município de Balsas, sendo também materializado no tecido social desta cidade e da região.

Não obstante, mais importante do que considerar estes números que asseveram a elevada produção da soja no cenário econômico do estado do Maranhão e, particularmente, na região Sulmaranhense é necessário entender as suas repercussões no tecido social, ou seja, nos conteúdos sociais que se materializam tanto no cenário urbano como em áreas rurais.

São inegáveis os avanços econômicos promovidos pela produção da soja no estado do Maranhão em razão da elevação do PIB que se verifica como um dado concreto nos seus municípios. No entanto, também é notório que as benesses geradas pela intensa produção de grãos não tenha se convertido em melhorias efetivas nos quadros sociais da configuração urbana desta cidade. Paralelamente a esta expansão da soja, assiste-se a uma deterioração das condições sociais das populações que residem no campo e na área urbana de Balsas.

Dito isto, este estudo realizado no município de Balsas e na região Sulmaranhense identificou elementos que conferem certas semelhanças, ou seja, observou-se que há relações de proximidade em relação ao dinamismo econômico verificado no município de Açailândia. A exemplo do que se observa no município de Açailândia em face da presença e do desenvolvimento da siderurgia, a atividade agrícola moderna, pautada na produção de grãos, em particular, a soja presente no município de Balsas não tem proporcionado às populações da cidade de Balsas e da região Sulmaranhense condições adequadas de desenvolvimento.

Estes fatos têm reforçado a hipótese central desta tese, ou seja, tem reafirmado os argumentos norteadores deste estudo que estão pautados, principalmente, na seguinte indagação que nos motivou a compreender: **Por que os municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz mesmo tendo conhecido a difusão e consolidação de atividades econômicas dinâmicas não têm sido capazes de gerar processos de desenvolvimento?**

Mesmo que seja considerada a elevada participação do PIB destes municípios, entende-se que esta ascensão não tem se convertido em melhorias efetivas nas condições de vida das populações residentes tanto nas sedes municipais como também nas áreas rurais.

Este fato tem sinalizado para uma questão que é bastante preocupante, uma vez que, a centralidade econômica gerada por estas atividades econômicas (siderurgia, agricultura moderna, etc) não têm sido capazes de beneficiar as populações destes municípios. Paralela a esta evolução econômica também tem se concretizado uma evolução da pobreza, uma vez que as riquezas geradas por estas atividades não são revertido às populações locais e da região.

Estes fatos confirmam os sentidos, ou seja, os significados **exógenos e espúrios** da centralidade econômica presentes nestas cidades. É **exógena** por que o seu objetivo não se traduz numa partilha das benesses geradas com as populações. É **espúria** por revelar as chagas sociais que se corporificam no tecido urbano em face da ausência de infraestrutura, aumento da violência, ingerência política e escassez dos serviços de saúde e educação, etc.

Dito isto, compreende-se que este novo cenário que tem configurado o espaço regional Sulmaranhense a partir da década de 1970 é permeado de múltiplas contradições sociais. De um lado há a convergência de vibrantes discursos que se afinam em face de interesses em comum que são compartilhados pelos agentes hegemônicos presentes no espaço regional (capital e o Estado). Do outro, é notória a presença de uma nova realidade regional que agora caracterizada por um novo uso do território, notadamente, *moderno*.

Seja no campo ou nas cidades estas faces do moderno mediadas pela presença e interesses de agentes hegemônicos se erguem em meio a graves conflitos. Este é o caso da siderurgia em Açailândia e também da sojicultura em Balsas que revelam os desencontros entre o moderno e o tradicional. A modernidade anunciada em face do uso intensivo da terra pela soja e pela siderurgia tem arrastado consigo todas as mazelas e chagas sociais e ambientais que somente às populações locais e regionais são capazes de testemunhar.

Dito isto, reafirmam-se os significados **espúrios e exógenos** que singularizam a centralidade econômica emanada a partir das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz.

Após indicar alguns elementos essenciais no quadro da atual estrutura e dinâmica socioeconômica materializada no município de Balsas, notadamente, as atividades agrícolas modernas orientadas a partir da sojicultora cumpre enfatizar também a pujança das atividades terciárias que se fazem presentes nesta cidade. A cidade contemporânea tem abrigado uma gama diversa de funções que denotam múltiplas formas de uso do espaço urbano. Nesse ínterim, as atividades terciárias têm ocupado neste cenário papéis essenciais. Sabe-se que as relações entre a cidade e comércio se alteraram profundamente na transição do século XX para o século XXI. A este respeito Salgueiro e Cachinho (2013) comentam

As relações da actividade comercial com a cidade sofreram naturalmente profundas mudanças ao longo dos tempos. O último quartel do século XX é marcado por profundas transformações no modelo de desenvolvimento, no modo de intervenção pública e na organização dos estados que afectam todas as dimensões da vida social e da respectiva espacialidade. Este período é marcado por grande diversificação nos formatos dos estabelecimentos comerciais, nas formas de venda e nos padrões de localização. [...] Aparecem os centros comerciais de grande dimensão e multiplicam-se as grandes superfícies comerciais cuja estrutura e localização não se moldam aos princípios da clássica organização hierárquica que predominaram até a primeira metade do século XX. (SALGUEIRO e CACHINHO, 2013, p. 16-17).

As novas formas de uso do solo urbano mediadas pela presença das atividades terciárias expressam as necessidades atuais de consumo da sociedade hodierna. Por isto, estas atividades em sua essência são cambiantes e atendem aos anseios e interesses desta sociedade. Na análise das dinâmicas que envolvem as atividades terciárias na cidade de Balsas logo evidenciamos estes aspectos mencionados, uma vez que as estruturas econômicas tem moldado o uso do espaço urbano a fim de atender os interesses da sociedade.

É notória a produção e reprodução do espaço urbano de Balsas a fim de atender os interesses de grupos sociais que dispõem de vínculos diretos com a agricultura moderna. Esta opção em estudar o dinamismo promovido pelas atividades terciárias em Balsas é explicado ainda em face da notável participação deste segmento no interior da economia desta cidade.

Conforme assinalado no gráfico 6, a economia balsense apresenta as suas bases alicerçadas na participação do segmento terciário. De acordo com o PIB municipal do ano de 2010, o terciário respondeu neste período, por 66,65% da produção econômica municipal. Este fato responde, em certa medida, pelo dinamismo econômico materializado nesta cidade.

A fim de apreender os significados desta dinâmica manifestada na cidade de Balsas em razão da participação do segmento terciário, serão enfatizados alguns elementos que asseveram esta importância conferida à atividade comercial desenvolvida na cidade. Cumpre esclarecer que a pujança das atividades terciárias no município de Balsas tem encontrado estreitos vínculos com a difusão da atividade agrícola moderna.

A reestruturação comandada pelo campo, sobretudo, o agronegócio tem gerado mudanças substanciais na estrutura interna e nos conteúdos desta cidade, denotando contínuas refuncionalizações. Assim, Balsas tem buscado se adaptar à esta nova realidade do campo modernizado a fim de atender os seus interesses. Nessa perspectiva, Elias (2007) expõe

Uma das características do processo de modernização das atividades agropecuárias no Brasil é o desenvolvimento de uma gama muito extensa de novas relações entre o campo e as cidades que se deve à crescente integração dessas atividades ao circuito da economia urbana. Tal situação se dá, principalmente, porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas. [...] A produção agroindustrial intensiva exige que as cidades se adaptem para atender às suas principais demandas, convertendo-se no seu laboratório, em virtude de fornecerem a grande maioria de aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão-de-obra e todos os produtos e serviços necessários à sua realização. Quanto mais modernas se tornam essas atividades, mais urbana se torna a sua regulação. (ELIAS, 2007, p. 118).

Entende-se que há vínculos estreitos entre a expansão do comércio e a agricultura moderna que vem sendo praticada na cidade de Balsas e na região Sulmaranhense desde a década de 1970. Este fato pode ser confirmado em razão da instalação e consolidação de vários estabelecimentos destinados à comercialização de produtos agropecuários.

Basta observar a paisagem urbana de Balsas para confirmar este fato. A presença marcante de novos equipamentos comerciais na cidade atesta processos de refuncionalização da cidade que se adapta neste momento às dinâmicas modernas materializadas no campo.



**Foto 34: Balsas - Centro comercial da cidade
Rua Padre Franco**



**Foto 35: Balsas - Centro comercial da cidade
Avenida Antonio Leão**

Autor: SOUSA, Jailson de Macedo. (2013).

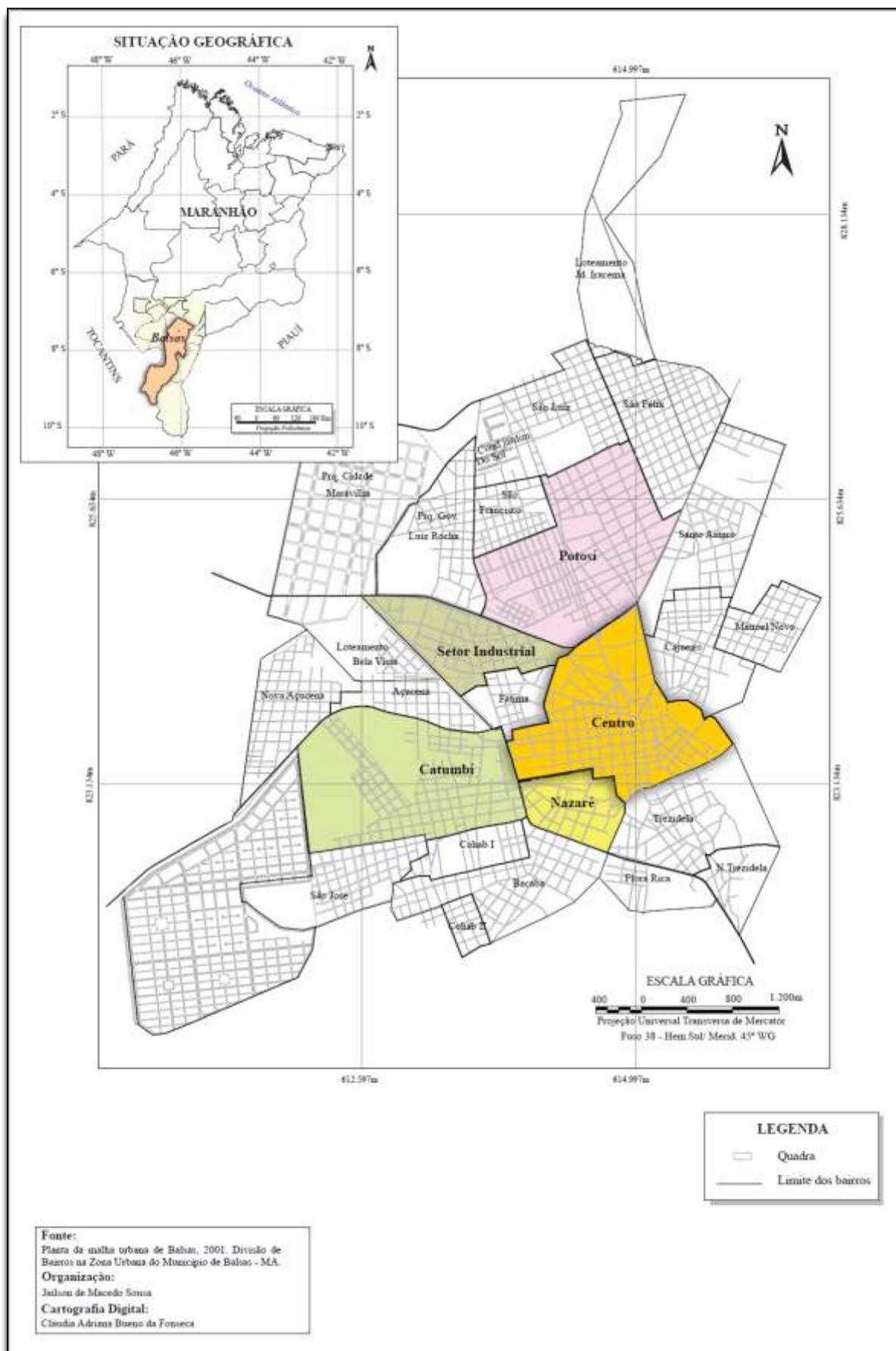
No que se refere à organização da estrutura comercial da cidade de Balsas foi possível constatar em razão da pesquisa empírica realizada no mês de outubro de 2013 uma forte concentração das atividades terciárias no centro principal desta cidade³³. No entanto, é importante ressaltar que na última década vem ocorrendo uma relativa desconcentração destas atividades para outras áreas da cidade, principalmente, para os bairros Nazaré, Catumbi, Potosi e o Setor Industrial, frutos de um processo recente de desconcentração das atividades econômicas que têm implicado numa expansão do tecido urbano desta cidade.

Nesse cenário de descentralização tem tido destaque os bairros Nazaré e Potosi. Trata-se de áreas especializadas que tem servido de suporte à comercialização de produtos voltados ao agronegócio. Estes estabelecimentos estão implantados ao longo do eixo que compreende a Avenida do Contorno, difundidos em particular, nos bairros Nazaré e Catumbi.

É possível encontrar nestas áreas diversos estabelecimentos que comercializam produtos diversificados voltados ao agronegócio. São áreas especializadas na comercialização de implementos agrícolas, adubos, fertilizantes, peças em geral para automóveis, máquinas e vários equipamentos que servem de apoio à agricultura moderna praticada nesta região.

³³ Verificar mapa 18, página 294.

Mapa 18: Balsas/MA - Principais bairros ou áreas comerciais do município, 2014

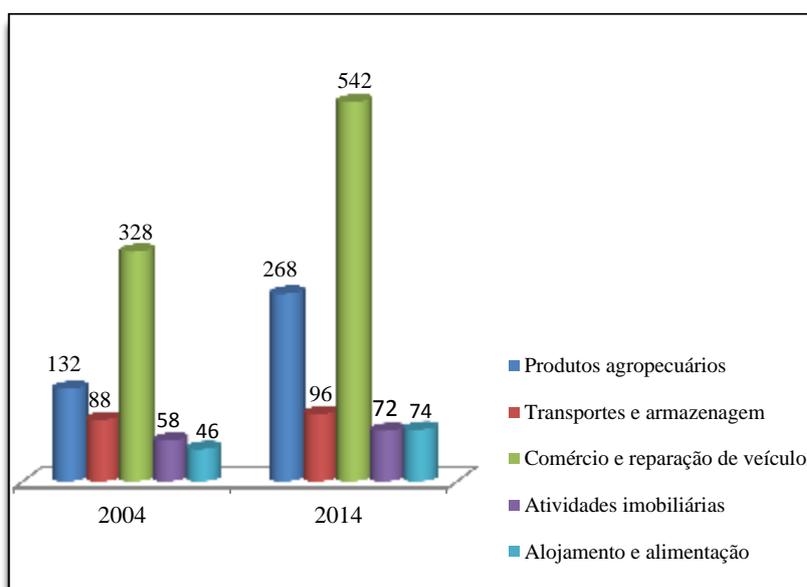


Acerca da importância conferida às atividades terciárias presentes no município de Balsas, cumpre destacar que estes segmentos tem conhecido desde a década de 1990 uma notável expansão na cidade. Conforme pesquisa realizada pelo Sebrae no ano de 2012 foram identificados pelo menos 1052 estabelecimentos comerciais e de serviços nesta cidade.

Nesse conjunto apresentado, tem tido destaque a participação dos equipamentos voltados à produção agropecuária, em particular, o agronegócio difundido nesta cidade e na região Sulmaranhense. Trata-se de lojas e estabelecimentos comerciais que guardam estreitos vínculos com o campo e servem de estímulos à crescente produção agrícola desta região.

Dos 1052 estabelecimentos comerciais identificados por meio da pesquisa realizada pelo Sebrae (2012), há pelo menos 382 que guardam estreitos vínculos com a produção agropecuária, principalmente, com o agronegócio na cidade de Balsas. Dito isto, logo se confirmam os estreitos laços entre a difusão da agricultura moderna e a expansão das atividades terciárias na cidade de Balsas. A fim de entender os nexos estabelecidos entre a agricultura moderna e a expansão das atividades comerciais e serviços em Balsas ressaltamos a seguir alguns dados que confirmam estas relações de proximidade.

Gráfico 9: Balsas/MA - Evolução dos estabelecimentos terciários ligados ao agronegócio (2004-2014)



Fonte: Sebrae (2012). Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Ao considerar os dados expostos no gráfico 9 as nossas atenções se voltaram ao exercício reflexivo acerca das relações entre a difusão de atividades agrícolas modernas e os seus reflexos, ou seja, as suas vinculações com o desenvolvimento do terciário em Balsas.

Destarte, observou-se que dos segmentos antes indicados os que expressam estreitas ligações entre a agricultura moderna e a expansão das atividades comerciais e serviços são respectivamente: a) Produtos agropecuários; b) Transportes e armazenagem; c) Comércio e reparação de veículos. De acordo com os dados apresentados observou-se que tem ocorrido um relevante crescimento destes segmentos econômicos.

Relacionados aos estabelecimentos comerciais de produtos agropecuários, notou-se que no ano de 2004 haviam 132 lojas deste segmento. Uma década após, ou seja, no ano de 2014 verificou-se pelo menos 268 estabelecimentos destinados à comercialização de produtos agropecuários. Com isto, é notório o aumento deste segmento, sendo que o crescimento percentual constatado neste período deste segmento foi de 103,03%.

No que tange aos estabelecimentos voltados à comercialização de transportes e armazenagem de produtos agropecuários foram reconhecidos no ano de 2004, 88 lojas instaladas na cidade de Balsas. No ano de 2014, por sua vez, o número de estabelecimentos pertencentes a este segmento se elevou para 96, denotando assim, um crescimento percentual durante esta década, ou seja, no intervalo de 2004 a 2014, equivalendo a 9,09%.

Ainda relativo à presença de equipamentos comerciais voltados ao agronegócio, constatou-se que houve um aumento relevante do setor de comércio e reparação de veículos. No ano de 2004, por exemplo, havia pelo menos 328 lojas vinculadas a este segmento, sendo que no ano de 2014, registrou-se a presença de 542 estabelecimentos ligados a este setor. Dito isto, infere-se que o crescimento percentual dos estabelecimentos de comércio e reparação de veículos no período assinalado equivaleu a 65,24%. Estes dados atestam os estreitos vínculos da agricultura moderna com a expansão das atividades terciárias na cidade de Balsas.

Estas informações apresentadas através do gráfico 9 asseveram os estreitos vínculos da expansão da atividade comercial com a difusão e consolidação da agricultura moderna no município de Balsas. A este respeito, são úteis as contribuições de Ferreira (2008)

A cidade de Balsas e, em menor medida, as cidades circunvizinhas que se encontram envolvidas no contexto da produção agrícola moderna, têm no crescimento deste setor, no dinamismo e na diversificação do setor de bens e serviços diretamente ligados ao cotidiano das populações locais, demandas até então inexistentes, como o que foi observado no comércio varejista desta cidade. [...] Este representa um forte indicador de importantes variáveis que explicam o rápido crescimento urbano por meio do aumento da população desta cidade. (FERREIRA, 2008, p. 193).

A expansão das atividades comerciais e de serviços na cidade de Balsas tem se concretizado graças à presença das atividades agrícolas modernas. Desse modo, a agricultura moderna, pautada na produção de grãos, em particular, a soja é entendida como condição motivadora ao dinamismo econômico que se faz presente nesta cidade. Estes fatos apontados podem ser confirmados através dos estudos realizados por Elias (2013)

É possível identificar várias áreas e municípios brasileiros cuja intensificação da urbanização se deve diretamente à consecução e à expansão do agronegócio. [...] O agronegócio globalizado desempenha um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento das cidades locais e médias, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos. [...] Nestas cidades se realiza parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, quando passam a exercer novas funções e a compor importantes nós e pontos das redes agroindustriais, a partir das quais fornecem mão-de-obra, recursos financeiros, máquinas agrícolas, assistência técnica agropecuária e etc, dinamizando a economia urbana e a reorganização urbano-regional. (ELIAS, 2013, p. 23-24).

É diante deste contexto assinalado pela geógrafa Denise Elias (2013), caracterizado por intensas influências das forças produtivas agrícolas, notadamente, a agricultura moderna, pautada na produção de caráter intensivo e guiada pelo agronegócio que é possível notar na cidade de Balsas uma expansão crescente das atividades terciárias.

O agronegócio é entendido nesse cenário como um dos principais instrumentos de motivação ao dinamismo econômico e também no conjunto das mudanças socioespaciais que se projetaram e se alicerçaram na cidade de Balsas a partir da década de 1970, implicando numa reestruturação das atividades econômicas e na dinâmica urbano-regional desta cidade.

No entanto, cumpre advertir que não podemos tomar o agronegócio como único elemento, ou seja, como condicionante unívoco no conjunto destas mudanças socioespaciais. É necessário associar a este aspecto, as políticas públicas e os interesses privados conduzidos pelos agentes hegemônicos (capital e Estado) presentes no espaço regional que compartilhando dos mesmos interesses contribuíram para promover estas transformações.

No que se refere à organização interna da estrutura comercial do município de Balsas, observou-se em razão da pesquisa empírica realizada no mês de outubro de 2013 que há uma forte concentração dos estabelecimentos comerciais no centro principal desta cidade.

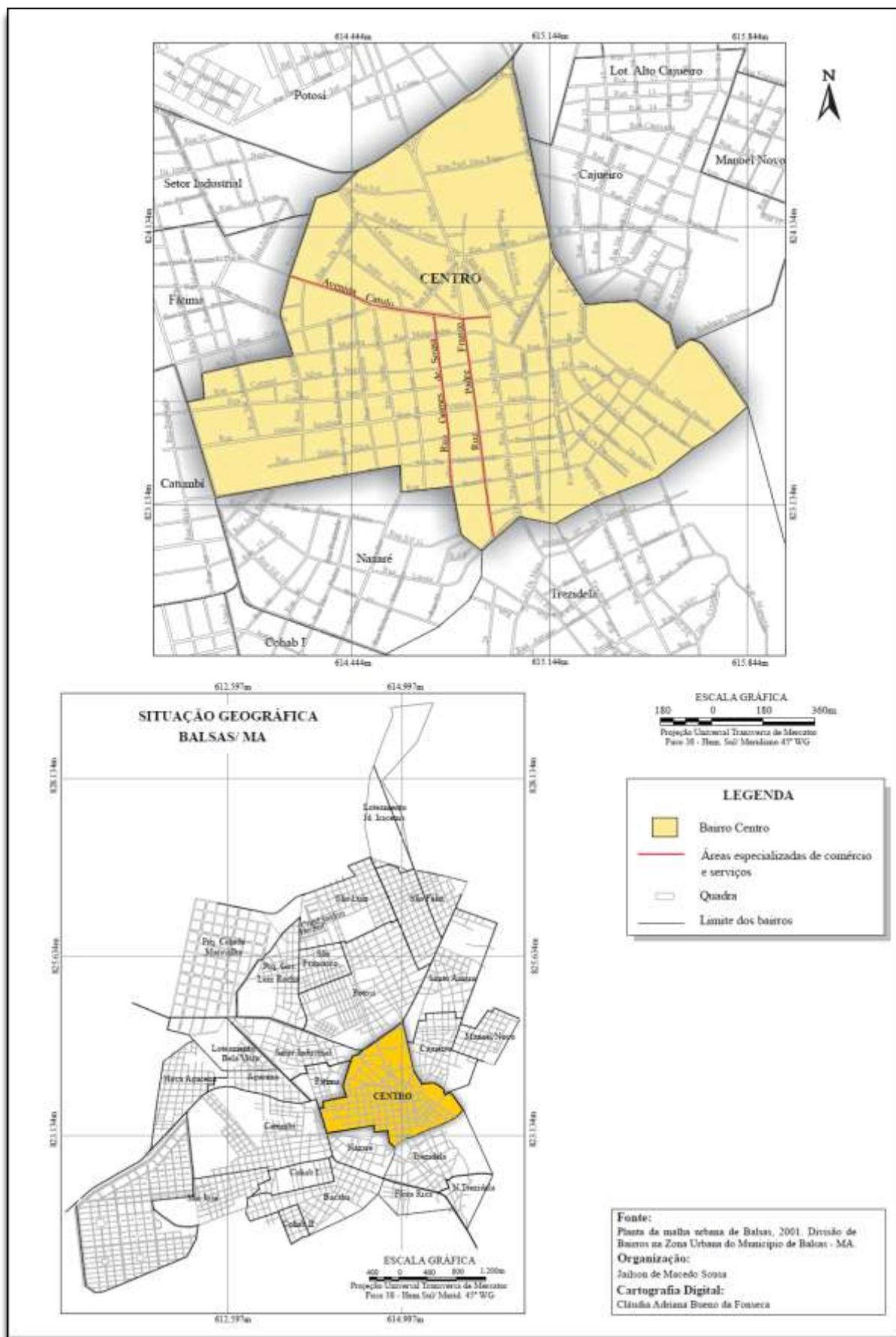
O centro principal da cidade de Balsas constitui a área da cidade que dispõe de uma maior concentração de equipamentos terciários. No entanto, cumpre reconhecer que embora esta área exerça o papel de comando e domínio no conjunto destas atividades na cidade, é possível constatar um razoável processo de desconcentração destes segmentos que se insinua desde o ano de 2000, sendo direcionados principalmente, para os bairros: Nazaré, Potosi, Catumbi e ainda para o bairro setor industrial. Nestas localidades é possível notar a presença de diversos estabelecimentos vinculados ao segmento comercial e de serviços.

Mesmo considerando este dinamismo econômico impresso em outras áreas da cidade, ou seja, materializados para além da órbita do centro principal de Balsas, optamos, a exemplo do levantamento de dados realizado na cidade de Açailândia por estudar esta presença e os significados das atividades terciárias no centro principal³⁴ desta cidade.

Esta escolha é justificada em razão desta área abrigar o maior número de estabelecimentos comerciais e de serviços no interior da cidade de Balsas. Ao considerar o dinamismo econômico promovido por estas atividades em Balsas é perceptível a importância conferida aos eixos: Avenida Catulo, Rua Padre Franco e a Rua Gomes de Sousa como os principais eixos ou vias especializadas de comércio e serviços do município de Balsas.

³⁴ Verificar mapa 19, página 299.

Mapa 19: Balsas/MA - Principais eixos comerciais e de serviços da área central, 2014



Em conformidade com a pesquisa empírica realizada no mês de outubro de 2013, observou-se que o eixo comercial, ou seja, a via especializada que apresentou a maior quantidade de equipamentos comerciais e de serviços na cidade de Balsas é a Avenida Catulo.

Na Avenida Catulo constatou-se a existência de pelo menos 122 estabelecimentos comerciais. Trata-se do eixo especializado, ou seja, a principal de via de concentração de equipamentos comerciais e de serviços do município de Balsas. O quadro indicado abaixo enfatiza uma classificação das principais vias especializadas, ou seja, dos eixos terciários que se estão presentes no centro principal da cidade de Balsas. Vale ressaltar que estas informações foram organizadas no ano de 2012 pelo Sebrae que está sediado nesta cidade.

Quadro 10: Balsas/MA - Distribuição dos equipamentos terciários na área central, 2012

Nº de Ordem	Denominação do Logradouro/ Via ou Eixo especializado de comércio	Quantidade de Estabelecimentos
01	Avenida Catulo	122
02	Rua Padre Franco	54
03	Rua Gomes de Souza	42
04	Rua Antônio Jacobina	36
05	Rua José Leão	33
06	Rua Bom Jesus	28
07	Rua Coelho Neto	26
08	Rua Coronel Silva Neto	22
09	Rua Melquíades Moreira	21
10	Rua Santo Antônio	18
Total		402

Fonte: Sebrae – Balsas, 2012.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados dispostos no quadro 10 confirmam a relevante participação do centro principal de Balsas no que se refere à presença de equipamentos terciários. Desse modo, conforme destacado pela pesquisa realizada pelo Sebrae (2012), registrou-se a presença de 1052 estabelecimentos comerciais nesta cidade, sendo que os principais eixos deste segmento no centro principal de Balsas contaram com uma participação de 402 estabelecimentos.

Dito isto, é possível inferir que no conjunto total da cidade de Balsas, o centro principal de fato abriga a maior concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços. Este fato pode ser explicado em razão desta área responder pela presença de 61,78% dos estabelecimentos comerciais e de serviços presentes nesta cidade.

Na organização das atividades terciárias no município de Balsas há o predomínio do centro principal sobre as demais áreas da cidade. Dito isto, entende-se que a cidade de Balsas apresenta uma estrutura comercial monocêntrica comandada pelo centro principal. Notou-se que o uso do solo urbano nos distintos eixos comerciais desta cidade é caracterizado de forma mista, embora seja notório no centro principal o processo de coesão em alguns eixos, sobretudo, àqueles que atestam a presença do segmento de confecções voltados à venda de produtos de cama, mesa e banho. Os principais eixos comerciais que concentram estes produtos são respectivamente: a Avenida Catulo, Rua Padre Franco e Gomes de Souza.



Foto 36: Balsas - eixos comerciais da cidade
Armazém Paraíba, Avenida Catulo

Autor: SOUSA, Jailson de Macedo. (2013).



Foto 37: Balsas - Eixos comerciais da cidade
Ponto Max, Avenida Catulo

A fim de entender melhor este dinamismo conduzido pelas atividades terciárias que são desenvolvidas na cidade de Balsas, particularmente, no centro principal desta cidade realizamos uma coleta de dados para apreender as formas de uso do solo urbano no principal eixo comercial desta área da cidade. Trata-se da Avenida Catulo.

Dos 402 estabelecimentos comerciais e de serviços identificados no centro principal da cidade de Balsas pelo menos 122 estão localizados ao longo do eixo que corresponde à Avenida Catulo. As informações indicadas abaixo asseveram a tipologia dos equipamentos comerciais e de serviços presentes neste eixo da cidade de Balsas.

Quadro 11: Balsas/MA - Tipologia dos estabelecimentos terciários dispostos na Avenida Catulo, 2012

Nº de Ordem	Denominação do Logradouro/ Via ou Eixo especializado de comércio	Quantidade de Estabelecimentos
01	Segmento de confecções – incluindo: cama, mesa e banho	68
02	Segmento de alimentação e bebidas	18
03	Segmento de produtos agropecuários	12
04	Segmento de drogarias, farmácias e lojas de cosméticos	08
05	Segmento de utensílios domésticos diversos	06
06	Segmento de serviços diversos: lotéricas, bancos e/ou correspondentes bancários	04
07	Outros ³⁵	06
Total		122

Fonte: Sebrae – Balsas, 2012.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Em consonância com as informações dispostas no quadro 11, pôde-se constatar que o segmento de confecções, incluindo aí os setores de cama, mesa e banho e associados a estes, os setores de alimentação e bebidas e de comercialização de produtos agropecuários, onde se incluem também os produtos e serviços veterinários constituem o rol dos segmentos mais representativos de comércio e serviços que se localizam na Avenida Catulo.

Neste conjunto apresentado o setor de confecções é entendido como o mais expressivo, contando com a presença de pelo menos 68 estabelecimentos comerciais. Já o segmento de bebidas e alimentação contou com 18 estabelecimentos. O segmento voltado à comercialização de produtos agropecuários, por sua vez, dispõe de 12 estabelecimentos comerciais neste importante eixo comercial da cidade de Balsas.

³⁵ Nesta categoria foram identificados diversos segmentos comerciais e de serviços, entre os quais, mencionam-se: papelaria, livraria, serviços de reprografia e a prestação de serviços diversos. Este é o caso dos escritórios de contabilidade, clínicas odontológicas, escritórios especializados em serviços agropecuários e etc.

Estes dados organizados pelo Sebrae (2012) asseveram a crescente participação do segmento comercial na cidade de Balsas e demonstram os estreitos vínculos tecidos entre esta atividade e o agronegócio. As informações expostas abaixo confirmam esta assertiva.

Quadro 12: Balsas/MA - Estabelecimentos terciários com vínculos ao setor agropecuário, 2012

Nº de Ordem	Denominação e Localização do Estabelecimento	Bairro da cidade Localização
01	ABC – Indústria e comércio Ltda – Av. Balsas, 2	Centro
02	ACM – Agronegócios – Av. Gov. Luiz Rocha, 221	Potosi
03	Agrícola Balsas Ltda – Av. Gov. Luiz Rocha, 99	São Félix
04	Agrícola Xingú S/A – Av. Gov. Luiz Rocha, 4000	Potosi
05	Agrinvest Brasil, Av. Gov. Luiz Rocha, 10	Setor Industrial
06	Agrisul – comércio de peças e impl. Agrícolas. Av. José Sarney, 45	Centro
07	Agronorte, transportes de cargas – Av. do Contorno, 2545	Setor Industrial
09	Agropecuária e Indústria Serra Grande. Av. José Sarney, 41	Centro
10	Agropecuário Peteck, Av. Gov. Luiz Rocha, 20	Setor Industrial
11	Agropecuária Piraíba, Rua Coelho Neto, s/n	Centro
12	Agropecuária Vale do Tapuio, Rua Bahia, 333	Setor Industrial
13	Agrosserra, Agropecuária e Ind. Av. Gov. Luiz Rocha, s/n	Setor Industrial
14	Agrosul, Av. A. Leitão, 813	Centro
15	Agrovete – Casa Veterinária, Travessa Gil Pires, 2	Centro
16	Agrovida – Comércio e Planej. Agrícola – Av. Gov. Luiz Rocha, 21	Cidade Maravilha
17	Alpha Máquinas e Veículos – Av. Gov. Luiz Rocha, 9	Setor Industrial
18	Auto Peças Estrela Dalva – Av. Antonio Leitão, 1322	Centro
19	Auto Peças Novo Car – Av. Governador Luiz Rocha, 10	Potosi
20	Auto Peças Mocelin – Av. Governador Luiz Rocha, 555	Santo Amaro
21	Balsas – Aviação agrícola Ltda, Rua Padre Franco, 405 a	Centro
22	Balsas Lubrificantes – Av. do Contorno, 59	Centro
23	Balsas Máquinas e Implementos Agrícola, Gov. Luiz Rocha, 177	Setor Industrial
24	Beneficiadora de Arroz Berlato, Av. do Contorno, 806	Nazaré
25	Brasilagro Cia Bras de Prod. Agrícolas, Av. Balsas, 2	Setor Industrial
26	Bunge Alimentos S/A, Pça Pio XII, 263	Centro
27	Buritirana Agropastoril Ltda, Av. do Contorno, 155	Centro
28	Cajupi – Cia Agrícola do Piauí – Av. Brasil, 352	Potosi
29	Cargill Agrícola S/A, Rua Getúlio Vargas, 450	Setor Industrial
30	Casa do Agricultor – Praça Eloy Coelho Neto, S/N	Centro
31	Casa do Fazendeiro – Rua Antonio Jacobina, 1231	Centro

32	Casa Sertaneja, Av. Gov. Luiz Rocha, 5560	Santo Amaro
33	Ceagro – Agronegócios Ltda – Av. Gov. Luiz Rocha, 900	Cidade Maravilha
34	Celeiro – Comércio e Prod. Agrícolas – Av. Gov. Luiz Rocha, 225	Potosi
35	Cerealista Brasil, Rua L. Gomes, 630	Açucena
36	Cerealista Paraná, Avenida do Contorno, 333	Catumbi
37	Cerealista Rolim, Ltda, Rua 13	Potosi
38	Companhia Agrícola do Ribeirão - Rua Capitão Borba, 91	Potosi
39	Codeca – Colonizadora. Rua Vinicúis de Moraes, 20	Conj. Planalto
40	Comarive Máquinas Agrícolas Ltda. Rua Prof. José Rêgo, 258	Centro
41	Elo – Agrícola Produtos e Serviços. Rua 19, 22	São Félix
42	Embrapa – Rua da Cohab, 813	Cohab 1
43	Emater-Empresa de Assist. Téc. Agropecuária – Rua I. Martins, 102	Centro
44	FAPCEN – Praça do Egito, 992	Centro
45	Fazenda Assis Ltda (Escritório). Rua Sergipe, 24	Centro
46	Fazenda Faedo, Avenida José Sarney, 12	Centro
47	Fazenda Curitiba, Avenida do Contorno, 1555	Manoel Novo
48	Fazenda São José – Rua Dr. José Pedrosa, S/N	Centro
49	Fazenda Tabuleiro e Vargem Limpa, Rua C. Ribeiro, 258	Nazaré
50	Fertagro Comércio de Prod. Agropec. Av. Gov. Luiz Rocha, 2007	Centro
51	Fertilizantes Multifétil Ind. Com. Ltda. Av. do Contorno, 120	Cajueiro
52	Frigorífico do Carmo. Avenida CEL da Fonseca, S/N	Cajueiro
53	Frigorífico Rei das Carnes. Avenida do Contorno, 901	Catumbi
54	Globo Aviação Agrícola Ltda. Avenida Dr. Bernardino, 52	Centro
55	Guáfra Agrícola Ltda e Representações. Travessa São Pedro, 73	Bacaba
56	Induscal – Indústria e comércio de Calcário. Rua Padre Franco, 95	Centro
57	Lavronorte – Produtos para lavoura. Av. Gov. Luiz Rocha, S/N.	Setor Industrial
58	Mediplan – Planejamento Agropecuários Ltda. Rua Gil Pires, 615	Centro
59	New Agro – Comercio Agrícola Ltda. Av. Gov. Luiz Rocha, 7	Centro
60	Projetisa – Praça Padre Balduino, 33	Centro

Fonte: Sebrae (2012).

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados enfatizados no quadro 12 asseveram os estreitos laços tecidos entre o agronegócio e a expansão do segmento terciário em Balsas. Estas relações traduzem as novas dinâmicas que têm orientado as *idades do agronegócio*, sendo a cidade de Balsas solidária deste movimento. Segundo Denise Elias (2007, p. 120) estas cidades “buscam atender às demandas do agronegócio globalizado, sendo esta função hegemônica sobre as demais”.

Os estreitos vínculos estabelecidos entre o campo modernizado e a expansão das atividades terciárias são nítidos no município de Balsas, não apenas em função da presença expressiva de estabelecimentos voltados ao agronegócio conforme demonstrado antes, mas também, em razão de muitos outros aspectos, como é o caso das feiras agropecuárias, a qual o **Agrobalsas**³⁶ constitui a maior representação destas relações.

O objetivo central desta seção se pautou numa reflexão acerca dos significados conferidos às atividades comerciais e de serviços na cidade de Balsas e as suas relações com a difusão e consolidação da agricultura moderna, notadamente, o agronegócio. Nesse sentido, observou-se que há relações de proximidade entre a presença da agricultura moderna, pautada na produção de grão, em particular, a soja e o desenvolvimento das atividades terciárias na cidade de Balsas. Dito isto, entende-se que as atividades terciárias têm exercido papéis essenciais no dinamismo econômico impresso na cidade de Balsas. Estas atividades tiveram este dinamismo em razão do dinamismo econômico gerado no campo.

No entanto, não se pode referenciar ou levar em conta apenas o dinamismo econômico promovido pela agricultura moderna como elemento unívoco responsável pela expansão das atividades terciárias em Balsas. É necessário levar em conta ainda as políticas públicas mencionadas que fomentaram e favoreceram a instalação e difusão da agricultura moderna, fundada no caráter técnico e de produção intensiva.

Além de levar em consideração estes determinantes é necessário ainda questionar os significados e os efeitos socioespaciais propagados pela centralidade econômica conduzida por meio da agricultura moderna em Balsas, particularmente, o agronegócio uma vez que as benesses proporcionadas por esta atividade nem sempre são revertidas de forma igualitária às populações locais residentes nesta cidade e na região Sulmaranhense. Estas ideias serão refletidas e abordadas na última seção deste capítulo.

³⁶ Este constitui um dos maiores eventos agropecuários envolvendo as regiões norte e nordeste do Brasil. A sua 13ª edição realizada entre os dias 12 a 16/05/2014 na cidade de Balsas marca decisivamente a consolidação de um dos maiores eventos do agronegócio brasileiro, sendo o maior do estado do Maranhão. (Verificar anexo 2).

Após referenciar alguns elementos da dinâmica socioespacial materializada na cidade de Balsas orientada, em particular, pela difusão da agricultura moderna e pelas atividades terciárias, interessa apreender a dinâmica da centralidade econômica emanada pelo município de Imperatriz que representa o principal núcleo urbano da região Sulmaranhense.

4.3 Imperatriz: uma cidade de múltiplas centralidades

Esta seção é dedicada a questionar, refletir e entender o exercício da centralidade urbano-regional desenvolvida pela cidade de Imperatriz a partir da década de 1950 no âmbito da região Sulmaranhense. Nesta análise, serão considerados aspectos da sua formação histórica, ou seja, os condicionantes da sua formação socioespacial e ainda os elementos demográficos e econômicos que contribuíram decisivamente para que esta cidade despontasse desde 1950 como o principal núcleo urbano da região Sulmaranhense.

Para empreender esta tarefa, de início serão enfatizados os aspectos relacionados à sua formação socioespacial, ou seja, serão considerados os principais elementos relativos à formação histórica da cidade de Imperatriz. De posse destas informações, posteriormente será dado relevo aos aspectos demográficos, considerando nesse cenário, o dinamismo demográfico impresso nesta cidade desde a década de 1950, estendendo-se até o ano de 2010.

Considerou-se esta periodização por entender que os principais desdobramentos e implicações demográficas socioespaciais presentes nesta cidade se deram a partir deste período. Trata-se do momento histórico em que as transformações de ordem econômica, natural, social, demográfica e cultural ocorreram com maior intensidade nesta cidade, apresentando assim, reflexos imediatos na sua reesturuturação urbana e regional.

Outro elemento marcante a ser considerado nesta interpretação está relacionado ao dinamismo econômico materializado na cidade de Imperatriz, que despontou desde 1950 como o principal núcleo urbano do interior do Maranhão, quando considerados tanto o dinamismo promovido pelas atividades econômicas, como também os aspectos demográficos.

4.3.1 Especificidades da formação socioespacial do município de Imperatriz

O município de Imperatriz está localizado no sudoeste³⁷ do estado do Maranhão e na região também denominada de Sulmaranhense. Imperatriz teve a sua instalação no final do século XIX, ou seja, no ano de 1856 e apresenta conforme os dados obtidos por meio do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) área territorial equivalendo a 1.367,9 km². Sua taxa de densidade demográfica correspondeu a 180,82 hab/km², dispondo de um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM considerado alto, equivalendo a 0,731.

Conforme o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Imperatriz apresentou no ano de 2010 uma população total equivalendo a 247.505 habitantes. A população residente na sede municipal correspondeu a 234.547 habitantes. Já a população residente em áreas rurais equivaleu neste período a 12.958 habitantes. Dito isto, infere-se que a participação da população urbana em termos percentuais, correspondeu no ano de 2010 segundo o IBGE a 94,76%. Já a participação da população rural equivaleu neste mesmo período a 5,24% no conjunto da população total.

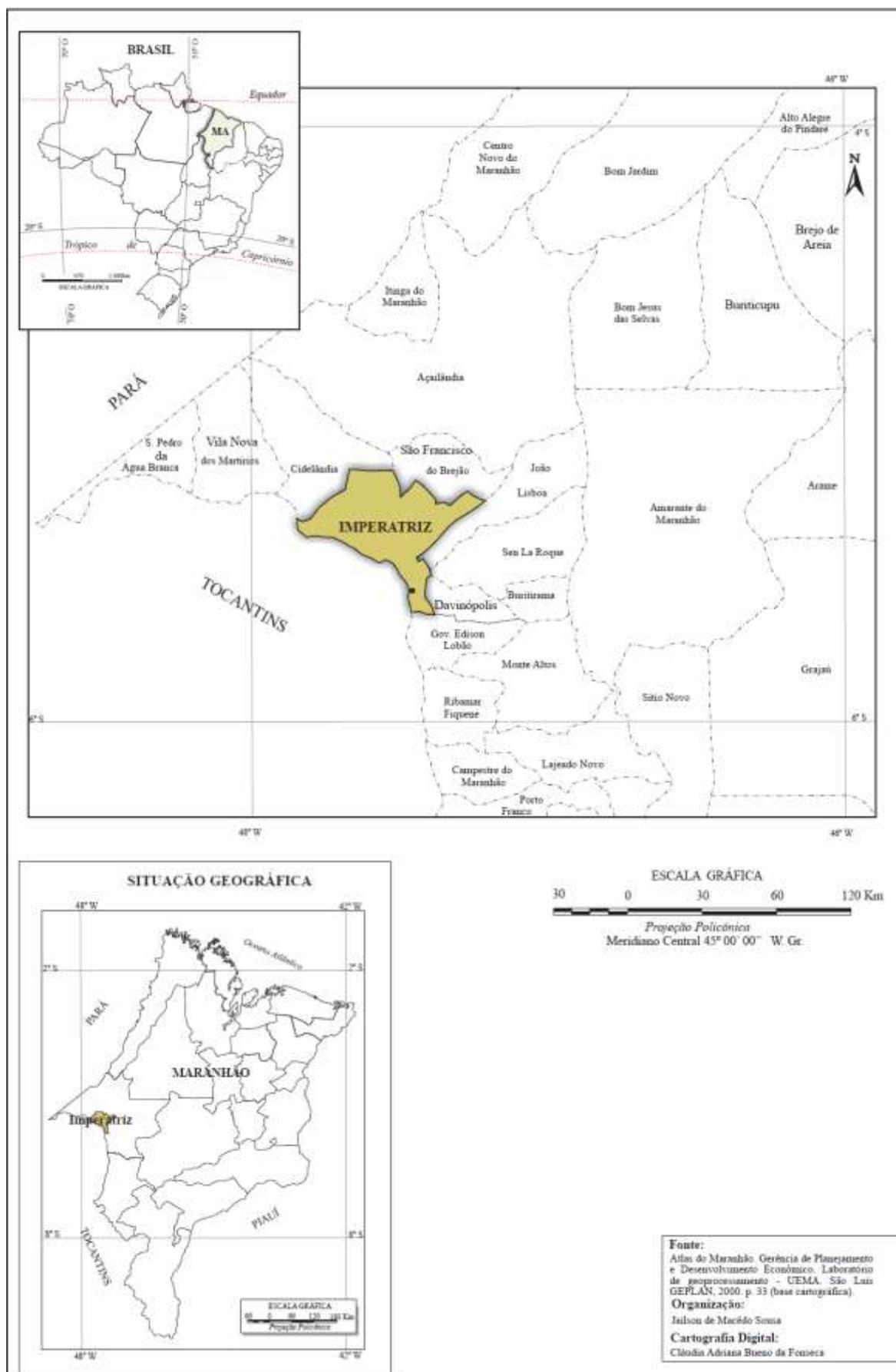


Foto 38: Imperatriz/MA - Vista aérea da cidade

Fonte: Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=17>
Acesso em 25/04/2014.

³⁷ Verificar mapa 20, localização geográfica do município de Imperatriz.

Mapa 20: Imperatriz/MA - Localização geográfica do município, 2014



Em conformidade com as informações obtidas por meio dos estudos que estão dispostos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), a cidade de Imperatriz apresentou no ano de 2010 uma taxa de urbanização de 94,76%. Este fato implica em afirmar que esta cidade se apresenta como uma das áreas mais urbanizadas do estado do Maranhão.

O processo de formação histórica do município de Imperatriz tem encontrado diferentes argumentos para a sua explicação, entre os quais é importante ressaltar as motivações de ordem político-administrativa e religiosa. Nessa direção, cumpre enfatizar as informações destacadas por meio da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* sistematizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE no ano de 1957.

Em 1850 havia dúvida e litígio a respeito das províncias do Pará e Maranhão e inteiramente desconhecida era a zona em que os limites interprovinciais deviam ser traçados. O presidente do Pará, conselheiro Francisco Coelho, baseando-se em precedentes, mandou em 1851, edificar uma vila em **território do Pará**, próximo onde tivesse o limite com o Maranhão, encarregando-se dessa missão, o reverendíssimo **Frei Manoel Procópio do Coração de Maria**, natural do Estado da Bahia. No desempenho de sua função o capuchinho subiu o rio Tocantins até a disjunção do Araguaia, onde continuou pelo braço oriental até que se lhe deparou com um campinho de forma oval encimado num monte de areia de formação fluvial, alteado entre o rio e as charnecas rodeadas de buritiranas. (IBGE, 1957, p. 194).

Destarte, estavam lançadas as bases iniciais para a formação socioespacial do município de Imperatriz que encontrou nas motivações de ordem político-administrativa e religiosas os alicerces para a sua fundação. A este respeito Adalberto Franklin (2005) comenta

Até a segunda metade do século XIX, o povoamento do Maranhão se resumia à faixa litorânea e a algumas poucas vilas e povoados situados às margens dos rios Mearim, Pindaré e Itapecuru, sendo Aldeias Altas (atual cidade de Caxias) a vila que se localizava mais ao sul e também a mais distante da capital da província. Havia completo desconhecimento sobre o vasto território ao sul, intensamente povoado pelas temidas nações indígenas, em sua maioria os Timbiras, que provocavam pavor aos habitantes das fazendas instaladas nas margens dos rios navegáveis, distantes dos povoados e pouco protegidas militarmente. (FRANKLIN, 2005, p. 11-12).

As terras situadas na porção sudoeste do estado do Maranhão só foram ocupadas efetivamente após o desbravamento ocorrido na segunda metade do século XVIII, tendo esta colonização se irradiado a partir da região de Pastos Bons na porção meridional do estado.

Assim sendo, entende-se que a presença de populações sertanejas oriundas dos estados da Bahia e de Pernambuco, fundamentadas no exercício da atividade ganadeira foi fundamental à ocupação desta porção do território maranhense no final do século XIX.

Associada a esta participação das frentes de colonização pastoris cumpre destacar também a atuação das frentes colonizadoras oriundas do litoral, ou seja, as frentes litorâneas. Vale ressaltar ainda nesse trajeto de colonização do sudoeste maranhense, a participação das frentes colonizadoras advindas do estado do Pará e as frentes goianas. Estas frentes colonizadoras são entendidas nesse cenário pretérito como instrumentos essenciais à efetiva ocupação da região sudoeste maranhense no final do século XIX. Franklin (2005) reconhece nesse trajeto de ocupação do território maranhense a existência de quatro frentes.

1. A **frente pastoril nordestina**, originária das entradas e bandeiras da Casa da Torre, que a partir da Vila de *Pastos Bons*, ocupou o sul do Maranhão. 2. A **frente de expansão litorânea**, patrocinada pelo governo provincial do Maranhão que avançavam para a conquista e o povoamento deste território, percorrendo os rios navegáveis, como o Itapecuru, Mearim, Pindaré, Munim e o Grajaú. 3. A **frente de ocupação goiana**, de interesses mercantis, que se dava a partir da Vila Boa de Goiás, capital da província, Natividade e Porto Imperial, buscando a exploração mineral, a criação de gado e o comércio com o estado do Pará, através dos rios Araguaia e Tocantins. 4. A **frente colonizadora do Pará**, que desde o século XVIII, se desdobrava ao longo do rio Tocantins, até a sua confluência com o Araguaia, instalando missões religiosas para a catequização dos índios, fortificações militares e povoados para o apoio à navegação deste rio. (FRANKLIN, 2005, p. 32-33).

Foi em razão das intervenções conjuntas promovidas por estas distintas frentes de colonização que a ocupação da região sudoeste do estado do Maranhão se concretizou no final do século XIX. No entanto, cumpre reafirmar que as frentes colonizadoras oriundas do território paraense e associadas a esta à participação das frentes pastoris, tiveram papéis de destaque nesta conquista e na colonização da porção sudoeste do território maranhense.

Dito isto, firmaram-se as bases de fundação da cidade de Imperatriz. Em 1852, Frei Manoel Procópio fundou o povoado de Santa Tereza de Imperatriz, na província do Pará, cujas dependências foram pagas pelo seu tesouro. Nesse ano, foi votada e sancionada a Lei nº 639, de 12 de junho de 1852, que determinava o limite do Pará e Maranhão. (IBGE, 1957).

A compreensão dos atuais aspectos que têm singularizado a dinâmica urbano-regional do município de Imperatriz exige o entendimento das suas marcas pretéritas. Por isso, se fez necessário identificar os eventos que se processaram no passado neste espaço.

Desse modo, a adoção de uma periodização é entendida como condição fundamental nesta leitura. Conforme Milton Santos (1988, p. 114) “para que o estudo possa alcançar os seus objetivos, isto é, interpretar o presente como o resultado de um processo e indicar possíveis linhas de evolução, um esforço de periodização se impõe”. A adoção de uma periodização nos estudos geográficos coloca-se como condição fundamental à compreensão das marcas e eventos que se processaram em momentos pretéritos e nos autoriza, ao mesmo passo, a reconhecer as singularidades do presente. Nesse sentido, Santos (2004b) pondera

O que se acha diante de nós é o agora e o aqui, a atualidade em sua dupla dimensão temporal e espacial. O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais. Estas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência dada pelo fracionamento da sociedade total. Para apreender o presente, é imprescindível um esforço analítico no sentido de voltar às costas, não ao passado, mas às categorias que ele nos legou. (SANTOS, 2004b, p. 14).

A articulação entre as dimensões espacial e temporal é fundamental em qualquer leitura esboçada sobre uma dada dinâmica espacial, uma vez que possibilita apreender as rugosidades erigidas no tempo pretérito e nos permite entender as feições atuais deste espaço. Desse modo, para apreender os significados dos aspectos que têm singularizado e dado vida e visibilidade à atual dinâmica urbano-regional de Imperatriz, sobretudo, o dinamismo socioeconômico erigido e assumido por esta cidade a partir da década de 1950 é necessário reconhecer as suas marcas e características pretéritas.

Dito isto, a análise em tela leva em consideração a indicação de três momentos distintos que são entendidos como essenciais a uma leitura coerente do dinamismo socioeconômico processado na cidade de Imperatriz, sendo também vital para entender a centralidade econômica exercida por esta cidade no âmbito da região Sulmaranhense.

Acerca da adoção das periodizações nos estudos geográficos, conforme observou Milton Santos (2008) estes instrumentos

Fornecem a chave para entender as diferenças, de lugar para lugar. Mas o recurso às realidades do passado para explicar o presente nem sempre significa que se apreendeu corretamente a noção de tempo no estudo do espaço. Se um elemento não é considerado com um dado concreto dentro do sistema a que pertence (ou ao qual pertencia na época da sua apresentação), não se está utilizando um enfoque espaciotemporal. (SANTOS, 2008, p. 36-37).

A adoção de uma periodização neste estudo também justifica as nossas escolhas metodológicas. Para apreender a formação socioespacial da cidade de Imperatriz e o seu dinamismo recente o uso das periodizações colocou-se como indispensável, uma vez que esta postura está intrinsecamente vinculada ao viés metodológico da formação socioespacial. Isto posto, apresenta-se a seguir as periodizações que levamos em conta neste estudo.

- a) Estágio inicial da formação socioespacial do município de Imperatriz, delineado a partir do final do século XIX (último quartel do século XIX), estendendo-se até o início da década de 1950;
- b) O período auge de afirmação do município de Imperatriz como principal núcleo urbano da região Sulmaranhense, quando considerados os indicadores demográficos e econômicos, momento que se estabeleceu entre 1950 a 1980;
- c) A fase de consolidação econômica e demográfica da cidade de Imperatriz no cenário regional Sulmaranhense, erigida a partir do início a década de 1980, sendo orientada através do desenvolvimento das atividades terciárias.

O processo que assevera formação socioespacial do município de Imperatriz, ou seja, que orientou as bases históricas de sua formação foi inaugurado no final do século XIX, tendo as motivações político-administrativa e religiosa como as suas forças-motrizes.

Conforme notou Franklin (2005, p. 16) “até 1852, o avanço da colonização sertaneja não havia ultrapassado o rio Farinha, afluente do Tocantins, abaixo de São Pedro de Alcântara (Carolina). O temor aos índios Timbiras, especialmente os Canelas, Gaviões e Krikatis, fez estacionar a marcha dos criadores de gado até a primeira metade do século XIX”.

Nesta marcha conquistadora empreendida pelos colonizadores sertanejos, portugueses e demais conquistadores da porção meridional do território maranhense, onde se incluem também as porções sul e sudoeste deste estado, os conflitos com os gentios, ou seja, com as populações autóctones foram inevitáveis. A este respeito, Franklin (2005) enfatiza

Os receios contra as populações autóctones se fortaleceram a partir de 1815, depois que uma bandeira repressiva saiu de Pastos Bons para vingar a destruição do Porto da Chapada, resultando numa batalha em que os colonizadores foram derrotados em cima de uma montanha que ficou conhecida como **Serra da Desordem**. Usando bordunas de fogo, os índios mataram 86 homens das tropas de Pastos Bons. [...] Com isso, a região abaixo do rio Farinha, onde dominavam os Canelas, a do Alto Grajaú e do Pindaré, habitada pelos Gaviões e às margens do Tocantins até a foz com o Araguaia, onde viviam os Krikatis e outras aldeias dos Gaviões, constituíram-se em territórios de alto risco para os colonizadores e viajantes do Tocantins até a fundação de Santa Tereza, a atual cidade de Imperatriz. (FRANKLIN, 2005, p. 16-17).

Eram notórias as dificuldades encontradas pelos colonizadores neste trajeto inicial de conquista e povoamento da região sudoeste do Maranhão. No entanto, as expedições conduzidas através da frente paraense tiveram êxito em suas investidas a partir da segunda metade do século XIX, tendo o rio Tocantins como a principal bússola que passou a orientar esta marcha colonizadora. Nessa direção, Milson Coutinho (1994) pondera

Não cause espanto a ninguém haja sido o Presidente da Província do Pará, ou seja, o Dr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho já no meio do século XIX (1850), o primeiro a ter a ideia de colonizar a margem direita do rio Tocantins, nas barbas do governo maranhense, alheio à mais rica de nossas regiões. [...] Naquela disposição, contactou o governante paraense com um religioso de nome **Frei Manuel Procópio do Coração de Maria**, pertencente à ordem dos Carmelitas e a ele conferiu a missão de subir o Tocantins e ali fundar uma Vila. (COUTINHO, 1994, p. 33-34).

Nesta trajetória inicial de conquista e colonização do município de Imperatriz, o rio Tocantins emergiu como caminho singular, ou seja, como o principal instrumento e o guia que norteou os colonizadores no processo de ocupação e o povoamento deste território.

A este respeito, são válidas as ideias destacadas por Edelvira Barros (1996, p. 64), “o rio Tocantins é o mais importante ponto de referência para todos aqueles que pretendem conhecer a história da cidade de Imperatriz. É a estrada líquida. É um caminho sempre aberto, utilizado como o principal guia desde os primórdios da colonização desta cidade”.

A exemplo dos demais rios da Amazônia brasileira, o rio Tocantins constituiu o caminho principal, ou seja, o caminho norteador onde se firmaram as bases iniciais que envolvem os processos de conquista e ocupação da região sudoeste do Maranhão.

Conforme notou Adalberto Franklin (2005, p. 19), “o rio Tocantins foi o caminho pelo qual os colonizadores conseguiram alcançar e tomar posse das terras do cerrado e da pré-Amazônia maranhense, regiões conhecidas somente um século depois da chegada de Cabral”. Os primeiros caminhos empreendidos neste processo colonizador acompanharam, de início, as vias fluviais orientadas a partir do rio Tocantins. Estes deslocamentos realizados pelos colonizadores obedeceram aos trajetos percorridos através do litoral.

O rio Tocantins apresentou-se nesse cenário como a principal artéria de ligação da população que, vinha do litoral e desejosa de ocupar o interior do território maranhense alcançou na segunda metade do século XIX o território de Imperatriz. As incursões realizadas ao longo deste rio demonstraram os reais interesses dos colonizadores em relação à ocupação definitiva deste espaço. As incursões religiosas exerceram papéis essenciais nesse contexto de colonização da região sudoeste maranhense. No caso particular da ocupação da cidade de Imperatriz, logrou êxito a expedição comandada pelo então frade carmelita Manuel Procópio do Coração de Maria. Milson Coutinho (1994) nessa direção pondera

O frade, ambicioso como tudo leva a crer e dominado, sobretudo, por um espírito de aventura e fé, convocou para a empreitada colonizadora os cidadãos Juvenal Simões de Abreu e Zacarias Fernandes da Silva, para com as famílias, demandarem o Tocantins, em terras do Maranhão. Para guardar-se dos ataques de índios selvagens, frei Manuel Procópio conseguiu das autoridades paraenses quatro pingados de soldados da tropa de linha e, com esses troços militares, em pequenas canoas navegaram o Tocantins, até um lugar que lhe pareceu, pela esplanada que se perdia de vista, ser o ponto ideal para a fundação do vilarejo. (COUTINHO, 1994, p. 34).

Com isto, estavam lançadas as bases da formação histórica do município de Imperatriz. Cumpre registrar que a vida nestas paragens obedeceu ao tempo lento que lhe era peculiar, tendo se alterado profundamente somente na virada da primeira metade do século XX, ou seja, após 1950 em razão da construção da rodovia Belém-Brasília – a BR-010.

A construção da Belém-Brasília também reconhecida no território maranhense como a rodovia BR-010, implicou em significativas mudanças econômicas e demográficas para alguns dos núcleos urbanos situados às suas margens. Este é o caso de Imperatriz.

A rodovia Belém-Brasília inaugurou a presença de um caminho moderno no espaço maranhense. Trata-se do eixo viário que articulou definitivamente a porção setentrional do país e, desta feita, o território maranhense às regiões central e sul do país. Os movimentos antes conduzidos pelas vias fluviais, sobretudo, em face da importância conferida ao rio Tocantins e demais rios maranhenses. Este é o caso dos rios: Mearim, Pindaré, Itapecurú e Munim e ainda pela atividade ganadeira, passaram a partir da década de 1950, a se orientar através da rodovia Belém-Brasília, intensificando a ocupação e o povoamento moderno nestas porções do território maranhense. Nesse sentido, Ferreira (1995) comenta

A construção de uma estrada para Belém cujo objetivo era abastecer o mercado com produtos agropecuários, assim como, com a chegada de imigrantes procedentes de outros estados nordestinos fugidos da seca contribuíram para que Imperatriz se tornasse um dos mais importantes centros da região, ligado ao Pará e a Goiás, hoje atual estado do Tocantins. [...] A implantação da rodovia BR-010, a Belém-Brasília provocou intensas transformações no sudoeste maranhense, sendo a primeira rodovia federal construída no território maranhense. (FERREIRA, 1995, p. 90).

No conjunto destas mudanças algumas são mais evidentes, sobretudo, os impactos demográficos gerados pela construção da Belém-Brasília. O célere crescimento demográfico presente em alguns dos núcleos urbanos situados às suas margens foi surpreendente. A cidade de Imperatriz, nesse sentido, viu a sua população explodir em pouco mais de duas décadas, impulsionada pela presença deste eixo viário. Nesse sentido Franklin (2005) comenta

No começo de 1958, engenheiros e técnicos chegaram à cidade de Imperatriz para fazer o levantamento topográfico da grande rodovia e instalar um escritório da Rodobrás, empresa governamental que dirigiu a obra nesta cidade. Esse empreendimento transformou completamente a pequena e pacata Imperatriz. Aviões, helicópteros e máquinas passaram a fazer parte do cenário cotidiano desta cidade. [...] A derrubada de matas ocupava centenas de pessoas. Chegavam homens, na maioria das vezes, com as suas famílias, de diversas partes do país, mas principalmente do Nordeste. Aconteceu, a partir de então, a primeira grande explosão demográfica da cidade de Imperatriz. (FRANKLIN, 2005, p. 84-85).

Os estudos realizados por Orlando Valverde e Catharina Dias (1967) atestam este acelerado crescimento demográfico verificado no município de Imperatriz a partir de então

Embora fundada em 1852 e elevada à categoria de cidade apenas em 1924, Imperatriz vem tomando, desde 1960 em diante, tal impulso que o governo do Maranhão fez construir um prédio novo para a mesa de rendas naquela cidade. [...] A abertura da BR-14 (Rodovia Belém-Brasília) trouxe grandes benefícios a Imperatriz, sobretudo, aumentando-lhe a produção agrícola, já que esta encontra agora excelente via para o escoamento. [...] Po esta estrada que vem de Belém para Imperatriz o sal, sabão, ferro, querosene, gasolina e até remédios. Em compensação, a navegação fluvial começou a declinar. (VALVERDE e DIAS, 1967, p. 199-200).

No conjunto das transformações socioespaciais materializadas no município de Imperatriz a partir da década 1960, as de natureza demográfica se impuseram com maior vigor, implicando desta feita, em importantes mudanças na estrutura urbana desta cidade. Observou-se, por exemplo, que na década de 1950, o município de Imperatriz apresentara conforme dados do recenseamento do IBGE, população total equivalendo a 14.064 habitantes, sendo que 1.630 habitantes estavam concentrados na sede municipal. Na zona rural, por seu turno, a população total registrada correspondeu naquele período a 12.434 habitantes.

Uma década após este registro, ou seja, no início da década de 1960, a população total verificada no município de Imperatriz equivaleu a 39.1169 habitantes, sendo que 8.987 destes se concentravam na área urbana. As populações residentes na zona rural neste mesmo período equivaleram a 30.182 habitantes. Logo se observa que é exponencial o crescimento demográfico notado no município de Imperatriz neste período. Entre as décadas de 1950-1960, o crescimento percentual registrado na sede municipal equivaleu a 451,34%. Já o crescimento relativo nas áreas rurais correspondeu no mesmo período a 142,73%. Destarte, entende-se que foi notório o crescimento demográfico registrado no município de Imperatriz, particularmente, a sua sede municipal que registrou maior crescimento populacional.

De um burgo acanhado, há duas décadas atrás, em que as casas se distribuía em duas ou três ruas principais, paralelas às barrancas do rio Tocantins, Imperatriz cresceu a partir desta década num ritmo espetacular e sem precedentes. (VALVERDE e DIAS, 1967).

O crescimento demográfico verificado no município de Imperatriz nas décadas posteriores tanto na sede municipal como nas áreas rurais se manteve latente, vindo a declinar somente a partir da década de 1980 como atesta a tabela apresentada a seguir.

Tabela 22: Imperatriz/MA - Evolução demográfica do município (1950-1980)

Ano	População Total	População Rural	População Urbana	Taxa de Ocupação (%)		Taxa de Crescimento Anual – (%)	
				Urbana	Rural		
1950	14.064	12.434	1.630	11,59	88,41	-	-
1960	39.169	30.182	8.987	22,94	77,07	1950-1960	10,79
1970	80.722	46.013	34.709	44,00	56,00	1960-1970	7,50
1980	220.469	108.651	111.818	50,72	49,28	1970-1980	10,57

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. Censos Demográficos (1950-1980).
Organização: Jailson de Macedo Sousa (2011).

Os dados expostos na tabela 22 confirmam o acelerado crescimento demográfico registrado no município de Imperatriz entre as décadas de 1950 a 1980. Nesse período, as ações governamentais se manifestaram de forma mais intensa nesta cidade, promovendo uma ocupação exacerbada e desestruturada das populações tanto nas áreas urbanas como rurais. Foi ainda nesse período, que as frentes agrícolas, advindas principalmente do nordeste, passaram a ocupar efetivamente esta cidade. Nessa direção, Rosirene Lima (2008) enfatiza

[...] a cidade de Imperatriz teve o seu crescimento acelerado a partir da década de 1950, quando recebeu um grande contingente de trabalhadores rurais expropriados das suas terras, dos chamados vales férteis do estado do Maranhão e, dos demais estados do Nordeste brasileiro. [...] Como resultado destas transformações que ocorriam na região, a cidade de Imperatriz cresceu de forma muito rápida. Neste contexto, diversos bairros foram surgindo por meio de ocupações induzidas ou não por políticos, loteamentos regulares e irregulares e conjuntos habitacionais que se espalharam a partir do centro antigo, localizado às margens do rio Tocantins, inicialmente em direção à Belém-Brasília (BR-010). (LIMA, 2008, p. 22-24).

Este crescimento mostrou-se bastante expressivo entre as décadas de 1950 a 1980, sendo motivado pela construção da rodovia Belém-Brasília, o mercado de trabalho difundido em função das frentes agrícolas em expansão nesta cidade e na região. Cumpre associar ainda a estes aspectos, o dinamismo econômico que foi gerado pelos distintos ciclos econômicos que predominaram neste período e as políticas públicas que foram dirigidas para a Amazônia.

A terceira periodização levada em conta nesta análise se refere à fase da consolidação econômica e demográfica de Imperatriz no interior da região Sulmaranhense.

Trata-se do momento atual, delineado a partir da década de 1980 que assevera a imponente participação das atividades terciárias desenvolvidas no município de Imperatriz, sendo irradiadas inclusive para o espaço regional Sulmaranhense. A partir deste momento, assiste-se cada vez mais, a uma consolidação das atividades econômicas vinculadas ao segmento terciário em Imperatriz. Nessa direção, Sousa (2009) pondera

A cidade de Imperatriz despontou desde a década de 1980, como o mais importante núcleo urbano regional Sulmaranhense, exercendo expressivo comando da vida socioeconômica regional, ou seja, no contexto das cidades que estão localizadas no centro-sul do estado do Maranhão, no norte do estado do Tocantins e nas porções sul e sudeste do estado do Pará, ou seja, no âmbito da região Tocantina. [...] A dimensão econômica é entendida nesse cenário como elemento primordial a esta análise uma vez que possibilita entender as projeções desta cidade no cenário regional, embora não deva ser tomada de forma unívoca. É necessário ainda levar em consideração nesta análise os aspectos, ou seja, os condicionantes sociais. No conjunto das atividades econômicas presentes nesta cidade tem tido destaque, principalmente, os papéis conferidos à atividade comercial e aos serviços. (SOUSA, 2009, p. 132).

As atividades terciárias (comércio e serviços) passaram desde a década de 1980, a exercer papéis primordiais no interior da economia urbana de Imperatriz. Os segmentos vinculados ao comércio atacadista e varejista se impuseram com intensa vitalidade, denotando importante participação no cenário regional. Esta influência emanada a partir do comércio atacadista e varejista tem se irradiado para além dos limites internos do município de Imperatriz, tendo se projetado também, para as regiões: central, sudoeste e sul do estado do Maranhão e para o extremo norte do Tocantins e para as regiões sudeste e sul do Pará.

Associada a esta importância assumida pela atividade comercial, cumpre ressaltar também, a significativa participação dos serviços públicos e privados de saúde e os serviços públicos e privados da educação superior. Desde o início do século XXI estes serviços tem se expandido por toda a cidade, denotando expressiva participação na dinâmica intra-urbana de Imperatriz, tendo projetado esta importância para toda a região Sulmaranhense.

A expansão da atividade comercial na cidade de Imperatriz tem se consolidado em face das estreitas relações estabelecidas com a presença dos serviços públicos e privados de saúde e da educação superior. A este respeito Sousa (2005) enfatiza

Em Imperatriz, tem sido crescente a participação do segmento dos serviços vinculados à saúde e à educação superior. O oferecimento destes serviços na cidade tem alterado a sua dinâmica interna, movimentando os setores da construção civil, do comércio e imprimindo novas feições à esta cidade. Altera-se a paisagem urbana, e também a influência de Imperatriz no cenário do espaço regional Sulmaranhense. São diversas as áreas da cidade que tiveram de se adaptar à esta nova realidade agora conduzida pela educação superior e pelos serviços de saúde. [...] A construção de novas edificações na cidade atesta o avanço e a consolidação destes segmentos no interior da dinâmica urbana desta cidade. (SOUSA, 2005, p. 144).

Esta crescente participação da educação superior foi iniciada ainda na década de 1970 com a instalação das primeiras instituições de ensino nesta cidade, sendo que desde o ano 2000, tem ocorrido uma expansão significativa de novas instituições de ensino superior nesta cidade. Com isto, também tem se expandido consideravelmente a oferta de diversos superiores em níveis de graduação e pós-graduação. Estes fatos indicam que desde o ano de 2000 a cidade de Imperatriz tem se consolidado no âmbito regional como um dos mais importantes polos da educação superior no estado do Maranhão. Esta importância da educação superior se projeta inclusive para além dos limites internos do estado, influenciando as porções norte do estado do Tocantins e as regiões sul e sudeste do Pará.

Atrelada a esta influência da educação superior difundida na cidade de Imperatriz, é necessário ressaltar ainda a pujança dos serviços públicos e privados de saúde. Desde a década de 1990 esta cidade tem se apresentado como um dos mais importantes polos de saúde do estado do Maranhão. Este fato é explicado em face da presença e consolidação destes serviços oferecidos nesta cidade. Imperatriz apresenta uma gama diversa de serviços de baixa, média e alta complexidade que atende às populações das regiões: central, sul e sudoeste do Maranhão e se dispersa para além das fronteiras internas deste estado, sendo irradiada para o extremo norte do estado do Tocantins e para as porções sul e sudeste do estado do Pará.

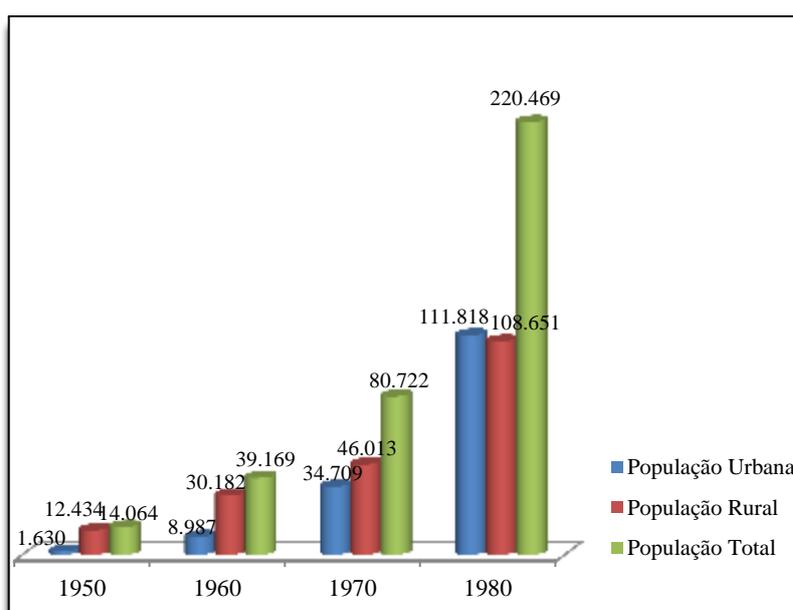
As atividades terciárias, ou seja, a imponente força de comando das atividades econômicas vinculadas ao comércio (atacadista e varejista) e aos serviços, em particular, os serviços públicos e privados de educação e saúde e ainda, a atual expansão do segmento da construção civil são entendidos como elementos primordiais que contribuem para explicar o dinamismo econômico materializado na cidade de Imperatriz desde a década de 1980.

Para apreender a essência deste dinamismo econômico que se faz presente na cidade de Imperatriz é necessário considerar inicialmente as transformações de ordem demográfica que vem se processando nesta cidade desde a década de 1950.

4.3.2 Aspectos da estrutura demográfica do município de Imperatriz (1950-2010)

A análise da estrutura demográfica do município de Imperatriz levou em conta a evolução populacional desta cidade delineada entre as décadas de 1950 a 2010. Para tanto, priorizou-se em princípio nesta leitura, a periodização que estende do início da década de 1950 até o início da década de 1980. Trata-se do momento em que as mudanças econômicas, políticas, demográficas, naturais e culturais ocorreram com maior vigor nesta cidade.

Gráfico 10: Imperatriz/MA - Evolução demográfica do município (1950-1980)



Fonte: IBGE, 1950-1980.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados dispostos no gráfico 10 asseveram o notável crescimento demográfico verificado no município de Imperatriz, particularmente, entre as décadas de 1950 a 1980. Este é o momento histórico em que as transformações de natureza demográfica, política, econômica e social se apresentaram com maior intensidade no interior desta cidade.

Observou-se em relação aos dados apresentados que o contingente da população total deste município equivaleu no início da década de 1950 a 14.064 habitantes, sendo que 1.630 destes estavam concentrados na sede municipal. Já a população residente em áreas rurais deste município correspondeu no mesmo período a 12.434 habitantes.

Na década seguinte, ou seja, no ano de 1960 foi identificado segundo o IBGE um contingente populacional absoluto no município de Imperatriz equivalendo a 39.169 habitantes, sendo que na zona urbana foi registrado neste período, a presença de 8.987 habitantes. A zona rural, por sua vez, contou com a participação de 30.182 habitantes.

Dito isto, entende-se que o crescimento percentual da população total neste intervalo, ou seja, entre as décadas de 1950-1960 equivaleu a 178,50%. Já o crescimento da população residente na sede municipal correspondeu neste mesmo período a 451,34%. O crescimento percentual da população rural, por sua vez, equivaleu no período mencionado a 142,73%. Estes dados expostos confirmam que o crescimento demográfico registrado tanto em áreas rurais como nas áreas urbanas do município de Imperatriz foi bastante expressivo.

É válido ressaltar que este crescimento demográfico registrado no município de Imperatriz manteve-se latente nas décadas posteriores. No início da década de 1970, por exemplo, o contingente total da população registrada neste município equivaleu a 80.722 habitantes, tendo se elevado no início da década de 1980 para 220.469 habitantes.

A população residente na sede municipal de Imperatriz no início da década de 1970 equivaleu a 34.709 habitantes, sendo elevada consideravelmente na década seguinte, apresentando no ano de 1980 em termos absolutos uma participação de 111.818 habitantes.

Já as populações residentes em áreas rurais neste município equivaleram no início da década de 1970 a 46.013 habitantes, alcançando uma década após, ou seja, no início da década de 1980 um contingente populacional correspondendo a 108.651 habitantes.

Com base nestas informações destacadas pode-se inferir que o crescimento percentual da população total de Imperatriz registrado entre as décadas de 1970 a 1980 equivaleu a 173,12%. Já o crescimento das populações residentes na sede deste município, ou seja, na zona urbana neste período foi de 222,15%. O crescimento da população rural, por sua vez, correspondeu no referido período a 136,13%

Estes dados asseveram os reais significados do dinamismo demográfico presente no município de Imperatriz entre as décadas de 1950-1980. Nesse contexto, cabe ressaltar que o crescimento populacional registrado na sede municipal foi mais intenso do que aquele registrado em áreas rurais. Diversos argumentos são utilizados para explicar este dinamismo demográfico presente no município de Imperatriz neste período, entre os quais destacamos:

- a) A reestruturação urbana e regional materializada na Amazônia brasileira a partir da década 1950, alicerçada na adoção de diversos projetos e programas governamentais conduzidos pelos governos militares;
- b) A difusão a partir da década de 1960 da economia ciclôtímica³⁸, fundada no desenvolvimento de distintas atividades econômicas, em particular, os ciclos econômicos do arroz (1950-1960); madeira (1960-1970); ouro (1970-1980);
- c) A partir da década de 1980, assiste-se uma reorientação das atividades econômicas que antes eram fundadas no setor primário e a partir de então, passaram a ser orientadas pela participação das atividades terciárias.

Sabe-se que as transformações sociais edificadas na Amazônia brasileira, guiadas por meio das intervenções dos governos militares a partir da década de 1950 apresentaram repercussões imediatas na reestruturação urbano-regional do município de Imperatriz.

³⁸ Aqui a expressão ciclos econômicos implica em considerar as atividades econômicas que tiveram maior destaque e contribuíram para a consolidação da urbanização em Imperatriz. Trata-se das influências do ciclo agrícola que predominou entre as décadas de 1950-1960; O ciclo da madeira (1960-1970) e o ciclo do ouro (1970-1980) difundido no sul do Pará que influenciou diretamente no crescimento urbano de Imperatriz.

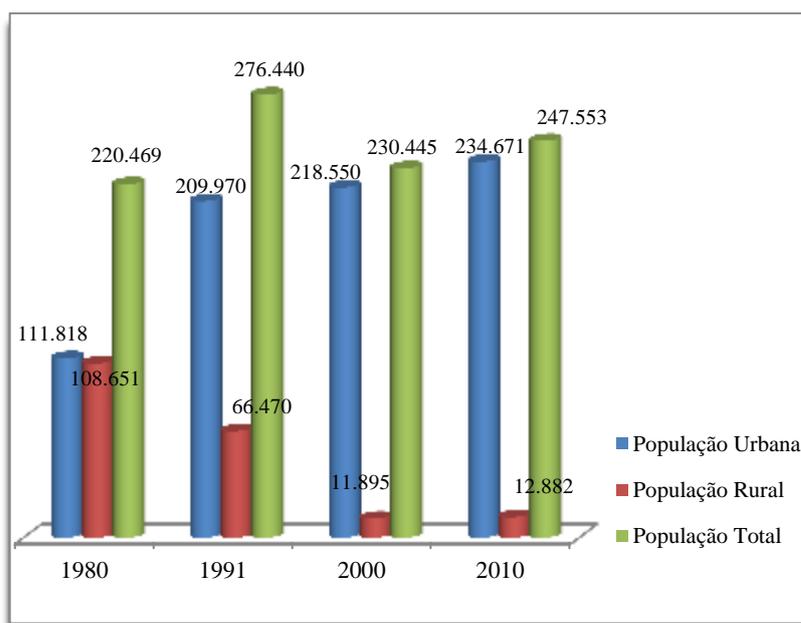
A cidade de Imperatriz, entendida como um dos principais núcleos urbanos da Amazônia oriental conheceu de perto os efeitos dinâmicos destas transformações.

Estes efeitos estão associados ao fato desta cidade ter acolhido desde a década de 1950 projetos e programas econômicos que foram dirigidos para os distintos subespaços da região amazônica, por exemplo, a construção da rodovia Belém-Brasília, projetos minero-metalúrgicos, como é o caso da difusão da siderurgia no município de Açailândia que até o início da década de 1980 era parte integrante de Imperatriz e os projetos de colonização.

Todos estes instrumentos serviram de estímulos, ou seja, corroboraram para a atração de fluxos migratórios de diversas regiões do país e, principalmente, do nordeste e também fomentaram o desenvolvimento de diversas atividades econômicas, contribuindo assim, para o célere crescimento demográfico verificado nesta cidade no período ressaltado.

Não obstante, observa-se que este ritmo frenético do crescimento demográfico verificado no município de Imperatriz tem declinado de forma considerável desde a década de 1980. Esta assertiva pode ser confirmada por meio dos dados expostos no gráfico que segue.

Gráfico 11: Imperatriz/MA - Evolução demográfica do município (1980-2010)



Fonte: IBGE: Censos Demográficos (1980-2010).
Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Conforme os dados apresentados no gráfico 11, pode-se inferir que o município de Imperatriz tem conhecido desde a década de 1980 um considerável declínio de sua população, tanto no que se refere à participação da população urbana, como também da rural.

Constatou-se, por exemplo, que a população total deste município equivaleu no início da década de 1980 a 220.469 habitantes, tendo se elevado uma década após, ou seja, no ano de 1991 para 276.440. No tocante à população residente na sede municipal desta cidade, observou que no início da década de 1980, a participação deste segmento populacional, equivaleu em termos absolutos a 111.818 habitantes, tendo ascendido no ano de 1991 para 209.970 habitantes. A participação da população rural, por seu turno, representou no início da década de 1980, 108.651 habitantes, tendo declinado no ano de 1991 para 66.470 habitantes.

Diante destes dados apresentados pôde-se constatar que o crescimento percentual da população total registrado entre as décadas de 1980 a 1991 equivaleu a 25,38%. O crescimento da população residente na sede municipal de Imperatriz, por sua vez, foi bem mais expressivo, apresentando neste período uma variação de 87,77%. No bojo desta dinâmica, o declínio das populações residentes em áreas rurais do município de Imperatriz foi mais intenso, registrando entre as décadas de 1980 a 1991 uma redução de - 38,82%.

Estes dados enfatizados no gráfico 11 atestam o expressiva declínio demográfico registrado no município de Imperatriz a partir da década de 1980. Observou-se que esta redução populacional foi mais expressiva nas áreas rurais. Diversos argumentos podem ser usados para explicar esta dinâmica em Imperatriz, entre os quais, cumpre ressaltar:

- a) Os processos de fragmentação territorial que se consolidaram a partir da década de 1980, sinalizando para a perda de território e populações deste município;
- b) A reorganização das atividades econômicas que apresentou impactos imediatos na reestruturação do território municipal de Imperatriz, implicando desse modo, numa perda considerável do território rural e de suas populações.

Acerca dos processos de fragmentação territorial ocorridos no município de Imperatriz, sabe-se que estes têm ocorrido desde meados da década de 1950, embora seja possível reconhecer que eles tenham avançado bastante após a década de 1980, denotando assim, maior intensidade da fragmentação territorial a partir deste período.

A respeito destes processos de fragmentação territorial ocorridos no município de Imperatriz a partir da década de 1950 são úteis as contribuições de Franklin (2005)

A área original do município de Imperatriz era até meados da década de 1950 de aproximadamente 20.000 km², excluindo-se a área da vila de Porto Franco, que inicialmente a integrava. [...] Depois da abertura da estrada que ligou o município de Imperatriz com a região Nordeste houve um crescimento populacional acentuado desta cidade e da zona rural, surgindo assim novos povoados e aumentando também a população de outros. Com isso, alguns se destacaram e adquiriram vida própria, conquistando também a condição de município. [...] O primeiro foi a vila de Montes Altos, que em 8 de setembro de 1955 se transformou em município, levando consigo uma área de 3.326 km² do território imperatrizense. Em 15 de dezembro de 1961, foi a vez do povoado Gameleira, que se tornou o município de João Lisboa, com a área de 2.697 km². (FRANKLIN, 2005, p. 89).

Estes processos de fragmentação territorial se intensificaram a partir de então. Duas décadas após, ou seja, no ano de 1981 assistiu-se a um novo desmembramento territorial do município de Imperatriz. Desta vez, o distrito de Açailândia, no dia 6 de junho de 1981 teve a sua emancipação concretizada. Assim sendo, o território municipal de Imperatriz que até este período apresentara uma área total equivalendo a 13.325 km² passou a dispor de uma área em extensão territorial de 6.687 km². Dito isto, observa-se que o território de Imperatriz conheceu a partir de então relevante perda de território e também de população.

Os processos de divisão territorial mantiveram-se latentes na década seguinte. No ano de 1997, por exemplo, registrou-se a emancipação de cinco novos municípios antes pertencentes ao território de Imperatriz. Trata-se da criação dos municípios de Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. O município de Imperatriz cedeu neste período mais de 5.000 km², passando a dispor a partir de então de uma área territorial de 1.367,9 km².

Cumpra reforçar que mesmo considerando estes processos de fragmentação territorial desencadeados desde a década de 1950, sabe-se que estes fracionamentos territoriais se tornaram mais evidentes a partir da década de 1980. A tabela indicada abaixo ressalta os municípios emancipados a partir do território de Imperatriz, enfatizando-se o ano de instalação, as suas áreas e os seus atuais contingentes populacionais.

Tabela 23: Imperatriz/MA - Fragmentação territorial do município (1955-1997)

Município	Ano de Instalação	Área km ²	População Total (2010)	População Urbana (2010)	População Rural (2010)
Açailândia	1981	5.831,08	104.047	78.237	25.810
Cidelândia	1997	1.472,09	13.681	6.036	7.645
Davinópolis	1997	338,61	12.579	10.487	2.092
Governador Edison Lobão	1997	617,31	15.895	6.957	8.938
João Lisboa	1961	716,43	20.381	15.336	5.045
Montes Altos	1955	1.344,84	9.413	5.126	4.287
São Francisco do Brejão	1997	749,89	10.261	4.836	5.425
São Pedro da Água Branca	1997	723,81	12.028	10.712	1.316
Vila Nova dos Martírios	1997	1.194,83	11.258	6.188	5.070
Total		12.988,89	209.003	143.375	65.628

Fonte: IBGE (2010)/ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).
Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014).

As informações apresentadas na tabela anterior permitem inferir que os processos de fragmentação do território de Imperatriz ganharam impulso a partir da década de 1980 em face dos processos de emancipação dos municípios de Açailândia, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. Com exceção dos municípios de Açailândia, João Lisboa e Montes Altos, os demais municípios tiveram a sua emancipação na década de 1990, particularmente, no ano de 1997, sendo fruto de um processo materializado em todo o território brasileiro.

Em conformidade com os dados destacados na tabela anterior pode-se deduzir que no conjunto dos municípios emancipados do território de Imperatriz a partir da década de 1950 há um predomínio daqueles de pequeno porte, sendo que a maioria apresentam conforme o censo demográfico do IBGE (2010) populações inferiores a 20.000 habitantes.

Em consonância com os dados expostos na tabela 23, observou-se ainda que os municípios que dispuseram de populações superiores a 20.000 habitantes e se enquadram no conjunto de municípios de médio porte, foram respectivamente, Açailândia e João Lisboa, sendo que ambos apresentaram populações equivalendo a 104.047 e 20.381 habitantes.

Estas informações destacadas na tabela 23 evidenciam uma questão preocupante, merecendo a nossa atenção, reflexão e análise. Sabe-se que os processos de fragmentação territorial se tornaram cada vez mais frequentes no território brasileiro, não sendo diferente na realidade maranhense. Nesse sentido, o sudoeste do Maranhão é entendido como uma das áreas mais fragmentadas deste estado. Dito isto, cumpre refletir sobre estas emancipações no estado do Maranhão com mais cautela a fim de entender as relações de dependência e complementaridade que são tecidas entre os municípios-polos e os novos municípios criados.

Esta dinâmica que vem se processando no sudoeste do Maranhão têm revelado graves problemas relacionados, principalmente, à ausência do poder público na gestão dos novos territórios. Estes problemas se revelam em face das carências e a inexistência de serviços básicos de saúde, saneamento básico, segurança pública, educação, entre outros. Estes fatos colocam em evidência a necessidade de se repensar os significados dos processos de fragmentação territorial. Mais importante do que instituir novos municípios é preciso dotá-los de infra-estruturas adequadas que são essenciais à sobrevivência de suas populações.

Este fato sugere que pensemos no planejamento e na gestão destes territórios de modo compartilhado, ou seja, é necessário colocar em volta da mesa os problemas sociais que afetam estes municípios, suas carências e potencialidades a fim de que estes problemas sejam refletidos em conjunto. Destarte, o ordenamento territorial emerge nesse cenário como um instrumento valioso, uma que vez que poderá favorecer a elaboração e a execução de políticas públicas voltadas à correção das assimetrias sociais existentes entre eles, contribuindo dessa forma, para a promoção do equilíbrio e da coesão social nestes municípios.

Outro aspecto fundamental a ser considerado no bojo do dinamismo demográfico presente no município de Imperatriz nesta fase recente, ou seja, a partir da década de 1980, diz respeito às transformações econômicas processadas no interior deste município.

Assiste-se desde a década de 1980 uma crescente participação das atividades terciárias comandadas pela expressiva presença da atividade comercial e a prestação de serviços. Nesse cenário, tem merecido atenção a força de comando do comércio atacadista e varejista bem como a imponente participação dos segmentos da educação em seus distintos níveis, particularmente, a educação superior e ainda, os serviços públicos e privados de saúde.

Vale registrar que a partir da década de 1990 o município de Imperatriz entrou definitivamente na fase de consolidação do seu processo de urbanização, sendo que esta etapa tem sido caracterizada pela estabilização do crescimento demográfico nesta cidade. Esta assertiva pode ser confirmada por meio dos dados apresentados no gráfico 11. No início da década de 1990 a população total recenseada pelo IBGE equivaleu a 276.440 habitantes, tendo declinado no ano de 2000 para 230.450 habitantes. Uma década após, ou seja, no ano de 2010, a população total deste município correspondeu a 247.553 habitantes.

Ao considerar estes números apresentados, entende-se que a população presente na sede municipal de Imperatriz no ano de 1991 correspondeu a 209.970 habitantes, sendo que esta se elevou na década seguinte para 218.550 habitantes. No ano de 2010, por sua vez, a população residente na área urbana de Imperatriz equivaleu a 234.671 habitantes.

Ainda em conformidade com os dados ressaltado no gráfico 11, observou-se que as populações residentes em áreas rurais do município de Imperatriz no ano de 1991 corresponderam a 66.470 habitantes, sendo que estas se reduziram significativamente nas décadas posteriores. No ano de 2000, por exemplo, a participação da população rural equivaleu a 11.895 habitantes. No ano de 2010, por sua vez, a participação deste segmento populacional equivaleu a 12.882 habitantes.

Com base nestas informações entende-se que o crescimento da população total do município de Imperatriz no período correspondente às décadas de 1991 e 2000 e de 2000 a 2010, correspondeu respectivamente, a -16,63% e a 7,42%.

Considerando-se este dinamismo populacional na sede municipal, ou seja, na área urbana do município de Imperatriz, observou-se que o crescimento registrado no período equivalente às décadas de 1991 a 2000 foi de 4,08%. Este ritmo foi mantido na década posterior, apresentando neste período um crescimento de 7,35%.

A dinâmica do crescimento demográfico registrada entre as décadas de 1991 a 2010 em áreas rurais do município de Imperatriz declinou ainda mais quando comparada ao crescimento verificado na sede municipal de Imperatriz, ou seja, em suas áreas urbanas. Dito isto, o crescimento percentual das populações rurais registrado neste município entre as décadas de 1991 a 2000 equivaleu a - 82,10%. Este declínio se manteve, sendo que entre os anos de 2000 a 2010, o ritmo de crescimento da população rural correspondeu a 8,29%.

Estes dados apresentados asseveram uma fase de estabilização nos ritmos de crescimento da população total, urbana e rural do município de Imperatriz. No contexto deste dinamismo demográfico tem merecido atenção os ritmos decrescentes das populações residentes no campo. Este fato está associado aos processos de fragmentação territorial antes mencionados e também ao redirecionamento das atividades econômicas neste município.

Desde a década de 1980 tem sido crescente a participação das atividades terciárias nesta cidade. Esta importância assumida pelo terciário também se associa aos processos de fragmentação territorial e as refuncionalizações ocorridas a partir de então na cidade de Imperatriz. Estes fatos implicaram em perdas significativas de territórios antes dedicados às atividades primárias e ainda à refuncionalização das atividades econômicas que têm sido guiadas desde então através da atividade comercial e prestação de serviços. Uma leitura destes elementos é essencial para entender a atual dinâmica econômica materializada em Imperatriz.

4.3.3 Elementos da estrutura econômica do município de Imperatriz

Esta seção é dedicada ao estudo e reflexão dos principais condicionantes que são entendidos como responsáveis pelo dinamismo econômico materializado no município de Imperatriz. Para desenvolver esta tarefa, inicialmente serão enfatizados os elementos responsáveis por esta dinâmica delineada entre as décadas de 1950-1980.

Trata-se de um esforço analítico que busca identificar e entender a natureza e os significados conferidos à difusão das principais atividades econômicas neste município, sobretudo, a pujança promovida pelos ciclos agrícolas e extrativista. Teve destaque nesse cenário a relevante produção de arroz entre as décadas de 1960-1970. Entre os anos de 1970 a 1980 foi bastante significativa a exploração da atividade madeireira nesta cidade. Entre as décadas de 1970 a 1980, por sua vez, cumpre ressaltar a importante produção do ouro no sul do estado do Pará, particularmente, no final da década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980. Estas atividades exerceram em conjunto papéis fundamentais no interior da economia urbana de Imperatriz no período correspondente às décadas de 1950-1980.

A segunda etapa desta análise que envolve o dinamismo econômico impresso no município de Imperatriz se manifesta a partir da década de 1980 em razão da emergência e consolidação das atividades terciárias. O início da década de 1980 é entendido como o marco central para a difusão das atividades terciárias na cidade de Imperatriz, em particular, àquelas conduzidas pela presença do comércio atacadista e varejista. Associada a esta participação da atividade comercial, cumpre enfatizar também, a relevante presença dos serviços públicos e privados de educação, considerando-se nesta dinâmica, as distintas modalidades e níveis de ensino, mas principalmente, a imponente participação da educação superior.

Vale destacar ainda no bojo deste dinamismo econômico presente em Imperatriz a significativa participação dos serviços públicos e privados de saúde que são acessados por uma extensa rede regional e ainda a forte participação do segmento da construção civil.

O quadro apresentado a seguir expõe de forma sintetizada as informações relacionadas às principais atividades econômicas desenvolvidas no município de Imperatriz no período que se estende entre as décadas de 1950 a 1980. Tratam-se das atividades econômicas que exerceram um maior domínio econômico nesta cidade neste período.

Quadro 13: Imperatriz - Principais atividades econômicas desenvolvidas (1950-1980)

Atividade ou Ciclo econômico	Período	Principais Características
Ciclo do Arroz	1950 - 1970	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A área cultivada entre as décadas de 1960-1970 foi superior a 70.000 hectares; ▪ As safras foram superiores a 100.000 toneladas de arroz; ▪ A notável produção de arroz em Imperatriz entre 1960-1970 inseriu o Maranhão entre os principais produtores do país; ▪ Os principais centros consumidores de arroz eram os estados do Maranhão, Pará, Goiás, Piauí e Ceará; ▪ Problemas sociais: crescimento urbano exacerbado sem o devido planejamento. Ausência de equipamentos e serviços urbanos (saúde, educação, saneamento e habitação e etc); ▪ Instalação de mais de vinte usinas beneficiadoras de arroz na cidade de Imperatriz; ▪ Declínio da produção de arroz em face da expansão da pecuária e da extração madeireira a partir do início da década de 1970.
Ciclo da Madeira	1960 - 1980	<ul style="list-style-type: none"> ▪ No início dos anos 1960 é registrada a presença de quatro unidades que saltaram na década de 1970 para mais de trinta. ▪ O destino da madeira: centro-sul do país; ▪ Principais madeiras extraídas: Ipê, Cedro, Cumaru, Sucupira, Maçaranduba, entre outras; ▪ Expansão do emprego em carpintarias, laminadoras e movelarias que apresentaram aumento considerável na cidade; ▪ A instalação das Centrais Elétricas do Estado do Maranhão – CEMAR no ano de 1971 contribuiu para a expansão e exploração da atividade madeireira na década de 1970; ▪ Ritmo frenético do crescimento da população urbana com a geração de diversos problemas sociais em Imperatriz; ▪ Declínio da produção madeireira em razão da emancipação de Açailândia que passou a desenvolver a partir da década de 1990 a atividade siderúrgica e a escassez do produto na região; ▪ Este declínio também se associa às escassas possibilidades de extração em face do crescente desmatamento na região.

Ciclo do Ouro	1970 - 1980	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A cidade de Imperatriz é tida como a principal porta de entrada e saída, ou seja, de acesso à exploração mineral (ouro) que predominou no sul do estado do Pará durante a década 1980; ▪ Imperatriz: centro abastecedor de remédios, máquinas, produtos alimentícios, de vestuário, de transportes e demais equipamentos servidos por meio do pujante comércio; ▪ A cidade de Imperatriz passou a ser considerada o maior polo abastecedor de comércio e serviços aos garimpos do Sul do estado do Pará, localizado a quase 350 km desta cidade; ▪ Declínio da produção de ouro no sul do Pará, ou seja, na região de Serra Pelada em meados da década de 1980.
----------------------	---------------------------------	--

Fonte: FRANKLIN, 2008.

Organização: Jailson de Macedo Sousa (2014)

Embora seja perceptível a importância de outras atividades econômicas difundidas nesta cidade entre as décadas de 1950 a 1980, sabe-se que estas antes destacadas tiveram maior notoriedade no contexto da economia urbana de Imperatriz.

Cumprido esclarecer que a referência dada a estas atividades enquanto ciclos econômicos se trata mais de uma questão semântica. Muitos estudos, entre os quais se destacam os de Barros (1996); Coutinho (1994); Franklin (2005); (2008); Lima (2003); (2008) e Sousa (2009); (2011); (2013) enfatizam a importância destas atividades (ciclos) econômicas para a consolidação dos processos de urbanização em Imperatriz. Embora alguns estudiosos discordem da utilização do termo - **ciclos econômicos** – em todos os estudos é perceptível o reconhecimento destas atividades para o dinamismo econômico e para a consolidação dos processos de urbanização presentes nesta cidade desde a década de 1950.

Acerca da importância e os significados conferidos ao ciclo agrícola, comandado pela produção de arroz no município de Imperatriz, Franklin (2008) comenta

A abertura da estrada para Grajaú atraía a Imperatriz uma leva de migrantes maranhenses, piauienses e cearenses. Estes últimos, nordestinos acostumados às agruras da seca e da terra infértil, acossados pela fome e tangidos das **terras de donos**, estiveram dispostos a mudar o curso da vida numa região de matas densas e águas perenes. [...] Os nordestinos foram ocupando o espaço, afugentando índios, amansando a terra e plantando arroz, feijão, milho, mandioca, favas e outros gêneros de seu consumo e de fácil comércio. (FRANKLIN, 2008, p. 127).

A constituição do ciclo agrícola no sudoeste do Maranhão e, particularmente, no município de Imperatriz se associa à expansão das fronteiras agrícolas que foram dissipadas pelo interior do território brasileiro. Areladas a estas, cumpre destacar também a influência à das políticas públicas que foram direcionadas para a Amazônia brasileira a partir de 1950. Nessa direção são válidas as contribuições fornecidas por Rosirene Lima (2003)

No caso do Maranhão, estes processos de ocupação ocorreram induzidos pelo Estado, que divulgava equivocadamente a existência de um enorme **vazio territorial** das terras devolutas estaduais. [...] Tais políticas levaram a um intenso processo de comercialização dessas terras por empresas agropecuárias motivadas pelos incentivos fiscais, facilidades de acesso a créditos que contribuíram, sobretudo, para a instalação da grilagem de terras nesta região. (LIMA, 2003, p. 1.2).

Os ciclos agrícolas respaldados, principalmente, na produção de arroz tiveram importante participação no cenário econômico Sulmaranhense a partir da década de 1950. O apogeu desta produção se deu entre as décadas de 1960 e 1970 quando a região de Imperatriz, através dos municípios de Imperatriz, Montes Altos, Porto Franco, Riachão e Sítio Novo se destacaram no cultivo deste produto no cenário estadual e nacional. Segundo Sousa (2005)

O crescimento da produção agrícola se deu em razão dos deslocamentos dos trabalhadores rurais oriundos do nordeste que fugindo das precárias condições de vida das regiões semi-áridas e incentivados pela propaganda governamental de ocupação e povoamento da Amazônia encontraram na região de Imperatriz as condições favoráveis para o desenvolvimento da agricultura de base familiar. [...] Com isto, o cultivo do arroz se tornou a atividade econômica predominante no município de Imperatriz entre as décadas de 1960-1970. (SOUSA, 2005, p. 83).

A produção de arroz em Imperatriz e na região Sulmaranhense se intensificou a partir de 1960. Sua expansão ocorreu graças à construção da rodovia Belém-Brasília que favoreceu a circulação de pessoas, mercadorias e serviços nesta região. Os impactos da produção do arroz são notórios tanto pela atração de migrantes como pela expansão do tecido urbano. Conforme notou Coutinho (1994, p. 151) “as grandes safras de arroz começaram no ano de 1954 e os novos imigrantes que buscaram o solo fértil de Imperatriz, nesse período foram responsáveis por novos arruamentos, três novas vias e muitas travessas”.

Os dados apresentados na tabela que segue retratam com clareza esta importante produção do arroz no contexto da região Sulmaranhense, sendo que a cidade de Imperatriz emergiu nesse cenário como uma das principais áreas produtoras no estado do Maranhão.

Tabela 24: Região Sulmaranhense - Produção de arroz - área colhida; quantidade produzida e rendimento médio (1960-1970)

Municípios	1960			1970		
	Área Colhida/ha	Quantidade Produzida/kg	Rendimento Kg/ha	Área Colhida/ha	Quantidade Produzida/Kg	Rendimento Kg/ha
Amarante do Maranhão	1.615	3.138	1.943	4.583	5.998	1.308
Carolina	2.748	3.903	3.164	3.481	1.100	8.121
Imperatriz	3.425	6.507	1.899	17.500	31.174	1.882
João Lisboa	-	-	-	8.077	12.690	1.572
Montes Altos	583	869	1.491	1.557	2.810	1.805
Porto Franco	1.077	1.362	1.265	3.068	4.955	1.615
Riachão	2.262	3.170	1.402	3.250	6.214	1.912
Sítio Novo	-	-	-	1.069	1.779	1.665
Região	11.710	18.949	11.164	42.585	66.720	19.880

Fonte: IBGE – Censos agropecuários do Maranhão (1960-1970).

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2009.

Os dados expostos na tabela anterior atestam a importante participação da atividade agrícola no interior da região Sulmaranhense entre as décadas de 1960-1970. Imperatriz emergiu nesse cenário como uma das principais áreas dedicadas à rizicultura do Maranhão. Na década de 1960, as áreas colhidas de arroz equivaleram 3.425 hectares, sendo expandidas substancialmente na década de 1970, denotando 17.500 hectares de áreas colhidas de arroz neste município. Dito isto, entende-se que o crescimento relativo das áreas colhidas de arroz no município de Imperatriz entre as décadas de 1960-1970 equivaleu a 410,94%.

A produção de arroz denotou a atividade econômica predominante em Imperatriz entre as décadas de 1950-1970. O auge deste processo produtivo se deu entre 1960-1970. Segundo Sanches (2003, p. 171), “A agricultura representou a principal atividade econômica de Imperatriz nesse período. Sobressaiu nesse cenário o predomínio da produção de arroz. Calcula-se que no ano de 1969 a produção alcançou mais de 1.000.000 de sacos de 60 quilos”.

O início da década de 1970 testemunha uma significativa redução das áreas destinadas ao cultivo do arroz no sudoeste do Maranhão. Este fato se associa à expansão da pecuária e à exploração de outras atividades econômicas no município de Imperatriz, como por exemplo, a exploração econômica da madeira. Nessa direção Franklin (2005) pondera

Até a metade dos anos de 1970, Imperatriz foi um dos maiores produtores de arroz do estado do Maranhão. E o Maranhão, se tornou nesse período, o segundo maior produtor de arroz do país. No entanto, as constantes disputas pela terra com fazendeiros, afastaram os lavradores que levavam desvantagens nestes embates e que muitas vezes, eram retirados por força de documentos falsos apresentados por pretensos proprietários, os chamados **grilos e grileiros**. [...] Então, os campos de arroz deram lugar aos pastos e aos cascos dos bois. (FRANKLIN, 2005, p. 90).

Conflitos pela posse das terras se tornaram frequentes no território maranhense. Conforme ressaltado no terceiro capítulo deste estudo, a região sudoeste do Maranhão, a qual o município de Imperatriz é parte integrante emergiu nesse cenário como uma área prioritária à difusão da pecuária no Maranhão. Desse modo, as ocupações irregulares de terras, associadas à grilagem e à reorientação das atividades econômicas em Imperatriz ocasionaram efeitos imediatos na reestruturação econômica desta cidade e na região Sulmaranhense.

O arroz que constituiu o principal produto da economia imperatrizense entre as décadas de 1950-1970, foi aos poucos cedendo espaço para a presença de outras atividades econômicas. Com isto, ocorreu logo no início da década 1970 uma refuncionalização das atividades econômicas neste município que passou a contar a partir de então com a exploração da atividade madeireira, inaugurando desse modo, um novo ciclo econômico: **o madeireiro**. Ao considerar este contexto referenciado, Adalberto Franklin (2008) enfatiza

A derrubada de árvores para fins comerciais não fazia parte do universo nem das perspectivas econômicas dos sertanejos nordestinos. Suas relações mais remotas com a natureza eram de respeito e preservação, retirando apenas o necessário para a construção de cercas, casas, currais e para a fabricação de utensílios domésticos. [...] A abertura da Belém-Brasília e a profusão de diversas pessoas de outras culturas modificaram esse panorama. Já era possível transportar inúmeras riquezas da flora Tocantina, ainda não tocadas pelas mãos do homem, em especial, as nobres e centenárias árvores como o ipê, cedro, cumaru, jatobá, maçaranduba, sucupira e outras espécies demandadas pelas construções nas distintas regiões, do norte ao sul do país que viviam a euforia do milagre econômico. (FRANKLIN, 2008, p. 140).

A década de 1970 é entendida como o período áureo de desenvolvimento do ciclo madeireiro no município de Imperatriz. A vastidão de áreas com a presença abundante da floresta equatorial amazônica se estendia desde o sudoeste do Maranhão até o encontro com as regiões sul e sudeste do estado do Pará. Franklin (2005) nesse sentido destaca

A abundante riqueza florestal de Imperatriz se estendia até a divisa com o estado do Pará, atraindo cada vez mais investimentos e investidores. Estima-se que, por volta de 1977, o município de Imperatriz sediava mais de trezentas indústrias madeireiras. Esse extrativismo começou a arrefecer antes do início da década de 1980, com a crescente escassez da madeira nas proximidades da cidade e a insuficiência na capacidade da geração de energia elétrica para movimentar tantas indústrias e ao mesmo tempo garantir o abastecimento da cidade, que nessa década cresceu num dos mais altos índices populacionais do país. (FRANKLIN, 2008, p. 92).

A comunhão de interesses firmados entre os produtores rurais e demais empresários do campo relacionados à exploração dos recursos naturais em razão do desenvolvimento do ciclo madeireiro na década de 1970 acelerou verozmente o crescimento populacional de Imperatriz. Esta assertiva pode ser confirmada ao observarmos a evolução demográfica desta cidade que saltou no início da década de 1960 de 39.169 para 80.722 habitantes na década de 1970, sendo que este crescimento foi mais intenso na sede municipal.

O célere crescimento demográfico registrado no município de Imperatriz entre as décadas de 1950-1980 tem encontrado fortes explicações no desenvolvimento dos ciclos econômicos, em particular, o ciclo agrícola comandado pela produção de arroz que foi muito expressivo entre as décadas de 1950-1960 e a difusão da atividade madeireira na década de 1970. A este respeito são válidas as contribuições ressaltadas por Franklin (2008)

Com a instalação das Centrais Elétricas do Maranhão – CEMAR no ano de 1971 e a progressiva instalação de geradores de energia para atender as crescentes demandas, Imperatriz experimentou os seus maiores surtos de crescimento demográfico e econômico, impulsionada na década de 1970 pelo ciclo econômico da madeira. No entanto, esta progressiva produção da madeira arrefeceu no final da década de 1970. Dois graves problemas se apresentaram. O primeiro se associa à inobservância da finitude das florestas e o avanço do desmatamento que justificaram este declínio. O segundo é que o município não dispunha de um parque gerador de energia suficiente para atender as demandas requeridas, sujeita a graves crises de interrupções e muitas vezes paralisando o funcionamento das fábricas e da cidade. (Idem, 2008, p. 143).

A cerca desta evolução do processo produtivo envolvendo as atividades de exploração madeireira no município de Imperatriz é importante ressaltar alguns elementos desta produção. Estas informações estão destacadas na tabela apresentada abaixo.

Tabela 25: Imperatriz/MA – Produção e exportação de madeira serrada (1975-1980)

Anos	Madeira produzida em toras e exportada – m ³
1975	161.362
1976	187.251
1977	108.305
1978	126.861
1979	51.530
1980	21.690
Total	656.999

Fonte: Coutinho, 1994.

Os dados expostos na tabela 25 asseveram a importante produção de madeira em toras no município de Imperatriz durante a década de 1970. Estas informações repassadas por meio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF foram sistematizadas no início da década de 1980. No entanto, é válido afirmar que mesmo antes deste período já era possível observar uma significativa produção madeireira em Imperatriz.

De acordo com estes dados apresentados, os últimos anos da década de 1970 atestam uma queda substancial na extração da madeira em Imperatriz. Este fato encontra explicações no avanço dos desmatamentos no sudoeste do Maranhão e ainda nas dificuldades de manutenção da indústria extrativa, uma vez que a produção energética em Imperatriz apresentou-se restrita às crescentes necessidades geradas pela atividade industrial.

A produção e as exportações de madeiras que no ano de 1976 alcançaram 187.251m³, reduziram-se drasticamente logo no início da década de 1980, denotando neste período uma produção equivalendo a 21.690m³. Desse modo, entende-se que a redução desse processo produtivo da exploração madeireira no município de Imperatriz correspondeu no período que se estende entre os anos de 1975 a 1980 a -88,41%.

Com o declínio do ciclo econômico pautado na exploração da madeira emergiu e se consolidou a partir dos últimos anos da década de 1970 a exploração da atividade mineral fundamentada, principalmente, na extração do ouro nos garimpos localizados na região sul do estado do Pará. A este respeito Edelvira Barros (1996) assevera

A economia imperatrizense, quase sempre dependente das riquezas do sul do Pará, viu-se, de uma hora para outra, fortalecida com a descoberta de depósitos auríferos na Serra Leste, também conhecida como **Serra Pelada** que está localizada no sul do estado do Pará. [...] Esta exploração aurífera só foi aberta aos garimpeiros no início dos anos 1980. A nova fronteira de exploração mineral ficou a cargo da empresa estatal, a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD. Grandes suportes para a sua implantação e plenitude de funcionamento foram criados e construídos. Cita-se, por exemplo, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí no estado do Pará, o Porto do Itaqui, sediado na capital São Luís e ainda, a construção da Estrada de Ferro Carajás – EFC, que liga a grande jazida de ferro da Serra dos Carajás no sul do Pará, ao oceano Atlântico, no litoral maranhense. (BARROS, 1996, p. 225).

Foi diante deste cenário que ocorreu a difusão do ciclo do ouro na região sul do estado do Pará. A cidade de Imperatriz por ser o principal núcleo urbano desta região se beneficiou diretamente em razão desta exploração aurífera no sul do estado do Pará. Imperatriz dispunha neste período de algumas vantagens que foram essenciais à emergência e consolidação da economia terciária nesta cidade. Nesse sentido Franklin (2005) comenta

Nos primeiros meses de 1980, aconteceu a intensificação da exploração de ouro na **Serra Pelada**, no sul do estado do Pará. Inicialmente em toda esta região, depois em todo o país, aconteceu uma corrida ao ouro paraense. Uma das principais portas de entrada para o garimpo era a cidade de Imperatriz, que também o abastecia com alimentos, remédios, máquinas e homens. Esse garimpo movimentou a economia regional e enriqueceu os imperatrizenses, mas também faliu muitos trabalhadores que nele investiram na perspectiva de grandes achados. (FRANKLIN, 2005, p. 92).

A cidade de Imperatriz se apresentara no contexto mencionado como o principal núcleo urbano das regiões: central e sul do território maranhense, sendo que esta influência também se irradiava para o extremo norte do estado Tocantins (antes pertencente ao estado de Goiás) e ainda às porções sul e sudeste do estado do Pará. Nesses termos, a cidade de Imperatriz se constituía como o principal de centro abastecedor das necessidades básicas das populações vinculadas à exploração mineral difundida na região sul do estado do Pará.

O desenvolvimento da atividade mineradora pautada na extração do ouro na região de Serra Pelada, ou seja, no sul do estado do Pará, impulsionou definitivamente o comércio e o segmento de serviços da cidade de Imperatriz que enfretara antes do início da década de 1980 grave retração econômica. A este respeito Franklin (2008) comenta

Imperatriz vivia, no final dos anos 1970, a mais acentuada crise do seu ciclo madeireiro e um elevado índice de desemprego. O comércio que nas décadas anteriores ganhara larga importância na economia local e regional sofria arduamente com esta recessão. [...] O impacto do fenômeno **Serra Pelada** e o início de um movimento de demandas geradas pelo garimpo aqueceram de forma exponencial alguns setores ligados ao comércio, como o de transportes, máquinas e equipamentos para veículos e os setores de alimentos e vestuário. Esta expansão do comércio amorteceu as pressões e o declínio da economia municipal. Imperatriz além de ser a cidade com o maior porte comercial da região e por estar situada a menos de 350 km do garimpo, era também o município que detinha o maior número de habitantes trabalhando em Serra Pelada, fatores que evidentemente, o colocavam como o maior centro abastecedor desse garimpo. (FRANKLIN, 2008, p. 151).

A exploração do ouro no sul do Pará contribuiu de modo decisivo para alavancar a atividade comercial em Imperatriz a partir de 1980. As vias destinadas ao comércio logo se expandiram para além do contato direto com o rio Tocantins, alcançando ainda na década de 1970 a rodovia Belém-Brasília. No conjunto dos eixos especializados no setor comercial destacaram-se: a avenida Getúlio Vargas e a rua Godofredo Viana que exerceram em conjunto entre as décadas de 1980-1990 amplo domínio no segmento de confecções.



Foto 39: Imperatriz/MA - Cine Fides
Avenida Getúlio Vargas - Centro (1979)



Foto 40: Imperatriz/MA - Casas Pernambucanas
Rua Godofredo Viana - Centro (1981)

O declínio da extração de ouro no sul do Pará nos primeiros anos da década de 1980 trouxe um certo desconforto a muitos dos investidores imperatrizenses. No entanto, não se pode deixar de reconhecer a importância deste ciclo econômico para esta cidade, uma vez que Imperatriz foi alimentada pelas riquezas geradas por meio dos garimpos de Serra Pelada.

O início da década de 1980 assevera a emergência e uma crescente expansão da atividade comercial, em particular, o comércio atacadista e varejista e o segmento de serviços em Imperatriz. Esta etapa consolidou de vez a força de comando do segmento terciário nesta cidade, de modo que as suas projeções se irradiaram para toda a região Sulmaranhense.

As informações apresentadas e sintetizadas no quadro exposto a seguir confirmam esta significativa participação do segmento terciário no conjunto das atividades econômicas desenvolvidas no município de Imperatriz a partir da década de 1980.

Quadro 14: Imperatriz - Principais atividades econômicas desenvolvidas após 1980

Atividades econômicas predominantes	Período	Principais características
Expansão e consolidação da atividade comercial	1980 ...	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A expansão da atividade comercial se estabeleceu paralelamente ao declínio da exploração do ouro no sul do estado do Pará, ou seja, no início da década de 1980. ▪ Ocorreu uma reorientação das atividades econômicas, ou seja, parcelas expressivas do capital gerado no campo foram reinvestidas, a partir da década de 1980 no segmento terciário. ▪ Os segmentos de destaque foram o setor varejista, representado principalmente, pelo setor de confecções e associado a este o setor atacadista desenvolvido por meio do setor alimentício.
Consolidação dos serviços públicos e privados de saúde e educação superior	2000 ...	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O início do século XXI testemunha a instalação e consolidação das principais Instituições de Ensino Superior - IES privadas de Imperatriz, a saber: FACIMP, FEST e UNISULMA. A instalação destas IES ocorreu paralelamente à expansão dos cursos existentes nas IES públicas: UEMA e UFMA. ▪ Este avanço da educação superior no município tem sido acompanhado da instalação de várias clínicas, laboratórios e hospitais que asseveram uma crescente expansão dos serviços públicos e privados de saúde no município de Imperatriz.
Expansão e consolidação da construção civil no município de Imperatriz	2005 ...	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A partir de 2005 verifica-se também uma significativa expansão do segmento da construção civil no município de Imperatriz. ▪ Esta expansão se associa à intensificação dos processos de verticalização na cidade, sobretudo, no bairro Jardim Três Poderes e também às crescentes demandas geradas em razão das construções de condomínios horizontais na cidade de Imperatriz.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Para entender o atual estágio de organização das atividades econômicas presentes no município de Imperatriz e guiadas pelas forças de comando do terciário, é indispensável compreender a noção de centralidade econômica. Nessa direção Rochefort (1998) afirma

Numa região, as cidades se distribuem, portanto, em alguns tipos caracterizados por certo papel econômico mais ou menos influenciado pela história. Desconhecer as funções econômicas desenvolvidas pelas cidades no espaço regional, implicaria em negligenciar a verdadeira personalidade que lhes parece peculiar e lhes conferem identidade. A inserção geográfica da cidade em sua região repercute na maneira pela qual ela cumpre o seu papel em relação a esta última. (ROCHEFORT, 1998, p. 14).

No caso particular da cidade de Imperatriz sabe-se que desde a década de 1980 as forças de comando econômico desta cidade têm sido orientadas, principalmente, pela participação das atividades vinculadas ao segmento terciário. Dito isto, entende-se que estas atividades exercem papéis primordiais numa leitura da dinâmica urbana de Imperatriz. Ao considerar estes aspectos são válidas as contribuições fornecidas por Armand Frémont (1980)

Se é verdade que o espaço é vivido como um espaço social, e se é ainda verdade que este espaço se organiza principalmente em função das relações de produção que unem ou opõem os grupos e classes, dever-se-á verificar que as relações econômicas constituem as estruturas fundamentais à uma leitura objetiva deste espaço. [...] A análise do espaço vivido não pode ignorar o conjunto de forças que o condicionam, entre as quais, se destacam as forças econômicas. (FRÉMONT, 1980, p. 59)

Nessa perspectiva, a interpretação aqui proposta pauta as suas preocupações numa reflexão acerca do caráter complexo e diversificado que tem mobilizado a recente estrutura terciária na cidade de Imperatriz. É no âmbito do espaço intra-urbano desta cidade que encontramos um comércio vigoroso e uma extensa gama de serviços e fluxos diversos de pessoas, informações e mercadorias. Estas atividades concentradas no interior da cidade potencializam os seus papéis no cenário interno e também se irradiam para o cenário regional.

No entanto, uma advertência sobre estes aspectos é necessária. Sousa (2009) nessa direção destaca, “refletir sobre os papéis que as cidades exercem no cenário regional se traduz num desafio contínuo. Compreende um processo permanente de construção e reconstrução uma vez que as mudanças processadas no seu interior suscitam novas questões e respostas”.

De início, a interpretação aqui realizada ressalta alguns dos aspectos que têm singularizado a organização e o dinamismo da atividade comercial delineados a partir da década de 1980 em Imperatriz. Este exercício analítico considera as particularidades que tem dado visibilidade ao comércio atacadista e varejista difundidos nesta cidade a partir de então.

As atividades econômicas presentes em Imperatriz a partir da década de 1980 se relacionam aos reinvestimentos de capitais oriundos dos ciclos econômicos, em particular, os ciclos agrícolas orientados pela produção do arroz (1950-1970), o ciclo madeireiro difundido na década de 1970 e o ciclo do ouro desenvolvido no final da década de 1970.

Associam-se a estes aspectos os processos de refuncionalização das atividades econômicas que se tornaram frequentes nesta cidade. Parcelas significativas do capital gerado no campo por meio dos ciclos econômicos foram reiventadas a partir da década de 1980 no segmento terciário. Com isto, o comércio e os serviços se colocaram desde então como as forças econômicas-motrizes da cidade de Imperatriz. Nesse sentido Ferreira (1995) enfatiza

O comércio de Imperatriz é bastante diversificado e ocupa vários quarteirões, absorvendo grande parte da mão-de-obra local. A avenida Getúlio Vargas, eixo principal do centro comercial mostra o nível comercial desta cidade com comércios especializados, lojas luxuosas, muitas delas semelhantes as encontradas nas grandes cidades do país. [...] Além do centro comercial principal existem outros, como nas proximidades da rodovia Belém-Brasília. (FERREIRA, 1995, p. 202).

Esta presença vigorosa da atividade comercial e os serviços é acompanhada de perto da expansão do tecido urbano de Imperatriz. A consolidação das atividades terciárias contribuiu de forma incontestável para a efetiva expansão da malha urbana desta cidade. Sobre este processo de expansão da malha urbana desta cidade, Rosirene Lima (2008) ressalta

O pequeno centro antigo situado à beira do rio Tocantins se espalhou rapidamente no sentido leste em direção à rodovia Belém-Brasília. O sentido norte e sul encontrou, em princípio, alguns limites que frearam a expansão urbana, como o riacho Bacuri e o Cacaú, situados ao sul e a Belém-Brasília, localizada no sentido leste. Contudo, a Belém-Brasília, que inicialmente, como os riachos citados, se constituíam em obstáculos à expansão urbana, no período que se estende após a década de 1970 é alcançada pela mancha urbana, que a ultrapassou em alguns pontos, principalmente, indo em direção aos municípios de João Lisboa e Amarante. (LIMA, 2008, p. 95).

Até o final da década de 1970 a malha urbana de Imperatriz se restringia ao contato direto com a sua principal via de acesso, ou seja, o rio Tocantins. Contava com pouco mais de dez ruas transversais e cinco eixos principais, entre os quais se destacava, a avenida Getúlio Vargas, entendida como o principal eixo comercial da cidade de Imperatriz.

Sabe-se que as atividades econômicas têm exercido papéis de destaque nesse cenário uma vez que a expansão da malha urbana se condiciona à presença e consolidação destas atividades no interior da cidade. A este respeito Valverde e Dias (1967) ponderam

Imperatriz cresceu espetacularmente após os anos de 1950, ultrapassando já o número de 2.000 prédios no interior da sua área urbana, expandindo-se, sobretudo, em direção à estrada de rodagem – a Belém-Brasília. Aí um ativo comércio vem se constituindo essencialmente com a presença de bombas de gasolina, oficinas mecânicas, pensões, bares e etc. Os novos setores criados com o desenvolvimento da cidade podem ser facilmente observados e acompanham todo o trajeto do seu eixo principal: a avenida Getúlio Vargas, partindo da direção do rio Tocantins rumo à rodovia Belém-Brasília. (DIAS e VALVERDE, 1967, p. 202-204).

Outro fator essencial à expansão da malha urbana de Imperatriz diz respeito à construção de uma estrada carroçável em meados da década de 1950 que interligou a cidade de Imperatriz à cidade de Grajaú, importante núcleo urbano dedicado à produção de arroz na região central do estado do Maranhão. Nessa direção, Milson Coutinho (1994) destaca

Em 1953, o isolamento de Imperatriz foi rompido pela abertura da estrada carroçável que uniu esta cidade a Grajaú, incorporando definitivamente a região à área de cultura e produção de arroz do Maranhão e daí ao Nordeste. Pela estrada chegavam contingentes de imigrantes e produtos do Nordeste, iniciando a comercialização na cidade de Imperatriz. [...] Em 1954 foi necessário alongar as três ruas principais existentes e as suas travessas, sendo que em 1955 já era possível contabilizar nestes eixos mais de 15 estabelecimentos comerciais. (COUTINHO, 1994, p. 216).

Este processo de expansão da malha urbana de Imperatriz manteve-se restrito até o final da década de 1960 ao contato direto com o rio Tocantins que representava até o início da década de 1960 a principal porta de entrada e saída para esta cidade. No entanto, a partir de então, pôde-se verificar um avanço considerável de expansão do tecido urbano desta cidade que logo nos primeiros anos da década de 1970 ultrapassou os limites antes impostos pela rodovia Belém-Brasília, alcançando dessa forma, distintas áreas da cidade.

A estagnação econômica vivenciada na cidade de Imperatriz até meados da década de 1950 associada à ausência das vias de comunicação com outras áreas do estado do Maranhão e com os estados vizinhos de Goiás e os estados do Pará e do Piauí demonstram o estado de isolamento a que ficou submetida esta cidade até então. Segundo Sousa (2005)

Após o final da década de 1950, com a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-010) a expansão da malha urbana de Imperatriz avançou significativamente. Esta expansão também está associada à difusão da atividade agropecuária nesta cidade e aos diferentes ciclos econômicos que nela se fizeram presentes. É o caso dos ciclos do arroz (1950-1960), da madeira (1970) e do ouro no sul do estado do Pará no final da década de 1970. [...] Este processo de expansão da malha urbana foi aos poucos se consolidando a partir da década de 1970, contribuindo de modo decisivo para que esta cidade adquirisse as atuais feições que apresenta. (SOUSA, 2005, p. 116).

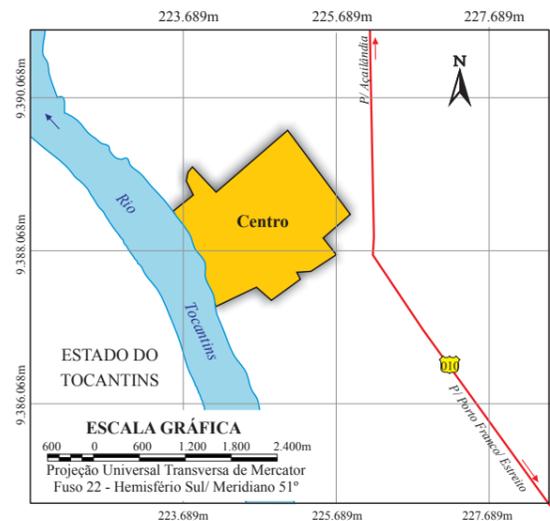
O avanço da malha urbana seguiu as orientações do traçado da avenida Getúlio Vargas, sendo direcionado ao encontro com a rodovia Belém-Brasília, ou seja, no sentido leste-oeste. A partir da década de 1970 diversas áreas da cidade já haviam sido preenchidas, alcançando distintos sentidos da cidade³⁹. Este fato possibilitou uma expansão das atividades comerciais e de serviços nesta cidade como enfatiza o estudo de Milson Coutinho (1994)

As possibilidades de comercialização aumentaram e se efetivaram com o início da construção da rodovia Belém-Brasília (BR-010) em 1958. Novos contingentes de imigrantes chegaram à cidade em busca de lotes para se fixarem definitivamente ou temporariamente, obrigando as autoridades municipais a se preocuparem com o processo de ordenação da ocupação e o uso do solo urbano. Foi então executado um plano de ocupação constituído de uma malha em xadrez, sem critérios definidos de zoneamento, tendo como eixo principal a atual avenida Getúlio Vargas, iniciando-se na cidade velha até alcançar a Belém-Brasília, distante 3 km do ponto inicial no contato imediato com o caudaloso Tocantins. (COUTINHO, 1994, p. 217).

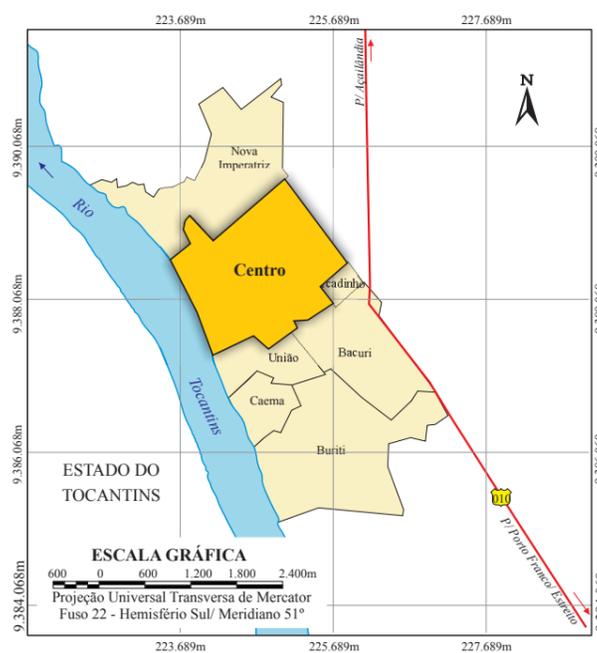
A ausência do planejamento urbano nesta fase inicial da expansão da malha urbana de Imperatriz traduziu uma de suas marcas indeléveis. Estes aspectos ainda são notórios nos dias atuais. A este respeito, são úteis as contribuições fornecidas por Milson Coutinho (1994, p. 217) “Sem normas e critérios técnicos para o uso dos lotes e sem um código mínimo de edificações, a ocupação destas áreas deu-se de maneira totalmente irregular e caótica. As habitações foram construídas sem os necessários recuos frontais e laterais”.

³⁹ Verificar mapa 21, página 345.

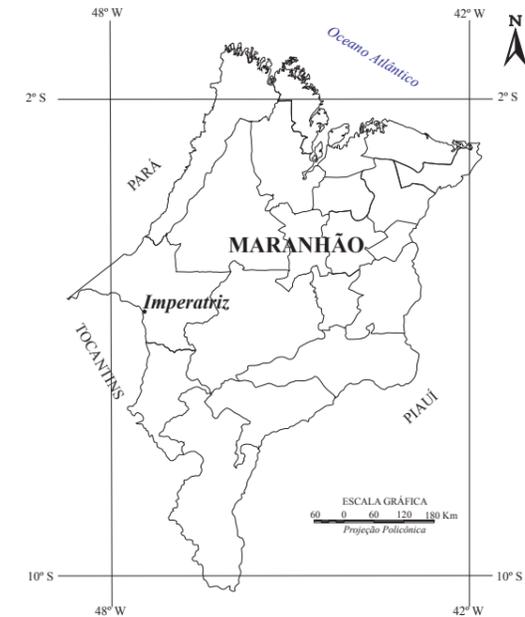
1850 a 1950



1950 a 1970

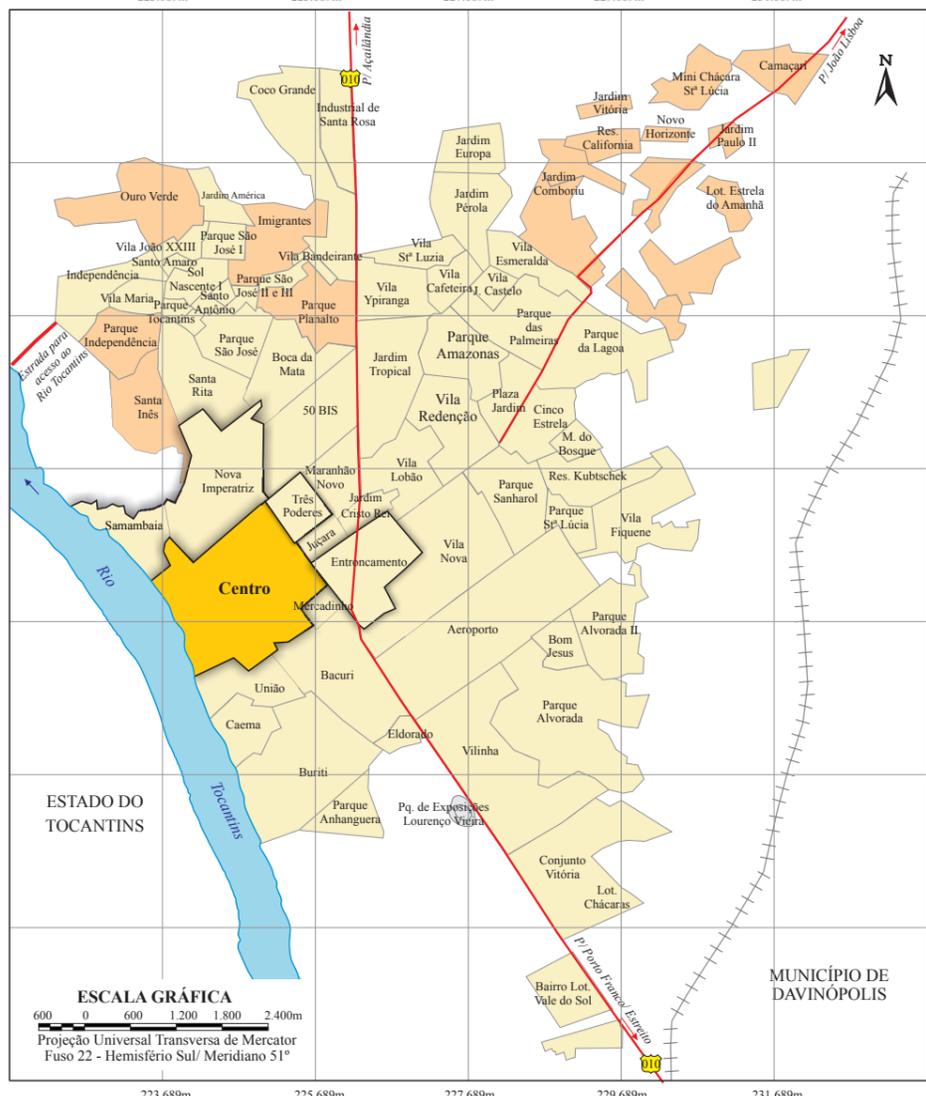
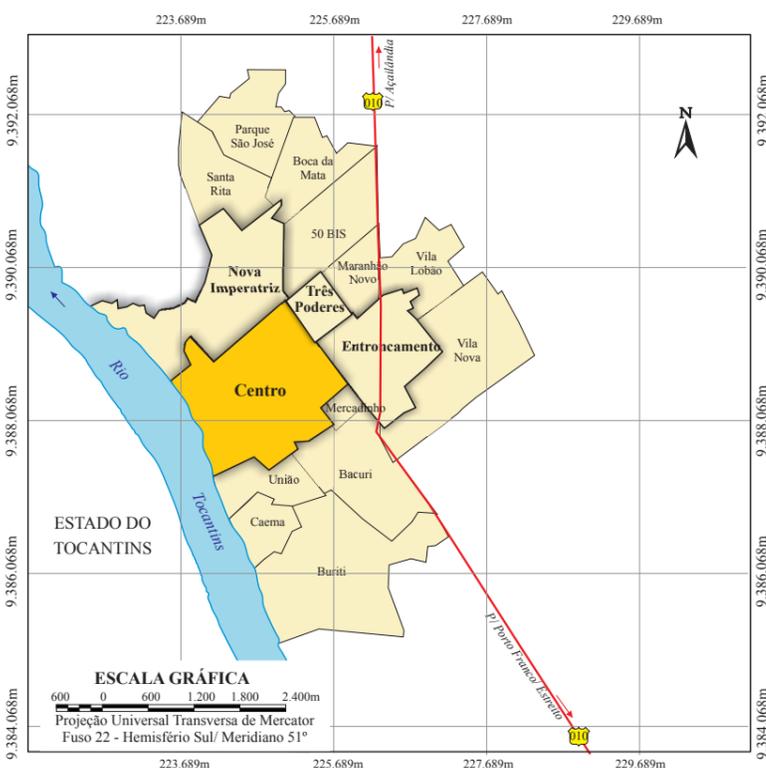


SITUAÇÃO GEOGRÁFICA



1990 a 2014

1970 a 1990



LEGENDA

- Rodovia
- Estrada de ferro
- 100 Prefixo de estrada federal

Fonte:
Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Imperatriz - SEPLUMA, 2012.

Organização:
Jaílson de Macedo Sousa

Cartografia Digital:
Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

O mapa ilustrado evidencia que a década de 1970 é entendida como um marco na expansão da malha urbana de Imperatriz. Este processo se consolidou nas décadas posteriores. Atualmente a cidade de Imperatriz conta com quase 95% da população concentrada na sede municipal. Este fato reflete os elevados níveis de expansão do tecido urbano desta cidade.

A década de 1980 atesta importantes avanços nos processos de expansão da malha urbana de Imperatriz. As áreas antes não alcançadas pelos limites impostos à expansão urbana foram a partir de então ascendidas. Este é o caso dos limites impostos no sentido leste-oeste, ou seja, a rodovia Belém-Brasília e também os limites naturais presentes no sentido norte-sul, é o caso dos riachos que cortam o perímetro urbano, entre os quais se destacam, o Bacuri e o Cacau que foram aos poucos sendo incorporados aos interesses imobiliários.

Esta expansão da malha urbana não tem sido acompanhada de cuidados adequados por parte das gestões públicas. Não há uma preocupação por parte do poder público em orientar e disciplinar o crescimento urbano de Imperatriz. O que se observa desde a década de 1970 é a ausência de compromisso e de ações efetivas de planejamento por parte dos gestores públicos com o ordenamento territorial urbano. Para Milson Coutinho (1994)

Quanto aos loteamentos de forma geral, quer pela falta de legislação específica, quer pela facilidade de aforamento de terras, criaram-se condições favoráveis e estimulantes ao surgimento de inúmeras irregularidades. O traçado urbano resultante desta situação na cidade de Imperatriz é bastante precário. As ruas sem alinhamento e as dimensões dos lotes e das quadras da cidade testemunham a expansão urbana desordenada. Os usos incompatíveis com as características específicas e setoriais da cidade foram se desenvolvendo sem preocupação alguma da gestão pública, como a implantação de serrarias e de usinas de beneficiamento de arroz no centro principal e diversas atividades comerciais não coerentes com os usos residenciais. Os serviços de infra-estrutura não acompanharam este desenvolvimento espontâneo, gerando, conseqüentemente, insatisfatórias e precárias condições de vida ao imperatrizense, comprometendo assim, a qualidade de vida na cidade. (COUTINHO, 1994, p. 217).

Resultou deste cenário apresentado a produção de um espaço urbano segmentado e dual, caracterizado por intensas desigualdades socioespaciais. As ações do poder público sempre se mostraram tímidas e mesmo ineficazes diante dos exacerbados processos de crescimento da malha urbana presentes na cidade de Imperatriz desde a década de 1970.

Entende-se que as atividades econômicas têm desempenhado papéis essenciais nos processos de estruturação e reestruturação das cidades. Assim sendo, a difusão das atividades terciárias na cidade de Imperatriz tem contribuído de forma incontestável para a consolidação dos processos de urbanização nesta cidade. Conforme Sousa (2005)

O processo de expansão da malha urbana na cidade de Imperatriz apresenta estreitos vínculos com a difusão das atividades terciárias nesta cidade. A criação de novos espaços, ou seja, de novos bairros sofreu e tem sofrido as intervenções diretas do mercado que tem se preocupado com a especialização destas áreas. Muitos bairros foram surgindo em Imperatriz após a década de 1970 e com estes, surgiram também, as demandas pelas atividades comerciais e pelos serviços de educação, saúde, lazer e etc. A expansão da malha urbana, desse modo, está diretamente relacionada à difusão destas atividades econômicas no interior da cidade. (SOUSA, 2005, p. 116).

Desde o início da década de 1980 tem ocorrido uma crescente especialização de diversas áreas da cidade que passaram a abrigar os equipamentos terciários. A presença destas atividades econômicas em algumas áreas de Imperatriz tem reforçado a ideia de que com a difusão do capital no espaço urbano, várias áreas tendem a se especializar, promovendo uma coesão destas atividades no interior da cidade. Nessa direção Corrêa (1989) ressalta

O processo de coesão pode ser definido como aquele movimento que leva as atividades econômicas a se localizarem juntas. A consequência deste processo resulta na criação de áreas especializadas na cidade. [...] A coesão é um processo que está presente tanto na centralização como nos processos de descentralização no interior das cidades, tornando de fato mais complexa, assim a organização do espaço intra-urbano. (CORRÊA, 1989, p. 56-57).

Este processo pode ser observado com notoriedade na paisagem urbana de Imperatriz. Como exemplo pode-se mencionar as áreas que concentram o segmento de comércio varejista. São os eixos comerciais situados no centro principal desta cidade que se estendem desde o contato com o rio Tocantins até o encontro com a rodovia Belém-Brasília.

O eixo de maior concentração de produtos ligados ao segmento varejista, ou seja, a principal via dedicada à comercialização de produtos voltados à este setor em Imperatriz é avenida Getúlio Vargas. No entanto, é possível encontrar em eixos paralelos: Rua Luís Domingues e a avenida Dorgival Pinheiro de Souza a comercialização destes produtos.

Afirmou-se antes que a década de 1980 é entendida como um marco central na difusão das atividades terciárias na cidade de Imperatriz. Desde então tem se observado uma crescente participação dos segmentos vinculados ao comércio atacadista e varejista nesta cidade, sendo que a relevância destes setores também se projeta para a região Sulmaranhense.

A fim de apreender o dinamismo e a importância socioeconômica conferida a estes segmentos na cidade de Imperatriz e no âmbito da região Sulmaranhense, de início serão destacadas algumas especificidades concernentes à participação do segmento varejista.

Há na cidade de Imperatriz distintas áreas dedicadas ao comércio varejista. Pode-se mencionar como exemplos mais representativos deste segmento os seguintes bairros: o centro principal e os bairros: Mercadinho, Bacuri, Nova Imperatriz, Vila Lobão e o bairro Bom Sucesso. Em todas estas áreas é possível encontrar uma vigorosa presença do comércio varejista, sendo que a área mais expressiva é representada pelo centro principal.

No contexto do comércio varejista presente no centro principal de Imperatriz há uma forte concentração e comercialização de produtos voltados ao setor de confecções, cama, mesa e banho. Trata-se da área desta cidade que abriga uma maior quantidade e variedade de estabelecimentos comerciais dedicados a comercialização de produtos deste segmento.



Foto 41: Imperatriz/MA - Setor varejista Calçadão/Centro comercial



Foto 42: Imperatriz/MA – Setor Varejista Avenida Getúlio/Centro comercial

Com relação à esta presença do comércio varejista na cidade de Imperatriz, cumpre ressaltar também os papéis conferidos ao comércio informal que apresenta relevante participação no interior da economia desta cidade. Conforme Trindade Júnior (2013)

Para se trabalhar com o comércio e os serviços em determinadas cidades não basta apenas centrar a análise nas atividades ditas formais, tais como as redes de supermercados, as concessionárias de automóveis, a rede bancária e financeira, as lojas de departamentos, os serviços de saúde e de educação. É preciso entender também o papel das feiras, ou seja, dos mercados e dos transportes alternativos como formas de articulações contínuas e contraditórias àqueles circuitos formalmente reconhecidos. (TRINDADE JÚNIOR, 2013, p. 83).

A leitura das formas comerciais presentes na cidade requer a compreensão dos distintos conteúdos dispostos nesses espaços. Nesse ínterim, tem tido destaque a relevante participação dos circuitos inferiores na economia urbana. Segundo observou Santos (2004c)

As condições de evolução da economia moderna e o enorme peso de uma população urbana com baixo nível de vida, que não pára de aumentar com a chegada maciça de migrantes do campo, acarretam na existência, ao lado do circuito moderno de um circuito econômico não-moderno. [...] O circuito inferior pode ser definido segundo a fórmula de Lavoisier: “Nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”. O jornal usado torna-se embalagem, o pedaço de madeira se transforma em cadeira, as latas, em reservatórios de água ou em vasos de flores, etc. (SANTOS, 2004c, p. 197-202).

A materialidade desse circuito inferior é notória na cidade de Imperatriz, podendo ser observada por meio das feiras livres que estão dispostas em diferentes áreas da cidade, em particular, nos bairros: Bacuri, Bom Sucesso, Mercadinho, Nova Imperatriz e Vila Lobão.



Foto 43: Imperatriz/MA – Feira do Bom Sucesso



Foto 44: Imperatriz/MA – Feira do Bairro Bacuri

Nestas feiras é possível encontrar produtos de natureza diversificada, desde a venda de raízes e ervas até mesmo a comercialização de produtos eletrônicos importados.

No conjunto dos diversos produtos comercializados nas feiras livres de Imperatriz há um destaque particular para as hortaliças, verduras e frutas em geral. Trata-se do setor hortifruganjeiro que é abastecido principalmente pela produção que é obtida através dos municípios circunvizinhos. É o caso dos municípios de João Lisboa, Senador La Roque, Buritirana, Governador Edison Lobão e também das áreas rurais do município de Imperatriz.

As informações destacadas na tabela abaixo enfatizam alguns elementos da organização das principais feiras livres existentes no município de Imperatriz. Esta configuração denota a importância deste segmento para a economia municipal. A dispersão desses mercados no interior da cidade também expressa uma das características que é peculiar às cidades médias. Trata-se do processo de fragmentação do tecido urbano e associado a este aspecto a condição que a cidade de Imperatriz assume enquanto centro urbano polinucleado.

Tabela 26: Imperatriz/MA - Principais feiras/mercados livres do município

Denominação	Localização/Bairro	Quantidade de Feirantes	Organizações
Feira do Bom Sucesso	Bom Sucesso/Santa Rita	78	Não
Feira do Bacuri	Bairro Bacuri	146	Sim
Feira do Mercadinho	Bairro Mercadinho	228	Sim
Feira da Nova Imperatriz	Bairro Nova Imperatriz	102	Sim
Feira da Vila Lobão	Bairro Vila Lobão	88	Não
Feira/Mercado Bom Jesus	Bairro Centro	38	Não
Total	06	680	-

Fonte: Secretaria de Abastecimento do Município de Imperatriz, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

No conjunto das feiras livres presentes na cidade de Imperatriz é notória a influência conferida à feira do Mercadinho. Esta importância é explicada tanto pela variedade como pela quantidade de produtos que nela são comercializados e ainda em face da quantidade de estabelecimentos e de feirantes que nela são encontrados. Esta é a principal área de comercialização de produtos varejistas voltados ao setor alimentício de Imperatriz.

Ao considerar este dinamismo econômico materializado na cidade de Imperatriz em razão da presença das feiras livres cumpre destacar que há uma proeminência, ou seja, um comando incontestável da feira situada no bairro Mercadinho. Trata-se do mercado, ou seja, a feira livre mais complexa e diversificada do município de Imperatriz.



Foto 45: Imperatriz/MA - Feira do Mercadinho Setor Alimentício **Foto 46: Imperatriz - Feira do Mercadinho Setor de ervas e raízes - Imperatriz-MA**

Autor: SOUSA, Jailson de Macedo Sousa. (2014).

Nesta feira é possível obter uma gama diversificada de produtos, sendo que ocorre o predomínio de gêneros alimentícios, embora seja perceptível a presença de outros produtos, tais como: cosméticos, utensílios domésticos, raízes, ervas, frutas e hortaliças em geral. Há uma quantidade diversificada de produtos ligados ao setor hortifrutigranjeiro que são oriundos das áreas rurais dos municípios circunvizinhos de Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, João Lisboa, Senador La Roque e das áreas rurais do município de Imperatriz.

Cumpre destacar que no conjunto das atividades econômicas desenvolvidas na feira do mercadinho há uma maior concentração de produtos relacionados ao segmento do comércio varejista voltados, principalmente, ao setor alimentício. O setor de frutas, verduras, e hortaliças ocupa papéis de destaque uma vez que estes produtos atende as necessidades de uma grande parcela das populações residentes em Imperatriz e nas cidades circunvizinhas.

Outro segmento de destaque que tem merecido atenção no interior da economia de imperatrizense diz respeito à presença do comércio atacadista. Desde a década de 1980 tem sido crescente a participação deste segmento nesta cidade, particularmente, nos bairros Entroncamento e Mercadinho. Nessa direção Sousa (2005) comenta

Durante a década de 1980 foi bastante expressiva a instalação de estabelecimentos comerciais voltados a atender as necessidades dos segmentos atacadista e varejista na cidade de Imperatriz. No setor atacadista, as atividades econômicas que tiveram e ainda apresentam maior representatividade estão presentes no bairro Mercadinho. Trata-se da área especializada, ou seja, a porção desta cidade que concentra, comercializa e distribui uma vasta gama de produtos onde se sobressaem, principalmente, os que estão ligados ao setor alimentício. (SOUSA, 2005, p. 117).

Em algumas áreas da cidade de Imperatriz é possível notar esta presença marcante do segmento atacadista. Nesse ínterim, as áreas especializadas de maior destaque deste segmento em Imperatriz são: o bairro Mercadinho que apresenta a maior concentração de estabelecimentos comerciais voltados ao setor alimentício e o bairro Entroncamento que localiza-se no contato direto com a rodovia Belém-Brasília. Esta última é a área especializada no setor de autopeças. No caso deste segmento, a proximidade com a rodovia favoreceu a emergência destas atividades nesta área da cidade. A este respeito Lima (2003) enfatiza

As lojas de autopeças e acessórios ligados a este setor e todos os serviços relativos a automóveis em geral encontram-se no final da avenida Getúlio Vargas e nas duas avenidas paralelas, quando do encontro com a Belém-Brasília e margeando essa rodovia. A concentração desse tipo de comércio nesse local está associada ao intenso movimento de transportes não só na rodovia BR-010 (Belém-Brasília), mas também o intenso volume de transportes que segue em direção a outros municípios. Esse ponto da cidade é um importante nó de articulação e difusão de movimentos diários de pessoas, negócios e produtos, chamado de Entroncamento. (LIMA, 2003, p. 83).

Embora estas áreas sejam reconhecidas como as mais imponentes no contexto das demais áreas da cidade especializadas no setor atacadista de Imperatriz, é importante ressaltar que há, em menor grau, uma área especializada nesta cidade que se dedica à comercialização de peças para motocicletas. Trata-se da rua Ceará que desenvolve esta atividade desde a avenida Getúlio Vargas até o encontro com a avenida Bernardo Sayão, no bairro Nova Imperatriz. Esta área é tradicionalmente conhecida nesta cidade como quatro bocas.

O eixo que compreende à rua Ceará é a área da cidade onde é possível encontrar a maior concentração de estabelecimentos que comercializam peças para motocicletas.

As demandas que se dirigem para esta área da cidade em busca destes produtos não são apenas da cidade de Imperatriz. São também dos diversos municípios circunvizinhos desta cidade. Dito isto, entende-se que este eixo desempenha importantes papéis na comercialização e distribuição de peças para motocicletas, atendendo às demandas de Imperatriz e das cidades circunvizinhas dos estados do Maranhão, Tocantins e do Pará.

Ainda relacionada aos significados que são peculiares ao segmento atacadista de Imperatriz, cumpre ressaltar também os papéis assumidos pelo setor de autopeças que se concentra no bairro Entroncamento. Trata-se da área da cidade de Imperatriz que é especializada na comercialização de peças e acessórios para automóveis. Sobre a importância deste segmento econômico para a cidade de Imperatriz, Franklin (2008) ressalta

Com elevado índice de veículos por habitantes e sediando maior rede de vendas de veículos e peças automotivas em geral da região Sulmaranhense, a cidade de Imperatriz conta com mais de uma centena de oficinas mecânicas e de lanternagem, atendendo uma extensa frota local e regional. [...] Estas oficinas estão situadas, principalmente, no bairro Entroncamento que se localiza no contato imediato com a rodovia Belém-Brasília. (FRANKLIN, 2008, p. 205).

O desenvolvimento deste segmento econômico em Imperatriz esteve vinculado em princípio à construção da rodovia Belém-Brasília. A sua localização no contato direto com esta rodovia favoreceu inclusive a denominação do bairro que abriga a maior quantidade de estabelecimentos comerciais voltados ao setor autopeças, ou seja, o bairro Entroncamento.

A denominação deste bairro está associada às funções que ele desenvolve desde a sua origem. Trata-se da área da cidade de Imperatriz que conta com significativa circulação de veículos, pessoas e mercadorias, ou seja, é uma das principais portas de entrada e saída da cidade. O setor de autopeças desempenha nesse cenário importantes funções na economia de Imperatriz. Os produtos comercializados nesta área da cidade atendem as demandas da cidade de Imperatriz e também dos municípios circunvizinhos dos estados do Pará e do Tocantins.

Sousa (2009) ao refletir sobre os significados deste segmento econômico para a cidade de Imperatriz e a sua importância para a economia urbana e regional enfatiza

As funções exercidas pelo setor de autopeças em Imperatriz têm assegurado a esta cidade a liderança no processo de comercialização e distribuição destes produtos no âmbito regional. Embora Imperatriz apresente concorrência com outros núcleos urbanos de porte semelhante, como é o caso de Araguaína no estado do Tocantins e Marabá no sudeste do estado do Pará a sua liderança é proporcionada por uma série de vantagens, entre as quais se destaca, principalmente, o preço dos produtos deste segmento. (SOUSA, 2009, p. 195).



Foto 47: Imperatriz - Bairro Entroncamento
Setor de auto-peças



Foto 48: Imperatriz - Bairro Entroncamento
Setor de auto-peças

Autor: SOUSA, Jailson de Macedo. (2014).

Os principais eixos que concentram os estabelecimentos comerciais voltados à comercialização de produtos automotivos em Imperatriz são respectivamente: a avenida Getúlio Vargas, a avenida Dorgival Pinheiro de Souza e a rua Luís Domingues. As ruas transversais a estes eixos estendidas desde a rua Alagoas até o contato com a Belém-Brasília também integram este importante setor do comércio atacadista de Imperatriz.

Em outras áreas da cidade, sobretudo, as que estão no contato direto com a rodovia Belém-Brasília também é possível encontrar lojas voltadas ao setor de autopeças. No entanto, é no bairro Entroncamento que é possível notar a maior concentração destes equipamentos comerciais. Dito isto, pode-se afirmar que esta área atende e responde às principais demandas geradas pelo setor automotivo de Imperatriz e da região Sulmaranhense.

As atividades comerciais e de serviços materializadas no interior das cidades têm exercido em conjunto papéis essenciais nos processos de organização do espaço intra-urbano. A centralidade econômica emanada por estas atividades também apresentam reflexos imediatos nos processos de estruturação e reestruturação do espaço urbano e regional.

Estas atividades econômicas desenvolvidas nos domínios internos da cidade têm apresentado no bojo da dinâmica societária contemporânea funções, estruturas e formas cada vez mais complexas. Acerca desta importância do terciário moderno para a cidade e as suas projeções no cenário regional são válidas as contribuições ressaltadas por Pintaudi (1999)

As atividades comerciais e de serviços, embora sofram transformações constantes, apresentam a sua permanência na cidade, pois estas atividades são constitutivas do modo de vida urbano e, portanto, da forma urbana. [...] Assim, entendemos que a análise do comércio permite uma melhor compreensão do espaço urbano, na medida em que o comércio e a cidade são elementos indissociáveis, como podemos comprovar historicamente. (PINTAUDI, 1999, p. 143).

No caso da cidade de Imperatriz, observa-se que a difusão das atividades terciárias tem repercutido positivamente para a sua afirmação como um dos mais importantes núcleos urbanos da Amazônia oriental. Este fato se relaciona aos significados e papéis que esta cidade tem assumido no âmbito regional, ou seja, no contexto da região Sulmaranhense.

Desse modo, entende-se que a cidade de Imperatriz tem assumido alguns atributos que são peculiares às cidades médias brasileiras. São funções socioeconômicas que tem servido de suporte às diversas demandas geradas pelos núcleos urbanos de menor porte populacional e econômico da região Sulmaranhense. Spósito (2001) ao considerar os aspectos que são peculiares a estas cidades no contexto da dinâmica urbana brasileira, pondera

As formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços é outro aspecto essencial que deve ser considerado, na análise da situação geográfica, como fator importante na decisão do peso e da natureza dos papéis desempenhados pelas cidades médias. Primeiramente, por que o setor comercial e de serviços, no caso brasileiro, conheceu um intenso processo de concentração econômica nos últimos 20 anos. Muitas redes de múltiplas filiais e de supermercados e hipermercados se estruturaram e outras delas, anteriormente localizadas apenas nas maiores cidades do país, passaram a atuar, com novas unidades, em cidades de médio porte. (SPÓSITO, 2001b, p. 632-633).

Esta concentração das atividades terciárias em determinados espaços, sobretudo, nas cidades médias tem buscado atender aos interesses particulares do mercado (capital) e do Estado. O Estado é entendido nesse cenário como o ente mediador que realiza todos os esforços para catalisar capitais, recursos, populações e investimentos para estes espaços.

O capital, por sua vez, entende estes lugares como espaços privilegiados que devem atender aos seus anseios de reprodução. Dito isto, entende-se que a difusão das atividades terciárias nestes espaços asseveram o importante peso da política em suas escolhas. Nessa direção são válidas as ponderações realizadas por Beatriz Pontes (2007)

A organização espacial do Estado brasileiro nos últimos 30 anos, e em particular, do seu espaço urbano, é o reflexo de um modelo de desenvolvimento, definido no âmbito do capital, que em função de sua melhor reprodução, privilegiou determinados pontos do espaço geográfico como objetos de investimentos. Por sua vez, a alocação de recursos governamentais em lugares determinados, tem provocado também a concentração das populações nesses locais, em virtude das oportunidades de empregos que surgem. (PONTES, 2006, p. 327).

Este caráter seletivo impresso na escolha e no desenvolvimento de determinadas atividades econômicas é peculiar às cidades médias brasileiras. Ele não se manifesta de modo distinto na realidade as cidades aqui investigadas neste estudo. Beatriz Soares (1999, p. 55) entende que essas “aglomerações vêm assumindo um papel importante na dinâmica territorial brasileira, promovendo a desconcentração de pessoas e atividades econômicas, apresentando possibilidades de minimizar alguns problemas que ocorrem nas grandes cidades do país”.

Estes fatos confirmam o relevante papel das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz no interior das dinâmicas socioeconômicas do sistema urbano Sulmaranhense. Estes núcleos urbanos têm acolhido desde a década de 1950 diversas externalidades. Como exemplos enfatizamos as políticas públicas e privadas de colonização presentes na pré-amazônia maranhense, em particular, na região de Imperatriz que foram objeto de reflexão no terceiro capítulo deste estudo e ainda, a difusão de projetos econômicos dinâmicos fundados na difusão da atividade siderúrgica em Açailândia e na agricultura moderna em Balsas.

No entanto, mais importante do que identificar esta força de comando das atividades econômicas que são peculiares a estas cidades, ou seja, o desenvolvimento da atividade siderúrgica que singulariza a pujança econômica que se faz presente cidade de Açailândia, a consolidação da agricultura moderna baseada no agronegócio no município de Balsas e a imponente das atividades terciárias desenvolvidas na cidade de Imperatriz, é necessário apreender o exercício de centralidade que elas tem difundido no cenário regional.

Este exercício analítico exige que se faça um esforço analítico a fim de que se possa apreender os significados da centralidade para além da dimensão econômica. Na maioria das análises efetuadas tem merecido maior atenção as expressões econômicas desta centralidade que se propagam, principalmente, pela força de comando do produto interno bruto destes municípios. No entanto, o nosso olhar não pode mascarar as condições e a materialidade do processos sociais que se fazem presentes nestes núcleos urbanos.

Nesta análise, a leitura da centralidade deve extrapolar os limites definidos pelos números expressos por meio do PIB. Estes elementos são vitais à compreensão da centralidade urbana. No entanto, eles não podem ser vistos como únicos. Embora a noção de centralidade esteja muito presa ao peso das forças econômicas, é preciso considerar que suas expressões também se inscrevem na materialidade social que se edifica no interior do tecido urbano.

Os impactos promovidos pela difusão de projetos econômicos nestes núcleos urbanos se traduz como um traço que é peculiar a eles. O avanço e a intensidade da urbanização se fez mediada pelos surtos econômicos e populacionais que se materializaram nestes espaços desde a década de 1950. No entanto, é preciso indagar por que os efeitos deste crescimento não tem sido capaz de gerar processos de desenvolvimento nestes núcleos urbanos. Dito isto, mais uma vez reafirma-se a necessidade de se refletir sobre a natureza política e social destas centralidades uma vez que os conteúdos da urbanização que se processa nestas cidades também são permeados por estes aspectos.

Após destacar alguns elementos que têm singularizado a dinâmica econômica da cidade de Imperatriz, particularmente, a expressiva participação dos setores atacadista e varejista, cumpre ressaltar ainda, alguns atributos que confirmam a influência do segmento dos serviços, principalmente, aqueles voltados à educação superior, os serviços públicos e privados de saúde e ainda a força econômica orientada a partir do setor da construção civil. É em razão da presença e do desenvolvimento destas atividades em conjunto que a cidade de Imperatriz tem se afirmado como o principal núcleo urbano para onde convergem as principais demandas econômicas, sociais e culturais da região Sulmaranhense.

Sabe-se que o segmento dos serviços educacionais, envolvendo a modalidade da educação de nível superior tem apresentado papel de destaque no interior das dinâmicas socioeconômicas materializadas nas cidades brasileiras. Trata-se de um elemento que é inerente à realidade urbana metropolitana e que também se projeta no contexto das dinâmicas singularizadas nas cidades médias, não sendo diferente na realidade urbana de Imperatriz.

Acerca desta influência e os papéis assumidos pela educação superior no contexto das cidades médias, cumpre ressaltar as contribuições fornecidas por meio do estudo de Iara França (2012) na cidade de Montes Claros, situada no norte do estado de Minas Gerais.

O serviço de educação superior se destaca em Montes Claros/MG, constituindo como um dos principais atrativos que intensificam as principais relações interurbanas regional, com a convergência diária de fluxos populacionais de pequenos municípios e centros emergentes da região norte-mineira. [...] O ensino superior é um dos principais setores responsáveis pelos movimentos pendulares para a cidade de Montes Claros/MG, onde um grande número de pessoas de outros municípios buscam esse serviço. (FRANÇA, 2012, p. 156-157).

A presença de instituições de ensino superior traduz em um aspecto que é peculiar às dinâmicas socioespaciais materializadas nas metrópoles e também nas cidades médias brasileiras. No caso da cidade de Imperatriz, esta dinâmica envolvendo a instalação e oferta de cursos superiores se tornou mais visível a partir do ano 2000, embora seja reconhecido que mesmo antes, já havia a oferta desta modalidade de serviços nesta cidade.

Adalberto Franklin (2008) ao considerar o dinamismo socioeconômico promovido pela educação superior na cidade de Imperatriz entende que

Atualmente, a área educacional na cidade de Imperatriz conta com quase 200 escolas de ensino fundamental e médio (inclusas as públicas), dois campi universitários públicos – O campus II da UFMA – Universidade Federal do Maranhão e o CESI – Centro de Estudos Superiores de Imperatriz, integrado à Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, além do Instituto Federal do Maranhão - IFMA. Conta ainda com quatro faculdades privadas e mais de uma dezena de institutos de educação superior, que juntos, oferecem mais de sessenta cursos de ensino de terceiro grau, além de pós-graduação em nível de especialização. (FRANKLIN, 2008, p. 201).

Embora seja reconhecido que a instalação das Instituições de Ensino Superior tenha ocorrido há mais de quatro décadas atrás na cidade de Imperatriz, ou seja, ainda no início da década de 1970, entende-se que a consolidação deste segmento de serviços só adquiriu notoriedade, ou seja, só apresentou uma maior visibilidade a partir do ano 2000 em razão da instalação de quatro IES de natureza privada, a saber: a Faculdade de Imperatriz – FACIMP, instalada no ano de 2001, a Faculdade Atenas Maranhense – FAMA que atualmente pertence ao grupo Pitágoras, tendo sido instalada no ano de 2001, a Faculdade de Educação Santa Terezinha - FEST, instalada no ano de 2002 e a Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão – UNISULMA, implantada nesta cidade no ano de 2004.

Estas IES atuam nos processos de formação e qualificação de profissionais nos mais diversos campos do conhecimento humano. Assim sendo, há uma atenção particular que é dada ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, envolvendo as áreas das ciências humanas, exatas, da natureza, da terra, ciências sociais aplicadas e as ciências da saúde.

A instalação destas instituições de ensino superior – IES no município de Imperatriz, associada à expansão dos cursos de graduação e pós-graduação e ainda à oferta de cursos superiores na modalidade à distância - EADs oferecidos por meio da Universidade Federal do Maranhão e pela Universidade Estadual do Maranhão e instituições privadas, consolidaram definitivamente a cidade de Imperatriz como o mais importante polo prestador de serviços voltados à educação superior no âmbito da região Sulmaranhense.

Esta influência da educação superior desenvolvida em Imperatriz se irradia para além das fronteiras internas do estado do Maranhão, sendo projetada para as cidades de menor porte populacional e econômico localizadas no extremo norte do estado do Tocantins e ainda para os núcleos urbanos situados nas porções sul e sudeste do estado do Pará.

A educação superior oferecida a partir da cidade de Imperatriz tem influenciado diretamente nos movimentos pendulares de populações que se dirigem diariamente das cidades da região Sulmaranhense para Imperatriz. Estes fluxos contribuem ainda para o incremento das atividades comerciais e de serviços na cidade de Imperatriz.

A consolidação dos serviços de educação superior nas cidades brasileiras, em particular, nas metrópoles e cidades médias tem encontrado diferentes argumentos para a sua explicação e se traduz como um aspecto inerente às dinâmicas que têm mobilizado estes espaços neste período recente. Iara França et al (2009) ao buscar entender os significados destes serviços na cidade de Montes Claros, no norte do estado de Minas Gerais ressalta

O ensino superior atrai pessoas do Norte de Minas bem como de outras regiões mineiras e até mesmo de outros estados do país. Com isso, desperta um significativo aumento dos seus fixos e fluxos, refletindo na organização do espaço urbano de Montes Claros. [...] O mais relevante nesta análise não é simplesmente o número de IES por cidades médias, mas, principalmente, a quantidade e a diversidade de cursos oferecidos e o número de alunos atendidos. Em Montes Claros/MG merece destaque tanto o número de instituições públicas e privadas, quanto o nível de atendimento, ou seja, os cursos e a população atendida. (FRANÇA, et al, 2009, p. 66-68).

Esta expansão da educação superior no território brasileiro e a sua disseminação no contexto das cidades médias revela importantes conteúdos da recente dinâmica territorial e urbana do país, sobretudo, a centralidade que estes serviços passaram a exercer tanto no cenário interno das cidades que o acolhem, como também a sua importância regional.

Assim sendo, entende-se que a interiorização dos processos de urbanização e a consequente consolidação deste fenômeno no país tem apresentado estreitos vínculos com a difusão e expansão da oferta de cursos superiores nas cidades médias brasileiras. Estas cidades associadas às metrópoles constituem o palco central na oferta destes serviços no país.

Sabe-se que são diversos e complexos os atributos ou funções que qualificam nesta contemporaneidade as formas, funções e os conteúdos que são inerentes às dinâmicas sócioespaciais das cidades médias brasileiras. Spósito et al (2007) ao considerar os atributos que tem contribuído para identificar estas cidades, enfatizam

a) **Difusão da agricultura científica e do agronegócio.** No Brasil, a reestruturação produtiva da agropecuária tem promovido profundos impactos socioespaciais, quer no campo, quer nas cidades. b) **Desconcentração da produção industrial.** Os grandes grupos econômicos ao estabelecerem suas escolhas locacionais para a instalação de novas fábricas têm preferido aglomerações metropolitanas de menor porte ou cidades médias ou locais, onde são menores os custos da produção. c) **Difusão do comércio e dos serviços especializados.** [...] Notam-se mudanças profundas na organização do setor médico-hospitalar, do ensino superior, incluindo a pós-graduação e os serviços de vários tipos, como os associados à expansão da agricultura científica e do agronegócio. (SPÓSITO et al, 2007, p. 55-56).

Os reflexos destas novas configurações socioespaciais têm se manifestado de modo distinto no território brasileiro, embora sejam perceptíveis alguns elementos que conferem uma certa similaridade deste fenômeno nas cidades médias, sobretudo, a temporalidade da ocorrência e consolidação dos serviços especializados de educação superior.

É a partir do início da década de 1980 que se evidencia com maior notoriedade a instalação de IES no interior do território brasileiro, em particular, nas cidades médias. No entanto, cumpre advertir que a materialização deste fenômeno tem ocorrido de modo distinto. Nessa direção, são úteis as ideias destacadas por Milton Santos (2011, p. 264), “os espaços luminosos, ou seja, os que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, estão mais aptos a atrair as atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam espaços opacos”.

Mesmo reconhecendo o poder de atratividade que é inerente às cidades médias brasileiras, sabe-se que a maneira como estas têm acolhido as externalidades dos serviços voltados à educação superior se processa de modo diferente no país. Embora seja visível a expansão dos serviços de educação superior no Brasil, este processo não tem se manifestado de forma homogênea no território, por isso a necessidade de entender as suas especificidades.

A título de exemplo desta dinâmica menciona-se a convergência temporal dos processos de instalação e expansão das IES localizadas na cidades de Montes Claros/MG, situada no norte de Minas Gerais e da cidade de Imperatriz/MA, que se localiza no sudoeste do estado do Maranhão. As tabelas apresentadas a seguir confirmam esta assertiva.

Tabela 27: Imperatriz/MA - IES com cursos presenciais, 2014

Denominação da IES	Ano de Instalação	Cursos de Graduação	Cursos-Pós Lato Sensu	Cursos-Pós Stricto Sensu
UEMA	1972	14	06	-
UFMA	1980	09	02	01
FACIMP	2001	09	02	-
PITÁGORAS	2001	01	-	
FEST	2002	06	03	-
UNISULMA	2004	07	05	-
IFMA	2010	03	-	
UNICEUMA	2012	05	-	-
TOTAL		54	18	01

Fonte: Pesquisa Direta, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados apresentados no tabela 27 confirmam que a cidade de Imperatriz conta com 54 (cinquenta e quatro) cursos de graduação voltados à formação superior e com 18 (dezoito) cursos em nível de pós-graduação (lato sensu). Estes dados asseguram a importância e a polarização dos serviços de educação superior que vem sendo desenvolvidos através desta cidade. Esta presença da educação superior na cidade de Imperatriz tornou-se mais frequente após o ano 2000. É a partir deste período que se observa uma maior oferta na quantidade de cursos de graduação e pós-graduação nesta cidade.

Este processo que envolve a expansão dos cursos superiores ocorreu de modo tardio na cidade de Imperatriz, ou seja, somente na aurora do século XXI, tendo sido motivado, principalmente, pela instalação das instituições de ensino superior privadas. Como exemplos mencionamos a instalação da FACIMP, UNISULMA, FEST e atualmente o grupo PITÁGORAS que antes pertencia à Faculdade Atenas Maranhense - FAMA.

Processo similar relacionado à expansão da educação superior tem ocorrido em outras cidades médias brasileiras. A este respeito são válidas as contribuições fornecidas por meio do estudo realizado por Anete Pereira (2007) na cidade de Montes Claros/MG

No ensino privado, ou seja, na modalidade da educação superior privada a cidade de Montes Claros sedia várias IES. As faculdades Unidas do Norte de Minas (FUNORTE) é uma das pioneiras entre as faculdades de ensino privado que se faz presente na cidade de Montes Claros, tendo iniciado as suas atividades no ano de 1998 com a implantação do curso de comunicação social com habilitação em Jornalismo. No início dos anos 2000 outras instituições foram criadas na cidade e também na região norte mineira. (PEREIRA, 2007, p. 155).

São evidentes as semelhanças envolvendo os processos de expansão da educação superior no território brasileiro, particularmente, nas cidades médias. O exemplo ressaltado por Anete Pereira (2007) enfatiza estes aspectos similares quando comparamos a oferta destes serviços nesta cidade mineira em relação à oferta destes serviços na cidade de Imperatriz.

É notória convergência temporal na oferta destes serviços. Esta convergência pode ser verificada por meio do estudo realizado por Iara França (2012) que enfatiza a expansão destes serviços a partir do ano 2000 na cidade de Montes Claros/MG.

Tabela 28: Montes Claros/MG - Instituições de Ensino Superior, 2011

Denominação da IES	Ano de Instalação	Cursos de Graduação	Cursos Lato Sensu	Cursos Stricto Sensu
UFMG	1968	06	01	01
UNIMONTES	1962	35	17	11
SANTO AGOSTINHO	2001	14	23	-
ISEIB	2004	10	21	-
FACIT	2002	05	02	-
FACOMP	2005	03	01	-
FASI	2004	06	15	-
FUNORTE	1998	22	22	-
PITÁGORAS	2000	12	08	-
UNOPAR	2000	09	08	-
UNIPAC	2004	05	01	-
FAP (PRISMA)	2009	03	01	-
INFMG	2009	03	-	-
TOTAL	13	131	120	12

Fonte: FRANÇA, 2012.

As informações destacadas nas tabelas anteriores asseveram o avanço, ou seja, o processo incontestável de expansão na oferta dos cursos nos níveis de graduação e pós-graduação nas IES das cidades de Montes Claros/MG e Imperatriz/MA. Este é um aspecto singular que tem orientado as dinâmicas sócioespaciais das cidades médias brasileiras.

Conforme os dados enfatizados, observou-se que em enquanto a instalação das IES privadas em Montes Claros/MG ocorreu no final da década de 1990, a implantação destas IES em Imperatriz/MA se deu no início do ano 2000. Dito isto, entende-se que a temporalidade envolvendo estes processos de expansão da educação superior e a sua consolidação nas cidades destacadas traduz um aspecto que é peculiar às cidades médias.

No entanto, vale lembrar que no caso particular da cidade de Imperatriz, a educação superior desenvolvida nesta cidade já exercia papéis preponderantes antes deste processo de ampliação dos cursos e da presença de novas IES, ou seja, antes do ano 2000. Porém, esta importância da educação superior só se concretizou em razão da instalação de novas IES e ainda em função de uma maior oferta de cursos superiores nesta cidade. Estes fatos têm repercutido de forma positiva, contribuindo para que Imperatriz ocupe papéis privilegiados quando se considera a influência dos serviços voltados à educação superior.

Acerca do processo de expansão da educação superior na cidade de Imperatriz, o atual plano decenal de educação elaborado pela prefeitura municipal de Imperatriz reconhece os avanços na oferta de cursos superiores nesta cidade. Este fato assevera esta influência e, ao mesmo tempo, reconhece importância da educação superior difundida nesta cidade.

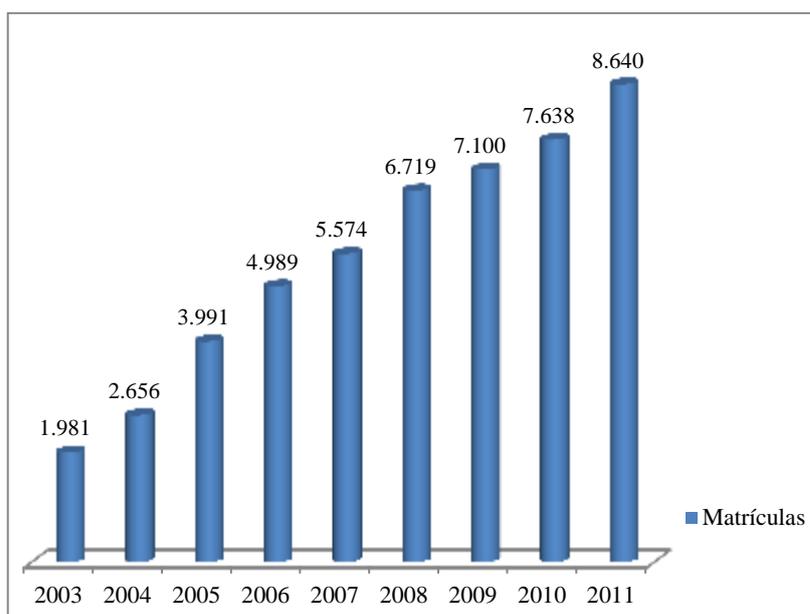
Em Imperatriz a educação superior apresentou um grande crescimento de matrículas devido às novas instituições de ensino que se instalaram na cidade a partir do ano 2000. Como exemplos temos a Faculdade de Imperatriz – FACIMP; Faculdade Atenas Maranhense – FAMA (Atualmente rede Pitágoras); a Faculdade de Educação Santa Terezinha – FEST; o Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – IESMA/UNISULMA que se somaram aos cursos já existentes na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, na Universidade Federal do Maranhão - UFMA e ainda no Instituto Federal do Maranhão - IFMA. Existem ainda na cidade diversos polos dedicados à oferta de cursos voltados à educação superior que oferecem vários cursos na modalidade – EAD – Educação Superior à Distância. (PLANO DECENAL DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, 2014, p. 19).

A oferta de aproximadamente 60 cursos em nível de graduação presenciais e quase 20 cursos em nível de especialização confirma a condição que Imperatriz tem assumido como um dos mais importantes polos voltados à educação superior no estado do Maranhão.

Este fato expõe a cidade de Imperatriz como o núcleo urbano que tem abrigado a maior quantidade de cursos e a maior oferta de vagas voltadas à educação superior no âmbito da região Sulmaranhense. Esta influência da educação superior difundida em Imperatriz, extrapola inclusive, os números apresentados nos quadros anteriores, uma vez que há ainda nesta cidade os polos de IES que oferecem a modalidade destes serviços à distância – EAD. Como exemplos pode-se mencionar a atuação da Universidade Metodista de São Paulo, o Grupo UNINTER e a Faculdade do Maranhão – FACAM, entre outras instituições.

Ainda relacionada à expansão da educação superior na cidade de Imperatriz, sabe-se que tem sido crescente a instalação de IES privadas nesta cidade. Esta dinâmica tem sido acompanhada de um aumento significativo na oferta de cursos e, conseqüentemente, numa relevante expansão das matrículas em nível de graduação. Os dados dispostos na tabela abaixo confirmam esta trajetória de evolução das matrículas nas IES privadas de Imperatriz.

Gráfico 12: Imperatriz/MA - Evolução de matrículas nas IES privadas (2003-2011)



Fonte: Plano Decenal da Educação Municipal de Imperatriz, 2014.
Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Estes dados apresentados no gráfico 12 asseveram a progressiva evolução das matrículas nas IES privadas presentes no município de Imperatriz. As matrículas contabilizadas nestas IES no ano de 2003 corresponderam a 1891, tendo se elevado no ano de 2011 para 8640. O crescimento percentual registrado nesse período referente às matrículas nas IES privadas sediadas em Imperatriz foi de 78,11%. Este fato confirma a importante participação deste segmento para economia de Imperatriz e para a região Sulmaranhense.

Outro segmento econômico que tem apresentado importantes contribuições no conjunto das atividades desenvolvidas na cidade de Imperatriz e que também denota relevante influência no cenário regional Sulmaranhense diz respeito à intensa participação dos serviços públicos e privados de saúde difundidos a partir desta cidade.

A presença deste segmento constitui um traço que é peculiar à realidade urbana metrópoles, sendo também refletido nas cidades médias. Nessa direção são válidas as contribuições fornecidas por Júlio Ramires (2013, p. 8), “as cidades médias, em sua grande maioria, possuem atividades econômicas importantes e atuam como pólos econômicos em um contexto regional, incluindo-se nessa dinâmica os serviços públicos e privados de saúde”.

Entender a centralidade econômica orientada pela cidade de Imperatriz no cenário regional Sulmaranhense, implica na necessidade de captar a essência e os significados da oferta dos serviços públicos e privados de saúde. Imperatriz tem se apresentado desde os anos 1990 como um importante polo prestador dos serviços de saúde. Este fato pode ser explicado em razão da vasta e complexa rede destes serviços presentes nesta cidade. Estes serviços têm contribuído de modo indubitável para a afirmação da centralidade urbana de Imperatriz.

Iara França (2014, p. 2-3) entende que a “centralidade exercida pelas cidades define importantes papéis que estas desempenham. A centralidade resulta da capacidade de polarização de alguns centros nos espaços em que se inserem. Ela se expressa por meio da diversidade e da especialização de bens e serviços do centro urbano principal”.

O desenvolvimento dos serviços públicos e privados de saúde na cidade de Imperatriz tem atraído cada vez mais populações dos mais diversos municípios das regiões: central, sudoeste e sul do estado do Maranhão e ainda às populações residentes no extremo norte do estado do Tocantins e das regiões sul e sudeste do estado do Pará.

Estes fatos ressaltados antes confirmam a relevante participação do segmento dos serviços públicos e privados de saúde no interior desta cidade. Ao considerar esta importância dos serviços de saúde desenvolvidos em Imperatriz, Franklin (2008) enfatiza

O setor de saúde também tem crescido no município de Imperatriz, tanto numérica quanto qualitativamente, formando uma rede atendimento acessada por pacientes de mais de 80 municípios da região. [...] A cidade conta com um hospital municipal para atendimento de urgência e emergência e serviços de média e alta complexidade e um hospital materno-infantil gerido pelo Governo do Estado, ambos mantidos com recursos do Sistema Único de Saúde – SUS. (FRANKLIN, 2008, p. 202).

Desde o início da década de 1990, a cidade de Imperatriz tem testemunhado um avanço crescente na oferta dos serviços públicos e privados de saúde. A ampliação na oferta destes serviços é percebida tanto em função do aumento no número de consultas e exames nas instituições públicas e privadas deste município, como também em função da presença de um maior número de clínicas e hospitais que tendem a oferecer serviços especializados de saúde.

O recente Plano Diretor de Regionalização da Saúde – PDR do estado do Maranhão, elaborado no ano de 2013 por meio da Secretaria de Estado da Saúde reconhece esta influência regional dos serviços de saúde ofertados a partir da cidade de Imperatriz.

Integrante de uma das três macrorregiões do estado do Maranhão. A macrorregião de Imperatriz é constituída por 42 municípios que totalizam, ou seja, abrangem 1.017.994 habitantes, correspondendo a 17,33% da população do Estado. [...] Esta macrorregião está dividida em 05 microrregiões: Imperatriz, Açailândia, Barra do Corda, Grajau e Balsas e conta ainda com 12 módulos assistenciais que prestam serviços de todas as complexidades. (MARANHÃO, 2013, p. 165).

Estas informações reforçam os significados e a crescente polarização, ou seja, a centralidade exercida pela cidade de Imperatriz em razão dos serviços públicos de saúde que esta tem oferecido a uma vasta rede de cidades maranhenses e de estados circunvizinhos.

O boom demográfico registrado no município de Imperatriz desde a década 1960 e as crescentes demandas requeridas juntos aos serviços públicos e privados de saúde no âmbito da região Sulmaranhense, contribuíram para a ampliação destes serviços nesta cidade.

Esta expansão dos serviços públicos e privados de saúde em Imperatriz tem se manifestado desde a década de 1990, denotando forte expressões destes serviços no cenário regional Sulmaranhense. Acerca desta influência e da centralidade exercida pelos serviços de saúde no município de Imperatriz, são úteis as contribuições enfatizadas por Sousa (2009)

Os serviços vinculados ao setor de saúde tiveram a partir da década de 1990 uma crescente expansão na cidade de Imperatriz. Este crescimento se deu através da instalação de clínicas especializadas, tanto na rede privada, como também na rede pública de saúde. Com a implantação destas clínicas, pôde-se constatar a expansão dos serviços ligados a este setor. O oferecimento destes serviços em Imperatriz tem contribuído para movimentar a sua economia, fazendo com que a importância destes serviços também seja refletida no espaço regional. (SOUSA, 2009, p. 223-224).

Esta expansão na oferta dos serviços públicos e privados de saúde em Imperatriz se associa à complexa e diversificada rede de atendimento que foi se constituindo desde os anos de 1990 nesta cidade. As informações dispostas no quadro abaixo confirmam esta crescente participação dos serviços públicos e privados de saúde na cidade de Imperatriz.

Quadro 15: Imperatriz – Níveis de Hierarquia dos estabelecimentos de Saúde – 2014

DESCRIÇÃO	Quantidade
Estabelecimentos de Saúde que realizam além dos procedimentos previstos nos níveis de hierarquia 01 e 02. Efetuam primeiro atendimento hospitalar, em pediatria e clínica médica, partos e outros procedimentos hospitalares de menor complexidade.	02
Estabelecimentos de saúde que realizam procedimentos de alta complexidade no hospital ou ainda em ambulatorios.	04
Estabelecimentos de saúde que realizam procedimentos de média complexidade (2º e 3º níveis de referências) segundo NOAS.	211
Estabelecimentos de saúde ambulatorial capacitados a realizar procedimentos de Alta Complexidade definidos pelo Ministério da Saúde/MS.	26
Estabelecimentos de saúde que realizam procedimentos de média complexidade (1º nível de referência – M1) segundo NOAS.	30
Estabelecimentos de Saúde que realizam procedimentos previstos nos de níveis de hierarquia 02 e 03, além de procedimentos hospitalares de média complexidade.	06
Estabelecimentos de saúde ambulatorial que realiza somente procedimentos de Atenção Básica – PAB e procedimentos de Atenção Básica ampliada definida pelo NOAS.	41
TOTAL	320

Fonte: <http://cnes.datasus.gov.br/> Acesso em 28/09/2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os serviços públicos e privados de saúde oferecidos pelo município de Imperatriz atendem uma vasta rede de cidades. Conforme as informações contidas no Plano Diretor de Regionalização da Saúde no estado do Maranhão (2013, p. 166), “a macrorregião atende pelo menos 42 municípios. A sua área de abrangência ultrapassa os limites territoriais do estado do Maranhão, alcançando diversas cidades dos estados do Tocantins e do Pará.”

Em conformidade com as informações apresentadas no Plano Diretor de Regionalização da Saúde no estado do Maranhão (2013), a cidade de Imperatriz além de oferecer os serviços vinculados à atenção básica também fornece serviços de média e alta complexidade. Em se tratando da oferta de serviços de alta complexidade no Maranhão

O Estado do Maranhão dispõe atualmente de 03 municípios-sede que abrigam as macrorregiões de saúde (Caxias, Imperatriz e São Luís) que realizam os procedimentos de Alta Complexidade. [...] Entretanto, em 11 municípios das microrregiões que estão vinculadas às suas respectivas macrorregiões é possível encontrar procedimentos, tais como: hemoterapia, terapia renal substitutiva e tomografia computadorizada. (MARANHÃO, 2013, p. 173).

Esta rede dos serviços de saúde que se faz presente no município de Imperatriz apresenta como principais hospitais de referências, ou seja, instituições que atuam na oferta dos serviços de baixa, média e alta complexidade: O hospital municipal de Imperatriz – HMI, conhecido popularmente como Socorrão. O hospital regional materno infantil de Imperatriz – HRMI e os hospitais privados: o hospital das clínicas - HC, o hospital São Rafael e ainda o hospital da Unimed. Os serviços de saúde prestados por meio destes centros de saúde atendem expressivas demandas de uma extensa rede de cidades localizadas no estado do Maranhão e alcança ainda diversas cidades e regiões dos estados circunvizinhos do Tocantins e Pará.

Associados a estes serviços oferecidos por meio destes hospitais é possível encontrar ainda em Imperatriz diversas clínicas que prestam serviços especializados, laboratórios e hospitais de menor porte que oferecem vários serviços de saúde. É válido ressaltar que parcelas significativas destes serviços voltados ao segmento de saúde estão localizados, em particular, no centro da cidade de Imperatriz e no bairro Juçara.

Os dados expostos no quadro abaixo confirmam esta diversidade e o caráter complexo que envolve a estrutura dos serviços públicos e privados de saúde que se fazem presentes no município de Imperatriz. Uma parcela significativa destes serviços é oferecida através dos hospitais públicos de referência regional, ou seja, o Hospital Regional Materno Infantil de Imperatriz – HRMI e o Hospital Municipal de Imperatriz – HMI.

Quadro 16: Imperatriz/MA - Tipos de Estabelecimentos de Saúde, 2014

Descrição	Total
Posto de saúde	15
Centro de saúde/ Unidade Básica de Saúde	24
Policlínica	4
Hospital Geral	7
Hospital Especializado	1
Unidade Mista de Saúde	1
Pronto Socorro Especializado	2
Consultório Isolado	62
Clínica/Centro de Especialidades	69
Unidade de apoio de Diagnose e Terapia – SADT	119
Unidade móvel terrestre	1
Unidade móvel de nível pré-hospitalar na área de urgência	11
Farmácia	3
Unidade de Vigilância em saúde	3
Hospital do dia/Isolado	1
Central de regulação de serviços de saúde	1
Secretaria de Saude	1
Centro de Atenção Psicossocial	3
Unidade de Atenção à saúde do Indígena	1
Pronto Atendimento	1
Polo academia da saúde	1
Central de regulação médica das urgências	1
Central de regulação do acesso	1
Total	333

Fonte: <http://cnes.datasus.gov.br/> Acesso em 28/09/2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

As principais demandas que necessitam dos serviços oferecidos nestes hospitais são oriundas em sua grande maioria do próprio estado do Maranhão, principalmente, das regiões central, sudoeste e sul do estado. No entanto, é preciso levar em conta ainda as demandas geradas pelos estados circunvizinhos, ou seja, as populações que se deslocam das porções sul e sudeste do estado do Pará e também do extremo norte do estado do Tocantins.

Estes fatos asseveram a importância dos serviços públicos e privados de saúde oferecidos pela cidade de Imperatriz às populações residentes na região Sulmaranhense.

É perceptível a expansão dos serviços públicos e privados de saúde na cidade de Imperatriz. Diversos fatores tem contribuído para este aumento na oferta dos serviços ligados ao segmento da saúde. Adalberto Franklin (2008) nesse sentido expõe alguns destes fatores

Os programas oficiais de assistência implantados pelo Governo Federal, como o Saúde da Família, têm sido responsável pela expansão dos serviços de saúde na cidade de Imperatriz. Este e outros programas federais tem alimentado uma demanda crescente de profissionais, motivando a instalação de várias escolas de formação de técnicos na área de saúde. Estas demandas também têm se expandido em razão da implantação nesta cidade dos cursos superiores de Odontologia, Farmácia/Bioquímica e de Enfermagem que vêm dinamizando e ampliando as atividades neste setor, que se potencializa para transformar o município num dos principais pólos de saúde da Amazônia oriental. (FRANKLIN, 2008, p. 202-203).

O desenvolvimento do segmento dos serviços de saúde tem modificado as formas e conteúdos urbanos de Imperatriz. Estes aspectos são visíveis na paisagem urbana da cidade. As duas últimas décadas testemunham estas transformações. Com isto, a morfologia da cidade tem se alterado para abrigar novas edificações voltadas a atender os interesses do setor da saúde. A presença dos serviços fornecidos por meio do segmento da saúde se materializa principalmente nos bairros: Centro e Juçara, sendo que o bairro Juçara constitui a principal área da cidade que abriga o maior número de estabelecimentos voltados a este setor.

A difusão de equipamentos comerciais e de serviços tem implicado em mudanças significativas nos conteúdos das cidades, particularmente, nas metrópoles e cidades médias. Este é um aspecto peculiar à realidade urbana brasileira, sendo que as suas implicações também se projetam para a cidade de Imperatriz, embora comporte particularidades próprias.

Estas transformações ocorridas no interior destas cidades colocam em relevo a necessidade de se examinar com maior profundidade o processo de estruturação do espaço urbano e a reestruturação urbana que é proveniente destas mudanças. Nesse sentido, a difusão dos serviços públicos e privados de saúde na cidade de Imperatriz tem promovido de forma incontestável a reestruturação de algumas áreas da cidade, em particular, os bairros Centro e Juçara que cada vez mais tem se adaptado para acolher estes serviços.

Cabe ressaltar que estes elementos apontados até então, ou seja, a consolidação das atividades comerciais, a presença e intensa participação dos serviços de educação superior e a oferta crescente dos serviços de públicos e privados saúde no município de Imperatriz constituem em importantes expressões da centralidade urbano-regional emanada a partir desta cidade no âmbito da região Sulmaranhense. Estes elementos constituintes da dinâmica urbana de Imperatriz serão abordados com maior propriedade no último capítulo deste estudo.

A construção civil é outro segmento de destaque que tem apresentado importante participação no conjunto das atividades econômicas desenvolvidas na cidade de Imperatriz. A aurora do século XXI atesta a presença significativa deste setor. Suas expressões são visíveis na paisagem urbana desta cidade, seja através da difusão dos condomínios horizontais fechados, ou ainda, por meio de um emergente processo de verticalização nesta cidade.

Distintas áreas da cidade de Imperatriz tem conhecido desde o ano 2000, processos contundentes de expansão urbana que são orientados pelas forças de comando do segmento da construção civil. A atuação deste setor é visível nesta cidade e se materializa em razão da presença de condomínios horizontais fechados, construção de moradias populares promovidas e gerenciadas pelo poder público em suas distintas esferas e ainda em razão da emergência dos processos de verticalização que se corporificam em algumas áreas da cidade.

Acerca dessas novas formas de edificações na cidade é bastante expressiva a construção de condomínios horizontais, particularmente, nas porções noroeste e nordeste da cidade. Estes condomínios apresentam uma maior concentração junto aos bairros: Parque Independência, Santa Inês e Novo Horizonte, situados na porção noroeste de Imperatriz.

A presença e difusão destes condomínios horizontais também se materializam na porção nordeste da cidade de Imperatriz, acompanhando todo o eixo que interliga a cidade vizinha de João Lisboa ao município de Imperatriz, seguindo nesse sentido, praticamente todo o trajeto da avenida Pedro Neiva de Santana entre estas cidades.

Estes aspectos são elementos constitutivos das dinâmicas socioespaciais que são inerentes às cidades médias brasileiras. Tais atributos servem de referência para qualificar os conteúdos, formas e estruturas destas cidades. Amorim Filho e Serra (2001) ao considerarem os atributos que são peculiares a estas cidades no Brasil enfatizam que estas apresentam

Tamanho demográfico e funcional suficiente de modo que oferecem um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado. Suficientes para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrarem economias urbanas necessárias ao desempenho de atividades produtivas. [...] Diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos. (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p. 8-9).

Estes atributos são visíveis na dinâmica interna de Imperatriz. A multiplicação de novos núcleos habitacionais tem emergido como traço singular desta cidade desde o ano 2000. Em distintas áreas da cidade observa-se estes novos padrões residenciais, em particular, os condomínios horizontais que visam atender os interesses de distintas camadas sociais.



Foto 49: Imperatriz/Condomínio New Ville
Avenida Pedro Neiva de Santana

Fonte: Disponível: <http://newvilleresidence.com.br/>
Acesso: 28/10/2014



Foto 50: Imperatriz/MA- Edifício Buriti
Bairro Três Poderes

Fonte: Disponível em: <http://www.panoramio.com/>
Acesso: 28/10/2014.

Estes novos padrões de ocupação do tecido urbano atestam as singularidades do atual processo de expansão da malha urbana de Imperatriz. Eles também asseveram a intensa participação e atuação econômica do segmento da construção civil nesta cidade.

Esta dinâmica tem mobilizado os processos de expansão urbana na cidade de Imperatriz, particularmente, após o ano 2000. Ela revela como principais atributos a disseminação de condomínios horizontais fechados e a presença marcante dos processos de verticalização que se concentram, em particular, nas porções nordeste e noroeste da cidade.

A difusão dos condomínios horizontais em Imperatriz adquiriu maior visibilidade nos últimos dez anos, sendo motivados por diversas formas de financiamento público e privado e por uma expressiva atuação do segmento da construção civil que conta com empresas nacionais. As informações dispostas no quadro abaixo confirmam esta dinâmica.

Quadro 17: Imperatriz/MA- Condomínios cadastrados na SEPLUMA, 2014.

Denominação	Localização	Período/Instalação
Alameda Tocantins	Bairro Bacuri	1982
Alameda Quinta de Ouro	Bairro Bacuri	1983
Residencial Cartier	Parque Buriti	1982
Residencial Bela Vista	Bairro Bacuri	2002
Residencial Lívia	Parque Buriti	2012
Residencial 5 Estrelas	Jardim 5 Estrelas	1995
Parque da Lagoa	Rodovia Pedro Neiva de Santana	1982
Residencial Acapulco	Rodovia Pedro Neiva de Santana	2009
New Ville Residence	Rodovia Pedro Neiva de Santana	2012
Residencial Jandaia	Rodovia Pedro Neiva de Santana	2010
Residencial Ecopark	Rodovia Pedro Neiva de Santana	2011
Condomínio Arco do Triunfo	Rodovia BR-010 – Vila Ipiranga	2009
Residencial Puerto Tocantins	Rodovia BR-010	2011
Condomínio Vereda Tropical	Jardim Cristo Rei	2004
Condomínio Cristo Rei	Jardim Cristo Rei	1998
Gran Village I	Av. Sabiá das Laranjeiras – Bairro Santa Inês	2012
Gran Village II	Av. Sabiá das Laranjeiras – Bairro Santa Inês	2014
Residencial Canto dos Mandarins	Rua das Andorinhas – Bairro Santa Inês	2008
Residencial Canto dos Pássaros	Av. Sabiá das Laranjeiras – Bairro Santa Inês	2009
Parque dos Sabiás Residencial	Av. Sabiá das Laranjeiras – Bairro Santa Inês	2010
Residencial Terra dos Pássaros	Av. Sabiá das Laranjeiras – Bairro Santa Inês	2009
Estância dos Pássaros	Av. Sabiá das Laranjeiras – Bairro Santa Inês	2012
Villagio Giardino	Rua dos Tucanos – Bairro Santa Inês	2014
Solar dos Pássaros	Rua dos Tucanos – Bairro Santa Inês	2009
Village dos Pássaros	Rua dos Tucanos – Bairro Santa Inês	2011
Morada dos Pássaros	Alameda dos Patativas – Bairro Santa Inês	2009
Portal dos Pássaros	Alameda dos Patativas – Bairro Santa Inês	2011
Vale dos Pássaros	Rua dos Tucanos – Bairro Santa Inês	2014
Condomínio Villa Real	Bairro Santa Inês	2014
Residencial Pôr do Sol	Bairro Santa Inês	2012

Fonte: SEPLUMA, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados dispostos no quadro anterior atestam o avanço de novas edificações na cidade de Imperatriz com destaque para a presença dos condomínios horizontais fechados.

Em conformidade com as informações obtidas na Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Imperatriz – SEPLUMA, observou-se que esta expansão tem se manifestado, principalmente, após o ano 2000. A difusão destes empreendimentos tem se consolidado em razão da presença e intervenções de novas imobiliárias nesta cidade.

Como exemplos das intervenções destes agentes econômicos em Imperatriz, pode-se mencionar as operações conduzidas por meio da construtora Alterosa que atua nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e, recentemente, no Maranhão. Outros exemplos envolvendo a atuação do segmento imobiliário também podem ser destacados. Este é o caso das intervenções guiadas pelas seguintes construtoras: Canopus construções, que dispõe de sede na capital São Luís, a Inovatec cuja sede está localizada na capital do estado do Tocantins e ainda, a Plainar construtora cuja, sede está localizada em Imperatriz. A atuação destes empreendimentos asseveram a expansão deste segmento na cidade de Imperatriz.

De acordo com os dados apresentados no quadro 17, constatou-se ainda que as principais áreas que abrigam os condomínios horizontais fechados na cidade de Imperatriz estão localizadas, principalmente, nas porções noroeste e nordeste, sendo que a presença mais expressiva destas novas formas de habitação ocupam a porção noroeste da cidade, em particular, junto aos bairros: Santa Inês, Parque Independência e Novo Horizonte.

A difusão dos condomínios horizontais fechados também é perceptível na porção nordeste desta cidade e acompanha trajetos significativos da avenida Pedro Neiva de Santana que liga a cidade de Imperatriz à cidade de João Lisboa. Neste percurso é possível verificar a presença de diversos condomínios horizontais fechados. Como exemplos, pode-se mencionar: o residencial Acapulco, Jandaia, New Ville, Verona, entre outros. Estes elementos destacados retratam a intensificação da atuação do segmento imobiliário na cidade de Imperatriz.

A dinâmica envolvendo a atuação expressiva da construção civil em Imperatriz também deve considerar a intensificação dos processos de verticalização nesta cidade. Este fenômeno adquiriu fortes expressões desde o ano de 2005, acompanhando as intervenções dos agentes imobiliários que atuam em escala nacional, ou seja, as grandes construtoras.

Distintas áreas da cidade têm conhecido de perto os efeitos dinâmicos dos processos de verticalização na cidade de Imperatriz. No entanto, vale ressaltar que este processo tem sido mais frequente nos bairros: Centro, Juçara, Maranhão Novo e Três Poderes. Tratam-se das áreas da cidade em que os processos de verticalização são mais recorrentes.



Foto 51: Imperatriz/MA - Verticalização do Bairro Centro



Foto 52: Imperatriz/MA – Verticalização do Bairro Três Poderes

Autor: SOUSA, Jailson de Macedo Sousa, 2014.

No bojo das dinâmicas que têm orientado os processos de verticalização em Imperatriz, entende-se que este fenômeno é mais relevante no bairro Três Poderes. Trata-se da área que é entendida desde a década de 1980 como uma das mais valorizadas da cidade. Estes aspectos destacados são essenciais para entender a atual dinâmica socioespacial de Imperatriz. Eles permitem identificar segundo Spósito (1996, p. 111), “o arranjo de diferentes usos do solo no interior da cidade, ou seja, o mosaico-resultado do processo de alocação e realocação das atividades econômicas e das funções residenciais, de lazer e de circulação na cidade”.

Ao considerar o dinamismo econômico promovido pelas atividades terciárias na cidade de Imperatriz é perceptível a importância conferida ao segmento da construção civil.

A expansão deste setor se tornou recorrente desde o início do século XXI, sendo que as suas marcas são visíveis na paisagem urbana de Imperatriz em face das edificações que se dispersam por distintas áreas. Dito isto, entende-se que a construção constitui na atualidade um dos principais componentes que mobiliza a economia urbana desta cidade.

Outros elementos vinculados ao segmento dos serviços têm contribuído para dinamizar a economia da cidade de Imperatriz. Desse modo, é necessário considerar também os papéis e significados que estão atrelados aos serviços bancários difundidos nesta cidade.

Patrícia Fernandes (2011) preocupada em entender o dinamismo deste setor afirma

Dentre os serviços oferecidos pela cidade de Imperatriz cabe destacar a importância dos serviços bancários para a economia urbana e regional desta cidade. Este, representa sem dúvidas, um dos principais elementos que torna a cidade de Imperatriz um dos principais polos de atração regional em função do grande número de agências que estão alocadas nesta cidade. Conforme o sindicato dos bancários de Imperatriz havia no ano de 2010 pelo menos um total de 16 agências bancárias entre públicas e privadas e 143 correspondentes bancários. Estes dados confirmam a expressiva participação destes serviços que atendem diariamente os fluxos da própria cidade e também da região Sulmaranhense. (FERNANDES, 2011, p. 83).

Dados atuais organizados pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (2010), reconhecem a existência de 20 agências entre públicas e privadas na cidade de Imperatriz. Estas agências têm se expandido por algumas áreas da cidade, denotando características de um processo espacial que é típico das cidades médias. Trata-se da descentralização das atividades terciárias para fora da órbita do centro principal da cidade.

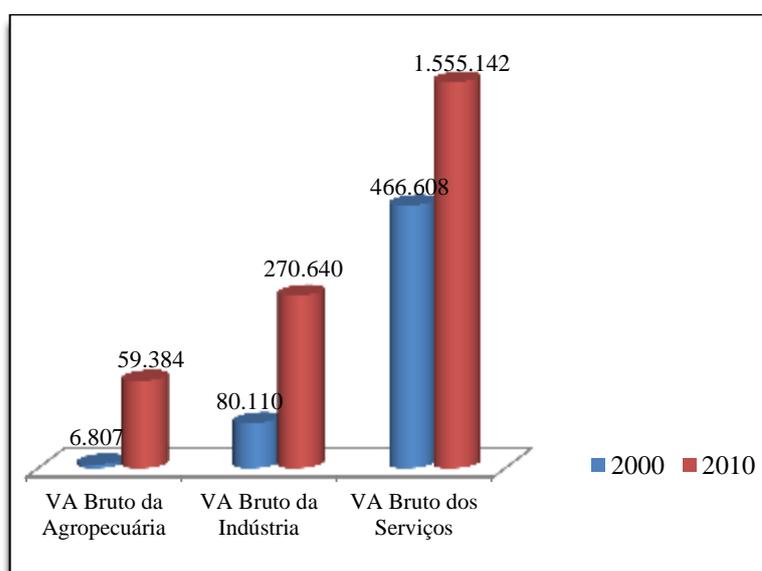
Este processo de expansão e descentralização dos serviços bancários em Imperatriz tem buscado atender às crescentes demandas geradas pela atividade comercial, sobretudo, na área de influência do bairro Nova Imperatriz que tem registrado nas duas últimas décadas uma expansão considerável destes serviços que também é acompanhada pela instalação de agências bancárias no seu principal eixo, ou seja, a avenida Bernardo Sayão.

Este processo de descentralização dos serviços bancários e a sua expansão para fora da órbita do centro principal de Imperatriz, ou seja, no âmbito do bairro Nova Imperatriz atesta a importância deste segmento para a cidade de Imperatriz. A consolidação dos serviços bancários em Imperatriz tem contribuído de forma indubitável para a afirmação desta cidade como um importante polo prestador destes serviços no âmbito regional. Patrícia Fernandes (2011) ao estudar sobre a influência deste segmento na cidade de Imperatriz afirma

A importância e os significados das atividades bancárias desenvolvidas na cidade de Imperatriz se fazem perceber a partir da influência exercida por esta cidade em relação às demais cidades circunvizinhas, ou seja, as cidades que estão localizadas no interior da região Sulmaranhense, uma vez que muitos destes municípios de pequeno porte possuem apenas uma casa lotérica ou mesmo uma agência dos correios. Estes fatos justificam o grande número de pessoas que se deslocam diariamente para a cidade de Imperatriz em busca dos diversos serviços que são oferecidos nas agências bancárias desta cidade. (FERNANDES, 2011, p. 86).

É notória esta importância dos serviços bancários difundidos em Imperatriz. Estes serviços, quando associados à atividade comercial, aos serviços públicos e privados de saúde, à educação superior e a à construção civil, revelam os significados da centralidade urbano-regional que tem sido exercida pela cidade de Imperatriz no cenário regional Sulmaranhense. Os dados expostos abaixo confirmam esta força do comando terciário da cidade de Imperatriz.

Gráfico 13: Imperatriz/MA – Evolução do PIB conforme setores econômicos (2000-2010)



Fonte: IBGE, 2012.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados apresentados através do gráfico 13 asseveram a imponente participação do segmento terciário no conjunto da economia municipal de Imperatriz.

No entanto, é importante considerar ainda a participação dos demais setores econômicos que se fazem presentes nesta cidade. A variação percentual do PIB primário registrada entre as décadas de 2000 a 2010 foi bastante expressiva, apresentando neste período um aumento de 772,40%. Já o crescimento do PIB ligado ao setor secundário equivaleu neste período a 237,84%. A variação do PIB ligado ao setor terciário verificado entre as décadas de 2000 a 2010 na cidade de Imperatriz denotou um crescimento de 233,29%.

Estes dados expostos confirmam a importância e os significados que são inerentes às atividades terciárias difundidas em Imperatriz. Esta importância se ergueu desde a década de 1980, expressando de forma inegável o comando deste segmento no interior das dinâmicas que tem mobilizado a economia de Imperatriz e a sua influência na região Sulmaranhense.

O objetivo central desta sessão se ocupou em indagar e compreender os significados da centralidade urbano-regional conduzida pela cidade de Imperatriz no âmbito regional Sulmaranhense. Destarte, pôde-se perceber que é evidente a influência regional desta cidade em relação aos demais núcleos urbanos investigados neste estudo.

Esta influência se irradia inclusive para além dos limites internos do estado do Maranhão, sendo projetada para os estados circunvizinhos dos estados do Tocantins e do Pará. Ela se faz sentir, principalmente, em razão do desenvolvimento da atividade comercial e também em função da oferta dos serviços públicos e privados de saúde, da educação superior, da participação dos serviços bancários e do segmento da construção civil.

Após discorrer sobre os principais elementos que têm mobilizado as dinâmicas socioeconômicas materializadas na cidade de Imperatriz, interessa aprofundar este debate, enfatizando as expressões das centralidades econômicas difundidas nos três principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense, a saber: as cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz.

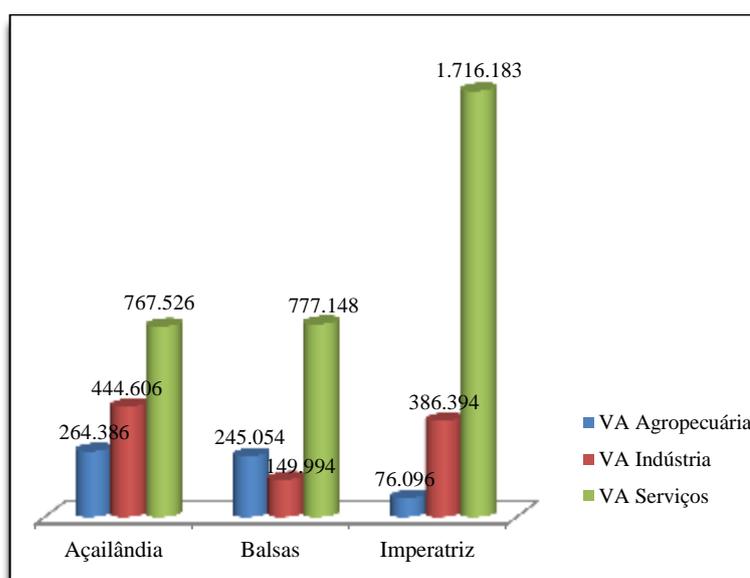
4.4 Expressões da centralidade urbano-regional de Açailândia, Balsas e Imperatriz

Nas seções anteriores nos propomos a abordar os principais elementos que têm orientado as dinâmicas socioeconômicas dos municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Nesta leitura, priorizamos analisar e entender os condicionantes históricos, demográficos e econômicos presentes nestas cidades. Este exercício foi essencial, pois possibilitou apreender a centralidade urbana assumida por estas cidades no cenário regional Sulmaranhense.

Esta seção é dedicada a confrontar alguns dos elementos que são entendidos como responsáveis por conduzir o exercício da centralidade urbano-regional difundida a partir dos núcleos urbanos investigados neste estudo com as entrevistas que foram realizadas com os agentes econômicos e políticos destes municípios. De posse destas informações, a tarefa posterior se pautou numa interpretação dos significados da centralidade econômica conduzida por estas cidades no âmbito da região Sulmaranhense.

As informações destacadas no gráfico que segue ressaltam a composição, ou seja, a estrutura do produto interno bruto dos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense investigados neste estudo. Trata-se das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz.

Gráfico 14: Região Sulmaranhense - Composição do PIB das principais cidades, 2011



Fonte: IBGE, 2012.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Em conformidade com os dados apresentados no gráfico 14 constatou-se que o segmento terciário tem ocupado lugar de relevo no conjunto das atividades econômicas que são desenvolvidas nos municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz.

No caso da cidade de Açailândia, notou-se conforme o PIB indicado que os segmentos mais expressivos da economia municipal se associam aos setores terciário e secundário. A participação do produto interno bruto destes segmentos econômicos no ano de 2011 equivaleu respectivamente a 51,98% e 30,11% no conjunto da economia municipal. Esta expressiva participação do segmento secundário está associada, principalmente, ao desenvolvimento da atividade siderúrgica. No entanto, não se pode relegar a um segundo plano a importância da atividade comercial e dos serviços difundidos nesta cidade.

Ao considerar este dinamismo econômico impresso no município de Balsas, pudemos observar que os segmentos mais expressivos da sua estrutura econômica estão associados aos setores terciário e primário. O PIB expresso por meio destes segmentos no ano de 2011 correspondeu respectivamente a uma participação de 66,30% (comércio e serviços) e 20,91% (agropecuária) no interior da economia municipal.

No caso do setor primário, entende-se que a sua dinâmica tem sido conduzida, em particular, pelo agronegócio. Este segmento tem inclusive contribuído para movimentar a economia terciária de Balsas, apresentando implicações diretas na reestruturação urbana e regional desta cidade. Este fato é perceptível na paisagem urbana de Balsas. Ao observar a estrutura comercial e de serviços desta cidade logo se deduz que são estreitos os laços que unem os interesses das atividades terciárias com as atividades agrícolas modernas.

No principal eixo comercial desta cidade, ou seja, na avenida Catulo é notória a presença de estabelecimentos comerciais voltados a atender os interesses e necessidades do agronegócio. Dito isto, nota-se que há relações de interdependência entre as atividades terciárias e as atividades agrícolas pautadas no agronegócio na cidade de Balsas.

Com relação aos dados apresentados no gráfico 14, observou-se que os setores mais importantes da economia imperatrizense são respectivamente, os setores terciário e secundário. No entanto, a participação do segmento terciário é a mais expressiva no conjunto das dinâmicas socioeconômicas que tem mobilizado esta cidade.

Destarte, a participação do PIB vinculado ao terciário equivaleu no ano de 2011 a 78,77%. Já a participação do PIB ligado ao secundário equivaleu neste mesmo período a 17,74% no conjunto municipal. Estes dados confirmam a força de comando e a vitalidade econômica do setor terciário no contexto da economia imperatrizense.

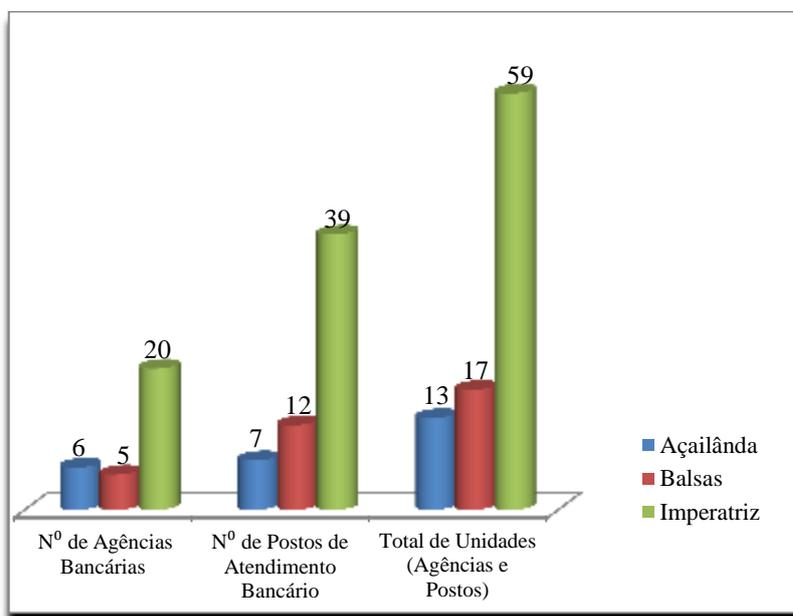
Os dados apresentados no gráfico 14 corroboram para um fato interessante que na maioria das vezes tem sido negligenciado pelos agentes econômicos e políticos da região Sulmaranhense. Eles atestam para a importância do segmento terciário no conjunto das dinâmicas econômicas que têm orientado os principais núcleos urbanos desta região. É em face da presença e do desenvolvimento das atividades terciárias nestas cidades que é possível entender a centralidade que elas desenvolvem. Como lembra Pereira (2007, p. 161), “o grau de especialização de uma cidade, ou seja, a variedade e amplitude de bens e serviços que esta oferece, implica de modo inevitável na sua posição na rede hierárquica em que se insere”.

No caso da cidade de Imperatriz é visível esta força de comando das atividades terciárias, sobretudo, em razão da atuação do comércio atacadista e varejista, dos serviços públicos e privados de saúde, da educação superior e mais recentemente a imponente participação do segmento da construção civil. Ressaltamos na terceira seção deste capítulo os significados destes segmentos no conjunto das dinâmicas materializadas nesta cidade.

Estes dados destacados reafirmam a importância do segmento terciário difundido nos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense. Negligenciar esta força de comando do terciário implica em obscurecer as potencialidades que são inerentes à estas cidades e que são responsáveis pelo exercício da centralidade que elas tem conduzido no cenário regional.

Esta importância assumida pelo segmento terciário se materializa através de diversas atividades econômicas que estão presentes nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Observa-se, por exemplo, que tem se expandido a oferta de serviços bancários nestas cidades. Ao considerar o dinamismo promovido por este segmento no conjunto destes núcleos urbanos é notório o comando exercido pela cidade de Imperatriz.

Gráfico 15: Região Sulmaranhense - Agências e postos de atendimento bancário das principais cidades, 2010



Fonte: IMESC, 2010.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados apresentados no gráfico 15 reforçam o exercício de comando da cidade de Imperatriz quando considerada à oferta de serviços bancários. Observou-se, por exemplo, que enquanto a cidade de Imperatriz dispôs no ano de 2010 de 20 agências bancárias, as cidades de Açailândia, dispuseram respectivamente neste período de 6 e 5 agências.

Esta participação das instituições financeira (bancárias) presentes em Imperatriz é ainda mais importante quando consideramos a presença dos postos de atendimento bancário. Enquanto nas cidades de Açailândia e Balsas pôde-se registrar no ano de 2010 respectivamente a presença de 7 de 12 unidades destes postos, a cidade de Imperatriz contou neste mesmo período com pelo menos 39 postos de atendimento bancário.

Vale destacar que em ambas as cidades são oferecidos os serviços das principais instituições bancárias (públicas e privadas) sediadas no país. Nelas é possível encontrar as agências bancárias do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, HSBC, Bradesco, Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia.

Ainda relacionados aos dados dispostos no gráfico 15 constatou-se que no conjunto dos serviços bancários (agências bancárias e postos de atendimento) oferecidos pelos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense, a cidade de Imperatriz tem se destacado em relação às demais. Este fato é explicado em razão de Imperatriz dispor de 66,30% das agências e postos de atendimento bancário no universo das cidades estudadas. A participação das cidades de Açailândia e Balsas nesta dinâmica foi respectivamente de 19,10% e 14,60%. Estes dados confirmam o domínio destes serviços que são ofertados pela cidade de Imperatriz no âmbito da região Sulmaranhense. A notável participação dos serviços bancários oferecidos por Imperatriz também se associa aos papéis exercidos pela atividade comercial.

Interessado em apreender os significados das dinâmicas econômicas que têm mobilizado as cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz buscamos confrontar os dados oficiais expostos neste estudo com as entrevistas que foram dirigidas aos distintos segmentos sociais destas cidades. Inicialmente destacaremos os excertos das entrevistas realizadas em Açailândia e Balsas. Elas ocorreram respectivamente nos meses de agosto e outubro de 2013.

Estas entrevistas obedeceram a critérios padronizados. Tivemos a preocupação de elaborar um roteiro prévio⁴⁰ com indagações que foram direcionadas aos agentes econômicos e políticos das cidades estudadas. Estes pressupostos foram definidos a partir das orientações metodológicas fornecidas por meio dos estudos de Marconi e Lakatos (2006). Mesmo seguindo os critérios e convenções metodológicas que são inerentes à pesquisa quantitativa, estes instrumentos não desprezaram as contribuições fornecidas pela pesquisa qualitativa.

⁴⁰ Trata-se do roteiro 2 que encontra-se disposto nos apêndices deste estudo.

Este fato se deve em razão dos resultados satisfatórios que esta modalidade de pesquisa tem apresentado no universo da pesquisa social. Conforme Carlos Brandão (2009)

Qualquer campo das ciências, e, mais do que em todos os outros, naqueles em que o ser humano é um ator, central ou coadjuvante, os nossos métodos são pontes, mas não são as formas. Ruas que convergem para uma mesma praça simbólica de encontros e desencontros, diferenças e divergências. Não há teorias únicas e sequer **melhores**, muito embora haja, provisoriamente, uma teoria em que as pessoas e equipes de pessoas, possam fundar o seu olhar e as suas idéias. Métodos e técnicas **quantitativos ou qualitativos** podem ser mais bem compreendidos através de nossas estratégias, estilos, escolhas e vocação. (BRANDÃO, 2009, p. 20).

Estas idéias ressaltadas por Brandão (2009) nos oferecem um certo conforto. Dito isto, entendemos ser possível aliar os critérios objetivos que são inerentes à pesquisa quantitativa aos pormenores que podem ser apresentados através das vozes dos sujeitos que têm vivenciado as transformações socioespaciais erigidas nas cidades investigadas neste estudo. Através das vozes destes sujeitos foi possível refutar ou confirmar os dados quantitativos que denotam a centralidade que estas cidades tem exercido no cenário regional.

Flick (2009, p. 20) ao considerar a importância das metodologias alternativas, em particular, a pesquisa qualitativa nos processos de investigação científica enfatiza, “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das questões que permeiam as relações sociais. Sua importância se deve à exploração da pluralização das complexas esferas da vida social”.

Entender o exercício da centralidade urbana que é guiado por determinada cidade impõe ao pesquisador a tarefa de se debruçar sobre metodologias que quase sempre adjetivam os aspectos materiais - quantitativos que compõe esta realidade. Estes aspectos são essenciais, pois auxiliam na leitura e apreensão das dinâmicas que movimentam estes espaços.

No entanto, o olhar e a práxis do pesquisador não pode se privar e nem deixar à margem os demais condicionantes que têm mobilizado as dinâmicas destes lugares. Nesses termos, promover a comunhão e conjugar os critérios objetivos aos elementos subjetivos que permeiam o objeto investigado, constitui um passo fundamental do pesquisador para obter resultados satisfatórios às diversas indagações propostas à sua investigação.

Nesta primeira etapa de realização da pesquisa empírica optamos por dirigir os roteiros de entrevistas aos comerciantes que desenvolvem as suas atividades econômicas nos principais eixos comerciais e de serviços das cidades de Açailândia e Balsas.

Trata-se da avenida Tácito de Caldas em Açailândia e a avenida Catulo na cidade de Balsas. Estas são as vias comerciais mais representativas destas cidades. Foram realizadas nos meses de agosto e outubro de 2013 trinta entrevistas com os comerciantes localizados nestas áreas destas cidades, totalizando no conjunto uma amostra de sessenta entrevistados.

Em conformidade com os dados sistematizados pelo Sebrae no ano de 2010 e expostos na primeira seção deste capítulo, foram reconhecidos no principal eixo comercial e de serviços da cidade de Açailândia, ou seja, a avenida Desembargador Tácito de Caldas 76 estabelecimentos comerciais. Na cidade de Balsas, por sua vez, foram identificados no seu principal eixo comercial, a avenida Catulo, com base na pesquisa empírica realizada durante o mês de outubro de 2013, a presença de pelo menos 122 estabelecimentos comerciais.

Vale ressaltar que tem predominado nos principais eixos comerciais destas cidades o segmento de confecções e as lojas que comercializam artigos de cama, mesa e banho. As entrevistas realizadas com os comerciantes destas cidades primaram por confrontar os dados oficiais antes anunciados com as vozes dos agentes econômicos que tem vivenciado o cotidiano do segmento comercial. Nesses termos, as finalidades delineadas nesta etapa de desenvolvimento desta pesquisa objetivaram:

- Identificar as atividades econômicas predominantes nestas áreas das cidades de Açailândia e Balsas e as principais características dos empreendimentos comerciais;
- Compreender as relações socioeconômicas estabelecidas entre os principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense - as cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz;
- Investigar a posição socioeconômica que estas cidades têm ocupado no interior das dinâmicas socioeconômicas que têm mobilizado a região Sulmaranhense.

Em face dos objetivos expostos é que elaboramos o roteiro de entrevistas que foi dirigido aos comerciantes das cidades de Açailândia e Balsas. Inicialmente serão destacadas as falas dos comerciantes de Açailândia e posteriormente dos comerciantes de Balsas.

Considero que os setores econômicos mais importantes da cidade de Açailândia é o comércio e os serviços. Sabemos que a cidade se destaca em todo o estado por causa das siderúrgicas, afinal aqui é mesmo um dos mais importantes polo siderúrgico do Maranhão. Mesmo assim nós sabemos que o comércio de Açailândia é importante por que tem gerado muitos empregos. Ele emprega mais do que as siderúrgicas. As siderúrgicas... Hum... com todas as crises que tem no mercado externo acabam sendo afetadas. Já teve muitos conhecidos que perderam empregos. Bem... entre essas três cidades (Açailândia, Balsas e Imperatriz) vejo que Imperatriz tem um certo domínio. Isso tem muita relação com as forças políticas desta cidade. Os principais representantes políticos do Sul do Maranhão são de Imperatriz. Por isso eu penso que influencia muito. Depois tem a saúde de Imperatriz que é mais forte. Tem mais hospitais. O Socorrão é o maior hospital da nossa região. E onde ele está? Em Imperatriz.. Tudo isso faz com que a cidade de Imperatriz tenha um lugar de destaque entre estas cidades. Imperatriz é o grande polo da nossa região. Muitos serviços aqui também deixam a desejar, como é o caso do INSS, Bancos, Receita Federal e outros. Muita gente daqui ainda tem de ir pra Imperatriz por causa desses serviços. (Comerciante 1. Entrevista realizada no mês de agosto de 2013 na cidade de Açailândia).

Em Açailândia o setor que mais gera lucro e participa da nossa da economia é o comércio. O comércio emprega mais pessoas do que os outros setores. Ele só não é mais importante por causa de Imperatriz que tem um comércio maior e oferece muitas coisas pra nós. O comércio de Imperatriz é tão forte que vocês tem até três shopping lá. Faz tempo que a população daqui precisa e não tem nenhum. Mesmo assim, tem 25 anos que eu moro aqui e vejo que nesses últimos anos o comércio daqui cresceu muito. Entre as cidades mais importantes do Sul do Maranhão vejo que Açailândia e Imperatriz tem muita importância. Em Imperatriz como eu já falei é por causa do comércio, as universidades e também os serviços de saúde. Se a gente precisa fazer um tratamento mais sério pra onde a gente vai? Ou pra Imperatriz ou então pra São Luís e Teresina que são mais distantes. (Comerciante 2. Entrevista realizada no mês de agosto de 2013).

As entrevistas realizadas com os comerciantes na cidade de Açailândia atestam a centralidade que tem sido exercida pela cidade de Imperatriz na região Sulmaranhense. Conforme as vozes dos sujeitos inquiridos este exercício da centralidade urbana de Imperatriz se afirma em face do comando das atividades comerciais e de serviços. A diversidade do comércio de Imperatriz associado aos serviços públicos e privados de saúde e à educação superior contribuem para a afirmação da sua centralidade no âmbito da região Sulmaranhense.

Associada às falas dos comerciantes residentes nas cidade de Açailândia é importante mencionar também as impressões e opiniões dos comerciantes inquiridos na cidade de Balsas. Estas entrevistas seguiram os mesmos propósitos e procedimentos metodológicos antes dirigidos aos agentes econômicos da cidade de Açailândia.

A cidade de de Balsas e toda a região Sul do Maranhão é uma região agrícola. É a maior região em extensão e potencial de produtividade agrícola do estado. Balsas é considerada o grande celeiro desta região por que é a cidade mais importante da região Sul do Maranhão. Quero dizer que é a que concentra a maior população e também os recursos. Mais entendo que não é só a agricultura e o agronegócio que dinamiza a nossa cidade e a nossa a região. Nós também temos um comércio importante que tem crescido muito. Ele abastece a maior parte das cidades aqui da nossa região. Sobre estas três cidades (Açailândia, Balsas e Imperatriz) eu só conheço mesmo um pouco fora a realidade de Balsas, a realidade da cidade de Imperatriz. Posso dizer que nós ainda dependemos muito de Imperatriz. Principalmente por que muitas mercadorias que abastece o nosso comércio passa ou vem de Imperatriz. Outro problema sério é que nós não temos um aeroporto. Além disso, temos alguns setores que são carentes, principalmente, o setor da saúde. Nós não temos um hospital grande, nem público e nem particular. Então isso dificulta a nossa vida, por que se precisamos dos serviços de saúde temos de andar mais de 400 quilômetros. Entre estas três cidades vejo que cada uma tem a sua importância, mais Imperatriz tem uma importância política maior. Nós aqui de Balsas não temos nenhum representante federal daqui mesmo da cidade. Então isso contribui pra que Imperatriz tenha mais força. Além disso... Imperatriz é a maior cidade de todas estas, por isso é a mais importante. (Comerciante 1. Entrevista realizada no mês de outubro de 2013).

Aqui na cidade de Balsas é muito forte a participação da agricultura e da pecuária. Nós temos até a maior feira do agronegócio do estado do Maranhão. Já ouvi dizer que é uma das maiores feiras do agronegócio do nordeste. (Agrobalsas). Mais vejo que outros setores também são importantes. Temos esse comércio aqui já faz mais de 12 anos. Nesse tempo só vimos o comércio da cidade crescer. Tá certo que em grande parte esse comércio serve de referência para a agricultura da região. São muitas as lojas que vendem produtos agropecuários na cidade. Então eu entendo que tanto o comércio como o agronegócio são muito importantes pra Balsas. Olha sobre as cidades mais importantes do Sul do Maranhão. Pra cá... a mais importante mesmo é Balsas. Imperatriz também é muito importante por causa das faculdades. Pra lá tem mais cursos e os hospitais de lá são melhores. Os hospitais daqui são fracos. Nem um hospital particular bom a gente tem. Se a gente quer uma saúde de qualidade tem que ir pras cidades maiores. (Comerciante 2. Entrevista realizada no mês de outubro de 2013).

Os excertos das entrevistas ressaltam a imponente participação da atividade agropecuária e do setor terciário na cidade de Balsas. Estes fatos confirmam os dados anunciados que atestam estes setores como os mais dinâmicos da economia balsense.

Diante das falas dos sujeitos inquiridos nas cidades de Açailândia e Balsas, algumas considerações devem ser objeto de nossa reflexão. Nesse sentido as entrevistas:

- Confirmam no caso da cidade de Açailândia como atividades econômicas mais importantes, ou seja, predominantes: o comércio, serviços e a atividade siderúrgica. As falas também atestam a centralidade comandada pelas atividades terciárias e a forte participação do agronegócio na cidade de Balsas;
- As entrevistas vão de encontro aos dados apresentados por meio do PIB destes municípios, ou seja, elas confirmam os dados expostos através do produto interno bruto – PIB das cidades investigadas neste estudo;
- As falas dos entrevistados também asseveram a posição ocupada pela cidade de Imperatriz no cenário regional Sulmaranhense. O comando socioeconômico desta cidade se deve, em particular, à pujança das atividades terciárias;
- Esta força de comando das atividades terciárias desenvolvidas a partir de Imperatriz se associa, principalmente, ao vigoroso comércio e alguns serviços mencionados, como é o caso dos serviços de saúde e a educação superior;
- Vale registrar ainda em conformidade com as falas dos entrevistados que as intervenções dos agentes políticos constituem um elemento fundamental para a afirmação da centralidade urbana que é orientada a partir de Imperatriz;

De acordo com a vozes dos sujeitos investigados pudemos perceber que em todas as cidades estudadas é notória a influência das atividades terciárias. Este é um dado que na maioria das análises tem ficado à margem, ou seja, tem sido obscurecido pelos agentes econômicos e políticos. No entanto, negligenciar esta força de comando do terciário implica em colocar num segundo plano as potencialidades que são peculiares a estes núcleos urbanos.

As entrevistas realizadas com os comerciantes das cidades de Açailândia e Balsas também reforçam a debilidade de alguns setores destas cidades, especialmente, o segmento dos serviços públicos e privados de saúde e da educação quando comparados à Imperatriz.

Relacionadas às vozes dos agentes econômicos investigados neste estudo, cumpre destacar também as falas dos sujeitos políticos residentes nas cidades de Açailândia e Balsas.

Neste trajeto de realização da pesquisa empírica seguimos as mesmas orientações e procedimentos metodológicos antes mencionados. No entanto, cumpre adicionar às indagações anteriores um questionamento específico que se refere às possibilidades de implementação e execução de ações voltadas ao ordenamento territorial destas cidades.

Esta preocupação encontra explicações em face dos desequilíbrios sociais que são peculiares às cidades aqui estudadas. Destarte, as indagações propostas aos representantes políticos destas cidades apresentaram como principais finalidades:

- Compreender as relações socioeconômicas estabelecidas entre os principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense - as cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz;
- Reconhecer a posição socioeconômica que estas cidades têm ocupado no interior das dinâmicas socioeconômicas que têm mobilizado a região Sulmaranhense;
- Investigar se há por parte das gestões públicas municipais preocupações com a promoção de ações voltadas à coesão social e o ordenamento territorial destas cidades.

Aqui na cidade de Açailândia as principais atividades econômicas estão relacionadas com a produção siderúrgica e o comércio. Estes são os setores mais importantes da nossa economia. Nos últimos anos, mesmo a produção industrial tendo perdido a sua força, ela ainda é considerada muito importante pelos empregos que tem gerado e também por que os recursos desta produção são direcionados a outros setores econômicos. O comércio local tem absorvido parte importante desta produção. Então afirmo que a economia da cidade está voltada para estes setores. Sobre a posição que Açailândia exerce no Sul do Maranhão, entendo que há relações econômicas muito fortes com Imperatriz. Imperatriz é considerada o principal centro econômico da nossa região, ou seja, do Sul do Maranhão. Sua importância se deve ao comércio e outros serviços. Mais tem crescido muito as demandas da nossa cidade e logo logo penso que a dependência que nós temos em relação a Imperatriz vai mudar. Sobre o ordenamento territorial como faço parte da atual gestão pública do município vejo que há muitos esforços visando a melhoria da nossa cidade. Mais essa preocupação nunca existiu antes. Isso dificulta as nossas ações, por que tudo que fazemos sempre vai exigir que se faça mais. Bem eu não tenho conhecimento sobre essas políticas de ordenamento territorial, mais penso que se tiver mais diálogo entre os nossos municípios mais ações vão ser feitas. (Representante Político 1. Entrevista realizada no mês de agosto de 2013 na cidade de Açailândia).

Sem sombra de dúvidas a agricultura e pecuária são as principais fontes de divisas do município de Balsas. A principal fonte de renda da nossa economia está ligada ao agronegócio. Balsas é a cidade que apresenta a maior concentração dos serviços que estão ligados à agricultura moderna. Basta você como pesquisador observar a quantidade de lojas que estão voltadas para atender as necessidades do agronegócio nesta cidade. Esta importância do agronegócio é muito forte na nossa cidade. Mais também o nosso comércio é importante e tem crescido muito. Balsas tem um papel muito importante não apenas por ser o grande celeiro desta região, mais também por que concentra muita população e oferece muitos empregos e serviços que nós só vamos encontrar em outras cidades grandes que estão localizadas no interior do estado, como é o caso de Imperatriz. Nesta parte do Sul do Maranhão pra mim como gestor público não vejo outra cidade mais importante do que Balsas. É lógico que temos alguns problemas como os do setor da saúde, mais aos poucos vamos ter uma estrutura melhor e principalmente um hospital maior para oferecer mais serviços e assim nós não vamos mais ficar na dependência de Imperatriz. Olha sobre as políticas de ordenamento nunca ouvi falar nada não. Pode até ser que tenha outro secretario que conheça. Bem que a gente podia tentar conhecer melhor né? Se as prefeituras conversassem mais sobre isso eu penso que podia ter mais soluções pros nossos problemas. Mais eu mesmo nunca tinha ouvido falar nessas políticas de ordenamento territorial não. (Representante político 2. Entrevista realizada no mês de outubro de 2013 na cidade de Balsas).

Os resultados obtidos através das entrevistas realizadas com os agentes políticos das cidades de Açailândia e Balsas apresentam importantes elementos que merecem a nossa interpretação. No conjunto destes elementos cumpre enfatizar:

- No caso da cidade de Açailândia, os sujeitos políticos asseveram que no conjunto das atividades econômicas desenvolvidas nesta cidade se manifesta um domínio incontestável da atividade siderúrgica e das atividades terciárias;
- Na cidade de Balsas, os sujeitos políticos confirmam a pujança da agricultura moderna pautada na produção de grãos e do terciário (comércio e serviços);
- Estas informações confirmam os dados antes anunciados por meio do PIB destes municípios que enfatizam, em particular, a importância do segmento terciário no interior das dinâmicas econômicas que tem movido estes espaços;
- No que se refere à principal centralidade urbana da região Sulmaranhense, os agentes políticos reconhecem a importância que é exercida a partir da cidade de Imperatriz. No entanto, não desprezam o crescimento econômico que tem sido peculiar às demais cidades investigadas neste estudo.

- Este exercício da centralidade urbana de Imperatriz conforme ressaltam os agentes políticos entrevistados se associa, principalmente, à participação da atividade comercial, os serviços de saúde e os serviços de educação superior;
- Embora a expressão maior da centralidade urbana das cidades investigadas se volte para a dimensão econômica, outros elementos devem ser levados em conta nesta análise. Nas impressões dos agentes políticos é nítida a influência dos condicionantes políticos para a afirmação da centralidade urbana.

Estes elementos arrolados enfatizam o sentido complexo que envolve a produção da centralidade urbana das cidades aqui investigadas. Embora os elementos econômicos constituam o ponto de partida para entender o exercício da centralidade urbana destes núcleos urbanos, também é necessário reconhecer as outras forças sociais que atuam no sentido de afirmar estas centralidades. Como exemplo deste exercício pudemos observar os papéis que estão associados às intervenções políticas que se manifestam nestas cidades.

De uma forma ou de outra estas intervenções têm contribuído para a afirmação da centralidade urbana destes núcleos urbanos. Este fato pôde ser observado em razão das vozes dos sujeitos políticos entrevistados que reforçam o domínio da cidade de Imperatriz no conjunto dos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense, principalmente, por esta cidade dispor de representantes políticos que atuam em diferentes esferas (local a federal).

Também foi perceptível a ausência do diálogo entre os gestores nos processos de gestão do território. Quando questionados acerca das políticas de ordenamento do território os sujeitos políticos afirmaram desconhecê-las. Este é um entrave que necessita ser superado a fim de que as ações de ordenamento territorial e urbano desta região se efetive na prática.

O exercício analítico orientado a partir destas entrevistas permitiu apreender que no conjunto dos núcleos urbanos investigados neste estudo é visível o papel de comando da cidade de Imperatriz. Este fato se associa à diversidade de funções que esta cidade desenvolve e à sua capacidade de polarização que extrapola os limites internos do estado do Maranhão.

Com vistas de esclarecer melhor este dinamismo econômico que tem sido guiado pela cidade de Imperatriz apresentamos a seguir alguns dados estatísticos que reforçam a centralidade que vem sendo exercida por esta cidade no cenário regional Sulmaranhense.

Os dados indicados abaixo enfatizam a composição dos estabelecimentos formais de acordo com os setores ou atividades econômicas que estão presentes nos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense, ou seja, nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz.

Tabela 29: Região Sulmaranhense - Estabelecimentos formais segundo setores econômicos dos principais municípios, 2010

Atividades econômicas	Açailândia	Balsas	Imperatriz
Extrativa Mineral	01	06	03
Indústria de Transformação	88	55	290
Serviços de utilidade pública	09	03	06
Construção civil	27	41	129
Comércio	424	540	2.011
Serviços	222	226	1.004
Serviços de Administração Pública	02	04	06
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	287	209	206
Total	1.060	1.084	3.655

Fonte: IMESC, 2010.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Ao considerar a organização dos estabelecimentos formais que estão presentes nos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense é perceptível o domínio exercido pela cidade de Imperatriz. Os dados expostos na tabela 29 atestam que dos 5799 estabelecimentos formais identificados nos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense, 3655 estão presentes na cidade de Imperatriz. Este fato nos leva a inferir que esta cidade dispõe de 63,02% dos estabelecimentos encontrados no conjunto destes núcleos urbanos.

Outro elemento que merece ser destacado em relação aos dados anteriores diz respeito à imponente participação da atividade comercial e dos serviços no conjunto das atividades econômicas difundidas nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Dos 5799 estabelecimentos formais presentes nestas cidades, notou-se que 4427 estão ligados aos segmentos do comércio e serviços. Com isto, infere-se que as atividades terciárias ocupam 76,34% no conjunto das atividades econômicas presentes nestas cidades estudadas.

Ao levar em conta este dinamismo promovido pelas atividades terciárias que estão presentes nos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense também é visível o exercício de comando da cidade de Imperatriz em relação às cidades de Açailândia e Balsas. Notou-se que enquanto a cidade de Imperatriz dispôs de 3015 estabelecimentos formais ligados aos segmentos comerciais e de serviços, as cidades de Açailândia e Balsas, por seu turno, apresentaram respectivamente 646 e 766 estabelecimentos.

Dito isto, entende-se que a participação relativa da cidade de Imperatriz nesse quesito equivaleu 51,99%. Já a participação das cidades de Açailândia e Balsas relacionada aos estabelecimentos formais vinculados ao terciário equivaleu respectivamente em 2010 a 11,13% e 13,20%. Estes dados confirmam a força de comando do segmento terciário em todas estas cidades, sendo que a sua participação é mais expressiva na cidade de Imperatriz.

Cumprе ressaltar que esta configuração dos estabelecimentos formais antes mencionados tem refletido diretamente na composição dos empregos formais gerados nas principais cidades da região Sulmaranhense. Os dados dispostos abaixo testemunham estas relações e confirmam a impondência dos empregos que se vinculam ao segmento terciário.

Tabela 30: Região Sulmaranhense - Empregos formais nos principais núcleos urbanos, 2010

Atividades econômicas	Açailândia	Balsas	Imperatriz
Extrativa Mineral	01	30	32
Indústria de Transformação	2.266	429	3.398
Serviços de utilidade pública	65	74	459
Construção civil	554	271	1.917
Comércio	2.371	4.410	14.529
Serviços	4.253	1.792	9.026
Serviços de Administração Pública	3.062	2.968	5.780
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	2.370	1.751	1.355
Total	14.942	11.725	36.496

Fonte: IMESC, 2010.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Conforme os dados apresentados na tabela 30 pode-se inferir que os segmentos que mais têm se sobressaído em relação à geração de empregos nas cidades investigadas neste estudo estão ligados aos setores: comercial, de serviços e a administração pública.

Nesta dinâmica é perceptível o comando exercido pelas atividades terciárias. Somando-se a participação dos distintos segmentos econômicos das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz, constatou-se que a atividade comercial é a mais representativa na geração de empregos uma vez que este setor gerou nas três cidades 21.310 postos de trabalho.

Desses empregos gerados pela atividade comercial nos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense é notória a centralidade exercida pela cidade de Imperatriz, uma vez que no ano de 2010 constatou-se que 14.529 pessoas desta cidade estavam ocupadas no setor terciário. Já o quantitativo de pessoas ocupadas neste setor nas cidades de Açailândia e Balsas equivaleu respectivamente a 2.371 e 4.410 pessoas. Este fato nos leva a deduzir que no universo dos empregos gerados pela atividade comercial nas cidades investigadas 68,18% estavam concentrados em Imperatriz. Já a parcela de contribuição dos empregos gerados pela atividade comercial em Açailândia e Balsas equivaleu respectivamente a 11,22% e a 20,60%. Estes dados confirmam mais uma vez o exercício de comando da cidade de Imperatriz no conjunto dos núcleos urbanos da região Sulmaranhense quando se consideram as dinâmicas promovidas pela atividade terciária, em particular, a geração de empregos deste segmento.

Outro segmento bastante expressivo no conjunto das atividades econômicas que estão presentes na realidade urbano-regional Sulmaranhense é o setor de serviços. O IMESC reconheceu no ano de 2010 a existência e geração de 15.071 postos de trabalhos ligados ao segmento de serviços nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Desse total, 9.026 foram gerados na cidade de Imperatriz. Os empregos formais gerados por este setor nas cidades de Açailândia e Balsas equivaleram respectivamente a 4.253 e 1.792.

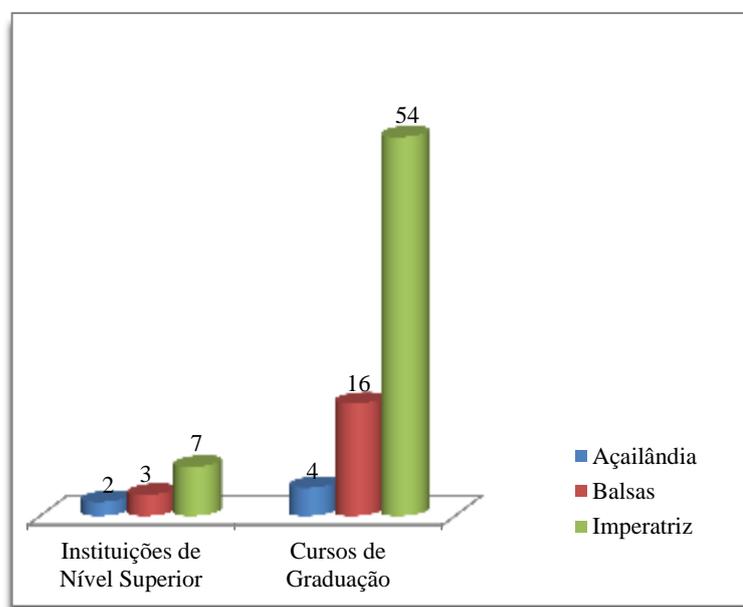
Estes números confirmam a expressiva participação dos empregos gerados pelo segmento de serviços na cidade de Imperatriz. Sua contribuição no conjunto dos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense foi de 59,89%. Já a contribuição de empregos gerados nas cidades de Açailândia e Balsas por este setor equivaleu a 28,21% e 11,90%.

Estes dados confirmam a influência do segmento dos serviços no interior das dinâmicas que movido a economia dos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense.

Imperatriz apresenta-se nesse cenário como a principal centralidade urbana da região. Este fato é explicado em razão da maior quantidade e diversidade de estabelecimentos formais que esta cidade apresenta o que conseqüentemente tem resultado numa maior oferta de empregos que são gerados no mercado de trabalho por este segmento.

Outro importante segmento que tem servido de referência para se pensar no exercício da centralidade urbana que tem sido comandada pela cidade de Imperatriz no âmbito da região Sulmaranhense diz respeito às demandas geradas pelos serviços de educação superior. Os dados dispostos a seguir apresentam alguns elementos desta dinâmica.

Gráfico 16: Região Sulmaranhense - Número de IES e nº de cursos de graduação das principais cidades, 2014



Fonte: www.emec.mec.gov.br – Pesquisa Direta, 2014.
Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

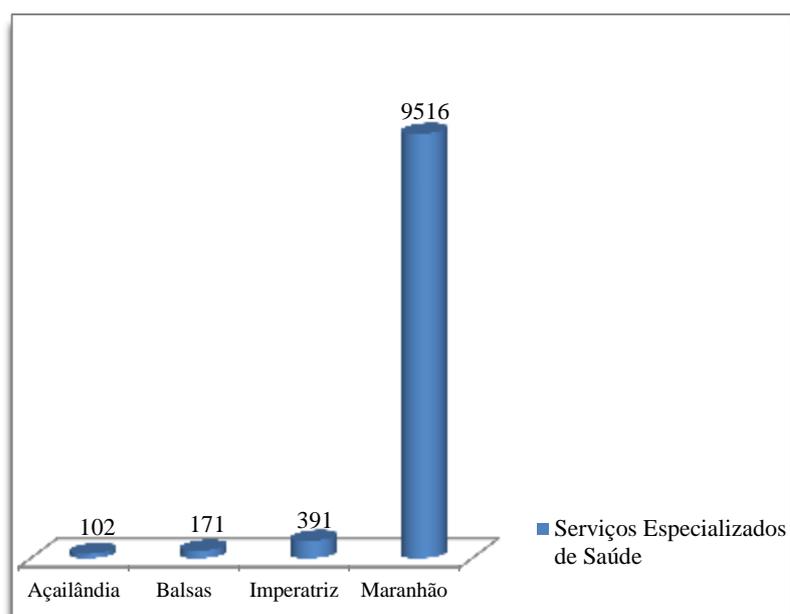
Ao levar em consideração o dinamismo promovido pela oferta dos serviços vinculados à educação superior nos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense é notória a influência exercida pela cidade de Imperatriz que no ano de 2014 registrou a presença de sete IES que oferecem pelo menos 54 cursos em nível de graduação.

Nesta dinâmica, as cidades de Açailândia e Balsas têm ocupado uma posição inferior, sendo que no ano de 2014 registrou-se a existência de duas IES na cidade de Açailândia e três IES na cidade de Balsas. O número de cursos superiores em nível de graduação ofertados por meio destas IES também foram inferiores. Na cidade de Açailândia foi registrada a existência de (04) cursos e na cidade de Balsas (16) cursos de graduação.

Os dados expostos no gráfico 16 atestam que a participação relativa de Imperatriz no conjunto dos núcleos urbanos estudados em relação à oferta de cursos superiores (nível de graduação) foi de 72,98%. Já a participação das cidades de Açailândia e Balsas quando se considera este quesito foi de respectivamente 5,40% e 21,62%. Estes dados confirmam o papel de comando da cidade de Imperatriz quando são considerados tanto a quantidade de IES, como também o número de cursos superiores oferecidos por estas cidades.

Ainda relacionado ao dinamismo econômico que se faz presente nos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense é válido destacar os papéis atribuídos aos serviços públicos e privados de saúde ofertados através das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz.

Gráfico 17: Região Sulmaranhense - Serviços especializados de saúde das principais cidades, 2014



Fonte: www.datasus.gov.br/ - Pesquisa Direta, 2014.
Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Conforme os dados apresentados no gráfico anterior, pode-se constatar que é bastante expressiva a centralidade dos serviços especializados de saúde oferecidos através da cidade de Imperatriz no conjunto dos núcleos urbanos da região Sulmaranhense.

Ao considerar este dinamismo materializado nos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense, ou seja, nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz é perceptível o exercício de comando da cidade de Imperatriz, que contou no ano de 2014 com a oferta de pelo menos 392 serviços especializados de saúde. A cidade de Açailândia, por sua vez, contou no ano de 2014 com a oferta destes 102 serviços de saúde. Já a cidade de Balsas, por seu turno, registrou neste mesmo período a oferta de 171 destes serviços.

Estes dados asseveram que no conjunto das cidades estudadas foram identificadas a oferta de 664 serviços especializados de saúde. Deste universo, a cidade de Imperatriz contou em termos relativos, com uma participação de 58,89% destes serviços. As cidades de Açailândia e Balsas, por sua vez, contaram respectivamente com uma participação de 15,36% e 25,75% dos serviços especializados de saúde. Estes números reforçam o papel de comando e a centralidade da cidade de Imperatriz quando se considera a oferta dos serviços especializados de saúde no conjunto dos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense.

As reflexões apresentadas neste capítulo objetivaram identificar e entender a centralidade urbano-regional difundida a partir dos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense, ou seja, nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Este exercício analítico levou em consideração a utilização de dados oficiais estabelecidos através de órgãos oficiais e as entrevistas realizadas com os agentes econômicos e políticos destas cidades.

Os dados estatísticos que foram levantados junto aos órgãos oficiais associados às entrevistas que foram realizadas com os agentes políticos e econômicos das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz possibilitaram entender a posição e os papéis que estes núcleos urbanos vem exercendo no âmbito da região Sulmaranhense.

O exercício analítico realizado ao longo deste capítulo possibilitou apreender as dinâmicas socioeconômicas materializadas nas principais cidades da região Sulmaranhense. Nesse sentido, algumas considerações acerca desta interpretação são úteis, tais como:

- No que se refere à centralidade urbana guiada pela cidade de Açailândia, confirmou-se a imponência da atividade siderúrgica. No entanto, esta dinâmica também deve levar em consideração a pujante participação das atividades vinculadas ao comércio e aos serviços;
- No caso da centralidade urbana edificada na cidade de Balsas é notória a intensa participação da agricultura moderna que tem sido guiada pela difusão do agronegócio, embora seja necessário associar a este dinamismo a forte participação das atividades vinculadas ao segmento terciário;
- Ao considerar a centralidade urbana materializada na cidade de Imperatriz é visível a imponência das atividades terciárias. Esta força de comando do comércio e dos serviços tem se projetado para toda a região Sulmaranhense, fazendo com que Imperatriz exerça intensa polarização no contexto regional.

Pudemos observar ao longo deste capítulo que a cidade de Imperatriz constitui de fato o principal núcleo urbano da região Sulmaranhense. Esta força de comando que é exercida a partir desta cidade encontra explicações na pujança das atividades terciárias. Os dados apresentados através do produto interno bruto dos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense confirmam este domínio que é exercido através da cidade de Imperatriz.

As ideias apresentadas no capítulo que segue reforçam o exercício da centralidade que tem sido conduzida a partir de Imperatriz. Esta força do comando econômico desta cidade no cenário regional Sulmaranhense tem se concretizado primordialmente em razão:

- Da participação da atividade comercial que exerce forte influência regional;
- Da presença marcante dos serviços públicos e privados de saúde desta cidade;
- Das contribuições oferecidas através dos serviços ligados à educação superior.

5 OS REFLEXOS DA CENTRALIDADE TERCIÁRIA DE IMPERATRIZ NO CENÁRIO REGIONAL SULMARANHENSE

La question de la centralité de respecter les lieux de constitution en tant que points d'accumulation, centre mental et social qui est définie par la réunion et la réunion de ce coexiste dans l'espace. Ce est une façon sa propre, vide, qui exigent le contenu, ce est, à son tour, étant donné les relations pratiques, des objets, des actions, des situations. (LEFÈBVRE, 1985, p. 382).



**Fotos: 53: Hospital Municipal de Imperatriz
Bairro Centro**



**Foto 54: Universidade Federal do Maranhão
Campi avançado - Bom Jesus**

Autor: SOUSA, Jailson de Macedo Sousa. (2014).



Foto 55: Imperatriz-MA - Vista parcial do Imperial Shopping

Autor: SOUSA, Jailson de Macedo Sousa. (2014).

A assertiva destacada no início deste capítulo através das ideias expostas por Henri Lefebvre (1985) enfatiza a noção de centralidade que defendemos neste estudo.

O fato de determinada cidade ocupar papéis ou funções centrais no interior de uma dada região encontra forte explicações nas externalidades econômicas que esta acolhe e passa a difundir no espaço regional. No entanto, sem as intervenções das forças políticas o seu exercício é inerte, ou seja, a sua força de comando não se concretiza. Esta é uma condição essencial para que determinadas cidades exerçam a capacidade de atrair, reunir, concentrar e dissipar as suas forças de comando (centralidade) no espaço regional. Ao considerar esta perspectiva analítica, são úteis as contribuições fornecidas por Carlos (2000)

A centralidade se define, hoje, como uma certa racionalidade política, estatal, urbana, que se quer total, e que aparece como uma estratégia posto que condensa riqueza e poder, meios de ação, informação, conhecimento, cultura, idéias, decisão. A centralidade, liga-se hoje a uma nova capacidade de concentração. No quadro produzido, o espaço se fragmenta, é artificialmente raro em torno dos centros onde é literalmente pulverizado, vendido em lotes, reserva de valor, meio de segregação e dispersão da sociedade nas periferias e subúrbios. O centro, o nó, conserva duas forças interligadas, poderosas e antagônicas, aquela do poder e da riqueza e aquela da miséria. (CARLOS, 2000, p. 370).

As reflexões apresentadas no capítulo anterior coadunam com as ideias destacadas por Carlos (2000). O comando econômico exercido pela cidade de Imperatriz no cenário regional Sulmaranhense se revela e tem se concretizado graças às externalidades econômicas que esta cidade tem acolhido e dissipado desde a década de 1950. No entanto, associado a este exercício da centralidade econômica que tem sido orientado através desta cidade, é importante considerar também, as intervenções políticas que são entendidas como fundamentais para a afirmação desta centralidade no âmbito do espaço regional Sulmaranhense.

Os dados estatísticos apresentados no capítulo anterior asseveram o peso e a forte participação do setor terciário no conjunto das atividades que têm mobilizado a economia urbana de Imperatriz. Conforme as informações divulgadas pelo IBGE no ano de 2011, este segmento respondeu por pelo menos 78,77% do PIB desta cidade.

Em razão desta expressiva e imponente participação assumida pelo segmento terciário de Imperatriz e de suas projeções na região Sulmaranhense é que objetivamos refletir neste capítulo sobre os conteúdos e significados deste setor econômico, a fim de apreender o exercício da centralidade desta cidade no interior da região Sulmaranhense.

Nesta leitura, elegemos abordar alguns elementos que são entendidos como responsáveis pelo exercício da centralidade desta cidade. Trata-se da influência e dos papéis que são atribuídos à atividade comercial, a intensa participação dos serviços de saúde e ainda a centralidade dos serviços relacionados à educação superior. Estes elementos, quando refletidos conjuntamente, são compreendidos como responsáveis pela atual dinâmica que têm orientado a centralidade de Imperatriz no cenário regional Sulmaranhense.

Com vistas de explicar como tem se processado este dinamismo, inicialmente serão enfatizados aspectos fundamentais da atual dinâmica que tem mobilizado a atividade comercial na cidade de Imperatriz. Nesta análise, serão considerados tanto a influência do comércio tradicional, representado pelo setor atacadista como também a importância que é dada ao comércio varejista moderno, representado pelos shopping centers.

Na segunda seção deste capítulo serão abordados elementos primordiais dos serviços de saúde desenvolvidos na cidade de Imperatriz. Desde a década de 1990 tem ocorrido uma notável expansão destes serviços nesta cidade. Este fato se relaciona às crescentes demandas geradas por este segmento e ainda à instalação de clínicas especializadas e de novos hospitais privados que passaram a oferecer serviços de média e alta complexidade. Associa-se a estes elementos a universalização dos serviços promovida pelo SUS.

A terceira seção deste capítulo enfatiza elementos essenciais dos serviços de educação superior difundidos na cidade de Imperatriz. Estes serviços são reconhecidos desde 1980 como responsáveis pela dinamização dos fluxos de pessoas, capitais e serviços para Imperatriz, contribuindo para a afirmação da sua centralidade no cenário Sulmaranhense.

5.1 O comércio de Imperatriz e as suas expressões na região Sulmaranhense

A atividade comercial tem exercido papéis essenciais no conjunto das dinâmicas que tem mobilizado a vida das pessoas nas cidades. A atuação do comércio atacadista e varejistas têm contribuído diretamente para a estruturação e reestruturação do tecido urbano.

Na cidade de Imperatriz, a consolidação deste segmento ocorreu a partir da década de 1980, sendo que as décadas posteriores têm registrado uma crescente expansão destes setores. A área que abriga parcelas mais expressivas destas modalidades de comércio é o bairro Mercadinho. No entanto, é possível notar nas últimas décadas uma desconcentração destas atividades econômicas para outras áreas da cidade. Trata-se dos bairros: Bacuri e Nova Imperatriz que passaram a acolher expressivas fatias de equipamentos ligados ao comércio.

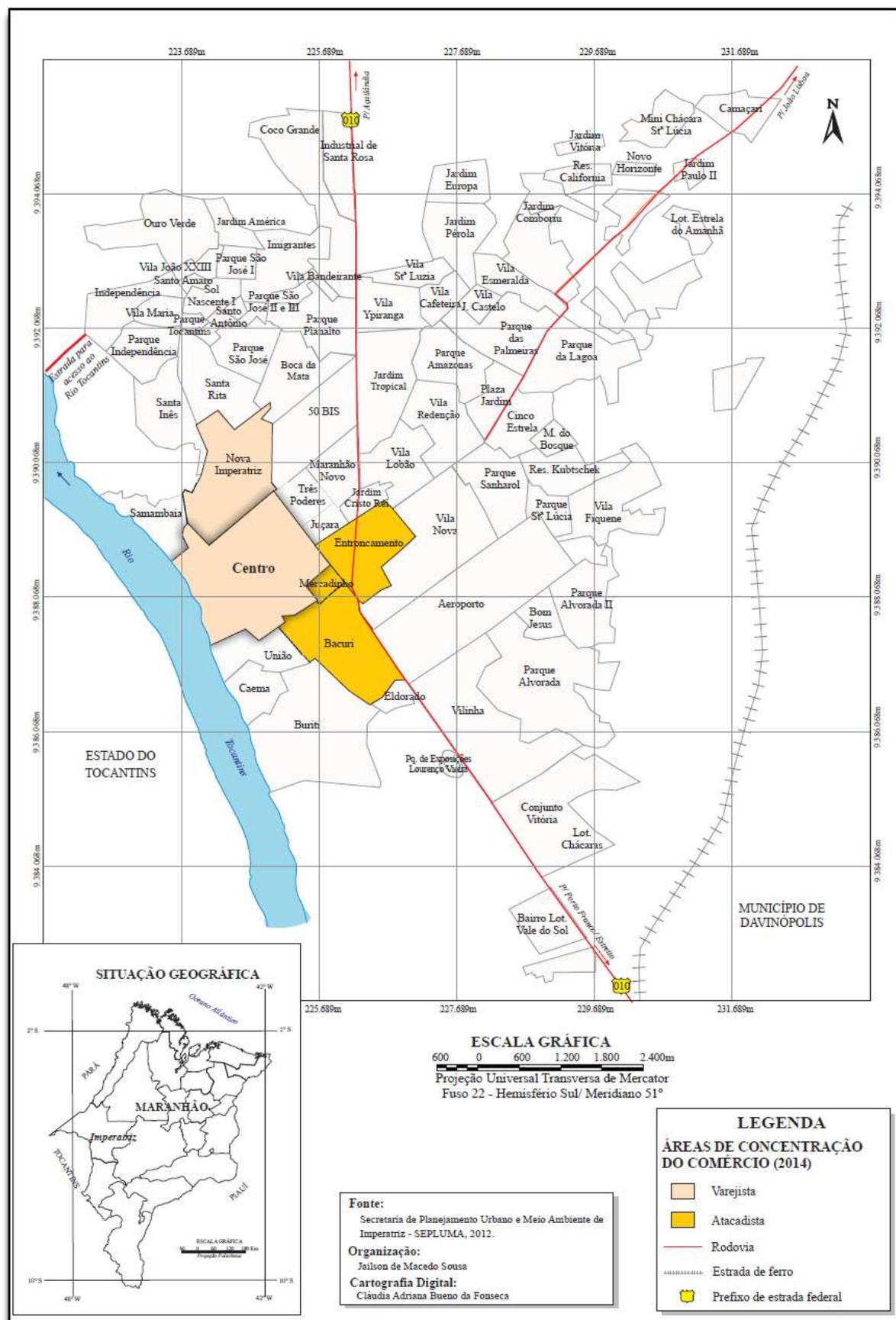
A cidade de Imperatriz é reconhecida desde a década de 1980 por concentrar o maior e mais vigoroso comércio atacadista e varejista da região Sulmaranhense. Esta influência a coloca inclusive como um dos grandes centros distribuidores do comércio maranhense. São várias as cidades das regiões: central, sudoeste e sul deste estado e ainda das regiões sul e sudeste do estado do Pará e do extremo norte do estado do Tocantins que buscam com frequência os produtos que são distribuídos pelo comércio de Imperatriz.

As ideias expostas na primeira seção deste capítulo enfatizam a importância e os significados que são atribuídos à atividade comercial desenvolvida na cidade de Imperatriz, particularmente, a força de comando do comércio atacadista e varejista⁴¹ desta cidade.

Nesta análise, priorizamos estudar os segmentos tradicionais do comércio, representados pelo comércio atacadista difundido no bairro Mercadinho e o segmento moderno, representado pelos shopping centers. No âmbito do comércio atacadista, elegemos estudar o setor alimentício por entender que este é um dos mais representativos no conjunto dos diversos elementos que têm singularizado a atividade comercial nesta cidade.

⁴¹ Verificar mapa 22, página 404.

Mapa 22: Imperatriz - Áreas de concentração do comércio atacadista e varejista, 2014



A análise do comércio de Imperatriz se centra de início nos conteúdos expressos pelo setor atacadista tradicional, representado pelo segmento alimentício que está localizado no bairro Mercadinho. Posteriormente, esta interpretação focaliza os significados atribuídos ao comércio moderno, representado pelos shopping centers que estão presentes nesta cidade.

O comércio atacadista tradicional de Imperatriz apresenta as suas bases firmadas no bairro Mercadinho. A instalação destes equipamentos comerciais ocorreu no início da década de 1980 nesta localidade, tendo se expandido posteriormente. Este bairro abriga desde o início da década de 1980 a maior quantidade e variedade de estabelecimentos do comércio atacadista e varejista de Imperatriz. Trata-se da área da cidade que é entendida como o principal nó de concentração e distribuição dos gêneros alimentícios que são comercializados em Imperatriz. Nela é possível encontrar uma gama diversa de produtos, desde utensílios domésticos e ervas até produtos eletrônicos, sendo que se prevalecem os gêneros alimentícios.

O bairro Mercadinho também revela uma intensa mobilidade intra-urbana e inter-urbana que é gerada em função dos fluxos de pessoas, capitais, mercadorias e serviços que se dirigem dos diversos bairros de Imperatriz e das cidades circunvizinhas em busca dos produtos que são comercializados nesta área comercial da cidade de Imperatriz.



**Foto 56: Imperatriz/MA - comércio atacadista
Rua Benedito Leite, Mercadinho**



**Foto 57: Imperatriz/MA - comércio atacadista
Rua Benedito Leite, Mercadinho**

Nesta localidade também pulsa de forma intensa e vibrante o comércio varejista que é representado pela maior e mais diversificada feira livre de Imperatriz. Trata-se da feira do Mercadinho, destacada no capítulo anterior deste estudo, que abriga conforme informações repassadas pela secretaria de abastecimento municipal de Imperatriz uma média de 228 feirantes que estão associados à esta secretaria e apresentam vínculos com o setor varejista.

No que se refere ao uso do solo urbano no bairro Mercadinho, pode-se inferir que este é caracterizado como misto, uma vez que há a ocorrência de residências e também de estabelecimentos comerciais. No entanto, cumpre enfatizar que se manifesta nesta área da cidade uma predominância dos equipamentos comerciais voltados à comercialização de produtos que estão ligados ao comércio atacadista e varejista.

O uso misto do solo urbano no bairro Mercadinho enfatiza um problema que é notório e comum na paisagem urbana de Imperatriz, implicando na ausência de ações de planejamento. Imperatriz cresceu de forma desordenada e caótica, não havendo preocupações por parte das gestões públicas e da sociedade com o ordenamento territorial urbano. Com isto, é possível observar uma utilização desordenada do solo urbano, onde se mesclam ao mesmo tempo, as funções comerciais, industriais e residenciais numa mesma área da cidade.

As ações de ordenamento do solo urbano estão presentes apenas no papel, ou seja, não apresentam um sentido prático de aplicação em razão da ineficaz atuação das gestões públicas. Este fato tem apresentado efeitos dolorosos no tecido urbano de Imperatriz, uma vez que o planejamento caminha numa direção contrária às necessidades da população.

A fim de entender como tem se processado o dinamismo econômico que envolve a participação dos segmentos atacadista e varejista de Imperatriz, em particular, a dinâmica e funcionalidade do setor de gêneros alimentícios e dos shopping centers é que apresentamos a seguir alguns dos resultados que foram obtidos através da pesquisa empírica que foi realizada durante os meses de maio e agosto de 2014 nestas áreas comerciais da cidade.

É válido ressaltar que esta etapa de realização da pesquisa empírica levou em consideração os pressupostos metodológicos adotados nas etapas anteriores.

A exemplo dos procedimentos metodológicos antes utilizados, buscamos neste estágio da investigação, aliar os aspectos subjetivos que são peculiares à pesquisa qualitativa aos elementos formais e objetivos que são inerentes à pesquisa de natureza quantitativa. Esta articulação foi fundamental, uma vez que possibilitou obter resultados satisfatórios.

Nesta fase de execução da pesquisa empírica, foram realizadas 51 (cinquenta e uma) entrevistas. Destas, 20 (vinte) foram direcionadas aos gerentes/encarregados de estabelecimentos comerciais que apresentam vínculos diretos com o setor alimentício e ainda mais 30 (vinte) destas foram dirigidas aos clientes dos três shopping centers existentes na cidade de Imperatriz. Uma última entrevista foi dirigida ao representante do SINDICOMA⁴².

Afirmamos antes que o setor atacadista é um dos segmentos econômicos mais expressivos do comércio de Imperatriz. Este fato justificou a sua escolha neste estudo. Inicialmente serão enfatizados os resultados obtidos através da entrevista que foi direcionada ao presidente do sindicato do comércio atacadista - SINDICOMA. Cumpre destacar, nesse sentido, algumas finalidades que foram delineadas nesta fase da investigação. Os principais objetivos expostos nesta fase da pesquisa se voltaram à necessidade de:

- Identificar o período de instalação dos estabelecimentos voltados à comercialização de gêneros alimentícios e as suas principais características;
- Entender a importância e os significados do comércio atacadista de Imperatriz com ênfase no setor pesquisado e as suas projeções na região Sulmaranhense;
- Reconhecer a origem dos produtos comercializados através deste segmento econômico e também a procedência dos clientes que com frequência recorrem ao setor alimentício de Imperatriz.

⁴² Trata-se da entrevista que foi realizada no dia 21/08/2014 com o presidente do Sindicato do comércio atacadista com ênfase na comercialização de produtos ligados ao setor alimentício - SINDICOMA. As principais indagações que integram esta entrevista estão dispostas no roteiro 5 que encontra-se nos apêndices deste estudo.

Em face dos objetivos anunciados, apresentamos abaixo alguns dos excertos que foram obtidos através da entrevista realizada com o representante do SINDICOMA.

A cidade de Imperatriz tem o atacado como a grande âncora do seu comércio. Parece mesmo ter sido uma vocação desta cidade dispor de um comércio forte que além de atender os interesses da população municipal, também tem atendido as necessidades das populações de cidades de uma vasta região, incluindo aí as várias cidades que estão localizadas na parte central e sul do estado do Maranhão e também as cidades localizadas no sul do estado do Pará e no norte do estado do Tocantins. Grande parte dos atacadistas que comercializam os produtos como secos e molhados, ou seja, os gêneros alimentícios no bairro Mercadinho tiveram a instalação dos seus estabelecimentos comerciais ainda em meados da década de 1980. Houve muitos investimentos naquela época que eram oriundos do garimpo de Serra Pelada, que naquele período era entendido como uma das principais fontes de geração de riquezas desta região e que também contribuiu muito para expandir o comércio da nossa cidade. (Entrevista realizada no dia 21 de agosto 2014 com o representante do SINDICOMA).

Sobre a importância deste segmento econômico... Ele é fonte de geração de muitas divisas para a nossa cidade. Sustentou o crescimento econômico de Imperatriz entre as décadas de 1980-2000, mesmo considerando as crises econômicas que ocorreram nesse período. Este é o segmento que é predominante e o mais importante aqui do Mercadinho, por que concentra o atacado da nossa cidade. Isso se deve também à geração de empregos e renda que este setor tem movimentado. Mais a gente reconhece que esse segmento já teve mais importância econômica pra Imperatriz. Isso porque muita coisa mudou com a chegada dos grandes grupos que atuam por todo o país, principalmente, o grupo do Atacadão que faz frente em todo o país e o Mateus que tem uma atuação mais regionalizada. (Entrevista realizada no dia 21 de agosto de 2014 com o representante do SINDICOMA).

Em relação à origem dos produtos que são comercializados aqui no Mercadinho. Vou responder pelo setor alimentício. A grande maioria vem da região Sudeste. Vem dos estados de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Vem também das regiões Sul e do Nordeste, mais em menor proporção. Às vezes comercializamos com os grupos de atacadistas do Rio Grande do Sul e também de alguns estados do nordeste, como é o caso do Ceará. Sobre a influência do setor atacadista. Temos clientes que se deslocam das regiões do sul e sudeste do Pará, através de cidades como Dom Eliseu, Rondon do Pará e até mesmo de Marabá, embora seja necessário reconhecer que esta influência tenha diminuído. Isso por causa das mudanças que eu já falei antes. O atacado de balcão está fadado a perder as suas forças para o grande atacado, representado pelos hipermercados. O atacado de Imperatriz também exerce forte influência na região central do Maranhão. Muitos comerciantes de Grajaú, Barra do Corda e mesmo do sul do estado abastecem os seus comércios aqui. Esta influência também chega aí ao estado vizinho do Tocantins, pela proximidade que tem. Muitas cidades da região do Bico do Papagaio procuram os produtos que são comercializados através do setor alimentício aqui do Mercadinho. (Entrevista realizada no dia 21 de agosto de 2014 com o representante do SINDICOMA).

As ideias expostas através da entrevista realizada com o representante do sindicato do comércio atacadista de Imperatriz – SINDOCOMA apresenta diversos elementos que evocam a necessidade de uma reflexão. No conjunto destes elementos, cumpre enfatizar:

- O comércio atacadista voltado à distribuição de gêneros alimentícios constitui um dos setores mais importantes e dinâmicos da economia imperatrizense;
- Esta importância é perceptível, tanto em relação à quantidade como também à variedade de produtos que são comercializados através deste segmento;
- A centralidade deste segmento se reflete através dos fluxos econômicos que são gerados e são oriundos, em particular, das regiões: central, sudoeste e sul do Maranhão e ainda do sul e sudeste do Pará e norte do Tocantins;
- Embora seja perceptível esta importância assumida pelo setor atacadista tradicional, representado pelo segmento alimentício, também são evidentes as mudanças envolvendo esta modalidade de comércio na cidade de Imperatriz.

Desde o ano 2000 são verificadas importantes mudanças na estrutura e dinâmica do comércio atacadista de Imperatriz. Elas estão associadas, principalmente, à presença do comércio atacadista moderno, representado pelos hipermercados e shopping centers. O setor atacadista tradicional, representado pelo comércio atacadista de balcão, conheceu desde então uma significativa redução tanto de estabelecimentos comerciais como também de clientes.

Mesmo que seja reconhecido este declínio do setor atacadista tradicional ele ainda constitui uma importante referência para a economia urbana de Imperatriz, uma vez que diariamente comerciantes desta cidade e de outros municípios dos estados do Maranhão, do Pará e Tocantins recorrem aos seus produtos que são comercializados no bairro Mercadinho.

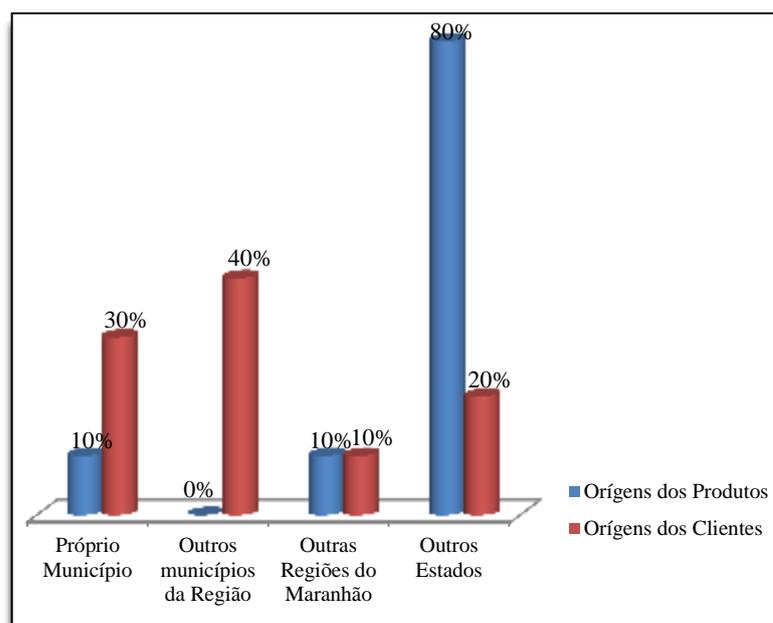
Outro fator que tem afirmado a centralidade deste setor econômico diz respeito às relações de proximidade estabelecidas entre comerciantes e clientes, uma vez que as plataformas do comércio moderno exigem compras efetuadas através de cartões de crédito ou débito. Já as plataformas do atacado tradicional nem sempre requerem estes instrumentos.

Além de ouvir o presidente do sindicato do comércio atacadista de Imperatriz com ênfase no setor alimentício – SINDICOMA, também tivemos a preocupação de apreender as opiniões e impressões dos comerciantes que estão ligados a este segmento econômico que dispõem de estabelecimentos comerciais localizados no bairro Mercadinho.

Conforme as informações prestadas pelo representante do SINDICOMA, há o registro junto a este órgão de pelo menos 32 comerciantes que dispõe de estabelecimentos comerciais no bairro Mercadinho. No conjunto destes comerciantes, realizamos entrevistas em 20 (vinte) estabelecimentos. Dito isto, afirma-se que foram entrevistados vinte comerciantes que dispõem de vínculos com o setor alimentício.

Inicialmente buscamos identificar a origem dos produtos que com frequência são comercializados através deste segmento no bairro Mercadinho, bem como a procedência dos clientes que com frequência recorrem a este setor. A finalidade exposta nesta fase da pesquisa pautou-se, principalmente, na necessidade de entender a natureza e os significados dos fluxos de pessoas e mercadorias que são estabelecidos através deste do setor.

Gráfico 18: Imperatriz/MA - Fluxos do comércio atacadista tradicional, 2014



Fonte: Pesquisa Direta – Setor atacadista do bairro Mercadinho
Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

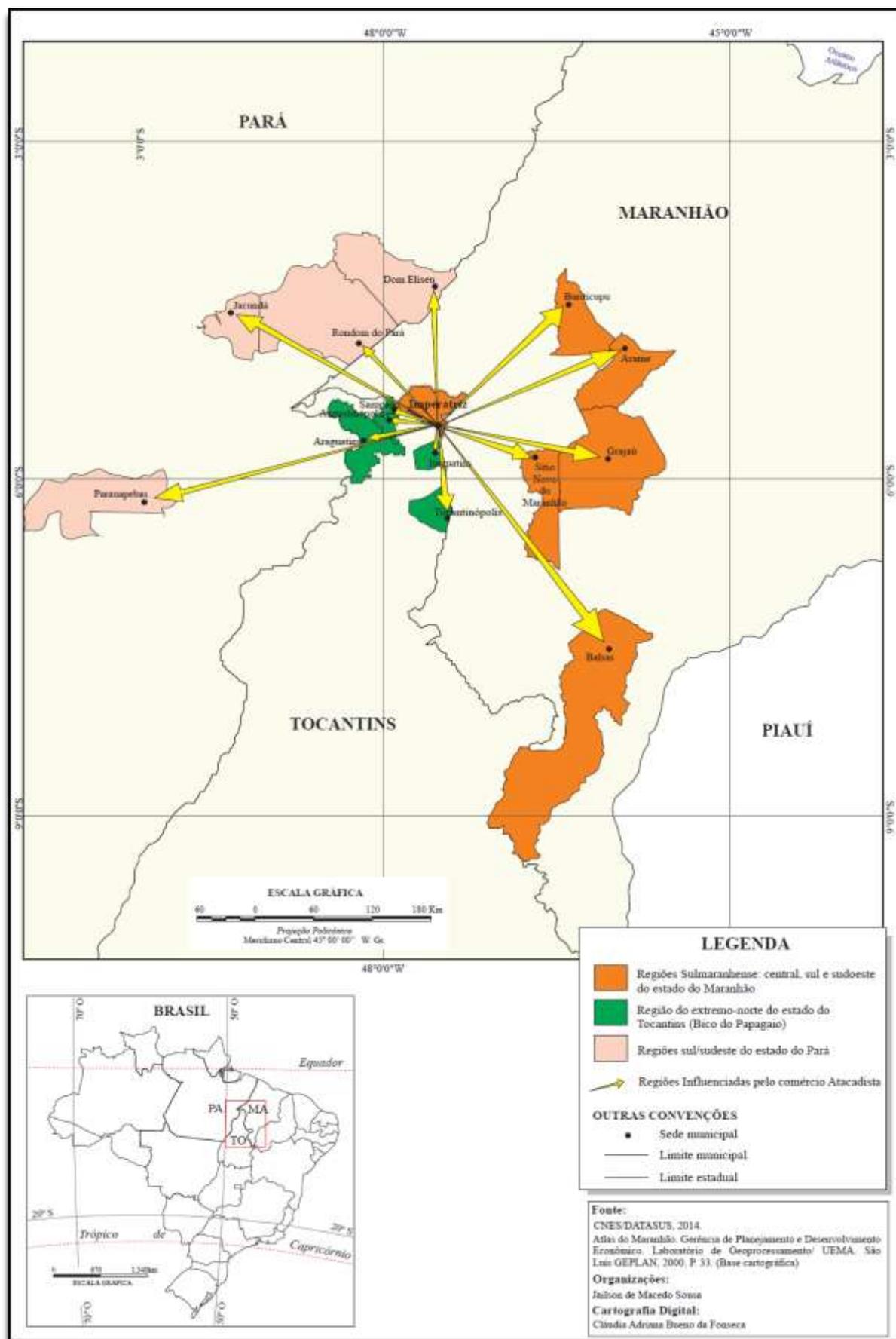
Os fixos e fluxos constituem em importantes instrumentos que permitem entender os processos de organização e reorganização das atividades econômicas dispostas no espaço urbano. Como lembram Araújo e Soares (2013, p. 342), “a dinâmica dos fixos e fluxos se relacionam não apenas ao aumento, mas também à diversificação e complexificação das diversas atividades que estão materializadas na cidade, tornando-se um importante indicador nos processos de estruturação e reestruturação do espaço urbano”.

Conforme os dados expostos no gráfico 18, pôde-se constatar que no conjunto de 20 comerciantes que recorrem com frequência ao setor alimentício do bairro Mercadinho, notou-se que oito (8) destes são oriundos de cidades da região Sulmaranhense. Deste universo, seis (6) são oriundos de Imperatriz e quatro (4) procedem de outros estados vizinhos, ou seja, de cidades do Pará e Tocantins e ainda dois (2) são oriundos de outras regiões do estado do Maranhão. Estes dados apresentados permitem inferir que a parcela mais expressiva dos fluxos gerados através do comércio atacadista voltado à comercialização de gêneros alimentícios são procedentes de cidades da região Sulmaranhense, ou seja, 40% dos fluxos gerados através deste setor são originários de localidades desta região.

No que se refere à origem ou procedência dos produtos comercializados através do segmento alimentício difundido no bairro Mercadinho, constatou-se conforme o universo dos comerciantes inquiridos, que dezesseis (16) destes adquirem os seus produtos na região sudeste, principalmente, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Deste universo, quatro (04) comerciantes afirmaram, respectivamente, que adquirem os seus produtos no município de Imperatriz e ainda em outros municípios do estado do Maranhão.

Estes dados permitem afirmar que a parcela mais expressiva, ou seja, 80 % dos produtos comercializados através do segmento alimentício são procedentes da região Sudeste, em particular, dos estados de São Paulo, Minas Gerais e ainda do Rio de Janeiro. Apenas 20% dos produtos deste setor é oriunda de Imperatriz e de outros municípios do Maranhão.

Mapa 23: Imperatriz/MA – Fluxos socioeconômicos do comércio atacadista, 2014



Relacionada a esta importância regional assumida pelo setor atacadista tradicional, em particular, o setor alimentício presente em Imperatriz é necessário considerar também a influência do comércio varejista moderno, representado pelos shopping centers.

Estas plataformas comerciais modernas têm assumido importantes papéis no interior das dinâmicas socioeconômicas que têm mobilizado as metrópoles e cidades médias brasileiras. Henrique Silva (2002) preocupado em entender o dinamismo que é peculiar a estas formas de comércio difundidas nas distintas regiões do país pondera

Supermercados, Hipermercados, Shopping Centers, Sistemas de Franquias e Lojas de Conveniência, constituem as chamadas novas formas do comércio que estão materializadas nas cidades espalhadas por todos os continentes. No Brasil, estas plataformas modernas de comércio, passaram a ser difundidas, a partir da década de 1950 e hoje, estão presentes em todas as regiões do país. A criação e difusão destas formas modernas de comércio, reflete a evolução do comércio brasileiro, frente aos novos padrões de vida e ao desenvolvimento de novas formas de consumo que tem se dispersado pelos diferentes mercados do mundo. (SILVA, 2002, p. 65-82).

No Brasil, tem sido crescente a presença e consolidação destas plataformas comerciais. Na atualidade, a constituição do modo de vida urbano encontra estreitos vínculos com a emergência da sociedade de consumo. A difusão desta sociedade reflete as inovações técnicas, científicas e mercadológicas que passaram a orientar o sistema-mundo desde a segunda metade do século XX. Como lembra Alain Touraine (1994, p. 15), “vivemos numa sociedade de consumo, onde as mercadorias passam a mediar as nossas relações, formando uma sociedade que vive em função da modernidade triunfante e dos seus signos de consumo”.

No que concerne ao dinamismo econômico promovido por estas plataformas comerciais que se dispersam pelo mercado mundial, há que se acentuar os papéis assumidos pelos shopping centers, que cada vez mais têm se disseminado nas distintas regiões do país.

A tabela apresentada a seguir, ilustra com propriedade, o expressivo avanço destas superfícies comerciais representadas pelos shopping centers no território brasileiro. Sabe-se que estes equipamentos comerciais têm se distribuído por todo o território, buscando acompanhar de perto os novos padrões de consumo estabelecidos pelo mercado mundial.

Tabela 31: Brasil - Evolução dos Shopping Centers (2006-2013)

ANO	Nº de Shoppings	ABL (milhões m ²)	Total de Lojas	Faturamento (R\$ Bilhões/Ano)	Empregos Gerados
2006	351	7,492	56.487	50	524.090
2007	363	8,253	62.086	58	629.700
2008	376	8,645	65.500	64,6	700.650
2009	392	9,081	70.500	74	707.166
2010	408	9,512	73.775	91	720.641
2011	430	10,344	80.192	108	775.383
2012	457	11,403	83.631	119	877.000
2013	495	12,940	86.271	129	843.254

Fonte: www.portaldoshopping.com.br/numeros-do-setor/. Acesso: 20/11/2014.

Os dados apresentados na tabela 30, asseveram que tem sido crescente a instalação de shopping centers no território brasileiro. No ano de 2006, por exemplo, a associação brasileira de shopping centers – Abrasce, reconheceu a presença de pelo menos 351 shopping centers no país. No ano de 2013, por sua vez, esta mesma organização contabilizou o registro de 495 destes estabelecimentos comerciais no país. Este fato nos leva a inferir que o aumento percentual no que se refere à instalação de shopping centers no Brasil entre os anos de 2006 a 2013 correspondeu a 41,03%.

No que se refere aos empregos gerados por este segmento também é relevante a atuação destes estabelecimentos. Conforme a Abrasce (2013), o número de empregos gerados pelos shopping centers no Brasil no ano de 2006 equivaleu a 524.090, sendo que no ano de 2013, estes números se elevaram para 843.254 de empregos gerados pelo setor. Estes dados confirmam que o aumento percentual verificado em relação à geração de empregos nos shopping centers no país entre os anos de 2006 a 2013 correspondeu a 60,90%.

A expansão destas plataformas de consumo tem ocorrido com frequência em distintas áreas do território brasileiro. No entanto, a sua concentração se manifesta com maior vigor nas metrópoles e cidades médias do sudeste. No estado do Maranhão a presença destes equipamentos comerciais ainda é tímida. A Abrasce reconheceu no ano de 2013, ao menos de 08 (oito) shopping centers no território maranhense, sendo que cinco destes se concentravam na capital São Luís e três estavam situados no interior, ou seja, na cidade de Imperatriz.

A transição do século XX para o século XXI assinala importantes transformações na estrutura comercial da cidade de Imperatriz. No conjunto destas mudanças, vale destacar a instalação das modernas plataformas comerciais representadas pelos shopping centers.

A instalação do primeiro shopping center em Imperatriz se deu em meados da década de 1990. Localizado na área central desta cidade, o Timbira shopping foi inaugurado no mês de outubro de 1996. Apresenta uma área total de 6.400m², com a capacidade de abrigar 80 lojas, sendo que dispõe de uma sala de cinema e uma praça de alimentação.

Localizado no coração de Imperatriz, o Tocantins shopping constituiu o segundo shopping center instalado nesta cidade no ano de 2010. Este equipamento comercial dispõe de uma área total equivalente a 15.000m², sendo que 5.700m² equivale à sua área bruta locável. Está apto a abrigar 110 lojas e conta com três salas de cinema e uma praça de alimentação.

O Imperial shopping é outro empreendimento desta natureza. Situado no bairro Jardim São Luís às margens da rodovia Belém-Brasília, este shopping teve a sua instalação no ano de 2012. Conta com uma área construída de 74.000m² e dispõe da capacidade de abrigar 180 lojas satélites e 8 lojas âncoras. Apresenta uma área bruta locável – ABL de 26.000m², dispondo de uma praça de alimentação de 1000 lugares e cinco salas de cinemas. Trata-se do maior e mais diversificado equipamento comercial dedicado ao setor varejista de Imperatriz.



Foto 58: Imperatriz/MA
Vista parcial do Timbira Shopping
Autor: SOUSA, Jailson de Macedo (2014).



Foto 59: Imperatriz/MA
Vista parcial do Imperial Shopping

Cumpra esclarecer que as nossas atenções não se voltaram à uma análise dos conteúdos sociais⁴³ que se fazem presentes nestes espaços, ou seja, nos shopping centers. Tivemos a preocupação de entender os significados que estas estruturas comerciais têm assumido no interior da dinâmica econômica desta cidade, considerando nesse cenário, a natureza dos fluxos gerados através desses estabelecimentos e suas influências local/regional.

Os dados apresentados no quadro abaixo enfatizam alguns aspectos da estrutura dos shopping centers encontrados na cidade de Imperatriz. Nesse sentido, são enfatizados a quantidade de lojas e o número de empregos gerados por estes empreendimentos.

Quadro 18: Imperial Shopping - Estabelecimentos comerciais e de serviços, 2014

Nº de Ordem	Denominação/Segmento de Lojas	Quantidade de Lojas	Nº de funcionários
01	Academias e Fitness	01	18
02	Agências de Câmbio	01	04
03	Agência de Trânsito	01	04
04	Agências de Viagens	02	07
05	Artigos Esportivos	02	60
06	Artigos de Viagens	02	11
07	Artigos infantis, brinquedos e festas	11	72
08	Bancos	01	10
09	Bijouterias, joias e acessórios em geral	08	38
10	Calçados em Geral	16	48
11	Confecções em Geral	22	322
12	Camas/Mesa e Banho	08	60
13	CDS/DVDs	02	07
14	Chocolates	02	08
15	Colchões e Derivados	02	09
16	Cinemas e entretenimento	01	20
17	Cosméticos, perfumaria e produtos de beleza	05	28
18	Farmácias e Drogarias	02	08
19	Fotografias	01	03
20	Games e Eletrônicos	04	24
21	Hipermercados	01	330
22	Lavanderia	01	08
23	Livraria	02	07
24	Móveis e Eletrodomésticos	09	64
25	Pet Shop	02	07
26	Recreação Infantil	02	15
27	Telefonia Celular	05	32
28	Outros	18	94
TOTAL		134	1318

Fonte: Imperial Shopping – Pesquisa Direta, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

⁴³ Diversos estudos realizados através da ciência geográfica têm aludido inquietações e relevantes contribuições ao debate envolvendo a presença e consolidação da sociedade de consumo e, conseqüentemente, os novos padrões que são estabelecidos a partir dessa sociedade. Os estudos realizados por Pintaudi (1992) e Santos (1998) constituem importantes referências à uma análise criteriosa dos shopping centers no Brasil.

As informações expostas no quadro anterior atestam que é expressivo o número de lojas e também o número de empregos gerados no Imperial shopping. No ano de 2014 foi possível registrar a geração de 1318 empregos neste empreendimento.

Também é bastante expressiva a quantidade de estabelecimentos comerciais verificados no Imperial shopping. De um total de 180 lojas satélites aptas a locação, verificou-se que há pelo menos 134 estabelecimentos em pleno funcionamento. Estes dados asseveram a importância desta plataforma comercial que atende as necessidades de consumo da população de Imperatriz e de vários municípios da região Sulmaranhense.

Os números indicados no quadro exposto a seguir retratam o número de lojas e a quantidade de pessoal ocupado (empregos gerados) no Tocantins shopping. Ao comparar esta estrutura comercial com as demais áreas que abrigam o comércio varejista de Imperatriz, logo se observa que é expressiva a quantidade de lojas existentes e também o número de pessoas empregadas neste estabelecimento comercial.

Quadro 19: Tocantins Shopping - Estabelecimentos comerciais e de serviços, 2014

Nº de Ordem	Denominação/Segmentos de Lojas	Quantidade de Lojas	Nº de funcionários
01	Academias e Fitness	01	12
02	Agências de Câmbio	01	03
03	Agências de Viagens	01	02
04	Artigos Esportivos	02	07
05	Artigos infantis, brinquedos e festas	10	38
06	Bijouterias, joias e acessórios em geral	08	32
07	Calçados em Geral	12	38
08	Confecções em Geral	28	106
09	Camas/Mesa e Banho	03	15
10	CDS/DVDs	02	08
11	Chocolates e Doces	01	05
12	Cinemas	01	07
13	Cosméticos, perfumaria e produtos de beleza	04	18
14	Farmácias e Drogarias	01	04
15	Games e Eletrônicos	01	03
16	Livraria	01	05
17	Recreação Infantil	02	09
18	Telefonia Celular	02	07
19	Móveis e Eletrodomésticos	03	28
20	Outros	05	36
Total		89	345

Fonte: Tocantins Shopping – Pesquisa Direta, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados destacados abaixo ressaltam a quantidade de lojas e o número de empregos gerados no Timbira shopping. No universo dos estabelecimentos encontrados nesta plataforma comercial há um destaque particular para as lojas que comercializam produtos de cama, mesa e banho, confecções e calçados. Estes são os segmentos que mais dispõem de estabelecimentos e, conseqüentemente, são também os que mais geram empregos.

Quadro 20: Timbira Shopping - Estabelecimentos comerciais e de serviços, 2014

Nº de Ordem	Denominação/Segmento de Lojas	Quantidade de Lojas	Nº de funcionários
01	Academias e Fitness	01	14
02	Agências de Câmbio	01	02
03	Produtos odontológicos	01	05
04	Agências de Viagens	01	03
05	Artigos Esportivos	02	14
06	Artigos de Viagens	01	04
07	Artigos infantis, brinquedos e festas	02	09
09	Bijouterias, joias e acessórios em geral	06	20
10	Calçados em Geral	10	41
11	Confecções em Geral	27	95
12	Camas/Mesa e Banho	07	26
14	Chocolates e Doces	02	05
16	Cinemas e entretenimento	01	12
17	Cosméticos, perfumaria e produtos de beleza	03	17
18	Farmácias e Drogarias	01	04
20	Games e Eletrônicos	02	07
23	Livraria	01	03
24	Móveis e Eletrodomésticos	02	16
26	Recreação Infantil	01	04
27	Telefonia Celular	02	05
28	Outros	05	16
TOTAL		79	322

Fonte: Timbira Shopping – Pesquisa Direta, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

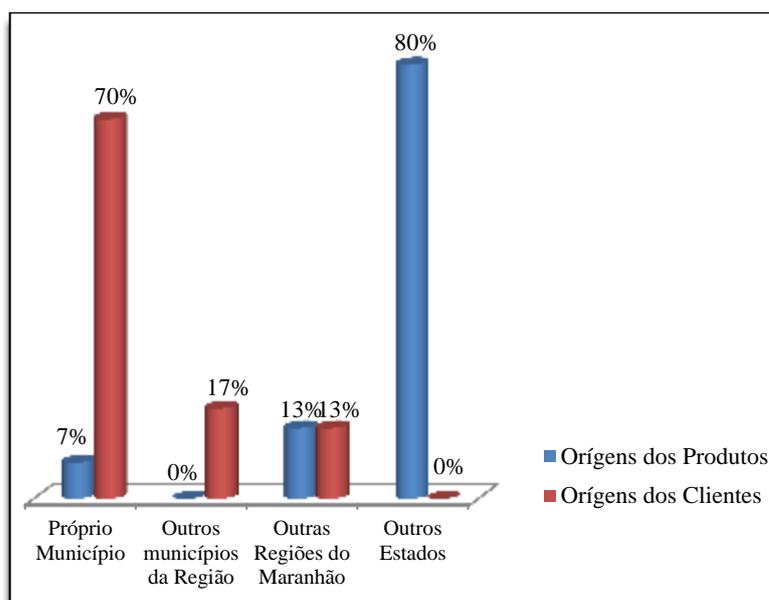
As informações indicadas no quadro 21 reforçam a importância que é conferida ao segmento varejista moderno, representado pelo Timbira shopping. Sabe-se que este é o menor shopping da cidade de Imperatriz. No entanto, é reconhecido que este empreendimento tem sido responsável por abrigar importantes parcelas dos estabelecimentos de varejo desta cidade, contribuindo também para a geração de empregos nesta cidade.

Ao levar em conta o dinamismo econômico promovido pelos shopping centers em Imperatriz/MA é perceptível a importância econômica destes estabelecimentos comerciais, tanto em função da quantidade de estabelecimentos quanto de empregos gerados.

O levantamento de dados realizado nos três shopping da cidade de Imperatriz contabilizou a existência de pelo menos 302 estabelecimentos comerciais que abrigam uma média de 2.023 funcionários. Neste levantamento, chamou atenção a notável participação dos segmentos de cama, mesa e banho, confecções, hipermercados e calçados. Estes são os setores que mais tem gerado emprego nestas plataformas comerciais pesquisadas.

Além de registrar a quantidade de empregos gerados e o número de estabelecimentos existentes nos shopping centers de Imperatriz, também tivemos a preocupação de entender a natureza dos fluxos econômicos que buscam com frequência as mercadorias, produtos e serviços que são comercializados nestes empreendimentos. Buscamos identificar ainda a origem dos produtos comercializados nestes estabelecimentos.

Gráfico 19: Imperatriz/MA - Fluxos do comércio varejista moderno, 2014



Fonte: Pesquisa Direta – Setor varejista – Shopping centers de Imperatriz
Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

É importante destacar que foram realizadas (30) trinta entrevistas nos shopping centers de Imperatriz (Timbira Shopping, Imperial Shopping e Tocantins Shopping). Em cada estabelecimento foram procedidas 10 (dez) entrevistas com comerciantes. Neste estágio da pesquisa também foram realizadas, respectivamente, 30 entrevistas com os clientes que com frequência realizam compras nestas plataformas de comércio moderno.

As finalidades expostas nesta fase da pesquisa se voltaram à necessidade de compreender a natureza e os significados dos fluxos econômicos⁴⁴ que com frequência buscam os produtos que são comercializados nos shopping centers de Imperatriz.

De acordo com os dados expostos no gráfico 19, observou-se que dos 30 comerciantes entrevistados nos shopping de Imperatriz, 24 destes afirmaram que os produtos que comercializam são oriundos de outros estados do país, principalmente, de estados das regiões: sudeste e sul (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais). Este fato nos leva a deduzir que 80% dos produtos comercializados nestes estabelecimentos têm a sua origem vinculada aos estados da região sudeste. Observou-se ainda que dos 30 comerciantes inquiridos, apenas (04) afirmaram que os produtos que comercializam são procedentes de outras áreas do estado do Maranhão, em particular, da capital São Luís, o que representa 13,35% dos produtos comercializados nestes estabelecimentos pesquisados.

Além de procurar entender a origem dos produtos comercializados nos shopping centers de Imperatriz, também manifestamos a inquietação de entender a origem dos clientes que buscam com frequência os produtos que são comercializados nestes estabelecimentos. Dos 30 (trinta) clientes entrevistados que realizam compras de produtos e serviços destes estabelecimentos em Imperatriz, observou-se que (21) vinte e um são oriundos da própria cidade. Desta amostra pesquisada, (05) cinco responderam ser procedentes de outros municípios da região Sulmaranhense e (04) quatro afirmaram ser oriundos de outros estados, ou seja, da região do Bico do Papagaio, situada no estado vizinho do Tocantins.

Estes dados expostos permitem inferir que 80% dos clientes que realizam compras nos shoppings de Imperatriz são oriundos da própria cidade. Deste universo pesquisado, notou-se ainda que 17% dos clientes dos shopping centers de Imperatriz são oriundos de municípios da região e 13% são oriundos de outros estados, em particular, do Tocantins.

⁴⁴ Verificar mapa 24, página 421.

As informações destacadas no gráfico 19 e reforçadas através do mapa 24, indicado antes permitiram apreender a natureza dos fluxos socioeconômicos difundidos através do comércio varejista moderno, representado nesse caso, pelos shopping centers em Imperatriz. Diante destas informações enfatizadas foi possível entender que:

- As novas plataformas comerciais representadas pelos shopping centers (Tocantins Shopping, Imperial Shopping e Timbira Shopping) modificaram, sobremaneira, a dinâmica do comércio varejista de Imperatriz;
- Estas mudanças estão associadas a novos padrões de consumo e também ao desprestígio de áreas tradicionais. Este é o caso do calçadão de Imperatriz, uma área tradicional do comércio varejista desta cidade que exerceu até o ano 2000 o papel de domínio deste segmento nesta cidade;
- A centralidade do segmento varejista moderno se reflete através dos fluxos econômicos que tem sido gerado por este setor, sendo que estes fluxos são oriundos, principalmente, das regiões: sudoeste/sul do Maranhão e ainda do sul/sudeste do Pará e da região do Bico do Papagaio no norte do Tocantins;
- A cerca dos fluxos econômicos gerados pelo segmento varejista moderno é reconhecido que a influência deste setor é mais reduzida quando comparada à influência exercida pelo segmento atacadista de Imperatriz;
- No entanto, admite-se que o setor do comércio varejista moderno representado pelos shopping centers tem apresentado relevantes papéis na dinamização da atividade comercial de Imperatriz, uma vez que em nenhuma outra cidade da região Sulmaranhense é possível encontrar estas plataformas comerciais.

Após discorrer sobre aspectos essenciais das dinâmicas que têm mobilizado o comércio atacadista de Imperatriz, expresso pelo setor alimentício e ainda o comércio varejista moderno, representado pelos shopping centers, urge enfatizar também a influência regional e os significados atribuídos aos serviços públicos de saúde difundidos em Imperatriz através do Hospital Municipal de Imperatriz. Esta tarefa será aludida na seção posterior.

5.2 A centralidade dos serviços públicos de saúde de Imperatriz e os seus reflexos na região Sulmaranhense: uma abordagem a partir do Hospital Municipal de Imperatriz

As últimas décadas do século XX assinalam importantes transformações na reorganização do território brasileiro que são marcadas, notadamente, pelas distintas formas de atuação da divisão social e técnica do trabalho neste espaço. No entanto, cumpre advertir que estas intervenções têm se edificado de formas distintas e desiguais no país, denotando ao mesmo tempo, a constituição de espaços luminosos e opacos. (SANTOS, 2001).

A intensificação dos processos de reestruturação urbano-regionais orientados pela atual etapa da divisão do trabalho no Brasil, associada à ampliação do processo de urbanização e a modernização do país têm apresentado implicações diversas nas formas de uso deste território. No bojo destas mudanças, há que se acentuar os papéis e significados que são atribuídos à oferta e às demandas geradas pelos serviços vinculados ao setor da saúde. Nessa direção, são úteis as contribuições fornecidas por Araújo e Soares (2013)

Os serviços de saúde crescem em número absoluto e se diversificam, sendo que a tecnificação e a sofisticação dos procedimentos e dos equipamentos utilizados nesse setor não são fenômenos observados apenas nos estabelecimentos de saúde localizados nas metrópoles e grandes cidades, mas também, e, principalmente, nas cidades médias. (ARAÚJO e SOARES, 2013, p. 345).

As cidades médias se apresentam nesse cenário como espaços dinâmicos, ou seja, aptos a acolher estas inovações. Elas têm abrigado uma gama diversa de atividades, produtos e serviços. São portadoras de forças de atração e mobilização das populações residentes nos espaços envolventes (imediatos e distantes) em razão dos conteúdos e serviços que oferecem.

No conjunto desses serviços há que se enfatizar as particularidades que têm sido exercida através dos serviços públicos e privados de saúde que são difundidos através destes espaços, pois como lembra Pereira (2007, p. 140), “os serviços de saúde constituem, a priori, um atributo intrínseco à vida urbana”. A consolidação destes serviços tem contribuído diretamente para a afirmação da centralidade destas cidades no espaço regional.

Em face desta importância assumida pela difusão dos serviços públicos e privados de saúde em cidades médias, em particular, na cidade de Imperatriz, é que propomos nesta seção abordar e entender aspectos peculiares da natureza e significados dos serviços públicos de saúde oferecidos através do Hospital Municipal de Imperatriz – HMI.

5.2.1 Emergência e consolidação dos serviços de saúde na cidade de Imperatriz

A oferta inicial dos serviços de saúde na cidade de Imperatriz ocorreu ainda no início da década de 1960 como uma resposta aos acréscimos populacionais notados nesta cidade e às necessidades humanas que passaram a reclamar por eles. A célere urbanização difundida nesta cidade entre as décadas de 1960-1980, associada ao dinamismo de distintas atividades econômicas constituiu o ponto de partida para a emergência dos serviços de saúde em Imperatriz. No entanto, é reconhecido que a ampliação na oferta desses serviços só ocorreu de fato na década de 1990, sendo motivada pelos seguintes determinantes:

- A consolidação da urbanização de Imperatriz e a condição assumida por esta cidade desde a década de 1980 como um pólo terciário;
- A descentralização e universalização dos serviços de saúde, introduzidas no território brasileiro, através da implantação do Sistema Único de Saúde – SUS;
- Instalação de hospitais públicos e privados, laboratórios e clínicas, induzindo uma maior demanda de usuários e uma maior oferta de profissionais ligados ao setor;
- A expansão na oferta de cursos técnicos e superiores na área da saúde nesta cidade, particularmente, os cursos de enfermagem, odontologia, nutrição e serviço social. Estes cursos têm servido de suporte às crescentes demandas locais e regionais geradas pelo segmento da saúde na cidade de Imperatriz.

As últimas décadas do século XX atestam um aumento exponencial na oferta de cursos técnicos e superiores voltados à formação de profissionais para atuar na área da saúde. Das oito IES presentes em Imperatriz ao menos cinco ofertam cursos ligados à área da saúde.

Nessa direção, Viana (2013) enfatiza

A expansão dos serviços de saúde na cidade de Imperatriz, tanto na rede pública quanto da privada, segue um ritmo crescente desde a década de 1990. O aumento desta demanda se dá em razão da intensa urbanização, o crescimento econômico e a centralização assumida por Imperatriz nas últimas décadas que justificam o papel exercido por esta cidade enquanto polo regional de serviços de saúde. Outro fato que contribuiu para a polarização dos serviços de saúde em Imperatriz foi a introdução das políticas de descentralização instauradas pelo ministério da saúde, por meio das normas operacionais - NOB 01/96 e NOAS 01/01⁴⁵(VIANA, 2013, p. 165).

Esses determinantes elencados têm contribuído para a afirmação da centralidade dos serviços públicos e privados de saúde oferecidos pela cidade de Imperatriz. A influência exercida por este setor se reflete inclusive para fora da órbita dos municípios das regiões: central, sudoeste e sul do estado do Maranhão. Ela se irradia para vários municípios das regiões sul e sudeste do estado do Pará e do extremo norte do estado do Tocantins.

A evolução do sistema de saúde em Imperatriz tem ocorrido de forma gradual. Desde a década de 1960 registram-se intensos fluxos de populações dos municípios vizinhos e da própria cidade em busca dos serviços de saúde. Estas demandas têm requerido uma ampliação contínua na oferta destes serviços. O quadro indicado a seguir retrata a configuração da oferta destes serviços na cidade de Imperatriz entre às décadas de 1960-1980.

Quadro 21: Imperatriz/MA - Principais Hospitais existentes na cidade (1960-1980)

Denominação	Instalação	Nº de Leitos	Nº de Médicos	Categoria	Mantenedor
Hospital São Vicente Férrer	1964	90	08	Geral	Privado
Hospital São Raimundo	1966	180	20	Geral	Privado
Hospital Santa Tereza	1970	180	12	Geral	Privado
Hospital Otávio Passos	1970	60	12	Geral	Estado
Hospital Santa Cecília	1971	20	04	Geral	Privado
Hospital Santa Lúcia	1971	30	06	Geral	Privado
Hospital São Rafael	1975	100	16	Geral	Privado
Hospital Santa Maria	1978	100	12	Geral	Privado
Hospital Infantil Pequeno Príncipe	1980	50	06	Geral	Privado
Total	-	810	96	-	-

Fonte: Coutinho, 1994.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

⁴⁵ Tratam-se das diretrizes que preconizam o avanço dos processos de descentralização dos serviços de saúde no Brasil, baseadas na macro-estratégia da regionalização, visando assegurar o acesso dos cidadãos brasileiros às ações resolutivas e à defesa da qualidade nos serviços públicos de saúde em todos os níveis de atenção.

Conforme os dados expostos no quadro 21, observa-se que a instalação dos primeiros estabelecimentos (hospitais) de saúde na cidade de Imperatriz ocorreu no início da década de 1960, tendo como motivações centrais: o expressivo crescimento demográfico e as consequentes demandas geradas por este município e pelas cidades da região Sulmaranhense.

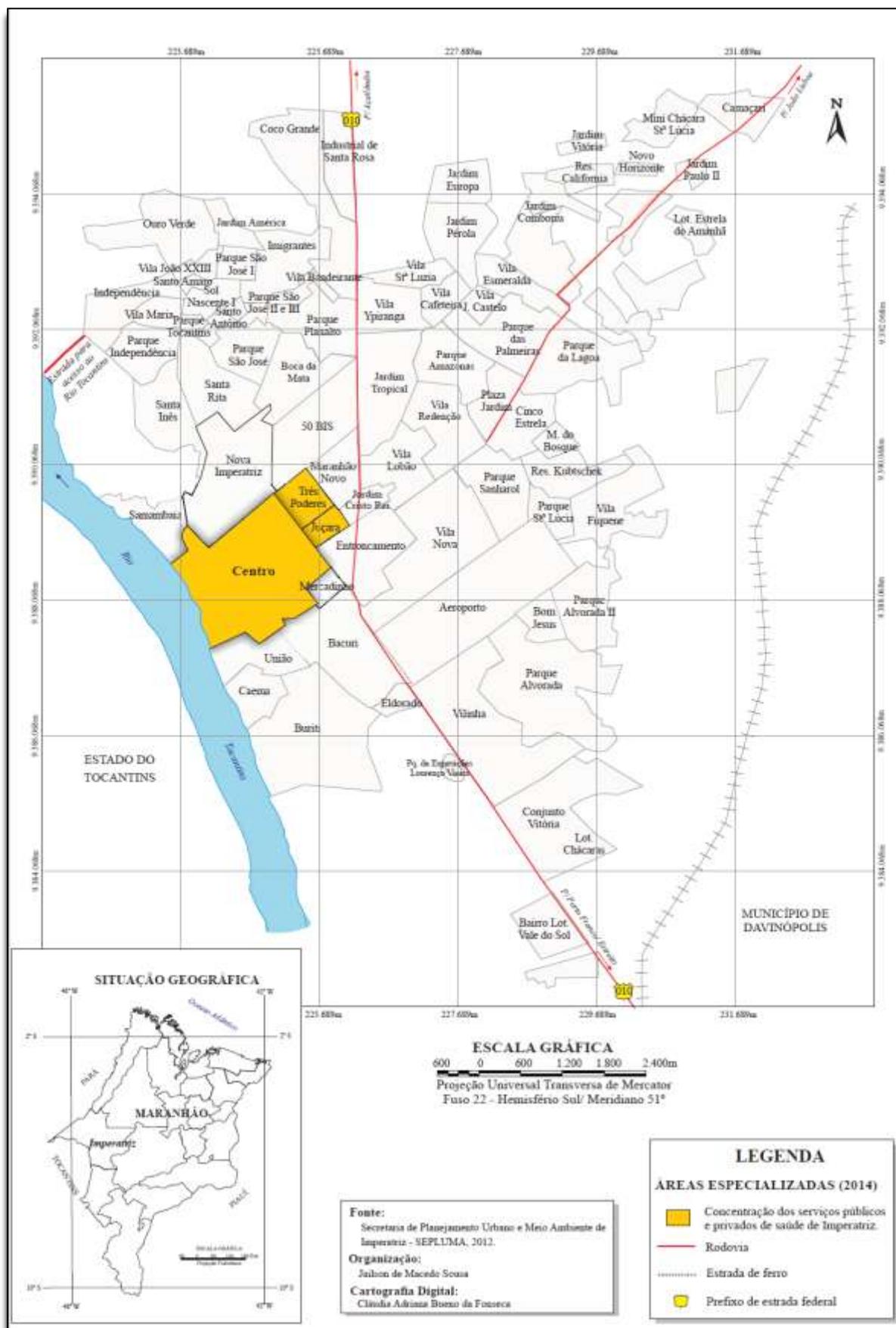
As demandas requeridas pelas populações de Imperatriz e desta macrorregião passaram a reivindicar uma ampliação na oferta dos serviços de saúde. Com isto, observou-se no intervalo de duas décadas (1960-1980) uma expansão considerável do número de estabelecimentos que se dedicaram à prestação destes serviços nesta cidade. Os hospitais contabilizados em Imperatriz neste intervalo de tempo foi superior a 20 estabelecimentos, havendo nesse cenário, um predomínio de estabelecimentos de pequeno porte e privados.

No entanto, mesmo reconhecendo este avanço, entende-se que estes serviços ainda se mostram insuficientes em razão das demandas se apresentarem sempre superiores. Neste período, somente a população de Imperatriz era superior a 80.000 habitantes. Este fato explica, em parte, os constantes deslocamentos das populações desta cidade e de cidades circunvizinhas em busca dos serviços de saúde mais complexos (média e alta complexidade), oferecidos na maioria das vezes nas capitais mais próximas, ou seja, nas cidades de Teresina, São Luís, Belém e Goiânia. Estes movimentos perduraram até a década de 1990.

Foi somente a partir da década de 1990 que se verificou uma ampliação na oferta dos serviços públicos e privados de saúde na cidade de Imperatriz. Esta expansão ocorreu graças aos processos de descentralização das políticas públicas de saúde e, consequentemente, dos serviços públicos prestados em razão da implantação do sistema único de saúde no país. Esta ampliação na oferta dos serviços públicos de saúde também motivou a expansão dos serviços privados de saúde em Imperatriz. Desde 1990, é notado um aumento considerável do número de clínicas especializadas, laboratórios e hospitais na área central⁴⁶ desta cidade.

⁴⁶ Verificar mapa 25, página 427.

Mapa 25: Imperatriz/MA: Áreas de concentração dos serviços de saúde, 2014



É na área central de Imperatriz que se concentram os principais estabelecimentos públicos e privados vinculados ao segmento da saúde. Nesta localidade e, em particular, nos bairros: Centro, Juçara e Três Poderes é possível encontrar uma gama mais expressiva e diversificada dos estabelecimentos de saúde. Nessa direção, Viana (2011) comenta

Como acontece em todas as cidades médias que possuem um importante setor de serviços, em Imperatriz a maioria dos estabelecimentos de saúde, tanto públicos quanto privados, estão concentrados no centro principal. Trata-se da área que inclui o bairro Centro, Três Poderes e Juçara. Os dois hospitais de maior porte e de extrema importância local e regional: o Hospital Municipal de Imperatriz – HMI e o Hospital Regional Materno Infantil de Imperatriz – HRMI, estão localizados justamente nestas áreas da cidade de Imperatriz. (VIANA, 2011, p. 68).

Segundo o cadastro nacional dos estabelecimentos de saúde foram identificados no ano de 2014 pelo menos 334 estabelecimentos de saúde em Imperatriz, incluindo nesse cenário, as clínicas que prestam serviços em várias especialidades, tais como: anestesia, angiologia, cardiologia, nefrologia e gastrologia, bem como laboratórios, hospitais, unidades básicas de saúde, entre outros. (CNES/DATASUS, 2014). As informações destacadas abaixo enfatizam alguns dos principais hospitais e clínicas especializadas encontrados em Imperatriz.

Quadro 22: Imperatriz/MA- Principais hospitais e clínicas situados na área central, 2014

Hospitais	Localização	Clínicas	Localização
Hospital das Clínicas	Centro	Clínica de Ortopedia e Pediatria	Centro
Hospital Santa Teresa	Centro	Clínica Santa Efigênia	Centro
Hospital Santa Maria	Centro	Clínica Neurolife	Centro
Hospital Infantil São José	Centro	Centro Integrado de Saúde da Mulher	Centro
Centro Materno Infantil de Imperatriz	Centro	Clínica do Aparelho Digestivo	Centro
Hospital da Criança de Imperatriz	Centro	Centro de Uroginecologia	Centro
Hospital Incor - Santa Mônica	Centro	Uroclínica	Centro
Hospital São Rafael	Centro	Instituto Cardiológico de Imperatriz	Centro
Hospital Infantil Pequeno Príncipe	Centro	Uni-RAD	Centro
Hospital da UNIMED	Beira Rio	Climesp	Juçara
Hospital Regional Materno Infantil	Centro	Clínica Mãe	Juçara
Hospital Municipal de Imperatriz	Centro	Clínica Naturalis	Três Poderes
Hospital Alvorada	Entroncamento	Dermoclínica	Três Poderes

Fonte: <http://cnes.datasus.gov.br/> Acesso 20/11/2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

As informações arroladas no quadro 23 confirmam a expressiva participação do segmento dos serviços de saúde presentes na cidade de Imperatriz. São diversas as clínicas especializadas, laboratórios e hospitais públicos e privados que prestam serviços nos diferentes níveis de atenção da saúde na cidade de Imperatriz.

Com relação à quantidade de clínicas especializadas de saúde, foram identificados no ano de 2014, segundo dados do cadastro nacional de estabelecimentos de saúde do Ministério da Saúde, 72 clínicas na cidade de Imperatriz. (CNES/DATASUS, 2014). Não obstante, sabe-se que estes números são bem mais expressivos, uma vez que nem todos os estabelecimentos apresentam um cadastro formal junto ao Ministério da Saúde.

Estas informações apresentadas corroboram para a concretude e a confirmação da centralidade exercida através dos serviços públicos e privados de saúde que se fazem presentes em Imperatriz. A centralidade gerada pelos serviços de saúde também deve ser pensada de modo articulado a outras importantes atividades econômicas. Trata-se, por exemplo, de reconhecer também a participação das atividades comerciais desenvolvidas nesta cidade, principalmente, em face da força do comando econômico que é orientada pelo comércio atacadista desta cidade que constitui desde a década de 1980 como uma referência na distribuição e comercialização de produtos diversos no espaço regional Sulmaranhense.

Associada a esta participação do comércio (atacadista e varejista) é importante destacar também a relevância dos serviços voltados à formação superior, uma vez que as IES de Imperatriz têm atraído uma gama considerável de estudantes de várias cidades da região Sulmaranhense, do extremo norte do estado do Tocantins e das regiões sul e sudeste do estado Pará. Relaciona-se ainda a estas atividades, a participação do segmento da construção civil que também tem contribuído para a afirmação da centralidade urbana de Imperatriz no cenário regional Sulmaranhense. Como lembra França (2014, p. 6), “quanto maior a capacidade da oferta de serviços de uma cidade, maior será o exercício da sua centralidade”.

Dito isto, entende-se que a cidade de Imperatriz tem exercido relevante influência regional em razão dos serviços públicos e privados de saúde que oferece aos diversos municípios de menor porte populacional das regiões: central, sul e sudoeste do Maranhão e ainda às cidades situadas no extremo norte do estado do Tocantins e no sul e sudeste do Pará.

Outro fato que assevera a importância dos serviços de saúde difundidos através de Imperatriz está relacionado à elaboração do plano diretor⁴⁷ de regionalização da saúde do Maranhão (PDR/2013). Este plano reconhece a cidade de Imperatriz como sendo uma cidade-pólo das três macrorregiões do estado, sendo constituída por 42 municípios. Esta cidade atende segundo o PDR uma população que é superior a 1.017.094 habitantes, equivalendo a 17,33% da população maranhense. Divide-se em 05 microrregiões: Imperatriz, Açailândia, Barra do Corda, Grajaú e Balsas e conta ainda com 12 módulos assistenciais.

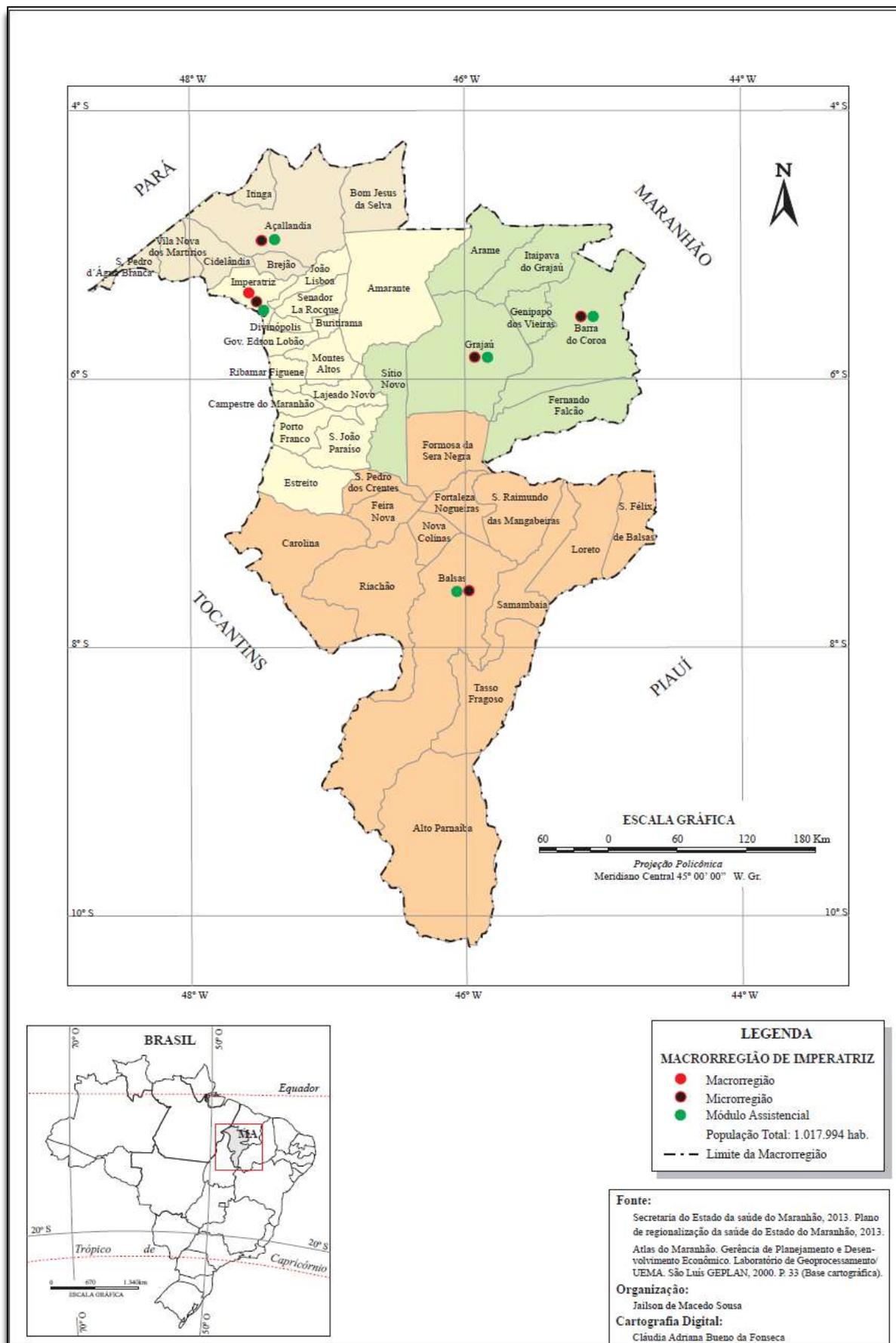
No que se refere à oferta de serviços de alta complexidade, a cidade de Imperatriz também se apresenta como uma referência na realização de procedimentos radiodiagnóstico, ressonância magnética, neurocirurgia, cirurgia ortopédica entre outros. Estes serviços atendem as microrregiões de Açailândia, Barra do Corda, Balsas e Grajaú. Estes elementos arrolados confirmam a condição que a cidade de Imperatriz tem assumido como um dos mais importantes polos prestadores dos serviços de saúde do território maranhense.

Com vistas de apreender a natureza e os significados da centralidade exercida pelos serviços de saúde difundidos a partir da cidade de Imperatriz é que apresentamos a seguir alguns dados que contribuem para explicar este dinamismo. Esta análise é mediada através de uma abordagem que foi realizada junto ao Hospital Municipal de Imperatriz - HMI.

Trata-se da instituição que é entendida como a maior referência na prestação dos serviços públicos de saúde desta cidade, servindo de suporte às crescentes demandas geradas pelas populações do estado do Maranhão e dos estados do Pará e do Tocantins.

⁴⁷ Verificar mapa 26, página 431.

Mapa 26: Região Sulmaranhense - Plano Diretor de regionalização da saúde, 2013



5.2.2 A influência regional dos serviços públicos de saúde difundidos através do HMI

Instalado no início da década de 1980 na cidade de Imperatriz, o Hospital Municipal de Imperatriz – HMI se apresenta como o maior e o mais importante hospital de referência na oferta dos serviços públicos de saúde desta cidade.

O expressivo número de profissionais associado ao número de atendimentos, de leitos e de procedimentos realizados por este estabelecimento de saúde, explica de modo contundente a importância e os significados que ele vem exercendo na cidade de Imperatriz. Esta influência se reflete inclusive para fora da órbita do território maranhense, sendo irradiada para as porções do extremo-norte do estado do Tocantins e para as regiões sul e sudeste do estado do Pará. Sobre este fato, são válidas as ideias destacadas por Viana (2013)

A crescente demanda gerada pelos serviços de saúde em Imperatriz, inclui pacientes de outros municípios do estado do Maranhão, do Pará e do estado do Tocantins. Este fato se deve em razão de que em Imperatriz se concentram vários procedimentos hospitalares de média e alta complexidade. Nessa conjectura, o Hospital Municipal de Imperatriz – HMI caracteriza-se como a instituição de saúde mais importante do município e da região. Popularmente conhecido como **Socorrão**, este hospital está preparado para atendimentos de urgência e emergência, especialmente em situações onde seja necessário realizar intervenções cirúrgicas. (VIANA, 2013, p. 175).

O Hospital Municipal de Imperatriz se configura como uma instituição que presta serviços gerais, ou seja, se apresenta como um hospital geral. O atendimento que realiza se volta à prestação de serviços ambulatoriais, internação e de urgência e emergência. Conforme o cadastro nacional dos estabelecimentos de saúde do Ministério da Saúde, o HMI conta com a atuação de 440 profissionais, distribuídos entre médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares em enfermagem. Conta ainda com 406 leitos que são destinados aos procedimentos: clínicos, pediátricos, cirúrgicos e complementares. (CNES/DATASUS, 2014).

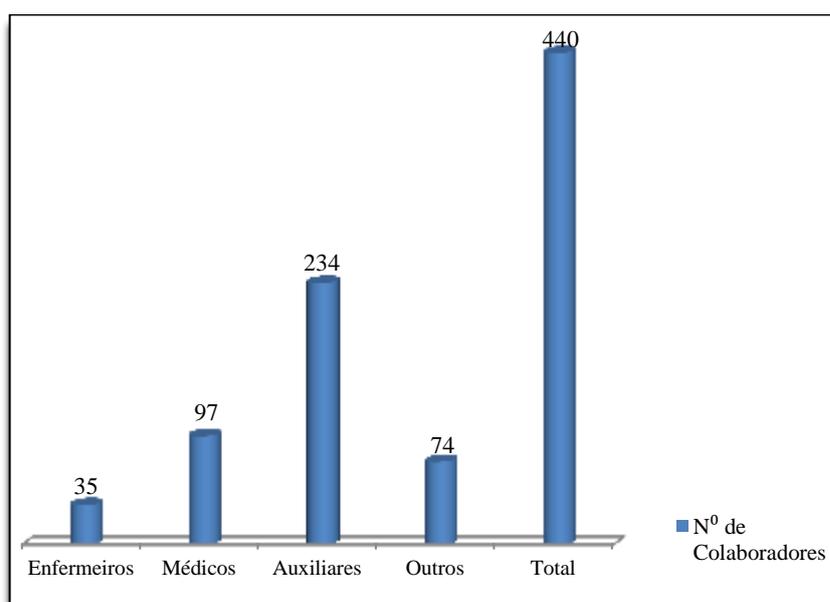
O expressivo número de procedimentos realizados pelo HMI, associado ao número de usuários atendidos e, sobretudo, a natureza destes procedimentos (alta e média complexidade) reforçam os significados da centralidade dos serviços de saúde que esta instituição tem proporcionado às populações dos estados do Maranhão, Pará e do Tocantins.

Com vistas de apreender os significados desta centralidade exercida pelos serviços de saúde ofertados pelo Hospital Municipal de Imperatriz, apresentamos a seguir alguns elementos que têm contribuído para explicar esta dinâmica. Nesta análise, serão destacados:

- A distribuição e evolução do número de profissionais e de leitos oferecidos no HMI, considerando a dinâmica estabelecida nos últimos cinco anos;
- A evolução do número de internações realizadas no HMI, considerando-se nesse cenário, os níveis de complexidade do atendimento no período mencionado;
- A evolução do número de atendimentos prestados por este estabelecimento, levando-se em conta, os distintos procedimentos realizados nos últimos cinco anos;
- A natureza e os significados dos fluxos dos usuários que buscam por alguns dos principais procedimentos que são realizados neste estabelecimento de saúde.

Os dados dispostos no gráfico abaixo retratam o número atual de profissionais (temporários e efetivos) que prestam serviços no Hospital Municipal de Imperatriz. Neste levantamento foram considerados os distintos colaboradores, ou seja, enfermeiros, médicos, técnicos e auxiliares de enfermagem que atuam neste estabelecimento de saúde.

Gráfico 20: HMI/Imperatriz-MA – Número de profissionais da saúde, 2014



Fonte: CNES/DATASUS, 2014.

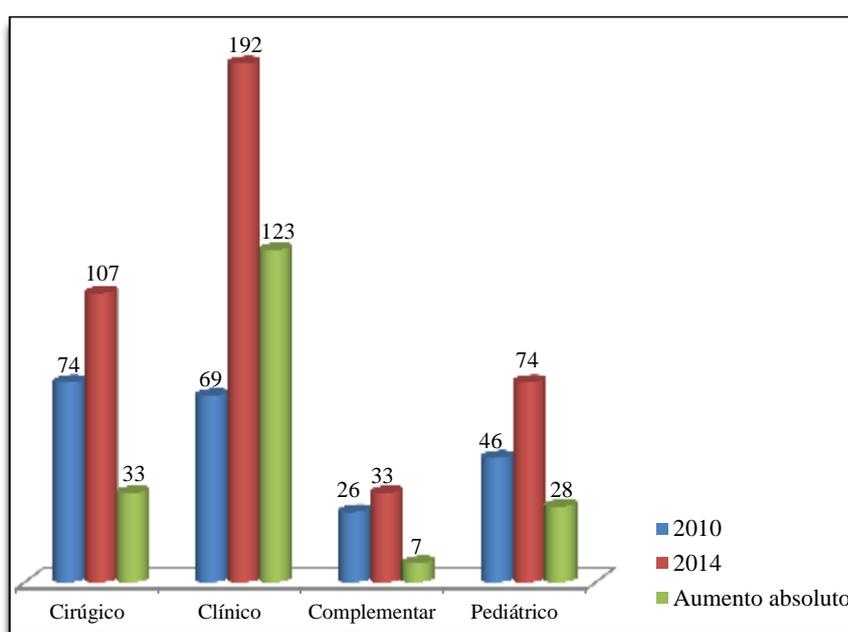
Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Afirmou-se antes que o segmento dos serviços públicos e privados de saúde tem se expandido consideravelmente na cidade de Imperatriz desde 1990. Este crescimento se reflete tanto em relação ao número de clínicas especializadas e hospitais instalados como também em relação ao número de pessoas empregadas no setor. No HMI, por exemplo, o número mais expressivo de profissionais se relaciona aos técnicos de enfermagem que registrou no ano de 2014 um quantitativo de 234 colaboradores permanentes e temporários.

Outro fator que tem contribuído para este aumento da oferta de profissionais no setor da saúde de Imperatriz se relaciona à adoção de cursos superiores e técnicos voltados à área. Observa-se, por exemplo, que das oito IES existentes em Imperatriz que ofertam cursos regulares de graduação, ao menos cinco subsidiam cursos na área de saúde. Esta contribuição também foi reforçada em razão da instalação no ano de 2013 do curso de medicina na UFMA.

Outro dado relevante que reflete a influência regional dos serviços de saúde oferecidos através do HMI diz respeito à evolução do número de leitos existentes neste hospital. Além de identificar a quantidade de leitos existentes neste hospital, também tivemos a preocupação de entender a forma como eles se distribuem neste estabelecimento.

Gráfico 21: HMI – Evolução do número de leitos conforme procedimentos (2010-2014)



Fonte: CNES/DATASUS, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Conforme os dados apresentados no gráfico 21 observa-se que de modo geral, tem ocorrido um importante aumento na oferta de leitos no Hospital Municipal de Imperatriz, considerando-se os procedimentos: cirúrgicos, clínicos, complementares e pediátricos.

No conjunto destacado, observou-se que os leitos destinados à realização de procedimentos clínicos foram os que obtiveram um maior crescimento no período analisado. No ano de 2010, por exemplo, registrou-se a oferta de 69 leitos destinados a estes procedimentos. No ano de 2014, por sua vez, a quantidade de leitos se expandiu para um total de 192. Dito isto, pode-se deduzir que o aumento percentual na oferta de leitos cirúrgicos no HMI no período que se estende entre os anos de 2010 a 2014 equivaleu a 178,26%.

Este avanço na oferta de leitos no âmbito do HMI também pôde ser observado em razão de uma maior oferta dos leitos pediátricos. No ano de 2010, verificou-se que haviam 46 leitos destinados a estes procedimentos. No ano de 2014, por seu turno, o número de leitos destinados à realização de procedimentos pediátricos se elevou para um total de 74. Com isto, é possível deduzir que a variação percentual relativa à oferta de leitos pediátricos no HMI no período compreendido entre os anos de 2010 a 2014 correspondeu a 60,87%.

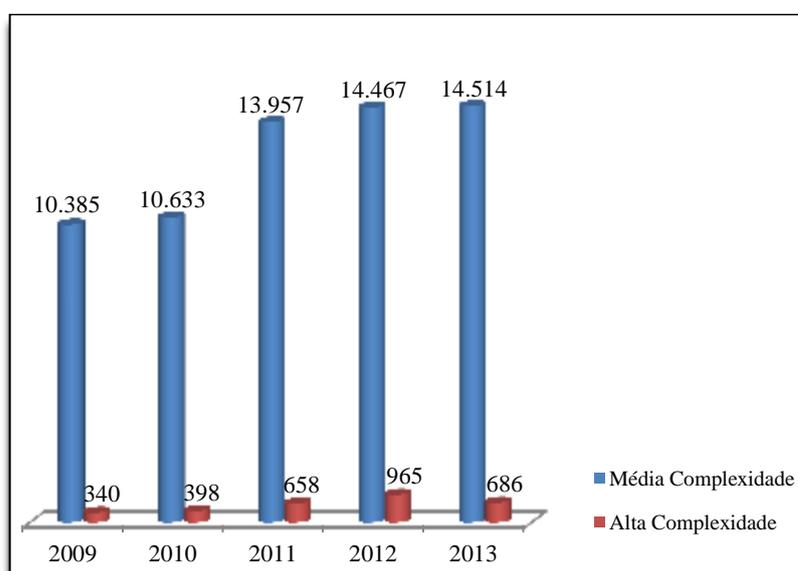
Estes números apresentados no gráfico 21 asseveram uma considerável expansão na oferta do número de leitos no Hospital Municipal de Imperatriz, considerando-se nesse contexto, os diferentes procedimentos realizados por este estabelecimento de saúde. Mesmo reconhecendo este aumento na oferta de leitos no HMI, sabe-se que a sua capacidade de suporte é insuficiente diante das expressivas demandas que são direcionadas a este hospital, uma vez que o atendimento não se restringe à cidade de Imperatriz.

Os serviços de saúde ofertados através do Hospital Municipal de Imperatriz, em particular, os de média e alta complexidade atendem às demandas das cidades vizinhas da região Sulmaranhense e ainda das cidades situadas nas regiões sul e sudeste do estado do Pará e do extremo norte do estado do Tocantins, ou seja, da região do Bico do Pagagaio.

Outro instrumento que tem servido de referência à apreensão do exercício da centralidade que tem sido conduzida através dos serviços de saúde prestados pelo HMI diz respeito à evolução do número de internações realizadas neste estabelecimento.

Afirmou-se antes que o Hospital Municipal de Imperatriz realiza procedimentos nos mais distintos níveis de complexidade, sendo que se sobressaem os atendimentos voltados à alta e média complexidade. O gráfico 22, indicado abaixo, ressalta o processo evolutivo de internações neste estabelecimento de saúde, considerando estes níveis de complexidade.

Gráfico 22: HMI – Evolução de internações segundo níveis de complexidade (2009-2013)



Fonte: CNES/DATASUS, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados expostos no gráfico anterior confirmam o aumento percentual das internações realizadas no HMI no período equivalente aos anos de 2009-2013, considerando-se tanto os procedimentos de alta como de média complexidade. Neste intervalo, foi mais expressivo o aumento das internações vinculadas a procedimentos de alta complexidade.

No ano de 2009, por exemplo, o número de internações ligadas a estes procedimentos equivaleram a 340. No ano de 2013, este número se elevou para 686 procedimentos realizados. Dito isto, pode-se inferir que o aumento percentual de internações voltadas a procedimentos de alta complexidade no HMI no período estudado foi de 101,76%.

As internações relacionadas aos procedimentos de média complexidade também tem aumentado no HMI. Embora seja notório que este crescimento se dê num patamar inferior às internações dos procedimentos de alta complexidade. No ano 2009, o número de internações ligadas aos procedimentos de média complexidade equivaleu a 10.385, tendo aumentado em 2013 para 14.514. Com isto, pode-se afirmar que o crescimento das internações de média complexidade realizadas no HMI entre 2009-2013 equivaleu a 39,76%.

Estes dados apresentados reforçam os significados da centralidade que tem sido exercida através dos serviços prestados pelo Hospital Municipal de Imperatriz. Quanto maior, mais diversa e complexa for a oferta destes serviços, maiores também serão as demandas atraídas por eles. Nessa perspectiva, são úteis as ideias ressaltadas por França (2012)

O setor terciário é um dos maiores geradores de fluxos e fixos na cidade de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais. Grande parte da população regional procura os serviços por ela oferecidos. As cidades menores em sua maioria não os possuem ou, quando existem, esses serviços não oferecem a mesma diversidade e especialização. (FRANÇA, 2012, p. 294).

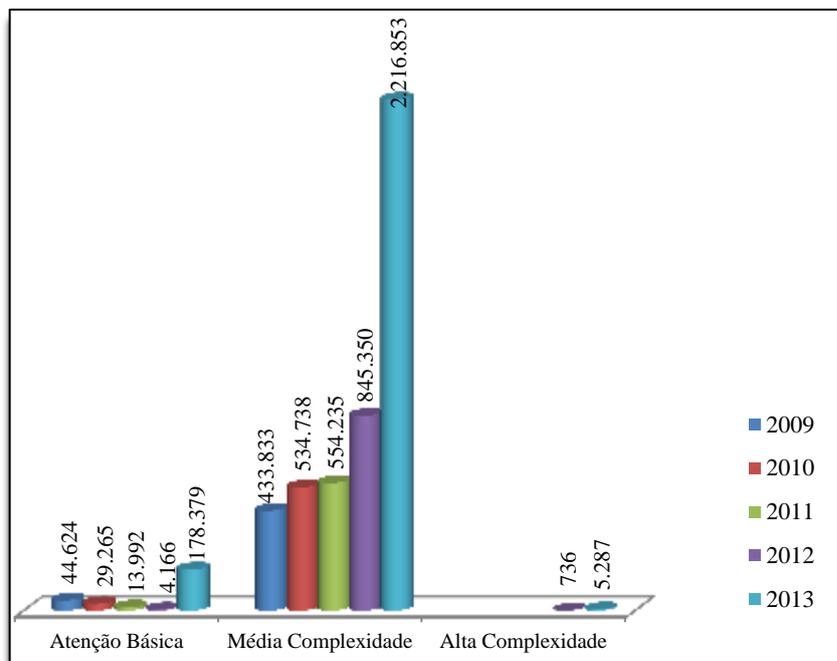
Este dinamismo materializado em função dos fluxos e fixos estabelecidos no principal núcleo urbano da região norte mineira, ou seja, na cidade de Montes Claros, também pode ser evidenciado na cidade de Imperatriz. No entanto, é necessário que sejam consideradas as particularidades que envolvem as dinâmicas socioespaciais destas cidades.

A centralidade difundida a partir dos serviços públicos e privados de Imperatriz reforça a sua condição enquanto centro urbano de comando da vida socioeconômica Sulmaranhense. A atração de fluxos diários de pessoas dos mais diversos municípios da região Sulmaranhense em busca dos serviços de saúde difundidos a partir do HMI confirma a polarização destes serviços e desta cidade no âmbito do espaço regional Sulmaranhense.

Esta centralidade tem sido exercida e tem se afirmado, fundamentalmente, em razão do caráter complexo dos atendimentos e também da especialização e diversificação dos serviços médicos-hospitalares que são oferecidos neste estabelecimento de saúde.

Outro indicador que tem servido de fundamento para explicar a centralidade exercida através dos serviços públicos de saúde difundidos pelo Hospital Municipal de Imperatriz no espaço regional Sulmaranhense se refere ao número de atendimentos realizados.

Gráfico 23: HMI – Evolução do número de atendimento segundo complexidade (2009-2013)



Fonte: CNES/DATASUS, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados arrolados no gráfico 23 testemunham o expressivo aumento do número de atendimentos realizados pelo Hospital Municipal de Imperatriz entre os anos de 2009 a 2013, considerando nesse contexto, os diferentes níveis de complexidade.

Ao considerar o dinamismo que envolve o número de atendimentos realizados no HMI, é possível constatar que os procedimentos relacionados à alta complexidade foram que obtiveram um maior crescimento no período investigado. No ano de 2012, por exemplo, o número de atendimentos voltados a estes procedimentos equivaleu a 736. No ano de 2013, por sua vez, estes números se elevaram consideravelmente, apresentando um quantitativo de 4.551 pessoas atendidas. Em face destes números apresentados é possível inferir que o crescimento percentual do atendimento relacionado aos procedimentos de alta complexidade no HMI entre aos anos de 2012-2013 equivaleu a 618,34%.

É importante destacar que estes procedimentos (alta complexidade) passaram a ser oferecidos com maior frequência pelo HMI somente após o ano de 2010, sendo que os registros destes serviços só foram sistematizados a partir do ano de 2012.

Associada a esta expansão do número de atendimentos em procedimentos de alta complexidade é possível notar também relevante aumento do atendimento em procedimentos de média complexidade no HMI. Assim, no ano de 2009 foram registrados 433.833 atendimentos voltados aos procedimentos de média complexidade. O ano de 2013, por seu turno, contabilizou o registro de 2.216.853 de atendimentos ligados a estes procedimentos.

Em razão dos números apresentados, pode-se afirmar que o crescimento percentual relacionado ao atendimento ligado a procedimentos de média complexidade verificado no HMI no período analisado (2009-2013) equivaleu a 410,99%. Estes dados reforçam a capacidade de atração e também o exercício da centralidade que tem sido orientada a partir dos serviços de média e alta complexidade que são oferecidos pelo HMI.

As informações dispostas na tabela abaixo corroboram com os dados que foram expostos no gráfico 23. Elas confirmam a importância que é conferida aos procedimentos de alta e média complexidade que são realizados através do HMI. Estes procedimentos são responsáveis por atrair significativas demandas locais e regionais que convergem para o HMI.

Tabela 32: HMI/Evolução dos procedimentos da produção hospitalar (2009-2013)

Procedimentos da produção Hospitalar do HMI	2009	2010	2011	2012	2013	Varição - % (2009 - 2013)
Cirurgias Múltiplas	168	127	126	1.664	1.655	885,12%
Pâncreas, baço, fígado e vias biliares	71	115	145	304	400	463,38%
Procedimentos cirúrgicos gerais	133	272	461	427	578	334,59%
Politraumatismos	110	85	114	356	355	222,73%
Parede e cavidade abdominal	187	247	337	386	548	193,05%
Tratamento de doenças infecciosas e parasitárias	887	834	1.219	2.160	1.846	108,12%
Tratamento de doenças do sistema nervoso central e periférico	798	833	1.163	1.303	1.476	84,96%
Tratamento de doenças do sangue, órgãos hematopéticos e transtornos imunológicos	95	84	134	89	138	45,26%
Complicações consequentes a procedimentos de saúde	67	182	207	77	92	37,31%
Tratamento em nefrologia em geral	294	278	400	285	298	1,36%
Total	2.810	3.057	4.306	7.051	7.386	162,85%

Fonte: CNES/DATASUS, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Em conformidade com os dados expostos na tabela 31, observa-se que tem sido crescente a oferta em procedimentos da produção hospitalar no âmbito do HMI.

No conjunto dos principais procedimentos apresentados, houve um destaque considerável para os seguintes procedimentos: cirurgias múltiplas, cirurgias do pâncreas, baço, fígado e vasos biliares e ainda os procedimentos cirúrgicos em geral. No que se refere às cirurgias múltiplas, notou-se que no ano de 2009 foram realizados 168 procedimentos. No ano de 2013, por sua vez, estes procedimentos aumentaram consideravelmente, sendo realizadas 1655 cirurgias. Ao considerar o crescimento registrado neste período em relação às cirurgias múltiplas, entende-se que a variação percentual registrada foi de 885,12%.

Outro procedimento ligado à produção hospitalar realizada no HMI que teve significativo crescimento entre os anos de 2009 a 2013 foram às cirurgias de múltiplas, do pâncreas, baço, fígado e vasos biliares. No ano de 2009, o número de cirurgias ligadas a estes procedimentos equivaleu a um total de 71, sendo que estas se elevaram significativamente no ano de 2013, registrando-se um total de 400 cirurgias. Diante desses números arrolados, entende-se que o crescimento percentual relacionado a estes procedimentos realizados no Hospital Municipal de Imperatriz no período mencionado equivaleu a 463,38%.

Ainda relacionado aos dados dispostos na tabela 31, outro procedimento ligado à produção hospital do HMI realizada entre os anos de 2009 a 2013 que apresentou significativo aumento foram os procedimentos cirúrgicos em geral. Desse modo, constatou-se, que no ano de 2009 foram realizados 133 procedimentos. No ano de 2013, estes apresentaram uma significativa evolução, apresentando um total de 578 procedimentos realizados.

Em razão destes números expostos, é possível afirmar que a variação percentual relativa aos procedimentos cirúrgicos gerais realizados no HMI equivaleu a 334,59%. Estes dados reafirmam mais uma vez a centralidade dos serviços públicos de saúde oferecidos por este hospital, constituindo assim, como uma das principais referências de saúde regional.

A tabela indicada a seguir evidencia a evolução dos procedimentos relativos à produção ambulatorial realizada no HMI. Esta análise também se baseia no levantamento de dados realizados junto ao CNES do Ministério da Saúde entre os anos de 2009 a 2013.

Tabela 33: HMI/Evolução dos procedimentos da produção ambulatorial (2009-2013)

Procedimentos da produção Ambulatorial - HMI	2009	2010	2011	2012	2013	Aumento % (2009 - 2013)
Procedimentos cirúrgicos gerais	335	1.628	2.529	3.240	12.873	3742,69%
Consultas médicas/outros profissionais de nível superior	77.554	178.660	158.044	194.643	749.137	865,96%
Atendimentos de enfermagem	130.081	119.502	108.629	264.133	916.598	604,64%
Diagnóstico em Cardiologia	2.238	1.282	1.403	3.306	5.651	152,50%
Tratamento de doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	17.413	15.363	9.949	11.848	26.606	52,79%
Consulta/Atendimento às urgências	213.141	217.313	230.491	202.436	299.407	40,47%
Pequenas cirurgias	26.232	24.125	13.759	17.787	31.740	21,00%
Membros superiores	1.452	732	362	482	1.369	-5,72%
Membros inferiores	4.657	172	70	92	906	-80,55%
Total	473.103	558.777	522.707	697.967	2.044.287	332,10%

Fonte: CNES/DATASUS, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados expostos na tabela 32 atestam que os procedimentos ambulatoriais que conheceram maior crescimento entre os anos de 2009-2013, foram respectivamente, os procedimentos cirúrgicos, consultas médicas com profissionais de nível superior e atendimentos de enfermagem. Nesse sentido, o número de procedimentos cirúrgicos gerais realizados no ano de 2009 no HMI equivaleu a 335. No ano de 2013, por seu turno, foi registrado um total de 12.873 procedimentos. Trata-se de um crescimento que é bastante significativo. Com isto, pode-se afirmar que o crescimento percentual relacionado aos procedimentos cirúrgicos realizados no HMI entre 2009-2013 correspondeu a 3.742,69%.

No que se refere aos procedimentos ambulatoriais realizados no HMI também é notória a evolução do número de consultas realizadas com profissionais de nível superior. O ano de 2009 registrou um total de 77.554 consultas, sendo que no ano de 2013 estas consultas atingiram um quantitativo de 740.137. Estes fatos arrolados asseveram que a exemplo da produção hospitalar, a produção ambulatorial também tem se expandido no HMI, reforçando a influência desses serviços em Imperatriz e na região Sulmaranhense.

Este aumento na oferta dos procedimentos realizados no HMI se explica tanto pela diversidade dos serviços como também em relação à natureza complexa desses.

Conforme destacamos antes, tem sido crescente a oferta dos serviços ligados aos procedimentos de alta e média proporcionados pelo HMI. Sabe-se que estes serviços não são proporcionados pelos municípios de menor porte populacional situados na região Sulmaranhense. Este fato constitui um importante indicativo que ajuda a esclarecer as motivações das expressivas demandas que têm sido geradas a partir do HMI e que têm atraído tanto as populações de Imperatriz como também da região Sulmaranhense para este hospital.

A centralidade exercida através dos serviços de saúde realizados no HMI tem contribuído de modo incontestável para a afirmação da cidade de Imperatriz como o maior e mais importante polo prestador dos serviços de saúde no âmbito da região Sulmaranhense. Esta é uma característica inerente às dinâmicas que tem mobilizado as cidades médias brasileiras, uma vez que estes espaços “constituem nós da rede urbana e servem a sua área de influência como pontos de prestação de serviços em escala regional”. (BRANCO, 2007).

Com vistas de aprofundar aspectos essenciais do dinamismo que tem sido orientado através dos serviços públicos de saúde prestados através do HMI, apresentamos a seguir alguns elementos que asseveram o avanço nos procedimentos realizados, destacando-se nesse sentido, a realização cirurgias múltiplas neste hospital nos últimos cinco anos.

Tabela 34: HMI/Evolução do tratamento de cirurgias múltiplas (2009/2013)

Municípios de origem	2009	2010	2011	2012	2013	Total	Aumento - % (2009 - 2013)
Açailândia	3	7	4	50	61	125	1933,33%
Balsas	3	2	5	82	32	124	966,67%
Senador La Roque	3	18	19	31	31	102	933,33%
Porto Franco	5	12	5	56	46	124	820,00%
Gov. Edson Lobão	3	12	16	23	18	72	500,00%
Davinópolis	6	5	5	25	30	71	400,00%
João Lisboa	8	8	29	49	34	128	325,00%
Amarante do Maranhão	10	15	15	45	41	126	310,00%
Imperatriz	208	235	334	962	687	2.426	230,29%
Estreito	10	29	17	61	33	150	230,00%

Fonte: CNES/DATASUS, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Conforme os dados apresentados na tabela 33 observa-se que tem sido crescente a realização de procedimentos cirúrgicos (cirurgias múltiplas) no HMI. Estes dados também revelam que os fluxos mais expressivos que buscam por estes serviços no HMI são oriundos, principalmente, das regiões: central, sudoeste e sul do estado.

Mesmo nas cidades de maior porte populacional e que exercem funções regionais, como é o caso de Balsas, situada na porção sul do estado do Maranhão e a uma distância de 500 km da cidade de Imperatriz, e Açailândia, que se localiza na porção sudoeste deste estado, ou seja, a uma distância de 80 km de Imperatriz, a busca pelos serviços de saúde oferecidos pelo HMI ainda é bastante acentuada. Sabe-se que esta procura tem sido gerada, principalmente, em razão da natureza dos serviços que são realizados no HMI. Com exceção da capital – São Luís e da cidade de Caxias, apenas a cidade de Imperatriz tem oferecido numa maior proporção e diversidade os serviços de alta e média complexidade.

Relacionados aos dados destacados na tabela 33, é possível constatar que as principais demandas dirigidas ao HMI em busca do tratamento de cirurgias múltiplas são oriundas dos municípios de Açailândia, Senador La Rocque e Balsas, ambos localizados nas regiões sudoeste e sul do Maranhão. No ano de 2009 contabilizou-se, respectivamente, o registro de três pessoas destas cidades que realizaram este procedimento no HMI. No ano de 2013, por sua vez, as populações oriundas de Açailândia que realizaram este tratamento no HMI equivaleu a 61 pessoas. Das cidades de Balsas e Senador La Roque se deslocaram, respectivamente, 31 e 32 pessoas a fim de realizar o referido procedimentos no HMI.

O crescimento percentual relacionado às cirurgias múltiplas de usuários oriundos das cidades enfatizadas entre os anos de 2009-2013 foi respectivamente de Açailândia (1933,33%), Balsas (966,67%) e Senador La Roque (933,33%). Estes dados reafirmam a imponência dos serviços públicos de saúde que são ofertados através do HMI, sobretudo, quando se consideram os procedimentos de alta e média complexidade.

As informações destacadas na tabela indicada abaixo reforçam os significados da centralidade que tem sido exercida através dos serviços públicos de saúde oferecidos no HMI. Os dados apresentados enfatizam a evolução do tratamento relativo aos acidentes vasculares cerebrais realizados neste hospital entre os anos de 2009 a 2013.

Tabela 35: HMI/Tratamento de acidente vascular cerebral - AVC (2009-2013)

Municípios de origem	2009	2010	2011	2012	2013	Total	Aumento - % (2009 - 2013)
Balsas	3	6	14	20	24	67	700,00%
Buriticupu	4	12	9	13	22	60	450,00%
Açailândia	19	18	30	32	41	140	115,79%
Estreito	9	5	15	13	17	59	88,89%
Porto Franco	10	7	12	9	13	51	30,00%
João Lisboa	16	10	9	16	17	68	6,25%
Imperatriz	210	183	206	220	215	1034	2,38%
Davinópolis	7	11	12	6	7	43	0,00%
Senador La Roque	11	12	6	9	6	44	-45,45%
Grajaú	16	12	19	20	7	74	-56,25%

Fonte: CNES/DATASUS, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados expostos na tabela anterior constataam que os procedimentos relacionados ao tratamento de acidente vascular cerebral realizados no HMI tem se expandido gradualmente. As demandas mais expressivas que têm procurado por estes serviços são oriundas, principalmente, dos municípios das regiões sudoeste, central e sul do Maranhão. Os municípios que registraram uma maior procura por estes serviços no HMI entre os anos de 2009-2013 são procedentes das cidades de Balsas, Buriticupu e Açailândia.

No ano de 2009, por exemplo, foram registrados (03) atendimentos relacionados ao tratamento de AVC oriundos da cidade de Balsas. No ano de 2013, por sua vez, estes números se elevaram para um total de (24) atendimentos. Da cidade de Buriticupu, no ano de 2009 foram registrados (04) atendimentos relativos ao tratamento de AVC no HMI. No ano de 2013, por sua vez, verificou-se que (22) pessoas realizaram este mesmo procedimento. Da cidade de Açailândia, no ano de 2009 registrou-se um total de (19) pessoas que realizaram o tratamento de AVC no HMI. No ano de 2013, a demanda de pessoas oriundas desta cidade que realizaram este tratamento no HMI se elevou para um total de 140 atendimentos.

Diante destas informações destacada, observa-se que tem sido crescente a oferta de serviços especializados, ou seja, de média e alta complexidade realizados no HMI.

Constatou-se, por exemplo, que o aumento percentual relacionado ao tratamento de AVC registrado no HMI entre os anos de 2009-2013, a partir das principais demandas geradas, ou seja, das populações oriundas das cidades de Balsas, Buriticupu e Açailândia, equivaleu respectivamente a 700% (Balsas), 450% (Buriticupu) e 115,79% (Açailândia).

Estes números apresentados são bastante significativos. Eles expressam de modo convincente a força de comando, ou seja, o exercício da centralidade que é orientado a partir dos serviços de saúde ofertados pelo Hospital Municipal de Imperatriz. A tendência destes números é se elevar quando se consideram procedimentos de alta complexidade, uma vez que parcelas significativas dos municípios da região não oferecem estes serviços.

Vale ressaltar que a centralidade, ou seja, a polarização exercida em função dos serviços públicos de saúde prestados por meio do Hospital Municipal de Imperatriz, também se afirma em razão da oferta destes a vários municípios localizados nas regiões sul e sudeste do estado do Pará e ainda nos municípios que se dispersam pelo extremo-norte do estado do Tocantins, ou seja, no interior da região do Bico do Papagaio. Os dados apresentados na tabela indicada abaixo confirmam esta assertiva.

Tabela 36: HMI/Tratamento de traumatismo cranioencefálico (2009-2013)

Municípios de origem	2009	2010	2011	2012	2013	Total Abs.	Total %
São Miguel do Tocantins	0	0	2	2	3	7	23%
Augustinópolis	1	1	1	2	1	6	20%
Araguatins	0	1	4	0	0	5	17%
Axixá do Tocantins	0	0	1	1	1	3	10%
Bom Jesus do Tocantins	0	0	0	1	1	2	7%
Ulianópolis	0	0	2	0	0	2	7%
Bom Jesus do Tocantins	0	0	0	2	0	2	7%
Breu Branco	0	0	0	1	0	1	3%
Dom Eliseu	0	0	1	0	0	1	3%
Ipixuna do Pará	0	0	0	1	0	1	3%
Total	1	2	11	10	6	30	100%

Fonte: CNES/DATASUS, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados apresentados na tabela 35 demonstram o avanço, ou seja, uma expansão do tratamento de traumatismo cranioencefálico no HMI. É importante destacar que as demandas que buscam por estes serviços não se restringem apenas ao estado do Maranhão.

Em razão do HMI se apresentar como o maior hospital de referência regional, ele acaba oferecendo importantes serviços aos municípios circunvizinhos de Imperatriz e também aos municípios situados nas regiões sul e sudeste do estado do Pará e no extremo-norte do estado do Tocantins. As cidades de Augustinópolis e Araguaatins antes enfatizadas, estão localizadas a uma distância de mais de 100km de Imperatriz, localidade que abriga o HMI e recorrem com frequência aos serviços prestados por este hospital.

Estes dados apresentados na tabela anterior reforçam a importância e os significados locais e regionais que são atribuídos aos serviços de saúde ofertados através do HMI. Os procedimentos de saúde realizados neste hospital confirmam com propriedade a centralidade dos serviços que ele oferece, sendo que esta centralidade se irradia pelos municípios da região Sulmaranhense e em várias cidades do Pará e do Tocantins.

Com vistas de esclarecer melhor esta influência regional e os significados atribuídos aos serviços públicos de saúde difundidos na cidade de Imperatriz através do HMI, apresentamos a seguir alguns dos excertos que foram extraídos da entrevista realizada com o Diretor deste importante estabelecimento de saúde.

Esta entrevista foi realizada no mês de agosto de 2014. Nesta fase da pesquisa, buscamos seguir as mesmas orientações metodológicas das demais entrevistas que foram realizadas com os sujeitos investigados nesta tese. Destarte, tivemos a preocupação de:

- Trabalhar com a adoção da pesquisa qualitativa;
- Elaborar um roteiro⁴⁸ prévio, obedecendo ao critério de entrevistas abertas e semiestruturadas, a exemplo dos demais roteiros dispostos nos apêndices desta tese.

⁴⁸ As respostas obtidas através desta entrevista foram constituídas a partir das principais indagações que estão dispostas no roteiro 7 de entrevistas que está referenciado nos apêndices deste estudo.

A entrevista direcionada ao gestor público do Hospital Municipal de Imperatriz – HMI foi delineada levando-se em consideração as seguintes finalidades:

- Reconhecer as principais motivações que levaram à instalação do HMI na cidade de Imperatriz;
- Conhecer a atual organização da estrutura física e humana do HMI;
- Entender a influência, importância e os significados locais e regionais dos serviços públicos de saúde oferecidos pelo HMI;
- Refletir sobre a natureza e os significados dos fluxos que se dirigem para este hospital, a fim de apreender a sua capacidade de suporte local e regional.

Em razão destas finalidades enfatizadas, apresentamos a seguir os principais comentários que foram colhidos através da entrevista realizada com o diretor do HMI.

Antes de instalar o HMI em meados da década de 1980, não existia um hospital público em Imperatriz que atendesse a parte de urgência e emergência na cidade. Então, o atendimento ao público era feito com escala de plantão nos hospitais privados. Cada dia da semana era um hospital particular que atendia e sem médicos compromissados para aquele atendimento, a não ser o dono do hospital ou o plantonista específico do dia. Faltava um atendimento geral e público ao paciente, porque o que existia era terceirizado, sob a administração da iniciativa privada. Tinha uma evasão extremamente alta de pacientes daqui para a cidade de Teresina. Ainda na década de 1990, lá pro final desse período era muito comum o deslocamento de pessoas vindas de outras cidades do Maranhão, do Pará e Tocantins em busca dos serviços de saúde oferecidos em Imperatriz. Estas foram as principais motivações de instalação do Socorrão aqui em Imperatriz. Ele foi originado de dois hospitais particulares que existiam antes nesta área. (Entrevista realizada no mês de agosto de 2014 com o Diretor do HMI).

Sobre a estrutura do HMI, só posso falar da estrutura recente, até por que antes não tinha uma estrutura organizada. Quando nós recebemos o hospital há uns 8 anos atrás ele dispunha de menos de 200 leitos. Na gestão do prefeito Madeira esse número dobrou e hoje temos aproximados 400. Faltava trabalhar na organização das especialidades. De lá pra cá implementamos uma política de melhoria do sistema público de saúde, sobretudo, no HMI. Fomos organizando aos poucos todas as especialidades no Socorrão. Foi realizado concurso. E o Socorrão atende hoje toda a parte de urgência e emergência, não só do município, mas de toda a região. O Estado ainda não conseguiu organizar uma estrutura de saúde de modo a priorizar a pactuação e a cumprir com esta. Há muitos problemas com o repasse de recursos por parte dos municípios, apesar de assegurarmos o atendimento a todos. (Entrevista realizada em agosto de 2014 com o Diretor do HMI).

Sobre a questão estrutural nós sabemos e temos consciência que esta estrutura que existe hoje é insuficiente, mesmo tendo avançado muito. Nos últimos sete anos realizamos dois concursos públicos e admitimos muitos servidores em diversas áreas, inclusive na área da saúde e, especificamente, aqui para o Socorrão. Hoje nós temos só aqui no Socorrão uma média de quase 500 servidores. Foi um avanço considerável. Sabemos que precisamos melhorar, principalmente, por que as nossas demandas não são apenas de Imperatriz. São de várias cidades do Maranhão, do Tocantins e do Pará. Há alguns casos de tratamento (cirurgia ortopédica e tratamento de queimados) que em razão da pactuação deveriam ser realizados na capital – São Luís. Mas como avançamos muito nesses atendimentos e os pacientes não tem condições de se deslocarem para lá tudo é resolvido aqui. (Entrevista realizada no mês de agosto de 2014 com o Diretor do HMI).

As informações destacadas através dos excertos da entrevista realizada com o Diretor do HMI, evocaram algumas considerações que julgamos como úteis para a apreensão dos significados da centralidade dos serviços públicos de saúde difundidos a partir do HMI.

- Com relação às motivações que foram vitais à instalação do HMI na cidade de Imperatriz, destacou-se principalmente, a inexistência de um hospital público municipal especializado no atendimento de urgência e emergência;
- Outro fator primordial está associado às crescentes demandas geradas a partir da cidade de Imperatriz e demais núcleos urbanos da região Sulmaranhense, das regiões do sul e sudeste do estado do Pará e do extremo-norte do Tocantins que com frequência reclamam pelos serviços públicos de saúde;
- Os gestores do HMI também reconhecem que em razão destas crescentes demandas geradas pelos serviços públicos de saúde, a capacidade de suporte, ou seja, a quantidade de leitos, procedimentos (nos distintos níveis de complexidade) e profissionais propiciados pelo HMI são insuficientes;
- A gestão municipal do HMI atribui, particularmente, à esfera governamental (estadual) a omissão e falta de interesse na organização do sistema de saúde estadual a fim de corrigir as assimetrias existentes entre os municípios;
- Uma prova concreta desta omissão está relacionada ao atraso na formulação e execução de ações de descentralização dos serviços públicos de saúde e ainda na debilidade de execução das diretrizes propostas através do Plano Diretor de Regionalização da Saúde do estado do Maranhão, elaborado no ano de 2013.

Ainda relacionado aos excertos extraídos da entrevista realizada com o Diretor do Hospital Municipal de Imperatriz, cumpre enfatizar alguns elementos que atestam a influência local e regional dos serviços prestados por este estabelecimento de saúde.

Nestes excertos, também tivemos a preocupação de entender os significados que são atribuídos aos fluxos populacionais que cotidianamente têm recorrido aos serviços que são realizados no HMI. Buscamos refletir ainda acerca de alguns dos problemas que estão associados à capacidade de suporte do atendimento que vem sendo realizado neste hospital.

O Hospital Municipal de Imperatriz tem assumido um papel muito importante no atendimento público de saúde em nível regional, uma vez que atende toda a região do Sul do Maranhão e também uma grande parte dos municípios dos estados vizinhos, ou seja, do Norte do Tocantins e do Sul do Pará. A gente observa que as estruturas de saúde mais bem preparadas estão muito distantes daqui, ou seja, estão a uma distância de mais de 500km de Imperatriz. Somente nas capitais de São Luís, Belém ou Goiânia é que vamos encontrar os serviços de média e alta complexidade à altura. Até mesmo a cidade de Palmas que tinha uma estrutura de saúde razoável até algum tempo atrás, desestruturou tudo. Digo isso em relação à parte da saúde. Então uma grande parte dos pacientes, acabam migrando para cá. Os municípios de Porto Franco, Açailândia, Balsas, Grajaú, todos tem o mesmo nível de complexidade que Imperatriz. No entanto, os serviços que estas cidades oferecem são precários e insatisfatórios. Até os mais simples procedimentos desembocam no Socorrão. A mesma resolução que Imperatriz é obrigada a fazer, essas cidades também deveriam. E, o que ocorre? Elas não fazem nem o básico e vem mesmo para Imperatriz. Isto reforça a influência dos serviços prestados pelo HMI. (Entrevista realizada em agosto de 2014 com o Diretor do HMI).

Nós entendemos que a cidade de Imperatriz assumiu o papel de vanguarda na área de saúde em toda a região do Sul do Maranhão. Isto se deve à quantidade de profissionais habilitados e a cidade também tem um perfil para isso. O Socorrão segundo os dados do Ministério da Saúde recebe em torno de 46% de pacientes que são de outras cidades do Maranhão e de outras regiões. Então não são apenas de Imperatriz, são de fora de Imperatriz, de outras áreas do Estado e de outros estados circunvizinhos (do Pará e do Tocantins). É só vocês observarem *in loco*. Nós sabemos que na maioria dos casos esses atendimentos são sub-notificados. Muitos pacientes muitas vezes não dão o endereço da cidade de origem com medo de não serem atendidos. Eles acabam inventando um endereço ou dando o endereço de um parente daqui e isso cria uma distorção na informação. Mas a informação oficial é que 46% dos pacientes internados no Socorrão, em média, são de outros municípios. Uma grande maioria são daqui mesmo do estado do Maranhão. Agora se a gente for *in loco*, ou seja, se vocês fizerem uma pesquisa *in loco* aqui nas enfermarias do Socorrão, vão observar que em torno de 60% dos pacientes são de fora. (Entrevista realizada em agosto de 2014 com o Diretor do HMI).

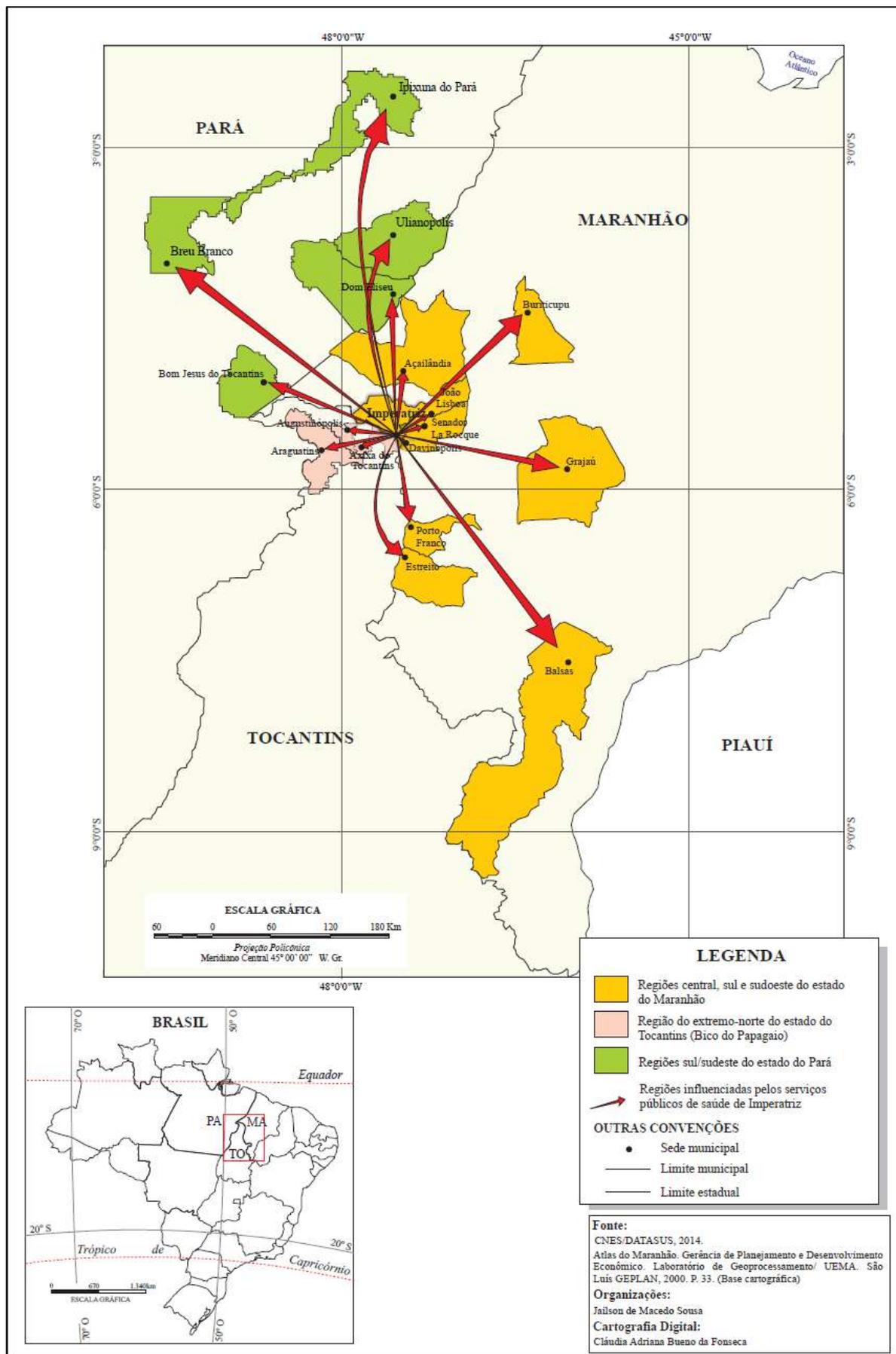
No que se refere aos problemas que enfrentamos diariamente no Socorrão há um destaque em particular aos gastos com os pacientes de outros municípios. Esses gastos comprometem quase 60% do nosso orçamento que é insuficiente. Então por ai vocês observam que há um déficit orçamentário muito grande. Outro problema que existe é que os municípios que mais investem na saúde, são os mais prejudicados. E você sabe porquê? Porque a regra é não investir na saúde pública, para que não se resolva o problema ali. Normalmente o poder público faz o que? Compra uma ambulância para levar os pacientes (cidades pequenas) para outras maiores, como acontece aqui em Imperatriz. Então quando um município investe na saúde, o que é que acontece? Ele atrai os pacientes de outros lugares, então você acaba tendo uma capacidade de atendimento esgotada. Todo o dinheiro que vem para a saúde de Imperatriz é baseado na população. Então a gente sabe que a população da cidade não chega a 250 mil habitantes, mas atende uma população de cerca de 1 milhão e 200 mil. Isso gera uma dificuldade para a gestão extremamente alta e complexa, não só na questão do financiamento do dinheiro, mas várias outras questões. (Entrevista realizada em agosto de 2014 com o Diretor do HMI).

As informações destacadas através da entrevista realizada com o Diretor do HMI, suscitaram o debate e algumas provocações a cerca da influência e importância dos serviços públicos de saúde oferecidos pelo HMI. Nesses termos, indicamos a seguir algumas reflexões:

- A gestão do HMI reconhece a influência local e regional dos serviços públicos de saúde realizados por este estabelecimento de saúde. Esta influência se reflete, inclusive, para fora da órbita dos municípios circunvizinhos da cidade de Imperatriz, alcançando diversos municípios da região Sulmaranhense, do extremo-norte do Tocantins e do sul/sudeste do Pará;
- Esta influência dos serviços públicos de saúde irradiada pelo HMI tem sido reforçada, principalmente, em razão da natureza dos serviços que este hospital oferece. São os serviços de alta e média complexidade que têm atraído numa maior proporção estas demandas para o Hospital Municipal de Imperatriz;
- A cerca da natureza destes fluxos⁴⁹ originados a partir do HMI é possível inferir que eles são procedentes de vários municípios localizados nas regiões: central, sul e sudoeste do Maranhão, ou seja, são da região Sulmaranhense e ainda de várias cidades situadas nas regiões: extremo-norte do estado do Tocantins e das regiões sul e sudeste do Pará. Muitas dessas localidades estão localizadas a mais de 200 km de distância de Imperatriz, sede do HMI.

⁴⁹ Verificar mapa 27, página 451.

Mapa 27: Hospital Municipal de Imperatriz - Fluxos dos serviços de saúde, 2014



O mapa indicado antes reforça a natureza e os significados dos fluxos populacionais que cotidianamente têm recorrido aos serviços de saúde oferecidos pelo HMI.

Estes fluxos são oriundos, em sua grande maioria, da cidade de Imperatriz e da região Sulmaranhense. No entanto, é possível observar que estes movimentos populacionais são alimentados através da participação de populações oriundas de várias localidades do sul e sudeste do Pará. Este é o caso das cidades de Ulianópolis e Breu Branco, situadas no sudeste paraense e ainda as cidades de Araguatins e Augustinópolis, localizadas no extremo-norte do estado do Tocantins. Estes núcleos urbanos estão situados a uma distância média de mais de 100 km de Imperatriz. Estes fatos asseveram os significados da centralidade exercida através dos serviços públicos de saúde que são ofertados pelo Hospital Municipal de Imperatriz.

A realização deste estudo possibilitou apreender a natureza e os significados atribuídos à centralidade dos serviços de saúde difundidos pelo HMI. Este hospital se apresenta de fato como a principal referência na oferta dos serviços de saúde no interior da região Sulmaranhense. No entanto, mesmo reconhecendo esta influência regional destes serviços, também foi possível constatar que a sua capacidade de suporte tem sido cada vez mais comprometida, revelando inúmeros problemas, entre os quais cumpre destacar:

- Estrutura precária e arcaica de suas instalações físicas, fato que tem comprometido uma maior eficiência e qualidade no atendimento. O número de leitos, procedimentos e profissionais não assegura a qualidade no atendimento;
- Ausência de um sistema estadual de saúde eficaz de modo que se possa dirimir os problemas existentes como a ausência de consórcios intermunicipais de saúde e o exercício permanente da pactuação intermunicipal dos serviços;
- Insuficiência no repasse de recursos, considerando o financiamento através das distintas esferas de poder (federal, estadual e municipal);
- Problemas relativos à excessiva demanda gerada por parte dos municípios vizinhos, que com frequência recorrem aos serviços prestados pelo HMI.

Embora seja perceptível a centralidade gerada pelos serviços públicos de saúde difundidos no HMI, também são evidentes os problemas acarretados por esta centralidade. Mais importante do que atrair fluxos de pessoas, serviços e capital é necessário indagar sobre a capacidade de suporte desses fluxos, ou seja, sobre a natureza e os conteúdos que envolvem este exercício da centralidade dos serviços públicos de saúde materializados no HMI.

As reflexões realizadas nesta seção objetivaram entender os significados dos serviços de saúde difundidos pelo HMI em Imperatriz e região. Nesta análise constatamos que é notória a influência regional destes serviços irradiados pelo HMI tanto a nível local, ou seja, na cidade de Imperatriz, como também em diversos municípios da região Sulmaranhense e em várias cidades situadas no norte do estado do Tocantins e no sul/sudeste do estado do Pará. Os dados estatísticos apresentados associados à entrevista realizada no HMI confirmam os significados desta centralidade exercida pelos serviços de saúde difundidos no HMI.

Após reconhecer alguns dos principais elementos que têm orientado a centralidade dos serviços públicos de saúde difundidos a partir da cidade de Imperatriz em razão dos serviços prestados pelo Hospital Municipal de Imperatriz é importante refletir e compreender as dinâmicas que tem mobilizado os serviços vinculados à educação superior difundidos nesta cidade, uma vez que eles se apresentam como importantes instrumentos que contribuem para a afirmação da centralidade de Imperatriz no cenário regional Sulmaranhense.

5.3 A educação superior de Imperatriz e os seus reflexos na região Sulmaranhense

As transformações socioeconômicas, demográficas e culturais materializadas no Brasil e, particularmente, na Amazônia brasileira têm conhecido de perto nas últimas décadas intensos processos de refuncionalização dos seus espaços rurais e urbanos. Conforme Corrêa (2006, p. 249) estas mudanças revelam “uma redefinição da rede urbana e uma integração cada vez maior entre os núcleos urbanos proporcionada pela divisão do trabalho”.

No bojo destas mudanças é importante refletir sobre os papéis assumidos pelas atividades terciárias, uma vez que o dinamismo econômico exercido por alguns núcleos urbanos se vincula, principalmente, à difusão destas atividades econômicas.

A cidade de Imperatriz, um dos principais núcleos urbanos da Amazônia oriental, tem conhecido desde a década de 1980 os efeitos dinâmicos da expansão e consolidação das atividades terciárias, em particular, a atividade comercial (comércio atacadista/varejista), os serviços públicos e privados de saúde, os serviços vinculados à educação superior e a recente expansão do segmento da construção civil. Esta influência das atividades terciárias se afirma em razão da participação do PIB ligado a este setor, que registrou, conforme o IBGE no ano de 2011 uma participação de 78,77% no conjunto total das riquezas produzidas nesta cidade.

Neste estudo, além de reconhecer e estudar a cerca de aspectos da influência da atividade comercial e dos serviços públicos de saúde, também foi o nosso propósito apreender a natureza e os significados que são atribuídos aos serviços de educação superior.

Sabe-se que estes serviços foram implantados na cidade de Imperatriz ainda em meados da década de 1970. No entanto, a expansão e consolidação destes serviços só ocorreu após o ano 2000, em função da instalação de algumas IES privadas e da implantação de novos cursos em nível de graduação e pós-graduação nas universidades públicas desta cidade.

A difusão da oferta de vagas e, conseqüentemente, dos serviços ligados à educação superior constituem um fenômeno recente na realidade brasileira. É, principalmente, após os anos de 1980 que se observa uma maior disseminação dos cursos superiores no país. Este fenômeno encontra explicações em razão da consolidação da urbanização brasileira.

Dito isto, entende-se que as relações entre a expansão da educação superior e a consolidação da urbanização no Brasil são estreitas. No entanto, também é reconhecido que a distribuição das IES no Brasil tem se manifestado de modo distinto e desigual, refletindo as características e as condições históricas de apropriação deste território.

Esta assertiva antes enfatizada pode ser confirmada em razão dos dados que estão dispostos na tabela abaixo. Tais informações asseveram as condições desiguais na distribuição das IES no país, considerando a participação das diferentes unidades da federação.

Tabela 37: Brasil - Distribuição das IES conforme Unidades da Federação, 2011

Ordem	Unidades da Federação	Regiões	Número Absoluto	Participação %
01	São Paulo	Sudeste	577	24,40
02	Minas Gerais	Sudeste	355	15,01
03	Paraná	Sul	185	7,82
04	Rio de Janeiro	Sudeste	137	5,79
05	Bahia	Nordeste	115	4,86
06	Rio Grande do Sul	Sul	111	4,69
07	Pernambuco	Nordeste	94	3,97
08	Santa Catarina	Sul	93	3,93
09	Espírito Santo	Sudeste	88	3,72
10	Goiás	Centro-Oeste	82	3,47
11	Distrito Federal	Centro-Oeste	59	2,49
12	Mato Grosso	Centro-Oeste	57	2,41
13	Ceará	Nordeste	53	2,24
14	Paraíba	Nordeste	38	1,61
15	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste	37	1,56
16	Piauí	Nordeste	37	1,56
17	Tocantins	Norte	34	1,44
18	Pará	Norte	33	1,40
19	Rondônia	Norte	32	1,35
20	Maranhão	Nordeste	30	1,27
21	Alagoas	Nordeste	26	1,10
22	Rio Grande do Norte	Nordeste	25	1,06
23	Amazonas	Norte	19	0,80
24	Amapá	Norte	16	0,68
25	Sergipe	Nordeste	14	0,59
26	Acre	Norte	11	0,47
27	Roraima	Norte	07	0,30
Total		-	2.365	100,00

Fonte: INEP/MEC – Microdados da Educação Superior, 2011.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados dispostos na tabela 36 confirmam as assimetrias existentes na oferta de cursos superiores entre as regiões e estados brasileiros. Segundo as informações fornecidas pelo INEP (2011), somente a região sudeste concentra 48,92% dos cursos superiores do país. Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas em face da ampliação das políticas de financiamento e da interiorização das IES públicas criadas através do Reuni, sabe-se que estas assimetrias persistem em razão do acesso desigual aos serviços de educação superior e da qualidade no ensino, sendo um traço peculiar às regiões mais pobres do país. (IPECE, 2014).

A educação superior e os serviços que a ela se vinculam têm sido apontados em diversos estudos como elementos que podem conduzir determinados espaços a assumirem uma posição de destaque no espaço regional. As IES são entendidas, nesse cenário, como instrumentos vitais ao desenvolvimento regional. Nessa direção Gaspar (2013) pondera

As instituições de ensino superior são reconhecidas como mecanismos indispensáveis ao desenvolvimento regional, não apenas pelo seu principal papel de educar os indivíduos, mas também devido à sua influência na região ou localidade em que se insere, a qual compreende vários aspectos que não podem ser pensados de forma isolada. As IES são, portanto, necessárias por que são portadoras de elevada importância financeira e social nas regiões em que operam, garantindo oportunidades educacionais, econômicas e culturais. (GASPAR, 2013, p. 5).

Ao considerar esta importância e influência atribuídas aos serviços de educação superior difundidos na cidade de Montes Claros/MG, a estudiosa Iara França (2012) enfatiza

Os serviços de educação superior desenvolvidos em Montes Claros/MG constituem em um dos principais atrativos que tem servido de referência para a intensificação das relações interurbanas regionais, com a convergência diária de fluxos populacionais de pequenos municípios e centros emergentes da região norte-mineira. Esta atração exercida por Montes Claros, bem como de outras cidades em outras regiões do país no que se refere aos serviços de educação superior, é decorrente da infra-estrutura que estas cidades dispõem neste setor. (FRANÇA, 2012, p. 156).

É, principalmente, nas metrópoles e nas cidades médias que encontramos uma maior proporção de IES e, conseqüentemente, dos serviços vinculados à educação superior. Conforme afirmamos antes, a distribuição destas instituições se manifesta de modo desigual no país, refletindo as distintas e assimétricas formas de apropriação do território.

Ao considerar o dinamismo que envolve a influência das IES no desenvolvimento urbano-regional maranhense é notória a polarização exercida pela cidade de Imperatriz em relação aos demais núcleos urbanos situados no interior do estado. Com exceção da capital Lusitana (São Luís), Imperatriz é entendida como a cidade que abriga a maior quantidade de IES no território Sulmaranhense. Esta influência da educação superior difundida a partir de Imperatriz pôde ser confirmada através dos dados já comentados no gráfico 12.⁵⁰

⁵⁰ Verificar gráfico 16, página 396.

Em razão desta influência assumida e exercida pela educação superior na cidade de Imperatriz é que propomos refletir nesta seção sobre as contribuições destes serviços para a afirmação da centralidade desta cidade no cenário regional Sulmaranhense. Para desenvolver esta tarefa, inicialmente serão destacados aspectos essenciais da emergência desses serviços nesta cidade. Posteriormente, o nosso interesse se volta à uma análise da centralidade exercida pelos serviços de educação superior em Imperatriz e as suas projeções no cenário regional.

5.3.1 As bases constituintes da educação superior na cidade de Imperatriz/MA

A gênese da oferta de cursos superiores na cidade de Imperatriz ocorreu em meados da década de 1970, em face da criação da Fundação Universitária de Imperatriz – FUIM, instituída através da Lei nº 07/73. No entanto, a consolidação destes serviços se efetivou após o ano 2000, com a expansão dos cursos existentes nas universidades públicas: Universidade Estadual do Maranhão/UEMA e Universidade Federal do Maranhão/UFMA e ainda com a instalação das IES privadas: Faculdade de Imperatriz/FACIMP, a Faculdade de Educação Santa Terezinha/FEST, Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão/IESMA-UNISULMA, a rede de ensino Pitágoras, o Instituto Federal do Maranhão/IFMA e o Centro Universitário do Maranhão/UNICEUMA. De acordo com as informações obtidas por meio do Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas da UEMA (2008)

A história da educação superior na cidade de Imperatriz se relaciona inicialmente à implantação da Fundação Universitária de Imperatriz – FUIM, criada conforme a Lei de 09/1973. No entanto, a Lei de nº 37/74 modificou esta estrutura e a FUIM passou então a denominar-se Fundação de Ensino Superior de Imperatriz – FESI. Em 16 de junho de 1979, ocorreu novamente uma modificação nesta estruturação e a FESI passou a denominar-se a partir de então, de Faculdade de Educação de Imperatriz, estando desse modo, incorporada à Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM. (PPP/CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, 2008, p. 9).

Até o início do século XXI a educação superior na cidade de Imperatriz se restringiu aos poucos cursos oferecidos pela UEMA e a UFMA. É a partir de então, que se observa uma expansão e consolidação dos serviços voltados à educação superior nesta cidade.

5.3.2 A consolidação da educação superior na cidade de Imperatriz e a sua influência no espaço regional Sulmaranhense

O desenvolvimento da atividade comercial associado à expansão dos serviços públicos e privados de saúde emergiu como elementos indutores de novas dinâmicas socioeconômicas em Imperatriz e região. Nesse sentido, admite-se que a difusão destas atividades serviu de estímulos à expansão dos serviços de educação superior nesta cidade.

Os primeiros anos do século XXI testemunham importantes mudanças na estrutura da paisagem urbana de Imperatriz, decorrentes da presença e da consolidação dos serviços ligados à educação superior. No bojo destas mudanças é possível observar:

- O aquecimento do mercado imobiliário que foi motivado para atender as necessidades das populações migrantes que passaram a se deslocar para a cidade de Imperatriz em busca dos serviços de educação superior;
- A construção de novas moradias para locação nas áreas adjacentes às IES, cuja finalidade se voltou a atender os interesses das populações migrantes, sendo que este fenômeno se manifestou com maior intensidade após o ano 2000;
- A intensificação dos fluxos interurbanos, particularmente, das cidades circunvizinhas das regiões: Sulmaranhense, do extremo-norte do Tocantins e do sul/sudeste do estado do Pará em busca destes serviços;
- Um maior incremento e maior dinamismo da economia local, particularmente, do comércio que foi motivado pela difusão dos serviços voltados à atender as demandas da educação superior na cidade de Imperatriz;

Estes elementos apontados constituem em sinais concretos da centralidade que vem sendo exercida através da educação superior na cidade de Imperatriz. Conforme França et al (2009, p. 53), “A evolução do segmento educacional e sua diversidade, especialmente no ensino superior, apontam para a importância desse ramo, como dinamizador do setor terciário e da própria economia da cidade que, por sua vez, reitera o seu alcance regional”.

A centralidade exercida pelos serviços de educação superior em Imperatriz tem se afirmado em razão da infraestrutura que esta cidade apresenta quando comparada aos demais núcleos urbanos da região Sulmaranhense. Esta infraestrutura pode ser observada através da quantidade e da diversidade de cursos superiores existentes na cidade.

O município de Imperatriz dispõe de (08) oito Instituições de Ensino Superior⁵¹ que abrigam 54 (cinquenta e quatro) cursos em nível de graduação e mais de 20 (vinte) cursos em nível de pós-graduação (Lato-Sensu) e apenas (01) um curso de pós-graduação em nível Stricto-Sensu que é oferecido por meio da Universidade Federal do Maranhão/UFMA.

A fim de apreender o dinamismo e a centralidade que são inerentes aos serviços de educação superior materializados na cidade de Imperatriz, apresentamos a seguir algumas informações que foram colhidas através de pesquisa empírica que foi realizada no mês de agosto de 2014 nas principais IES desta cidade. Cumpre destacar que das (08) oito IES que oferecem cursos regulares de graduação nesta cidade, (06) seis responderam às nossas indagações. Com exceção da Faculdade Pitágoras e do Centro Universitário do Maranhão UNICEUMA, as demais IES inquiridas forneceram as informações que foram solicitadas.

A apreensão da natureza e dos significados dos serviços de educação superior difundidos em Imperatriz exigiu a adoção de alguns objetivos, entre os quais destacamos:

- Realizar uma breve caracterização das IES e dos cursos de graduação oferecidos por estas no município de Imperatriz, considerando nesse cenário, o o número de IES presentes na cidade e o número atual de alunos matriculados;
- Refletir sobre a evolução das matrículas nas principais IES que ofertam cursos regulares de graduação, considerando a dinâmica dos últimos cinco anos;
- Apreender a natureza e os significados dos fluxos populacionais que se dirigem com frequência à cidade de Imperatriz em busca dos cursos de graduação oferecidos pelas IES existentes nesta cidade.

⁵¹ Verificar mapa 28 – Localização geográfica das principais IES de Imperatriz/MA, página 460.

O mapa indicado expõe a localização geográfica das principais IES que oferecem com regularidade e de forma presencial cursos de graduação e pós-graduação em Imperatriz.

A distribuição espacial destas IES apresenta uma ocorrência em distintas áreas da cidade. No entanto, é possível observar que há uma maior concentração destes equipamentos na área central de Imperatriz, particularmente, no bairro Centro que abriga três IES, sendo elas: UEMA, UFMA e a Faculdade Pitágoras. Este é um aspecto que é peculiar aos serviços que são oferecidos nas grandes cidades (metrópoles) e nas cidades médias brasileiras, uma vez que estas áreas são geralmente as que oferecem melhores condições de infraestrutura.

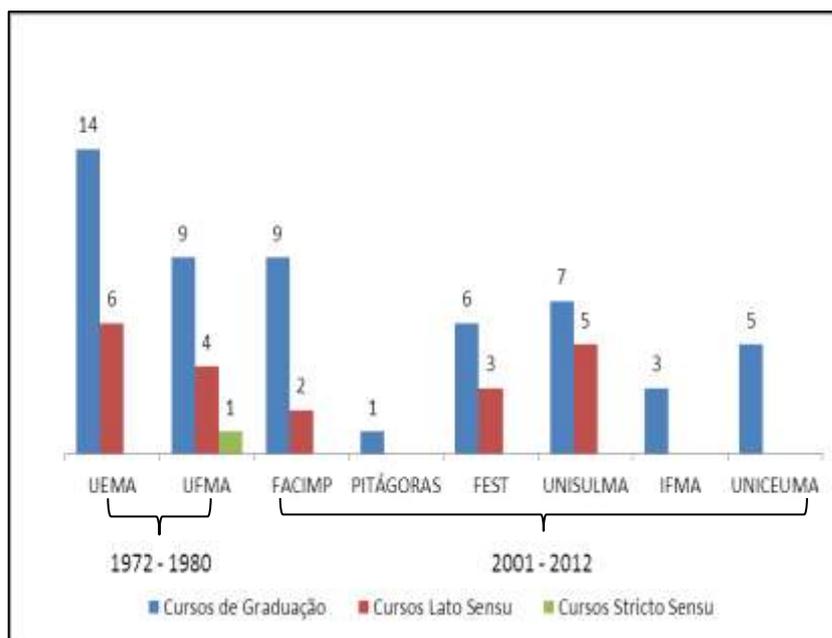
Não obstante, também é possível notar que a presença destas IES em Imperatriz têm se expandido para fora da órbita do seu núcleo central, alcançando dessa maneira, distintas áreas da cidade. A instalação da Faculdade de Imperatriz/FACIMP no ano de 2001 no Parque Sanharol exemplifica este fato. Esta descentralização das atividades terciárias traduz uma das particularidades que é inerente às dinâmicas que têm mobilizado os espaços das grandes cidades e das cidades médias. Nessa direção, Spósito (2001) pondera

O aumento de número de áreas centrais produz duas dinâmicas econômico-territoriais correlatas entre si: a da descentralização territorial dos estabelecimentos comerciais e de serviços e a recentralização dessas atividades. Essas dinâmicas ocorrem através de iniciativas de duas ordens, que se dão simultaneamente: a de surgimento de novas atividades e estabelecimentos comerciais e de serviços fora do centro principal e realocação, em novos centros, de atividades e estabelecimentos que antes estavam restritos ao centro principal. (SPÓSITO, 2001, p. 236).

Este processo de descentralização dos serviços de educação superior se tornaram evidentes desde o ano 2000 na cidade de Imperatriz. Os exemplos mais recentes são observados em face da instalação do campus avançado da UFMA no bairro Bom Jesus, que abriga desde 2013, os cursos de Engenharia de Alimentos, Medicina, Ciências Naturais e Enfermagem. Como parte desta dinâmica, destaca-se ainda a instalação do UNICEUMA bairro Maranhão Novo, que oferece os seguintes cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Engenharia de Produção e Engenharia Civil.

No gráfico abaixo enfatizamos algumas das características das IES presentes em Imperatriz/MA. Nestas informações, destacamos o ano de instalação e a quantidade de cursos em nível de graduação e pós-graduação existentes nestas instituições durante o ano de 2014.

Gráfico 24: Imperatriz/MA: Instituições de Ensino Superior com cursos regulares de graduação e pós-graduação, 2014



Fonte: Pesquisa Direta, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Em conformidade com os dados apresentados no gráfico 24, pode-se inferir que o processo que envolve a expansão da educação superior e, conseqüentemente, os serviços que a ela se vinculam tem ocorrido recentemente em Imperatriz. É a partir do ano de 2000 que se observa uma expansão destes serviços nesta cidade, decorrente da instalação das IES privadas e da ampliação dos cursos existentes nas universidades públicas.

Até o início do ano 2000 foi possível contabilizar a existência de apenas 10 cursos superiores em nível de graduação em Imperatriz, ofertados através da UFMA e UEMA. No entanto, a partir do ano de 2001 esta dinâmica se modificou. Em menos de duas décadas, ou seja, no ano de 2014 estes números quintuplicaram. A partir de então, esta cidade registrou a existência de 54 cursos de graduação, ofertados pelas IES públicas e privadas desta cidade.

Os dados expostos no gráfico anterior também confirmam que as IES que mais oferecem cursos de graduação presenciais em Imperatriz, são respectivamente, a UEMA e a UFMA. Elas disponibilizaram em conjunto um total de 23 cursos no ano de 2014.

Este fato evidencia a importância das IES públicas presentes em Imperatriz, uma vez que elas foram responsáveis neste período, pela oferta de 42,59% dos cursos de graduação existentes nesta cidade. Beatriz Soares (1995, p. 245), ao considerar a influência da educação superior e suas relações com o dinamismo econômico das cidades, em particular, a cidade de Uberlândia, enfatiza, “a oferta de cursos superiores, além de gerar empregos, modifica os hábitos culturais na cidade. O modo de vida dos alunos e de professores incentivam a cultura, o lazer e a política, implicando numa maneira própria de viver e consumir a cidade”.

No Brasil, também tem sido crescente a oferta de cursos superiores na modalidade da educação à distância - EAD. Esta dinâmica tem se processado, principalmente, nas metrópoles e cidades médias. Tal realidade também pôde ser constatada em Imperatriz, uma vez que na última década se disseminou a presença destas IES que oferecem esta modalidade de ensino na cidade. As informações destacadas abaixo confirmam este fato.

Quadro 23: Imperatriz/MA - Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos na modalidade à Distância - EAD, 2014.

Nome da Instituição
Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Centro Universitário UNISEB – UNISEB
Faculdade AIEC – AIEC / FAAB
Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC Salvador
Faculdade do Maranhão – FACAM – MA
Faculdade Educacional da Lapa – FAEL
Universidade Anhembi Morumbi – UAM
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Universidade Metodista de São Paulo – UMESP
Universidade Virtual do Maranhão – UNIVIMA
Universidade Paulista – UNIP

Fonte: www.emec.mec.gov.br – Pesquisa Direta, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

As informações ressaltadas no quadro indicado abaixo reforçam algumas das características que são peculiares a algumas das IES presentes na cidade de Imperatriz.

Tivemos a preocupação de realizar um levantamento⁵² de dados nas secretarias acadêmicas das principais IES que oferecem cursos em nível de graduação e pós-graduação na cidade de Imperatriz, a fim de identificar os cursos ofertados por estas, bem como o ano de autorização/funcionamento destes e o número atual de alunos matriculados.

Quadro 24: IESMA/IFMA - Caracterização dos cursos de graduação, segundo ano de autorização e número de alunos matriculados, 2014

IES – IESMA/UNISULMA		
Denominação do Curso	Ano de autorização funcionamento	Número de alunos matriculados
Administração	2004	194
Ciências Biológicas	2004	25
Direito	2006	832
Educação Física	2004	276
Enfermagem	2004	318
Nutrição	2004	242
Serviço Social	2004	289
Total		2.176
IES – IFMA		
Denominação do Curso	Ano de autorização funcionamento	Número de alunos matriculados
Licenciatura em Física	2008	89
Ciências da Computação	2011	94
Engenharia Elétrica	2012	86
Total		269

Fonte: IESMA/UNISULMA e IFMA, 2014
Pesquisa Direta, 2014.

Os dados expostos no quadro 25 expõem relevantes características das IES de Imperatriz. Notou-se, por exemplo, que as IES que dispõem do maior e menor número de alunos matriculados em cursos de graduação nesta cidade são: UNISULMA e o IFMA. Estas IES contabilizaram em 2014, respectivamente, um total de 2.176 e 269 alunos matriculados.

⁵² A solicitação destas informações foi encaminhada previamente às oito (08) IES que oferecem cursos regulares de graduação na cidade de Imperatriz, a saber: UEMA, UFMA, IFMA, FACIMP, FEST, IESMA/UNISULMA, PITÁGORAS e UNICEUMA. No entanto, por motivos particulares, duas destas IES se negaram a fornecer os dados requeridos. Trata-se da Faculdade Pitágoras e o UNICEUMA.

Outro fato interessante relacionado aos dados apresentados no quadro anterior diz respeito ao período de instalação e funcionamento destas IES na cidade de Imperatriz.

Conforme destacado antes, sabe-se que o processo de expansão das IES no país e, conseqüentemente, de uma maior oferta de cursos superiores nas cidades brasileiras ocorreu após o ano 2000. Esta dinâmica também tem se manifestado de forma similar em Imperatriz, uma vez que foi somente a partir do ano 2000, que se registrou uma expansão na oferta de cursos superiores nesta cidade decorrente, principalmente, da instalação das IES privadas e também de uma maior oferta de cursos nas IES públicas, propiciados pelo Reuni.

Sabe-se que este processo que envolve a instalação e expansão das IES têm se disseminado por todo o território brasileiro, principalmente, nas metrópoles e cidades médias. No entanto, também é reconhecido que ele tem se manifestado de formas distintas e desiguais. Iara França et al (2009) ao refletirem sobre este dinamismo que tem mobilizado a educação superior em cidades médias, particularmente, na cidade de Montes Claro/MG, enfatizam

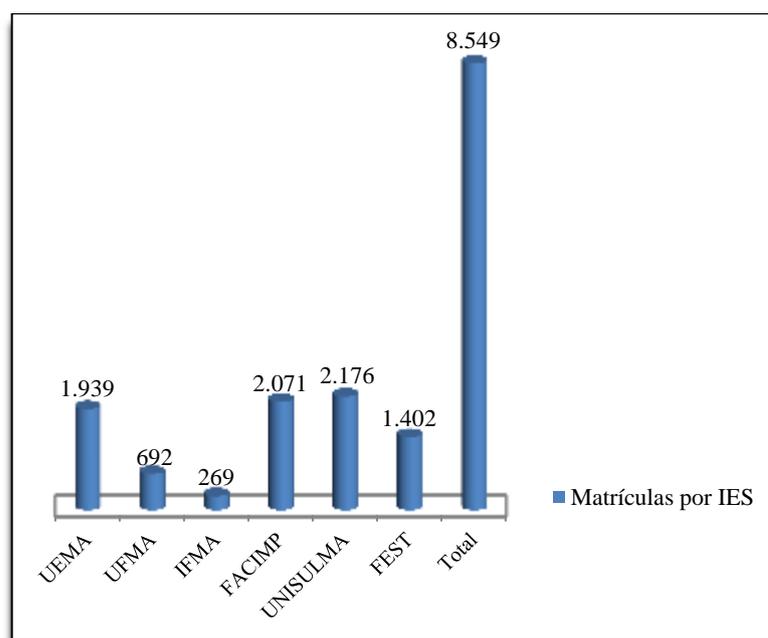
As faculdades privadas se instalaram na cidade de Montes Claros/MG, notadamente entre os anos 2000 e 2010, implicando numa forte expansão do ensino superior nesse período. Tal fato se associa às demandas de consumo da sociedade viabilizadas pela necessidade de qualificação profissional, culminando numa nova dinâmica socioeconômica dessa cidade média. Ademais, esta oferta e diversificação do ensino superior acarretam em maiores e mais diversificados movimentos pendulares de estudantes universitários advindos de outros municípios do Norte de Minas Gerais para a cidade de Montes Claros/MG. (FRANÇA et al, 2009, p. 65).

Estas informações enfatizadas por França et al (2009) confirmam um fenômeno que tem ocorrido com frequência nas metrópoles e cidades médias do Brasil. Estas cidades, cada vez mais, têm sido convocadas a abrigar parcelas significativas das atividades comerciais e de serviços, destacando-se nesse cenário, os serviços de educação superior.

Com isto, é possível notar que desde o ano 2000 tem ocorrido uma convergência temporal na instalação de IES nestas cidades, não sendo diferente na cidade de Imperatriz. Os dados expostos no quadro 25 confirmam esta assertiva, uma vez que é a partir desse período, que se observa uma intensificação da expansão da educação superior nesta cidade.

Outro elemento que permite apreender as dinâmicas relacionadas à presença e consolidação dos serviços públicos e privados de educação superior na cidade de Imperatriz, diz respeito à evolução das matrículas nos cursos de graduação ofertados em algumas das principais IES desta cidade. Os dados indicados abaixo comprovam estas informações.

Gráfico 25: Imperatriz/MA: N° de alunos matriculados em cursos regulares de graduação nas principais IES, 2014



Fonte: Secretarias acadêmicas da IES de Imperatriz/MA, 2014
Pesquisa Direta, 2014.

Conforme os dados apresentados no gráfico 25, é possível notar que as IES que registraram o maior número de matrículas em Imperatriz/MA foram, respectivamente, UNISULMA, FACIMP E UEMA. As duas primeiras são instituições privadas e a última é pública. De um total de 8.549 matrículas efetuadas nestas IES, 2.176 foram registradas na UNISULMA e 2.071 e 1.939 foram identificadas, respectivamente, na FACIMP e UEMA.

Com isto, é possível inferir que no conjunto total das matrículas efetuadas nas IES pesquisadas neste estudo, a participação mais notável está associada à UNISULMA, FACIMP e UEMA, que apresentaram respectivamente, uma participação percentual equivalendo a 24,22% (FACIMP), 25,49% (UNISULMA) e 22,70% (UEMA) no universo pesquisado.

Cumpra reafirmar que este levantamento de dados relativo às matrículas nos cursos de graduação das IES em Imperatriz não contabilizaram as informações referentes à Faculdade Pitágoras e ao Centro Universitário do Maranhão – UNICEUMA, uma vez que estas instituições, por motivos particulares se omitiram em fornecer estas informações.

Além de considerar o número atual de alunos matriculados nos cursos de graduação das principais IES da cidade de Imperatriz, também tivemos a inquietação de reconhecer o processo evolutivo destas matrículas. Estes dados estão indicados na tabela abaixo e foram requeridos nas secretarias acadêmicas das instituições pesquisadas.

Tabela 38: Imperatriz/MA - Evolução das matrículas nas principais IES do município (2010-2014)

IES	PERÍODO (2010-2014)					
	2010	2011	2012	2013	2014	% (2010/2014)
UEMA	2.003	2.001	2.078	1.996	1.939	- 3,19
UFMA	612	612	612	612	692	13,07
IFMA	87	62	120	199	269	209,19
FACIMP	1.805	2.205	2.328	2.229	2.071	14,73
UNISULMA	2.187	2.248	2.199	2.226	2.176	0,50
FEST	1.397	1.516	1.513	1.553	1.402	0,35
Total	8.091	8.644	8.850	8.815	8.469	4,67

Fonte: Secretarias Acadêmicas das IES de Imperatriz, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados arrolados na tabela 38 enfatizam que atualmente tem ocorrido uma estabilização nas matrículas efetuadas nas principais IES de Imperatriz. Com exceção das matrículas geradas pelo IFMA, observa-se que de modo geral, o quadro se manteve estável. Interessa ressaltar que este aumento das matrículas efetuadas no Instituto Federal do Maranhão está associado à expansão dos cursos superiores nesta IES, uma vez que antes de 2010, havia o registro de apenas um curso (Licenciatura em Física) nesta instituição, tendo se expandido no ano de 2012 para três (Ciências da Computação e Engenharia Elétrica). Associa-se a este dinamismo a implantação no ano de 2013 do curso de medicina na UFMA.

Os fixos e fluxos constituem em instrumentos essenciais que permitem identificar e entender as dinâmicas que orientam o exercício da centralidade de determinadas cidades nos espaços em que estas se inserem. É através destes instrumentos que é possível apreender as articulações e os significados da mobilidade de capitais, pessoas, serviços e informações nestes espaços. Nessa direção, são válidas as contribuições fornecidas por Whitacker (2007)

Para se compreender a constituição da centralidade, são os fluxos os elementos determinantes, muito mais que a localização. Esses fluxos são incrementados pelas comunicações e telecomunicações que são traduzidas em trocas, decisões, gestão, controle e irradiação de valores. Essa centralidade também não se define apenas no nível intra-urbano, mas nas articulações dos diferentes níveis e escalas. (WHITACHER, 2007, p. 2-3).

Os fluxos socioeconômicos são entendidos como importantes vetores que permitem apreender a afirmação da centralidade de determinadas cidades no espaço regional. A geógrafa Maria Encarnação Spósito (2001, p. 238), nesse sentido afirma, “se o centro se revela pelo que se localiza no território, a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território”. É em função da intensa mobilidade de pessoas, mercadorias, informações, capitais e serviços desenvolvidos no interior das cidades que se pode captar e apreender a essência do exercício da centralidade que esta desenvolve no espaço regional.

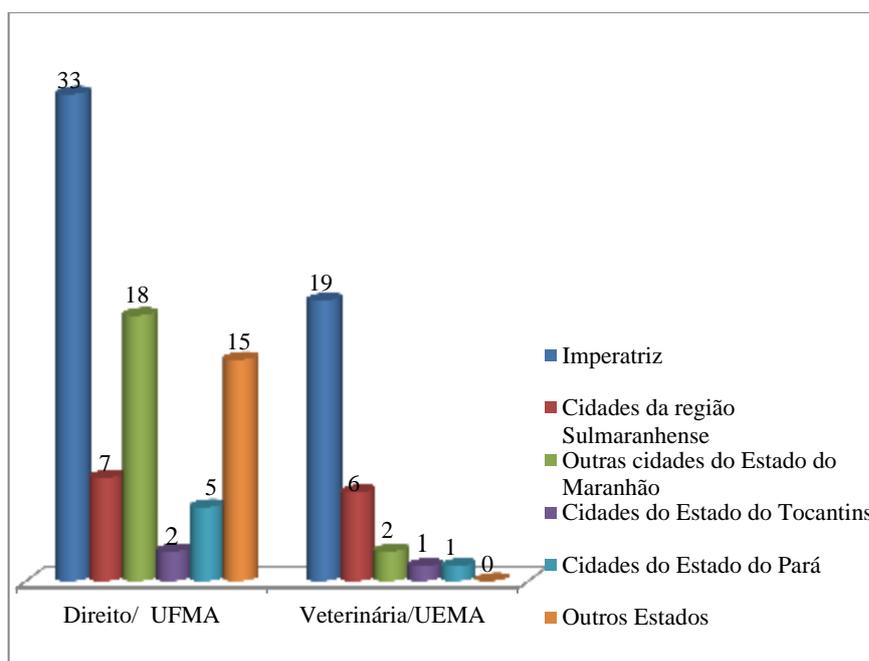
Afirmou-se antes que os serviços de educação superior desenvolvidos na cidade de Imperatriz têm atraído com frequência populações de diferentes localidades, em particular, das regiões: central, sudoeste e sul do estado do Maranhão e também de várias localidades das regiões do extremo norte do estado do Tocantins e do sul/sudeste do estado do Pará.

Nesse sentido, reforçamos mais uma vez um dos objetivos que foi delineado a esta seção que se fundamenta na análise da natureza e significados atribuídos aos fluxos estabelecidos a partir dos serviços de educação superior difundidos na cidade de Imperatriz. Para desenvolver esta tarefa foi necessário que nos dirigissémos às secretarias acadêmicas das principais IES (públicas e privadas) presentes em Imperatriz, a afim de coletar os dados relacionados à natureza dos fluxos dos estudantes destas instituições.

Este levantamento levou em conta apenas as matrículas dos alunos ingressantes no ano de 2014 em algumas das IES públicas e privadas de Imperatriz.

As informações obtidas através desta sondagem foram sistematizadas e estão dispostas nos gráficos apresentados a seguir. Inicialmente serão destacados os dados relativos à procedência dos estudantes de duas universidades públicas: UEMA/UFMA. Posteriormente, serão ressaltados os dados relacionados à procedência de estudantes de duas universidades privadas: IESMA/UNISULMA e FEST. Cumpre reafirmar que a finalidade exposta nesta fase da pesquisa se voltou à necessidade de apreender a natureza dos fluxos estabelecidos através dos serviços de educação superior oferecidos pelas IES antes mencionadas.

Gráfico 26: Imperatriz/MA -Procedência dos estudantes dos cursos de graduação das IES públicas, 2014



Fonte: UFMA/UEMA, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados apresentados por meio do gráfico 26 evidenciam com clareza que são mais expressivos os fluxos de estudantes originados a partir da própria cidade de Imperatriz e também de outras cidades do estado do Maranhão, excluindo-se nesse caso, as cidades e/ou localidades da região Sulmaranhense.

Observou-se, por exemplo, que de um total de (80) oitenta matrículas efetuadas pelos estudantes ingressantes do curso de Direito da UFMA, (33) trinta e três são procedentes da cidade de Imperatriz e (18) dezoito destes estudantes são oriundos de outras cidades do estado do Maranhão, excluindo-se as cidades das regiões: central, sul e sudoeste maranhense. Nesta universo, também consideramos os fluxos estabelecidos por estudantes oriundos de outros estados, particularmente, dos estados do Piauí, Bahia, Minas Gerais e Ceará que contribuíram com uma participação de (15) quinze matrículas efetuadas no curso mencionado.

Com isto, é possível afirmar que do universo de 80 matrículas efetuadas pelos ingressantes no curso de Direito da UFMA/Imperatriz, 41,25% são oriundos da própria cidade. Neste universo, 22,5% das matrículas estão ligadas aos estudantes oriundos de outras cidades do estado do Maranhão, em particular, as cidades de Bacabal, Santa Inês, São Luís e Barra do Corda, ou seja, cidades situadas fora da órbita da região Sulmaranhense. Ainda relacionado aos dados dispostos no gráfico 26, notou-se que 18,75% dos fluxos de estudantes ingressantes no curso de Direito/ UFMA são oriundos de outros estados do país.

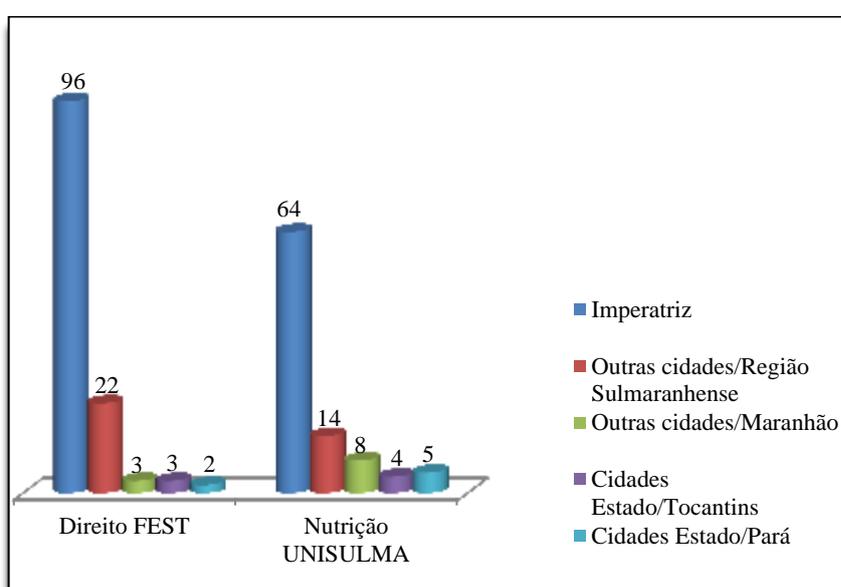
Dinâmica distinta pôde ser constatada em relação aos fluxos gerados pelo curso de Medicina Veterinária da Universidade Estadual do Maranhão – CESI/UEMA. Notou-se, por exemplo, que das (29) vinte e nove matrículas efetuadas neste curso em 2014, (19) dezenove estão relacionadas a alunos que são oriundos de Imperatriz e (7) sete destas, estão associadas aos estudantes que são procedentes de cidades da região Sulmaranhense, com destaque para as cidades de Amarante do Maranhão, Açailândia, Porto Franco e João Lisboa.

Em razão dos dados apresentados é possível inferir que os fluxos gerados através do curso de Direito oferecido pela UFMA são de longa distância, ou seja, atraem estudantes que não se restringe às localidades da região Sulmaranhense. Este fato encontra explicações como veremos numa entrevista adiante ao Sistema de Seleção Unificada – SISU, implantado pelo MEC, que têm promovido uma forte mobilidade de fluxos interestaduais.

No caso dos fluxos gerados pelo Curso de Medicina Veterinária, ofertado através do Centro de Estudos Superiores de Imperatriz/UEMA, notou-se que estes são de curta distância. Os fluxos mais expressivos foram proporcionados através do ingresso de estudantes da própria cidade de Imperatriz e também de algumas localidades da região Sulmaranhense.

A fim de aprofundar este debate que envolve a natureza e os significados dos fluxos gerados pelos serviços de educação superior em Imperatriz, expomos a seguir alguns dados relativos às matrículas de estudantes efetuadas em algumas das principais IES privadas desta cidade no ano de 2014. Estas informações também foram obtidas através das secretarias acadêmicas das seguintes IES: FEST e UNISULMA. A finalidade exposta nesta fase da pesquisa se voltou à necessidade de entender a procedência e os significados desses fluxos.

Gráfico 27: Imperatriz/MA - Procedência dos estudantes dos cursos de graduação das IES privadas, 2014



Fonte: FEST/UNISULMA, 2014.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014

Ao considerar a procedência dos alunos que efetuaram as suas matrículas nas IES privadas mencionadas no gráfico 27, observa-se que as parcelas mais expressivas destes fluxos são oriundas da própria cidade de Imperatriz, de cidades da região Sulmaranhense e de outras regiões/localidades do estado do Maranhão.

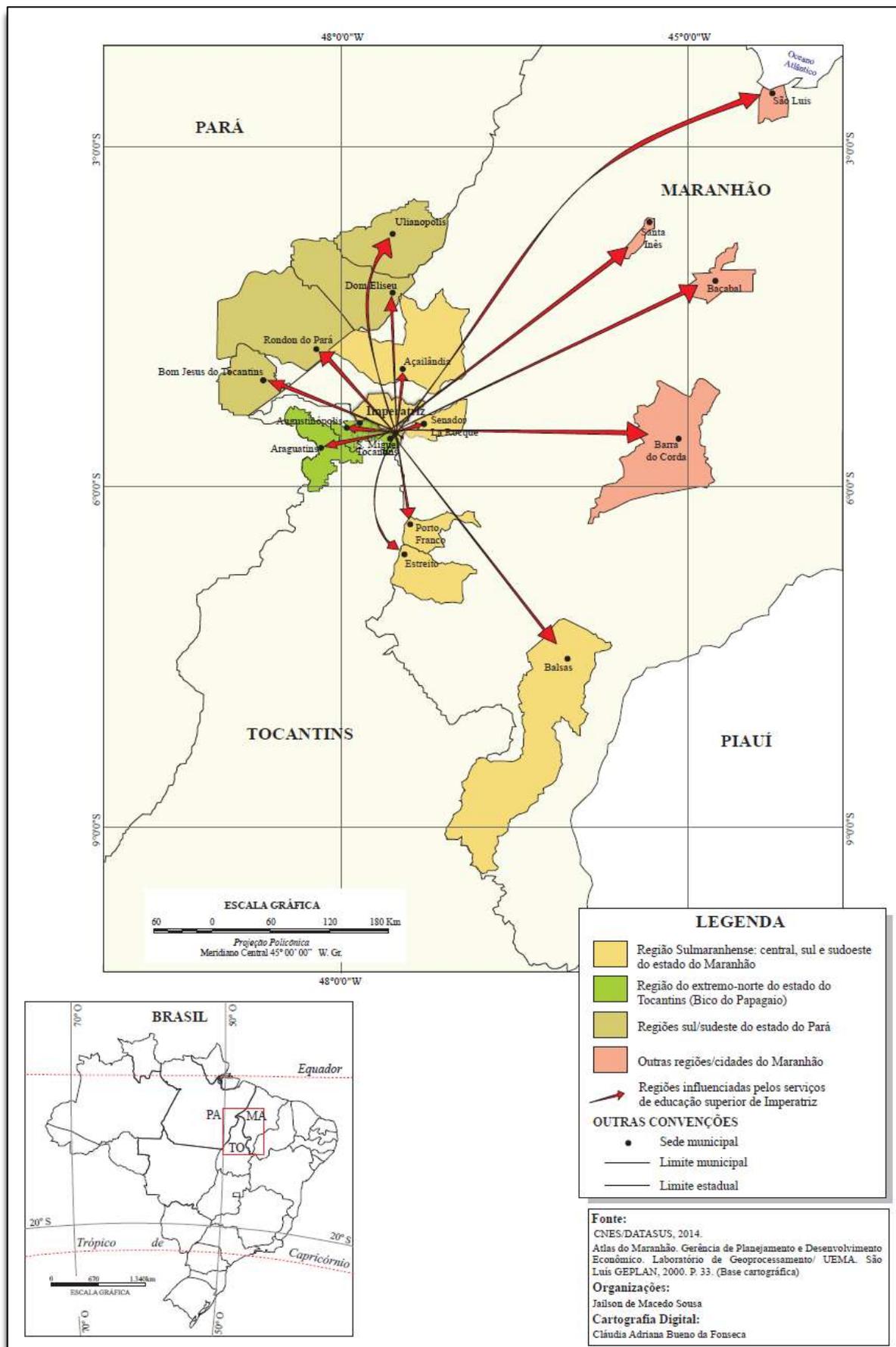
De um total de (126) cento e vinte e seis matrículas efetuadas pelos ingressantes do curso de Direito/FEST no ano de 2014, constatou-se que (96) noventa e seis são oriundos de Imperatriz. Observou-se também que (22) vinte e dois destes são procedentes da região Sulmaranhense e apenas (04) quatro são oriundos outras regiões do estado do Maranhão.

Dito isto, é possível inferir que no universo de (96) noventa e seis matrículas realizadas pelos ingressantes do curso de Direito/FEST, 76,20% são oriundos de Imperatriz. Neste universo pesquisado, 17,50% dos estudantes são oriundos de cidades situadas na região Sulmaranhense. Os 7% restantes são procedentes de outras regiões do estado do Maranhão e de cidades localizadas no estado vizinho do Tocantins. Diante do exposto, pode-se afirmar que os fluxos gerados a partir dos serviços de educação superior no curso de Direito da FEST tem alcançado, principalmente, as regiões: central, sudoeste e sul do Maranhão.

Ainda relacionado aos dados expostos no gráfico 27, pôde-se constatar que foram efetuadas 95 matrículas por alunos ingressantes no curso de Nutrição/UNISULMA no ano de 2014. Deste universo, sessenta e quatro (64) são oriundos da cidade de Imperatriz, quatorze (14), são oriundos de cidades da região Sulmaranhense, principalmente, das cidades de Amarante, Açailândia, Senador La Roque e Porto Franco e (08) oito são oriundos de cidades de outras regiões do estado do Maranhão, particularmente, das regiões norte e leste do estado.

Diante destas informações expostas no gráfico 27, pode-se inferir que no universo de 95 matrículas efetuadas no curso de Nutrição/UNISULMA, 67,40% estão relacionadas aos estudantes que são procedentes de Imperatriz. Constatou-se ainda que 14,74% destas matrículas estão relacionadas aos estudantes que são procedentes de cidades da região Sulmaranhense, em particular, das cidades de Açailândia, Estreito, Senador La Roque e João Lisboa. Estes dados apresentados reforçam a ideia de que os principais fluxos gerados pelos serviços de educação superior estão associados, principalmente, à cidade de Imperatriz e também a alguns núcleos urbanos que estão localizados na região Sulmaranhense.

Mapa 29: Imperatriz/MA: Fluxos dos serviços de Educação Superior, 2014



As informações dispostas no mapa anterior e os dados levantados nas principais IES da cidade de Imperatriz permitiram entender a natureza e os significados dos fluxos gerados através dos serviços de educação superior difundidos nesta cidade. Destarte, este exercício analítico possibilitou que chegássemos às seguintes considerações:

- Os fluxos mais expressivos que são gerados pelos serviços de educação superior difundidos através das IES (públicas e privadas) de Imperatriz são oriundos, principalmente, da própria cidade de Imperatriz e também de diversas localidades situadas na região Sulmaranhense;
- Mesmo considerando a maior influência das regiões e localidades antes assinaladas, também foi possível identificar numa menor proporção, a influência de fluxos originados em outras regiões/localidades do estado do Maranhão e de outras localidades situadas nas regiões: extremo norte do estado do Tocantins e ainda nas regiões: sul/sudeste do estado do Pará;
- Outro dado interessante relacionado aos fluxos gerados pelos serviços de educação superior difundido a partir da cidade de Imperatriz diz respeito aos fluxos gerados por alguns cursos ofertados na UFMA, particularmente, os cursos de Direito e Medicina que em função do SISU têm atraído estudantes de outros estados distantes. É o caso: Bahia, Minas Gerais, entre outros.

As informações apresentadas ao longo desta seção certificam a influência e importância regional que tem sido atribuída aos serviços de educação superior difundidos a partir da cidade de Imperatriz. A presença e consolidação destes serviços têm contribuído de forma inequívoca para a afirmação da centralidade desta cidade no âmbito regional.

Observou-se que o alcance desses serviços não se restringe apenas à cidade de Imperatriz, ou ainda, às cidades localizadas na região Sulmaranhense. Esta influência também se faz sentir e se irradia para diversas localidades do estado do Maranhão e também para várias cidades situadas no extremo-norte do estado do Tocantins e ainda, para diversas localidades das porções sul/sudeste do estado do Pará.

Com o intuito de reforçar os dados que foram apresentados nesta seção e que atestam a influência regional dos serviços de educação superior dispersos através da cidade de Imperatriz, expomos a seguir alguns dos excertos que foram obtidos através das entrevistas⁵³ realizadas com os gestores públicos e privados de algumas das IES desta cidade.

Interessa destacar que estas entrevistas seguiram os mesmos procedimentos das demais enfatizadas neste estudo. Assim, tivemos a preocupação de trabalhar com a pesquisa de natureza qualitativa, sendo que as entrevistas seguiram um padrão estruturado, ou seja, nos orientamos através de um roteiro prévio a fim de obter dos entrevistados com a maior eficácia possível os pormenores que nem sempre os roteiros rígidos e formais são capazes de abstrair. A cerca da modalidade de pesquisa qualitativa, Chizzotti (2006) enfatiza

Os pesquisadores que optam por trabalhar com a pesquisa qualitativa, ao se decidirem pela descoberta de novas vias investigativas, não pretendem furtar-se apenas ao rigor e à objetividade, mas reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos rigorosos e nomotéticos de analisar e descrever esta realidade. (CHIZZOTTI, 2006, p. 58).

A adoção destes pressupostos metodológicos se deu em consonância com a elaboração de algumas metas que julgamos como vitais, a fim de entender a importância e os significados dos serviços de educação superior desenvolvidos em Imperatriz. São elas:

- Entender a partir da visão e opinião dos gestores e técnicos da educação superior de Imperatriz as motivações que levaram à instalação e consolidação dos serviços de educação superior nesta cidade;
- Refletir sobre a importância, influência regional e os significados atribuídos aos serviços de educação superior desenvolvidos em Imperatriz;
- Compreender a natureza e os significados dos fluxos gerados a partir dos serviços de educação superior na cidade de Imperatriz.

⁵³ Estas entrevistas foram realizadas, respectivamente, com os gestores e técnicos educacionais da UNISULMA (IES privada) e da UFMA (IES pública) durante o mês de agosto de 2014. Foram sistematizadas com base nas ponderações elaboradas através do roteiro 8 que está disposto nos apêndices desta tese.

As respostas obtidas através das falas de gestores e técnicos educacionais das IES pesquisadas neste estudo foram organizadas em dois blocos distintos, sendo expostas abaixo.

A cerca da instalação das IES em Imperatriz é importante atentarmos que até bem recentemente os serviços que estas instituições ofereciam eram restritos. Esta expansão vem ocorrendo nas duas últimas décadas. Penso que a instalação das IES públicas e privadas ocorreram em função da necessidade de qualificação de pessoal. Imperatriz já era considerada mesmo antes da implantação destas universidades e faculdades um importante polo econômico, ou seja, é a cidade mais importante da região Tocantina, com ênfase no setor comercial. Esta polarização do comércio de nossa cidade já alcançava toda a região sul do do Maranhão e também o norte do Tocantins. Toda esta região aí conhecida como o Bico Papagaio e muitas outras áreas do sul do Pará. Imperatriz é considerada a segunda cidade mais importante do Maranhão e está localizada em uma região estratégica, possuindo uma infra-estrutura que favoreceu a implantação desses novos cursos. Estas características têm contribuído para a expansão do ensino superior em Imperatriz não só pela UFMA, como também por outras instituições que tem se instalado aqui na cidade nesta última década, uma vez que, a educação é um fator fundamental para o desenvolvimento de uma região. Tudo isso contribuiu muito e teve um peso decisivo no processo de instalação e ampliação dos cursos superiores na cidade de Imperatriz. Isto reforça esta importância da presença dos cursos superiores em Imperatriz e da necessidade de qualificação profissional através destes cursos. (Entrevista realizada no mês de agosto de 2014. Técnica em Assuntos Educacionais da UFMA).

O IESMA foi instalado no ano de 2004 na cidade de Imperatriz. A exemplo das demais IES, esta instituição tem zelado pelo compromisso da formação e qualificação de profissionais na cidade de Imperatriz e na região Sul do Maranhão. A missão desta IES traz essa perspectiva de desenvolvimento regional. Isso fica muito claro em razão do alcance de nossas ações, que não se prendem à cidade, uma vez que os egressos desta instituição atuam em várias cidades do Maranhão, do norte do Tocantins e do sul do estado do Pará. Nós temos consciência que a gente não vende um produto. A gente presta um serviço que é antes de tudo um direito. E isso mexe com os destinos das pessoas. Então isso está muito claro dentro da gestão e da concepção desta instituição que objetiva construir sonhos e formar profissionais. Esta IES não nasceu do acaso. Os mantenedores no ano de 2001 fizeram um levantamento em mais de 25 municípios da nossa região, a fim de identificar as principais demandas de cursos de educação superior e também consideraram aquilo que a cidade apresenta em termos de potencialidades. O que posso afirmar é que no conjunto das IES privadas existentes em Imperatriz, temos um lugar de destaque, por que as nossas demandas são sempre grandes e de várias localidades. Retomando o que foi questionado no início, o IESMA foi instalado em Imperatriz com a finalidade de concretizar sonhos e formar profissionais aptos a atuar em diferentes frentes, tanto nos setores privados, como também nos setores públicos. (Coordenadora Acadêmica dos Cursos de Graduação do IESMA/UNISULMA. Entrevista realizada no mês de agosto de 2014).

As informações dispostas nos excertos das entrevistas antes enfatizadas evocaram o debate de algumas questões relacionadas à presença e consolidação dos serviços de educação superior desenvolvidos na cidade de Imperatriz, entre as quais destacamos:

- As motivações referentes à instalação e funcionamento das IES (públicas e privadas) na cidade de Imperatriz se explicam em razão das necessidades de qualificação de profissionais aptos a atuar nos segmentos públicos e privados;
- Outro fator determinante à instalação destas IES está associado aos papéis regionais exercidos por esta cidade, sobretudo, em função da pujante atividade comercial difundida em Imperatriz e as projeções e importância destas atividades econômicas no âmbito da região Sulmaranhense;
- A instalação das IES em Imperatriz também se relaciona às potencialidades econômicas, culturais e políticas desenvolvidas por esta cidade, uma vez que estes fatores têm assegurado a Imperatriz a condição de mais importante polo prestador de serviços no interior da região Sulmaranhense.

As ideias destacadas a seguir refletem alguns dos excertos que foram obtidos através das entrevistas realizadas com os gestores e técnicos educacionais da UFMA e UNISULMA. Tivemos a preocupação neste estágio da pesquisa de entender a importância e influência dos serviços de educação superior difundidos em Imperatriz. Buscamos ainda, identificar a natureza e significados dos fluxos gerados a partir desses serviços nesta cidade.

Acredito que a UFMA, assim como as outras IES instaladas nesta cidade têm oferecido muitas contribuições na formação e qualificação de profissionais para a nossa cidade. As mudanças que ocorreram nesta última década com a expansão da educação superior tem contribuído diretamente para afirmar esta cidade como um grande polo educacional. Imperatriz já era considerada um polo econômico da região Tocantina, principalmente, pelo seu comércio que abastece muitas cidades da região. Sobre esta influência da educação superior, como técnica irei responder a partir da realidade que vivencio aqui na UFMA. Bem a maioria dos alunos da UFMA são daqui mesmo de Imperatriz. Mas, também, atraímos um número grande de estudantes das cidades circunvizinhas maranhenses, do Pará e do estado do Tocantins. Da nossa região, sempre nos deparamos com os estudantes de Açailândia, João Lisboa, Senador La Roque, Porto Franco Governador Edison Lobão e até mesmo de cidades mais distantes do Pará, como é o caso de Marabá e Paragominas. Contudo, com a

implantação do Reuni, estudantes de vários estados tem ocupado um número expressivo nos cursos mais concorridos do nosso campi, especialmente, Direito e Medicina, principalmente, de outros Estados e até mesmo de estados do centro-sul do país, que geralmente tem uma pontuação maior nas notas do ENEM. Além disso, Imperatriz, possui uma boa infra-estrutura que atrai e consegue atender boa parte das necessidades desses alunos. (Entrevista realizada no mês de agosto de 2014. Técnica em Assuntos Educacionais da UFMA).

Sobre a importância da educação superior desenvolvida em Imperatriz, não só a UNISULMA, mas todas as IES tem prestado um serviço muito importante. Até duas décadas atrás era muito comum os estudantes se deslocarem para as capitais ou cidades maiores com a finalidade de fazer um curso superior. Para nós, oriundos de escolas públicas e, geralmente, alunos de baixa renda, as dificuldades para estudar eram absurdas. Além dos programas governamentais que facilitaram o acesso como o PROUNI e o FIES, temos também a contribuição das IES privadas aqui na região, sendo um divisor de águas no sentido de ampliarmos as possibilidades de acesso à educação superior e também mobilizamos as IES públicas a ofertar mais curso, favorecendo o ingresso de mais estudantes na educação superior. Tudo isso gerou muitas mudanças na cidade. Não posso dizer que somos um grande polo de serviços da educação superior. Temos caminhado para nos afirmar enquanto polo, por que Imperatriz é a cidade da região Sul do Maranhão que conta com o maior número de IES e de cursos superiores. No entanto, ainda precisamos investir muito no desenvolvimento da pesquisa, extensão e no próprio ensino. Sobre os fluxos dos nossos alunos, recentemente realizamos uma pesquisa com egressos de alguns cursos de nossa instituição. O que posso afirmar em relação a esta pesquisa é que temos uma procura muito grande das cidades aqui do entorno, ou seja, do Sul do Maranhão. De cidades como: Açailândia, Porto Franco, João Lisboa, Senador La Roque, Bom Jesus das Selvas. Também vamos ter num segundo momento, a procura de estudantes de cidades vizinhas do Tocantins e do Sul do Pará numa terceira posição. (Coordenadora Acadêmica dos cursos de graduação do IESMA/UNISULMA. Entrevista realizada no mês de agosto de 2014.).

As ideias expostas através das entrevistas realizadas com os técnicos educacionais e gestores de algumas das principais IES de Imperatriz (UFMA/UNISULMA) suscitaram o debate de algumas questões relacionadas aos serviços de educação superior desenvolvidos pelas IES na cidade de Imperatriz, entre as quais ressaltamos:

- É notória a influência e importância dos serviços de educação superior difundido a partir da cidade de Imperatriz. Estes serviços, segundo os entrevistados têm contribuído diretamente nos processos de qualificação de pessoal e formação profissional, implicado em mudanças significativas na estrutura do tecido urbano desta cidade;

- No que se refere aos fluxos socioeconômicos originados em função do desenvolvimento dos serviços de educação superior, também é perceptível a influência destes serviços no espaço regional, sobretudo, nas cidades e localidades da região Sulmaranhense. O mapa indicado na página 473 evidencia com clareza esta dinâmica;
- Esta influência dos serviços de educação superior difundidos por Imperatriz também se projeta, numa menor proporção, para outras localidades/cidades fora da órbita desta cidade da região Sulmaranhense. As falas dos entrevistados atestam com propriedade este dinamismo.

As reflexões apresentadas neste capítulo testemunham com coerência a força de comando das atividades terciárias desenvolvidas através da cidade de Imperatriz no cenário regional Sulmaranhense. A presença e consolidação da atividade comercial, a difusão dos serviços públicos e privados de saúde e a centralidade guiada em função do desenvolvimento dos serviços de educação superior em Imperatriz, evidenciam com clareza a posição de destaque e os papéis que esta cidade tem ocupado no interior da região Sulmaranhense.

É inegável a influência das atividades terciárias conduzidas através dos principais núcleos urbanos investigados neste estudo: as cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Também é inquestionável o comando socioeconômico exercido pela cidade de Imperatriz no conjunto destes núcleos urbanos. No entanto, mesmo reconhecendo o peso das atividades econômicas que são inerentes a estas cidades e a centralidade que elas têm exercido no cenário regional, é necessário indagar sobre os conteúdos sociais que as mobilizam.

Questionar a natureza e os conteúdos sociais destas cidades, implica em identificar os problemas sociais que elas apresentam. Sabe-se que o crescimento econômico materializado nestes espaços se traduz como um dado concreto. No entanto, este crescimento revelado através do PIB destes núcleos urbanos, tem denunciado problemas sociais crônicos, como a ausência de saneamento básico, problemas de saúde pública, escassos investimentos em equipamentos urbanos, ausência de infraestrutura urbana e corrosão do tecido citadino.

Estes problemas anunciados revelam as assimetrias socioeconômicas que são inerentes aos municípios da região Sulmaranhense. Eles também denunciam a fragilidade das políticas públicas e o descaso das gestões públicas com os interesses dos cidadãos.

Há uma preocupação latente por parte dos agentes econômicos e políticos com a modernização da região Sulmaranhense. Este fato pôde ser notado com propriedade ao longo deste estudo em razão dos processos de modernização presentes nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. No entanto, o que se observa na prática é que esta modernização tem se traduzido tão somente através dos números expressos por meio do PIB destes municípios.

Não há uma manifestação clara por parte do Estado e do capital em dirimir os problemas sociais que são peculiares às cidades da Sulmaranhense que tanto agudizam em face do crescimento urbano desordenado, de problemas relativos à ausência de infraestrutura urbana, saúde pública, saneamento básico e a geração de impactos socioambientais, decorrentes da instalação de grandes projetos econômicos nesta região. Como enfrentar esta problemática? Que caminhos e instrumentos podem ser sugeridos a fim de equacionar ou dirimir os problemas sociais que são inerentes aos núcleos urbanos da região Sulmaranhense?

Um caminho útil que pode fornecer respostas satisfatórias à estes problemas pode se manifestar através da execução de ações de ordenamento destes espaços. Nesse sentido, o ordenamento do território se apresenta como um valioso instrumento que poderá orientar as cidades desta região a conhecer eficazes formas de gestão pautadas na coesão social.

5.4 O ordenamento do território: uma alternativa viável ao planejamento do sistema urbano-regional Sulmaranhense?

Ao estudar o dinamismo socioeconômico materializado na região Sulmaranhense é perceptível a influência e a importância assumida pelas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Conforme afirmamos antes, a centralidade orientada através destes núcleos urbanos se concretiza, principalmente, em razão do desenvolvimento das atividades terciárias.

Os números apresentados por meio do PIB destes municípios revelam o domínio e o comando que eles têm exercido no cenário regional Sulmaranhense. No entanto, mesmo considerando as potencialidades econômicas e o poder de atratividade que estas cidades desenvolvem, também são evidentes os problemas que elas testemunham. Diante destes fatos, algumas indagações surgiram como frutos das reflexões realizadas neste estudo. São elas:

- É fato inegável o exercício da centralidade orientado a partir das cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz no interior da região Sulmaranhense. Porém, por que estas cidades não conseguem gerar processos de desenvolvimento?
- Por que o crescimento econômico materializado nestes núcleos urbanos não tem se revertido em melhorias urbanas efetivas, através da instalação de equipamentos e infraestrutura urbana adequados às suas populações?
- Por que as carências relativas ao saneamento básico, pavimentação e redes de drenagem se colocam como problemas cada vez mais notórios nestas cidades? Por que elas agudizam e reclamam por serviços de saúde de qualidade?
- Por que os indicadores sociais, sobretudo, o IDHM destes núcleos urbanos sempre se mostram inferiores quando comparados aos de cidades de porte populacional similar de outras regiões do país (Sul/Sudeste)?

Não há respostas concretas e definitivas à estas indagações. Contudo, as reflexões realizadas ao longo deste estudo possibilitaram entender que as principais cidades da região Sulmaranhense têm conhecido de perto os efeitos dinâmicos do crescimento econômico, sendo motivadas, em particular, pelo desenvolvimento de atividades econômicas modernas.

No entanto, é possível observar que o desenvolvimento destas atividades econômicas não tem se revertido em melhorias efetivas no tecido urbano destas cidades. O crescimento econômico presente nestes núcleos urbanos não tem se convertido em condições de vida digna e sustentáveis às suas populações, pois o que se observa de modo geral nas cidades investigadas são problemas sociais crônicos e carências generalizadas.

Nessa direção, são válidas as contribuições fornecidas por Bertha Becker (2005)

A insustentabilidade social e ambiental revela a natureza e os conteúdos da urbanização amazônica. A especificidade da urbanização regional não se esgota nos seus padrões de crescimento e distribuição no contexto de uma floresta urbanizada. Diz respeito também à carência de condições que permitam aos cidadãos condições de vida digna. Indicadores de oferta de infraestrutura urbana, condições de habitabilidade dignas e o atendimento à saúde denotam a generalização de carências que são inerentes à realidade urbana amazônica. (BECKER, 2005, p. 409).

Para fazer frente à estes problemas anunciados e que são cada vez mais comuns no bojo das dinâmicas que tem orientado os processos de urbanização na Amazônia brasileira e, de modo particular, nas cidades da região Sulmaranhense aqui investigadas (Açailândia, Balsas e Imperatriz), destacamos nesta seção algumas reflexões e considerações que foram obtidas em razão do estágio de doutoramento sanduíche realizado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa – IGOT/UL.

Cumpramos ressaltar que esta experiência ocorreu entre os meses de novembro do ano de 2012 a março do ano de 2013 na referida instituição. Por meio desse estágio, tive a oportunidade de estudar, refletir e conhecer de perto alguns dos instrumentos que norteiam as políticas de ordenamento do território em Portugal. As inquietações delineadas nesta fase de estudos se voltaram, principalmente, à necessidade de compreender do ponto de vista teórico e prático a natureza e os significados que tem norteado a proposição e execução das políticas de ordenamento do território nas cidades médias portuguesas.

Elegemos como recorte espacial analítico para a realização deste estudo a dinâmica socioespacial da cidade de Évora, um dos principais núcleos urbanos do Alentejo. O fato de estudar as políticas de ordenamento territorial em cidades médias portuguesas, ou seja, na cidade de Évora não implicou em nenhum momento numa preocupação no sentido de transplantar um modelo de ordenamento tão distinto e distante da realidade investigada neste estudo. Tive sim, o desejo e a inquietação de identificar e entender as possíveis lições e as boas práticas que envolvem as ações de ordenamento territorial na cidade de Évora.

5.4.1 As boas práticas e lições do ordenamento territorial português: reflexões a partir da realidade socioespacial da cidade de Évora

O ordenamento do território é a arte de adequar as gentes e a produção da riqueza ao território numa perspectiva de desenvolvimento. (GASPAR, 1995).

As políticas de ordenamento do território materializadas e difundidas no espaço português datam de um período recente, ou seja, foi somente no final da década de 1990 que ocorreu efetivamente a institucionalização destas políticas por meio de diversas proposições e ações orientadas pelo governo português. A este respeito Simões e Gaspar (2006) ponderam

Até a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei nº 48/98), Portugal não dispôs de um instrumento legal, de âmbito geral, para o enquadramento estratégico do ordenamento do território. A partir da segunda metade da década de 1960, em consonância com as reflexões realizadas no quadro de elaboração do III Plano de Fomento (1968-1973), emergiram preocupações com uma maior integração da intervenção no ordenamento do território. (GASPAR e SIMÕES, 2006, p. 266).

De fato, as preocupações com o ordenamento territorial português só adquiriram maior visibilidade após a segunda metade do século XX. Estas inquietações se pautaram no questionamento dos modelos de ocupação e desenvolvimento do país que historicamente voltou os seus interesses à fachada litorânea. Nessa direção, Ferrão (2011) enfatiza

Os sistemas de ordenamento do território, reflectem, inevitavelmente, as condições políticas, institucionais e sociais, prevalecendo ao longo dos tempos nos países em que se desenvolvem. Assim sendo, a diversidade existente de sistemas de ordenamento do território deve ser entendida à luz dos contextos particulares – nacionais e, por vezes, regionais – em que foram aplicados. (FERRÃO, 2011, p. 34).

Ao considerar a conformação socioespacial do território português é possível notar assimetrias socioeconômicas que apresentam raízes históricas. Com isto, é perceptível a concentração histórica dos recursos, das populações e da riqueza produzida no país, evidenciadas com maior particularidade nas áreas litorâneas, sendo que esta concentração se revela, primordialmente, junto às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

A este respeito, Marques da Costa (2000) enfatiza

Ao longo dos séculos, a estrutura do povoamento de Portugal tem sido marcada por uma forte concentração no litoral, particularmente, acentuada nas cidades de Lisboa e do Porto. A ocupação humana no interior foi sempre débil e concentrada, calcando as vias de comunicação fluviais ou terrestres. [...] Até os anos de 1960, quando a taxa de urbanização do país era apenas de 23%, os centros urbanos (lugares com mais de 10.000 habitantes) localizados nas Áreas Metropolitanas de Lisboa (AML) e Porto (AMP) representavam 17,4% da população do país, relegando os restantes centros para uma posição secundária. (MARQUES DA COSTA, 2000, p. 167-169).

Estes fatos, evidenciam os efeitos e consequências históricas da concentração da produção e, conseqüentemente, das populações nas faixas litorâneas de Portugal. No entanto, a partir da década de 1970 é possível observar alterações significativas nesta configuração.

Gaspar e Jensen-Butler (1992) enfatizam que estas mudanças são explicadas em razão

Da crise internacional e associada a esta, a desintegração do sistema político após abril de 1974, quando ocorreu o retorno de mais de meio milhão de portugueses das ex-colônias e as novas limitações europeias à imigração, sendo entendidos nesse cenário, como fatores determinantes para evolução das áreas metropolitanas e também para uma maior participação das pequenas e médias cidades portuguesas na dinâmica demográfica do país. (GASPAR e JENSEN-BUTLER, 1992, p. 442-461).

Diante destas transformações, buscamos situar a experiência envolvendo as cidades médias portuguesas, considerando nesse cenário, as dinâmicas materializadas na cidade de Évora. Este fato se deve aos papéis que estes núcleos urbanos têm assumido no interior do sistema urbano português. A este respeito, Marques da Costa (2000) destaca

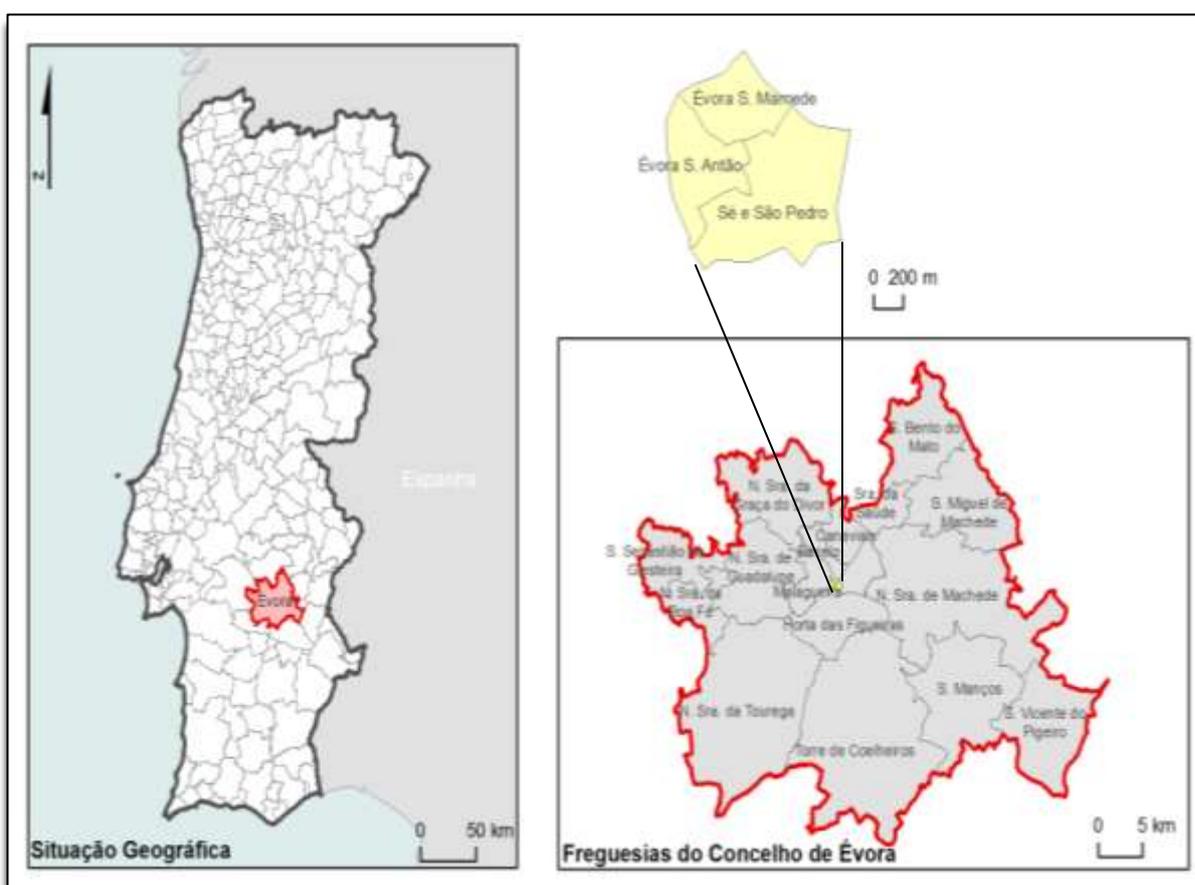
A crescente urbanização do espaço europeu e as diferentes formas que essa urbanização tem assumido, introduz novas leituras sobre as políticas urbanas e regionais, alertando para a sua interrelação. Este fato não se traduz apenas numa retoma das grandes cidades, mas igualmente na densificação da rede de pequenas e médias cidades. Estes aspectos, realçam o papel que as cidades pequenas e médias detêm no processo de ordenamento dos espaços europeu, regional e local, inseridas ou não em políticas regionais e locais. (MARQUES DA COSTA, 2000, p. 155).

Em razão desses papéis assumidos pelas cidades médias no sistema urbano português foi que propomos refletir e entender as especificidades que tem norteado as políticas de ordenamento territorial nestes espaços. Esta tarefa foi conduzida a partir de uma leitura da dinâmica socioespacial que tem mobilizado estas políticas na cidade de Évora.

Para entender os efeitos e as possíveis lições das políticas de ordenamento do território desenvolvidas na cidade de Évora nos propomos inicialmente a fazer uma breve caracterização do seu território. Para tanto, expomos inicialmente algumas das características demográficas, económicas e sociais que são peculiares a este núcleo urbano. Segundo as informações obtidas por meio da síntese de estudos de caracterização do território municipal de Évora, contidos no Plano Director Municipal de Évora (PDME, 2007)

A posição geográfica específica do concelho de Évora, no centro do Alentejo e sensivelmente a meio caminho entre a orla litoral portuguesa e a fronteira espanhola confere-lhe uma localização privilegiada como interface nas relações internas e internacionais. Com efeito, tal localização, tem sido determinante na sua inserção natural no território Ibérico e Europeu, no espaço em que confluem o Arco do Atlântico e o Arco Latino/Mediterrâneo Ocidental, na denominada região do Sudoeste Europeu que integra a Diagonal Continental e alcança o Oceano Atlântico. (PDME, 2007, p. 6).

Mapa 30: Évora – Localização geográfica no território português, 2012



Fonte: CAOP, 2012. Disponível em: www.igeo.pt –
Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2013.

Situada numa área que ocupa quase um terço do território português, a cidade de Évora, mesmo tendo registrado nas últimas décadas forte estagnação demográfica e econômica, ainda é considerada um núcleo urbano que vem desenvolvendo papel de destaque no interior do Alentejo central, uma vez que se apresenta como o principal núcleo urbano desta região. Este fato encontra explicações tanto em seus aspectos demográficos como também nos elementos econômicos. A este respeito, Domingas Simplício (2013) assevera

Évora é o principal centro urbano situado na posição central no interior da metade Sul de Portugal. Apesar da estagnação demográfica registada na última década, Évora continua a ocupar uma posição relevante no sistema urbano nacional, como evidenciam os instrumentos de política nacional e regional, como o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNOPT) e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA). (SIMPLÍCIO, 2013, p. 97).

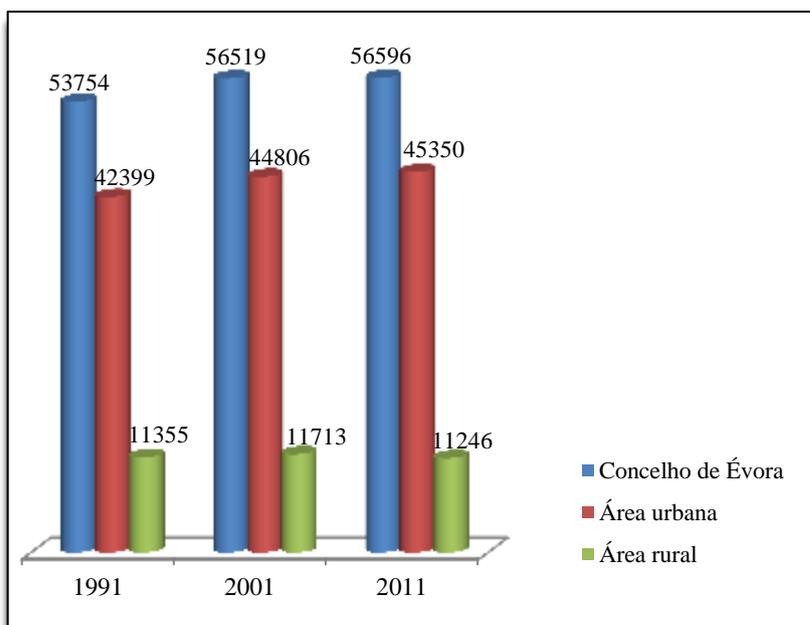
A posição de destaque assumida pela cidade de Évora no interior do Alentejo se explica, principalmente, em função do desenvolvimento das atividades ligadas ao setor terciário. A difusão da atividade comercial associada ao desenvolvimento das atividades turísticas, os serviços administrativos e a oferta de serviços vinculados à educação superior constituem em elementos essenciais que contribuem para explicar o dinamismo econômico materializado nesta cidade. Nessa direção, Domingas Simplício (2013) pondera

A ocorrência de funções comerciais nos centros urbanos é em si mesma um espelho da vitalidade e dos dinamismos que estes centros passam a exercer em seus espaços envolventes. A estrutura funcional de Évora evidencia a confluência de quatro conjunto de condicionantes. São eles: uma população residente em 2011, na área urbana de 45.530 habitantes, num total de 56.600 do concelho; O papel de capital regional e de principal pólo de atracção da região do Alentejo; A reactivação e afirmação da Universidade na década de 80 do século passado; O seu reconhecimento como Património da Humanidade em 1986. (Idem, 2013, p. 99).

O desenvolvimento destas funções revela de modo incontestável a centralidade que a cidade de Évora tem desempenhado no cenário regional Alentejano. Com vistas de esclarecer melhor este dinamismo, apresentamos a seguir aspectos essenciais da estrutura demográfica e econômica da cidade de Évora. Estas informações foram sistematizadas a partir dos dados obtidos através do Instituto Nacional de Informações Estatísticas de Portugal-INE.

Os dados expostos no gráfico 28 evidenciam a evolução populacional registrada no concelho⁵⁴ de Évora, considerando a participação da população total e as populações residentes em áreas urbanas e rurais deste concelho entre os anos de 1991 a 2011.

Gráfico 28: Évora, Portugal – Evolução populacional (1991-2011)



Fonte: INE. Censos de 1991; 2001; 2011.
Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Os dados arrolados no gráfico 28 confirmam uma gradual estagnação demográfica materializada no concelho de Évora no período assinalado. Embora seja possível observar um relativo crescimento no universo da população total e urbana deste concelho, que registraram respectivamente, entre os anos de 1991 a 2011, crescimento percentual de 5,3% e 7,0%, cumpre destacar que algumas áreas deste concelho tem conhecido significativa redução.

Este é o caso da área que correspondente ao Centro Histórico de Évora, que no ano de 1991 contabilizou uma participação populacional de 7.842 habitantes. No ano de 2011, por seu turno, a participação da população residente nesta área da cidade equivaleu a 4.738 habitantes, implicando desse modo, numa perda populacional de -39,6%.

⁵⁴ Portugal está actualmente dividido em 308 municípios, que são tradicionalmente conhecidos como concelhos. Estes concelhos também denominados de municípios têm geralmente o nome da sua maior localidade (apesar da área dos municípios ser frequentemente maior do que a cidade ou vila que lhe dá o nome), a qual costuma ser a sede dos órgãos da administração do respectivo concelho. (PDME, 2007).

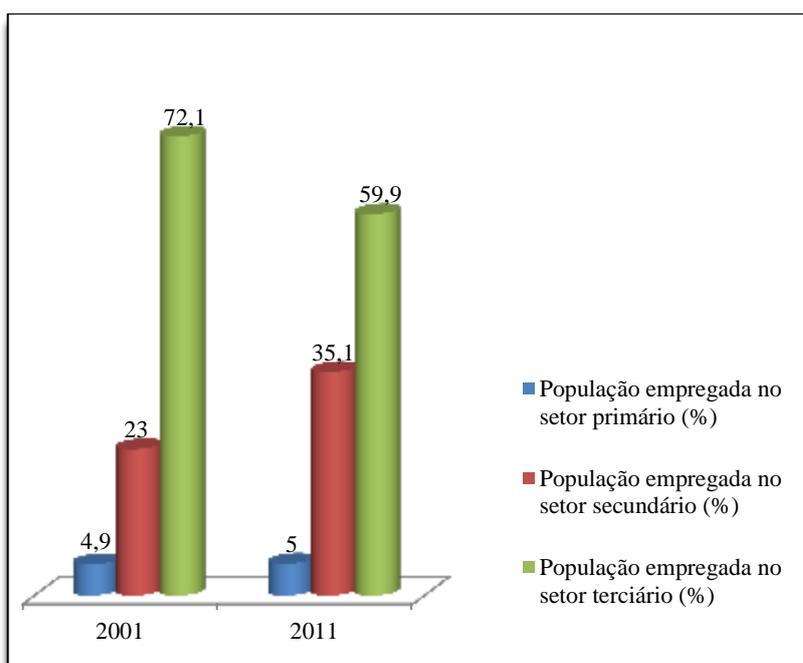
Estas perdas populacionais verificadas na área do Centro Histórico de Évora são registradas desde a década de 1990 e encontram explicações na transição demográfica que é inerente ao território português. Nesse sentido, Domingas Simplício (2013) afirma

Para além da redução populacional nesta área, assinala-se igualmente o seu envelhecimento populacional, já que a população com mais de 64 anos, representa, em 2011, cerca de um terço da população total. Esta redução e envelhecimento da população, associada a problemas decorrentes da degradação de alguns edifícios e à ocorrência de situações de carências sociais (pobreza, falta de conforto habitacional, solidão e insuficiente apoio institucional) tende a criar condições para a emergência de territórios de risco social. (SIMPLÍCIO, 2013, p. 103).

Estes constituem, sem sombra de dúvidas, em problemas identificados no bojo da dinâmica socioespacial materializada na cidade de Évora. Tais problemas têm convocado a sociedade e os gestores públicos a se posicionarem a fim de encontrarem soluções adequadas.

Além de considerar aspectos da dinâmica demográfica registrada nas últimas décadas na cidade de Évora, também tivemos a inquietação de levantar alguns dados referentes à sua estrutura econômica. Estes dados se pautam na composição da população empregada nesta cidade, considerando a participação dos distintos setores de sua economia.

Gráfico 29: Évora – População empregada conforme setores econômicos (2001-2011)



Fonte: Disponível em: www.pordata.pt. Acesso: 12/09/2014.
Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014

Os dados expostos no gráfico 29 retratam a composição da população empregada na cidade de Évora, considerando a participação dos diferentes setores econômicos.

É possível constatar diante dos dados apresentados que os setores econômicos mais dinâmicos, ou seja, aqueles que têm apresentado maior visibilidade e empregabilidade na cidade de Évora são, respectivamente, o terciário e o secundário. No ano de 2011, por exemplo, a participação de populações empregadas nestes setores econômicos correspondeu, respectivamente, a 59,9% (terciário) e 35,1% (secundário).

Ao considerar os dados apresentados no gráfico 29 é possível notar ainda um expressivo declínio do emprego vinculado ao setor terciário. No ano de 2001, as populações empregadas neste setor equivaleram a 72,1% no universo da população total do município. No ano de 2011, a participação das populações empregadas neste segmento declinou para 59,9%.

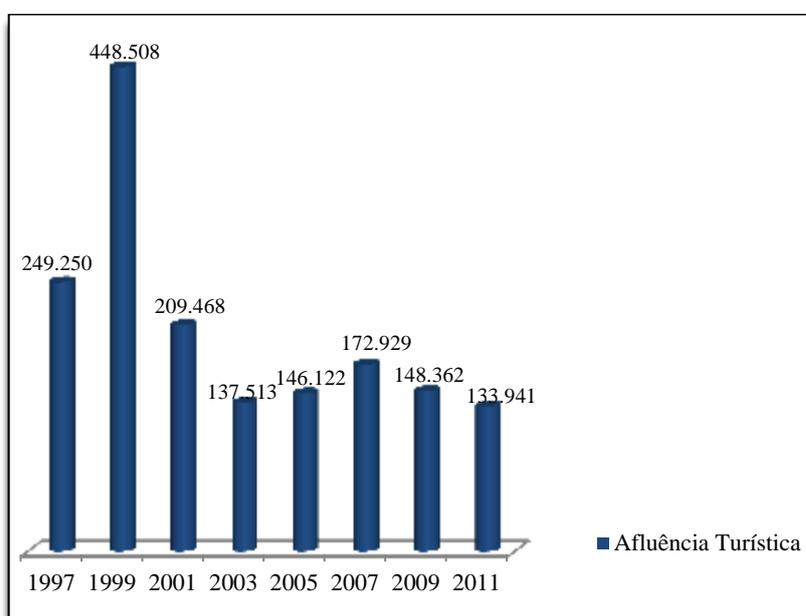
Mesmo que seja considerado este declínio dos empregos ligados ao setor terciário e uma menor participação deste segmento no contexto da economia urbana de Évora, é facto inegável a influência local/regional assumida por este segmento. Esta importância das atividades terciárias difundidas na cidade de Évora se explica, fundamentalmente, em razão:

- Da pujança conferida às atividades comerciais. O comércio desenvolvido na cidade de Évora não atende apenas às populações residentes neste concelho, mas também, às populações situadas na região do Alentejo central;
- Da presença dos serviços públicos/administrativos. Évora concentra relevantes autarquias que desenvolvem atuação em nível local/regional. Estas instituições reforçam a condição assumida por esta cidade enquanto capital regional;
- Da participação dos serviços ligados à educação superior, uma vez que reactivação da Universidade na década de 80, gerou importantes mudanças;
- Do reconhecimento de Évora como Patrimônio Histórico da Humanidade desde o ano de 1986, fato que tem contribuído para a disseminação das atividades turísticas nesta cidade.

Estes elementos enfatizados são entendidos na atualidade como responsáveis pelo dinamismo econômico materializado e exercido através do terciário na cidade de Évora.

Não obstante, mesmo que seja considerada esta força do comando econômico e a centralidade exercida pelo setor terciário de Évora no âmbito da região Alentejana, também é possível registrar algumas fragilidades concernentes ao desenvolvimento das atividades econômicas e à estruturação do seu tecido social. Os números expostos abaixo constata, por exemplo, o declínio na participação das atividades turísticas desenvolvidas nesta cidade.

Gráfico 30: Évora – Afluência turística (1997-2011)



Fonte: Divisão de Promoção Turística/Câmara Municipal de Évora, 2012.
Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014

Os dados sistematizados através do Setor de Divisão de Serviços de Promoção Turística da Câmara Municipal de Évora atestam que tem ocorrido um declínio considerável no desenvolvimento das atividades turísticas na cidade de Évora. No ano de 1997, este órgão contabilizou a afluência de 249.250 turistas para esta cidade. No ano de 2011, por sua vez, esta afluência turística para Évora declinou sensivelmente, registrando uma participação de 133.941 turistas. Estes fatos permitem inferir que o declínio percentual da afluência turística para a cidade de Évora entre os anos de 1997 a 2011 equivaleu a -46,30%.

Além deste problema de natureza econômica outras fragilidades sociais, econômicas, demográficas, ambientais e culturais se apresentam no tecido urbano de Évora. Estudos realizados por Domingas Simplício (1999) reconheceram como principais entraves ao desenvolvimento urbano de Évora os problemas elencados abaixo:

- **Circulação e mobilidade.** Estes problemas são verificados com maior evidência nas áreas que compreendem a cidade intramuros, em particular, no Centro Histórico. Esta área é caracterizada pela presença de ruas estreitas e sinuosas, factos que dificultam a circulação e mobilidade;
- **Degradação e má conservação dos edifícios na cidade intramuros.** Estudos realizados pela Câmara Municipal de Évora apontaram, no ano de 1996, para o mau estado de conservação e a degradação de prédios no Centro Histórico;
- **Carência em serviços e equipamentos urbanos adequados à população.** No conjunto das principais carências há um destaque para insuficiência de suporte no atendimento da rede hospitalar de Évora. Associa-se a este problema os escassos investimentos em investigação científica, fato que compromete o desenvolvimento científico e tecnológico de Évora e região e ainda, a forte dependência desses serviços em relação à Lisboa;
- **Factores de debilidade da economia local e regional.** Um dos factores de maior influência da debilidade econômica verificada em Évora está associada à fragilidade empresarial e o declínio das actividades turísticas.

Estes problemas enfatizados associados a outros de natureza econômica, política, ambiental, demográfica e cultural suscitaram um amplo debate que culminou no ano de 2007, com a elaboração dos desígnios e estratégias de ordenamento e desenvolvimento territorial a serem executados através do Plano Director Municipal da cidade de Évora – PDME.

Nesse sentido, o PDME elegeu como principal desígnio ou estratégia de ordenamento e desenvolvimento territorial a ser desenvolvido nesta cidade, “Fazer de Évora um território qualificado, dinâmico, atractivo e com elevada qualidade de vida”.

Sabe-se que a concretização deste desígnio está alicerçada na adoção de um conjunto de ações estratégicas. Estas ações devem articular, ao mesmo tempo, as dimensões de ordenamento e desenvolvimento do território no concelho de Évora. O quadro indicado a seguir, enfatiza os principais eixos e opções estratégicas de ordenamento e desenvolvimento territorial propostos através do PDME (2007) para a cidade de Évora.

Quadro 25: Évora – Estratégias de ordenamento e desenvolvimento territorial

DESÍGNIOS ESTRATÉGICOS:	
Como fazer de Évora um território qualificado, dinâmico, atractivo e com elevada qualidade de vida?	
Estratégias de ordenamento territorial	Estratégias de desenvolvimento territorial
- Afirmar Évora enquanto polo estruturante do território regional (Alentejo Central);	- Potenciar os recursos ambientais e patrimoniais
- Reestruturar a cidade face à emergência de novas centralidades;	- Robustecer a base económica do concelho;
- Consolidar a rede de aglomerados rurais;	- Promover a qualidade de vida;
- Valorizar o espaço rural do concelho;	- Reforçar as condições de mobilidade nos espaços urbano e rurais do concelho.

Fonte: Plano Director Municipal de Évora – PDME, 2007.

Organização: Jailson de Macedo Sousa, 2014.

Com vistas de apreender os conteúdos e significados destas estratégias de ordenamento e desenvolvimento territorial delineadas através do PDME (2007) para a cidade de Évora, tivemos a preocupação de indagar os agentes políticos e económicos desta cidade, a fim de entender a efetiva operacionalização destes instrumentos. Estes questionamentos estão associados às entrevistas⁵⁵ que foram realizadas durante o mês de fevereiro do ano de 2013 nesta cidade. Os segmentos sociais investigados nesta fase da pesquisa foram:

- O diretor responsável pelo Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território da Câmara Municipal de Évora – DPOT/CME;
- O gestor executivo do Núcleo Empresarial da Região de Évora – NERE;
- Técnico e assessor dos Serviços e Ordenamento do Território – DSOT da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo – CCDR/Alentejo.

⁵⁵ Estas entrevistas foram realizadas no mês de fevereiro do ano de 2013 com base nas indagações que estão dispostas no roteiro de entrevistas 1. O presente roteiro foi direcionado aos agentes económicos e políticos mencionados acima e encontra-se sistematizado nos apêndices desta tese.

As entrevistas direcionadas a estes segmentos sociais antes enunciados seguiram as mesmas orientações metodológicas das demais realizadas neste estudo. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos adotados nesta fase da pesquisa preconizaram por:

- Trabalhar com a adoção da pesquisa de natureza qualitativa, amparada na observação de caráter sistemático, sem desprezar as contribuições que puderam ser fornecidas através dos dados quantitativos;
- Empregar um roteiro previamente sistematizado (semi-estruturado) com a adoção de indagações abertas, a fim de explorar dos sujeitos inquiridos os pormenores que nem sempre os roteiros formais dão conta de abstrair;

São diversas as vantagens de se trabalhar com a pesquisa de natureza qualitativa.

Flick (2009) ao considerar os benefícios propiciados por esta modalidade de pesquisa, expõe:

De modo diferente da pesquisa quantitativa, os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção do conhecimento, em vez de simplesmente encará-la como uma variável independente a interferir no processo. A subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte deste processo de investigação. As reflexões dos pesquisadores sobre as suas próprias atitudes e observações em campo, traduzidas através de suas impressões, irritações e sentimentos, tornam-se dados em si mesmos, constituindo em elementos essenciais da pesquisa. (FLICK, 2009, p. 25).

Em razão da adoção destes procedimentos metodológicos que foram adotados, interessa enfatizar os principais objetivos que foram estabelecidos para a consecução desta importante etapa da pesquisa. São eles:

- Investigar as principais funções e a posição socioeconômica que a cidade de Évora tem assumido no interior do sistema urbano-regional português;
- Reconhecer a partir da visão dos atores políticos e econômicos as principais fragilidades e potencialidades materializadas na cidade de Évora;
- Interpretar conforme a visão e opinião dos atores políticos se os desígnios preconizados pelo PDME têm repercutido na execução de ações efetivas de ordenamento e desenvolvimento do/no território municipal de Évora.

As respostas obtidas através destas entrevistas realizadas com os atores políticos e económicos da cidade de Évora foram sistematizadas em três blocos distintos, seguindo as finalidades antes expostas. Seguem as falas dos segmentos sociais entrevistados.

O enquadramento territorial de Évora tem vindo a assumir-se no tempo, consolidando, em diferentes fases, a função da cidade como capital regional. Estamos perante a uma região extensa em termos territoriais, inserida numa vasta zona com indícios de desertificação no plano populacional, na qual a cidade de Évora, pelas tendências sócio-demográficas recentes, emerge como um pólo de significativa atracção. Pela sua dimensão, centralidade e visibilidade no contexto nacional, Évora emergiu como o pólo com melhores condições para liderar a hierarquia do sistema urbano regional. Com efeito, a cidade assume claramente uma vocação patrimonial, cultural, universitária e de serviços com qualidade ambiental, que procura potenciar toda a área envolvente à própria cidade. Assim, a valorização da rede de cidades médias da região do Alentejo, bem como dos centros urbanos de influência supra-concelhia, constitui o principal objectivo na procura de um sistema urbano integrado. As cidades médias do Alentejo, com especial relevância para Évora, deverão contribuir solidariamente para fomentar o desenvolvimento harmonioso da rede complementar regional. (Nuno Miguel Camelo. Diretor do Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território da Câmara Municipal de Évora. Entrevista realizada no mês de fevereiro de 2013).

Évora é a cidade mais importante do Alentejo. A sua importância a nível nacional é baixa, quando comparada à situação histórica passada de grande relevo político e económico. Destaco a presença da Universidade de Évora e também os organismos descentralizados da administração central do Estado como elementos que potenciam esta cidade. Évora apresenta como fator distintivo e dinamizador a sua classificação como património da Humanidade com relevância ao seu centro Histórico e tem ambição de se afirmar como centro cultural e de serviços regionais. Évora é uma cidade de serviços, com importantes delegações regionais de organismos públicos, resultantes do seu estatuto político. Também dispõe de atividade industrial de relevo, na indústria de mecatrónica de precisão, montagens mecânicas e eletrónicas. As indústrias tecnológicas estão associadas aos sectores de componentes de automóveis, energias renováveis e componentes aeronáuticos. Évora também apresenta elevada relevância turística a nível regional e nacional. (Vítor Barbosa. Gestor Executivo do Núcleo Empresarial da Região de Évora – NERE. Entrevista realizada no mês de fevereiro de 2013).

Évora se enquadra como uma das mais importantes cidades médias no sistema urbano nacional português. No contexto nacional está alinhada nesse conceito de cidade média e apresenta uma outra característica importante que respeita ao fato de ser uma cidade do interior e não do litoral. Isso faz coincidir Évora com outras importantes cidades médias do interior. É o caso de Bragança e Viseu também localizadas no interior. Estas cidades são essenciais para suas regiões envolventes. Na região do Alentejo, Évora se apresenta como a capital regional. É o principal polo económico, social e de produção do conhecimento dessa região. A força política adquirida ainda no século XV quando se tornou sede da corte portuguesa contribuiu para o desenvolvimento da cidade. Hoje são os serviços que mobilizam a economia local. Essa força atractiva tem se projectado para todo o Alentejo. (José Sousa Macedo. Assessor e técnico da Direcção dos Serviços de Ordenamento do Território da CCDR. Entrevista realizada em fevereiro de 2013).

As informações apresentadas através dos fragmentos das entrevistas antes enunciados corroboram com os dados estatísticos apresentados nesta seção. Estes excertos asseveram a centralidade que a cidade de Évora tem assumido no cenário regional do Alentejo. Estas informações também permitiram que chegássemos às seguintes constatações:

- A cidade de Évora se apresenta de fato como um dos mais importantes polos: econômico, demográfico e cultural do Alentejo. Mesmo considerando as atuais dinâmicas de desertificação populacional presentes nesta região do território português, o concelho de Évora tem registrado índices positivos;
- A centralidade assumida por Évora no âmbito da região do Alentejo apresenta raízes históricas e se associa, ao mesmo tempo, às suas funções políticas e ao poder de atratividade econômica que esta exerce no espaço envolvente;
- É em razão do desenvolvimento das atividades terciárias, em particular, da presença dos serviços de organismos descentralizados da administração central, dos serviços vinculados à Universidade, do pujante comércio que se propaga por todo o espaço envolvente e em face da difusão do turismo que a cidade de Évora tem se afirmado como a capital regional do Alentejo;
- A última década (2001-2011) registrou um aumento relevante na produção das atividades industriais. Este fato está associado ao poder de atratividade das indústrias tecnológicas modernas, como é o caso da indústria mecatrônica e de componentes aeronáuticos e eletrônicos e a ampliação do PITE.

Estas considerações assinaladas explicam as principais funções e a centralidade que a cidade de Évora tem exercido no interior da região Alentejana. A exemplo de demais cidades médias portuguesas, Évora se apresenta como um espaço de produção especializada. Nesse sentido, Eduarda Marques da Costa (1999, p. 134) pondera, “estas cidades pelas potencialidades que detêm e pelas oportunidades que encerram, são entendidas como atraentes do ponto de vista económico, social e ambiental, constituindo-se como excelentes palcos para a aplicação das políticas de ordenamento e desenvolvimento do território”.

Outra preocupação esboçada em relação às entrevistas realizadas com os agentes políticos e econômicos da cidade de Évora se voltou à necessidade de identificar e entender as principais fragilidades e potencialidades socioeconômicas materializadas neste território.

No que respeita às potencialidades de enquadramento territorial, Évora dispõe de localização privilegiada, exercendo importante papel como metrópole de equilíbrio no sistema urbano nacional. A proximidade à área metropolitana de Lisboa (AML) é também considerada como um factor de atractividade à esta cidade. Destaca-se ainda a condição que Évora exerce como o principal pólo de serviços do Alentejo. Relacionadas às potencialidades económicas há destaque para importância da cultura de olivais voltadas à produção de azeite. A riqueza patrimonial e cultural é também um factor distintivo de Évora. Ressalta-se ainda no cenário económico, a produção industrial, fundada na utilização de tecnologias de ponta, com destaque para a fabricação de produtos metálicos e componentes eletrônicos. O sector de serviços pessoais e colectivos constitui a principal potencialidade económica de Évora. São identificadas diversas fragilidades em Évora, entre as quais, há uma atenção no campo demográfico para: o esvaziamento do espaço rural do concelho; Forte concentração da população no centro da cidade; Baixas taxas de natalidades; Elevada percentagem da população envelhecida, sobretudo, no centro histórico e em freguesias rurais. Relacionadas às fragilidades de natureza económica, interessa assinalar que o Alentejo se inscreve no conjunto das regiões mais pobres da UE; Os valores do PIB/Per capita estão muito abaixo das médias do território nacional; A baixa qualificação e formação profissional apresenta relações diretas com as elevadas taxas de desemprego; A malha industrial é pouco diversificada, embora sejam identificadas ações que objetivaram ampliar e requalificar o parque industrial e tecnológico de Évora – PITE. (Nuno Miguel Camelo. Diretor do Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território da Câmara Municipal de Évora. Entrevista realizada no mês de fevereiro de 2013).

Conforme havíamos descrito antes, a cidade de Évora é um centro urbano de serviços, com importantes delegações regionais de organismos públicos, resultantes do estatuto político da cidade. Também apresenta atividade industrial de relevo com forte participação da indústria mecatrónica e de precisão. Há destaque também para a indústria mecânica e eletrônica. Tem havido uma importante participação das indústrias tecnológicas que atuam na produção de componentes de automóveis, na fabricação de componentes aeronáuticos e de energias renováveis. Prova cabal desta importância do sector industrial está associada ao crescimento deste segmento em Évora que ganhou espaços na última década, obtendo resultados satisfatórios no valor adicionado bruto das riquezas produzidas nesta cidade. Évora também apresenta como potencialidades um sector agrícola e agro-industrial de relevo nas áreas da viti-vinicultura e em diversos produtos alimentares. Estas são as potencialidades que o NERE reconhece. No entanto, a cidade de Évora tem perdido peso no contexto nacional. Na minha opinião não soube atrair investimentos produtivos no passado e nem criou as condições para fortalecer o tecido empresarial local. A cidade não tem sabido conciliar a sua imagem de “património histórico” com a via do desenvolvimento quando tal era mais fácil, nem se afirmou como polo científico ou cultural fora da ótica regional. Outras cidades de porte similar tem conhecido crescimento mais expressivo no sistema urbano nacional do território português. Estes são alguns dos entraves ou debilidades presentes na cidade de Évora. (Vitor Barbosa. Gestor Executivo do Núcleo Empresarial da Região de Évora – NERE. Entrevista realizada no mês de fevereiro de 2013).

A grande fragilidade da região está assentada em sua demografia. O Alentejo dispõe de cerca de 0,7% da população nacional. Temos cerca de 500 a 600 mil habitantes. Embora o concelho de Évora tenha conseguido registar saldos demográficos positivos o mesmo não pode se estender aos aglomerados e áreas rurais envolventes. As atividades económicas geradoras de forte atractividade não tem conseguido romper com os constrangimentos financeiros que se agravaram com a crise económica global desencadeada no final da década passada. O sector terciário continua a exercer papel relevante para a cidade de Évora e para as regiões envolventes. Esta continua a ser uma das actividades potenciais, ou seja, a maior potencialidade de Évora. No entanto, esta importância do comércio e dos serviços enfraqueceu muito nas duas últimas décadas, sendo motivadas por uma série de fatores, entre as quais destacamos: o envelhecimento populacional, as dificuldades de atractividade industrial e turística e o débil desempenho dos serviços ligados à Universidade. A Universidade continua a exercer uma função muito importante às populações envolventes. Mais esta atractividade se apresenta cada vez mais restrita. Não há a oferta de cursos inovadores de modo que se possa induzir as populações do Alentejo e de outras regiões. Isso gera uma certa instabilidade. Outro sector que tem conhecido declínio considerável é o sector turístico. Évora também sempre foi reconhecida como um grande centro cultural. É o principal centro cultural do Alentejo, mas a cidade enfraqueceu muito neste quesito nos últimos anos. É só observar a afluência turística gerada na última década que se perceberá o seu declínio. (José Sousa Macedo. Assessor e técnico da Direcção dos Serviços de Ordenamento do Território da CCDR. Entrevista realizada em fevereiro de 2013).

Os excertos das entrevistas antes descritos revelam conforme os atores políticos e económicos investigados algumas das principais potencialidades e fragilidades verificadas no concelho de Évora neste período recente. Com base nestas informações é possível inferir que:

- No que se refere às potencialidades reconhecidas pelos atores entrevistados há um destaque, em particular, para a afirmação da cidade de Évora como o mais importante polo de serviços do Alentejo. Vários determinantes contribuem para explicar esta dinâmica, sobretudo, a sua localização estratégica;
- Outra potencialidade que merece atenção diz respeito à riqueza patrimonial e cultural da cidade, embora seja reconhecida a necessidade de revitalização dos edifícios e monumentos presentes no centro histórico de Évora, uma vez que a afluência turística da cidade tem declinado em face desses problemas;
- Referente às potencialidades verificadas na cidade de Évora também é notória a influência exercida pela atividade industrial. Os dados expostos no gráfico 29 associados às informações obtidas através das entrevistas atestam o crescimento desse setor, sendo motivado pela instalação de indústrias modernas, como por exemplo, a indústria eletrônica, mecânica e aeronáutica.

- No conjunto das principais fragilidades observadas no concelho de Évora há uma ênfase, principalmente, à debilidade demográfica registrada no Alentejo. Embora a cidade de Évora tenha registrado saldos de crescimento positivos, este fato não se estende para algumas áreas da cidade, sobretudo, para o centro histórico e também para os espaços rurais envolventes do concelho;
- A debilidade demográfica verificada no Alentejo se associa às baixas taxas de natalidade registradas nesta região e também às altas taxas de envelhecimento populacional notadas, principalmente, no centro histórico de Évora;
- No campo econômico as debilidades mais agudas se associam, principalmente, à frágil participação do PIB, uma vez que o crescimento econômico da região está muito abaixo das médias nacionais. Esta debilidade tem apresentado graves implicações, principalmente, na fragilidade do emprego;
- Outra debilidade que é visível em Évora diz respeito à baixa qualificação profissional. Mesmo com a instalação de indústrias modernas, motivadas pela expansão e requalificação do PITE, a geração de empregos ainda é tímida. Isto se explica, de certo modo, em razão da baixa qualificação de pessoal.

O reconhecimento destas potencialidades e fragilidades inerentes ao concelho de Évora nos motivou a indagar à Câmara Municipal, em particular, à Direção do Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território – DPOT a cerca dos avanços e retrocessos que se relacionam à aplicação dos instrumentos de ordenamento e desenvolvimento do território designados através do Plano Director Municipal (2007). Segue a fala do entrevistado.

Apesar da crise económica que se instalou nos últimos anos na Europa e, em particular, no território português, sendo reflectida com maior intensidade no Alentejo em razão dos problemas que são típicos à região, como é o caso do despovoamento, Évora continua a afirmar-se como pólo regional estruturante, sendo que para este concelho conflui parcelas significativas da população regional. No que respeita à implementação das acções estratégicas designadas através do PDME (2007), pouco se avançou. É possível notar um avanço no robustecimento da economia local em função dos investimentos e do aumento no poder de atractividade promovido através da ampliação e requalificação do Parque Industrial e Tecnológico de Évora – PITE que passou a abrigar nesta última década empresas de maior porte, pautadas na produção tecnológica e competitiva. (Nuno Miguel Camelo. Diretor do Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território da Câmara Municipal de Évora. Entrevista realizada no mês de fevereiro de 2013).

Os fragmentos da entrevista antes enunciados enfatizam que os desígnios estratégicos de ordenamento e desenvolvimento territorial preconizados pelo Plano Director Municipal de Évora – PDME (2007) apresentaram pouca repercussão nesta cidade.

No bojo das ações estratégicas que tem surtido efeitos satisfatórios, ou seja, que tem apresentado resultados positivos na cidade de Évora destaca-se, principalmente, a estratégia de ordenamento territorial pautada no robustecimento da economia local com implicações regionais. Teve destaque, nesse cenário, a efetivação da proposta que referente à ampliação e requalificação do Parque Industrial e Tecnológico de Évora – PITE⁵⁶.

Instalado no início da década de 1990 na cidade de Évora, o PITE contou neste momento com a presença de (10) dez empresas, sendo que em meados da década passada, registrou-se a presença de (80) oitenta empreendimentos instaladas nesta área industrial. O desenvolvimento do setor industrial representado por indústrias modernas: aeronáutica, eletrônica e mecânica traduz uma das iniciativas que tem contribuído para reforçar o poder de atratividade exercido pelo PITE e pela cidade de Évora no cenário regional. A ampliação e requalificação da área que compreende este parque industrial também é entendido como um fator determinante para o robustecimento da economia local de Évora, implicando assim, numa maior inserção desta cidade nos mercados: regional, nacional e internacional.

Esta experiência traduz os efeitos positivos das políticas de ordenamento e desenvolvimento territorial propostas e efetivadas nas cidades médias portuguesas. Embora seja reconhecida a importância de iniciativas como esta, sabe-se que a realidade brasileira é muito distinta. No entanto, mesmo considerando as especificidades que são inerentes às cidades brasileiras esta experiência se apresenta como uma boa prática. Trata-se de uma lição a ser seguida no âmbito das políticas de ordenamento e desenvolvimento territorial.

⁵⁶ Segundo o Departamento de Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico da Câmara Municipal de Évora – DADE/CME, o PITE dispõe de uma área bruta total apta a alocação de empreendimentos industriais e comerciais equivalendo a 500.000 m², sendo que 268.822,5 km² correspondia a sua área construída em meados da década passada. O Parque abriga 100 lotes destinados aos equipamentos industriais, 77 lotes voltados à abrigar armazéns e oficinas e 39 lotes destinados à ocupação de serviços diversos.

As reflexões apresentadas neste capítulo objetivaram compreender a natureza e os significados da centralidade econômica exercida pela cidade de Imperatriz no âmbito da região Sulmaranhense. O exercício desta centralidade tem se manifestado, primordialmente, em razão da presença e difusão das atividades terciárias nesta cidade.

A emergência do comércio atacadista e varejista e a sua consolidação desde o início da década de 1980, associado à crescente oferta dos serviços públicos e privados de saúde difundidos nesta cidade desde a década de 1990 e ainda o desenvolvimento dos serviços de educação superior são importantes elementos que tem contribuído para explicar a polarização assumida por esta cidade no cenário regional Sulmaranhense.

Ao considerar esta centralidade guiada a partir do desenvolvimento do comércio de Imperatriz, notou-se que é bastante expressiva a influência do comércio atacadista e varejista. No caso do comércio atacadista, pudemos constatar que a sua irradiação se faz sentir não apenas nos limites das diversas localidades (cidades) da região Sulmaranhense, uma vez que elas também se projetam para as cidades circunvizinhas e mesmo mais distantes dos estados vizinhos do Tocantins e Pará. Dito isto, entende-se que os fluxos socioeconômicos atraídos e difundidos pelo comércio atacadista de Imperatriz são de longa distância, uma vez que alcançam cidades localizadas a mais de 200km da cidade de Imperatriz.

Ao contrário desse dinamismo de fluxos estabelecidos pelo comércio atacadista, os fluxos promovidos pelo comércio são, principalmente, de curta distância, envolvendo principalmente, as cidades circunvizinhas da região Sulmaranhense e ainda as cidades próximas situadas no extremo-norte do estado do Tocantins e no sul/sudeste do Pará.

Ainda relacionado ao exercício da centralidade gerada pelo comércio de Imperatriz, constatamos na última década notáveis mudanças propiciadas pela instalação das plataformas modernas do comércio varejista, representadas pelos shopping centers. De modo que foi possível verificar relevantes transformações na estrutura comercial desta cidade.

Estas mudanças também têm repercutido no âmbito do comércio atacadista, uma vez que o setor atacadista tradicional situado no bairro mercadinho, caracterizado pelas vendas de balcão tem cedido espaços para a presença das redes modernas, representadas nesta cidade pelos hipermercados, em particular, as redes ligadas aos grupos Mateus e Atacadão.

Outro elemento essencial que assegurou o exercício de comando socioeconômico da cidade de Imperatriz no âmbito regional Sulmaranhense diz respeito à participação do serviços públicos e privados de saúde. Foi possível constatar neste estudo, os conteúdos e significados dos serviços prestados através do Hospital Municipal de Imperatriz – HMI. Os serviços oferecidos por este hospital tem contribuído de forma incontestável para a afirmação desta cidade como o mais importante pólo deste setor no âmbito regional Sulmaranhense.

A leitura das centralidades urbano-regionais difundidas a partir da cidade de Imperatriz também levou em conta os significados e a influência regional atribuída aos serviços de educação superior. Estes serviços emergiram nesta cidade em meados da década de 1970. No entanto, foi somente a partir do ano de 2001 que ocorreu uma consolidação destes nesta cidade. A instalação das IES privadas associada à implantação de novos cursos nas IES públicas ajudam a explicar a centralidade exercida por este segmento em Imperatriz.

Os dados estatísticos apresentados neste capítulo associados às entrevistas que foram realizadas com os segmentos sociais antes descritos confirmam a centralidade terciária de Imperatriz no interior da região Sulmaranhense. No entanto, uma questão óbvia emergiu como fruto das reflexões realizadas neste estudo. É fato irrefutável a centralidade econômica registrada nas principais cidades da região Sulmaranhense (Açailândia, Balsas e Imperatriz).

No conjunto destes núcleos urbanos também é incontestável o exercício de comando assumido pela cidade de Imperatriz, sobretudo, pela pujança do terciário. A questão que se coloca em evidência: é por que mesmo diante do crescimento econômico materializado nestes núcleos urbanos não foi possível observar processos de desenvolvimento?

O PIB destes municípios demonstra de modo explícito que eles tem conhecido de perto os efeitos dinâmicos do crescimento econômico, uma vez que tem se expandido as atividades econômicas e produtivas nestas cidades e suas projeções na região Sulmaranhense.

No entanto, tem intrigado o fato de que os reflexos deste crescimento não tem se convertido em melhorias sociais efetivas no tecido urbano, pois o que se observa de maneira geral nestas cidades são as carências sociais generalizadas relacionadas à ausência de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos (saúde, educação, habitação, entre outros) de modo a atender às necessidades básicas de suas populações. Estes fatos nos levaram a indagar sobre a natureza e os conteúdos da centralidade urbana, uma vez que estes conteúdos não podem em nossa leitura se confinarem apenas aos condicionantes econômicos. Eles também devem levar em conta os elementos sociais dispostos no interior destas cidades.

Em razão destas constatações nos propusemos a refletir e entender a cerca dos significados que são inerentes aos instrumentos de ordenamento e desenvolvimento territorial difundidos em cidade médias portuguesas. Esta leitura foi mediada através da experiência vivenciada através do estágio de doutoramento sanduíche realizado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Tive a preocupação neste estágio de identificar e compreender os principais instrumentos de ordenamento territorial delineados à cidade de Évora, um dos mais importantes núcleos urbanos do Alentejo. Por meio desta experiência foi possível reconhecer as boas práticas e as lições fornecidas pelo ordenamento territorial português, bem como as limitações impostas à sua efetivação nesta cidade.

Através desta experiência também constatamos que ações que visam o equilíbrio e a coesão social de determinados territórios, regiões e cidades devem levar em conta as especificidades que lhes são peculiares. É através do reconhecimento das fragilidades e potencialidades destes espaços e ainda do diálogo incessante a ser promovido entre os seus entes que será possível levantar proposições e respostas aos problemas que eles apresentam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência não é nem uma tradição isolada nem a melhor tradição que há, exceto para aqueles que se acostumam com a sua presença, seus benefícios e suas desvantagens. (FEYERABEND, 2007).

A crença que temos e que compartilhamos ao findar este estudo é que a temática aqui abordada está longe de ser esgotada. Nesse sentido, ela se apresenta como inconclusa. Este fato encontra explicações em razão da amplitude e do caráter complexo que envolve produção do espaço urbano-regional nesta contemporaneidade.

Dito isto, é possível afirmar que o desenvolvimento desta tese deixa em aberto diversas questões que colocam em evidência a necessidade da realização de estudos e abordagens sistemáticas a fim de aprofundar os problemas aqui anunciados. Esta parece ser a finalidade central da ciência, uma vez que as respostas que obtemos diante de uma dada problemática/realidade sempre caminham na direção de apresentar resultados parciais, exigindo dos pesquisadores a continuidade destes estudos.

Através deste estudo buscamos compreender aspectos fundamentais da recente estrutura econômica e demográfica dos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense, a saber: as cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Esta interpretação também permitiu que entendêssemos a natureza da centralidade que elas tem desenvolvido no espaço regional.

Mesmo considerando que a nossa escolha metodológica tenha se voltado à uma interpretação das dinâmicas socioeconômicas edificadas nestas cidades a partir da década de 1950, também julgamos útil entender os seus processos históricos de formação socioespacial, uma vez que as configurações recentes destes núcleos urbanos tem resultado da adição das suas rugosidades, ou seja, das marcas sociais erigidas no tempo pretérito.

Em razão da adoção destes instrumentos analíticos foi possível reconhecer e apreender as semelhanças, diferenças e as particularidades que envolvem os processos históricos que são inerentes à formação socioespacial destas cidades.

Destarte, pudemos constatar que a formação socioespacial das cidades de Balsas e Imperatriz apresentam algumas semelhanças, sobretudo, em razão da convergência temporal que elas denotam, uma vez que os processos de instalação destes núcleos urbanos se deram no final do século XIX, sendo motivados pelo desenvolvimento da pecuária e da agricultura.

O processo de formação socioespacial do município de Açailândia, ao contrário, ocorreu de maneira distinta. A sua instalação no início da década de 1980 esteve associada, principalmente, à fragmentação territorial ocorrida no município de Imperatriz e também à constituição de um polo siderúrgico no interior do estado do Maranhão que tem servido de suporte à crescente produção siderúrgica que se faz presente no sudeste paraense.

Embora seja considerada a relevância da fase inicial da formação histórica destes municípios, sabe-se que foi somente após a década de 1950 que eles assumiram uma posição de destaque, ou seja, um protagonismo socioeconômico mais evidente no interior da região Sulmaranhense. Se de um lado este protagonismo tem revelado as semelhanças existentes entre estas cidades, do outro, ele também tem contribuído para esclarecer as particularidades socioeconômicas e demográficas que elas tem apresentado no interior desta região.

Ao considerar as particularidades socioeconômicas e demográficas que são peculiares às cidades investigadas neste estudo, interessa reafirmar as principais evidências e respostas que foram obtidas através das reflexões realizadas nesta tese. Este exercício analítico realizado nos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense, ou seja, nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz permitiu que chegássemos às seguintes conclusões:

- Os dados econômicos expressos através do PIB destes municípios, associados às informações estatísticas que foram colhidas nos órgãos oficiais (IBGE, IMESC, IPEA) e demais instituições que foram pesquisadas através dos trabalhos de campo realizados nas cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz permitiram entender a posição de destaque e a centralidade econômica que estes núcleos urbanos têm exercido no interior da região Sulmaranhense;

- Outro dado relevante que pudemos constatar e confirmar através da realização deste estudo diz respeito ao peso, ou seja, a importância demográfica que as cidades investigadas neste estudo tem assumido no contexto da região Sulmaranhense. Elas se apresentam de fato como os núcleos urbanos que dispõem dos maiores contingentes populacionais no interior desta região;
- Em função desta pujança econômica e demográfica assumida por estes núcleos urbanos também é perceptível a influência regional que elas tem assumido e exercido no interior da região Sulmaranhense;
- Através deste estudo, pudemos reconhecer e entender que o crescimento demográfico delineado nestas cidades após a década de 1950 tem denotado aspectos distintos, uma vez que obedecem que eles têm obedecido a processos espaciais e temporais específicos;
- No caso da cidade de Imperatriz, notamos que o seu crescimento demográfico foi mais intenso entre as décadas de 1960-1980, tendo como motivação central a difusão de atividades econômicas ligadas ao setor primário, através dos ciclos: agrícola e extrativista que explicitam com propriedade este dinamismo;
- No entanto, a partir da década de 1980 foi possível observar transformações significativas na estrutura demográfica e econômica desta cidade. Relacionado ao dinamismo demográfico, constatamos que tem ocorrido uma estabilização do seu crescimento populacional que resulta, particularmente, dos processos de fragmentação territorial ocorridos nesta cidade desde então;
- Relativo aos aspectos econômicos, também são evidentes as transformações ocorridas nesta cidade a partir da década de 1980. A presença da atividade comercial e dos serviços confirmam a célere transição da sociedade rural imperatrizense à constituição de uma sociedade urbana e terciária;
- Esta centralidade das atividades terciárias tem sido percebida em face da crescente polarização exercida pelo comércio atacadista e varejista de Imperatriz que tem refletido a sua influência para além dos limites internos da região Sulmaranhense, alcançando desta feita, diversas localidades das regiões do extremo-norte do estado do Tocantins e do sul/sudeste do estado do Pará;

- A centralidade irradiada a partir da cidade de Imperatriz neste período recente, ou seja, após a década de 1980 também foi constatada em razão da complexa organização e participação do segmento dos serviços. Tem apresentado papel de destaque nesse cenário, principalmente, os serviços públicos e privados de saúde e os serviços de educação superior;
- No caso dos serviços de saúde, a análise realizada no Hospital Municipal de Imperatriz – HMI demonstrou com clareza a natureza e os significados da centralidade que este setor tem exercido no cenário regional Sulmaranhense. Averiguamos que a cidade de Imperatriz se apresenta de fato como o macropolo dedicado a oferta destes serviços no âmbito regional Sulmaranhense;
- Esta influência dos serviços públicos de saúde tem se irradiado para fora da órbita da região Sulmaranhense, atendendo a uma vasta rede de cidades que é superior a 80 municípios. A centralidade destes serviços também se faz sentir em diversas localidades dos estados circunvizinhos do Tocantins e do Pará;
- Constatamos ainda neste estudo a importância e os significados atribuídos aos serviços de educação superior que são oferecidos através da cidade de Imperatriz. Esta importância pôde ser percebida tanto em relação à quantidade de IES que a cidade de Imperatriz abriga como à quantidade de cursos;
- A cidade de Imperatriz se apresenta de modo incontestável como o núcleo urbano que dispõe do maior número de IES e de alunos vinculados à educação superior no contexto regional Sulmaranhense;

Estas informações apresentadas reafirmam a posição de destaque socioeconômico que a cidade de Imperatriz tem apresentando no conjunto total dos núcleos urbanos da região Sulmaranhense. Este fato é explicado tanto em relação aos seus aspectos demográficos como também em relação à sua estrutura econômica. A cidade de Imperatriz dispõe da maior quantidade e diversidade de estabelecimentos e equipamentos vinculados ao setor terciário no contexto regional. Estes elementos confirmam a forte polarização e a centralidade que esta cidade tem assumido no interior da rede urbana-regional Sulmaranhense.

Além de sumarizar os principais elementos que tem confirmado a pujança socioeconômica e afirmado o dinamismo demográfico materializado na cidade de Imperatriz, cumpre reafirmar o dinamismo socioeconômico e demográfico manifestados nas cidades de Açailândia e Balsas desde 1980. Ao levar em conta estes aspectos foi possível concluir que:

- No que se refere aos aspectos demográficos, pudemos apreender no caso das cidades de Açailândia e Balsas que o crescimento demográfico registrado nestas cidades apresentou um maior dinamismo, particularmente, entre as décadas de 1960-1980. O aumento populacional verificado neste período esteve vinculado ao desenvolvimento de atividades econômicas específicas;
- Em se tratando da cidade de Balsas, este dinamismo foi impulsionado a partir da década de 1980 em razão do desenvolvimento das atividades agrícolas modernas pautadas, principalmente, a produção de grãos (soja);
- O impulso demográfico registrado na cidade de Açailândia também se manifestou a partir do período assinalado acima, tendo como motivação central o desenvolvimento da atividade siderúrgica, uma vez que esta cidade foi eleita para acolher o principal polo siderúrgico do estado do Maranhão;

Mesmo considerando a relevância destas atividades econômicas, entendemos que uma das grandes descobertas desta tese esteja associada à ideia de não desvincularmos o peso e importância destas atividades anunciadas com a forte participação das atividades terciárias.

Não se trata do ovo de Colombo a ser descoberto, nem tampouco da descoberta da pólvora. Os números apresentados através do PIB destes municípios asseveram com propriedade as estreitas relações da difusão do agronegócio com a expansão da atividade comercial na cidade de Balsas. Este fato também pôde ser percebido em relação à cidade de Açailândia, ou seja, o dinamismo promovido pela siderurgia só pode ser entendido através de suas relações com a atividade comercial. Estes elos são essenciais, uma vez que permitiram entender com clareza as dinâmicas que têm guiado os processos de produção destes espaços.

Outra evidência que tem merecido atenção em relação a este estudo diz respeito ao fato de reconsiderarmos os sentidos, ou seja, os significados que são peculiares à centralidade exercida pelos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense.

Nesse sentido, julgamos necessário repensar a centralidade para além dos seus condicionantes econômicos. É fato inegável considerarmos a influência, polarização, o poder de atratividade de pessoas, capitais e serviços que são inerentes às cidades investigadas neste estudo. São muitas as benesses que este dinamismo econômico tem propiciado. No entanto, ao passo que estas atividades dinamizam os espaços em que elas se inserem, também são perceptíveis as assimetrias sociais que elas geram. Nesses termos, foi possível entender que:

- Relativo ao dinamismo econômico e demográfico que estas cidades tem experimentado, também são notórios os problemas e carências sociais que elas denotam e que são frutos do célere crescimento que elas testemunham;
- O dinamismo econômico impresso nestas cidades também é revelador de diversos problemas, como por exemplo, a ausência de pavimentação das vias urbanas, de drenagem e saneamento adequados às populações destas cidades;
- De modo geral, os indicadores sociais expressos através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM destas cidades demonstram que elas agudizam por equipamentos e infra-estrutura urbana adequados;
- Há também graves problemas relacionados à mobilidade urbana. Mesmo em cidades como Balsas que apresenta menos de 100.000 habitantes estes problemas são evidentes e refletem a ausência do planejamento urbano;
- Esta ausência do planejamento urbano também se reflete em face da ausência de áreas verdes e de espaços que promovam a qualidade de vida dos cidadãos.
- Estes problemas colocam em evidência a necessidade das gestões públicas repensarem o modelo de gestão municipal/territorial que elas tem adotado;
- A dimensão política é vista e entendida nesse cenário como peça-chave que poderá conduzir estes espaços a experimentarem novas formas de gestão;

As reflexões dispostas na última seção do último capítulo desta tese reforçam a importância da dimensão política como um caminho que poderá conduzir as cidades de Açailândia, Balsas e Imperatriz a conhecer novas e eficazes formas de gestão de seus espaços.

A realização do estágio de doutoramento sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa – IGOT/UL permitiu que conhecêssemos de perto alguns dos instrumentos que têm promovido o ordenamento territorial na cidade de Évora.

Em face desta experiência buscamos reconhecer as lições e as boas práticas refletidas através dos instrumentos de ordenamento do território propostos pelo Plano Diretor Municipal da cidade de Évora - PDME. Entendemos através destes estudos que há possibilidades de se repensar os modelos de gestão territorial refletido nos principais núcleos urbanos da região Sulmaranhense. Como sugestões destacamos a necessidade dos gestores destes municípios em consonância com a gestão estadual ponderarem sobre a necessidade de:

- Promoverem diálogos a cerca dos problemas sociais que se manifestam no tecido urbano destas cidade e que são comuns a elas a fim de dirimi-los;
- Este exercício pode ocorrer através do diálogo sistemático e permanente entre os municípios através de intervenções a serem promovidas pelos conselhos municipais de educação, saúde, habitação, segurança pública, entre outros;
- Embora estes conselhos tenham sido instituídos nestes núcleos é reconhecido que não tem ocorrido uma atuação efetiva deles;
- Urge então que as gestões públicas promovam estes debates, convocando a sociedade civil para participar destes espaços a fim de encontrar caminhos adequados para dirimir os problemas sociais que são inerentes à estas cidades.

Estas sugestões apresentadas representam um caminho que pode se associar a outras iniciativas e assim possibilitem a estes espaços a conhecer novas formas de gestão municipal/regional para promover ações que atenuem os problemas que são crescentes nestas cidades e que denotam repercussões negativas no espaço regional Sulmaranhense.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dushee. **A esfinge de Grajaú**. São Luís: SIOGE, 1957. 214 p.
- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial e caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A guerra dos mapas**. 2ª edição. Belém: Seminário Consulta, 1995.
- AMORIM FILHO, Oswaldo. Cidades médias e a organização do espaço no Brasil. In: **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, 2, p. 5-34, jun, 1984.
- _____; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo Valente. (Orgs). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.
- _____; SENA FILHO, Nelson. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Editora Vieira, 2007.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- ARAÚJO, Flávia Aparecida; SOARES, Beatriz Ribeiro. Os fluxos dos serviços de saúde e a dinâmica socioespacial em Araguari: uma caracterização geográfica. In: RAMIRES, Júlio Cesar de. **Dinâmica socioespacial e saúde coletiva em cidades de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 342-362.
- ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. Regiões puras e impuras: uma breve reflexão sobre as naturalizações da região na Geografia. **GEOgraphia**. Ano V, N. 10, 2003. p. 125-135.
- _____. **A região como arena política**: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano. Goiânia: Vieira, 2007. 258 p.
- ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.
- ASSELIN, Victor. **Corrupção e grilagem nas terras do Tocantins**. Rio: Vozes, 1980.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil do Município de Açailândia**. Indicadores Socioeconômicos e Demográficos, 2013.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil do Município de Balsas**. Indicadores Socioeconômicos e Demográficos, 2013.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil do Município de Imperatriz**. Indicadores Socioeconômicos e Demográficos, 2013.

ATLAS DO MARANHÃO. **Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico**. Laboratório de Geoprocessamento. UEMA, São Luís: GEPLAN, 2000.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Lisboa: Edições 70, 1996.

BARBOSA, Thucydedes. **Subsídios para a história de Balsas**. Imperatriz: Ética, 2009.

BARROS, Edelvira M. de Moraes. **Imperatriz: memória e registro**. Imperatriz: Ética, 1996.

BECKER, Berta K. Política regional e mobilidade populacional numa fronteira de recursos do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, out/dez, 1979. p. 146-168.

_____. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Jorge Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982.

BECKER, Bertha K. A fronteira no final do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia brasileira. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 3, p. 59-73, 1984.

_____. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, Berta K; MIRANDA, Maria Helena; MACHADO, Lia Osório. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990. p. 1-15.

_____. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. In: Maria F. Gonçalves, Antônio C. F. Galvão. **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 651-656.

- _____. Dinâmica urbana na Amazônia. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges. (Organizadores). **Economia e Território**. Editora da UFMG, 2005a. p. 401-428.
- _____. Geopolítica da Amazônia. In: **Estudos Avançados**. N. 19, (53), 2005b. p. 71-86.
- _____. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- _____. **A urbe amazônida**. A floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BEZZI, M. L. **Região**: uma (Re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora da Universidade de Santa Maria, 2004.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 3. e. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.
- BOTELHO, Raimundo Edson Pinto. **Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão no período técnico, científico e informacional**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRANCO, Maria Luísa Gomes Castello. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 89-111.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Prefácio. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Organizadores.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 15-21.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia – MME. **Desenvolvimento dos Estudos de Elaboração do Plano Duodecenal de (2010-2030) de Geologia, Mineração e Transformação Mineral**. Relatório Técnico 59: Perfil do ferro gusa no Brasil, 2009.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A margem está no centro. In: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio A. (Organizadores). **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 365-379.

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA. Plano Director Municipal. Relatório de Diagnóstico. Divisão de Serviços de Ordenamento do Território. Evora, 2007. 224 p.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. O programa grande Carajás e a dinâmica política. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A; MAIA, Maria L. S. **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: UFPA, 1995.

_____. **A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões para a agricultura familiar**. Boletim de Conjuntura da CNBB – Regional NE 5, n.1 2008, p. 18-26.

_____. RAMALHO, José Ricardo. Crise econômica mundial e os impactos sobre o setor siderúrgico maranhense: o desempenho recente das empresas guseiras e o desemprego no município de Açailândia. CNBB. NE 5. **Boletim Conjuntura Econômica**. n. 2, Abril, 2009.

CARNEIRO, M. S; ASSIS, W. S. O uso do carvão vegetal como fonte de energia no polo siderúrgico de Carajás: controvérsias socioambientais e econômicas. In: TONI, F; PORRO, R. **Políticas energéticas, sociedade e meio ambiente na Amazônia**. NAEA. Belém, 2011.

CARVALHO, Carlota. **O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**. 2ª edição. Imperatriz: Ética, 2000.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Tradução Margareth Afeche Pimenta; Joana Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

CASTELLS, Manuel. Inovation technologique et centralité urbaine. **Cahiers de Recherche Sociologique**. v.6, n° 2, p.28-36.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, 2003.

_____. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Mineração e reestruturação espacial na Amazônia**. Belém: NAEA, 2007.

_____. et all. Estratégias de modernização na Amazônia e a reestruturação dos municípios: o caso da implantação de empresas minero-metalúrgicas e de energia elétrica. In: M. F. Gonçalves, Antônio Carlos. F. Galvão. **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003. p. 657-694.

COUTINHO, Milson. **Imperatriz**: subsídios para a história da cidade. São Luís: Sioge, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, 1987. p. 39-68.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo. 3ª Edição: Ática, 1989.

_____. **Região e organização espacial**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (Orgs). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a. p. 279-318.

_____. Dimensões de análise das redes geográfica. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (Orgs). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b.

_____. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a. p. 15-57.

_____. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b. p. 181-254.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPÓSITO, M. E. Beltrão. (Org). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de. et al (Org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

COSTA, Thaís Miranda da. **Unidades de conservação em territórios tradicionalmente ocupados:** reflexões sobre as comunidades sertanejas e suas interações com os corpos hídricos no PNCM. (Monografia). Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

DGOTDU. Portal do Ordenamento Territorial e do Urbanismo. **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNOPT, 2007.** Disponível em: <http://www.territorioportugal.pt/pnpot/>. Acessado em: 06/02/2013.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades espaciais. **Terra Livre**, Goiânia, ano 21, v. 2, n. 25, p.13-33, jul./dez, 2005.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. In: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona. Vol. X, Nº 218 (03), 1 de agosto de 2006. p. 153-166.

_____. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Organizadora). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 113-138.

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 13, N. 2, Novembro, 2011. p. 153-166.

_____. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. In: **ACTA Geográfica**. Boa Vista. Edição especial. Geografia Agrária, 2013. p. 13-32.

EVANGELISTA, Leonardo Nunes. 2008. **A cidade da fumaça:** a constituição do grupo operário do bairro do Pequiá no município de Açailândia-MA. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, 2008.

FERNANDES, Patrícia da Silva. **Descentralização econômica e as expressões de novas centralidades na cidade:** uma reflexão a partir da instalação e expansão dos serviços bancários no bairro Nova Imperatriz. Imperatriz: Ética, 2011. 111 p.

FERRÃO, João. **O ordenamento do território como política pública**. Fundação Calouste Gulberkian. Serviços de educação e bolsas, 2011.

FERREIRA, Benedita. **As relações cidade/campo no vale do Tocantins: O caso de Imperatriz no Maranhão**. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 1995.

FERREIRA, Wilton Alves. **Maranhão do Sul: o estado da integração nacional**. Imperatriz, MA: Ética, 2007. 139 p.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. **Dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na Região de Balsas**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. 272 p.

FERREIRA, Viviane Sousa. **Tuberculose no município de Imperatriz: perfil social, clínico-epidemiológico e avaliação do programa municipal**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e do Adulto. UFMA, 2014.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANKLIN, Adalberto, CARVALHO, João Renôr F. de. **Francisco de Paula Ribeiro - desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do Sul do Maranhão**. Imperatriz-MA: Ética, 2005.

_____. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2008. 242 p.

FRANÇA, Iara Soares de; PEREIRA, Anete Marília; SOARES, Beatriz Ribeiro; MEDEIROS, Douglas Leite. In: **Revista Formação**, n.16, volume 2, p. 52-70, 2009.

_____. **Agglomeração urbana descontínua de Montes Claros/MG: novas configurações socioespaciais**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2012.

_____. Centralidade e cidades médias: o setor de saúde em Montes Claros. In: **Boletim Goiano de Geografia**. (Online). v, 34, n. 1, p.1-15, jan/abr, 2014.

FRÈMONT, Armand. **A região – espaço vivido**. Almedina: Coimbra, 1980.

GASPAR, Jorge; JENSEN-BUTLER, C. Social, economic and cultural transformation in the Portuguese urban system. **International Journal of Urban and Regional**. 1992. p. 442-461.

_____. **O novo ordenamento do território – Geografia e valores**. Dinamismos Sócio-económicos e (re) organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva. Coimbra, IEG, 1996. pp. 707-718.

GASPAR, Jorge; SIMÕES, José Manuel. O ordenamento à escala nacional. In: MEDEIROS, Carlos Alberto. **Planeamento e ordenamento do território**. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, 2006. (Geografia de Portugal; 4). 471p.

GASPAR, Jacira Garcia. Expansão dos serviços de educação superior em Araguaína-TO: Novas funcionalidades urbanas. In: 14. EGAL – Encontro de Geógrafos da América Latina. **Recuento de saberes territoriales Latinoamericanos**. Peru, 2013.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **As razões da região**. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987. 194p.

_____. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (Org.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Pulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 11ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. In: **GEOgraphia: Revista de Pós-graduação em Geografia**. UFF, Rio de Janeiro, ano 1, n.1 jun.1999.

_____. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, 1956. 1 CD-ROM.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico**: Dados gerais: migração, instrução, fecundidade e mortalidade. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Região de influência das cidades/REGIC**. Rio de Janeiro/RJ. Edições: (2007).

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censos Demográficos (1950-2010).

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2011/> Acessado em: 03/06/2011.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: nova série 2005 a 2009. São Luís, 2009.

_____. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Anuário Estatístico do estado do Maranhão**. São Luís, IMESC, 2010.

INCRA. Distribuição dos imóveis rurais no Estado do Maranhão. 1992.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: configurações atuais e tendências da rede da rede urbana./ v.1/ IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília, 2001a.

_____. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste/ v.3 / IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília, 2001b.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Análise da Distribuição das IES brasileiras a partir dos dados do Censo da Educação Superior**. Fortaleza, 2014. 21p.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFÈBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Antropos. Paris, 1985. p. 375-392.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

_____. **Espaço e política.** Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: EDUSP, 1999.

LIMA JÚNIOR, Heitor Moreira. **Colonização de fronteira agrícola:** um modelo de desenvolvimento rural. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.

LIMA, Rosirene Martins. **O rural no urbano:** uma análise do processo de produção do espaço urbano de Imperatriz-MA. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

LIMA, Fernanda Laíze Silva de; LOCATEL, Celso Donizete; SILVA, Cleanto C. Lima da. Modernização seletiva da agricultura: o avanço do agronegócio da soja no sul do Maranhão. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia. **Anais**, 2012. CD-ROM, p. 1-19.

LIMONAD, E. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E. et al. **Brasil século XXI:** por uma nova regionalização? São Paulo: Max Limonad, 2004.

LOIOLA, Edney. **Vantagens competitivas espúrias e limites para o desenvolvimento local: o caso da indústria siderúrgica de Açailândia.** (Dissertação de Mestrado). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA. Universidade Federal do Pará, 2005. 190 p.

_____. **Diferenciações na produção siderúrgica e implicações para o desenvolvimento na Amazônia Oriental Brasileira.** (Tese de Doutorado). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA. Universidade Federal do Pará, 2010. 304 p.

MACHADO, Lia Osório. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, Berta. et al. **Fronteira amazônica:** questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990. p. 115-130.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Distritos industriais do estado do Maranhão. São Luís: SEDINC, 2012.

MARANHÃO, Governo do Estado do Maranhão. **Plano Diretor de regionalização da saúde do estado do Maranhão.** São Luís, MA, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES DA COSTA, Eduarda. Uma nota sobre as políticas das cidades em Portugal nos anos noventa. In: **Inforgeo**, 14, Lisboa. Edições Colibri, 1999. pp. 131-137.

_____. **Cidades médias e ordenamento do território:** o caso da beira interior. (Tese de Doutoramento). Instituto de Geografia e ordenamento do território – CEG/IGOT. Faculdade de Letras de Lisboa, 2000.

_____. Cidades médias: contributos para a sua definição. In: **Fininsterra**, XXXVII, 74 2002, p. 101-128.

MARKUSEN, Ann R. "Região e regionalismo: um enfoque marxista" In: **Espaço & Debates**. São Paulo: Cortez Editora. Núcleo de estudos regionais e urbanos, 1(2): 61-99, maio 1981.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. Hucitec: São Paulo, 1997.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MASSEY, Doreen. Regionalismo: alguns problemas atuais. In: **Espaço e debates**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano 1, n. 4, Maio de 1981. São Paulo. p. 51-84.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MENDOZA, J.G.; JIMÉNEZ, J.M. & CANTERO, N.O. **El Pensamiento Geográfico**. Madrid, Alianza Editorial, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira et al. (Orgs.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 9-30.

- MIRANDA, Mariana. O papel da colonização dirigida na expansão da fronteira na Amazônia. In: BECKER, Berta. et al. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990. p. 47-62.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Para pensar uma política de ordenamento do território**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005. 78 p.
- MONBEIG, Pierre. **Novos Estudos de Geografia Humana**. São Paulo: DIFEL, 1957.
- MOREIRA JÚNIOR, Heitor Lima. **Colonização de fronteira agrícola: um modelo de desenvolvimento rural**. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Dória. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges. **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. p. 429-446.
- MOTA, Francisco Lima. **O rural e o urbano na cidade de Balsas (MA): transformações socioespaciais no pós 1980**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, 2011. 139p.
- _____. Relação campo-cidade no Sul do Maranhão. In: CHELOTTI, Marcelo Cervo; et all. (Organizadores). **Geografia agrária e diversidades territoriais do campo brasileiro**. Uberlândia (MG): Assis Editora, 2012. 304 p.
- MOTA, Luciene Assunção. **A dinâmica socioambiental na cidade de Balsas e em sua região de influência**. (Monografia). Especialização em metodologia do ensino de Geografia aplicado ao Planejamento Ambiental. Universidade Estadual do Maranhão, 2007.

_____. A dinâmica socioambiental na cidade Balsas e em sua região de influência (1980-2000). In: SOUSA, Jailson de Macedo. (Org.). **O regional e o urbano no Sul do Maranhão: delimitações conceituais e realidades empíricas**. Imperatriz: Ética, 2013. p. 187-207.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: **Metodologia das ciências humanas**. Editora da UNESP/ Hucitec: São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Daniel Madson Vieira. **Admirável sertão novo: o processo de territorialização da soja no município de Balsas do Maranhão**. (Monografia). Conclusão do Curso de Geografia. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2011. 166 p.

OLIVEIRA, Helbaneth Macedo de. **A segregação socioespacial urbana e suas relações com o ensino de Geografia no município de Imperatriz**. (Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Geografia e Ensino). Universidade Estadual do Maranhão, 2014. 38f.

PERFIL MUNICIPAL. **Açailândia: região dos Carajás**. Governo do Estado do Maranhão: Secretaria do Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, SEDINC, 2012.

PERFIL MUNICIPAL. **Balsas: região dos gerais de Balsas**. Governo do Estado do Maranhão: Secretaria do Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, SEDINC, 2012.

PERFIL MUNICIPAL. **Imperatriz: região do Tocantins**. Governo do Estado do Maranhão: Secretaria do Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, SEDINC, 2012.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. (Tese Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.

PINTAUDI, Silvana; FRUGOLLI JR, H. **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

_____. A cidade e a crise. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999a. p. 132-143.

_____. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Organizadora). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999b. p. 143-159.

_____. O consumo do espaço de consumo. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (orgs.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p.121-127.

_____. Anotações sobre o espaço do comércio e do consumo. In: CARRERAS, Carles; PACHECO, Susana Mara. (Organizadores). **Cidade e comércio: a rua na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009. p. 55-62.

PONTES, Beatriz Maria Soares. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPÓSITO, Maria E. B; SOBARZO, Oscar. **Cidades médias: produção do espaço**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 327-346.

PPP – Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas do Centro de Estudos Superiores de Imperatriz/Universidade Estadual do Maranhão – CESI/UEMA, 2008. 68p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ. **Plano Decenal de Educação de Imperatriz (2014-2023)**. Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz – SEMED, 2014.

PRODIAT. Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins. **Desenvolvimento urbano na região do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins**. Ministério do Interior: Brasília, 1985.

RAMIRES, Júlio César de Lima. Cidades médias e serviços de saúde: algumas reflexões sobre os fixos e fluxos. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 173-186.

_____. Apresentação. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima. (Org). **Dinâmica sócio-espacial e saúde coletiva em cidades de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, F. de Paula. **Memórias dos sertões maranhenses**. São Paulo: Siciliano, 2002.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. **A complexidade da rede urbana amazônia: três dimensões de análise.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Janeiro, 1998.

RIBEIRO, Rovaine. **As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica: a experiência de Marabá no sudeste paraense.** (Dissertação de Mestrado). USP, 2010.

ROCHA, Rosimary Gomes. **Modernização da agricultura e (re) ordenamento territorial nos Gerais de Balsas/MA.** (Dissertação de Mestrado). Instituto de Estudos Socioambientais/ Universidade Federal de Goiás, 2009.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e o regional.** São Paulo: Hucitec, 1998.

SALGUEIRO, Tereza Barata; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio: dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRERAS, Carles; PACHECO, Susana Mara Miranda. **Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional.** (Organizadores). Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009. p. 9-40.

SANCHES, Edmilson. **Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos (1852-2002).** Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 2010.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1977.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico e informacional.** 5 edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **A urbanização brasileira.** 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1998.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 15ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Pensando o espaço do homem.** 5ª edição. São Paulo: EDUSP, 2004a.

_____. **Por uma geografia nova:** Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004b. (Coleção Milton Santos).

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2004c.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.** (Tradução Sandra Lencioni). 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 136 p.

_____. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 15ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação da cidade. In: MELO, Jayro Gonçalves. (Organizador). **Região, cidade e poder.** GASPERR. Presidente Prudente, 1996. p. 111-126.

_____. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. In: **Revista Território**, ano III, nº 4, jan/jun. 1998. p. 27-37.

_____. A dimensão econômica na análise urbana: matrizes, descaminhos e perspectivas. **Novos estudos de geografia urbana brasileira.** VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. (Orgs). Salvador: EDUFBA, 1999. p. 51-62.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org). **Textos e contextos para a leitura de uma cidade média.** Presidente Prudente: São Paulo, 2001. p. 235-253.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPÓSITO, Maria E. B; SOBARZO, Oscar. **Cidades médias:** produção do espaço. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 609-643.

_____. Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007a. p. 235-253.

_____. Maria Encarnação Beltrão et. all. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007b. p. 35-67.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia:** Da cidade jardim ao portal do cerrado – Imagens e representações no Triângulo Mineiro. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, 1995.

_____. Urbanização no cerrado mineiro: o caso do Triângulo Mineiro. In: SILVA, José Borzachiello da; COSTA, M. C. Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley. (Organizadores). **A cidade e o urbano:** temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 105-122.

_____. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. In: **Revista Formação.** Programa Pós-graduação em Geografia. Presidente Prudente, n. 6, p. 55-64, 1999.

_____. Cidade e metrópole: notas de um debate. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs.) **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 81-86.

SOUSA, Jailson de Macedo. **O estudo do cotidiano e a segregação espacial na região da Beira-rio.** (Monografia de Conclusão de Curso de Geografia). UEMA/CESI, 2001. 61 p.

_____. **A cidade na região e a região na cidade:** a dinâmica econômica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Goiás, 2005. 220 p.

_____. **A cidade na região e a região na cidade:** a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina. Imperatriz: Ética, 2009. 318p.

_____. REIS, Walison da Silva. **Os efeitos socioespaciais de grandes projetos na Amazônia Oriental:** uma reflexão a partir da siderurgia no município de Açailândia. Porto Alegre. *Anais...* Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.

_____. Centralidades urbano-regionais na Amazônia Oriental: uma interpretação através da dinâmica funcional de Imperatriz (MA) e Marabá (PA). In: XII SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 20, 2011. Belo Horizonte. *Anais...* Disponível em CD ROM.

_____. ALMEIDA, Fernando Ferreira de. **Efeitos sócioespaciais de grandes projetos na Amazônia Oriental:** uma reflexão a partir das representações sociais das populações atingidas pela UHE de Estreito-MA. Uberlândia. *Anais...* Instituto de Geografia. UFU, 2012.

_____. Os efeitos de grandes projetos na pré-amazônia maranhense: uma reflexão através da colonização dirigida. In: XV ENANPUR – Encontro Nacional de Planejamento urbano e Regional – 2013. Recife-PE. **Anais ... ANPUR**, 2013. CD/ROM. 287 p.

_____; FRANKLIN, Adalberto. Formação socioespacial Sulmaranhense: da emergência de Pastos Bons à constituição de uma região policêntrica. In: SOUSA, Jailson de Macedo. (Organizador). **O regional e o urbano no Sul do Maranhão:** delimitações conceituais e realidades empíricas. Imperatriz-MA: Ética, 2013. 481 p.

SOUSA, Janilene de Macedo. **Os discursos políticos e sociais no âmbito da proposta de criação do Estado do Maranhão do Sul.** (Monografia). Curso de Licenciatura em História. Universidade Estadual do Maranhão/Centro de Estudos Superiores de Imperatriz, 2010.

SILVA, Ângela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FRANÇA, Maíra Nani. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos:** projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5ª edição. Revista e atualizada. Uberlândia: UFU, 2008.

SILVA, Armando Correia da. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico.

In: SANTOS, Milton. et all (Orgs). **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. Novas formas de comércio e consumo: um estudo sobre as lojas de conveniência. In: **GEOGRAFIA**, Rio Claro, Vol 27 (1), p. 65-82, abril, 2002.

SIMPLÍCIO, Domingas. Évora: Problemas do Desenvolvimento Urbano e Perspectivas Futuras. In: **A cidade de Évora**. II Série, n. 3, 1998.p. 229-244.

_____. **Évora: algumas etapas fundamentais na evolução da cidade até ao século XVI**. Universidade de Évora, 1999.

_____. A cidade de Évora e a relevância do centro histórico. In: RIO FERNANDES, José Alberto, SPOSITO, M. Encarnação Beltrão (Orgs). **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Porto: CEGOT, 2013.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994. 423p.

TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da. Faces da urbanização na fronteira: a dinâmica metropolitana de Belém no contexto da urbanização amazônica. In: **Experimental.**, n. 4/5, p. 71-89, setembro, 1998.

_____. Estado e gestão do espaço urbano na Amazônia: a experiência das cidades-empresas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs.) **Dilemas urbanos: no vas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 136-145.

_____; PEREIRA, José Carlos Matos. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia Oriental. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

_____. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 13, n.2, Novembro de 2011, p. 135-151.

_____. A Amazônia oriental brasileira: processos de territorialização e perspectivas de fragmentação política do espaço. In: **XII Colóquio Internacional de Geocrítica: Las independências y construcción y socialización. Siglos XIX-XX.** Bogotá, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS FILHO, João Manoel. **O direito à moradia e o discurso de implantação de políticas públicas na perspectiva de construção de cidades saudáveis e democráticas:** reflexões sobre Araguaína-TO. (Tese de Doutorado). Uberlândia, 2013. 219 p.

VAINER, Carlos Bernardo. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

_____. Interdisciplinaridade e estudos regionais. In: MELO, Jayro Gonçalves (Org.). **Região, cidade e poder.** São Paulo: GASPERR, 1996. p. 11-32.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catarina Vergolino. **A rodovia Belém-Brasília:** estudo de geografia regional. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia: Rio de Janeiro, 1967.

VIANA, José Alencar Araújo. Expressões da centralidade intra-urbana e regional de Imperatriz: uma análise dos serviços públicos de saúde oferecidos no HMI (2000/ 2010). (Monografia). Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia. UEMA/CESI, 2011. 96 p.

_____. Expressões da centralidade urbano-regional de Imperatriz: uma análise a partir dos serviços públicos de saúde ofertados no Hospital Municipal de Imperatriz. In: SOUSA, Jailson de Macedo. **O regional e urbano no sul do Maranhão:** delimitações conceituais e realidades empíricas. Imperatriz: Ética, 2013. p. 155-185.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WHITACKER, Arthur Magon. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias. **Revista eletrônica de Geografia y Ciências Sociales.** Vol. XI, núm. 245 (24), 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
 Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Área de Concentração Geografia e Gestão do Território
 Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bl. H Sala 1H35
 CEP 38408-100 - Uberlândia/MG - Telefax (34) 3239-4381
www.ig.ufu.br e posgeo@ufu.br



PRINCIPAIS SITES CONSULTADOS

http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/acailandia_ma

http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/balsas_ma

http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/imperatriz_ma

www.ceg.ul.pt

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=21&search=maranhao>

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210005&search=maranhao>

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210140&search=maranhao>

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210530&search=maranhao>

http://webb.ccdr-a.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=3

<http://www.cm-evora.pt/pt/>

<http://www.cm-evora.pt/pt/site-municipio/Concelho/Paginas/EvoraCidade.aspx>

<http://cnes.datasus.gov.br/>

<http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/cadastros-nacionais/cnes-net>

<http://emec.mec.gov.br/>

www.ibge.gov.br/cidades

www.igot.ul.pt

www.imesc.ma.gov.br/

<http://www.inep.gov.br/>

<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Subdivis%C3%B5es_de_Portugal

<http://www.territorioportugal.pt/pnpot/>

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
 Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Área de Concentração Geografia e Gestão do Território
 Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bl. H Sala 1H35
 CEP 38408-100 - Uberlândia/MG - Telefax (34) 3239-4381
www.ig.ufu.br e posgeo@ufu.br



APÊNDICE 1: ENTREVISTA DIRIGIDA AOS AGENTES POLÍTICOS E ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE ÉVORA, PORTUGAL
--

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Entrevistado: _____

Função que ocupa: _____

ÉVORA NO CONTEXTO DO SISTEMA URBANO-REGIONAL E NACIONAL

1. Faça-nos uma apresentação do município de Évora, ou seja, uma breve caracterização do território municipal de Évora, considerando os seus aspectos socioespaciais?

2. Enquanto cidade média, quais as principais funções ou dinâmicas sócioeconômicas assumidas e desenvolvidas por Évora no contexto urbano-regional?

3. Quais são, na opinião da atual gestão pública municipal as principais fragilidades e potencialidades de Évora, considerando assim, as dinâmicas socioeconômicas que esta cidade tem assumido no cenário regional do Alentejo?

ÉVORA NO CONTEXTO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL PORTUGUÊS

4. Conforme os pressupostos estabelecidos pelo Plano Director Municipal de Évora - PDME foram eleitos ou definidos alguns desígnios entre os quais destacamos:

- A necessidade de se constituir ou fazer de Évora um **território qualificado, dinâmico, atractivo e com elevada qualidade de vida.**

- Com relação a esta prerrogativa que ações efetivas no âmbito da política municipal têm de fato se concretizado a partir dos desígnios do PDME? Há alguma relação destas políticas com a política de ordenamento do território?

5. No que tange à adoção de estratégias de ordenamento do território comente sobre os avanços e retrocessos (aspectos positivos e negativos) das seguintes estratégias:

a) A afirmação de Évora enquanto pólo estruturante do território.

b) A reestruturação da cidade face ao estímulo de novas centralidades.

c) A consolidação e valorização da rede de aglomerados rurais do concelho.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
 Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Área de Concentração Geografia e Gestão do Território
 Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bl. H Sala 1H35
 CEP 38408-100 - Uberlândia/MG - Telefax (34) 3239-4381
www.ig.ufu.br e posgeo@ufu.br



**APÊNDICE 2: ENTREVISTA DIRECIONADA AOS COMERCIANTES
 DO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA E BALSAS**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Entrevistado: _____ Oriundo: _____
 Ramo de Atuação: _____

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO COMERCIAL

1. Principais produtos comercializados neste estabelecimento?

2. Os produtos comercializados neste estabelecimento são oriundos:

() Do próprio município; () Outros municípios do Estado; () Outro estados;

3. Os clientes do seu estabelecimento comercial são oriundos?

() Do próprio município; () De outros municípios do Estado;

() De outros Estados e regiões do país... Mencionar _____

ACAILÂNDIA/BALSAS NO CONTEXTO DO SISTEMA URBANO-REGIONAL

4. Nos fale sobre a importância econômica e social do município de Açailândia (Balsas) para o Estado do Maranhão e, em particular, para a região Sulmaranhense.

5. Que segmento da economia tem maior destaque na economia de Açailândia/Balsas?

() Agricultura e pecuária () Indústria () Comércio e Serviços

Fale sobre a importância deste segmento para a economia de Açailândia (Balsas)/região.

RELAÇÕES DE CENTRALIDADE ENTRE OS NÚCLEOS URBANOS

6. Dos municípios abaixo, qual exerce maior influência ou importância social e econômica no Sul do Maranhão? Por quê?

() Açailândia () Balsas () Imperatriz

7. Você costuma se deslocar para este município? () Sim () Não. Por qual motivo?

() Trabalho () Comércio () Saúde () Educação () Outros.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
 Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Área de Concentração Geografia e Gestão do Território
 Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bl. H Sala 1H35
 CEP 38408-100 - Uberlândia/MG - Telefax (34) 3239-4381
www.ig.ufu.br e posgeo@ufu.br



**APÊNDICE 3: ENTREVISTA DIRECIONADA AOS REPRESENTANTES DO
 PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA E BALSAS**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Entrevistado: _____

Função que exerce no governo municipal: _____

AÇAILÂNDIA E BALSAS NO CONTEXTO URBANO-REGIONAL

1. Que segmento tem maior destaque na economia de Açailândia/Balsas?

() Agricultura e pecuária () Indústria () Comércio e Serviços

2. Nos fale sobre a importância econômica e social do município de Açailândia/Balsas para o Estado do Maranhão e, em particular, para a região Sulmaranhense.

RELAÇÕES DE CENTRALIDADE ENTRE NÚCLEOS URBANOS

3. Dos municípios abaixo, qual exerce maior influência ou importância social e econômica no Sul do Maranhão? Por quê?

() Açailândia () Balsas () Imperatriz

4. Você costuma se deslocar para este município? () Sim () Não. Por qual motivo?

() Trabalho () Comércio () Saúde () Educação () Outros.

CENTRALIDADE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

5. Considera que há diferenças e desigualdades sociais e econômicas entre os municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz? () Sim () Não.

- O que pode ser feito para promover maior equilíbrio social e econômico entre eles?

6. Enquanto membro do poder executivo já ouviu falar sobre as políticas de ordenamento do território? () Sim () Não.

- Como estas políticas têm sido pensadas e executadas em Açailândia e Balsas?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
 Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Área de Concentração Geografia e Gestão do Território
 Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bl. H Sala 1H35
 CEP 38408-100 - Uberlândia/MG - Telefax (34) 3239-4381
www.ig.ufu.br e posgeo@ufu.br



**APÊNDICE 4: ENTREVISTA DIRECIONADA ÀS POPULAÇÕES RESIDENTES NA
 ÁREA URBANA DA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Entrevistado: _____

MOTIVAÇÕES DAS MIGRAÇÕES PARA A CIDADE DE IMPERATRIZ

1. Quando e quais as principais motivações que trouxeram a sua família para Imperatriz?

2. Gosta de morar nesta cidade? Por quê?

CONTEÚDOS DA URBANIZAÇÃO DE IMPERATRIZ – RELAÇÕES: RURAL-URBANA

3. Que atividades econômicas desenvolve na cidade? Por quê? Quais atividades desenvolvia antes de vir para a cidade de Imperatriz?

4. Quais são os principais problemas ou carências que você identifica na cidade de Imperatriz? O que pode ser feito (sociedade e governo) para melhorar esta situação?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
 Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Área de Concentração Geografia e Gestão do Território
 Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bl. H Sala 1H35
 CEP 38408-100 - Uberlândia/MG - Telefax (34) 3239-4381
www.ig.ufu.br e posgeo@ufu.br



**APÊNDICE 5: ENTREVISTA DIRECIONADA AO REPRESENTANTE DO
 COMÉRCIO ATACADISTA TRADICIONAL DE IMPERATRIZ-MA**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Entrevistado: _____

CARACTERIZAÇÃO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE IMPERATRIZ

1. Quando se deu a emergência do comércio atacadista de Imperatriz e quais as principais características deste segmento econômico?

2. Quando foi o criado o Sindicoma? Quantos estabelecimentos estão filiados ao Sindicoma e quais são as suas finalidades?

IMPORTÂNCIA E SIGNIFICADOS DO COMÉRCIO ATACADISTA
(GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE IMPERATRIZ-MA)

3. Comente sobre a importância e os significados do comércio atacadista voltado à comercialização de gêneros alimentícios para a cidade de Imperatriz.

4. Os clientes deste segmento econômico são oriundos de quais cidades? E os produtos comercializados através deste setor econômico são oriundos de quais localidades?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
 Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Área de Concentração Geografia e Gestão do Território
 Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bl. H Sala 1H35
 CEP 38408-100 - Uberlândia/MG - Telefax (34) 3239-4381
www.ig.ufu.br e posgeo@ufu.br



**APÊNDICE 7: ENTREVISTA DIRECIONADA AO GESTORES DOS
 SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DE IMPERATRIZ - HMI**

CARACTERIZAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

1. CARACTERIZAÇÃO DO HMI

1.1 Quando se deu a instalação do Hospital Municipal de Imperatriz - HMI?

1.2 O que motivou a instalação deste estabelecimento de saúde na cidade?

2. DA ORGANIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

2.1 Quantidade de leitos existentes – Enfermarias – Informações sobre a estrutura física.

**IMPORTÂNCIA E SIGNIFICADOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS
 DE SAÚDE NA CIDADE IMPERATRIZ-MA**

3. Comente sobre a importância e os significados dos serviços públicos de saúde desenvolvidos oferecidos através do HMI/Socorrão.

4. A SES/MA sistematizou no ano de 2013 uma proposta de regionalização da saúde no Estado. O HMI está inserido e obedece esta regionalização? De que forma?

5. A mídia e a sociedade têm se pronunciado com frequência em relação a alguns problemas que são peculiares a assistência oferecida pelo HMI, entre os quais se destacam:

- a) Incapacidade ou insuficiência de atendimento do HMI em razão das grandes demandas;
- b) Insuficiência de recursos financeiros repassados pelas distintas esferas governamentais;
- c) Repasse dos municípios que buscam atendimento no HMI;
- d) Estrutura física e humana que têm exigido uma ampliação na oferta de serviços e profissionais.

De que forma a atual gestão tem dirimido estes problemas? Que soluções efetivas têm encontrado?

6. Comente sobre os fluxos dos usuários que utilizam os serviços do HMI. Enuncie as cidades que recorrem com maior frequência a estes serviços.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
 Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Área de Concentração Geografia e Gestão do Território
 Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bl. H Sala 1H35
 CEP 38408-100 - Uberlândia/MG - Telefax (34) 3239-4381
www.ig.ufu.br e posgeo@ufu.br



**APÊNDICE 8: ENTREVISTA DIRIGIDA AOS GESTORES/TÉCNICOS PÚBLICOS
 E PRIVADOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE IMPERATRIZ-MA**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Entrevistado: _____

CARACTERIZAÇÃO DA IES DE IMPERATRIZ-MA (UFMA/UNISULMA)

1. Destaque e comente acerca das principais características desta IES.

1.1 Quando se deu a instalação desta IES na cidade de Imperatriz?

1.2 Quantos colaboradores prestam serviços nesta IES? Total de colaboradores (____)

1.3 Que motivações explicam a instalação desta IES na cidade de Imperatriz?

2. Como avalia a evolução das matrículas nesta IES? Tem ocorrido uma ampliação ou redução destas?
 A que se deve este fato?

**IMPORTÂNCIA E SIGNIFICADOS DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
 NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA**

3. A cidade de Imperatriz pode ser considerada como um pólo educacional? Por que?

4. Comente sobre a importância e os significados dos serviços de educação superior desenvolvidos na cidade de Imperatriz.

5. Comente sobre a participação dos fluxos dos estudantes que utilizam os serviços desta IES. Que cidades que recorrem com maior frequência a estes serviços? A que se deve esta procura?

ANEXOS



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 2, DE 2007 (Senador Edson, Lobão)

Institui plebiscito sobre a criação do Estado do Maranhão do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica convocado, com fundamento nos arts. 18, § 3º, e 48, VI, da Constituição Federal, plebiscito para que o eleitorado do Estado do Maranhão decida sobre a conveniência da criação do Estado do Maranhão do Sul, mediante desmembramento do território compreendido pelos Municípios de Açailândia, Alto Parnaíba, Amarante do Maranhão, Arame, Balsas, Barra do Corda, Benedito Leite, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Buritirana, Campestre do Maranhão, Carolina, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Feira Nova do Maranhão, Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra, Fortaleza dos Nogueiras, Governador Edison Lobão, Grajaú, Imperatriz, Itaipava do Grajaú, Itinga do Maranhão, Jenipapo dos Vieiras, João Lisboa, Lajeado Novo, Loreto, Mirador, Montes Altos, Nova Colina, Nova Iorque, Pastos Bons, Porto Franco, Riachão, Ribamar Fiquene, Sambaíba, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, São Pedro dos Crentes, São Raimundo das Mangabeiras, Senador La Roque, Sítio Novo, Sucupira do Norte, Tasso Fragoso e Vila Nova dos Martírios.

Parágrafo único. Os municípios que vierem a ser criados por desmembramento de qualquer um dos relacionados no *caput* deste artigo integrarão o Estado do Maranhão do Sul.

Art. 2º Somente poderão participar da consulta popular os eleitores inscritos na Justiça Eleitoral até cem dias antes da sua realização.

Art. 3º O Presidente do Congresso Nacional dará ciência da aprovação deste ato convocatório ao Tribunal Superior Eleitoral, para que sejam adotadas as providências a que alude o art. 8º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A criação do Estado do Maranhão do Sul vai ao encontro da necessária redivisão territorial do Brasil que foi objeto da preocupação do Constituinte de 1987/88 ao prever, no art. 12 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a criação de uma comissão de estudos territoriais, *com a finalidade de apresentar estudos sobre o território nacional e anteprojetos relativos a novas unidades territoriais.*

Esta não é a primeira tentativa legislativa com esse objetivo. No sonado Federal, foi arquivado projeto de decreto legislativo com a mesma finalidade, em razão do encerramento da Legislatura 2003-2007, conforme determina norma regimental. Enquanto que, na Câmara dos Deputados, tramita, vagarosamente, desde 2001, projeto semelhante, sem que se vislumbre decisão daquela Casa sobre a matéria.

Em face desses percalços, os autores desta proposição reiteram a pretensão dos que nos antecederam nessa idéia, a fim de que seja encontrada rápida solução legislativa para o fim almejado, que é a criação do Estado do Maranhão do Sul.

O Estado do Maranhão do Sul que se pretende criar mediante desmembramento de parte do atual território do Estado do Maranhão, compreende uma área de quase 150 mil km², o que o tornaria o quinto maior estado nordestino, com área territorial maior do que a de outros cinco da mesma região: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

Sua população seria de pouco mais de um milhão e cem mil habitantes, distribuída por quarenta e nove municípios, tendo como capital a cidade de Imperatriz, com mais de duzentos e trinta mil habitantes.

A região sul do Maranhão tem fortes relações comerciais com outras regiões do País, o que torna o seu vínculo com a capital do Estado bem menos importante do ponto de vista econômico e vivencial, o que prenuncia o processo de emancipação político-econômico regional, cuja evolução guarda paralelo com o que antecedeu às bem-sucedidas criações dos Estados de Mato Grosso do Sul e do Tocantins.

Se já não bastasse o argumento da grande extensão territorial do Estado do Maranhão, cerca de 332 mil km², o oitavo, dentre as vinte e sete unidades da Federação, e de sua numerosa população, cerca de cinco milhões e seiscentos mil habitantes, a história e cultura das suas regiões norte e sul são bem diferenciadas.

O norte do Maranhão, onde se localiza a capital, São Luís, teve um processo de ocupação que se consolidou ainda nos primórdios da nação brasileira, por ocasião das grandes descobertas marítimas dos Séculos XVI e XVII, em razão de suas condições geográficas favorecerem o acesso aos colonizadores de além-mar – portugueses, holandeses e franceses –, com vistas à exploração da agricultura voltada para o abastecimento das metrópoles europeias, especialmente cana-de-açúcar e algodão.

De outro lado, o sul do Maranhão, onde se localiza Imperatriz, o município de maior população dessa região, teve o seu desbravamento efetivamente realizado a partir do Século XIX, em decorrência do deslocamento das populações oriundas principalmente do Nordeste oriental brasileiro em busca de terras para o pastoreio de gado e lavoura tradicional.

Já em 1817, antes da proclamação da independência do Brasil, intelectuais que se refugiaram no Maranhão, devido ao fracasso da Revolução pernambucana, de inspiração iluminista e liberal, sonharam em estabelecer a República do Sul do Maranhão, libertada do jugo colonial português.

Desde a década de sessenta, com a construção de Brasília e da estrada Belém-Brasília, a região sul do Maranhão começou a sua transformação em pólo de desenvolvimento regional. Recentemente, levas de imigrantes gaúchos, paranaenses, mineiros e paulistas introduziram técnicas modernas de exploração agrícola e pecuária que impulsionaram o desenvolvimento da região e propiciaram, também, o surgimento de empreendimentos de maior porte como o Pólo Agrícola Mecanizado de Balsas, o Pólo Siderúrgico de Açailândia e a consolidação da cidade de Imperatriz como pólo comercial e de prestação de serviços, onde se destacam inúmeras empresas, tributárias das progressistas atividades agropecuárias.

A necessidade da criação do Estado do Maranhão do Sul é reforçada pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apresentam o Maranhão como o Estado com os piores indicadores sócio-econômicos, o que se deve, em grande parte, ao fato de os investimentos públicos terem se concentrado, desde os tempos coloniais, em torno da capital – São Luís, de modo que as regiões mais distantes do poder estadual – Imperatriz – dista mais de ~~um~~ mil quilômetros da capital –, não obstante o forte crescimento

populacional que as caracterizam, especialmente decorrente das imigrações, não recebiam do poder público estadual a devida atenção administrativa.

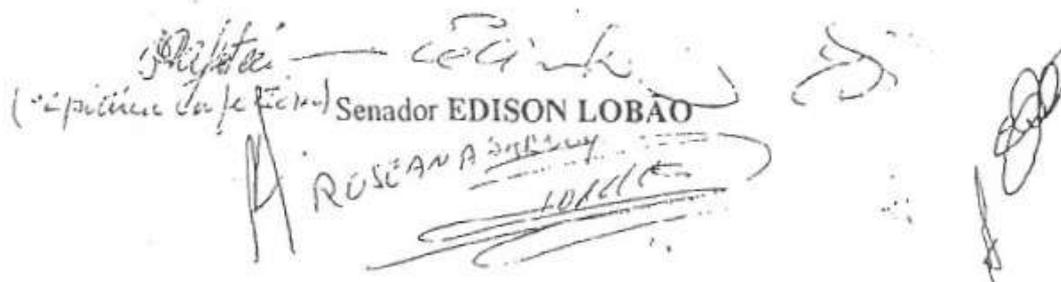
Com o objetivo de redivisão territorial, já foram aprovados no Senado Federal projetos de decreto legislativo que autorizam a realização de plebiscito sobre a criação dos Estados do Tapajós, no Pará, e do Araguaia, no Mato Grosso. Também se discute a criação do Estado de Carajás, no Pará, Solimões, no Amazonas, e do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais. Trata-se de demonstração de que o Congresso Nacional está atento aos interesses das comunidades que reivindicam autonomia político-administrativa, tendo em vista a necessidade de descentralizar o poder político e, por esse meio, conferir maior eficácia à atuação do poder público em território de extensão adequada e mais homogêneo, do ponto de vista histórico e sócio-econômico.

É importante ressaltar que a nossa luta pela criação do Estado do Maranhão do Sul não prejudica a população do Maranhão que remanescer da divisão pretendida. Ao contrário, entendemos que essa divisão territorial poderá beneficiar toda a população do atual Estado do Maranhão, em razão de ser previsível que os efeitos econômicos do aporte de recursos necessário à criação do novo Estado venha a repercutir além dos limites territoriais da parte que será desmembrada.

É chegada a hora de toda a população maranhense, conforme exige o art. 7º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, poder, democraticamente, decidir a respeito da criação do Estado do Maranhão do Sul, que, se concretizada, haverá de fulgurar como nova estrela no pavilhão nacional. Mas para que se cumpra esse desiderato, é indispensável o apoio dos ilustres membros desta Casa da Federação.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2007.

Projeto
(instituição da Federação)
 Senador EDISON LOBÃO
 ROSEANA
 LOBÃO



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2006

Institui plebiscito sobre a criação do Estado do Maranhão do Sul.

1		
2	Silvia Machado	Silvia Machado
3	[Signature]	MARCELO CRIVELLA
4	[Signature]	ESTER DE MOURA LIMA
5	[Signature]	JUAN I...
6	[Signature]	ROBERTO TUMA
7	José Guilherme	JOSÉ PINHEIRO
8	[Signature]	JOSE AGRIPINO
9	[Signature]	VALDIR ALBUQUERQUE
10	[Signature]	ALVARO DI...
11	[Signature]	SERGIO ZIMBARDI
12	[Signature]	JEFFERSON PERES
13	[Signature]	DEMASTENES TORRES
14	[Signature]	ESCERRO LUCENA
15	[Signature]	José Carlos

6

- 16 *Francisco Manoel Augusto*
- 17 *[Signature]*
- 18 *L. Quintanilha*
- 19 *Alfredo*
- 20 *Alfredo*
- 21 *[Signature]*
- 22 *[Signature]*
- 23 *[Signature]*
- 24 *[Signature]*
- 25 *[Signature]*
- 26 *[Signature]*
- 27 *[Signature]*
- 28 *T. D. Silva*
- 29 *[Signature]*
- 30 **ADELMIR SANTANA**

- M. C. S. Santa*
- ROMERO JUCH**
- LEOMAR QUINTANILHA**
- ALVA LADIA RUIZ*
- ALFREDO NADEIUNTO**
- GARIBALDI ALVES**
- [Signature]*
- JARBAS VASCONCELOS**
- Mauricio Sena*
- JOÃO VICENTE**
- Neuto De Conto**
- Walter Moreira [Signature]*
- T. TORNELI**
- OSMAR DIAS**
- [Signature]*

31	<i>Paulo de Faria</i>	<i>[Signature]</i>
32	<i>[Signature]</i>	<i>Haricito</i>
33	<i>[Signature]</i>	<i>Rozaldo</i>
34	<i>Sergio</i>	<i>[Signature]</i>
35		
36		

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO

DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO I

Da Organização Político-Administrativa

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. (EC nº 15/96)

§ 1º Brasília é a Capital Federal.

§ 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 947, DE 2001
(Do Sr. Sebastião Madeira e outros)

Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Maranhão do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

O Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão realizará plebiscito sobre a criação do Estado do Maranhão do Sul, pelo desmembramento dos municípios de Açailândia, Alto Parnaíba, Amarante do Maranhão, Arame, Balsas, Barra do Corda, Benedito Leite, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Buritirana, Campestre do Maranhão, Carolina, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Feira Nova do Maranhão, Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra, Fortaleza dos Nogueiras, Governador Edison Lobão, Grajaú, Imperatriz, Itaipava do Grajaú, Itinga do Maranhão, Jenipapo dos Vieiras, João Lisboa, Lajeado Novo, Loreto, Mirador, Montes Altos, Nova Colina, Nova Iorque, Pastos Bons, Porto Franco, Riachão, Ribamar Fiquene, Sambaíba, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão, São

João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, São Pedro dos Crentes, São Raimundo das Mangabeiras, Senador La Roque, Sítio Novo, Sucupira do Norte, Tasso Fragoso, e Vila Nova dos Martírios.

Parágrafo único. Os municípios que vierem a ser criados por desmembramento de qualquer um dos relacionados neste artigo passam automaticamente fazer parte do grupo que comporá o Estado do Maranhão do Sul.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão para organizar, realizar, apurar, fiscalizar e proclamar o resultado do plebiscito.

Art. 3º No prazo de dois meses contados da proclamação do resultado do plebiscito, se favorável à criação do Estado do Maranhão do Sul, a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão procederá a audiência de seus membros sobre a medida e participará o resultado ao Congresso Nacional em três dias úteis, para fins do inciso VI do artigo 48 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Caso não se efetue a deliberação pela Assembléia Legislativa, ou não seja feita a comunicação no prazo estabelecido, o Congresso Nacional considerará atendida a exigência de que trata o *caput* deste artigo

Art. 4º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A idéia de desmembramento do Estado do Maranhão em duas porções norte e sul não é nova, pois remonta ao século dezenove. Mas as características que individualizam as duas metades do Estado foram definidas já

nos primórdios da nossa colonização. Com efeito, a parte norte foi colonizada, predominantemente, por imigrantes vindos de além-mar, como os portugueses, holandeses e franceses, interessados mais que tudo no cultivo da cana de açúcar e no plantio do algodão, produtos então de grande procura no mercado internacional. Já o sul do estado abrigou mais que tudo nordestinos, que fixaram-se tanto na região dos Pastos Bons como nas terras virgens e férteis das margens do Tocantins e seus afluentes, para lá levando seu gado e seus costumes.

No século dezenove, intelectuais tangidos da revolução de 1817 fixaram-se na parte sul do estado, sonhando em estabelecer a República do Sul do Maranhão. O movimento não progrediu, sobretudo por causa da proclamação da independência do País em 1822, mas as diferenças entre as duas metades do estado foram-se tornando cada vez mais marcantes, definindo os aspectos que individualizam as duas regiões até hoje.

Um dos grandes impactos sobre o desenvolvimento do sul do Maranhão ocorreu com a construção de Brasília, que abriu os caminhos para a região central do País, trazendo gaúchos, paulistas e mineiros que, inicialmente, com suas técnicas de cultivo da terra e de criação de gado, e, posteriormente, com as suas pequenas e médias empresas agropecuárias, deram ensejo ao surgimento de empreendimentos de maior porte como o Pólo Agrícola Mecanizado de Balsas e o Pólo Siderúrgico de Açailândia. Isso possibilitou também o crescimento e consolidação da cidade de Imperatriz como um pólo comercial e de prestação de serviços.

Agora, o sul quer a emancipação, porque considera que já está maduro para isso e entende que para construir um futuro melhor, sobre as bases do que já foi plantado com a luta e o suor do seu povo, o fruto de seu trabalho deve ser revertido em benefício próprio.

Na verdade, à semelhança de unidades da Federação recentemente emancipadas, como é o caso dos Estados do Tocantins e do Mato Grosso do Sul, o sul do Maranhão sempre seguiu uma trajetória independente do norte do estado. Inicialmente, as relações comerciais mais importantes da região davam-se com Belém do Pará e com Parnaíba, no Piauí. Depois, consolidou-se o intercâmbio com as capitais nordestinas, em especial Fortaleza e Recife.

Finalmente, por intermédio de Goiânia e Anápolis, deu-se o acesso às praças do sul do País, e São Paulo passou a ser o principal centro de intercâmbio direto com a região.

Em contrapartida, o norte do estado, onde fica a capital, sempre ficou na contramão não só das nossas relações comerciais, mas também dos nossos vínculos culturais. Prova disso é que hoje a nossa juventude tem optado por centros como Belém, Goiânia, Brasília, São Paulo e Palmas para realizar seus estudos universitários.

A redivisão territorial do Brasil é uma medida urgente, pleiteada por várias unidades da Federação. E esse pleito não se trata de uma questão emocional, mas estritamente racional. Tanto que, recentemente, foram aprovados no Senado Federal projetos de decreto legislativo que autorizam a realização de plebiscito sobre a criação dos Estados do Tapajós, no Pará, e do Araguaia, no Mato Grosso. E isso não denota apenas um sinal de respeito pela vontade popular, mas uma prova de que o Congresso Nacional está preocupado em analisar com seriedade a questão do gerenciamento do nosso território, onde grandes extensões de terra permanecem sem qualquer perspectiva de desenvolvimento social e econômico a curto e médio prazos.

Estudos divulgados em dezembro de 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, apresentam o Maranhão como o estado mais pobre do País. Mas não é o estado que é pobre, e sim o seu povo, sobretudo porque a riqueza que lá se produz, bem como os investimentos públicos, têm-se concentrado, desde os tempos coloniais, predominantemente em torno da capital, São Luís.

Nossa luta pela criação do Estado do Maranhão do Sul não é uma luta contra o Maranhão, mas em favor do estado e de toda sua população. A razão mostra que uma mudança há que ser feita. Mostra que existe uma parte do estado com perfil humano e econômico totalmente diferente da outra, e que merece, portanto, um tratamento diferenciado em relação ao que lhe vem sendo dado até hoje. Mostra que, a exemplo do que ocorreu em outras unidades da federação, a divisão territorial beneficiará toda a população maranhense, e não apenas os que vivem na parte que será desmembrada. Mostra que, por ser esta uma luta centenária, ela é mais que uma idéia suficientemente amadurecida, mas

uma esperança que, temos certeza, em breve tornar-se-á realidade.

E nessa luta, estamos seguros de contar com o apoio dos ilustres membros deste Congresso Nacional. Estamos seguros que à população do sul do estado será dado o direito de manifestar-se democraticamente pelo seu desejo de um futuro melhor e mais venturoso.

Sala das Sessões, em de de 2001.

Deputado Sebastião Madeira

Temas apresentados eventos anteriores

1º EDIÇÃO DO AGROBALSAS realizada em 27 A 31 DE MARÇO DE 2000.

TEMA "Desenvolvimento agrícola sustentável para a Região de abrangência do Corredor de Exportação Norte", culminando com a criação de importantes Instituições visando o fortalecimento regional como, SINDIBALSAS (Sindicato dos Produtores Rurais) e AEASUMA (Associação dos Engenheiros Agrônomos do sul do Estado). Ao assumir a direção da Comissão de Sementes e mudas no Estado do Maranhão (CSM-MA), a FAPCEN juntamente com a SFA/MA passa a capacitar produtores de sementes na região, direcionando-os a produção com qualidade, estabelecendo o padrão dentro das normas brasileiras e esclarecendo o produtor rural quanto a aquisição e plantio. Na ocasião o programa de Certificação de Sementes no Estado é sugerido sua implantação no estado. Para isso torna-se necessário instituir as Regras de Análise de Sementes direcionadas às características da região. A participação do SENAR junto a FAPCEN tem início, trazendo cursos, treinamentos a agricultura familiar, a operadores, funcionários das propriedades e jovens aprendizes.

2º EDIÇÃO DO AGROBALSAS realizada em 14 A 18 DE MAIO DE 2001.

TEMA "Tecnologias regionais, preservação do solo através da rotação de culturas", mostrando a importância da cultura do milho. O sistema de rotação começa a fazer diferença nos solos maranhenses. SOJA e MILHO, as duas maiores fontes proteicas, começam a ser cada vez mais pesquisadas e aplicadas na prática. Na ocasião presta-se uma grande homenagem aos pioneiros que trouxeram e apostaram no cultivo da soja na Região, como, Leonardus Philipsen e esposa, a Rodrigo Bayer, filho do pesquisador Alcides Bays (in memorian), a Celso Ticianelli filho de Serafim Ticialelli (in memorian) e a Antídio Sandri e esposa. O SENAR sempre presente, deixando o evento cada vez mais forte no direcionamento dos jovens nordestinos à apreciação das necessidades da agricultura local, cada vez mais exigente. Neste evento vitrines de alimentos funcionais, com destaque a quinoa, gergelim, amarantus, fibras como knaf, adubação verde para o solo como crotalaria, guandu dentre outras, já eram expostas para apreciação de novos nichos de mercado.

3º EDIÇÃO AGROBALSAS realizada em 13 A 17 DE MAIO DE 2002.

TEMA "Soja e culturas alternativas - consórcio culturas, adubação verde e bioenergia", Na ocasião o programa de Certificação de Sementes é inserido no Estado do Maranhão, assegurando um grande começo rumo a maiores tetos de produtividade, partindo das sementes de soja aqui produzidas. Contando com o auxílio da Embrapa, é lançada a cultivar BRS Sambaíba, que traz à FAPCEN uma maior visualização rumo a outros Estados brasileiros. Resultados dos campos de pesquisa do MA-TO-PI, rumam a surgir outros produtores de sementes de regiões com baixas altitudes, na Linha do Equador, do circuito Rio Grande do Norte à Roraima, passando por Limoeiro/CE, Chapadinha/MA, Capanema/PA, Belterra e Santarem/PA. A responsabilidade da FAPCEN perante o contexto se torna maior. De três Estados, passa para treze outros da federação. Destacamos mais uma vez a presença do SENAR como indutor de auxílio na capacitação da Região.

4º EDIÇÃO AGROBALSAS realizada em 19 a 23 DE MAIO DE 2003.

TEMA "Fome zero, plantio direto e preservação ambiental", culminando com a vinda do Presidente Lula ao evento, sendo prometido a público, muitas escolas técnicas direcionada a Região. Com a vinda do Presidente da República à Balsas, tem início uma maior visualização da cidade que produz soja no Nordeste do Brasil, cada vez maior junto ao cenário nacional. SENAR cada vez mais ativo e participante, é consolidado como sendo um dos grandes parceiros do AgroBalsas.

5º EDIÇÃO DO AGROBALSAS realizada em 18 A 21 DE MAIO DE 2004.

TEMA "A Prata da Casa" gerando tecnologias", na ocasião, se observou a perda de muitos pesquisadores, devido a preferência em atuar em outros locais que pudessem oferecer maior qualidade de vida aos seus filhos e trabalho. Aos que ficaram, nossa premiação, pela ousadia e coragem. A Usina de reciclagem de

agroquímicos é instalada em Balsas.SENAR e seus treinamentos, valorizando a agricultura local.

6º EDIÇÃO DO AGROBALSAS realizada em 31 DE MAIO A 03 DE JUNHO DE 2005.

TEMA "*Bio diesel, bio segurança e bio tecnologia*", mostrando novas alternativas de produção, entre elas, o cultivo do girassol, mamona e consorcio de culturas. Sistemas de plantio visando as praticas conservacionista do solo, são discutidas junto a grandes pesquisadores e doutores do assunto. Mais uma vez SENAR procura direcionar a outros treinamentos e cursos direcionados as necessidades da Região.

7º EDIÇÃO DO AGROBALSAS realizada em 30 DE MAIO A 02 DE JUNHO DE 2006.

TEMA "... *Querendo-a aproveitá-la, dar-se-á nela tudo...*", mostrando a importância dos agricultores e o tamanho do potencial no Estado para produção de alimentos. Questões relacionadas a logística e a falta de infraestrutura foram muito debatidas na ocasião. Sistemas como Integração lavoura e Pecuária, começam a ser debatido pelas Instituições e produtores. Novos tratoristas, cada vez mais lançados no mercado pelo SENAR.

8º EDIÇÃO AGROBALSAS realizada em 27 A 31 DE MAIO DE 2008.

TEMA "*Quem não quer fome, dá os braços ao produtor de alimentos. O futuro da região nas mãos de todos*", valorizando cada vez mais a atuação do produtor rural e a base econômica dos municípios que se elevam frente ao cenário nacional, pela produção de soja.

Na ocasião é evidenciado a falta de qualidade das cidades que produzem soja na Região, sendo comparadas com outras da mesma atividade econômica, soja em diferentes regiões. SENAR sempre conosco, enaltecendo que a transferência da informação deve acompanhar as tecnologias ao mesmo tempo e velocidade.

9º EDIÇÃO AGROBALSAS realizada em- 25 A 29 DE MAIO 2010.

TEMA "*Agricultura responsável para os cerrados nordestinos, um futuro próximo.*" A partir desse evento, tem inicio uma nova conscientização quanto a maneira de se fazer agricultura. É dado os primeiros passos para uma produção de alimentos de forma, ambientalmente correta, socialmente justa e constantemente pelo uso das tecnologias, rentável. Projetos como produção de olerícolas, reconhecimento das espécies nativas dos cerrados maranhense, realizadas por alunos estagiários, começam a fazer diferença para outros valores e conhecimentos adquiridos. Inicia-se o projeto da FAPCEN "*de ALUNO para ALUNO*", que persiste até os dias atuais, sendo instituído de forma marcante pelo seu Presidente José Antonio Gorgen, a participação das escolas publicas do município e do Estado, interagindo com o evento, para os conhecimentos direcionados a preservação ambiental, reciclagem de lixos. Observa-se uma maior aproximação da Secretaria de Agricultura do Estado junto aos Produtores Rurais.

10º EDIÇÃO AGROBALSAS realizada em 22 A 26 DE MAIO 2012.

TEMA "*Agricultura inteligente, que gere incentivos e não penalidades*", culminando com o fim da operação Safra Verde, que despertou na Região a falta de agilidade quanto as Licenças Ambientais e a penalidade direcionada, tato para os produtores como para a própria região que necessita do cultivo de grãos para manter sua economia. Neste evento a FAPCEN apresenta um novo modelo de propriedade rural em busca da sustentabilidade na Região. Cada vez mais marcante a participação dos bolsistas, alunos ensino médio e universidades, nos projetos, vitrines de animais e culturas no evento. Destaca-se a SAGRIMA e o SENAR, como parceiros de forma imprescindível ao desenvolvimento da Região, estando mais próximos da realidade regional, participando nas discussões e novos rumos.

11º EDIÇÃO AGROBALSAS realizada em 13 A 17 DE MAIO 2013.

TEMA "*Sustentabilidade, Pesquisa e Inovação.*", culminando com os vinte anos da FAPCEN, comprovando uma nova modalidade de se fazer agricultura na Região e

	<p>mostrando ao público presente tecnologias inovadoras a serem implantadas. SAGRIMA e SENAR se destacam na participação ativa, discutindo questões relacionadas ao estado junto com o produtor rural, verificando quais as oportunidades, os principais desafios a serem vencidos e quais são os fatores de impedimentos. Um novo modelo de agricultura é lançado com o convenio firmado pela FAPCEN com a SOLEDARED e IDH, instituições da Holanda que premiam a soja certificada. A FAPCEN busca então novos trabalhos junto as propriedades rurais, fazendo a pré certificando, enaltecendo junto com os produtores rurais e gerentes quais são os principais fatores para se chegar até a Certificação de Soja propriamente dita.</p> <p>12ª EDIÇÃO AGROBALSAS realizada de 12 a 16 de maio de 2014. TEMA "Somos sim o celeiro sustentável". Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, estados brasileiros que despontam no cenário mundial. Questões relacionadas a aprovação do novo código ambiental brasileiro, a implantação do ZEE/CAR e da certificação de soja no Estado do Maranhão foram os principais objetos de discussão.</p>
Objetivo do Agrobalsas	<p><i>"Reunir os principais mentores, da Região, do Estado e da Federação em torno de um importante tema a ser conscientizado por todos, para que a partir da produção de alimentos nos Cerrados Maranhenses, novas estratégias sejam direcionadas para a industrialização dos produtos, gerando negócios rendas e empregos, atraindo novos investidores, buscando dessa forma o desenvolvimento sustentável com responsabilidade ambiental e social para a Região Sul como um todo."</i></p>
Objetivo específico	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os agricultores, criadores, familiares, educadores e estudantes para que possam gerir novos negócios com eficiência e eficácia, dentro da uma maior conscientização ambiental. • Através de associativismo abrir alternativas concretas para produção de gêneros alimentícios e sua inserção junto ao mercado. • Estimular a formação de alianças e parcerias nos mais diversos níveis e âmbitos de ações institucionais, políticas, empresariais e estudantis; • Qualificar os agricultores familiares para formalização e entidades associativas, visando o aumento de produtividade agropecuária; • Fundamentar a importância de uma boa administração; • Explicar a importância da entidade associativa para o processo de desenvolvimento sustentável da comunidade que representa; • Fundamentar a inter-relação do processo administrativo, agropecuário com o ambiente em que está inserida a entidade; • Parcerias Público-Privadas e Cooperativismo.
Justificativa	<p>O AGROBALSAS é apresentado pela FAPCEN e pelo Governo do Estado do Maranhão através de suas Secretarias de Governo, fazendo parte integrante de outras atividades a serem desenvolvidas no Estado do Maranhão, a partir da assinatura do Termo de Cooperação celebrado entre o Governo do Estado e a FAPCEN. As atividades desenvolvidas, serão desde transações comerciais, transferência de tecnologias para o desenvolvimento, articulações aos diversos instrumentos das políticas públicas de modo a potencializar ações voltadas ao incremento de produção da agricultura familiar e dos empresários rurais à industrialização de seus produtos.</p> <p>A base estrutural para o bom desempenho dessas atividades é o Associativismo que fortalece aos agricultores familiares maiores informações que visam o desenvolvimento das suas habilidades básicas, tais como, a formação e</p>

	<p>gestão de entidades associativas e programas de Governo que busquem a eficiência da Transferência da Tecnologia.</p> <p>Os benefícios das ações coletivas são conhecidos desde os primórdios da humanidade. Os homens sempre tentaram, em diversas fases de seus processos civilizatórios e em diversas culturas, com maior ou menor ênfase, somar esforços para enfrentar as dificuldades comuns.</p> <p>Pelo próprio crescimento em níveis incalculáveis de competição, em era de escassez, seja de capital, de talentos especializados, de matéria-prima e de alimentos, fazendo com que cada vez mais os agricultores e as empresas procurassem cooperar umas com as outras, passando a ser muitas vezes uma questão de sobrevivência no mercado globalizado.</p> <p>Por fim, as organizações associativas contribuem para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e extrativistas, quando viabilizam o acesso do agricultor familiar aos meios de produção como: terra, máquinas e implementos agrícolas, animais reprodutores, assistência técnica, armazenamento, transportes, crédito rural, profissionalização através da capacitação, dentre outras. Contribuem, também, para gerar empregos, aumentar a renda dos "homens do campo", e viabilizar o seu acesso e o de sua família à saúde, à educação, ao lazer, enfim a organização associativa pode contribuir para a melhoria das condições de vida de uma comunidade, a partir do princípio maior que é a solidariedade entre as pessoas.</p>
Público alvo	Técnicos, estudantes, profissionais, empresários e agricultores familiares, tanto da cidade sede do evento como de outras localidades do Estado do Maranhão e do Brasil.
Resumo dos (3) três últimos evento	<p>✓ Agrobalsas 2010:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expositores – 154 diretos e indiretos -Valor comercializado durante os dias do evento – R\$ 73.955.000,00 -Publico presente – 14.680 pessoas -Caravanas de agricultores familiares-8 onibus -345 pessoas -Caravanas de estudantes de escolas e universidades- 13 onibus -585 alunos <p>✓ Agrobalsas 2012:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expositores – 208 diretos e indiretos -Valor comercializado durante os dias do evento – R\$ 156.000.000,00 -Publico presente – 28.730 pessoas -Caravanas de agricultores familiares-05 onibus -220 pessoas -Caravanas de estudantes de escolas e universidades-31 onibus -1.370 alunos <p>✓ Agrobalsas 2013:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expositores – 289 diretos e indiretos -Valor comercializado durante os dias do evento –R\$ 277.350.000,00 -Publico presente – 57.860 pessoas -Caravanas de agricultores familiares-12 onibus -530 pessoas -Caravanas de estudantes de escolas e universidades-38 onibus -1.840. alunos <p>✓ Agrobalsas 2014:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expositores – 264 diretos e indiretos -Valor comercializado durante os dias do evento –R\$ 234.000.000,00 -Publico presente – 65.730 pessoas -Caravanas de agricultores familiares-14 onibus -625 pessoas -Caravanas de estudantes de escolas e universidades-21 onibus -1.945. alunos
Financeiro	